



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Isabel Lopez Aragão

**Identidade militar-revoltosa e exílio: perseguição, articulação e resistência
(1922-1930).**

São Gonçalo - RJ
2021

Isabel Lopez Aragão

**Identidade militar-revoltosa e exílio: perseguição, articulação e resistência
(1922-1930).**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, PPGHS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo - RJ
2021

Isabel Lopez Aragão

**Identidade militar-revoltosa e exílio: perseguição, articulação e resistência
(1922-1930).**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, PPGHS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

Aprovada em _____

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Luis Reznik (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Prof. Dr^a. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO.

Prof^a. Dr^a. Márcia de Almeida Gonçalves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

São Gonçalo - RJ
2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

À família Siqueira Campos, Sra. Maria Lucila Siqueira Campos, Elisabeth Lucilla Siqueira Campos, Sra. Natalina Rebello, Ana Luíza Rebello, Kátia Rebello e Criméia Siqueira Campos; ao Coronel Edson Silva de Oliveira e Coronel Pedrosa, à época comandantes do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, ao Major João Rogério de Souza Armada, Chefe da Seção de Pesquisa Histórica do Forte de Copacabana, à época do início desta pesquisa; ao Capitão Ferreira e Sargento Álvaro, do Arquivo Histórico do Exército; José Antônio Araújo Alves (falecido), do Departamento de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM); Felipe Ribeiro, quando ainda servia no do Museu dos Fuzileiros Navais; à Joyce e ao Joenir, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Ao Sr. René e a Sra. Livia, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).

Agradeço especialmente aos meus professores sem distinção e ao meu orientador Luís Reznik, por toda a ajuda recebida ao longo dos anos de minha formação.

Quem escreverá a história do que poderia ter sido o irreparável do meu passado? Este é o cadáver. Se a certa altura eu tivesse me voltado para a esquerda, ao invés de para direita; se em certo momento eu tivesse dito não, ao invés que sim; se em certas conversas eu tivesse dito as frases que só hoje elaboro; seria outro hoje, e talvez o universo inteiro seria, insensivelmente, levado a ser outro também.

Fernando Pessoa

RESUMO

ARAGÃO, Isabel Lopes. **Identidade militar-revoltosa e exílio: perseguição, articulação e resistência (1922-1930)**. 296 f. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Formação de Professores, FFP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, São Gonçalo, RJ, 2021.

O presente trabalho acompanha a trajetória vivida pelos militares revoltosos da década de 1920, que se rebelaram em nome da moralização da República, da respeitabilidade a sua condição de militares e, por extensão, em desagravo à instituição da qual faziam parte: o Exército. O percurso feito pelos militares revoltosos no exílio, entre o primeiro levante armado em 1922 e a Revolução de 1930 foi estudado neste trabalho e a trajetória do grupo revela que estiveram juntos durante todo o período, sobrevivendo, resistindo, e combatendo. No exílio se organizaram para a realização de insurreições por todo o país, em 1924, seguidas de intervenções nos estados do Sul do Brasil, nos anos de 1925 e 1926, enquanto a Coluna Miguel-Costa seguia para o Norte do país. Durante estes oito anos o Brasil foi governado sob um estado de exceção que, além de promover a suspensão de todos os direitos políticos enviou aos cárceres da Primeira República militares e operários, como presos políticos, para presídios, ilhas e campos de desterro, ou para o exílio em diversos países da América do Sul. A formação de uma identidade profissional pautada num forte *ethos* militar, seguiu-se uma ressignificação desta, que se transforma em uma identidade militar-revoltosa, forjada durante os combates, nas prisões e no exílio e pautada na solidariedade e auxílio mútuo, fortalecendo a resistência dos revoltosos até a Revolução de 30.

Palavras-chave: militares; exílio

ABSTRACT

The present work follows the trajectory lived by the revolting military men of the 1920s, who rebelled in the name of moralizing the Republic, respecting their military status and, by extension, in disgrace to the institution of which they were a part: the Army. The route taken by the revolting military in exile, between the first armed uprising in 1922 and the 1930 Revolution was studied in this work and the group's trajectory reveals that they were together throughout the period, surviving, resisting, and fighting. In exile they organized themselves to carry out insurrections throughout the country, in 1924, followed by interventions in the southern states of Brazil, in the years 1925 and 1926, while the Column Miguel-Costa went to the North of the country. During these eight years Brazil was governed under a state of exception which, in addition to promoting the suspension of all political rights, sent military and workers to prisons in the First Republic, as political prisoners, to prisons, islands and exile camps, or to exile in several countries in South America. The formation of a professional identity based on a strong military ethos, followed by a resignification of it, which transforms into a military-revolt identity, forged during the fighting, in the prisons and in exile and based on solidarity and mutual assistance, strengthening the resistance of the rebels until the Revolution of 30.

Keywords: military; exile.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Revoltas militares e exílio (1920-30).....	11
Algumas considerações historiográficas.....	14
Reflexões metodológico-conceituais.....	23
Memória institucional, “apropriação” e construção de um <i>ethos</i> militar em outras bases.....	31
A pluralidade de ideias e correntes no Exército.....	38
O testemunho como fonte principal.....	56
A pesquisa.....	62

1. CAPÍTULO I. O ESTADO DE EXCEÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: “NUNCA SE CONTARAM OS MORTOS...”¹

1.1. O Estado Nacional, Oligarquias e Militares na Primeira República: entre alianças e rupturas.....	69
1.2. Reformulação das instituições jurídico-policiais: a criação das Delegacias Auxiliares.....	72
1.2.1. A 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política	83
1.3. Terra de ninguém: entre o direito público e o fato político, entre a ordem jurídica e a vida.....	96
1.4 Perseguição, Clandestinidade e sobrevivência.....	111
1.5. Clevelândia.....	120

2. CAPÍTULO II - O EXÍLIO – parte I

2.1. O exílio em 1922	127
2.2. Encontros e reencontros, clandestinidade e conspiração.....	138
2.3. Uma identidade militar-revoltosa	148

¹ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. SP: Brasiliense, 1984, p. 3.

2.4. 1924.....	153
2.5. O Rio Grande do Sul se levanta.....	164
2.6. Catanduvas.....	186
3. CAPÍTULO III - O EXÍLIO – parte II	
3.1 O encontro das Colunas do Sul e Paulista	190
3.1.1 Isidoro, o “Chefe Supremo da Revolução”: a organização de um QG no exílio	195
3.2 Exílio, trabalho e sobrevivência.....	206
3.2.1 <i>Aguerrito</i>	211
3.3 Conspiração: exilados e gaúchos na fronteira, 1925-1926	217
3.4 Revoltas no Sul: “a ordem é furar”!	227
3.5 <i>La Gaiba</i> : do exílio à terceira jornada militar	233
4. CONCLUSÃO.....	249
5. REFERÊNCIAS.....	259

INTRODUÇÃO

Revoltas militares e exílio (1920-30)

O movimento militar de rebeldia iniciado na década de 20, do século passado, tem raízes antecedentes ao período republicano. Surge em função de problemas existentes na relação entre o poder público civil e o Exército e, também, devido a sua constituição como instituição, que já contava com elementos produtores de divergências internas, como veremos mais adiante. Como resultado disso a década de 20, século passado, foi palco de diversas revoltas militares, que se espalham por todo o Brasil, seguidas de intensa repressão do Estado brasileiro, ocorrendo uma série de prisões, desterros e o exílio de seus participantes.

O trabalho atual acompanha a trajetória dos revoltosos no exílio (1922-1930), de onde se incorporavam às novas insurreições, sendo recapturados, voltando às prisões, novamente fugindo e exilando-se, até a oportunidade de um próximo levante. Os encontros no exílio e a convivência entre eles teriam criado uma rede de conspiração, o que contribuiu para fortalecer o grupo revoltoso e realimentar o processo de revoltas. A perseguição sofrida sob um estado de sítio, com duração de quase uma década, gerou um sentimento de cumplicidade e solidariedade, entre os revoltosos, permitindo que sua identidade militar-profissional fosse reelaborada, resultando numa identidade militar-revoltosa.

O início das revoltas foi em 1922, com a explosão dos canhões do Forte de Copacabana sobre o Distrito Federal, Rio de Janeiro, cidade que simbolizava o poder republicano, seguido da Escola Militar de Realengo, além das tentativas dos Fortes São Luís e Imbuí e da Vila Militar, no Rio de Janeiro; a tomada da Companhia Telefônica, em Niterói, de 4 para 5 de julho, impedindo qualquer comunicação com a capital e a 1ª circunscrição militar de Campo Grande, no Mato Grosso.

Imediatamente o estado de sítio foi decretado e os militares participantes das insurreições de 1922 foram alvo de rigorosa repressão por parte das autoridades brasileiras, acompanhada da instauração de inquéritos militares e de um processo judicial rigoroso, cheio de vícios e arbitrariedades, o que gerou novas revoltas.

Revoltaram-se, então, quase simultaneamente, em 5 de julho de 1924, mesmo dia e mês do levante de 1922: diversas guarnições da capital paulista, contando com a adesão maciça de membros da Força Pública, deste estado, e de batalhões compostos, basicamente,

por imigrantes veteranos da 1ª Guerra Mundial,¹ numa revolta que manteve a capital paulista sob controle por um mês. Em Mato Grosso, no dia 12 de julho, o 10º Regimento de Cavalaria Independente, na cidade de Bela Vista, se rebela. Os líderes do 10º Regimento, imediatamente após o levante, enviam um telegrama ao general Isidoro Dias Lopes, comandante da revolta paulista, declarando-se à sua disposição e outro ao Ministro da Guerra, declarando a adesão, ato que demonstra a integração dos levantes por todo o país. Os oficiais de Aracaju levantam o 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe, no dia 13 de julho, em adesão, mantendo por aproximadamente um mês, a cidade sob o controle rebelde. Três dias após o levante em Aracaju, seus oficiais enviaram telegramas ao 20º B.C., em Maceió; ao 22º B.C., na Paraíba; ao 29º B.C., em Natal; ao 23º B.C., em Fortaleza; ao 24º B.C., em São Luís; ao 25º B.C., em Teresina; ao 26º B.C., em Belém e ao 27º B.C., em Manaus, convocando-os à adesão. Oito dias depois, em 23 de julho de 1924, em resposta ao telegrama, o 27º B.C., na cidade de Manaus, e a Flotilha do Amazonas também aderiam, dominando a capital amazônica por mais de um mês, numa ação conjunta da Marinha com o Exército. Treze dias depois, em 26 de julho, o 26º B.C., em Belém, capital do Pará, aderiu ao levante. Além da ação da Flotilha e dos 27º e 26º Batalhões de Caçadores, verifica-se o apoio de alguns dos Batalhões do Exército, pertencentes à 8ª Região Militar, como o 4º Grupo de Artilharia sediado em Óbidos, no Pará, quase fronteira com Amazonas.² Concluindo a conexão entre as revoltas deflagradas no país, no mesmo ano, em 1924, observa-se, além dessas guarnições militares, o levante do Rio Grande do Sul, em 29 de outubro, ocupando as cidades de Santo Ângelo, São Luís, São Borja e Uruguaiana. E, novamente a Marinha adere, dessa vez, em 4 de novembro, com as tentativas de levante do encouraçado *Minas Gerais* e da contratorpedeira *Goiás*. Somente há a concretização do levante do encouraçado *São Paulo*, liderado por Hercolino Cascardo, que levou o navio para o Uruguai. Após aportarem em Montevideu, alguns revoltosos do encouraçado *São Paulo* se uniram aos revolucionários do Rio Grande do Sul, já insurrectos desde outubro, acompanhando a Coluna Prestes até Foz do Iguaçu, onde todos se encontram com os componentes da Coluna Paulista, ou seja, com o grupo que havia se retirado de São Paulo. Forma-se, então a Coluna Miguel Costa-Prestes, inicialmente denominada de 1ª

¹ O processo de adesão popular cresceu e até a véspera da retirada, encontravam-se panfletos com este teor: “*Ao proletariado em geral! Convida-se o proletariado para uma reunião neste Sábado, 26 do corrente, à rua Wenceslau Brás, 19, às 14h, onde ficará definitivamente assentado o seu concurso moral e material em favor da Revolução que ora sacode este Estado ao caminho de um amanhã de mais liberdade, justiça e bem-estar para as classes oprimidas. (O Comitê Operário),*” apud MEIRELLES, Domingos. *As Noites das Grandes Fogueiras. Uma História da Coluna Prestes*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.135.

² ARAGÃO, I. L. *Revoltas militares no norte do Brasil no ano de 1924: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas*. 2009, 60 f. Monografia (graduação em Licenciatura plena em História). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). São Gonçalo, 2009.

Divisão Revolucionária, que estenderia sua marcha de cerca de 25.000 quilômetros por todo o Brasil, até 1927, quando, finalmente, os revoltosos decidiram-se pelo exílio, internando-se na Bolívia.³

Em função dessas revoltas, o ano de 1924 inaugurava um período de incontáveis prisões de militares revoltosos, não apenas na capital federal, mas de todas as partes do Brasil. Na capital, serviam a este fim a Polícia Central – as instalações da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, criada em 1922, na Rua da Relação, Centro do Rio de Janeiro; as Casas de Correção e Detenção, na Rua Frei Caneca e a Hospedaria dos Imigrantes, em São Gonçalo. Em São Paulo, a Hospedaria dos Imigrantes, também fora transformada em Presídio, além da Delegacia de Santos (Rua 7 de abril) e a Cadeia Pública de SP. Nos portos, os navios-prisões *Alfenas*, *Benevente*, *Belmonte*, *Cuyabá*, *Jaceguay*, *Campos*, *Jahu*, *Manaus*, *Baependi* - todos requisitados do Lloyd brasileiro - cederam seus porões a presos políticos, promovendo o encontro de militares, operários e indivíduos sem culpa formada, que possuíam em comum o fato de serem “indesejáveis” ao convívio social, nos quais permaneceriam por tempo incerto, ou de onde não mais saíam devido às condições de insalubridade que os fazia sucumbir. Alguns deles levaram contingentes de infelizes para prisões em ilhas oceânicas: a Ilha Grande (Lazareto e Colônia Correccional Dois Rios) ou à fronteira com a Guiana Francesa, para o campo de desterro da Clevelândia, no Oiapoque. Para as Ilhas mais próximas, como a Ilha de Bom Jesus, a Ilha das Flores e a Ilha Rasa,⁴ no Rio de Janeiro, serviram como transporte os rebocadores: *Audaz*, o *Mario Alves*, o *Tonelero*, o *Laurindo Pita* e o *Tenente Cláudio*. Além desses estabelecimentos prisionais, campos de degredo, e navios-prisões, para onde foram levados, serviriam como prisão somente aos militares, dentre outras, no Rio de Janeiro: os quartéis do Corpo de Bombeiros; a Escola de Estado Maior; o Batalhão Naval, na Ilha das Cobras; o 1º e 2º Regimento de Infantaria (RI); o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (1º RCD); o Hospital Central da Marinha (HCM) e o Hospital Central do Exército (HCE) e outros corpos da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, como a Fortaleza de Santa Cruz e Fortaleza de Lage. Em São Paulo, ficaram presos na Delegacia de Polícia Política de lá e no 4º Batalhão de Caçadores de Santana. No litoral do Espírito Santo ficaram desterrados na Ilha de Trindade,⁵ ilha oceânica, para onde foram enviados os militares rebeldes, localizada a

³ Sobre isso ver: ARAGÃO, I. L. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

⁴ A Ilha das Cobras também pertence ao conjunto de ilhas utilizadas como prisão, todavia, não necessita de transporte por navio.

⁵ O arquipélago pertence a uma cadeia de montanhas submarinas do Atlântico numa linha reta que vai do Estado do Espírito Santo em direção à África. De forma alongada e com um terreno extremamente acidentado, possui uma área de apenas 9,2 quilômetros quadrados, o que equivale a metade do arquipélago de Fernando de

1.167 quilômetros de Vitória (ES) e a 2.400 quilômetros da África, um terço do caminho entre o Brasil e a África, extremo leste do território brasileiro, no meio do Atlântico Sul.⁶

Centenas de presos aglomeravam-se em cárceres, sob a custódia da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia, inaugurada em 1922, e das Forças Armadas, que tinha a incumbência de investigar e punir membros da sociedade civil, juntamente com os militares revoltosos, revelando a face cruel de um estado de exceção implementado no país, repleto de perseguições, prisões ilegais, torturas e arbitrariedades de um sistema jurídico-político criado para inaugurar a repressão política no Brasil republicano. Durante os oito anos, nos quais mantiveram a luta, as prisões jaziam lotadas e todos os cidadãos viveram dias de incerteza, à mercê de governos que se utilizariam do estado de exceção para legitimar práticas punitivas, como as incontáveis prisões sem culpa formada e a tortura.⁷

Enquanto centenas de militares dividiam as prisões da Primeira República, as celas e os campos e ilhas de desterro, outros se abrigavam no exílio. Da mesma forma que estiveram juntos em diversos espaços prisionais, também residiram ou mantiveram contato entre si durante a estadia em países de fronteira com o Brasil, como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina.

E é este período de exílio dos militares que protagonizaram as revoltas da Primeira República, que o presente trabalho se propõe a pesquisar, revoltas estas que fazem parte do processo de construção da Revolução de 1930, considerando-se que o compartilhamento de experiências no exílio contribuiu, assim como nas prisões, para um fortalecimento da luta empreendida por eles. Isso se deu a partir da reelaboração sofrida em suas identidades militares, em uma identidade militar-revoltosa, construída a partir de suas vivências, nas adversidades e nas vitórias, nas prisões e no exílio, sejam elas direcionadas à busca pela sobrevivência ou mesmo, à continuidade das conspirações e revoltas.

Algumas considerações historiográficas

Das diversas interpretações acerca do movimento militar, ocorrido nas primeiras décadas republicanas (1922-1930), Virgínio Santa Rosa foi o primeiro a tentar explicá-lo, a partir de sua obra *O sentido do tenentismo*. Com primeira edição em 1933 e posterior reedição com o título *O que foi o Tenentismo?*, pelo ISEB, nos textos “Cadernos do Povo Brasileiro”

Noronha. Mesmo tão pequena, a ilha tem atrações naturais diversificadas: são 12 praias, a maioria formadas por solo de pedra e corais, e cada enseada possui uma característica diferente, como um pico, uma vegetação rasteira, uma piscina natural, solo de terra vermelha, túnel e costões íngremes. Ver em: ARAGÃO, I. L., 2012, op. cit..

⁶ Sobre isso ver: *ibid.*

⁷ DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas: 1924-1926*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 131.

em 1963, sua interpretação atribui às insurreições militares, da década de 20, um choque havido entre a pequena burguesia e a burguesia nacional.⁸

Após definir a burguesia nacional como categoria que agregava industriais, comerciantes e fazendeiros de café, Santa Rosa faz uma enumeração dos setores componentes do que denominava “pequena burguesia,” ou “classes médias,” com base em critérios de seu padrão de vida, que julga semelhantes. A formação dessa classe consistiria no campesinato, segundo ele, caracterizado por uma “plebe inconsciente”; no proletariado urbano; ainda segundo Santa Rosa, com “insuficiente consciência política”; e por outros, que se constituíam como a “parte mais esclarecida”: os funcionários da administração pública e particular, o empregado do comércio e os militares.⁹ Todavia, segundo Bretas, uma série de medidas repressivas implantadas nos anos iniciais da República, como deportações e a decretação do Estado de sítio conseguira conter a luta do operariado, sob o controle do Estado.

O perigo não era mais o operário organizando numa greve ou colocando uma bomba, mas uma conspiração contra o governo constituído, por grupos que alcançavam os altos escalões militares, e que eram capazes de empregar armamento pesado, contando com a simpatia – por vezes ativa – de elites urbanas. O governo Bernardes, iniciado em novembro, funcionou com a cidade em estado de sítio, e o governo atemorizado.¹⁰

Dessa forma, embora causassem preocupação ao governo, a organização incipiente dos operários submetido à intensa repressão policial, perseguições e deportações, impedia que estivessem em condições de concorrer para a destituição de um governo, como era o caso dos militares revoltosos.

[...] Na imprensa operária, e mesmo na grande imprensa do período, é possível encontrar referências frequentes ao policiamento de organizações de trabalhadores e à repressão violenta de greves. Poucos dias após os distúrbios contra os bondes ocorridos em janeiro de 1909, o jornal *O Operário* noticiava a expulsão de um agente secreto da polícia do Partido Operário Socialista. Seis meses depois, *A Voz do Trabalhador* comentava a impossibilidade de realizar um meeting da Confederação Operária Brasileira devido à perseguição policial. No outro lado do espectro da imprensa carioca, o *Jornal do Commercio* noticiava como os administradores da Fábrica de Tecidos Confiança, ameaçados com uma greve caso não demitissem um fiscal, chamaram a polícia e obtiveram uma força de 28 praças da Polícia Militar com carabinas para – como dizia o jornal – poder agir sem se sentir ameaçados.¹¹

⁸ Cf. SANTA ROSA, Virgínio. *O que foi o Tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Cadernos do Povo Brasileiro), 1963.

⁹ Ibid, p. 27.

¹⁰ BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, nº 3, outubro de 1997, p. 30.

¹¹ Ibid, p. 27

Além dessas considerações existem questões conceituais a serem revisitadas. Para o autor o grau reduzido da situação financeira desses grupos não permitia tornar profundos “sulcos” passíveis de alguma distinção entre eles, razão pela qual, ainda segundo Santa Rosa, “todos esses elementos se agruparam numa única classe.¹²”

Em relação aos militares, incluídos na categoria do funcionalismo público, Santa Rosa segue afirmando que o movimento rebelde só pôde evoluir para a crise revolucionária de 1930, devido a uma cisão entre as oligarquias - o que de fato ocorreu - em virtude das classes médias pretendendo sua inserção na política nacional, terem encontrado expressão política no movimento militar denominado Tenentismo, interpretação que encontrou acolhida em vários autores que reproduziram-nas por décadas através da publicação de uma série de obras.¹³

Uma delas é *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*, de Guerreiro Ramos. O entendimento conceitual, acerca das classes sociais, apresentado por esse autor é diferenciado dos observados em Santa Rosa, exceto pela inclusão dos militares como categoria profissional de classe média, questão que será abordada mais adiante. Todavia, Ramos considera a publicação do Manifesto Republicano, seguido pela criação da Sociedade Positivista em 05/10/1878, como eventos que, segundo ele, “constituem outro momento saliente da evolução política da pequena burguesia,” no que diz respeito às tentativas de ascensão. Ramos segue com a assertiva de que círculos pequeno-burgueses conseguiram sua primeira ascensão ao poder nos governos militares com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Além disso, para o autor, a política financeira de Rui Barbosa; a Campanha Civilista de 1910; a eleição de Hermes da Fonseca; os levantes militares de 1922 e 1924, a que o autor se refere como quarteladas; a Coluna Prestes e a própria Revolução de 1930, todos são uma sequência movimentos da pequena burguesia ao longo de décadas. Ou seja, para Guerreiro Ramos todos esses eventos, desde a propaganda republicana, incidem em tentativas dos setores médios urbanos de ascensão ao poder político nacional.¹⁴

José Num¹⁵ vai mais longe, amplia a visão de que as Forças Armadas representam as classes médias, impedidas de se constituir numa classe hegemônica, que atuam como um “estrato protetor” para todas as camadas médias da América Latina.

¹² SANTA ROSA, op. cit., p. 27.

¹³ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, RJ: Cia das Letras, 1997.

¹⁴ RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. RJ, Zahar Editores, 1961, p. 24-8.

¹⁵ NUM, José. *Amérique Latine: la crise hégémonique et le coup d'État militaire*, in *Sociologie du travail* (número especial: "Classes sociales et pouvoir politique em Amérique Latine") nQ 3/67, 1967, apud FAUSTO, Boris., 1997, op. cit., p. 75-6.

A formulação de que as camadas médias urbanas encontravam representação nos movimentos militares da década de 20, ressurgiu com Nelson Werneck Sodré no prefácio escrito por ele para a edição do livro de Virgínio Santa Rosa, de 1963-76, e reaparece em seu livro: *O Tenentismo*, publicado em 1985, onde afirma que o movimento militar pode ser considerado “um episódio da revolução burguesa no Brasil, com alastramento das relações capitalistas ao campo e seu aprofundamento nas áreas urbanas,” devido à industrialização “e que mostra com meridiana clareza, as classes sociais que definem o novo modo de produção, burguesia e proletariado.” Afirma que não era esse o móvel na fase inicial do tenentismo, pois, ainda segundo Sodré, inicialmente os objetivos do tenentismo eram modestos, resumindo-se uma “purificação do Regime Republicano” em “republicanizar a República,” havendo um distanciamento dos tenentes da política, que desaparece quando ocorre o desenvolvimento do tenentismo, quando surge uma nova fase, a “fase política,” a partir de 1930.¹⁶

Mais recentemente em *A História Militar*, obra publicada em 2010, Sodré afirma que a organização feita por Campos Sales da política dos governadores havia retirado o poder da pequena burguesia, que desde os fins do século 19 era “encabeçada pelos militares,” quando concorreram para mudança do regime, retomando a ideia de que desde essa época eles representavam as classes médias urbanas. Werneck Sodré também afirma que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, embora esse grupo fosse formado por imigrantes anarco-sindicalistas em sua maioria vindos de outras lutas no continente europeu. Referia-se a eles como “proletariado ainda inexpressivo que mal experimentara sua força em meia dúzia de greves logo dissolvidas pela polícia a pata de cavalo”. Mesmo após essa afirmação inclui o proletariado na pequena burguesia ou classe média e afirma que esta exerceu uma função de vanguarda, que se iniciou em fins do século 19 e persistiu até depois da Revolução de 1930. Dessa forma, atrela os movimentos militares, desde a Proclamação da República (e provavelmente da Questão Militar, pois demarca o início da atuação dos militares na política, em fins do século 19, à pequena burguesia, inserindo as intervenções militares na República na mesma conceituação de cunho classista, envolvendo os autores que o antecederam.¹⁷

Estrutura-se assim uma linha de interpretação “classista” sobre o movimento tenentista e sobre a atuação dos militares na Primeira República. Esta concepção encontra campo próprio nos anos 50, sobretudo entre os seguidores de uma teoria

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Expressão Popular, SP: 2010, p. 8, 36-7.

¹⁷ *Ibid*, p. 265-7.

marxista mais economicista e determinista. Até meados dos anos 60, pode-se dizer que é esta interpretação que domina os textos sobre militares, quer sejam mais ou menos acadêmicos.¹⁸

Um texto valioso de reformulação às teses predominantes das décadas de 50/60 é o artigo de Boris Fausto, *A Revolução de 30*, publicado, em 1968, na coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota, *Brasil em perspectiva*. Em 1970, Fausto amplia o debate no livro *A Revolução de 30: história e historiografia*, através de apurada análise historiográfica, na qual aprofunda as críticas às interpretações acerca da existência de um dualismo entre as oligarquias agrárias e setores urbano-industriais. Isso porque, surgiram paralelamente dois modelos de interpretação da crise da República Velha, ambos apresentando uma concepção dualista das disputas políticas desse período.

O primeiro modelo, como já vimos, compreendia a Revolução de 30 e o movimento militar, que a antecedeu, como um embate entre a classe média urbana em busca de sua ascensão, que encontra sua expressão política no tenentismo. Segundo Fausto esta seria uma interpretação ligada principalmente ao marxismo, mas não restrita a este, que vislumbrou nas revoluções francesa e russa o triunfo e o protagonismo da burguesia e do proletariado, associando a vitória da burguesia a um corte revolucionário, seguida do ascenso, ao poder, da classe operária, também por meio da revolução.¹⁹

Tal vinculação reduz os movimentos militares, em alguns casos, desde a Proclamação da República, a uma expressão de classe, ignorando o pertencimento destes a uma instituição militar que promove a ressocialização daqueles que a compõe, a partir de valores diferenciados, modificando, assim, alguns elementos de sua percepção da sociedade.²⁰

O segundo modelo acomoda o fato histórico também a uma visão classista, transplantada para o contexto brasileiro, uma historiografia na qual há o pressuposto de que estaria ocorrendo, no país, uma luta de classes entre dois setores básicos: “o pré-capitalista, enraizado no campo, onde predominavam relações de produção de tipo feudal e semifeudal e o capitalista urbano, que teria dado origem à formação da burguesia industrial dos grandes centros,”²¹ moldando, assim, a história do Brasil a possíveis fases históricas da experiência europeia ocidental, “uma leitura da história do Brasil presa à sequência escravismo-

¹⁸ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. *Revista Estudos Históricos*, 1989, n.4, p. 258.

¹⁹ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. *Historiografia e História*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 16-7.

²⁰ *Ibid*, p. 15.

²¹ *Ibid*, p. 11.

feudalismo-capitalismo-socialismo,” em harmonia com o que se supunha serem as etapas históricas vividas pela Europa ocidental.²²

De onde viria a tendência, em nosso meio, de se vincular episódios revolucionários ao ascenso de uma classe, seja ela a burguesia industrial ou a classe média? Penso que ela deriva de uma leitura simplista da história do Ocidente europeu, transplantada para o contexto brasileiro. Refiro-me a uma historiografia vinculada principalmente ao marxismo, mas não restrita a este, que vislumbrou nas revoluções francesa e russa o triunfo, respectivamente, da burguesia e do proletariado, tidos como protagonistas dessas revoluções. (...) A interpretação simplista, mas na época prestigiosa, das revoluções contemporâneas, tendeu a ser transportada para o caso brasileiro, daí nascendo a tentativa de enquadrar o episódio revolucionário de 1930 no modelo da revolução burguesa, conduzida pela burguesia industrial ou pela classe média, às vezes confundidas em um mesmo segmento social.²³

Além deste, outro trabalho importante de crítica às teses dominantes nos anos 50 e 60 é o artigo de Maria do Carmo Campello de Sousa, também publicado em *Brasil em perspectiva*. A autora se dispõe a uma revisão das teses clássicas, tendo como eixo principal o exame do processo político-partidário da Primeira República, e dirige seu argumento no sentido de evidenciar que as concepções que interpretam os conflitos desse período como fruto de um antagonismo entre o setor agrário exportador e setores urbano-industriais tendo como o resultado a Revolução de 1930, não condizem com a realidade política brasileira. Segundo Campello de Souza, não houve esse embate, pois o desenvolvimento industrial não criou um antagonismo com o antigo setor agrário-exportador, havendo, sim, o oposto disso, uma complementaridade de interesses entre as duas esferas econômicas, corroborando assertiva de Fausto acerca da “inexistência de contradições antagônicas entre setor capitalista exportador e de mercado interno.”²⁴

Fausto segue sua argumentação redimensionando a composição das classes médias urbanas, excluindo destas as Forças Armadas como grupo representativo das mesmas, ao afirmar que “reduzir movimentos militares a uma expressão de classe constitui uma tendência empobrecedora que acaba resultando em equívoco interpretativo.”²⁵ Para além dessa conclusão, propõe-se a ressignificar a Revolução de 1930, como um movimento político marcado pela decorrência de conflitos intra-oligárquicos, os quais resultariam na investida de oligarquias dissidentes, fortalecidas por movimentos militares, a fim de que enfrentassem a hegemonia da burguesia cafeeira, que se apossara do Estado. Completando esse raciocínio,

²² Ibid, ibidem.

²³ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. Historiografia e História. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 16-7.

²⁴ Cf. SOUSA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República, in MOTA, Carlos Guilherme, in *Revista Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1972; FAUSTO, 1983, op. cit., p. 9.

²⁵ FAUSTO, 1983, p. 15.

em 1972, em *Pequenos ensaios de história da República*,²⁶ deduzirá que as disputas políticas entre os diferentes grupos regionais, no interior da classe dominante, passaram a auferir mais importância, do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial), além de explicitar o papel da oligarquia cafeeira, afirmando que sua capacidade de articulação permitiu que esta se favorecesse do Estado, forjando instituições e expedientes estatais, transformando-os em instrumentos que atendessem aos seus interesses.²⁷

Nos primeira metade da década de 70, Boris Fausto passou a coordenar os trabalhos da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, em substituição a Sérgio Buarque de Holanda, que, já aposentado, viajava por diversos países europeus²⁸ realizando pesquisas.²⁹ Entre os anos de 1975 e 1977 dois volumes da coleção, dedicados à Primeira República, foram publicados: *Estrutura de Poder e Economia e Sociedade e Instituições*, ambos trazendo contribuições de autores de diversos nortes teórico-metodológicos, proporcionando aos leitores uma visão panorâmica da produção historiografia do período. Dentre os artigos publicados, um, em especial, o artigo de José Murilo de Carvalho chamado *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, nos chama à atenção. Convidado por Boris Fausto para escrever um artigo sobre a participação dos militares na Primeira República, divulgado inicialmente em 1974 em revista acadêmica e só em 1977 publicado no segundo volume, do tomo III, da HGCB,³⁰ José Murilo de Carvalho indicou que os estudos acerca do papel ocupado pelos militares, na política brasileira, fossem aprofundados, a fim de que se obtivesse uma análise mais próxima possível de suas motivações. Para tanto, os pesquisadores teriam que se debruçar sobre os “aspectos internos da corporação”, até o momento, estudados de modo insuficiente, levando a interpretações que consideram as Forças Armadas como simples representantes de determinados grupos sociais. Após a marcação desse ponto de partida para análise da questão interpretativa que será apresentada, o autor recomenda a

²⁶ FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. *Caderno Cebrap* 10 - Pequenos Ensaios de História da República. (1889-1945), Rio de Janeiro, 1972, p. 45.

Outros trabalhos citados que criticam a tese de que os militares representavam os interesses políticos das classes médias urbanas são: Maria do Carmo Campelo de Sousa (1968) e Décio Saes (1975).

²⁷ Ibid, ibidem.

²⁸ “Em 1973, foi à Europa, visitando a Itália, a Grécia, a Turquia, a Hungria, a Áustria, parte da Alemanha, a Holanda, a Inglaterra e a França. Em 1974, a convite do governo venezuelano, foi a Caracas para a instalação da Biblioteca Ayacucho. No mesmo ano, participou da reunião de escritores latino-americanos em Caracas, Venezuela. Em 1976, foi à Europa, visitando a Itália, a Tcheco Eslováquia, Berlim e Paris, ali pesquisando e trazendo material do Quai d'Orsay.”

²⁹ Cf. SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*. vol. 26, nº 1. Brasília, Jan./Abr. 2011.

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 8.

observação da análise sociológica do que Goffman conceitua como “instituições totais,” onde acredita que as Forças Armadas estariam inseridas.

Esse conceito foi empregado primeiramente em 1957 por este sociólogo canadense, Erving Goffman, para denominar “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” Nessa condição têm que vivenciar as mesmas atividades tarefas diárias e obrigatórias num mesmo local, sempre desempenhadas em um grupo, cujos componentes recebem um tratamento uniforme, sob as ordens de uma única autoridade, auxiliada por um grupo de funcionários, que atua por meio de um sistema de regras formais explícitas. Essas atividades obedecem a horários rigorosamente pré-estabelecidos para cada uma de suas etapas, que, por sua vez, são sequenciadas e reunidas num plano racional único, “supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.”³¹

Segundo Carvalho, com o envolvimento da corporação “em todos os aspectos da vida de seus membros,” estes desenvolvem “uma identidade mais marcada,” aumentando, assim, “seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior”, fator que exige “de seus membros uma radical transformação de personalidade,” criando distinções que vão desde seu modo de pensar e agir até a própria diferença na denominação utilizada entre “militar” versus “paisano.”³²

Ainda segundo José Murilo de Carvalho, a falta de conhecimento acerca de aspectos organizacionais levou à abordagens mais abrangentes, conferindo determinados papéis políticos às forças armadas, que carecem de mais atenção quanto à importância da complexidade das “organizações militares.”³³

Concordo que o descaso pelos aspectos internos da corporação, ou aos aspectos organizacionais³⁴ são absolutamente prejudiciais a uma análise que se pretenda fidedigna, em primeiro lugar, obviamente, porque não podemos falar daquilo que não conhecemos, mas, principalmente, devido às especificidades existentes nas corporações formadoras das Forças Armadas. Todavia não percebo o Exército brasileiro como uma “instituição total,” mas, sobre isso voltaremos, mais adiante.

³¹CASTRO, Celso. *Goffman e os militares: Sobre o conceito de instituição total*. Revista Educação & Sociedade, vol. 34, nº 123, Campinas, abril/junho/2013, p. 11-18.

³² CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, in FAUSTO, Boris; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.), *História Geral da Civilização Brasileira - Sociedade e instituições*, 2º vol., tomo III, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183.

³³ Cf. *ibid.*

³⁴ Cf. *ibid.*

Todos os temas trabalhados pelo autor, como: a formação do Exército desde os primórdios, o recrutamento e a Lei do sorteio militar; a formação e treinamento dos oficiais; o que foram os Jovens Turcos e a Missão Militar Francesa; aspectos estruturais da organização militar, tais como: o quantitativo de efetivos e instalações das Forças Armadas e a sua respectiva localização geográfica; a estrutura do corpo de oficiais e as promoções; as ideologias de intervenção que povoaram a caserna, tais como a do soldado-cidadão ou intervenção reformista, soldado-profissional e não intervenção, soldado-corporação ou intervenção moderadora, são extremamente importantes. Além disso, o autor faz um estudo comparativo entre Império e República, passando pela Proclamação da República, pelo Hermismo, Tenentismo, só para citar algumas intervenções até os anos 30, ligadas à Marinha e ao Exército.³⁵ Seu trabalho de pesquisa é um ponto de corte, sem dúvida, na produção da História Militar, em um momento em que esta era objeto de estudo e pesquisa, em maior escala, da Sociologia e até da Antropologia e menos da História. Carvalho aponta para o fenômeno de que “organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas.”³⁶ Em outras palavras, lança o questionamento acerca de uma tendência interpretativa que pairava, de modo predominante, nos estudos sobre a Primeira República, vinculando as intervenções protagonizadas pelas Forças Armadas às classes sociais e aponta um novo caminho aos historiadores quanto à percepção das peculiaridades das corporações militares. Sobre o autor, Boris Fausto comenta:

Ao discutir essa suposta vinculação, parti do pressuposto de que reduzir movimentos militares a uma expressão de classe constitui uma tendência empobrecedora que acaba resultando em equívoco interpretativo. Em poucas palavras, é preciso lembrar, em primeiro lugar, que “os tenentes são tenentes”, ou seja, membros de uma instituição que, por sua natureza, (re) socializa seus membros, inculcando-lhes valores específicos, filtrando ao mesmo tempo sua percepção da sociedade. Na época, minha argumentação tinha uma base empírica limitada. Com o correr dos anos, alguns autores aprofundaram o estudo das Forças Armadas e do tenentismo, destacando-se, dentre eles, José Murilo de Carvalho. Esse autor demonstrou que a insatisfação dos “tenentes” em face do sistema oligárquico tinha a ver não só com a posição secundária atribuída ao Exército, não só com os valores unitários e centralizadores que se chocavam com o modelo político vigente, como também com as características institucionais do Exército.³⁷

De fato, sua contribuição vai além da demonstração da impossibilidade de se reduzir uma instituição como o Exército às classes médias, sendo extensiva a uma imersão no universo militar, que aos poucos inaugura, nas pesquisas, a busca de um desvendamento tanto

³⁵ Cf. CARVALHO, 2005, op. cit.

³⁶ CARVALHO, 1997, op. cit., p. 183.

³⁷ FAUSTO, Boris., 1972, op. cit., p. 15-6.

das estruturas materiais da corporação, quanto das disputas desta no meio político, e, principalmente, das construções culturais desse grupo, sustentáculo e alimento de seus valores.

Não obstante o reconhecimento de que cada passo interpretativo tem sua carga de importância histórica, permitindo a abertura de novos caminhos, me desvio da concepção de Carvalho de que as Forças Armadas brasileiras estejam inseridas num contexto de “instituição total,” conforme conceituação desenvolvida por Goffman, e o faço, inicialmente, com base trabalho antropológico realizado por Celso Castro.

Sua percepção sobre o tipo de socialização que ocorre na caserna se deu no percurso de sua pesquisa para dissertação de mestrado, intitulada *O Espírito Militar*, publicada em 1990, fruto de pesquisa antropológica realizada entre 1987 e 1988, junto à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Cientista social, antropólogo, e estudioso da História Militar, além desse trabalho o autor dedicou várias obras ao estudo dos militares, como, por exemplo, *Os militares e República* (Zahar, 1995), obra em que revisita os bastidores da Proclamação da República e os primórdios da atuação militar nesse momento histórico; *A Invenção do Exército Brasileiro* (Zahar, 2002), obra na qual se dedica à análise dos ritos e tradições institucionais construídos pelas Forças Armadas, bem como de sua influência na construção de uma identidade militar; e, mais recentemente, o *Exército e Nação* (FGV, 2012), obra que concentra vários de seus estudos sobre a história do Exército brasileiro, desde a instauração da República no Brasil até os dias atuais, bem como sua tentativa de se fazer presente nos destinos da nação. Traz informações sobre a criação do serviço militar obrigatório no Brasil, sobre 1964, a defesa da Amazônia, entre outros temas.

Reflexões metodológico-conceituais

Em *O Espírito Militar* (1990), Castro afirma que a diferenciação na construção identitária do militar estabelece um limite entre “mundo civil” e o “mundo militar.” Para ele, a noção de pertencimento a um “mundo militar,” advinda da experiência de socialização do indivíduo na caserna, alcança um nível tão intenso, que a ideia de viverem em mundos diferentes passa a fazer parte de um sistema de crenças dos militares. A construção dessa identidade, ressalva Castro, ocorre “num contexto histórico e cultural mais amplo, que está sempre em mutação,” e, portanto sujeito a alterações ao longo do tempo.³⁸

³⁸ GASTALDO, Édison. Tradição, transformação e o espírito militar: uma entrevista com Celso Castro. *Revista Silva: Humanidade em Ciências Militares* (Revista Científica do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias), vol. 1, nº 1 Março de 2017.

Em relação à conceituação de “instituição total,” apresentada por Carvalho e criada por Goffman, Castro discorda dessa classificação e afirma que “a socialização militar ocorre em estabelecimentos relativamente autônomos, em relação à sociedade abrangente”, ou seja, o autor reconhece a “força do processo de construção de *fronteiras simbólicas* que está na base da identidade militar.” Entretanto, para ele, embora haja “uma separação, de fato, em termos de interação social, essa autonomia é *relativa*.” Ou seja, concorda com José Murilo de Carvalho quanto à existência de um processo que leva à “percepção de qualidades claramente distintas entre ‘militares’ e ‘civis’ (ou ‘paisanos’), entre o ‘aqui dentro’ (o ‘meio’ ou ‘mundo militar’) e o ‘lá fora’ (o ‘meio’ ou ‘mundo civil’).” Chega a citar, ainda, o artigo 13, (atualmente 14),³⁹ § 3º do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), referente “à disciplina e ao respeito à hierarquia”, em cuja redação determina que devem ser respeitadas “em todas as circunstâncias da vida, entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados,” reportando-se para além do horário de trabalho e para além do serviço ativo.⁴⁰ Todavia, Castro discorda⁴¹ do uso do conceito de “instituição total” quando afirma, com base em sua pesquisa, que inexistente uma divisão rígida “entre ‘equipe dirigente’ e ‘internos’ (*inmates*),” e que apesar da distância hierárquica ser bem delimitada entre oficiais e praças, existem fortes mecanismos de mobilidade social baseadas no mérito entre o corpo de oficiais, que são o efetivo permanente, havendo diferenças apenas de grau e não de condição, haja vista o fato dos comandantes e instrutores dos cadetes da Academia já terem sido cadetes um dia. Tal premissa, segundo Castro, estimula o convívio informal e relações amistosas entre ambos, mesmo que o respeito e a precedência hierárquica não devam ser nunca ser olvidados. Quanto aos oficiais, ainda segundo Castro, cabe a eles agirem como um modelo para o futuro, como um exemplo a ser seguido pelos cadetes, quando se tornarem oficiais.⁴² O autor finaliza afirmando que “nessa perspectiva, se perde mais do que se ganha” ao classificar como “total” a instituição militar, em particular as academias militares, pois “as divergências com o modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais.”⁴³

³⁹ Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares.

⁴⁰ CASTRO, 2013, op. cit., p. 11-18.

⁴¹ Castro afirma que Goffman inclui quartéis (p. 17, 21) e academias militares como exemplos de instituições totais (p. 24-25 e 55), embora utilize como referências básicas, para a construção de seu tipo ideal, as prisões e os manicômios. *Goffman e os militares: Sobre o conceito de instituição total. Revista Educação & Sociedade*, vol. 34, nº 123, Campinas, abril/junho/2013.

⁴² CASTRO, Celso, *Revoltas de soldados contra a República*. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁴³ Cf. CASTRO, 2013, op. cit..

É inegável, no entanto, que as instituições militares são lugares de memória.⁴⁴ Desde sua arquitetura, os monumentos existentes em seu espaço físico, passando pela instrução, com situações eivadas de valores que pretendem um aprofundamento da memória cultivada cotidianamente na caserna, até o treinamento dado ao militar, para diferenciá-lo do mundo de fora,⁴⁵ tudo isso está presente na memorialística militar. Esse tipo de socialização diferencia o membro desta corporação, dos civis, em primeiro lugar porque todo o processo de criação de identidade parte de uma contraposição ao “outro”, e, nesse caso específico, torna-se necessário o desenvolvimento de peculiaridades em sua forma de pensar o mundo, para que a obediência incondicional e a hierarquia sejam sempre respeitadas. A assimilação de elementos constitutivos de uma identidade militar ocorre a partir da exaltação de valores que passam a ser basilares para suas condutas militares, enquanto para os civis não são considerados relevantes. Nesse sentido, a identidade profissional vem unida a um código de valores,⁴⁶ que os militares absorvem, compartilham e representam, um pensamento militar que os diferencia do pensamento civil, criando, com certa constância, disputas e rivalidades históricas.

A construção de uma identidade profissional a partir da diferença, da ideia de oposição aos demais, embora seja comum ao estabelecimento de fronteiras simbólicas na afirmação de quaisquer identidades, no caso específico do Exército, foi geradora de uma rivalidade histórica, entre estes e os civis, para os quais, muitas vezes, essa visão de mundo não é considerada.⁴⁷

Para tanto, o elemento capaz de amalgamar grupos de universos diferenciados é a história institucional, componente que edifica a memória institucional. Esta memória tem um repertório farto de narrativas emocionantes acerca de combates e, no caso do Exército, principalmente, da vida de homens cujas ações heroicas são exemplos a serem seguidos. Tudo isso é alimentado por uma série de rituais, celebrações e comemorações cívicas, contendo elementos religiosos, fúnebres ou familiares, que estão sempre presentes, num processo de construção e reconstrução de mitos de fundação e re-fundação, ao longo da história da instituição, com vistas a criar/reforçar o espírito de corpo; havendo, ainda, símbolos como hinos, bandeiras, que ao mesmo tempo se constituem em instrumentos de culto e objetos de reverência dentro da caserna.⁴⁸

⁴⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

⁴⁵ ALBERTINI, Lauriani Porto. *O exército e os outros*. CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero, (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81.

⁴⁶ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 144-5.

⁴⁷ Cf. CASTRO, 2013, op. cit..

⁴⁸ Cf. CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

A importância da memória institucional, construída por lembranças, esquecimentos e versões mais convenientes dos fatos, deve-se ao fato de ser ela um instrumento capaz de manter acesa uma sequência de fatos históricos, com ações que contém valores cultivados pela instituição, que emprestam legitimidade às ações de seus membros no presente, onde o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior.⁴⁹ Isso ocorre por ser perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou por meio da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase “herdada.” Uma memória que reflete, no presente, de modo tão incisivo e definitivo o passado, que é capaz de criar identidades, independente de essas experiências terem sido vivenciadas em um tempo cronológico, haja vista o fato de uma memória poder “ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.”⁵⁰

A construção da memória institucional se dá a partir da repetição de fatos históricos envolvendo ações militares, que a priori precisam ser exemplares, tais como o patriotismo, o brio, a dignidade e a honra, valores caros aos militares. Essas ações exemplares só serão úteis se cobertas por uma auréola de heroicidade, porque pretendem a criação de mitos. Podemos comparar os poderes dos mitos, estes seres hipotéticos, à coragem e bravura do militar, atributos que lhes permitem feitos tão admiráveis. Possíveis medos, hesitações e desespero são sentimentos humanos e, portanto, esquecidos. Serão lembrados, apenas, os feitos como os de Caxias, Osório, Mallet, Sampaio, Deodoro e Floriano; todos combatentes de uma Guerra, que ceifou tantas vidas, na qual, esses personagens, elevados a uma categoria não-humana, a tudo suportaram sem vacilar, a maioria do início ao fim da Guerra, como Deodoro, que participou desde a primeira etapa, que marcou a fase mais dura da Guerra: o combate do Tuiuti. Osório também participou dela, na Cavalaria, assim como Mallet, no comando da Artilharia, e, sem poder ser igualado a estes, o próprio Sampaio, hoje patrono da Infantaria do Exército, que de lá não retornou, pois foi encurralado entre cavalarianos paraguaios e centenas de guaranis e morreu por permanecer em combate. Ali, foi atingido “a primeira, a segunda e a terceira vez,” sem abandonar seu comando, até receber ordens de Osório para ser substituído e levado ao hospital, de onde não retornaria. A Batalha do Tuiuti durou cinco horas. Nela tomaram parte alguns milhares de homens das três armas – Artilharia, Cavalaria e Infantaria, que, assim como os paraguaios tiveram milhares de mortos e algumas centenas de feridos e

⁴⁹ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 11.

⁵⁰ POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

prisioneiros, incluindo-se os oficiais mortos, como Sampaio, e feridos, como Osório. Pode-se imaginar o drama que vivenciaram esses militares, bem como o efeito de uma história como esta contada a jovens oficiais recentemente formados, especialmente se a narrativa for construída de modo a que atitudes nas quais o dever, a disciplina, a força e a coragem e, sobretudo, o amor à pátria acima da própria vida do combatente, sejam exaltados. Rosa Maria Paulina da Fonseca foi outro desses seres elevados a uma categoria não-humana, que a tudo suportam. Recebera de uma só vez a notícia da perda de dois de seus filhos: Afonso Aurélio da Fonseca, do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, morto no dia 3 de setembro de 1866, no combate de Curuzu, às margens do Rio Paraguai e do Capitão Hipólito Mendes da Fonseca, do 36º Batalhão de Voluntários da Pátria, no dia 22 seguinte, do mesmo mês, no Curupaiti.⁵¹ Ainda estavam, na guerra, quatro de seus filhos: o tenente Deodoro da Fonseca, o tenente-coronel Hermes Ernesto da Fonseca, pai do futuro Marechal Hermes, que combateram lado a lado, João Severiano, que era médico e Eduardo Emiliano. Este último, comandante do 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, caiu morto no combate de Itororó, enquanto Deodoro combatia no 1º Batalhão, acoplado à Artilharia de Mallet. Hermes não morreu em combate, retornando juntamente com João Severiano e Deodoro dos seis irmãos, que haviam ido para o front.⁵² A resposta atribuída à Dna. Rosa e divulgada até hoje nos quartéis foi: “- O que importa é a vitória alcançada pela Pátria, que eles foram defender,” um exemplo fortíssimo de mãe e “mulher de militar”, no sentido dado por Chinelli.⁵³

Hoje todos são reconhecidos como heróis na caserna. Mallet é o patrono da Artilharia do Exército; Osório, da Cavalaria; Sampaio, da Infantaria, João Severiano da Fonseca, da Medicina, e assim sucessivamente. Embora seja inegável a carga de dramaticidade existente nesses episódios, é sabido que exemplos desse tipo fornecem elementos para as construções culturais necessárias para que os indivíduos possam interpretar e classificar a realidade, sabendo-se que para essas construções são privilegiadas certas narrativas em detrimento de outras.⁵⁴

Quando chegam ao Exército, os militares são inseridos nessa memória institucional, criada e nutrida, pelos mais antigos, e herdada⁵⁵ e recriada, constantemente, pelos mais novos;

⁵¹ Fortes Curuzu e Curupaiti guarneciam a posição de Humaitá, às margens do Rio Paraguai.

⁵² SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Deodoro da Fonseca*. 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes), 68-80.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Expressão Popular, SP: 2010.

⁵³ CHINELLI, *Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares*, in CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero, (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

⁵⁴ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p.11 e 80

⁵⁵ POLLAK, 1992, op. cit.

memória esta que hoje reivindica os tempos idos da Batalha dos Guararapes,⁵⁶ contra os holandeses, e que tem seu auge nos grandes heróis da Guerra do Paraguai, mencionados. São mitos de origem ou de refundação do Exército⁵⁷ símbolos alimentados por ritos, gestos e atitudes, cuja significância remete ao fundo ancestral da mentalidade mítica e devolve ao presente o halo de sacralidade necessário à manutenção de uma ética peculiar, um *ethos* militar.

Ao prestar culto a estes personagens da história, institucional, relacionando-os ao presente, os militares demonstram uma relação significativa entre os valores que conservam, e a ordem geral da existência. Esse entendimento de um elemento que é apenas constitutivo da memória institucional como sendo um representante da própria realidade pode ser norteador de suas práticas políticas.⁵⁸ Através do culto aos heróis do passado, um *ethos* militar se forma e torna-se emocionalmente e intelectualmente razoável porque os símbolos remetem a um universo de definição de valores e a associação do herói ao presente legitima e justifica a ação e/ou a reação dos militares revoltosos. Suas negativas em submeterem-se a um governo civil, que, segundo eles, agia na ilegalidade, requisitando, inclusive, o Exército para reprimir violentamente seus adversários político-partidários, justificavam a insurreição militar, à medida que, a participação como comparsas nesses atos, contrariava os valores nos quais haviam forjado suas identidades profissionais.⁵⁹ Diante dessas reflexões podemos perceber que o culto a esses elementos, convertidos em heróis, de modo intencional⁶⁰ para construção da memória institucional das Forças Armadas, transforma, um simples conjunto de ideias, criadas para manter a coesão de um grupo, em algo quase real. A absorção desses valores, geradora de uma visão de mundo, do mundo de dentro, torna-se emocionalmente e intelectualmente aceitável, por se apresentar como um verdadeiro estado de coisas do qual o seu tipo de vida é uma expressão autêntica. E os valores que os heróis do passado representavam, ao serem materializados nas ações dos revoltosos, eram a expressão mais autêntica da ética, do *ethos* militar.⁶¹

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de

⁵⁶ Cf. CASTRO, 2002, op. cit..

⁵⁷ CATROGA, 2005, op. cit., p. 7-9

⁵⁸ GEERTZ, 1978, op. cit., 144-5

⁵⁹ Ibid: 144-5

⁶⁰ CATROGA, 2005: 7-9

⁶¹ GEERTZ, 1978, op. cit., p. 144-5; Cf. CASTRO, 2009, op. cit.

si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem.⁶²

Essa assunção de temporalidades diversas, pode se dar no âmbito coletivo ou individual, posto que existe um ponto de interseção entre o que é subjetivo e o que é inerente à vida coletiva. Nesse sentido o que é subjetivo ao se relacionar com objetos ou normas que circulam na sociedade, podem ser recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Significa dizer que à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela dos hábitos culturais. Diante disso, podemos afirmar que os bens simbólicos adquiridos, através do contato com a memória institucional, podem remeter a um universo de definição de valores, mas não definem a ação do indivíduo que possui liberdade de escolha na tomada de suas próprias decisões, pois, se considerarmos a perspectiva de Chartier, concordaremos que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais, onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração ou, ao contrário, sua desqualificação.⁶³ A formação do *eu* de cada indivíduo, então, será inseparável do modo como se relaciona com a sociedade ou com os grupos com os quais convive, e da forma como cada um organiza seu projeto de vida à luz do seu passado.⁶⁴ É como se este *eu* fosse constituído por uma síntese da mistura de várias influências exteriores, que poderão ser *apropriadas* como herança e/ou reinterpretadas. Isso acontece devido à construção seletiva que a memória faz do passado, à retenção daquilo que é importante para este indivíduo, da mesma forma que reserva ao esquecimento aquilo que deseja silenciar.

Conforme afirma Geertz o *ethos* é um “tom,” um estilo, uma “atitude subjacente em relação a ele mesmo,” que “contém suas ideias mais abrangentes,” uma visão de mundo emprestada pela profissão como adquire um médico, um professor, um ator, ainda que passem por um treinamento mais incisivo, por se tratar de um profissional da guerra. Por isso, percebe-se com clareza que a apropriação do *ethos* militar pelos revoltosos, de diversos períodos da história do Exército - embora obedeça a circunstâncias políticas específicas - mesmo que tivessem passado por treinamentos semelhantes e compartilhado da mesma história e memória institucionais, é diferenciada dos militares que permaneceram leais ao

⁶² GEERTZ, 1978, op. cit., p. 144-5.

⁶³ CHARTIER, 1995, op. cit., 179-192.

⁶⁴ THOMAS, Lois-Vicent. *Rites de mort*. Pour La paix des vivants, Paris: Fayard, 1985, apud CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 12.

governo, mesmo quando me refiro àqueles que não aderiram, mas que concordavam com suas motivações.

A Memória individual é formada pela coexistência, nem sempre pacífica, de várias memórias: pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais. Está em permanente construção já que o presente se transforma em passado e este retorna ao presente sob a forma de retrospectiva do indivíduo. Além disso, a memória unifica uma pluralidade de memórias outras, de diferentes tempos e níveis de complexidade, que coabitam na memória subjetiva, mostrando como cada indivíduo se apropria das experiências.⁶⁵

As diferentes formas de *apropriação* ocorrem à medida que, nem as ideias nem as interpretações são desencarnadas, posto que - contrariamente ao que colocam os pensamentos universalizantes -, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas, de rupturas históricas.⁶⁶

O fato de uma norma pretender submeter alguém não significa que estes foram real, total e universalmente submetidos, pois há que ser considerada a existência de um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações.⁶⁷

Por trás de tudo isso está o Estado, agora não mais fundamentado no direito divino, que tendo em vista socializar o respeito pela instância política, que consubstancia o contrato social, cria os elementos simbólicos necessários à interiorização do dever cívico, isto é, do patriotismo, produzindo e reforçando, assim, os sentimentos de comunhão e de identificação desses grupos,⁶⁸ exortando-os à: disciplina, obediência, hierarquia, honra, coragem, bravura, ao cumprimento de seus deveres, ao pertencimento à instituição e o historiador que não se detiver sobre esse aspecto fará uma análise no mínimo equivocada do universo de valores que norteiam as ações dos componentes dessa instituição.

Afinal, foi o não reconhecimento dessas peculiaridades pelos governantes que levou grupos militares a diversas intervenções, dentre elas as da década de 20, do século passado, iniciadas com vistas a um desagravo da instituição e resultando numa sucessão de revoltas que levaram à Revolução de 1930.

⁶⁵ THOMAS apud CATROGA, 1999, op. cit., 12.

⁶⁶ CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

⁶⁷ Ibid, ibidem.

⁶⁸ CATROGA, 1999, op. cit., p. 15.

A investigação desse período mostra que a forma de *apropriação*⁶⁹ do *ethos* militar por esse grupo, fez com que optassem pela luta armada, pois possuíam outro projeto político, em relação aos que permaneceram na legalidade. Não acreditavam numa mudança no Exército sem que a República passasse, antes, por uma moralização política, posto que a instituição estivesse subordinada a este mesmo poder público civil. Sendo assim, não eram os revoltosos destituídos do “espírito de corpo” porque se insurgiram. Ao contrário disso, levantaram-se porque a condição de revoltosos foi a maneira pela qual suas identidades puderam se enunciar e se afirmar.⁷⁰ Isso não significava que estivessem rompendo as continuidades culturais e sim que a *apropriação* destas por grupos ou indivíduos é diferenciada. Ou seja, a maneira como os militares revoltosos se *apropriaram*⁷¹ da memória institucional, e, conseqüentemente, do *ethos*⁷² militar, apresenta uma distinção na forma de apropriação dos demais membros do Exército.

Memória institucional, “apropriação” e construção de um *ethos* militar em outras bases

Durante dois anos, entre julho de 2007 e julho de 2009, estive no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde realizei visitas semanais. Ao mesmo tempo em que desejava aprofundar dados sobre os militares que lá serviram no passado, e que haviam protagonizado um dos levantes iniciais da década de 1920, que termina com o episódio dos “18 do Forte,” estabeleci certo nível de convivência com oficiais e praças, e até mesmo com civis, sob regime de contratação. Foram momentos que favoreceram uma introdução ao entendimento *in loco* de como se davam as relações entre os militares, de diversos graus hierárquicos, e destes para com os civis, já que esses eram dois momentos em que guardavam peculiaridades, remetendo a um código de valores que permeava a instituição, tanto no presente, como no passado. Nessa guarnição militar pude assistir a alguns cerimoniais que serviram como experiências de grande valia para minha pesquisa, com vistas a uma aproximação e à compreensão da natureza dos valores militares. Além de permanecer dias inteiros preferencialmente neste estabelecimento Militar, visitei outros locais como a Fortaleza de Santa Cruz (Niterói), o Forte Duque de Caxias (Leme), a Fortaleza de São João (Urca), o Forte Barão do Rio Branco (Niterói), Forte São Luís e Forte do Pico (acesso aos dois últimos pelo Barão do Rio Branco), o Museu Conde de Linhares, o Arquivo do Exército, o Museu dos Fuzileiros Navais, o DPHDM (Marinha), o Palacete da Laguna, entre outros,

⁶⁹ CHARTIER, 1995, op. cit., p. 179-192.

⁷⁰ Ibid, ibidem

⁷¹ Ibid, ibidem.

⁷² Cf. GEERTZ, 1978, op. cit..

além de participar de trabalhos em Congressos Seminários e Simpósios em locais como a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Comando e Estado Maior (ECEME). O ambiente da caserna, as pessoas com as quais convivi e a documentação cedida pela Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico e Forte Copacabana, onde pesquisei o acervo documental, iconográfico e na Biblioteca Técnica do Forte, me permitiram o aprofundamento de importantes questões sobre o Exército sempre tendo-se em mente, durante essa aproximação com universo militar, a possibilidade das escolhas dos indivíduos, e, portanto, sem considerar que a instituição tivesse sobre eles o poder de uma “instituição total,” acreditando ser necessário, para tanto, a atenção sobre a relação entre a psicologia individual e o imaginário coletivo e trabalhando sobre a intersecção entre as diferentes durações, entre o vivido individual e as estruturas.⁷³ Pesquisei sobre aspectos profissionais e, principalmente, sobre o modo como a memória institucional é cultivada, haja vista a existência, dentro dessa instituição militar, de um museu histórico, de uma editora própria, da banda do Forte de Copacabana, entre outros elementos constituintes de um conjunto, que servem de sustentáculo à memória institucional, além de participar de cerimônias diversas, de passagens de comando, por exemplo, e outros eventos comemorativos, onde o mundo de dentro, o mundo militar pôde ser observado. As comemorações do dia 5 de julho, data que se tornou histórica para o Forte de Copacabana, pois registrava a primeira ação considerada revoltosa e o episódio dos 18 do Forte, em 1922, e hoje incorporada à memória militar do Forte como um feito heroico, também foi acompanhada por mim nos dois anos que lá estive. Depois de um aprendizado ímpar, nesse estabelecimento que combina um centro cultural e a realização de diversos cerimoniais, com a rotina de uma caserna, percebi, ainda lá dentro, que poderia enxergar através da aura de heroicidade criada em torno da figura dos personagens envolvidos em levantes, frequentemente homenageados. Queria uma história na qual aparecesse o homem por trás da farda, sua humanidade para além dos feitos extraordinários, pois, conforme Morelli, a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso, razão pela qual - considera Ginzburg - o método proposto por Morelli deveria ter sugerido ao jovem Freud as possibilidades heurísticas “de uma análise baseada na centralidade dos resíduos e dados marginais, para a revelação de realidades psíquicas ocultas.”⁷⁴ Capturar uma realidade histórica, dependia de observação de pequenas atitudes cotidianas, de tempo e do exercício de se colocar num certo grau de abstração em relação aos

⁷³ GRIBAUDI, Maurizio. *Escala, pertinência, configuração*. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁷⁴ GINSBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 149.

valores civis, na tentativa de colher os indícios ou traços para Ginzburg; a visão de mundo, para Geertz; desse grupo, agora já imerso em valores próprios à profissão. Compreendi rapidamente que valores como disciplina e hierarquia, eram [são] essenciais ao êxito da organização militar, tanto na paz como na guerra; e que, a conservação destes dois princípios, entre outros, exigia a manutenção de um conjunto de práticas cotidianas confirmadas em diversos cerimoniais, fundamentadas em valores nutridos por tradições seculares; bem como, que representavam princípios, práticas, valores e tradições bastante diferenciados daqueles encontrados no restante da sociedade. Com a convivência no meio militar durante esses dois anos entendi que, a força do processo de construção de fronteiras simbólicas⁷⁵ que está na base da identidade militar, ainda que não obtivesse como resultado a proeza de submeter mentes humanas, era muito forte. Sendo assim, explorar a diferença que separa um indivíduo socializado por uma instituição militar, diferenciando-o, em primeiro lugar, de nós, pesquisadores, para, em seguida, compreender particularidades deste pensamento em relação ao pensamento civil é um ponto imprescindível a uma investigação que pretenda clareza. Investigar a partir da diferença, o código de valores que muitos deles, de muitos modos, se *apropriam*, compartilham e representam, tomando como ponto de partida suas experiências dentro da caserna significa desconstruir analiticamente os pontos mais marcantes do código de valores a que são submetidos, para, em seguida, poder definir alguns parâmetros nos quais pautaram suas escolhas.

O acompanhamento de suas trajetórias - pela via da micro-história foi o caminho metodológico por mim escolhido, com vistas à compreensão das motivações de alguns personagens históricos, de suas convicções pessoais, ou, melhor dizendo, dos projetos políticos nos quais estavam envolvidos, ou pretendiam se envolver – fossem eles individuais ou coletivos.

Gostaria, a partir dessas reflexões, de propor a micro-história como percurso teórico-metodológico, no campo da História Militar como um instrumento para o acompanhamento das trajetórias desses atores sociais. Obviamente que isso não impede que o historiador possa se valer da via organizacional, para que esta revele as estruturas internas do meio militar, tampouco que este se utilize das contribuições da Antropologia com vistas a uma abordagem do universo militar sob um prisma cultural.

Atualmente a utilização da perspectiva organizacional como suporte ao estudo institucional é contemplada a partir das obras de José Murilo de Carvalho (1978;1995)

⁷⁵ Cf. CASTRO, 2013, op. cit..

Edmundo Campos Coelho (1976), Domingos Neto [198-], dentre outros autores comprometidos com apreciações mais próximas da realidade das instituições militares.

Voltados para os militares ou não, na campo de estudos da Antropologia, podemos recorrer às obras de Geertz (1978) e Chartier (1995) entre outros autores fundamentais ao entendimento desse universo. Os primeiros são autores que se propõem a analisar o universo militar em seus aspectos históricos, internos, estruturais, organizacionais, enfim, autores que se assemelham aos antropólogos sociais, pois, pretendendo despojar-se, do máximo possível, de pressupostos, observam, inicialmente, a visão do nativo, para, a partir daí, entender os significados implícitos na sua visão de mundo.

Na micro-história, autores como Revel (2000) Ginzburg (1991) e Gribaudi (in REVEL, 1998),⁷⁶ são fundamentais para a instrumentalização do historiador que pretende, no acompanhamento da trajetória do indivíduo, ou grupo estudado, a percepção de que a construção causal não é dada de antemão, antes, é conquistada, passo a passo, num processo de desvendamento do objeto de estudo, que vai se reconstruindo à medida que novas fontes vão surgindo, pois os dados empíricos constituem o material bruto, que deve permitir individualizar mecanismos e funcionamentos sociais, encontrados além do objeto e das categorias historiográficas que o informam. Nesse sentido, as leituras de trabalhos sobre a abordagem micro-histórica mostram que dados empíricos têm a função de reconstituição de uma história que não se prevê a partir de modelos pré-concebidos, pois, ao sublinharem a ruptura existente entre forma e conteúdo, insistem, ao contrário, na dimensão da incerteza, da possibilidade. Dessa forma, a comprovação empírica nos leva ao entendimento de que a continuidade histórica só pode, portanto, ser lida a posteriori, mas não desvenda, em si, suas leis.⁷⁷

Não se trata, portanto, de propor um estudo etnográfico, mas o acompanhamento de suas trajetórias de vida, nos “mais ínfimos detalhes de um acontecimento,” através de um olhar numa escala de aproximação tão reduzida que exponha motivações que inspiram comportamentos,⁷⁸ podendo-se utilizar elementos apreendidos a partir da Antropologia, com vistas a compreender o universo militar a partir de seus próprios valores, de *dentro* para *fora*, observando-se a *visão de mundo*⁷⁹ adquirida sob a influência da instituição na qual estão inseridos e os modos de *apropriação* dos sujeitos envolvidos. Tudo isso sem, contudo, pré-

⁷⁶ REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, SP: Cia das Letras, 2007, p. 264-5.

⁷⁹ GEERTZ, 1978, op. cit..

estabelecer que essa influência se deva a um grau de pressão de maior ou menor profundidade exercido por preceitos internos, durante o processo de socialização institucional, que implique no cerceamento de suas escolhas, porque o espírito é livre e os atores sociais senhores de suas escolhas.

Na Antropologia, voltados especificamente para estudos acerca da caserna, temos: Castro,⁸⁰ já mencionado, Piero Leirner, que defendeu sua dissertação em 1995, tendo realizado pesquisa na Escola de Comando e Estado Maior, entre os anos de 1992 e 1995.⁸¹ As duas pesquisas trazem essa novidade para os cientistas sociais que se dedicavam ao estudo dessa área.⁸²

Antes, a maioria dos trabalhos produzidos por cientistas políticos, sociólogos ou historiadores tinha como ênfase as intervenções militares na política (principalmente através de movimentos insurrecionais ou golpes de Estado) ou a transição do regime militar para democrática (com ênfase na análise da subordinação dos militares ao poder civil). Agora, o foco das pesquisas desses dois antropólogos não recai nos momentos extraordinários da vida militar, mas em sua vida cotidiana. Os autores buscaram superar uma visão externa em relação aos militares, que se arrisca a vê-los com olhar exotizante e etnocêntrico, e obter uma visão "interna" de seu mundo social, para, desse modo, compreender como se constrói a identidade militar e como se estrutura a sua visão de mundo.⁸³

A partir de 2000, há uma expansão nos estudos militares antropológicos, onde muitos pesquisadores da história militar, em algum momento, vão a campo e convivem diretamente com indivíduos deste grupo. Podemos citar, por exemplo, Fernanda Chinelli, em *Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares*, onde a autora tem a percepção, durante seu trabalho de campo, que a dinâmica de relações entre as famílias dos militares é “pautada no comprometimento das mulheres com as carreiras de seus maridos,” pois, “a aliança matrimonial estava estreitamente relacionada com a aliança institucional.”⁸⁴ Há o trabalho de “Lauriani Porto Abertini, que se inicia em sua dissertação de mestrado (2006). Em sua pesquisa, analisa a relação de alguns órgãos da imprensa com as Forças Armadas no pós-Guerra Fria, e publica o artigo *O Exército e os outros*, onde fala do “ponto de vista militar” e de “características próprias e muitas vezes distintas do meio civil.” Também cita sua experiência na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), no Rio de Janeiro, na Academia das Agulhas Negras (AMAN), em Resende; no Comando Militar do Sudeste, em

⁸⁰ CASTRO, 1990; 1995; 2013 [2009]; CASTRO; IZECKSOHN e KRAAY, 2004, op. cit..

⁸¹ LEIRNER, Piero. *Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁸² CASTRO; LEIRNER. 2009, op. cit..

⁸³ Ibid, p. 8.

⁸⁴ CHINELLI, in CASTRO; LEIRNER, 2009, op. cit., p. 98 e 100.

São Paulo,⁸⁵ entre outros locais nos quais pesquisou a identidade militar, com base no método de Malinowisk,⁸⁶ que pressupõe que a trajetória no campo não deva buscar “ensinamentos prontos” e utilizando-se, inclusive do termo “caçar” para demonstrar a natureza da pesquisa. Sua contribuição está em propor “um olhar orientado segundo os pressupostos teóricos, da própria disciplina científica da qual o pesquisador faz parte, não mais se guiando por relatos” de religiosos, viajantes, etc., colhidos sem fundamentação científica.

Ginzburg assemelha-se de Malinowisk, quando analisa a investigação baseada em indícios, como era feito em parte do cotidiano dos primeiros grupos humanos, principalmente nas técnicas utilizadas pelos caçadores coletores do Neolítico.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barbas. Aprendeu a fazer operações com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. [...] O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (senão imperceptíveis) uma série coerente de eventos.⁸⁷

No capítulo de seu livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989): *Raízes do Paradigma Indiciário*, Ginzburg aponta para um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos, um modelo epistemológico, ou o “método morelliano,” que permitem a decifração de uma realidade opaca, desde que se busque remontar a realidade complexa, profunda, aparentemente escondida. Segundo ele, se soubermos examinar os sinais e indícios, os “pormenores negligenciáveis,” como observou Giovanni Morelli,⁸⁸ poderemos decifrar as metáforas escondidas nas pistas.⁸⁹

Nesse sentido, no âmbito empírico, o trabalho de campo se torna uma necessidade para antropólogos, uma forma de subtraírem deformações etnocêntricas, assim como a micro-história através “do fio do relato nos ajuda a nós historiadores a nos orientarmos no labirinto da realidade”⁹⁰.

⁸⁵ ALBERTINI, 2009, op. cit., p. 75 e passim.

⁸⁶ Bronislaw Malinowski (1884-1942) foi um antropólogo polaco considerado fundador da antropologia social. Acreditava que a pesquisa de campo poderia trazer à compreensão aos pesquisadores tanto a maneira como aquela cultura se organizava, quanto como eles se imaginavam. SANTOS, Vanessa Silva dos. *De Malinowski aos pós-modernos: uma breve reflexão acerca da pesquisa etnográfica na antropologia*. Revista a Cor das Letras, v. 14, n. 1, 2013.

⁸⁷ GINSBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. – São Paulo: Cia. das letras, 1989, 151-2

⁸⁸ Italiano, historiador da arte, que através da observação minuciosa dos detalhes em obras de arte analisava a obra dos pintores como Botticelli, Michelangelo, entre outros.

⁸⁹ Ibid, p. 152.

⁹⁰ GINZBURG, 2007, op. cit., p. 7 e 75.

É preciso ressaltar, ainda, que não se pode falar em “Exército” ou “militares” como entidades únicas, como um grupo homogêneo. Ainda que estejam submetidos aos mesmos valores criados ao longo da existência da instituição e, portanto, que se somam, ao mesmo tempo, à afirmação de valores individuais e sociais desse mesmo militar. Assim, num mesmo homem percebemos a intersecção entre a duração breve e longa, a intersecção do movimento rápido e da mutação consciente, com aquilo que é lento e inconsciente.⁹¹ O movimento rápido compreende o indivíduo, único diante dos demais homens da sociedade e o homem social, inserido em questões políticas, sociais, econômicas, um homem de seu tempo. O movimento lento, por sua vez, diz respeito ao homem ressocializado em uma instituição com valores de longuíssima duração: o Exército, sem que por isso perca sua individualidade. Isso se tornou claro à minha análise, pois, estudando há alguns anos a ruptura da qual foram protagonistas os revoltosos dos movimentos militares da década de 20, notava certo fracasso na finalidade da instituição, à medida que esses valores não se sobrepunham às escolhas do indivíduo, podendo, apenas, somarem-se a elas, durante o processo de *apropriação*.⁹²

Nesse ir e vir entre o que é estrutural e o que é do sujeito há um trânsito entre o micro e o macroscópico. Segundo Ginzburg, Krakauer reconhece que pesquisas específicas com a mudança de foco podem alterar as visões de conjunto delineadas pela macro-história, embora existam fenômenos que só possam ser apreendidos numa perspectiva macroscópica.

Segundo Krakauer, A melhor solução é a seguida por Marc Bloch em *La société féodale* [A sociedade feudal]; um contínuo vai e vem entre micro e macro-história, entre *close-ups* e planos gerais ou grandes planos gerais [*extreme long shots*], a pôr continuamente em discussão a visão conjunta do processo histórico por meio de exceções aparentes e causas de breve período. Essa receita metodológica desembocava numa afirmação de natureza decididamente ontológica: a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea. Portanto, nenhuma conclusão alcançada a propósito de um determinado âmbito pode ser transferida automaticamente para um âmbito mais geral (é o que Krakauer chama de “*law of levels*”).⁹³

Chartier, por sua vez observa que “nessa escala reduzida, e sem dúvida, somente nessa escala (a da micro-história), podem ser compreendidas, sem reduções deterministas, as relações entre sistemas de crenças, de valores e de representações por um lado e pertencimento social por outro.”⁹⁴

⁹¹ Cf. GRIBAUDI in REVEL, 1998.

⁹² CHARTIER, 1995, op. cit., p. 179-192.

⁹³ KRAKAUER, Siegfried.; KRISTELLER, Paul Oskar. History: the last things, before the last, 1969, p.8, cap. 4 e cap. 12, apud GINSBURG, 2007, op. cit.; JAY, M. The Extraterritorial Life of Siegfried Krakauer, 1976 [1975], apud GINZBURG, 2007, op. cit., p. 269.

⁹⁴ CHARTIER, 1987, p. 26, apud GINZBURG, 2007, op. cit., p. 263.

Para Ginzburg, embora uma conciliação entre macro e micro-história ainda não esteja resolvida de forma alguma, vem sendo perseguida e, para ele, aparentemente “é lícito estender essa conclusão a qualquer acontecimento, com maior razão a qualquer processo histórico: o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-e-versa.”⁹⁵

Essa pode ser uma forma de compreender o militar e a visão de mundo por ele apreendida em sua relação com a caserna, seus valores, seus códigos, suas normas, enquanto, a individualidade dos sujeitos não é invisibilizada, assim como a liberdade de escolha dos atores sociais, que jamais pode ser ignorada, pois é o móvel dos sujeitos e grupos em suas ações no mundo e é predominante sobre qualquer re/socialização institucional ou quaisquer conjuntos outros de valores ou crenças, sejam eles religiosos, culturais ou de outra ordem, que se apresentem a esse indivíduo.

A pluralidade de ideias e correntes no Exército

O Exército nunca foi um grupo homogêneo, e, ao contrário disso, em seu projeto institucional proporcionou aos seus integrantes treinamentos diversos em uma série de escolas com suas doutrinas próprias, apoiadas em necessidades bélicas que acompanhavam a contextos históricos específicos, formando grupos com visões acerca do universo militar e do próprio papel a ser desempenhado por um militar.

A contradição existente na condição de prisioneiros, na qual se encontravam, ou de rebeldes, que haviam rompido com uma rígida hierarquia militar e combatido forças tão poderosas, estava no fato de que a maioria dos jovens prisioneiros vinha de um sistema de educação diferente do instituído na velha Escola da Praia Vermelha, na qual ao lado de temas técnico-profissionais, se discutia, livremente, as mais diversas questões filosóficas, sociais e políticas, entre outros assuntos da atualidade. As várias transformações porque tinha passado a Escola do Realengo, imprimiram uma nova orientação aos conteúdos científicos. A Missão Militar Francesa trazia uma nova mentalidade à Escola Militar do Realengo, com vistas à formação de oficiais exclusivamente militares, afeitos a sua carreira, revestidos por uma disciplina mais rigorosa e pelo respeito absoluto a ordem constituída.

A primeira das correntes de pensamento presentes na caserna era a ideia do “soldado cidadão” e reunia dois grupos de militares com formação distinta. Foi adotada inicialmente por oficiais do Exército chamados pelos mais jovens de “tarimbeiros” ou “tropeiros,” oficiais muito antigos, bastante numerosos durante a monarquia e que não tinham frequentado a

⁹⁵ GINZBURG, 2007, op. cit., p. 267.

Escola Militar, a maioria destes, participantes da Guerra do Paraguai. Essa visão expressa durante a Questão Militar era simpática aos tenentes, pois considerava legítima a participação dos militares na política, bem como sua atuação no caso da necessidade de uma intervenção, de caráter reformista (ou contestatória).⁹⁶

A segunda corrente existente entre os oficiais do Exército era a dos positivistas ou “científicos,” que, por sua vez, também adota a ideia de soldado cidadão, incorporando-a ao positivismo civilista, porque, além de justificar sua atuação na Proclamação da República, onde os dois grupos se unem, expressava a insatisfação dos militares quanto a sua marginalização na participação da vida política.

A primeira ideologia intervencionista girava em torno da ideia do soldado-cidadão, e foi desenvolvida durante a Questão Militar. Inicialmente a ideia foi difundida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial. Nesse esforço, salientaram-se Quintino Bocaiuva, redator de *O País*, no Rio de Janeiro, e Júlio de Castilhos, redator de *A Federação*, em Porto Alegre. A expressão foi consagrada no manifesto dirigido por Deodoro e Pelotas, em maio de 1887, ao Parlamento e à nação. Redigido por Rui Barbosa, que mais tarde disso deve ter-se arrependido, o manifesto falava em cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do país. A ideia casava-se muito bem como positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant. Eles a adotaram e a usaram para justificar sua ação a 15 de novembro.⁹⁷

Os militares formados na Escola da Praia Vermelha apresentavam diferenças em sua formação, pois, aos tropeiros interessava apenas afirmar a organização, face a elite política, conferindo certa organização ao Exército e respeitabilidade a seus integrantes, ex-combatentes da primeira Guerra havia entre nações distintas. A Guerra do Paraguai havia ceifado muitas vidas, inclusive dos familiares de Deodoro e levado consigo alguns dos melhores anos de suas vidas. Aos “doutores interessava não apenas afirmar a organização, mas, também, usar o poder desta, para reformar o sistema político,” uma visão mais voltada para uma pretensa mudança nos rumos da política nacional. “num jogo quase que exclusivamente de prestígio e poder,” Ocupavam os positivistas, uma posição ambígua, pois, para eles, o militar devia ser ‘o cidadão armado, importante cooperador do progresso’, produzido pelo avanço do regime industrial, que, por sua vez, tornaria os exércitos entidades inúteis e faria com que fossem “recolhidos ao museu da história das armas,” posto que, este, representava “um elemento de

⁹⁶ CARVALHO, 2005, op. cit., p. 38.

⁹⁷ Ibid, ibidem.

destruição.”⁹⁸ Para este grupo o Exército se tornaria desnecessário, a partir do momento em que o progresso atendesse às necessidades de todos, não havendo mais guerras. A Escola da Praia Vermelha era um núcleo de estudos sobre Matemática, Filosofia e Letras, formando, doutores cuja “erudição era reconhecida até por militares estrangeiros,” embora fosse tão “notável quanto sua ignorância no domínio da técnica militar.”⁹⁹ Esta corrente participou ativamente da Proclamação da República unindo-se aos “tropeiros” nesse intento, como já foi dito, e a Escola da Praia Vermelha foi fechada em 1904, por ocasião de sua participação na Revolta da Vacina, contudo a influência positivista permaneceu com a presença dos oficiais que nela haviam se formado.

A terceira corrente teve seus componentes chamados de “jovens turcos,” jovens oficiais enviados, como estagiários, à Alemanha, em 1906, ocasião em que o Marechal Hermes da Fonseca, oficial convicto quanto à necessidade de reformas no Exército, ocupava o cargo de Ministro da Guerra, durante o governo Afonso Pena. Como os oficiais alemães haviam participado da organização do Exército da Turquia, os oficiais brasileiros treinados por eles passaram a ser assim conhecidos. Foram enviados como estagiários a fim de que partilhassem do treinamento com instrutores desse país. Como os oficiais alemães haviam participado da organização do Exército da Turquia, os oficiais brasileiros treinados por eles passaram a ser assim conhecidos. Eram também chamados de germanófilos por serem adeptos da utilização do modelo alemão de técnicas militares, tendo viajado com vistas ao aprendizado dessas técnicas. Pregavam a modernização do Exército e sua atuação como órgão de defesa nacional, especialmente porque, durante a Primeira Guerra Mundial, haviam percebido que “o desenvolvimento da Indústria da Guerra e a prática de novos princípios táticos” tinham acentuado a distância entre os Exércitos dos países desenvolvidos e o Exército brasileiro,¹⁰⁰ permanecendo, este último, defasado. Segundo Neto “a corporação estava absolutamente defasada em relação às organizações do mundo industrializado,” guardando, o Exército, em pleno regime republicano, “as mesmas características do período colonial.” Ao retornarem da Alemanha, os jovens oficiais ligaram-se aos corpos de tropa criando cursos extensivos das técnicas alemãs aos demais oficiais. Criaram também a Revista Defesa Nacional, em 1913, com papel de divulgação das novas técnicas, para orientação aos membros da instituição, e principalmente de propaganda da intenção modernizadora e da

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. Rio; São Paulo: Difel, 1980, apud CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 210-1.

⁹⁹ NETO, Manuel Domingos. *Influência estrangeira e luta interna no Exército*. (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [198_], p. 55.

¹⁰⁰ *Ibid*, p. 56.

necessidade de uma lei para a aplicação do serviço militar obrigatório, sendo essa uma grande conquista desse grupo para o Exército a partir de 1916. São alguns colaboradores e diretores dessa revista: Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes, Goés Monteiro, Borges Fortes, Humberto de Alencar Castello Branco, Olympio Mourão, Orlando Geisel, Pery Bevilacqua e Emílio Garrastazu Médici.¹⁰¹

Em 1916, o Exército consegue o monopólio do serviço armado, a nível nacional “multiplicando seu poder político.”¹⁰² Seu efetivo é aumentado, podendo-se criar, por isso, grandes unidades, em detrimento dos pequenos destacamentos de outrora; são comprados armamentos; há a adoção da aviação militar, da artilharia de tiro rápido e de moderna aparelhagem de comunicação, além da instalação de novos quartéis, stands de tiro, entre outros; e, finalmente conseguem uma estrutura organizacional cuja distribuição da tropa obedecia a um planejamento nacional,¹⁰³ ao contrário do período imperial, onde o Exército não era necessário, como instituição nacional forte, dado o sistema de dominação política que fora criado em bases regionais.¹⁰⁴

Quando as negociações em torno da vinda de uma Missão Alemã fracassam, o ministro da Guerra decidiu implementar uma comissão para organização de cursos dentro da Escola Militar do Realengo. Esta organização contava com um grupo de instrutores composto pela elite do Exército. Os melhores oficiais foram escolhidos para ministrarem cursos de aperfeiçoamento nas três armas, a de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e a essa série de treinamentos denominaram de Missão Indígena. Rodrigues acredita que o uso desse nome esteja “relacionado à tentativa de se estabelecer um grupo de instrutores nacionais, partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria, do Brasil, apesar de terem como base de sustentação ideológica, os aprendizados do Exército alemão.”¹⁰⁵ A Missão Indígena surge em 1918, justamente quando a maior parte da jovem oficialidade rebelde se encontrava na Escola Militar do Realengo, mas somente em 1919, o grupo de instrutores assumiu toda a estrutura de ensino militar do Exército. Esse novo modelo de instrução foi criado com a finalidade de atender à modernização cujo objetivo “vinha sendo buscado desde 1905, inclusive pelos “Jovens Turcos,” com uma Escola modelada segundo padrões militares de currículo (ensino mais práticos do que teóricos) e de disciplina rígida.”¹⁰⁶

¹⁰¹ NETO, [198_], op. cit., p. 59-60.

¹⁰² CARVALHO, 1980, op. cit., apud ibid, p. 49.

¹⁰³ NETO, [198?], op. cit, p. 48.

¹⁰⁴ Ibid., p. 59-60.

¹⁰⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Renovação e Revoltas: a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922*. Disponível em <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>>. Acesso em 01/10/2010.

¹⁰⁶ Ibid.

Na verdade, o Exército passava por algumas modificações importantes no início do século XX, pois, sendo uma instituição relativamente nova em relação aos Exércitos do Velho Mundo apresentava atraso em seu armamento e nas instalações dos quartéis, insuficientes ao bom desempenho do serviço militar. Ao final da Primeira Grande Guerra, compreendiam que os conceitos de combates e as regras tradicionais de conduta na guerra, haviam se modificado. Desejosos de operar mudanças significativas, no prazo mais curto possível, julgavam imperativa a reformulação do regulamento da Escola Militar e do ensino militar adaptando-os as novas realidades do campo de batalha. Nesse sentido, no Brasil, após o término da Primeira Guerra Mundial era consenso entre a oficialidade brasileira que havia a necessidade de se reformular tanto o regulamento para a Escola Militar como o próprio ensino militar, a fim de se adaptarem às novas realidades do campo de batalha.¹⁰⁷ Segundo Motta, o Regulamento de 1918 privilegiava três pensamentos básicos: “a) acentuar, ainda mais, o predomínio, no currículo, do ensino profissional militar; b) recolher as lições da guerra que findava; 3) adotar procedimentos e normas defendidas pugnaz e ardorosamente pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha.”¹⁰⁸

A instrução, baseada no Regulamento de 1918, durante o governo de Wenceslau Braz Pereira Gomes (15/11/14 a 15/11/18) ocasião em que o General de Divisão José Caetano de Faria era o Ministro da Guerra (15/11/14 a 15/11/18), previa o ensinamento dos conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, de cada uma das Armas, compreendendo cinco cursos: um fundamental, destinado a todas as Armas, e quatro especiais, sendo um para cada Arma. Foi baseada, também, no regulamento de 1919, já no governo de Delfim Moreira da Costa Ribeiro e durante o ministério do General Alberto Cardoso de Aguiar, que era ainda o Ministro da Guerra, abrangendo os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de Capitão, obrigando, dessa forma, o oficial a manter constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.¹⁰⁹

¹⁰⁷ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Jundiá: Paco, 2010, p. 95, apud, ROESLER, Rafael. *O impulso renovador: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)*. 2015. 170 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. p. 68-9.

¹⁰⁸ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2001, p. 250, apud, ROESLER, 2015, op. cit..

¹⁰⁹ Os seguintes instrutores foram revoltosos: Na Infantaria, os Primeiros Tenentes Eduardo Guedes Alcoforado, Newton de Andrade Cavalcanti, Primeiro Tenente Demerval Peixoto, Primeiro Tenente João Barbosa Leite e o Segundo Tenente Odylio Denys (revoltoso). Na arma de Cavalaria, o Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo (ex-estagiário no Exército alemão) e os Primeiros Tenentes Renato Paquet, Orosimbo Martins Pereira e Antônio da Silva Rocha. Na Artilharia, o Capitão Epaminondas de Lima e Silva (ex-estagiário no Exército alemão), os

Os Jovens Turcos influenciaram positivamente o convite à Pandiá Calógeras para a assunção do cargo de Ministro, desde 1918, e no ano de 1919, alguns deles ocuparam postos, junto ao Ministério da Guerra, influenciando diretamente as principais medidas necessárias à modernização do Exército.¹¹⁰ Em 1918, após a derrota alemã, os Jovens Turcos deixam de existir como grupo organizado e a Revista Defesa Nacional passa a defender a vinda da Missão Militar Francesa, cessando a disputa entre seus defensores e os Jovens Turcos. Embora estes últimos tivessem preferências pelo modelo alemão e o outro grupo se mostrasse favorável ao modelo francês, ambos defendiam um propósito modernizador. Também compartilhavam, os adeptos do modelo alemão e do modelo francês, da ideia de que militares de todas as patentes deveriam manter-se submetidos, hierarquicamente, aos seus comandantes superiores e estes, por sua vez, ao presidente da República. Deveriam ser soldados profissionais, exercendo neutralidade política. Mas, a Missão Alemã não poderia vir ao Brasil, pois havia perdido o sentido se basear no treinamento de um Exército que acabara de perder a guerra, e, por isso, optaram pela a Missão Militar Francesa para treinamento do Exército. Ela é contratada pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, em 1920, já no governo de Epitácio Pessoa,¹¹¹ com vistas a aplicar um novo tipo de treinamento, a partir dos cursos das Escolas de Estado-Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação Militar, Curso de Oficiais Intendentes, Curso de Saúde e Veterinária e Curso de Equitação.¹¹²

A Missão Militar Francesa era chefiada por Maurice Gustave Gamelin¹¹³ e composta de 20 oficiais instrutores. Para esse general a organização militar brasileira teria de possuir uma doutrina de Guerra e atender a três objetivos: criar meios para defesa permanente do território nacional, assegurar efetivos regulares e permanentes e organizar instrução e treinamento desse efetivo. Isso implicava em problemas como a existência de um

Primeiro Tenentes Luiz Correa Lima; Mario Ary Pires e Artur Joaquim Panfiro. Na segunda seleção: o Capitão Outubrinho Pinto Nogueira, os Primeiros Tenentes José Luiz de Moraes; Mario Travassos Penedo Pedras, Henrique Duffles Teixeira Lott, Victor César da Cunha Cruz (revoltoso), Olimpio Falconiere da Cunha (revoltoso), Filomeno Brandão, Joaquim Vieira de Melo, Onofre Muniz Gomes de Lima, Tristão de Alencar Araripe, Cyro Espírito Santo Cardoso (revoltoso), Illydio Rômulo Colônia, (revoltoso) Arlindo Maurity da Cunha Menezes (revoltoso). Na Cavalaria, o Capitão Milton de Freitas Almeida, Gomes de Paiva, Brasileiro Americano Freire (revoltoso), Aristóteles de Souza Dantas (revoltoso). Na Artilharia, os Capitães Eduardo Pfeil e Pompeu Horácio da Costa e os Primeiros Tenentes Álvaro Fiúza de Castro e José Agostinho dos Santos. Na Engenharia: o Capitão Othon de Oliveira Santos, Primeiros Tenentes, Luiz Procópio de Souza Pinto, Juarez do Nascimento Fernandes Távora (revoltoso), Edmundo de Macedo Soares (revoltoso).

¹¹⁰ NETO, [198_], op. cit., p.59.

¹¹¹ Ver CARVALHO, 1980, op. cit., apud CASTRO, 1995, op. cit., p. 210-1; RODRIGUES, Fernando da Silva. *Renovação e Revoltas: a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922*, s/d. Disponível em <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>>. Acesso em 01/10/2010. NETO, [198_], op. cit., p.59.

¹¹² FREITAS, Marco Túlio Delgobbo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. 2004. 80 f. Monografia. (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2004, p. 27.

¹¹³ Gamelin foi, durante a Primeira Guerra Mundial, o chefe da Terceira Seção do Estado-Maior do General Joseph Joffre e comandante de divisão de Infantaria, já no final do conflito. Ibid, p. 59.

recrutamento seletivo, a criação de casernas e centros de instrução, a compra de armamento para essa instrução e a criação de indústrias que permitissem a produção, ao menos, de parte do material para fabricação de armas, que, em sua maioria era comprado no exterior. Além disso, havia a necessidade do desenvolvimento de uma rede de transportes rodoviários e ferroviários que permitissem o deslocamento simples e rápido das tropas, para qualquer região do país. Essas medidas representavam despesas que dificilmente o governo estaria disposto a arcar.¹¹⁴

De parte desse dilema participaram os oficiais revoltosos, pois foram instrutores da Missão Indígena: na arma de Cavalaria: Primeiros-Tenentes Mario Ary Pires, Brasileiro Americano Freire, Aristóteles de Souza Dantas; Na arma de Infantaria: Odylio Denys, Victor César da Cunha Cruz, Olimpio Falconiere da Cunha, Cyro Espírito Santo Cardoso, Illydio Rômulo Colônia e Arlindo Maurity da Cunha Menezes. Na arma Engenharia: os Capitães Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Edmundo de Macedo Soares, entre outros.¹¹⁵ O Marechal Hermes, por sua vez, estava alheio a tudo isso, pois havia viajado em 1915 para a Europa, para cuidar da saúde de sua esposa, Nair de Teffé, que sofrera grave fratura na cabeça do fêmur, numa queda de uma charrete. Hermes da Fonseca, que fora eleito senador do Rio Grande do Sul, disputando a vaga com Rui Barbosa, seu ferrenho inimigo na campanha civilista, viajara, renunciando ao cargo, por ter se decepcionado com a morte do senador Pinheiro Machado, seu amigo e líder do PRRG (Partido Republicano do Rio Grande), que fora assassinado no Rio de Janeiro, neste ano. Retornou apenas em 1921, ocasião na qual foi recebido com diversas homenagens e eleito presidente do clube militar, além de se cogitar sobre a probabilidade de que ele concorresse à sucessão presidencial, mas a organização em torno de Nilo Peçanha somada a sua hesitação pôs termo ao assunto.¹¹⁶

No ano de 1922, a crise que atingiu as forças armadas abalou mais ainda o quadro de carência do Exército com a perda de inúmeros oficiais rebelados que lotaram as prisões.

A geração formada pela Missão Francesa, por sua vez, não tardou a ver sua euforia em torno da possibilidade de modernização transformada em frustração, pois tornara-se clara a incapacidade de colocarem em prática as lições recebidas dos instrutores franceses, sem a implementação das medidas estruturais acima citadas. A impossibilidade de modernização causava outro problema grave, mantinha suas carreiras estacionadas causando mais insatisfação. Como exemplo disso, podemos observar oficiais como Klinger, Leitão de

¹¹⁴ NETO, [198_], op. cit., p. 67-9.

¹¹⁵ Os nomes foram identificados por mim a partir da lista encontrada em: ROESLER, 2015, op. cit..

¹¹⁶ Cf. FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1974, p. 109.

Carvalho e Euclides Figueiredo, contando com 30 anos de serviço, quase em 1930, ainda com a patente de coronéis,¹¹⁷ mesmo sendo oficiais de prestígio, por terem sido estagiários alemães, por estarem todo esse tempo na ativa, por terem participado da Revista Defesa Nacional, por todo o esforço empenhado na modernização e por terem participado do Estado-Maior do Exército.

Segundo Neto, esse foi o momento no qual “estavam formadas as condições para que o novo Exército passasse a agir politicamente.” Ou seja, a decisão que já havia sido tomada há oito anos pelos revoltosos, quando partiram para a luta armada em desagravo ao Exército e em defesa do *ethos* militar, “agora” seria adotada também pelos legalistas, ao verem frustradas as tentativas de organização do Exército, via institucional, dentro da legalidade.

Nesse sentido, se até então cada grupo lutava pelo Exército à sua maneira, uns politicamente, outros obedecendo a hierarquia; uns pela defesa do *ethos* militar, outros em defesa de uma estruturação e modernização institucional, a ausência de uma solução para problemas estruturais que colocavam em jogo o bom andamento e a respeitabilidade da instituição, revelaram a todos os que não haviam aderido que o problema era político, resultando numa união das diversas correntes em torno da Revolução de 30.

Vale ressaltar que todas as correntes mencionadas abrigavam ideias que estavam presentes no universo militar na década de 20, ocasião em que surgiram os movimentos de 1922 e 1924, fator que, associado ao aumento do contingente de oficiais do Exército, que em 1889 era de 13.000, passando para 42.977 em 1920, criava muitas divisões no Exército, podendo-se encontrar, ainda, dentro de cada uma dessas correntes, projetos políticos diferenciados.

De qualquer forma, não vejo, em nenhuma das correntes, algo que remeta a escolha dos revoltosos, no período anterior à Revolução, pois, dentre eles há oficiais muito antigos, já reformados como os generais Isidoro, formado na Escola Militar do Rio Grande do Sul; há positivistas como o General Augusto Ximeno de Villeroy; instrutores e alunos da Missão Indígena, como alguns dos revoltosos. Dentre seus instrutores podíamos encontrar também “Jovens Turcos”, como os Capitães Euclides de Oliveira Figueiredo e Epaminondas de Lima e Silva, do grupo que expunha a ideologia do “soldado-profissional,” extremamente legalistas.

Poderíamos apenas sugerir que os modernizadores que permaneceram na legalidade defendiam a ideia de um “soldado profissional,” enquanto os revoltosos reivindicam a ideia do “soldado-cidadão,” apregoada pelos veteranos da Guerra do Paraguai durante a Questão

¹¹⁷ NETO, [198_], op. cit., p. 68.

Militar, embora nunca em seus discursos tenham mencionado esse termo, como o fizeram os veteranos desta Guerra.

Há que se considerar que todas as teorias difundidas nesses treinamentos concorriam com os projetos políticos individuais, o projeto político de cada indivíduo que é um ator de mudanças político-sociais. A formação de um grupo revoltoso apenas significa que tinham pontos em comum que destoavam da forma como a instituição e alguns de seus colegas se conduziam, todavia, dentre os revoltosos, tampouco havia um pensamento homogêneo, havendo divisões e, principalmente dúvidas acerca de qual caminho político e até programático, nesse último caso permanecessem dentro dos parâmetros de uma democracia liberal.

João Alberto teria dito, anos mais tarde, que palavra “Revolução,” nos anos 20/30 estava sempre presente, embora para alguns sequer fizesse sentido, inclusive para ele próprio.

Eu estava quase alheio a estes acontecimentos. (...) Não dava muita atenção à política e não tinha a noção exata da situação. Quando o Presidente Epitácio Pessoa fechou o Clube Militar, numa atitude violenta e imprudente, manifestei-me contra. A minha simples declaração no cassino bastou para eu fosse envolvido nos acontecimentos, em fase final de ação revolucionária. Um dia, às vésperas do movimento, fui convidado para aderir à revolução. Não tinha muito tempo para me decidir e, assim, coloquei-me ao lado de meus amigos e da Escola Militar.¹¹⁸

De fato, a Revolução era a palavra de ordem na década de 20/30. Isso porque Revoluções, dentro e fora do Brasil, foram comuns a vários países latino-americanos,¹¹⁹ e estas e outras revoltas, ocorridas em outros países, eram citadas pelos revoltosos em seus manifestos, pois coevas de suas insurreições, inspiravam os militares a apelarem para a solução das armas e a manterem-se persistentes em suas atitudes intervencionistas:

Pior que a masmorra é o fusilamento. No México se fusila todo o oficial revoltoso aprisionado¹²⁰ e, entretanto, estarão, porventura, com tal rigor, abafados os famosos pronunciamentos nesse país? Apenas as revoltas têm redobrado de intensidade, sendo muito mais bem preparadas e muito mais frequentes as cenas de ferocidade entre combatentes que sabem bem que do resultado da peleja lhes depende a vida. [...] nem os suplícios dantescos da Fortaleza de S. Pedro,¹²¹ nem os rigores dos

¹¹⁸ BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 19.

¹¹⁹ Cf. FAUSTO, Bóris. *Revolução de 1930*. 14ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹²⁰ Refere-se à guerra civil tomou conta do país. Os camponeses, liderados por Zapata e Pancho Villa, que empregaram a tática de guerrilhas contra as forças do governo, sendo depois duramente reprimidos. Pancho José Doroteo Arango Arámbula, (com pseudônimo de Francisco Villa e apelidado de Pancho Villa, foi um dos comandantes mais conhecidos da Revolução Mexicana. Foi assassinado em 1923. Emiliano Zapata Salazar foi um importante líder na chamada Revolução Mexicana de 1910, contra a ditadura de Porfirio Díaz, sendo considerado um dos heróis nacionais mexicanos. Foi assassinado em abril de 1919.

¹²¹ Referência à Fortaleza de São Pedro e São Paulo, localizada em São Petersburgo, na Rússia. Durante muitos anos as suas instalações foram utilizadas como prisão política. Provavelmente refere-se à Fortaleza de Tobolsk,

invernos da Sibéria, nem os enforcamentos públicos em massa impediram levantes, conspirações e, finalmente, a vitória dos princípios por que combateram.¹²²

Anos mais tarde outro Tenente, o Luiz Cordeiro de Castro afilhado completaria esse pensamento de João Alberto, com a seguinte síntese acerca das ideias que circulavam na caserna:

Em 24, o que prevaleceu entre nós era uma concepção utópica de governo ditatorial, altamente disciplinador e moralizador, mas ao mesmo tempo democrático. Pode-se afirmar que Joaquim Távora, embora não pudesse fugir a influência desse ambiente e não pudesse, portanto, ter ideias políticas econômicas e sociais perfeitamente definidas, acreditava no povo e consequentemente na democracia.¹²³

Estava em curso, na década de 1920 uma transição na cultura política do país. Há apenas três décadas do ocaso do Império brasileiro, a Primeira República já estava em crise, em função das disputas dos diversos grupos sociais existentes. Correntes anarco-sindicalistas europeias e influências de ideias comunistas, advindas da recente Revolução de 1917; correntes de pensamento autoritárias, existentes na intelectualidade brasileira, representadas por Alberto Torres e Oliveira Viana, só para citar alguns, que propunham uma radical reformulação do Estado, um Estado organicista, centralizado e autoritário; além das próprias ideias e contendas intra-oligárquicas; todas essas questões estavam em disputa na Primeira República. Isso fazia com que militares, operários, políticos, a sociedade, de um modo geral, ora dialogassem com essas ideias, ora resistissem a elas.¹²⁴

Por isso sempre foi difícil identificar quais tradições, valores, práticas e interpretações, impulsionaram o movimento militar, e em que momento grupos ou indivíduos da caserna dialogaram com eles, se aproximando ou se distanciando de sua visão acerca da política e do país que desejavam, pois essas ideias ainda estavam em construção e adesão a elas em franco processo de discussão, dentro e fora da caserna. Não apenas os militares, mas todos os atores sociais que, nesse período da história viveram conjuntamente a experiência de conquistas e fracassos, expectativas e frustrações em relação ao novo e recém-criado regime republicano, sendo igualmente alcançados pelas idéias políticas que pairavam na sociedade, que

na Rússia, um antigo presídio de segurança máxima, “construído entre 1838 e 1855, e desativado em 1989.” Ver mais em: MOORE, Jamie. Que tal se hospedar na prisão mais ‘linha-dura’ da Sibéria? *BBC News* de 02/02/ 2016 (jornal on line).

¹²² Abaixo assinado endereçado a Arthur Bernardes, escrito por oficiais revoltosos de dentro da Casa de Correção. Assinam 6 generais, 1 Coronel, 1 Tenente-Coronel, 4 Majores, 7 capitães, 26 1º Tenentes e 8 2º Tenentes. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 1924. 11. 16. Rio de Janeiro, 2009.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Sobre isso ver mais em: ARAGÃO, I. L. 1924: A revolução que começou em 1889. Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção de título de pós-graduação em História do Brasil pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro São Gonçalo, 2006.

influenciavam suas reflexões e ações, seu modo de ver e ser. No caso militar, tudo isso ainda estava amalgamado aos elementos corporativos, tão fortes em sua formação e na construção de um *ethos* militar.¹²⁵ Nesse contexto, diversas interpretações foram apresentadas sobre o movimento militar, atribuindo-se a ele, em alguns casos, motivações liberais; em outros momentos, a representação de um anseio de ascensão das classes médias; ou, ainda, que tivessem desde o início perseguido a implementação de uma ditadura militar. Há ainda aqueles que enxergam em seus atos apenas motivações corporativas. Todas essas interpretações, ao pretenderem classificar suas ações como provenientes de apenas uma dessas vertentes, se tornam nulas, pois, como atores sociais, os militares vivenciam essa multiplicidade de experiências políticas como um todo e as diferentes visões em disputa também se misturam em seus projetos políticos individuais e coletivos, ainda em processo de construção. Joaquim Távora, por exemplo, era simpático às reivindicações operárias e queria incluir os civis na Revolução, assim como Alfredo Augusto Ribeiro Júnior o fez, criando a Comuna de Manaus, realizando expropriações e criando impostos para os mais ricos e cobrando os atrasados de empresas inglesas, sendo, por essas medidas, homenageado por civis, mulheres, operários, etc. O chamado Tributo da Redenção foi criado para reaver o dinheiro retirado do Tesouro, o governo revolucionário realizou confiscos bancários; leilões, de bens móveis; fez cobranças de impostos atrasados de empresas inglesas. Além dessas medidas expropriaram o mercado e o matadouro da firma inglesa Manaus Market, postos sob a responsabilidade do novo governo de Manaus, para alimentar a população, faminta e sem trabalho devido à crise da borracha no mercado internacional.¹²⁶

Joaquim Távora em Corumbá, Mato Grosso, incentivou a participação da população civil, valendo-se do exercício de sua profissão como engenheiro civil para fazer contato com fazendeiros, comerciantes, boiadeiros, políticos e simples figuras populares da região, assim como em São Paulo, onde procurou contato com operários, ainda que Isidoro ficasse apreensivo com a decisão. Em certa ocasião, segundo Miguel Costa, teriam conversado sobre a proteção do operário, ocasião na qual falou longamente sobre a questão das 8 horas de

¹²⁵ Ver mais em: LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um Pensamento autoritário na Primeira República*. Uma interpretação. In: *O Brasil Republicano*. Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo X, 2ª Edição. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. 2º volume.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República Liberal-Oligárquica*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha: Poder, Mercado e Trabalho, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Juiz de Fora, 2015.

¹²⁶ Ver: Dicionário Histórico Biográfico. Verbetes: *Alfredo Augusto Ribeiro Júnior*. CPDOC-FGV. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIBEIRO%20J%C3%A9ANIOR,%20Alfredo%20Augusto.pdf>. Acesso em: 04/04/2018.

trabalho, afirmando que tivera contato com esses problemas através das longas conversas que mantinha com Nilo Peçanha, que acabara de voltar da Europa em convulsão.¹²⁷ O Tenente Nunes de Carvalho é outro revoltoso que faz uma ampla análise sobre as riquezas do país em contraposição à situação do operariado exaltando a carestia dos alimentos de primeira necessidade, dos exorbitantes aluguéis de casas ou de habitações coletivas, em casas de cômodos e porões infectos, das famílias desamparadas, da fome e da miséria e de crianças doentes, filhos e famílias de operários que, por sua vez, são justificados, por Nunes, em seus movimentos de reivindicação por melhores salários.¹²⁸

O Tenente da Aviação do Exército Carlos Chevalier chama a atenção em sua autobiografia para a figura de Mussolini, que surge na Itália como uma alternativa de liderança a ser observada, o que vai ao encontro da observação de Lamounier,¹²⁹ acerca da existência de um protofascismo na Europa da década de 1920, que já influenciava as ideias políticas, embora viesse a se consolidar somente da década de 30 em diante.¹³⁰

Nesse sentido, percebe-se que o fascismo, na década de 20, para alguns revoltosos, ainda é visto como uma possibilidade, uma alternativa de governo forte, capaz de organizar o Estado e coibir abusos. Da mesma forma, as ditaduras não possuem o significado adquirido na contemporaneidade, especialmente no Brasil, após o período dos regimes militares em vigor em diversos países da América do Sul. São aceitas com certa naturalidade por militares governistas e revoltosos como Chevalier. Ele afirma, por exemplo, que “dictaduras, as há na Europa e seus resultados não teem sido de todo maléficis. E prossegue afirmando que “o cérebro formidável de Mussolini ahi está para attestar o que venho de dizer. Mas a dictadura de Mussolini faz-se com o apoio de 90% dos italianos, e, além disso, é um patriota de verdade; Mussolini é inteligente.” A identificação de Chevalier não se restringe ao líder italiano. Mustafá Kemal também é citado por ele como um exemplo a ser seguido, “um bravo.” Conhecido pela mocidade militar, que fez treinamento na Alemanha, num Exército treinado por ele, segundo o Tenente Chevalier, Kemal teria “erguido a Turquia,”¹³¹ uma

¹²⁷ Wainer

¹²⁸ CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil*. Buenos Aires, [1925] 1930, p. 24-5

¹²⁹ LAMONIEUR, 1978, op. cit.. Ver também: MACEDO, 2005, op. cit..

¹³⁰ CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925, p. 367.

¹³¹ “As negociações no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, com o Armistício de Mudros e o Tratado de Sèvres, impunham ao Sultão Mehmet Vehdettin (r.1918-1922) profundas e humilhantes alterações no desenho do império Otomano. Por esse tratado, datado de 1920, seu território deveria ser dividido, com a criação de uma Armênia independente no leste e de um Curdistão autônomo no sudeste. o resto do país seria rateado entre franceses, italianos e gregos, e os Estreitos seriam desmilitarizados e colocados sob o controle internacional (POPE; POPE, 2004, p. 55). Pelo Tratado de Sèvres, os turcos só dominariam 15% do que fora outrora o Império Otomano. Bernard Lewis (1968, p. 247) ressalta ainda que esse acordo era mais pesado do que o Tratado de

referência à chamada Guerra de Independência,¹³² 1919-1923, às reformas religiosas, políticas e sociais e à modernização das leis, entre outras realizações, todas exaltadas por Chevalier.¹³³ Kemal estabelece um governo republicano,¹³⁴ não exatamente democrático, mas com proposta modernizadora, dizendo-se representante da Nação inteira, independente de grupos ou classes, embora em seu governo tenha havido um grande culto à personalidade e a punição e supressão de todos os seus opositores, através da difusão da ideia de uma Turquia ameaçada por inimigos internos e externos. Mas, para os revoltosos, o uso desse expediente utilizado por Atatürk, o “pai dos Turcos,” parecia estar dentro da normalidade e seria usado por Getúlio Vargas, o “pai dos pobres” e por muitos outros governantes.¹³⁵

E, finalmente, Chevalier cita Primo de Rivera. Rivera protagonizara um golpe de Estado de 13 de setembro de 1923 pondo termo ao parlamentarismo espanhol, substituindo-o por um Conselho presidido por ele próprio, formado por nove membros representantes das oito regiões militares e da Marinha. Um decreto emitido quatro dias depois invalidou as instituições representativas previstas na Constituição de 1876, quais fossem: tribunais, câmaras, câmaras municipais e concedeu a Primo de Rivera o poder de propor diretamente, ao rei Alfonso XIII, textos com valor de lei. Essas foram as primeiras providências para impedir quaisquer tipos de representação popular, e isso era um bom exemplo para Chevalier, haja vista a rivalidade existente dos revoltosos ao Legislativo e ao Poder Executivo. A ação de Rivera se justificava no argumento de uma necessidade urgente de uma ação enérgica ação executiva “empreendida pelo ‘cirurgião de ferro’, chamado a extirpar os problemas imediatos

Versalhes, imposto à Alemanha no mesmo contexto pós-guerra.” Ver mais em: SOCHACZEVISKI, Monique. De Atatürk a Erdogan: A República da Turquia em três tempos. *MALALA*, Revista do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçumano (USP) São Paulo v. 6, n. 9, jul. 2018, p 70-90. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/malala/article/view/148426>

¹³² O império otomano desde o século XIX já sofria disputas vindas da Rússia e no início do século XX por causa das guerras que enfraqueceram-no de tal forma que ingleses e franceses dividiam, entre si, seu território, com base no acordo Sykes-Picot (1916). A essa situação seguiu-se o pós-guerra quando a capital otomana, Constantinopla, civil ocupada pelos aliados É nesse momento que a figura Militar de Mustafá kemal atua primeiro como líder do movimento nacionalista turco no âmbito da guerra de independência 1919-1923 e, depois, como seu primeiro presidente Republicano lançando as bases de um Estado turco republicano. Ibid, ibidem.

¹³³ O tenente faz menção à Reforma Religiosa realizada por Kemal, promovendo um Estado laico, afirmando que teria acabado com os “casamentos por atacado” (proibição da poligamia); com os “rostos cobertos,” (uma alusão à suspensão do uso do turbante e véu e à imposição de roupas comuns.). Além de todo o exposto Kemal torna-se um forte exemplo para os militares desse período, por ser um General e depois Marechal e que havia “derramado seu próprio “sangue” no “solo da pátria em defesa do seu povo,” (referência de Chevalier a sua atuação como militar em várias Guerras, antes da Primeira Guerra Mundial e, inclusive nesta última). CHEVALIER, 1925, op. cit., p. 367.

¹³⁴ Em 1919 ele é numa grande assembleia nacional na capital da Turquia foi aclamado como primeiro presidente da Turquia após o movimento Nacional contra as potências ocupantes. Esse episódio foi chamado de Guerra da Independência e o mundo reconheceu oficialmente o direito dos nacionalistas turcos reconstruírem para si próprios a Turquia, sobre as ruínas do Império Otomano. Ibid, ibidem.

¹³⁵ Kemal adotou o sobrenome de Atatürk, cujo significado era “pai dos turcos.”

que afligiam o País,” assim como são justificados a maioria dos movimentos com tendências antidemocráticas. Os revoltosos queriam que esse papel fosse exercido pelo Poder Judiciário, ultimo poder, segundo eles, capaz de levar os ideais republicanos à frente respeitando as leis e a Constituição e nisso, concordavam com Oliveira Viana, um dos defensores do que se convencionou chamar de “Pensamento Autoritário” na Primeira República.¹³⁶ Aliás se tornaram lugares comuns as justificativas que giram em torno de medidas regenerativas, com propostas genéricas, moralizantes, para coibir os excessos, assim como os discursos que apregoam a proteção da Constituição.

O caso da Espanha apresenta algumas similaridades e diferenças com os discursos que legitimam a necessidade da existência de regimes autoritários, incluindo o Brasil. Segundo Martinez não se buscava, nesse país, o estabelecimento de um regime fascista propriamente dito e, embora o Partito Nazionale Fascista e Mussolini se apresentassem como uma “inspiração simbólica,” em ambos os casos, Itália e Espanha, havia o temor de uma revolução proletária, o que não era o caso do Brasil, onde duras medidas, inclusive a de deportação, foram tomadas. Todavia, o fato de a Unión Patriótica, de Rivera - uma organização criada a partir do poder, cujos membros almejavam o desejo de alcançar uma posição vantajosa na estrutura do Estado - não possuir uma ideologia previamente definida, carecendo de um programa de governo coerente e, também, da Espanha não possuir nenhum partido de oposição sólido, que pudesse tomar o poder pela força, guarda semelhanças com a ação dos revoltosos no Brasil republicano das primeiras décadas. Além disso, como normalmente ocorre nas ditaduras, tendo-se a percepção de que havia um descrédito popular com o governo em exercício, na Espanha empunhavam-se bandeiras moralizantes, de ordem, trabalho e restauração da economia, persistindo na concepção autoritária de ser impossível extirpar a ineficiência do regime anterior, senão por intermédio de um comando forte. Essa assertiva é encontrada no discurso daqueles que almejam regimes ditatoriais e está presente nos discursos dos militares revoltosos. Da mesma forma que, levantada a hipótese de que esse poder pudesse se tornar tirano, a resposta de Primo de Rivera foi a proposição de uma ditadura como uma “solução temporária,” apenas pelo tempo necessário à renovação das instituições do país. Essa proposição está presente no discurso dos revoltosos da década de 20/30, assim como nos discursos dos protagonistas do golpe militar de 1964 no Brasil. Mas, fato é que, tanto na

¹³⁶ "Sendo este (o Executivo) o mais pessoal dos três poderes políticos é, por isso mesmo - num regime de irresponsabilidade quase absoluta, qual o nosso - o menos próprio para exercer esse ascendente. Uma vez que o equilíbrio dos poderes políticos se haja de romper, em favor de um deles menos perigoso é, para a liberdade, que tal suceda com o Poder Judiciário." TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento*, Rio de Janeiro, O Combate, 1927-28, vol. I, p. 234.

ditadura militar instituída por Rivera, quanto na que foi iniciada em 1964, a sedução de permanecer no poder não permitiu que o regime fosse temporário.

É importante ressaltar que o pensamento de um regime autoritário nunca foi uma unanimidade entre os tenentes, havendo muita diversidade no entendimento político de cada um, alguns ainda muito jovens e sempre sob a égide dos ensinamentos militares. Mas, é inegável que a influência de uma liderança oposicionista de peso do Rio Grande do Sul como Assis Brasil, que se afastara dos republicanos por causa do fechamento do Congresso, ocorrido no governo Deodoro, e sempre se declarou um democrata, certamente teve um papel importante em coibir esse tipo de pensamento, dentre os revoltosos, pois a importância de seu apoio ao movimento era imprescindível. E isso foi verbalizado pelo próprio Assis Brasil, com clareza, em carta a Luzardo, quando cobrado por ele em relação a uma posição em prol dos revoltosos.

Era essa a situação no Rio Grande, quando explodiu o levante militar de São Paulo. Nada tínhamos com elle, nem fomos ouvidos sobre os antecedentes ou os fins d'essa sublevação. Por isso a opinião libertadora riograndense permaneceu em attitude de mera especiação, tendo mesmo alguns dos nossos amigos influentes offerecidos os seus serviços ao Governo Federal para o sustentarem, no caso de se tratar de um pronunciamento militar comum, destinado apenas a derrubar a autoridade, substituindo-lhe uma ditadura militar. Consultado pela Bancada, declarei lealmente a escassez das minhas informações sobre o mérito do levante paulista e a confiança em que a Bancada, mediante as suas luzes, patriotismo o mais immediato conhecimento das circunstancias, saberia adoptar a melhor attitude. Esse modo de pensar e proceder poderia estabelecer a duvida e a indecisão sobre todas as cousas, menos sobre uma – e é que, em quaesquer circunstancias, o fim supremo, a suprema razão de ser da Aliança Libertadora seria sempre a libertação do Rio Grande do Sul, da tyrannia que nos esmaga e envergonha. Se, pois, a Revolução iniciada em S. Paulo assumisse caracter civil e se associasse ao nosso ideal, como poderíamos decentemente reppelil-a, ainda mais, se se desse a aggravante evidente de o governo federal prestar mão forte ao nosso oppressor, acceitando a sua vil adhesão e fazendo causa comum com elle? Como poderíamos honestamente repudiar o auxilio que nos offerecessem os elementos que no próprio Estado do Rio Grande se levantassem como repercussão do facto paulista, offerecendo-nos a sua solidariedade na obra da redempção que a fatalidade tornou condição inseparável da nossa vida moral e material? (...) Mas não são precisos manifestos, nem proclamações, nem quaesquer outras demonstrações ostentosas, para que toda gente razoável saiba que, como chefe eventual da Aliança Libertadora e como simples cultor do principio democrático, eu não possa deixar de applaudir tudo quanto poder levar-nos á Libertação. Por outro lado, tenho por certo que ninguém me faria seriamente a injuria de suppor-se capaz de apoiar um simples pronunciamento militar, se não tivesse garantias positivas de que os militares nelle envolvidos não aspiram á ditadura militar, mas querem apenas a extirpação dos abusos e da corrupção em que se vêm afundando, aos olhos de todos e com o reconhecimento de todos, as instituições e a Patria. Em resumo, não temo estar em erro affirmando que nenhuma convicção existe hoje mais arraigada na consciência nacional do que esta: A Republica Brasileira, obedecendo talvez a uma fatalidade histórica, precisa de ser remodelada, e essa remodelação não poderá ser effectuada pelos processos chamados legaes e muito menos pelos representantes da casta que a arrastou á situação deplorável em que se debate. A época da Revolução está aberta e os responsáveis por ella são os deturpadores do regimem. Confiamos que as grandes

qualidades do nosso povo, tantas vezes ostentadas no curso da sua historia, mais uma vez lhe inspirem a escolha do melhor caminho para a salvação. A justiça triunphará, sejam quaes forem os resultados dos incidentes da actualidade.¹³⁷

Além de conclamar à futuras alianças, que atendessem também à luta e anseios do estado do Rio Grande do Sul, a posição de Assis Brasil era nitidamente precisa quanto a quaisquer hipóteses de que o levante militar vislumbresse estabelecer uma ditadura militar e essa posição de Assis Brasil, certamente, deteve aqueles que por ventura, pensassem em agir nessa direção naquele momento.

Para os revoltosos, que iniciam uma luta por desagravo ao Exército, em defesa de um *ethos* militar julgando-o conspurcado, a luta vai se transformando, ao longo do tempo, em uma feroz rivalidade contra as oligarquias. Estas, ao aplicar violenta repressão política, lotando as prisões e navios-prisões, de oficiais; deportando para prisões em ilhas litorâneas e oceânicas e para campos de desterro como o da Clevelândia, no Oiapoque e mantendo no exílio, sem anistia, por mais de uma década, terminam por gerar revolucionários profissionais, que sofrem uma reelaboração em suas identidades militares.¹³⁸ Ricoeur aborda a questão da ipseidade¹³⁹ associando-a à evidência de que o sujeito detém uma determinada identidade que vai mudando ao longo do tempo, mesmo que isso não resulte numa ruptura de personalidade. Ao abordar as noções de “insubstituidade de pessoas” e “reversibilidade do ser” aponta para a ideia de que num mundo de relações interpessoais, os sujeitos estão a trocar de papéis constantemente, com o outro e consigo próprio.¹⁴⁰ Assim, o sujeito, sendo único, singular, e, no entanto, objeto de uma dinâmica constante, possuiu essa “ipseidade.”¹⁴¹

Os revoltosos tornaram-se destemidos, incansáveis, posto que, foragidos, caçados pela Polícia Política e desertores do Exército, e, portanto, determinados a lutar até vencer. Desenvolveram uma identidade militar-rebelde, que se justificava a partir do momento em que se julgavam defensores de um *ethos* militar, atitude extensiva à defesa da República e da Constituição, ao respeito às leis eleitorais, e à defesa de um povo que julgavam em condição de desvantagem, diante do poder das oligarquias. E isso era tudo.

Chegaram a esboçar um programa simples, no qual a principal bandeira seria o voto secreto, pois julgavam, com isso, deter os arranjos oligárquicos de manutenção no poder, livrando a população do jugo das oligarquias dominantes, além de uma educação gratuita e

¹³⁷ Carta de J. F. Assis Brasil, de Berachi (Estância no Departamento do Cerro Largo, Uruguai), em 15/12/1924, para Batista Luzardo. Grifos meus.

¹³⁸ Sobre isso ver mais em Isabel

¹³⁹ Aquilo que diferencia um ser do outro, atributo próprio, único, característico de um ser.

¹⁴⁰ RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991, p. 225-6.

¹⁴¹ Ibid, p. 227.

obrigatória, que garantiria acesso a algum conhecimento, num universo de milhares de analfabetos. O fato é que não havia, ainda, um caminho político definido, a ser seguido, quer no âmbito coletivo, quer no individual, sendo, portanto, inapropriada a tentativa de amoldar as ideias apregoadas durante o movimento rebelde, do qual tratamos, a modelos políticos ou teóricos, especialmente num momento histórico em que as escolhas político-ideológicas estão abertas a quaisquer possibilidades. E isso fica mais evidente depois da Revolução de 1930, quando, os participantes desta, buscam caminhos políticos diferenciados, alguns disputando candidaturas em partidos como a UDN, como Eduardo Gomes (1945) e Juarez Távora (1955); outros optando pelo comunismo, como Prestes; alguns mantendo-se ao lado de Getúlio Vargas, mesmo durante o Estado Novo, como Miguel Costa, João Alberto, Felinto Müller; havendo, ainda, aqueles que se organizaram no Clube 3 de outubro, como Hercolino Cascardo e Augusto do Amaral Peixoto, e assim sucessivamente.

A ausência de uma direção ideológica é verbalizada, com clareza, por Prestes em carta a Isidoro Dias Lopes, quando, após a saída de *La Gaiba* dialoga com ele sobre os objetivos políticos da luta, entre outros pontos de sua continuidade:

SITUAÇÃO GERAL – O dr. Assis Brasil (quer dizer, o Partido Libertador, ora organizado no Rio Grande) e a parte mais importante do Partido Democrático de S. Paulo concordam hoje connosco em que somente a revolução – levada ao extremo da guerra civil – será remédio idôneo para resolver a situação nacional, e estão ambos dispostos a auxiliar-nos no sentido de se organizarem as forças indispensáveis á execução de um levante capaz de vencer os elementos de que dispõe o governo. OBJECTIVOS POLITICOS – Pensam as duas correntes políticas, a que me referi acima, que, victoriosa a revolução, deverá ser instituído um governo provisório (preferencialmente sob a chefia de um civil), o qual deverá ter uma duração mínima indispensável á convocação de uma constituinte e á eleição do novo presidente. Penso que taes questões são secundarias e que nenhum mal haverá em conformar-nos com o modo de pensar das duas mais fortes correntes partidárias que ora nos apóiam. Todos os que meditem criteriosamente a respeito da situação nacional, chegarão a estas mesmas conclusões: “o Brasil está escravizado a uma terrível machina de opressão, que é preciso ser, quanto antes, desmontada, desmantelada, completamente destroçada”.

Só a guerra civil será capaz de tanto. Feito isso, o povo escolherá o governo que entender e terá aquelle que merecer; poderá ficar na democracia liberal, ou ir, si quiser, até os extremos do Fascismo ou Comunismo. De qualquer forma, porem, só um governo realmente prestigiado pela maioria da opinião publica, poderá governar, depois de uma revolução victoriosa. O resto são theorias mais ou menos inócuas. As nossas palavras de ordem devem ser portanto: “destruir, desmantelar a tyrania que ora nos opprime”.

Todos os que quizerem connosco collaborar nessa destruição, serão nossos amigos – tenham elles o credo político que tiverem. Por inimigos devemos ter todos os que defendem a situação actual, e os que pela sua incurável passividade e inação se opuzerem a essa demolição.¹⁴²

¹⁴² Carta de Luiz Carlos Prestes para Isidoro Dias Lopes, de Paso de los Libres, em 18/04/1928.

Para Prestes, a responsabilidade militar se restringe à derrubada da “machina de opressão” e da tyrania. Quem assumirá, ou se sob o regime civil ou militar seria decidido pelo povo, que no momento, precisava que interviesses militarmente por não dispor de armas para fazer uma revolução, sendo esse o seu papel. Da mesma forma, concorda com Prestes o Tenente Joaquim Nunes de Carvalho.

Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo imenso território brasileiro, em pontos onde muitas vezes não chega sequer sombra de civilização, onde não bafeja o sentimento, a ideia de Pátria? Esse povo, só por si, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese desse mesmo povo - o Exército brasileiro - composto de caracteres bem formados, coma noção exata do cumprimento do dever - de 'defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior' -, esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz. É, pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos, no sentido de arrancar a República desse lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais e alçá-lo ao Altar-Mor da Pátria que se tomaria assim mais forte e mais respeitada.¹⁴³

O Tenente Nunes de Carvalho chega a aventar a hipótese de que as Forças Públicas devessem ser extintas, posto que seu apoio às oligarquias estaduais funcionava como seu principal sustentáculo no poder.¹⁴⁴

O Capitão da Aviação Carlos Chevalier, com a ironia que lhe é peculiar, em sua autobiografia, concorda com a ideia de que o povo desarmado não tinha como enfrentar o Estado oligárquico e dizia, da cobrança de alguns, de uma Revolução ter que partir do civil, o seguinte:

Mas a prática tem sobejamente demonstrado na época actual que só podem revoltar-se aquelles em cujas mãos estão as metralhadoras. Pretender impor ao civil que saia rua de espingarda de matar passarinhos, com o seu imitação de calibre 32 e a faca de mesa espetada na extremidade da bengala á guisa de lança, é expol-o ao ridículo, quicá ao suicídio. Contra tropas regulares armadas de fuzis metralhadoras, canhões e carros blindados, só tropas nas mesmas condições. Contra a força não há resistência.¹⁴⁵

Essas assertivas provavelmente suscitaram críticas quanto ao fato de pretenderem tutelar o elemento civil. Mas, essa interpretação a meu ver não condiz com o fato em si da

¹⁴³ CARVALHO, 1925, op. cit., p. 24.

¹⁴⁴ A mesma crítica à excessiva autonomia aparece nos escritos do Tenente Nunes de Carvalho, que responsabiliza os republicanos históricos pela transformação dos estados da federação em vinte feudos, cujos senhores são escolhidos pela política dominante ou pelo próprio presidente da República, e chega a assumir a forma de uma proposta de supressão das unidades estaduais, em um livro do bacharel da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima.” Ibid, p. 11. LIMA, Lourenço Moreira, *Marchas e Combates*, Pelotas, Globo, 1931, 2ª vol., p. 364, apud FAUSTO, Boris. 1994, op. cit., p. 87.

¹⁴⁵ CHEVALIER, 1925, op. cit., p. 364

impossibilidade de um civil lutar contra um Estado de exceção altamente repressor que consegue conter, durante quase uma década, oficiais armados e bem treinados em prisões, porões de navios, desterrados ou exilados. Além disso, há nesse trabalho diversos exemplos da participação de elementos civis do Rio Grande do Sul, além da observação desse fato em obras como as do operário espanhol Everardo Dias,¹⁴⁶ ou na de Maria Clara Spada de Castro, *Tenentismo em 1924: a participação civil na revolução paulista*¹⁴⁷

Depoimentos como os que foram selecionados acima viabilizam aos atores sociais que tenham voz, como sujeitos de uma história narrada, de uma história vivida e ressaltam a importância do testemunho, daqueles que a protagonizam. São testemunhos que podem ser obtidos a partir de seus depoimentos em cartas, manifestos, entrevistas, depoimentos, reportagens, registros em suas autobiografias e biografias, que auxiliam na construção de uma História ainda não contada, e foram utilizados na pesquisa que ora apresentamos.

O testemunho como fonte principal

As autobiografias, biografias, imagens, cartas e entrevistas, contendo relatos e histórias de vida, alcançaram, na atualidade, o estatuto de objetos de estudo na historiografia, por apresentarem-se como um meio distinto de acesso às atitudes e representações dos sujeitos, a partir da valorização de suas memórias individuais, de um relato retrospectivo que alguém escreve, ocupando-se de sua própria existência.¹⁴⁸

Trazer seus testemunhos à análise, acompanhando as trajetórias dos sujeitos, dos rastros, para Ricoeur, dos traços, para Catroga, dos indícios, para Ginzburg,¹⁴⁹ colhidos, e em sua maioria produzidos pelos próprios revoltosos, tornou possível a preparação de uma história até então desconhecida e rica em conhecimento histórico, ressaltando-se, por isso, a importância do testemunho dos atores envolvidos, de suas próprias narrativas sobre si, que se constituem na interpretação destes sujeitos sobre as coisas, a narração do fato por quem se encontrava diretamente envolvido na trama, sua visão sob um ângulo único, uma perspectiva jamais vivenciada pelo historiador, um relato onde o caráter narrativo da identidade é evidenciado. Ademais, o testemunho é uma visão de si que “só o sujeito pode dar sobre si

¹⁴⁶ DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas: 1924-1926*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926.

¹⁴⁷ CASTRO, Maria Clara Spada. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Paulista* / Maria Clara Spada de Castro. – Guarulhos, 2013. 91 f.

¹⁴⁸ LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Madrid: Megazul-Edymion, s/d., p, 11.

¹⁴⁹ Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

mesmo,” o que independe da sua verdade referencial,¹⁵⁰ porque, quem quer que seja o agente de um relato, toda experiência narrativa sempre será mediada por sistemas simbólicos, já que não há nenhuma possibilidade de acesso a ela “fora das histórias contadas por outros ou por nós mesmos.”¹⁵¹ Nesse sentido, a narrativa do historiador, a partir de *corpus* documental – que, lembremo-nos, também consiste numa narrativa - não se torna mais nem menos mais crível ou legítima que o testemunho de si, pois:

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, senão às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser um confronto entre testemunhos.¹⁵²

Dito isso, faz-se mister compreender, portanto, que “toda narrativa é uma escolha” já que “toda história supõe a eliminação de outras histórias alternativas,” ainda que isso não ocorra de modo consciente,¹⁵³ ainda que esse testemunho ou uma autobiografia pressuponham autojustificações, um esforço de recriação de si mesmo e até certo revisionismo da vida na escrita.¹⁵⁴

Talvez essa tenha, inclusive, sido a principal razão para que o uso de autobiografias e biografias se tornassem gêneros essenciais na história, devido ao auxílio que a dimensão individual empresta à compreensão do processo histórico, enfatizando a necessidade da busca da compreensão do vivido, do eu e de sua verdade, indispensável tanto para quem a escreveu, quanto para quem a utiliza como fonte primária.¹⁵⁵ Mas, não somente. Autobiografias, se usadas como fontes primárias, apresentam depoimentos que, alinhavam fatos políticos, econômicos e sociais, na maioria das vezes sem registro de seu período anterior e posterior, sendo, o evento principal, este sim, considerado de maior relevância, e, portanto, privilegiado pela maioria dos pesquisadores, embora os fatos que o antecedem e sucedem sejam tão ou mais importantes que ele, por fazerem emergir o processo histórico que o desencadeou. Partindo dessa premissa pode-se afirmar que a originalidade de uma história pode ser atribuída à conjunção do relato de suas experiências, com uma aproximação da escala de

¹⁵⁰ “Por pouco que se pense, não há outro testemunho objetivo da identidade de um sujeito, além do que ele dá, assim, dele mesmo sobre si mesmo.” Benveniste [1977] 1983, p. 183, apud ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 123-5.

¹⁵¹ RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I: L'intrigue et le récit historique, Le Seuil, 1983, p. 141, apud ARFUCH, 2010, p. 111-2.

¹⁵² RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2007, p. 155-6.

¹⁵³ REVEL, Jacques. *História e Historiografia*. Exercícios críticos. Curitiba: editora UFPR, 2010, p. 231.

¹⁵⁴ Cf. ARFUCH, 2010, op. cit.

¹⁵⁵ LEJEUNE, s/d., op. cit., p. 13.

observação, que, a priori, permite a construção de “objetos históricos inéditos”, revelando “os recursos de que dispõe os atores e a diversidade dos campos, nos quais eles são suscetíveis de agir”.¹⁵⁶ Isso, porque as abordagens micro-históricas têm como traço distintivo a apresentação da experiência como a base de um novo conhecimento que se encontra nas realidades da vida cotidiana, tomando as práticas sociais como ponto de partida de análise. Partindo-se dessa premissa, podemos seguir a proposição de Ricoeur, de que assistimos a história remodelando a experiência em favor de uma reconstrução do passado, sobre a base dos rastros deixados por ele¹⁵⁷ [pelo sujeito], de seu relato, do testemunho de sua própria história e da história de uma época.

Autobiografias e biografias preenchem, também, as lacunas deixadas pelas cartas, em um universo no qual o pesquisador não faz parte da interlocução e não possui dados importantes, subentendidos no diálogo, posto que, geralmente, “a carta constitui um lugar de sociabilidade ‘privado’, oposto aos lugares ‘públicos’, como revistas, colóquios e manifestos.”¹⁵⁸

A escrita com base no testemunho necessita de um pacto narrativo entre aquele que narra sua experiência e o que escreve sua biografia, bem como entre aquele que escreve sua autobiografia e aquele que a lê. Tanto a biografia como a autobiografia são testemunhos e tornam-se um ato dialógico, onde o narrador de si mesmo exercita, primeiramente e consigo mesmo, a recriação de sua história, como sendo um outro, numa “fusão de horizontes,” uma viagem ao passado numa máquina do tempo para buscar a si mesmo e recriar sua identidade, materializando-a em sua narrativa. Além disso, a autobiografia mobiliza uma “experiência do pensamento,” pela qual, nós, pesquisadores, “nos exercitamos em habitar mundos estrangeiros para nós,”¹⁵⁹ um diálogo entre dois interlocutores.

Mas, há uma dificuldade decorrente dessa interlocução quando ela é visitada pelo historiador como registro escrito e para seu uso como fonte primária. Ocorre que, na comunicação presencial, estabelece-se num processo de produção de sentidos em diferentes dimensões da interação: gestos, pergunta e resposta, produção de implicaturas, ou seja, o sentido produzido a partir da cooperação entre os interlocutores, etc.. Quando dialogamos com o testemunho escrito, esse entendimento se dá somente na dimensão verbal, se fazendo

¹⁵⁶ LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na história*, in REVEL, J. (org.) *Jogos de Escalas*. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 88.

¹⁵⁷ RICOEUR, Paul. *Reflexions faite*, Paris: Esprit, 1995, p. 74-5, in GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2006, p. 43.

¹⁵⁸ GONTIJO, Rebeca. “*Paulo amigo*”. Amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si*. Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 165-6.

¹⁵⁹ RICOEUR, Paul. *La métaphore vive*, Le Seuil, [1975] 1977, p. 147 apud ARFUCK, 2010, op cit., p. 121.

necessário lançar mão de outros recursos que gerem intelegibilidade, como, por exemplo, o teste rigoroso dos pressupostos acerca do que está subentendido, através da avaliação do contexto em que estão inseridos aqueles que narram suas histórias evitando anacronismos e outras confusões; a verificação de nomes, de datas diversas, de locais de eventos diversos, documentação particular e pública, etc.. Estes são alguns cuidados ao interagirmos com o relato escrito, pois não há o outro interlocutor que estabeleça o princípio de cooperação na comunicação. Essa é a experiência de um leitor de um autobiografado, que pretende sua utilização como fonte primária, e, também, de um leitor de cartas.

Alguns revoltosos escreveram suas histórias em período anterior à Revolução de 1930, ou seja, durante a efervescência das revoltas, ou sua permanência nas prisões e no exílio, outros, alguns anos depois e elas, neste trabalho se constituem num *corpus* de textos, de fontes primárias.¹⁶⁰

Se pensarmos no discurso como elocuções atuantes sobre os que os ouvem e em contextos possibilitadores para que se sofra a ação do que é dito, parece bem apropriada a escrita de autobiografias coevas aos acontecimentos, havendo como que uma simbiose entre o discurso dos atores históricos e um contexto histórico oportuno. Afinal, num tempo onde a imprensa era censurada e não havia meios de comunicação com notícias em tempo real, dependendo-se de mensageiros, pois até nos correios ou telégrafos havia interceptação de

¹⁶⁰ Algumas biografias e autobiografias estudadas: SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. *Caminhada com Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana; LISBOA, Rosalina Coelho. *A Seara de Caím*. Romance da Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª edição, 1952; FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana; TÁVORA, Juarez. *À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928; TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas:— Memórias*. V. I – Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974; *Uma Vida e Muitas Lutas:— Memórias*. V. 2 – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974; *Uma Vida e Muitas Lutas— Memórias*. V. 3 – Voltando à planície. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1977; DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas: 1924-1926*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926; História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª edição, 1977; *Memórias de um exilado*, São Paulo, 1920; CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925; *Os Dezoito do Forte*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. CESTARI, Larissa Raelle; CHAGAS, Paula; LEUENROTH, Edgard. *Caros Amigos*. São Paulo, fascículo n. 7, [19-?] (Rebeldes Brasileiros); CHAGAS, Paulo Pinheiro. *O Brigadeiro da Libertação: Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945; CARNEIRO, Glauco. *O Revolucionário Siqueira Campos*. Rio de Janeiro: Record, 1966; AZEVEDO, Asdrúbal Gwyer de. *Os Militares e a Política*. Barcelos, Portugal: Minho, 1926; BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953; CAMPOS, Maria Stella Barros de Siqueira. *Flores, Campos, Barros e Carvalho*. Olhando para o passado até onde a vista alcança. (Genealogia) Recife: Comunicarte, 1999; CABANAS, João. *A Coluna da Morte*, São Paulo: Editora Unesp, 2014; AZEVEDO, Asdrubal Gwyer de. *Os militares e a política*, Barcelos (Portugal): Companhia Editora do Minho, 1926; LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes* (Marchas e Combates), São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979; CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil*, Buenos Aires, [1925] 1930, LANDUCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA., 1952. Ver também as biografias consultadas no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, na bibliografia deste trabalho.

correspondências, um livro autobiográfico circulava como o discurso original, como o testemunho dos próprios revoltosos, que formavam uma “comunidade de ‘falantes’ de uma linguagem política, que era atualizada através de suas intervenções particulares, do uso que os sujeitos envolvidos fizeram dela¹⁶¹ – dentro de um contexto linguístico ou *Langue* – e através de seus discursos – *Parole*. Fizeram isso produzindo inúmeros registros orais – depoimentos e entrevistas - e escritos, para além das autobiografias: criação de jornal próprio, cartas à nação, manifestos, cartas entre si. A pesquisa a partir desse material resulta na própria transformação do testemunho em ação, instrumentalizando a produção da narrativa histórica.

Tiveram o cuidado, também, de produzir registros fotográficos, dentro de celas, como na Casa de Correção; em ilhas de desterro, como em Trindade; em navios-prisões diversos, como o *Alfenas* e o *Cuyabá*; registros importantes que me forneceram indícios para a história que ocorre nos momentos intermediários dos grandes eventos, considerando-se que a imagem também é narrativa, porque “dá conta da temporalidade, da diferença entre o tempo passado e o tempo presente e, por isso, imagem e a narração se unem de um modo indissociável, no processo de transmissão da memória.”¹⁶²

Pretendendo, assim, defender sua posição através da narrativa desses acontecimentos, a partir de discurso inovador, de denúncia, desafiador e revolucionário, durante o período de levantes, prisões e exílio, com duração de oito anos, os discursos revolucionários funcionaram como um “jogo definido por uma estrutura de regras, no qual os jogadores exploram-nas uns contra os outros, escolhendo a partir da atuação sobre as regras, um modo de conseguirem alterá-las a seu favor,¹⁶³ sendo possível se observar essa prática de ambos os lados do contexto que se afigurava. Isso ocorria à medida que os legalistas também se utilizavam de discursos difamatórios direcionados aos componentes da Coluna Miguel Costa-Prestes atribuindo-lhes acusações de violências diversas, assassinatos e saques, com a finalidade de desmoralizá-los, evitando, assim, adesões, fazendo com que moradores e autoridades aterrorizados abandonassem as cidades ou se unissem aos que os combatiam, fossem eles de grupos civis ou militares.¹⁶⁴

As cartas também foram produzidas pelos revoltosos em grande quantidade, e, nesse caso, exceto em cartas à imprensa, mais por necessidade do que pelo hábito ou intenção do

¹⁶¹ POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*, SP: Edusp, 2003, p. 11, 25 e 31.

¹⁶² ARFUCH, Leonor. *Memória y autobiografía: Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económicas, 2013, p. 64.

¹⁶³ POCOCK, 2003, op. cit., p. 31.

¹⁶⁴ Sobre isso ver em LIMA, Moreira Lourenço. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.

registro histórico ou instrumento de luta, pois a carta era a principal maneira de comunicação nesse tempo, especialmente nas prisões e no exílio.

Sendo possuidores de uma formação erudita, à época, num universo de analfabetos, os revoltosos dominavam de modo surpreendente a escrita e faziam-se ouvir mesmo de dentro das instituições prisionais, ainda que estas se encontrassem em lugares inóspitos, pois possuíam, além do apoio de familiares, aliados civis e militares que os auxiliaram nos momentos de maior adversidade. Havia escrito, então, centenas de cartas nas prisões e no exílio, algumas direcionadas ao público, pretendendo criar uma justificativa para a sociedade; outras enviadas secretamente, fora do domínio público, e, não raro, levadas às escondidas por parentes ou amigos, para não serem interceptadas pela censura da prisão, com conteúdo acerca dos levantes. Escreveram cartas de âmbito pessoal, entregues diretamente aos parentes, em momentos em que, aparentemente, não se encontravam sob pressão ao fazerem algum tipo de declaração. Escreveram, também, manifestos, para serem lidas no plenário da Câmara por legisladores opositores, ou direcionadas às autoridades judiciais. Eram donos de um modo peculiar de expressão, denunciando todas as arbitrariedades cometidas pelo governo, ora demonstrando convicção, ora irreverência, sem deixar de ressaltar o tom desafiador, direcionado às autoridades legalistas, muitas delas acusadas de corrupção.¹⁶⁵ Escreviam de dentro das prisões ou do exílio, e mesmo em liberdade, viajando pelo país, podendo os destinos das cartas serem extensivos a aliados ou inimigos, políticos ou não, desconhecidos ou parentes, criando redes de sociabilidade e participação política que funcionaram como “relatórios de ligação”, que atualizavam a troca de informações “entre membros” de “um grupo com um objetivo comum.”¹⁶⁶

Os bilhetes provavelmente se perderam, exceto aqueles encontrados em fontes guardadas com a família, mas as cartas das prisões e do exílio foram essenciais à composição de fatos até então desconhecidos nessa pesquisa. São fontes que também guardam uma relação dialógica entre que lê a história do outro, um diálogo entre “vozes próximas e distantes”, provocando uma espécie de imersão no passado, onde nos percebemos dentro de uma conversa que tem certa carga emocional, além de conter uma expressão mais autêntica, à medida que é particular e, ao menos enquanto se realizava sua escrita sua publicização não era prevista, o que se torna uma “intromissão em um diálogo privilegiado,” para um historiador. Mas, também, durante a pesquisa com cartas, nos debruçamos sobre a intimidade do outro, sobre aquilo que é secreto, numa espécie de espionagem, que deixa no ar um sentimento de

¹⁶⁵ Ver sobre isso em ARAGÃO, 2012, op. cit..

¹⁶⁶ GONTIJO, in GOMES, 2004, op. cit., p. 165-6.

profanação. É, ainda, para o historiador ofício angustiante devido às “inumeráveis referências a coisas conhecidas pelos correspondentes, mas que são ignoradas por nós. Seu “ordenamento cronológico” pode trazer bons resultados atentando-se para a sequência dos fatos e para: as repetições sobre um mesmo assunto, com informações complementares; a repetição de nomes e sua identificação em cartas posteriores; o acompanhamento da mobilidade de quem escreve, especialmente em se tratando de exilados, em situação de clandestinidade e a serviço de conspirações, revelando a trajetória percorrida no exílio, as viagens, os contatos feitos com pessoas que os ajudavam, com fornecedores de insumos para sua sobrevivência material e para a sobrevivência das revoltas.¹⁶⁷

A pesquisa

A década de 20, do século passado é palco de diversas revoltas militares que se espalham por todo o Brasil. O primeiro levante de 1922, a partir do qual há uma sucessão deles, ocorre em um momento no qual a estrutura política do país estava marcada pela dominação de oligarquias agrárias, aliadas, que viam seus interesses representados pelo Estado. O poder público civil se encontrava envolvido num sistema, criado pelas lideranças políticas da época, cuja predominância das oligarquias paulista e mineira na ocupação da presidência da República gerava disputas políticas constantes, quanto ao controle hegemônico no poder federal, dos estados e municípios.

O quadro sucessório se complicou em outubro de 1921, com a publicação, pela imprensa carioca, de cartas atribuídas ao candidato à presidência, Artur Bernardes, que ocuparia o lugar de Eptácio Pessoa, contendo comentários desrespeitosos acerca dos militares (conhecido o episódio das “cartas falsas”), pois, embora Bernardes negasse a autoria, as Forças Armadas sentiram-se ofendidas.

Nas eleições presidenciais de 1922, tais grupos uniram-se e formaram a Reação Republicana, lançando Nilo Peçanha (RJ) como candidato de oposição à presidência da República, para concorrer com Artur Bernardes (MG), candidato oficial. O movimento tinha o apoio de vários militares descontentes com Eptácio Pessoa, desde o início de seu governo, pelo fato de um civil, Pandiá Calógeras, ter sido escolhido para chefiar o Ministério da Guerra e por este presidente punir, com transferências uma série de oficiais, participantes ao levante de 1922, enquanto, com Artur Bernardes, as razões estavam relacionadas às cartas ofensivas ao Exército, acima mencionadas.

¹⁶⁷ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 146-9

As eleições se realizaram em março de 1922, e consagraram, como já era esperado, a vitória de Bernardes. Os oposicionistas da Reação Republicana e os militares protestaram, não reconhecendo o resultado e solicitando um Tribunal de Honra para que arbitrasse sobre o processo eleitoral, mas o governo se manteve intransigente, recusando-se a rever o resultado das urnas.

Para piorar a situação, no início de julho, quando se realizavam as eleições estaduais, em Pernambuco, houve uma intervenção do governo federal, por causa de manifestações oposicionistas. Como nesse sistema havia a prática de inúmeras fraudes eleitorais, muitas vezes o Exército, armado, era envolvido, contra aqueles que participassem de manifestações contrárias. Embora muitos de seus membros não concordassem com o envolvimento do Exército nessas ações, cumpriam as ordens de seus superiores hierárquicos. E o Exército ficou encarregado da repressão em Pernambuco, ocasião em que ocorreu a morte do dentista Tomás Coelho Filho, atingido por arma de fogo dentro de seu carro, o que gerou grande revolta popular.

O Marechal Hermes, ex-presidente da República, e presidente do Clube Militar, à época, um líder simbólico do Exército, após criticar essa intervenção teve decretada a sua prisão,¹⁶⁸ por ordem do presidente da República Epitácio Pessoa. O resultado foi uma reação negativa, tanto entre veteranos, quanto entre oficiais da ativa, de generais a tenentes. Estes últimos eram muito jovens, alguns deles, inclusive, alunos ou recém-saídos da Escola Militar.

A partir daí tiveram início os primeiros levantes, podendo-se citar a título de exemplo, como lideranças: o Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho de Hermes da Fonseca, os tenentes Antonio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, os irmãos Távora, entre outros.

Vários oficiais de alta patente aderiram e, também grande parte da jovem oficialidade. A memória do Exército fora “projetada nesses personagens”¹⁶⁹ mais jovens, como continuidade da trama de outros personagens, constitutivos desta memória, que representavam a instituição anteriormente, tais como Caxias e Deodoro. Estes últimos teriam participado do “acontecimento”¹⁷⁰ desencadeador da busca da identidade institucional acima citado: a Guerra do Paraguai. Quanto ao Marechal Hermes, ele era sobrinho de Deodoro, que juntamente com seis de seus irmãos, dentre eles Hermes Ernesto da Fonseca, pai de Hermes, teria participado do conflito.¹⁷¹

¹⁶⁸ Na ocasião, o presidente Epitácio Pessoa também havia determinado o fechamento do Clube Militar.

¹⁶⁹ POLLAK, 1992, op. cit..

¹⁷⁰ Ibid, ibidem.

¹⁷¹ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Hermes Ernesto da Fonseca*. CPDOC- FGV.

Os mais jovens, nas palavras de Pollak, partilharam de uma “memória herdada”, de modo que, mesmo não tendo vivenciado os fatos, estes, teriam “tomado tamanho relevo em seus imaginários, gerando um fenômeno de projeção e/ou identificação tão grande com um passado recente, capaz de tornar quase impossível de se ter a consciência da participação, ou não, no evento,”¹⁷² pois tanto os heróis do passado, quanto os acontecimentos mencionados, serão reivindicados nos discursos anteriores e posteriores aos levantes. Devemos atentar, ainda, para o fato de que, em relação às recentes revoltas, haviam se passado apenas três décadas da Proclamação da República e outras cinco da Guerra do Paraguai, que deixara tantos heróis, no imaginário desses jovens.

Sendo assim, não eram os revoltosos destituídos do espírito de corpo porque se insurgiram. Ao contrário disso, levantaram-se porque a condição de revoltosos foi “a maneira pela qual suas identidades puderam se enunciar e se afirmar.”¹⁷³ Isso não significava que estivessem rompendo as continuidades culturais e, sim, que a “apropriação”¹⁷⁴ destas por grupos ou indivíduos é diferenciada. Ou seja, a maneira como os militares revoltosos se apropriaram¹⁷⁵ da memória institucional, e, conseqüentemente, do *ethos*¹⁷⁶ militar, apresenta, nesse caso, uma distinção na forma de “apropriação” dos demais membros do Exército, que embora tivessem passado por treinamentos semelhantes e compartilhado da mesma socialização, história e memória institucionais, permaneceram leais ao governo.¹⁷⁷ Essa assunção de temporalidades diversas, que remete ao passado, pode se dar no âmbito coletivo ou individual, posto que existe um ponto de interseção entre o que é subjetivo e o que é inerente à vida coletiva. Nesse sentido, o que é subjetivo ao se relacionar com “objetos ou normas que circulam na sociedade,” podem ser “recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras.” Significa dizer que “à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela” dos “hábitos culturais”¹⁷⁸ e que os bens simbólicos adquiridos, através do

¹⁷² (...) *É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou por meio da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (...) uma memória que (...) pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.* POLLAK, 1992, op. cit..

¹⁷³ Sobre o conceito de *apropriação* ver CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192. “A Memória individual é formada pela coexistência, nem sempre pacífica, de várias memórias: pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais. Esta, em permanente construção já que o presente se transforma em passado e este retorna ao presente sob a forma de retrospectiva do indivíduo. Além disso, a memória unifica uma pluralidade de memórias outras de diferentes tempos e níveis de complexidade que coabitam na memória subjetiva, mostrando como cada indivíduo se apropria das experiências.”

¹⁷⁴ Cf. Ibid.

¹⁷⁵ Ibid, p. 179-192.

¹⁷⁶ Ver GEERTZ, 1978, op. cit..

¹⁷⁷ THOMAS, 1985, p. 15-7, apud CATROGA, 1999, op. cit., p. 12.

¹⁷⁸ CHARTIER, 1995, op. cit., p.179-192.

contato com a memória institucional, podem remeter a um universo de definição de valores, mas não definem a ação do indivíduo, que possui liberdade de escolha na tomada de suas próprias decisões. Se considerarmos a perspectiva de Chartier, concordaremos que “tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais, onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração ou, ao contrário, sua desqualificação.”¹⁷⁹ A formação do “eu” de cada indivíduo, então, será inseparável do modo como se relaciona com a sociedade, ou com os grupos com os quais convive, e da forma como cada um organiza seu projeto de vida à luz do seu passado.¹⁸⁰ É como se este “eu” fosse constituído por uma síntese da mistura de várias influências exteriores, que poderão ser “apropriadas” como herança e/ou reinterpretadas, devido à construção seletiva que a memória faz do passado, à retenção daquilo que é importante para este indivíduo, da mesma forma que reservará ao esquecimento aquilo que deseja silenciar. As diferentes formas de “apropriação” ocorrem à medida que, “nem as ideias nem as interpretações são desencarnadas,” posto que “contrariamente ao que colocam os pensamentos universalizantes, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas,”¹⁸¹ de rupturas históricas. Sendo assim, a apropriação do *ethos* militar pelos revoltosos, de diversos períodos da história do Exército, embora obedeça a circunstâncias políticas específicas, é diferenciada dos militares legalistas, mesmo quando me refiro àqueles que não aderiram, mas que concordam com suas motivações.¹⁸²

Entretanto, é necessário salientar que essa revolta traz consigo uma especificidade. Inaugura uma cisão no Exército, entre seus membros, que se dividem entre legalistas e revolucionários; uma cisão que nunca houvera antes e que abala e reformula essa noção de “pertencimento.”¹⁸³ E nisso há um grande diferencial em relação a outros levantes protagonizados pelo Exército, haja vista o fato de que, nas divergências ocorridas em períodos anteriores à década de 20, os setores discordantes, jamais se dispunham a enfrentar seus companheiros de farda. A exemplo disso temos o próprio evento da Proclamação da República, momento em que muitos militares são monarquistas, mas compreendem que o que

¹⁷⁹ Ibid, ibidem.

¹⁸⁰ THOMAS, 1985, p. 15-7, apud CATROGA, 1999, op. cit., 1995, p. 12.

¹⁸¹ CHARTIER, op. cit., p. 179-192. “O fato de uma norma pretender submeter alguém não significa que estes foram real, total e universalmente submetidos,” pois, há que ser considerada a existência de um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações.”

¹⁸² Sobre o apoio de diversos militares que não aderiram, aos revoltosos, ver, por exemplo: OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. 1924 – *A Revolução de Isidoro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

¹⁸³ POLLAK, 1992, op. cit..

está em jogo é a valorização da instituição, fator que se sobrepõe às convicções políticas e/ou partidárias e, por isso, aqueles que não aderem também nada fazem para impedir a ação dos protagonistas do novo regime.

Curiosamente, alguns jovens com média de 25 anos de idade haviam “herdado”¹⁸⁴ a memória dos mais velhos e lutavam, “agora”, pelos ideais da juventude desses últimos, sendo combatidos, inclusive, por alguns deles próprios, caracterizando, assim, esse fato, uma subversão da lógica geracional apresentada por Sirinelli, quando propõe que observemos a diferença de contextos. Sirinelli alerta, ao pesquisador, para que observe, nas mudanças de geração - no caso, por ele estudado, usando como exemplo um partido político - as mudanças dentro de uma instituição. Ele afirma, com muita propriedade, que a cultura política dessa instituição vai se transformando, posto que uma cultura política inicial, formada pelos fundadores e forjada na juventude destes, no momento presente, após passar por várias gerações, sofrerá transformações, da mesma forma que seus mentores. No caso do Exército, as motivações que fizeram, no passado, alguns dos mais velhos participarem de momentos de rebeldia, em defesa da corporação, passam a não ser mais importantes, a ponto de se aliarem aos seus contemporâneos e aos mais jovens, rompendo com a ordem e disciplina militares e colocando em risco a estabilidade de carreiras de longos anos.¹⁸⁵ Como resultado disso, podemos identificar, em estudos sobre o tema, resguardadas exceções, que vários oficiais de alta patente, tomaram parte do levante junto à jovem oficialidade, enquanto outros, que na juventude lutaram em diversas frentes, se tornaram os perseguidores de parte da geração formada em 1922 e de seus próprios companheiros de um passado recente.

Logo após a revolta de 1922¹⁸⁶ o estado de sítio foi decretado e a instauração de inquéritos militares e de um processo judicial rigoroso, cheio de vícios e arbitrariedades contra um grande grupo de rebeldes, foram ações que frustraram as expectativas existentes relacionadas à concessão de uma anistia.

Esse é um período que além de revelar o embate armado de militares contra os poderes constituídos,¹⁸⁷ mostra a formação de um Estado republicano que inaugura e organiza

¹⁸⁴ SIRINELLI, Jean François. *A Geração*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁸⁵ Há exceções. Alguns veteranos se envolvem profundamente com a causa. Vale a pena destacar Augusto Ximeno de Vileroy, militar da extinta Escola da Praia Vermelha. Seu nome é encontrado acompanhando todos os levantes dos rebeldes, até, pelo menos, 1924, constando, inclusive, nos arquivos da Polícia Política, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Outro nome importante é o de Frutuoso Mendes, que no IPM de 1922, faz uma brilhante defesa, repleta de erudição, beirando as raias da poesia, dedicada aos rebeldes e ao Exército. Trata-se de um documento histórico de grande valor.

¹⁸⁶ Sobre as revoltas militares, no período de 1922-1930, ver ARAGÃO, 2012, *ibid*.

¹⁸⁷ Para uma compreensão mais detalhada e aprofundada das revoltas militares, no período de 1922-1930, ver ARAGÃO, 2012, *ibid*.

instituições e modelos de punição a fim de conter ações rebeldes ou dos movimentos sociais no Brasil. Revela, ainda, a permanência dessas práticas no país, já que a 4ª Delegacia de Polícia Política transforma-se, em 1933, em Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS); em 1944 na Divisão de Polícia Política e Social (DPS); e, em 1962, converte-se no Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, (o DOPS).

Diante da grande repressão que sofrem e da negativa de anistia, o ano de 1924 trouxe, então, novas revoltas, dessa vez, em todo o país, observando-se, em contrapartida, nas ações do governo, o recrudescimento da repressão política através da decretação do estado de sítio por quase toda a década, só havendo suspensão do mesmo em períodos eleitorais, por exigência da lei.

O estado de sítio, decretado na capital federal e em diversos estados do país, será analisado no primeiro capítulo, assim como a supressão das garantias constitucionais, a repressão, o autoritarismo e exemplos de ilegalidades cometidas em “nome da ordem”, especialmente no que tange à suspensão do direito à vida, observando-se a prática indiscriminada de assassinatos, principalmente nos interiores do país. São assassinatos praticados por diversos grupos, dentre eles pelos denominados “Batalhões Patrióticos,” batalhões que podiam ser compostos por fazendeiros, sertanejos, jagunços, cangaceiros, policiais e homens do povo, todos pagos pelo governo e com a incumbência de persegui-los e matá-los.

Percebe-se aqui o autoritarismo moderno, em uma nova forma de existir, definido por Agamben como “a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física, não só dos adversários políticos, mas, também, de categorias inteiras de cidadãos, que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político.”¹⁸⁸ As mortes por assassinato, realizadas por agentes legalistas ligados ao governo, criam no país uma situação de excepcionalidade, onde o direito à vida permanece em suspenso. E é sobre os episódios acima relacionados que serão tecidas algumas considerações importantes: sobre a perseguição implacável do Exército e da Polícia Política aos revoltosos.

O segundo capítulo analisa o que ocorre no exílio em 1922, as deserções, o início do governo Bernardes. Apresenta fatos da vida e da carreira dos militares envolvidos nos levantes, como se conheceram e o contato que tiveram desde a Escola Militar, quartéis, frentes de combate, prisões e exílio, contatos estes que serviram para construir e alimentar uma identidade militar rebelde, mantendo-os juntos por quase uma década . Mostra a

¹⁸⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 13.

retomada das conspirações entre os exilados e o retorno aos levantes em 1924, além de fatos envolvendo os levantes de São Paulo e do Rio Grande do Sul, até o encontro das duas colunas: a Coluna Paulista e a Coluna do Sul em Foz do Iguaçu, momento em que se inicia outro período de exílio.

O terceiro capítulo mostra a ida para o exílio, reiniciando uma nova experiência de exílio e fugas para países fronteiriços (Paraguai, Uruguai, Argentina, e outros), os primeiros momentos de chegada e adaptação; a luta pela sobrevivência num país estranho; as relações construídas; a organização da logística, a partir do comando de Isidoro, que, do exílio, monta um QG, secretariado pelo Tenente Simas Enéas, que acumula os cargos de um dos Chefes de Estado-Maior e o de tesoureiro da Revolução, recebendo e enviando recursos para os levantes e alguns exilados, entre outras ações executadas pelo grupo. Durante a pesquisa acompanharemos a trajetória e a luta pela sobrevivência de prisioneiros fugitivos que, durante toda a década, estão em trânsito, dentro e fora do país, alguns retornando para a Coluna, todavia, outros, por diversas razões, mantendo-se exilados no exterior ou na clandestinidade, “exilados na própria terra.”¹⁸⁹ Para não serem capturados, trabalham com documentação falsa, muitas vezes sendo amparados por amigos, parentes, políticos, ou simples conhecida, simpatizante, outras vezes, solitários, foragidos e sem rumo certo.

O Quartel General comandado por Isidoro, com sua estrutura burocrática, permanece em funcionamento no exílio, no intervalo entre a retirada dos revoltosos de São Paulo e a marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes, até a sua entrada na Bolívia, rumo ao exílio, ocasião em que os combates acontecem com maior intensidade durante a própria marcha e em diversas invasões ao Rio Grande do Sul. Após a internação da Coluna em *La Gaiba*, Bolívia, os componentes da Coluna e outros exilados se reencontram no exílio, havendo nova reorganização para mais uma jornada militar, desta vez a Revolução de 1930.

¹⁸⁹ Cf. BARROS, 1953, op. cit..

Franz Kafka conhecia muito bem a superstição de destino que toma conta daqueles que vivem sob o domínio perpétuo do acaso, a inevitável tendência a encontrar um significado sobre-humano especial em eventos, cujo significado racional fica além do conhecimento e da compreensão dos interessados.¹⁹⁰

Hannah Arendt

CAPÍTULO 1. O ESTADO DE EXCEÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: “NUNCA SE CONTARAM OS MORTOS...”¹⁹¹

1.1. O Estado Nacional, Oligarquias e Militares na Primeira República: entre alianças e rupturas.

A República herdou do Estado Imperial a incumbência de uma refundação político-institucional, imprimindo-lhe outros moldes. O Federalismo dos anos iniciais, implantado pela Constituição de 1891, havia gerado certa descentralização do poder exercido pelo Estado e um consequente esvaziamento de seu domínio, sendo necessário, para resgatá-lo, um redimensionamento das relações entre Estado Nacional e interesses econômicos privados. Assim, buscou construir para si uma autonomia relativa, mas, sem desprezar os anseios das oligarquias, especialmente dos setores cafeeiros, que dependiam do poder estatal para gerir seus negócios - inerentes ao modelo agroexportador em vigor -, sendo, em contrapartida, responsáveis por suas maiores receitas e por maior número de eleitores, como Minas Gerais¹⁹² e São Paulo.

Dessa forma, o Estado nem sempre agiu em consonância com as oligarquias cafeeiras, que, inegavelmente, mantiveram certa hegemonia sobre o regime, ao longo dos anos da Primeira República, pelos motivos acima explicitados. Apesar disso, o Estado exerceu a posição de um ator em jogo, com interesses específicos preservados, garantindo seu espaço no âmbito político.¹⁹³ Isso significa dizer que, ao manter certo grau de autonomia, como resultado político se obteve uma relativização da hegemonia oligárquica sobre a nação, e a

¹⁹⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. SP: Cia das Letras, 2012, p. 278

¹⁹¹ SEVCENKO, 1984, op. cit., p. 3.

¹⁹² A centralidade do governo de Minas Gerais, em relação ao setor privado, era maior do que em São Paulo, “a razão principal estaria na multiplicidade de interesses a compor, o que logicamente requeria a ação do Estado e assim fazia expandir a burocracia. (...) Minas era café e continua sendo, pois há muito ocupa o primeiro lugar na cafeicultura brasileira. Mas era também leite, como indicava o apelido “café com leite” em alusão à sua pecuária. E mais: era arroz, feijão, milho, açúcar, queijos, têxteis, mineração, siderurgia, águas minerais,” além de deter grande representação parlamentar, devido ao alto número de eleitores. DULCI, Otávio Soares. (Prefácio), in VISCARDI. Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite.”* Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 18.

¹⁹³ Ibid, p. 50.

abertura para o concurso de outras oligarquias, até então, minoritárias, que, ao longo do período, arriscavam disputas no jogo político.¹⁹⁴

Na prática, tal relativização se evidenciou nas duas primeiras décadas, e sempre, de forma mais contundente, nos momentos antecedentes às sucessões presidenciais, nos quais as disputas alcançavam graus mais elevados de intensidade.¹⁹⁵ Isso porque a inexistência de partidos com força e coesão política, que formassem blocos políticos nacionais de longa duração, demandava, nos períodos sucessórios, a realocação de cargos e a redistribuição de poder, havendo, por isso, reiteradamente, episódios de desconstrução e reconstrução de alianças políticas, travadas entre os atores hegemônicos e as oligarquias com menor poder, que o disputavam. Assim, a cada período que antecedia às eleições se estabeleciam coalizões provisórias, de partidos estaduais; a proliferação de blocos, correntes e tendências difusas; e alianças e acordos, de caráter pragmático, entre os principais estados-atores, que se desfaziam ao sabor das conjunturas com a mesma rapidez com que eram firmados.¹⁹⁶

Em Viscardi, observa-se que, apesar de haver maior representação política em estados como Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro,¹⁹⁷ após ser feita uma redistribuição de bancadas por estados, no início do contexto republicano, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia foram os mais destacados estados-atores, podendo negociar, de modo mais aceitável, a definição das candidaturas presidenciais, mas, os diferentes interesses econômicos e políticos não permitiriam que o pacto oligárquico se mantivesse por muito tempo, ocorrendo uma culminância contestatória no início da década de vinte, quando, após a disputa eleitoral, ocorreram as revoltas militares de 1922.

Antes, porém, exemplos de contestação e disputa do poder político entre diferentes grupos já haviam ocorrido, nas seguintes candidaturas: na de Prudente de Moraes, contra Deodoro da Fonseca; na de Lauro Sodré, em oposição ao mesmo Prudente; na de Rui

¹⁹⁴ A autora contesta a “existência da aliança café com leite como o eixo de sustentação da República Velha,” segundo sua interpretação, uma “aliança de caráter conjuntural e eivada de conflitos,” Ibid, p. 27 e 31. Ver também p. 50.

¹⁹⁵ Uma medida importante de controle sobre os estados foi o fato do Legislativo Federal representar as máquinas estaduais, onde a distribuição de recursos públicos eram decididos, medida de intervenção que ditava os rumos da política oligárquica, transformando o Parlamento num campo de acirrada disputa pela distribuição de recursos da União entre os representantes destes estados. Por isso, ter uma bancada numerosa e coesa no Congresso era condição indispensável para obtenção de recursos financeiros. Como coube à República, através da Constituição de 1891, redistribuir o poder das províncias, quanto ao quantitativo de bancadas por estados, definindo, assim, “quais estados-atores desempenhariam um papel de relevo sobre a nova ordem política. São Paulo foi o estado que mais lucrou, em termos de representação nacional, com o novo regime, juntamente com Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mas, embora estes, e principalmente os paulistas se tornassem participantes privilegiados desse sistema de alianças, nem por isso conseguiram monopolizar o poder do Estado. Ibid, p. 53

¹⁹⁶ Ibid, p. 60.

¹⁹⁷ Ibid, p. 52.

Barbosa, contra Hermes da Fonseca; na de Rui Barbosa, contra Epitácio Pessoa; na de Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes; e na de Getúlio Vargas contra Júlio Prestes.”¹⁹⁸

Alguns grupos do Exército, juntamente a grupos civis, também haviam participado das disputas eleitorais da Primeira República. Tendo sido protagonistas da Proclamação do regime republicano, reivindicavam participação política para si - justificados na ideia do “soldado cidadão,”¹⁹⁹ - dividindo suas propostas e discursos, ora entre questões de interesse nacional, ora em defesa da corporação. Foram identificados, no trabalho da autora acima, dos treze processos sucessórios ocorridos no país, o envolvimento intenso de grupos do Exército em ao menos sete deles, fosse no fortalecimento ou na oposição das candidaturas: de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Arthur Bernardes e Júlio Prestes, atuando, ainda, na composição de eixos alternativos às tentativas de monopolização de poder, como, por exemplo nas ações “salvacionistas” e no advento da Reação Republicana.²⁰⁰

Três disputas eleitorais envolvendo membros do Exército foram mais intensas estendendo-se ao período em que os governos já estavam constituídos e seus mandatos em andamento: o de Hermes da Fonseca, sendo ele próprio um militar, com oposição entre civilistas e hermistas, por via da imprensa; o de Bernardes, quando Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia se organizaram na Reação Republicana, opondo nilistas e bernardistas, seguida - ainda no governo de Epitácio Pessoa - da prisão de Hermes da Fonseca e da consequente explosão das revoltas de 1922, além dos levantes de 1924, com continuidade na formação da Coluna Miguel Costa-Prestes; e no governo de Washington Luís, com oposição intra-oligárquica e participação militar, que culminaram com sua deposição em 1930.

Não podemos deixar de mencionar que membros do Exército e gaúchos uniram-se muitas vezes, entrando na disputa do jogo de poder, optando por ações revoltosas agindo juntos em: 1893, na Revolução Federalista; em 1923, na Revolta Assisista; e de 1924 a 1926, em vários episódios de invasão ao Rio Grande, pela fronteira; além da participação gaúcha na formação e durante a marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes, ao longo do país.²⁰¹

Finalmente, cabe menção às disputas, ocorridas em momentos posteriores às eleições, contra os seus resultados, que aconteciam de três modos: a denúncia da fraude eleitoral por

¹⁹⁸ Ibid, p. 58 e p. 66; Sobre a Reação Republicana ver a Introdução deste trabalho.

¹⁹⁹ Ver Introdução.

²⁰⁰ Ibid, p. 55

²⁰¹ Ibid, p. 33

via da imprensa; a batalha jurídica, com o uso de *habeas corpus*, para garantir a posse de um eleito; e a reivindicação de um “Tribunal de Honra,” para recontagem de votos.²⁰²

Pode-se perceber que em alguns momentos o Estado conseguiu manter princípios estabilizadores do regime em vigor, apesar das intensas disputas havidas durante os processos sucessórios e mesmo durante o andamento dos mandatos, mas, é também perceptível que inicia-se um progressivo esgotamento desse modelo econômico agrário, bem como de exercício do poder, a partir dos anos vinte, alcançando seu processo de decadência final na década de trinta.

Outras disputas de menor intensidade ocorreram,²⁰³ mas, o que pretendemos aqui mostrar é que o Estado, na Primeira República, foi palco de diversas competições, lutas, disputas e arranjos, entre as oligarquias, mesmo entre aquelas que possuíam maior poder político e econômico, mas, também, entre estas e as de menor grandeza, e, principalmente, que o Estado se manteve como um desses atores, ora cedendo, ora avançando nesse jogo, mas, disputando o jogo político, ainda que alianças diversificadas fossem feitas e desfeitas, ao sabor da conjuntura, separando antigos aliados ou unindo grupos políticos distintos, em momentos diferentes.

Pensar no Estado como mais um ator dentro do jogo político da Primeira República, nos leva a concluir que, nesse período, ainda que atuasse em benefício dos setores mais hegemônicos, manteve seu poder relativamente autônomo, remodelando suas estruturas burocráticas, com vistas a obter um processo de centralização e autoritarismo.²⁰⁴ E assim foi feito como veremos a seguir.

1.2. Reformulação das instituições jurídico-policiais: a criação das Delegacias Auxiliares

Diversas instituições foram criadas nas primeiras décadas republicanas com vistas à configuração de um Estado forte, centralizador e extremamente autoritário.

²⁰² Ibid, p. 63-6

²⁰³ Segundo Viscardi: “Das doze sucessões ocorridas, menos de 30% não sofreram nenhum tipo de contestação ou não tiveram árdua disputa prévia. Foram elas a de Floriano Peixoto, a de Wenceslau Brás e a de Artur Bernardes. A primeira ocorreu no período em que nenhum outro estado ousava ameaçar a hegemonia paulista sobre a Federação. As duas últimas, por terem sido as únicas, em que se reuniram, em torno de seus candidatos, os principais estados da Federação, sem exceção. A primeira refletiu o caráter monopólico do regime em sua fase inicial.” Ibid, 66.

²⁰⁴ Ibid, p. 49.

Nas primeiras décadas republicanas foram criadas quatro Delegacias Auxiliares, a 1ª, a 2ª, a 3ª, além da 4ª Delegacia de Polícia Política. Na República, a função de Polícia Política, no Rio de Janeiro, foi estabelecida em 1900.²⁰⁵

De certo modo, uma completava o trabalho da outra quanto à vigília de atividades no trânsito, nas embarcações e às viagens da população, através da Inspetoria de Veículos e da Inspetoria Marítima. Controlavam, também, os dados da população, através do Gabinete de Identificação e Estatística; os mortos e feridos, a partir do Gabinete de Serviço Médico Legal; os suspeitos e os presos, comuns e políticos, a que atendia o Gabinete de Investigações e Capturas, todos esses órgãos funcionando sob a égide do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Atuavam, ainda, no controle das escolas correcionais e das casas de espetáculos, contando com um corpo de censores, entre outras atividades de controle da sociedade, como veremos a seguir.

A 1ª Delegacia Auxiliar, além da incumbência de regularização de todos os problemas inerentes ao trânsito, posto que a “Inspeção de veículos,”²⁰⁶ mesmo sendo um departamento relativamente autônomo, estava subordinado a ela, e como complemento a esta regularização, era responsável pelo “levantamento topographico do Distrito Federal,” sob o ponto de vista da viação, tendo por base as plantas do Cadastro Municipal. Era responsável, também, pelo controle aos crimes cometidos no trânsito e pelo auxílio à administração de órgãos prisionais; pela “inspecção e fiscalização das escolas e colônias correcionaes, que haviam passado, por lei, “para a jurisdição immediata do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, incluindo-se a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande,²⁰⁷ próximo à prisão do Lazaretto, transformada em prisão militar, para que ali permanecessem presos diversos militares revoltosos.”²⁰⁸

²⁰⁵ Pelo Decreto n.º 3.610, de 14 de abril de 1900. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países). Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual (1922-1923), ao Presidente da República. Disponível <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: jan. 2009.

²⁰⁶ Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. Rio de Janeiro, 2009.

²⁰⁷ Havia cinco grupos de internos nesse presídio: homens, mulheres, homens alcoólatras, mulheres alcoólatras e menores entre 14 e 21 anos. As penas disciplinares que foram estabelecidas para todos os tipos de internos reduziam-se a apenas três tipos: advertência, trabalho forçado e reclusão em cela. Estabelecia-se como obrigatório o trabalho, que deveria ser realizado por turmas diurnas na produção agrícola, pesca, criação de animais e oficinas de carpintaria, serralha, ferraria, sapataria, olaria e alfaiataria, onde os presos trabalhavam para retirar do Estado o ônus pela sua manutenção. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da república: a Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. *TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 445-476.

²⁰⁸ Sobre as prisões para onde foram levados os militares, ver ARAGÃO 2012, op. cit..

A 2ª Delegacia Auxiliar, por sua vez, atuava com fins de repressão e fiscalização das casas de diversões públicas e na repressão ao jogo, além de outros crimes comuns. As casas de diversões e espetáculos públicos eram regidas por um regulamento assaz criterioso, que permitia o “*controle do movimento geral das diversões do povo carioca*, habilitada que se encontra[va] por um corpo de censores.” Somente no ano de 1922 esta Delegacia ficou responsável por:

[...] 334 processos, 12 por infrações theatraes – contravenção de leite; 97 por força do art. 31 da lei n. 2.321, de 1910; dois pelo art. 399²⁰⁹ do Código Penal; seis pelo art. 303²¹⁰; três pelo art. 330²¹¹; cinco pelo art. 338²¹²; dois pelo art. 331²¹³; [...] 48, as vistorias e 479 os exames medico-legaes effectuados. [...] Durante o ano de 1922 foram censurados 1.341 films, sommando a metragem 1.678.608. Soffreram modificações, para serem aprovados, 84 films, com a metragem total de 157.672. [...] Os côrtes foram na extensão de 564m metros e 60 centímetros; 54 films foram aprovados, com a nota de improprios para crianças e um foi prohibido.²¹⁴

No art. 1º do decreto 14.529, de 9 de dezembro de 1920, foi publicada a decisão de que “nenhuma casa destinada a espectaculos ou diversões publicas poderá [ia] funcionar sem licença do chefe de policia.”²¹⁵

(...) a representação de qualquer peça theatral depende da censura prévia feita pelo 2º delegado auxiliar.

§ 1º Para este fim o autor da peça ou empresario theatral requererá por escripto o registro da peça, apresentando dous exemplares impressos ou dactylographados, sem emenda, rasura ou borrão. § 2º O requerimento será dirigido ao 2º delegado auxiliar, devendo essa autoridade, findo o prazo de tres dias, autorizar a representação da peça ou não, declarando neste caso se a recusa é absoluta ou poderá ser revogada, uma vez que o autor ou seu representante legal supprima ou modifique os pontos indicados.²¹⁶

Além disso, o art. 39, do Capítulo XIV, do mesmo decreto fala da censura prévia em espetáculos teatrais ou películas cinematográficas: Art. 39. O chefe de Policia poderá nomear

²⁰⁹ BRASIL. **Código Penal (1890)**. “Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes,” ou seja, a vadiagem ou mendicância.”

²¹⁰ BRASIL. **Código Penal (1890)**. “Art. 303. Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue,” o que corresponderia hoje ao artigo 129, que prevê a lesão corporal.

²¹¹ BRASIL. **Código Penal (1890)**. “Art. 330. Subtrahir para si, ou para outrem, cousa alheia movel, contra a vontade do seu dono,” ou seja, o roubo, atual artigo 157.

²¹² BRASIL. **Código Penal (1890)**. “Art. 338. Julgar-se-ha crime de estellionato,” atual artigo 171.

²¹³ BRASIL. **Código Penal (1890)**. “Art. 331. Crime de furto,” atual artigo 155.

²¹⁴ Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República.

²¹⁵ DECRETO Nº 14.529, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1920. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. “Dá novo regulamento ás casas de diversões e espectaculos públicos.”

²¹⁶ DECRETO Nº 14.529, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1920. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. “Dá novo regulamento ás casas de diversões e espectaculos públicos.”

dous ou mais censores idoneos para procederem á revisão e censura das peças theatraes e das pelliculas cinematographicas.²¹⁷

§ 5º Na censura das peças theatraes a policia não entrará na apreciação do valor artistico da obra; terá por fim, exclusivamente, impedir offensas á moral e aos bons costumes, ás instituições nacionaes ou de paizes estrangeiros, seus representantes ou agentes, allusões deprimentes ou aggressivas a determinadas pessoas e a corporação que exerça autoridade publica ou a qualquer de seus agentes ou depositarios; ultrage, vilipendio ou desacato a qualquer confissão religiosa, a acto ou objecto de seu culto e aos seus symbolos; a representação de peças que, por suggestão ou ensinamento, possam induzir a alguém pratica de crimes ou contenham apologia destes, procurem crear antagonismos violentos entre raças ou diversas classes da sociedade, ou propaguem idéas subversivas da sociedade actual.²¹⁸

A 2ª Delegacia Auxiliar era responsável pela censura nos espetáculos, fossem eles teatrais, cinematográficos, esportivos ou diversões públicas e havia uma ampla gama de assuntos a serem visitados pelos censores, relacionados àquilo que podia ser considerado uma ofensa à “moral e aos bons costumes,” às instituições, de um modo geral; às várias formas de religiosidade e à apologia aos crimes de racismo (o que, a meu ver, se configura num avanço, para a época); às autoridades públicas, etc. Na última linha do inciso, lá está a “propagação de ideias subversivas,” sem, contudo, que seja feita uma descrição do que seriam essas ideias, embora seja de fácil dedução a possibilidade da lei incluir como criminosos: aqueles que fizessem algum tipo de oposição política, num momento em que o operariado vinha se organizando em diversas greves, por exemplo, assim como, que se expressasse através da produção de vários panfletos, jornais e manifestos, podendo, também, haver alguma menção à situação do povo, ou do trabalhador em algum texto de filme ou peça teatral.²¹⁹

Outra eficiente forma de propaganda era o teatro operário que para Maria Nazareth Ferreira foi a manifestação que “mais propiciou a participação efetiva dos operários no processo de comunicação.” Edgar Rodrigues acredita que não pode existir autêntica história do teatro brasileiro, se ela não reconhecer a contribuição do teatro amador anarcossindicalista daqueles anos. Os espetáculos podiam ter função doutrinária (O Filho da Canalha, com Procópio Ferreira), ou de solidariedade (recolher fundos para o operário José Ferreira, que ficara cego, ou para os filhos de Neno Vasco, anarquista português radicado no Brasil e recentemente falecido), ou de simples diversão para atrair simpatizantes com peças ingênuas, como Ninete, a Vovozinha, Língua de Fora, de Fabio Luz. Nos intervalos eram vendidos folhetos com textos de Sebastien Faure, Bakunin, Eliseé, Reclus e outros. O catálogo da Vieira Pontes Editores, que publicou 156 peças, dá uma ideia desta produção. Alguns artistas que participaram deste teatro, mais tarde se tornaram famosos, como Procópio Ferreira, o maior ator do país na primeira metade do século XX e o cantor

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Ibid.

Vicente Celestino que começou com seus irmãos no grupo Amor e Arte de Santos.²²⁰

A experiência do operariado trazida da Europa causava preocupação ao governo, pois este reprimia duramente a ação revolucionária e até sua presença no país, criando diversas leis que não permitiam que se organizassem, como foi possível aos militares revoltosos.²²¹

O perigo não era mais o operário organizado numa greve ou colocando uma bomba, mas uma conspiração contra o governo constituído, por grupos que alcançavam os altos escalões militares, e que eram capazes de empregar armamento pesado, contando com a simpatia – por vezes ativa – de elites urbanas. O governo Bernardes, iniciado em novembro, funcionou com a cidade em estado de sítio, e o governo atemorizado.²²²

A 3ª Delegacia Auxiliar de Polícia, a quem estava ligada a Inspetoria Marítima²²³ encarregava-se do controle e vigília da sociedade, confeccionando “listas de passageiros embarcados e desembarcados,” e determinando “o movimento diário” dos portos, através da elaboração de estatísticas que permitissem a visão de aumento de passageiros em direção a determinados locais. Isso foi feito, por exemplo, quando da vinda de grande número de pessoas para a capital federal, “por ocasião das festas do Centenario” da República, em 1922. “Grande foi o trabalho da Policia Maritima,” haja vista a presença de “muitos ladrões, presos pelos investigadores destacados a bordo,” conforme a constatação do Chefe de Polícia em seu relatório anual.

O numero total de passageiros desembarcados no decurso de 1922, orçando por 95.634, excede de 19.198 o dos que aqui desembarcaram em 1921. Feita a redução entre o numero de entradas e sahidas no mesmo espaço de tempo, é verificado o excesso de 22.825 nos algarismos de entradas, o que leva a conclusão de ser esse, aproximadamente, o numero de pessoas que em 1922 fixaram residência nesta Capital. Do primeiro ao ultimo dia do anno desembarcaram dos navios aqui aportados 95.634 passageiros, sendo 47.038 nacionaes e 48.566 estrangeiros. Procedentes de portos nacionaes aqui aportaram 50.547; e vindos de portos estrangeiros 45.087 passageiros. Dos passageiros embarcados, em numero de 72.809, 35.085 eram nacionaes e 37.724 estrangeiros. A portos do exterior destinaram-se 31.653, e a nacionaes 41.156. Foi de 209.925 o numero de passageiros em transito [...] e 2.941 o numero de navios entrados em 1922.²²⁴

²²⁰ SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2016, p. 23.

²²¹ BRETAS, Marcos Luiz. *Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20*. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, nº 3, outubro de 1997, p. 27.

²²² Ibid, p. 30.

²²³ Regida pelo Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. Ibid.

²²⁴ Regida pelo Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países).

Listas desse tipo poderiam prever a ida e/ou vinda de grupos rebeldes em meio a algum plano de levante, pois nelas constavam o nome do passageiro, a classe do navio que os conduzia, os portos de embarque e de destino, sua nacionalidade e sexo. Era organizada, ainda, com a discriminação de classe, nacionalidade, procedência e destino do passageiro, “a estatística das embarcações entradas e saídas do porto do Rio de Janeiro, no decurso do anno.”

Podia-se a partir dessas estatísticas não só registrar informações pessoais e dados numéricos sobre os passageiros, mas, também, sobre as embarcações daqueles que chamavam de “ladrões do mar, contrabandistas,” que “com relativa facilidade,” conseguiam “descarregar e transportar seus roubos e contrabandos.” Estes ilícitos eram apresentados à 3ª Delegacia Auxiliar, “sendo as embarcações conductoras de roubos remetidas ao Socorro naval, á disposição da Capitania do Porto,” havendo colaboração, sob forma de troca de informações e diligências policiais, entre a 3ª Delegacia Auxiliar e a 4ª Delegacia de Polícia Política.²²⁵

Para tanto, eram “remetidos mappas” explicativos do movimento geral de passageiros “à Directoria Geral de Estatística,” no Gabinete de Identificação e Estatística, além do envio de mapas da Polícia Marítima, sobre o movimento de passageiros e de embarcações ao Departamento Nacional de Saúde Pública. Esta última, de posse desses registros, podia solicitar ajuda das “Praças da Policia Militar,” tomar todas as providências “que fossem necessárias á boa execução do rigoroso serviço de isolamento dos doentes que tivessem que ser removidos de bordo, das embarcações para a Ilha das Flores.” Como vemos, além da pobreza, a saúde era um caso de polícia.”²²⁶

A elaboração dessas listas permitia, ainda, à Chefia de Polícia, identificar a prática da policia de alguns Estados, “de deportar para esta Capital, summariamente, indivíduos absolutamente indesejáveis, vadios ou gatunos,” principalmente do Norte do país.

Considerando-se que as embarcações eram o meio de transporte principal nesse período, não havendo ainda aviões em larga escala, ou, ainda, estradas que percorressem grandes distâncias, a vigilância às embarcações, com o sistema de controle demonstrado, permitia um nível de repressão bastante satisfatório para a Polícia da época.

A trajetória de João Alberto, certa vez, quando viajava numa embarcação, até Pernambuco, mostra a grande tensão vivenciada por ele a cada porto que o navio passava,

²²⁵ Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República.

²²⁶ ARAGÃO, I. I. *Da caserna ao cárcere* – uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011, p. 136.

pois ele sabia que poderia ser preso, a qualquer momento, por ser um “foragido,” procurado pela Polícia Política, considerado um “mau elemento.” Por precaução, João Alberto usava uma identidade falsa com o nome de Nelson de Castro (tinha um irmão chamado Nelson Roberto).²²⁷

Os revoltosos sabiam que o Estado republicano fiscalizava as companhias de navegação, incluindo-se as atividades de vigilância sanitária e econômicas, de empresas publicas e privadas.²²⁸ Quando optaram pelo transporte em embarcações, sabiam que, além disso, os inspetores da Polícia Política tinham aceso à lista de passageiros, e andavam pelos vapores tentando fazer o reconhecimento dos revoltosos. A 3ª Delegacia Auxiliar de Polícia, a quem estava ligada a Inspetoria Marítima,²²⁹ como vimos, vigiava-os incessantemente.

Não foi por acaso que Chevalier quase foi preso pela polícia ao descer de uma embarcação no Rio de Janeiro.²³⁰ Da mesma forma, Eduardo Gomes, após a queda do avião na Serra do Mar, quando levava, em 1924, panfletos para jogar sob o Rio de Janeiro anunciando a revolta.²³¹ Após a queda, tendo conseguido pousar de modo a não se ferir, decidiu tomar um navio em direção ao Rio Grande do Sul, para integrar-se às tropas de Prestes quando, ao chegar a um ponto de escala da embarcação, em Florianópolis, foi reconhecido e preso. A partir daí ficou impedido de lutar, tanto por São Paulo, como pelo Sul, iniciando-se, para Eduardo Gomes, um longo período de peregrinação pelas prisões, as mais diversas.

O reconhecimento nas embarcações era facilitado pela lista de passageiros, mas, como os revoltosos se utilizavam sempre de várias identidades falsas, e como a Chefia de Polícia pretendesse tornar conhecidos dos agentes determinados indivíduos que se configuravam em “uma ameaça à ordem pública,”²³² outra providência foi tomada: “Esta mesma chefia, no sentido de melhorar a vigilância a bordo, procurou tornar conhecidos dos investigadores os indivíduos embarcados sob a acção da policia, ou facilitando o seu conhecimento pessoal, ou

²²⁷ BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 199.

²²⁸ REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese de doutorado apresentada na UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

²²⁹ Regida pelo Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. Ibid.

²³⁰ Cf. CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

²³¹ Em meio à Revolta de 1924 decidiu bombardear o Palácio do Catete e jogar panfletos sobre a cidade do Rio de Janeiro informando o que se passava em São Paulo, mas o avião caiu. Ao saber da revolta no Rio Grande toma um navio, mas é preso em Santa Catarina.

²³² ARAGÃO, 2011, op. cit., p.137.

por meio de boas photographias.”²³³ Era o Estado republicano brasileiro usando todas as possibilidades orgazinativas, de logística, e, porque não dizer, tecnológicas para construir um aparelho repressivo e de controle por sobre os seus adversários.

Os revoltosos provavam dessas ações e passaram por esse aparelho repressivo ao longo de oito anos. Muitos dentro de prisões diversas; alguns no exílio em terras estrangeiras; outros clandestinos, exilados em sua própria terra, conforme a narrativa do tenente revoltoso que reproduzo a seguir. João Alberto, pretendendo rever seus familiares, numa trégua entre os combates, viajou para Recife e, apesar do “hábito da vida de fugitivo que levava dentro do Brasil”, segundo ele, ao atracar no porto de Recife, sua “comoção foi enorme”. Mesmo diante do perigo que corria no momento do desembarque, a memória do lugar foi mais forte. De modo inacreditável, ainda que sentisse grande temor por sua vida, foi o momento de rever o lugar onde se aninhavam as memórias do corpo e da mente e as primeiras imagens de um tempo que talvez não fosse mais possível recuperar, mas que, por esse motivo, constituíam uma espécie de base, rastro, de um pedestal mítico de subjetividade.²³⁴ Ao mesmo tempo, ainda segundo João Alberto, imediatamente ele foi tomado por uma expectativa de tensão, ao perceber que uma dúzia de autoridades da Polícia e da Saúde logo tomara conta da embarcação, como era de praxe para inspeção sanitária e identificação. Nesse momento, o sentimento de retorno ao lugar onde viveu sua infância se misturou com a ideia de ser necessário um enfrentamento que lhe proporcionasse uma chance de fuga. João Alberto pergunta a si próprio “o que iria acontecer ali, na minha terra!?”²³⁵

Os meus papéis não resistiriam a um exame cuidadoso. Era uma carteira de identidade feita por mim próprio, mal carimbada, e um atestado de vacina concedido pelo Dr. Belmiro Valverde, companheiro dedicado de conspiração, conhecido da polícia e tão suspeito quanto eu. Deveria reagir, caso fosse descoberto, marcando o meu desembarque em Pernambuco com um ato de força, ou entregar-me à prisão, decepcionando os inúmeros admiradores que tanta fé depositavam em mim!?

Esse foi um dilema vivenciado por todos os revoltosos exilados, nos momentos em que permaneceram no país, na clandestinidade, andavam sobressaltados, sempre com a sensação de estarem sendo perseguidos e diante da possibilidade de serem presos ou mesmo assassinados.

²³³ Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República.

²³⁴ ARFUCH, Leonor. *Memória y autobiografía*: Exploraciones en los límites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económicas, 2013. p. 28

²³⁵ BARROS, 1953, p. 199-200

Dentro da embarcação João Alberto procurou alguém da sua família, ou algum conhecido que o indicasse que haviam recebido o aviso da sua chegada, porque havia o receio de ser preso sem que ninguém o soubesse, o que facilitaria um desaparecimento. Depois de alguns minutos de agonia ele conseguiu localizar seu irmão Arquimedes, que morava em Recife, e quando percebe que os primeiros passageiros já estão descendo, se apressa em se apresentar à inspeção sanitária, conseguindo passar pela identificação policial. O irmão seguia-lhe os passos, sem se aproximar. João Alberto compreendeu a precaução e foi caminhando diretamente para o portão de saída. Arquimedes, sem que seu irmão soubesse, havia trazido consigo uma dezena de homens, amigos, que aguardavam sua chegada, com a finalidade de proteger-lhe a vida. Estavam dispersos na saída da escada, nos corredores do navio, em todo canto da embarcação, preparados para arrancarem João Alberto das garras da polícia, caso fosse identificado e preso. Segundo João Alberto, era uma questão de honra, para eles, o seu desembarque. Cada qual, do ponto em que se encontrava, seguia seus passos observando todos os movimentos, dentro e fora do navio, para, ao menor sinal de perigo, iniciar um conflito e resgatá-lo à força. Eram músicos, amigos do seu pai, havia chofer de praça, entre eles, trabalhadores do cais do porto, vizinhos, e outros que, conhecendo sua história na Coluna, vieram dispostos a tudo para defender sua integridade física. Quando João Alberto alcançou a área externa, um táxi aproximou-se rapidamente e o chofer gritou para que ele entrasse, chamando-o: “Coronel! Entre Coronel!” Dois outros carros o acompanharam, com Arquimedes, seu irmão, e todos os seus amigos. O temor pela prisão e pela morte dos revoltosos era tão grande, que esse tipo de ação tornava-se necessária. João Alberto diria sobre isso: “minha mãe e meus irmãos compreendiam bem o que se passava dentro de mim, com a vida em perigo, a cada momento, sem poder dar ou receber apoio, que eu estava entregue a minha própria sorte e não ignoravam a minha determinação de lutar.” Era assunção da identidade revoltosa também por sua família, que se dispõe a tudo o que for necessário para proteger-lhe a vida, compartilhando de sua identidade rebelde e assumindo a luta em armas junto a ele.

Depois disso, a dezena de amigos ainda permaneceu alojada na casa do irmão, Arquimedes, preparando uma resistência para o caso de que alguém o viesse atacar, fazendo ronda, agitados, armados, dispostos a protegê-lo a qualquer custo.²³⁶

De fato, as consequências das ações rebeldes não se resumiam à luta clandestina travada entre os revoltosos e a Polícia, o Poder Judiciário e o Exército, pois as perseguições

²³⁶ BARROS, op. cit., p. 201-3.

estendiam-se aos seus familiares. Muitos foram presos, alguns sequestrados pela Polícia, torturados e até violentados na prisão.²³⁷ E nisso consistem elementos formadores de suas identidades revoltosas, no compartilhamento de diversas situações e sentimentos experimentados pelo grupo rebelde ao longo de quase uma década. A situação dos revoltosos era como uma morte social, na qual as existências eram interrompidas abruptamente, pela morte, por separações forçadas. Constantemente viam-se entre fugas e mudanças, entre a falta de notícias e comunicados de perdas, de pais, filhos de entes queridos e parentes. Estavam sempre vivenciando ou contabilizando ausências, a perda de pessoas, fossem elas companheiros de combate ou familiares e o sofrimento pelo destino desses entes queridos.²³⁸

João Alberto encontra sua família em situação difícil, com apenas um irmão trabalhando e o restante deles sendo sustentados pela pensão do pai, que havia falecido. Apenas um de seus irmãos, um engenheiro chamado Augusto, trabalhava e contribuía com algum dinheiro, mas só podia fazê-lo porque morava em Alagoas, onde ninguém sabia de seu parentesco com João Alberto. Ainda segundo o relato de João Alberto sobre Arquimedes, seu irmão, havia sido demitido por “ser irmão de um revolucionário,” porquê uma família de um homem da Coluna jamais poderia pensar no emprego público. Segundo ele, todas as portas estavam praticamente fechadas, mesmo se quisessem exercer funções mais simples, como no caso de suas irmãs, costureiras e bordadeiras, que tiveram que trabalhar escondidas em um atelier de costura, além de mandarem vender o produto do seu trabalho através de outras pessoas. Uma dessas pessoas era Vitalina, que trabalhava e morava na casa de João Alberto e se dispôs a assumir a propriedade dos produtos para ajudá-las. Outro irmão de João Alberto, chamado Luiz, teve que comprar objetos para revender, mas tinha que ocultar o próprio nome como se fosse um crime, para seus clientes, proferir os nomes e o sobrenome da família.²³⁹

Recordo-me que durante uma entrevista com a sobrinha neta de Antonio Siqueira Campos, a Sra. Maria Lucilla Siqueira Campos, no Rio de Janeiro, houve menção ao fato do pai de Siqueira Campos ter dificuldades de conseguir trabalho, devido ao parentesco com o revoltoso. Da mesma forma, seu pai, Raymundo Pessôa Siqueira Campos, irmão mais velho de Siqueira, certa ocasião também fora proibido de fabricar dinamites, produto muito usado

²³⁷ Cf. ARAGÃO, 2011, op. cit...

²³⁸ Janina Bauman perde o pai no massacre de Katyn, na invasão da Polônia pela União Soviética. Consegue escapar do Gueto de Varsóvia e passa grande parte da Segunda Guerra longe de seus irmãos, fugindo com sua mãe. Seus relatos nos dão a dimensão do que sente um fugitivo distante dos parentes e amigos, às vezes recebendo notícias de uma perda ou sem sequer saber se algum dia tornaria a vê-los; no caso de um filho, se já havia nascido, ou mesmo, sendo pais e avós, se ainda estariam vivos. Os revoltosos vivenciam isso durante os oito anos em que permanecem em combate, prisioneiros ou exilados. BAUMAN, Janina. *Inverno na manhã*. Uma jovem no gueto de Varsóvia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, op. cit., p.101-4, 137.

²³⁹ BARROS, 1953, op. cit., p. 203-4

em empresas do ramo de construção à época, porque as autoridades policiais temiam que esse produto fosse utilizado para fins revolucionários.

Ainda sobre a perseguição e vigilância nas embarcações, Isidoro Dias Lopes relata, em uma carta ao Tenente Alfredo Simas Enéas, que Juarez Távora, numa viagem ao Sul, para fazer contatos com as lideranças do Rio Grande, após a retirada da capital paulista, foi impedido de viajar e perdeu três vapores e mais um quarto, no qual se viu diante de um perigo iminente, caso seguisse viagem, e, por essa razão, recusou-se a embarcar.

Chegaram trez vapores e não tivemos nem jornaes nem passageiros: o Amaral, agente de compras, não veio nem mandou as encomendas do Mendes; O Juarez, por acaso, perdeu os trez vapores, porque não quis vir no Bell (**nome de um vapor**) e não o quiseram receber nos outros... Hellen (**Salvaterra**), Barbosa Lima, Mendes, Orlando e China acham-se, assim, em Encarnacion. Ninguém veio e ninguém escreveu. Estamos, pois, em absoluta ignorância do que se passa com J. Francisco, com Prestes, com o governo do Bernardes, com o plano de Matto Grosso, com tudo, enfim.²⁴⁰

“Não o quiseram receber nos outros,” significa dizer que foi reconhecido e impedido de embarcar, embora não tenha sido preso porque estava em outro país. O tipo físico de Juarez, certamente devia lhe trazer muitas dificuldades, pois possuía uma fisionomia incomum, bem marcada, era muito alto, de porte atlético.

Esses são apenas alguns exemplos, dos muitos existentes, sobre o controle exercido pelo Estado sobre os indivíduos, na sociedade da Primeira República. Para os revoltosos, o poder repressivo do Estado foi implacável. Andar pelas ruas, um fato corriqueiro para muitos, transformava-se num evento, numa aventura repleta de desafios a serem transpostos. Andavam sempre disfarçados, com o temor do reconhecimento, buscando caminhos ocultos aos olhos de seus algozes, uma luta clandestina sendo travada, sempre com uso de identidade falsa, vivenciando uma clandestinidade sem data para terminar, sem vida social, familiar, profissional e estudantil, sem amigos. Alguns deles muito jovens, experimentando sentimentos causados pela perda de status profissional, a vergonha da deserção, culpa, angústia, a incerteza do futuro desconhecido, as lembranças do mundo a que pertenciam e a falta de perspectiva do retorno, de um dia retomar esses sentimentos de pertencimento, foram razões para a criação uma identidade revoltosa, que os permitisse sobreviver em todos os sentidos, compreendendo-se desde a esfera material, até a psíquica, uma forma de resistência a esse estado de coisas.²⁴¹

²⁴⁰ Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas, de Foz do Iguaçu, em 22-01-25.

²⁴¹ Janina Bauman traduz o que vivenciam aqueles que são perseguidos de forma implacável, como os revoltosos. Há a perda de todos os vínculos: a posição econômica, sua casa, todas as notícias relacionadas a sua

1.2.1 A 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política

A 4ª Delegacia de Polícia Política teria um alvo ainda mais específico: a manutenção da “ordem político-social.” Era oriunda do Corpo de Investigações e Segurança Pública,²⁴² criado em 1907, com a finalidade de prevenção, investigação e vigilância policial. O Corpo foi substituído, em 1920, pela Inspetoria de Investigação e Segurança Pública,²⁴³ sendo, esta última, transformada em 20 de novembro de 1922,²⁴⁴ na 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, pelo presidente Arthur Bernardes, cinco dias após sua posse, em 15 de novembro. Surgia, assim, no Brasil, o primeiro órgão responsável, especificamente, pela repressão aos movimentos sociais, com uma seção diferenciada, a Seção de Ordem Política e Social.²⁴⁵ Esta Seção deveria zelar pela “segurança interna da República, empregar os meios preventivos à manutenção da ordem, assegurar o livre exercício dos direitos individuais, desenvolver a máxima vigilância contra as manifestações ou modalidades anárquicas e agir prontamente com relação à expulsão de estrangeiros perigosos.”²⁴⁶

O regulamento que criou a 4ª Delegacia Auxiliar, uma delegacia de Polícia política, reformava o que regulamentava a Polícia Civil anterior.²⁴⁷ Subordinou o Gabinete de

vida anterior. São existências interrompidas abruptamente, onde é preciso usar identidades falsas e morar em casas com diversos estranhos, sempre buscando caminhos ocultos, temendo um reconhecimento nas ruas, seguido de prisão. Trava-se uma luta clandestina, em esconderijos, convivendo diariamente com a sensação de ser descoberto a qualquer momento. Janina afirma ter criado “um estranho mecanismo” que fazia com que acreditasse que ela e a mãe estavam seguras e que, ao menos, tentava convencer-se disso para sobreviver psiquicamente. BAUMAN, Janina. 2005, op. cit., p. 87, 99, 101-6, 126-7.

²⁴² Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. Relatórios do Ministro da Justiça.

²⁴³ Decreto Legislativo n.º 4.003, de 7 de janeiro de 1920, regulamentado pelo Decreto n.º 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Relatórios do Ministro da Justiça.

²⁴⁴ Decreto 15.848. Relatórios do Ministro da Justiça.

²⁴⁵ O Chefe de Polícia, no relatório anual de 1911, sugeria ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que o Corpo de Investigação e Segurança Pública – a unidade de investigação civil criada em 1907 – deveria ser dividida em oito seções, incluindo uma de “ordem social” para proteger direitos individuais e a ordem política. Além desta, seria criada e uma “seção especial”, para qualquer tipo de serviço que pudesse ser necessário ao Chefe de Polícia. Em 1915, a Inspetoria de Investigação e Capturas foi estruturada em dez seções. “*Em 1917 ela tinha 206 homens em serviço, embora a sua lei de organização previsse apenas 80. A “seção especial” sugerida em 1911 nunca foi criada, mas a “ordem social” foi teoricamente dividida em duas seções: “ordem social” e “segurança pública”.*” Por economia de pessoal essa separação permaneceu apenas no papel, “*ficando em 1917 um grupo composto de um comissário e sete agentes encarregado da segurança pública e da ordem social.* Sua função como Polícia Política era vigiar os anarquistas, socialistas e outros que atentassem contra a ordem e somente em 1916 produziram, para os arquivos da polícia fichas sobre 1843 pessoas. “*A seção era ainda muito pequena, mas certamente sua importância foi crescendo com o passar dos anos. A Inspetoria recebeu uma nova organização em 1920, desta vez por decreto presidencial. Deveria ser composta por 237 homens divididos por oito seções com a ordem social e a segurança pública mantidas juntas, reconhecidas como uma só função. A seção de ordem pública e social mereceu um status distinto das demais. Enquanto todas as outras eram subordinadas a um dos três sub-inspetores, a seção de ordem pública respondia diretamente ao Inspetor.*” BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, nº 3, outubro de 1997, p. 30.

²⁴⁶ Lei 4.743, de 31/10/1923. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da república: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. *TOPOI*, v. 7, n. 13, jul. - dez. 2006, p. 445-47.

²⁴⁷ Referente ao decreto nº 6440 de 30 de março de 1907, 1º parágrafo do artigo nono. Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o

Identificação e Estatística, o Gabinete de Serviço Médico Legal e o Gabinete de Investigações e Capturas, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, significando, estes dois últimos, o embrião de uma polícia técnica. Seguindo-se a estas providências, seria elaborada uma proposta de profissionalização da carreira policial, prevendo a criação de uma Escola de Polícia Civil.

Além dessas alterações, o decreto presidencial, de 20 de novembro de 1922, modificou o decreto anterior, que determinava que a Chefia deste setor policial fosse exercida apenas por bacharéis em Direito, permitindo que, em 28 do mesmo mês e ano, assumisse a Chefia de Polícia do Distrito Federal um militar do Exército, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, o homem que ocuparia, na história, o papel de maior perseguidor dos militares revoltosos.²⁴⁸ Assumia o cargo, justificando não ser lícito “declinar do convite” que recebia em “circunstancias excepcionaes, mal refeita que se encontrava a Nação do profundo abalo que soffrera devido á grave crise política, tão lamentavelmente objectivada na ultima tentativa de aniquilamento da ordem constitucional.”²⁴⁹ Referia-se, o Marechal, ao levante militar ocorrido em 1922.

Estava desse modo criado um aparelho estatal de defesa capaz de sustentar seu poder e submeter seus adversários, mantendo o Estado protegido das disputas políticas, ou seja, dentro do jogo político.

Na 4ª Delegacia de Polícia Política, sob as ordens do Delegado Carlos Reis, o suplício dos presos se iniciava pelo isolamento. Se alguém da família procurasse um preso necessitaria de alguma influência junto aos funcionários, pois as informações mais simples eram sonegadas e as respostas ríspidas eram o resultado obtido diante de qualquer pergunta. Caso tivessem algum tipo de influência junto a algum delegado, ou funcionário de polícia, o familiar, ou amigo, também seria desviado de seu intento, ouvindo uma afirmativa de que “este está complicadíssimo,” ou que está preso “por ordem do chefe de policia.” Tudo era feito para demovê-lo de seu intento intercessor, até que meses se passassem, sem que a família ou o próprio preso tivessem notícias um do outro. Se se conseguisse, após “inenarráveis peripécias,” uma audiência com a chefatura policial, dir-se-ia que a “ordem é de um marechal”, ou do Ministro da Justiça, João Luís Alves. Ainda assim, se o parente, ou

Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República.

²⁴⁸ Ocupou o lugar de Geminiano Franca nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal e de seu substituto interino Dr. Carlos de Faria Souto, que já havia sido delegado da 1ª Delegacia de Polícia Política.

²⁴⁹ Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual, de 1922-1923, ao Presidente da República.

amigo, insistisse, conseguindo transpor assessores, cartas, permissões e toda uma burocracia intencionalmente criada para impedir acesso ao prisioneiro, e conseguisse ser recomendado por alguém, chegando à presença do Ministro, não conseguiria seu intento. Ser-lhe-ia dito que havia um engano e que esse nome não figurava nas listas daquele ministério, tendo sido, provavelmente, o preso, recolhido por ordem do Catete. Após toda essa peregrinação, era normal que essa pessoa entrasse para o rol de suspeitos, podendo, por isso, receber ordem de prisão: “Há, todavia, casos que resolvem-se rapidamente. Quando o amigo, que acaba de pedir a liberdade do suspeito, transpõe porta da Central, para ganhar a rua, é detido e vai para o calabouço, entrando ahi um amigo por quem intercedera e ao qual então refere a dolorosa e triste aventura.”²⁵⁰

Era tão comum esse tipo de arbitrariedade que o *Correio da Manhã*, de 20/11/1928 ironiza a ação policial, quando agentes, por engano, prendem Amâncio Tito Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos, o tenente revoltoso, que morava num sítio no interior de São Paulo e nunca se envolvera com nenhuma atividade rebelde²⁵¹:

Quem tiver barbas à Luis Carlos Prestes ou à Siqueira Campos, ponha-as a baixo se não as quiser por de molho.

Amâncio de Siqueira Campos morava em Guarulhos com a sua esposa e uma filhinha de seis meses em um sítio. No dia 18/11/28 foi preso quando levava adubo em seu carro para o seu sítio. Encaminhado á Delegacia de Ordem Política e Social DOPS, permaneceu incomunicável até às 3 da tarde, quando o delegado Ibrahim Nobre reconheceu o equívoco: em virtude de sua barba grande, sua semelhança com Siqueira era impressionante. Amâncio tinha há mais de uma semana a casa vigiada, além de lhe seguirem todos os passos. Como se vê, as autoridades andam assombradas por aqui.²⁵²

Na 4ª Delegacia podia-se observar com frequência a tentativa da Polícia Política esconder os prisioneiros, por serem prisões ilegais, como foi o caso de Emígdio Miranda, preso na Rua 7 de setembro. Ex-aluno na Escola Militar do Realengo, denunciado por um, também, ex-aluno e “atual” investigador, de nome Lara Lage, foi levado para a 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política. Ficou incomunicável, embora não existisse nenhum processo contra ele. Devido à ilegalidade de sua prisão, negavam que ele lá estivesse, como era de praxe. Emígdio Miranda combatera nas tropas sublevadas da EMR, tendo sido, depois, desligado do Exército. A partir daí ficou exilado junto a vários oficiais e, em 1924, combateu em São Paulo. Após a chegada em Foz do Iguaçu, desceu com o coronel João Francisco

²⁵⁰ DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas: 1924-1926*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926, p. 18.

²⁵¹ Entrevista a mim concedida por Maria Lucila Siqueira Campos, filha de Raymundo Pessoa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

²⁵² *Jornal Correio da Manhã*, 20/11/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

unindo-se à Coluna Prestes. Foi preso em Mato Grosso, poucos dias antes da Coluna internar-se na Bolívia, tendo lá ficado por 8 meses, ao fim dos quais, veio para o Rio, nesta ocasião que relato, na qual, foi preso. Os jornais afirmam ser mais uma façanha da Polícia Política, porque o investigador “Lara se presta a esse servicinho, por ser um delator conhecido.”²⁵³

O General Augusto Ximeno de Vileroy, entre muitos outros, também aparece nos relatórios da Polícia Política, preso na 4ª Delegacia, dias antes de sua condenação.

[...] logo após a condenação ao art. 107, foram apresentados no dia 28-04-28, os Generais. Augusto Ximeno de Vileroy e José de Oliveira França (que se achava preso na Delegacia de Política Política), ao Ministro da Guerra e o Major Raimundo Nonato Lopes de Menezes ao Comandante da 1ª Região Militar.²⁵⁴

Ao chegar nesta Delegacia, o prisioneiro detinha-se diante de um universo diferenciado do mundo exterior. Dentro da cela, um mundo de códigos. Falava-se com os olhos, com gestos mínimos e com economia de palavras, com linguagem breve, imperativa. Algumas palavras representavam códigos e alguns gestos simples, como passar um cigarro, podiam encobrir a passagem de um bilhete, uma carta, ou uma navalha. A exploração do prisioneiro era outro problema a ser enfrentado. Além de tudo ser caríssimo na prisão, na 4ª Delegacia o dinheiro pedido pelo preso aos familiares, quando chegava às mãos de seu dono tinha seu valor reduzido pela metade. Ao passar pela carceragem outros 10% se perdiam. Aterrorizado por outro preso que desejasse se aproveitar de sua situação - os chamados “piratas” - podia lhe ser dito, por exemplo, que iria descer para a geladeira no dia seguinte, com o intuito de induzi-lo a dar dinheiro ao carcereiro para evitar a transferência. Ao chegar às mãos do preso, o “pirata” terminava por ficar com grande parte do que o primeiro possuía. Nesse ambiente, a ansiedade e nervosismo atingiam o prisioneiro a um nível indescritível. Minutos transformavam-se em horas, horas em dias, dias em anos. A confusão mental era agravada ao ouvirem as conversas sobre a tortura.

[...] descrições apavorantes da geladeira, de espancamentos a borracha, de palmatoadas, de longas estadias a pão e água, em furnas ignotas, do xadrez dos malandros onde se bate e rouba com requintes de malvadez – o preso vai a pouco e pouco perdendo o gênio alegre e confiante e a prostração, que se segue às grandes

²⁵³ *Jornal Correio da Manhã*, 20/11/28. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. *O Globo* 29/11/28; *A Vanguarda* 3/12/28; *O Jornal*; 30/11/28; *Diário Carioca* 30/11/28. Arquivo da Polícia Política, Emílgio Miranda. Notação 507.

²⁵⁴ Prontuário 15.398 da Polícia Política do Distrito Federal. Documento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para Polícia Civil do Distrito Federal. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.

emoções, começa a tomar posse daquele organismo, abatendo-o até a cobardia. Julgando-se perdido, anseia a liberdade a todo custo.²⁵⁵

O pavor dos presos diante da possibilidade de ser levado para a geladeira devia-se ao fato de suas instalações atentarem contra a integridade física de todos os presos. Essa cela ficava num corredor interno dos fundos da delegacia. Media de 8 a 10 metros e possuía um piso ladrilhado que servia de cama aos prisioneiros. Nada do mundo exterior chegava aos prisioneiros deste lugar. Sequer era permitida a entrada de jornais para que pudessem distrair-se daquele ambiente ferino, que chegava a ter, em alguns períodos, uma população de 40 a 190 presos. Nos momentos de superlotação, dormiam de pé, encostados uns aos outros. Se fossem traídos pelo sono e caíssem eram acordados com agressões. A aglomeração, na pequena sala, chegava a obrigar o carcereiro a empurrar o indivíduo que acabava de chegar para a cela “a coice de arma” para “aferroalhar a grossa porta de grades” sobre suas costas.²⁵⁶

Na Delegacia de Polícia Política de São Paulo as coisas não eram muito diferentes. Certa vez, estando a polícia receosa da presença de revoltosos em São Paulo, ainda sobressaltada com a última revolta paulista, houve uma denúncia sobre a presença de rebeldes em um apartamento à rua Bueno de Andrada. Há muito eles passavam por lá, sem que a polícia conseguisse prendê-los, tendo, Miguel Costa, certa vez, sido visto numa loja chamada Casa Kosmos fazendo compras. Desta vez, “os policiaes, por medo, ou por respeito do valoroso chefe, não ousaram prender o distinto patriota, comquanto tivessem tido a lealdade de comunicar o caso ao delegado.” Este último, teve uma reação inusitada. Avançou sobre os dois policiais e esbofeteou os dois “secretas”.²⁵⁷

Feita a denúncia referente à rua Andrada, em relação a um apartamento, onde provavelmente, Siqueira Campos, Miguel Costa e até Luiz Carlos Prestes tinham estado em São Paulo, enquanto os “scarpas” dormiam...”²⁵⁸ Passaram a vigiar dia e noite em busca de alguma pista. Essa era uma característica da Polícia Política, nesse período. Seguiam os passos pelas ruas, lojas, vigiavam suas casas, seu trabalho, entre outros lugares. Sabendo disso, os jornais, como sempre defendiam os revoltosos e criticavam veementemente a polícia e seus métodos, bem como a delação de alguns:

A DELAÇÃO DE TODOS OS TEMPOS

²⁵⁵ DIAS, 1926, op. cit., p. 21-2.

²⁵⁶ Ibid., p. 24 e 25.

²⁵⁷ *Jornal Diário Nacional*, São Paulo, de 10/01/30 e *Correio da Manhã* de 11/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

²⁵⁸ Ibid.

Individuos há capazes de todas as baixezas, desde que tenham um resultado eleitoral immediato. Victima de um desses desclassificados foram os briosos militares.²⁵⁹

A VIGILANCIA SEVERA

O delegado da Ordem Política e Social (...) passou a exercer severa vigilância sobre o prédio da rua Bueno de Andrada, destacando para ali os seus mais experimentados auxiliares. Estes estabeleceram uma permanente ‘campana’, indagando, também, da vizinhança, dos costumes dos moradores do prédio vigiado, do numero exacto destes, enfim, colheram todas as informações consideradas precisas para o assalto.²⁶⁰

Depois de inúmeros fracassos, razão provável da irritação do delegado, essa foi uma das poucas vezes que conseguiram prender alguns oficiais:

[...] quatro officiaes revolucionários... alugaram o prédio nº 101 da rua Bueno de Andrada, ali fixando residência. Para maior garantia, trataram esses corajosos officiaes incluírem-se nas listas eleitoraes do P. R. P., alistados com nomes trocados, por intermédio de um centro político a serviço da candidatura do sr. Julio Prestes. [...] Ante-hontem, á noite, um amigo dos officiaes revolucionários foi visital-os. [...] Sahindo de casa, desceram pelas ruas Octavio Gomes, Conselheiro Furtado até a rua da Gloria, sendo seguidos, no entanto, por dois agentes de policia – um mulato gordo e um moço bem vestido. Antes de chegar á rua da Gloria foram abordados pelos secretas e intimados a comparecer perante o dr. Laudelino de Abreu, delegado da Ordem Política e Social. Afim de não trahir sua qualidade de revolucionários promptificaram-se a exhibir aos agentes os seus documentos, que eram, principalmente, as cadernetas de eleitores ‘perrepistas’. Pensaram, assim, despistar os policiaes. Ao levar a mão ao bolso para tirar a prova de identidade, pensando os inspectores que elles iam reagir, fizeram fogo contra o rapaz que ia em companhia do major Emigdyo de Miranda. Este, ante o ataque, reagiu engalfinhando-se com um dos secretas, ao mesmo tempo que o seu companheiro, empunhando uma arma de grosso calibre, fez fogo sobre o outro policial, que é o de nome João Abreu e Silva, ferindo-o gravemente no ventre. Emquanto se desenrolava a luta tremenda surgem á frente da casa suspeita, vários caminhões pejados de soldados de policia que (iam?) cercar a residência dos revolucionários. Os soldados que acorreram aos estampidos, iniciaram, então, terrível fuzilaria contra os dois perseguidos. [...] Cessado o fogo, que foi ensurdecedor, conseguiram os policiaes prender o major Emigdyo Miranda, o mesmo não acontecendo com o seu companheiro, que conseguiu desvencilhar-se, fugindo. [...] O companheiro do major Emigdyo Miranda, que feriu o secreta Abreu e Silva, era o tenente Granville Bellophonte, militar que muito se destacou em 1924.²⁶¹

Dentro da casa, na rua Bueno de Andrada, Djalma Dutra e Aristides Corrêa Leal, que também moravam no prédio 101, foram presos momentos antes da prisão de Emígdio Miranda da rua da Gloria. Foi “o primeiro assalto ‘victorioso’ da policia contra os revolucionários...” Ainda assim, foram necessários para a prisão de apenas quatro homens “vários caminhões pejados de soldados de policia”, além de “dezenas de praças de infantaria,

²⁵⁹ Jornal *Diário Nacional*, São Paulo, de 10/01/30 e *Correio da Manhã* de 11/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Ibid.

soldados de cavallaria e outros tantos secretas.”²⁶² Após a prisão dos três revoltosos todos foram levados para a Delegacia de Polícia Política, em São Paulo, onde permaneceram por algum tempo.

Aquelle delegado Laudelino de Abreu, de São Paulo, é muito habil nas emboscadas. Quando falei com elle tratou-me muito bem. Mas mandou-me levar para a cadeia e ahi é que eu pude ver quem elle é. Metteram-me, por ordem sua, em uma das peores cellas que dispõe a central de policia. E’ um cubículo pequeninissimo que não dá espaço nem para a gente se deitar. Todo nu. Nem um jornal para servir de abrigo á gente. E para não contrastar com ambiente, exigiram também que eu tirasse a roupa. - Você vae entrar para ahi, disse-me brutalmente o carcereiro; mas primeiro tem de tirar a roupa. Resisti. Reagi. Tive de lutar. Mas elles acabaram dominando-me entrem muitos. Um pega-me pelo pescoço, outro pelos braços, outro segura-me as pernas; e assim tiram-me a roupa. (...) Passei naquelle cubiculo até duas horas da madrugada. Depois passaram-me para outro, devolvendo-me a roupa. Nunca mais fui interrogado. E assim mesmo tive sorte, porque o Aristides soffreu mais. Elle nem podia ficar no chão. Atiravam água na cella em que o metteram para não o deixarem em paz. Elle tinha que se empoleirar em uma elevação para não pisar horas inteiras num molhado.

O Tenente Aristides Corrêa Leal, que ali também se achava, confirmou:

- Atiravam água e gritavam, interveiu o jovem official veterinário, gritavam: ‘Vocês são peores do que anarquistas. Vocês são uns bandidos.’

E enquanto eu estava sem roupas naquelle cubículo, tornou o Tenente Dutra, ainda queriam que confessasse quem eu sou: - Confesse que você é o Tenente Dutra. Respondi-lhes que não podia confessar-lhes nada, nem tratar com elles enquanto não me devolvessem as minhas roupas. Um homem naquellas condições não póde dizer que é official do Exercito. Elles queriam humilhar-me, submeter-me a um vexame. Estão convencidos que o mundo vae se acabar. Ou então pensam que a gente se esquece de certas coisas. Mas aquelle delegado está muito enganado.²⁶³

Em 1925, os senadores Moniz Sodré e Barbosa Lima iniciaram uma campanha na qual denunciavam, a partir do depoimento de prisioneiros, que lhes enviaram cartas, os abusos cometidos pelos representantes da lei. Representantes do governo diziam ser necessário que os denunciante abandonassem o campo das divagações imprecisas, passando a uma demonstração de suas afirmações, no tocante àquilo que consideravam “sofrimentos cruéis e torturas brutaes” de que eram “victimas, nesta capital, os detentos politicos”. Para tanto, afirmavam trazer ao plenário “provas testemunhaes e documentos de algumas dessas barbaridades, que hão de transir de espanto e quiçá de horror, os espíritos mais calejados na sua indiferença pelas desgraças humanas”. Apresentavam para seus debatedores um maço de papéis, a maioria cartas de prisioneiros que, embora se colocassem ao inteiro dispor das autoridades para prestarem esclarecimentos, Moniz Sodré decidiu preservar suas identidades,

²⁶² Jornal *Diário Nacional*, São Paulo, de 10/01/30 e *Correio da Manhã* de 11/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio de Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

²⁶³ Jornal *Diário da Noite* de 15/01/30. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo Polícia Política, Djalma Dutra, notação 487, 1928-30.

temendo por sua integridade. Numa das cartas há o testemunho das incontáveis mortes na geladeira onde passavam “os mais fantásticos horrores”.²⁶⁴

O Sargento Aldobrantino Chaves Segura, preso por envolvimento na Conspiração Protógenes,²⁶⁵ afirma que esteve preso “em uma humida cela” do 2º Regimento de Infantaria por oitenta e cinco dias. Sem ar e sem luz e a pão e água por quase três meses, quase não podia andar. Em 23/02/25, foi excluído do Exército, sendo mandado apresentar-se à Polícia.²⁶⁶ Foi transferido para a 4ª Delegacia de Polícia Política,²⁶⁷ onde deu entrada na “geladeira” e passou nesta cela mais 56 dias. Depois desses meses foi para a Detenção. A descrição de um prisioneiro²⁶⁸ que foi testemunha de sua chegada revelava que “era um espectro humano, incapaz de dar três passos.”

Pedro de Góes Tojal, outro Sargento, envolvido na mesma conspiração de Aldobrantino, tendo sido excluído do Exército e entregue à Polícia Política, também passou dois meses no mesmo Regimento a pão e água, indo, em seguida, para a Detenção, na mesma época de seu companheiro de farda. Além desses, e compartilhando das mesmas adversidades, estava o sargento Osman Seabra de Bonfim, cujo estado de saúde também era grave e foi testemunhado por seus companheiros quando foram ao sumário de culpa, que escreveram mais tarde ao Senador Moniz Sodré.²⁶⁹

Nesta carta há referencia a um desgraçado que já faleceu, cujo estado de miséria física e orgânica não só eu presenciei, como todos que estavam lá no primeiro dia de inquérito, no sumario de culpa. Foi uma scena verdadeiramente trágica: entrava macilento, esquelético, trôpego, roupas dançando no corpo, um rapaz imberbe. Perguntaram-lhe o nome. Não era possível ouvir-lhe a resposta. A sua afonia era extrema. Era uma das victimas da **benignidade** do sitio actual. Havia passado 45 dias em um desses túmulos de enterrados vivos, muitos deles sem comer e sem beber, sinão pão e café, e alguns outros em completa abstinência. Em 45 dias perdera 28 quilos; entrou jovem cheio de nobres esperanças; sahiu de lá para morrer de tuberculose galopante, adquirida por entre os martírios da sede, da fome e da asfixia.

[...] V. ex. teve a ocasião de ver, no Juizo da Primeira Vara Federal, o estado de debilidade a que estava reduzido um dos denunciados hoje falecido, segundo fui informado... Benignidade! Era de se ver o estado em que chegavam á Casa de Detenção os presos políticos que tinham tido a infelicidade de demorar na policia...

[...] Lembra-se v. ex. que esse desgraçado servidor da Patria, ao comparecer para ser qualificado como denunciado no processo da chamada conspiração Protogenes,

²⁶⁴ DIAS, 1926, op. cit., p. 187.

²⁶⁵ Assim denominado o levante da Marinha em 1924, no Rio de Janeiro. Protógenes era o nome do líder da revolta, que foi preso dias antes, tendo assumido seu lugar Hercolino Cascardo.

²⁶⁶ Relatórios dos Ministros de 05/12/25. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552. Relatório do Ministro da Guerra 1922/23. Rio de Janeiro, 2009.

²⁶⁷ Também chamada na época por Polícia Central ou Central de Polícia.

²⁶⁸ Carta de um prisioneiro ao Senador Moniz Sodré, apud DIAS, 1926, op. cit., nota 429, p.189.

²⁶⁹ Ibid. p.189-200.

surgiu como um fantasma, esquelético, com palidez cadavérica, sem forças para se mover, nem sequer para poder falar. O tétrico quadro impressionou a todos, inclusive ao juiz, inclusive ao procurador criminal, quando, por piedade cristã, v. ex. e eu nos acercamos dele para levar-lhe um pouco de conforto moral.

Quer v. ex., quer eu, o víamos pela primeira vez, mas teria sido um crime, si não tivéssemos procurado amparar-o naquele momento em que ele se via, depois da tortura sem conta, levado á barra do tribunal. V.ex. ofereceu-se para ser o seu advogado, pois o misero não tivera a quem recorrer, e eu, que pude ficar mais tempo ao seu lado, ouvi-lhe a descrição dos sofrimentos por que passara, depois de preso, e aquela voz sumida, como que vinha já de além tumulo, era o mais forte anátema contra os seus algozes. Tinha chegado áquele lastimável estado, porque o haviam encarcerado durante 45 dias em uma solitária, sem ar e sem luz, tudo em obediência ás ordens de um sr. major Sarmento.

A crueldade chegara ao ponto de deixarem-n'o durante cinco dias a fio sem receber alimento! Cinco dias sem comer! Horrível e que esquecimento! Esquecem-se as autoridades de alimentar os presos, dias consecutivos, e depois o "leader" do Governo no Senado vem dizer que eles são tratados com benignidade!! Que irrisão!...

Apesar de, como já disse, não o conhecer nem (presenciar a situação) sem alimento e tal se dera, como lhe disseram depois, **por esquecimento**, quando de uma feita ficou sua família, fui visitá-lo no Hospital de S. Sebastião, para onde afinal havia sido removido, já ás portas da morte, depois dos maos tratos que recebera. Solicitei de enfermeiros e serventes um pouco de carinho para com aquele infeliz brasileiro, victima da **benignidade** do Governo. Da vez seguinte que lá voltei, já o seu leito estava vazio: havia falecido.

Libertara-se assim da ferocidade dos homens **benignos**, porque Deus o chamara para junto de si para, com a sua infinita bondade, recompensar o sargento Osman Severo do Bomfim, de tudo quanto havia feito para a salvação da sua Patria.

Como contribuição á resposta que v.ex. vae dar ao sr. Senador Bueno Brandão, que ousou dizer em pleno Senado da Republica que os presos políticos só tem tido somente a benignidade do Governo, permito-me de lembrar a v. ex. a dolorosa scena a que assistimos, na primeira sessão do sumario de culpa, passada com o infeliz ex 1º sargento Osman Severo de Bomfim.

O nome desse desgraçado póde ser dado, porque é um dos taes que saíram das masmorras para o tumulo, que já se libertaram pela morte de todos os sofrimentos terrenos. Ele estará hoje, sr. presidente, recebendo da infinita justiça de Deus, a recompensa dos suplícios que lhe infligiu na terra a crueldade dos homens, a serviço desse Governo **benigno** que tem levantado esse clamor da consciência nacional nessa situação de revolta...²⁷⁰

Muitos morreram depois de sair da Polícia Central, como era chamada a 4ª Delegacia de Polícia Política, ao passar pela Correção ou Detenção, alguns, sem sequer serem notados, simplesmente desfaleciam ante aos maus tratos:

Quando a lotação chega a esse limite, a grossa grade de ferro que toma a frente do cubículo – enche-se de corpos humanos: os mais novos trepam como podem, obrigados pelo chefe do cubículo, e ali ficam dependurados, enganchados, 12, 24 horas, até que um mais fraco despenca dali, sem forças, pernas e braços insensibilizados pela dor e imobilidade suportada... Certa manhan apareceu um na grade, retesado, hirto, olhos esbugalhados, boca torcida pela agonia horrenda; e dias após um outro foi retirado em estado de cômá.

Sabe-se se estão mortos ou adormecidos, pelo café da manhan, uma água escura de sabor indefinível, distribuída em canecas de folha de Flandres, velhas, furadas, ferrugentas e acompanhadas de um pãozinho.

²⁷⁰ Carta de um prisioneiro ao Senador Moniz Sodré, apud DIAS, 1926, op. cit., p.189-200.

Como não atendem á chamada, é preciso sacudil-os e então é que se verifica que em vez de um preso, defrontam com um cadáver. Essas cenas, si não são cotidianas, também não são raras.²⁷¹

A lotação devia-se a prática policial de prender qualquer homem que fosse encontrado a partir de determinada hora circulando por ruas, bairros ou subúrbios da cidade, considerados suspeitos. Estes, criminosos ou não, eram vítimas das “canôas”, as prisões em massa.

Cidadãos são arrancados das mesas dos cafés ou de dentro dos automóveis. Nos subúrbios ou bairros suspeitos da cidade, são caçados mendigos, vadios, invertidos, desocupados, malandros, pequenos negociantes, caixeiros, etc., seja quem for que tenha a desgraça de passar na hora do cerco; seja velho ou moço, são ou doente, aleijado ou perfeito, limpo ou sujo. Todos esses malaventurados são levados para a Polícia Central e despejados na carceragem ou na geladeira, aos magotes de vinte ou trinta. Dahi são remetidos para o **Campos**, o navio-inquisição, que se acha no fundo da Bahia em frente á ilha Mocanguê [...].²⁷²

A incomunicabilidade na geladeira era absoluta e os espancamentos na prisão aconteciam diariamente e a toda hora. Segundo Dias, “reinam despoticamente nesse inferno polar” dois homens, o carcereiro e o chefe da cela. Esta última chefia é alcançada por antiguidade e cada chefe tem sua claque, para garantir que suas ordens sejam cumpridas de modo servil, pois se contrariadas o preso era, também, espancado, desta vez pelos próprios presos, diante da indiferença do carcereiro. Não havia meios de defesa diante das covardias. O preso que chegava era revistado, seu dinheiro, retirado e, se não oferecesse resistência não sofreria maiores torturas. Como vemos, a privação de liberdade não era a única pena a ser cumprida pelo prisioneiro e seu desejo de liberdade não era devido à saudades ou vontade de retomar sua vida, mas sim à necessidade de sair de onde se encontrava, ainda com vida, pois sua integridade física não era garantida pelo Estado, ainda que isso fosse sua responsabilidade. Assistia-se a cenas tão abomináveis, que havia momentos em que determinadas pessoas perguntavam-se se o que viam era realidade, ou se estavam diante de uma “alucinação ou sob a influência de um pesadelo pavoroso, horripilante.”²⁷³ Curiosamente, Primo Levi teria dito algo nem parecido ao afirmar: “Hoje eu mesmo, enquanto estou sentado frente a uma mesa escrevendo, não estou certo de que esses fatos tenham realmente acontecido.”²⁷⁴

Na geladeira gritava-se, ria-se, contavam-se piadas, travavam-se discussões sobre vitórias do futebol ou sambas carnavalescos; comentavam-se os crimes mais recentes,

²⁷¹ Ibid, p. 25-6.

²⁷² DIAS, 1926, op. cit., p. 24.

²⁷³ Ibid, p. 27.

²⁷⁴ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: ROCCO, 1988, p. 105.

formulavam-se projetos de outros crimes, despreocupadamente, sendo dia ou noite, não sendo possível, dada a algazarra, um horário regular de sono, o que deixava os ânimos mais ainda a flor da pele. Para dormir havia que se seguir a escala. Enquanto um grupo dormia sob o piso gelado, outro ficava de pé, ou de cócoras em vigília. Ali, misturados presos políticos aos presos comuns, encontravam-se sãos e doentes, jovens e velhos, inocentes e culpados, malandros e trabalhadores, mendigos, ou, simplesmente, desempregados. Dentre os criminosos, misturavam-se desde casos de falsificação do leite e falsificação de dinheiro, até ladrões e assassinos. As pragas de insetos e parasitas espalhavam-se entre os presos, assim como as doenças. Alguns estão semi-mortos. Com aparência de “massa macilenta de ossos revestida de pele e alguns farrapos em volta.” Os demais, que estão em melhor situação de resistência física e psíquica também revelam o tamanho desprezo pela vida humana a que estão submetidos. Transformaram-se, também, em “figuras espectraes – seres de fundos olhos febris e imóveis. De faces encovadas, de barba intonsa e revolta, que caminham tropeçadamente (...). Despedem de si um odor acre, almiscarado, proveniente da falta de higiene e mudança de roupa.” Todos estão doentes, não há um são sequer.²⁷⁵

Um exemplo do que podia fazer a prisão com um homem em pleno gozo de sua saúde está na história do cabo Reis.

Reminiscências da epopéia dos 18 de Copacabana - Após cinco anos de torturas nas bastilhas do sítio o cabo Reis morre à míngua de tratamento no hospital S. Sebastião

Na narrativa que se vai seguir, ao mesmo tempo, da ausência de sentimentos da humanidade de alguns médicos e da covardia de um apóstata que o dinheiro fácil inclui entre os “chalaças” dos grandes deste regime de falcatuas e de negociatas, de acanhalamento mental e de misérias, na narrativa, repetimos, que vamos fazer em seguida, encontramos oportunidade para relembrar o heroísmo grandioso, inédito na história dos movimentos revolucionários que a honra inspira, contra as ignomias dos déspotas, dos 18 de Copacabana. Não há quem não exalte a arrancada romântica dos que ardiam no desejo de ver um Brasil livre e próspero. Não há brasileiro, digno desse nome que não experimente o frenesi que o patriotismo produz: ao ouvir o descritivo empolga-se dos detalhes e do desfecho da epopéia soberba e grandiosa daquele 6 de julho de 1922, que o calendário assinala como sendo a data que mais de perto fala ao culto dos brasileiros. [...] depois do 5 do mesmo mês que fazia surgir em São Paulo, para continuar a obra iniciada pelos heróis do Forte, a figura de Isidoro Dias Lopes. [...] Mas o fato que nos reportamos abaixo, se tem a exaltar a sua gênese patriótica, não pode escapar, infelizmente, ao aspecto doloroso que as circunstâncias, sobrevindas ao epílogo daquela alucinação de tanta beleza, impuseram.

Entre os que foram vencidos materialmente pelos exércitos mercenários, do déspota numa luta desigual, figurava o cabo Manoel Antonio dos Reis, que se decidira, num gesto que diz muito da sua bravura e dos seus sentimentos patrióticos, acompanhar os seus superiores na caminhada para a morte.

(Nas bastilhas do Sítio) – Não compreendendo a significação da atitude do cabo Reis, os carrascos da época expulsaram-no do Exército, sepultando-o em prisões

²⁷⁵ DIAS, 1926, op. cit., p. 26, 28-9.

infectas, onde padeceu horrores. Findo o governo gastrônomo de Eptácio, o país rolou para as ignomias do quadriênio de Bernardes Nas trevas do sitio, que permitiram tudo, o cabo Reis foi conservado nas bastilhas do execrado. Foi a fase aguda da sua odisséia. Um dia, já nesse governo, levantado o sitio, porque nada houvesse contra a vítima do seu próprio ideal, foi ela posta em liberdade. Mas os sofrimentos por que passou no cárcere transformaram o cabo Reis, antes um homem forte e sadio, numa criatura alquebrada e doente. Restava-lhe porém, o ânimo, um pouco do que fora naquela época. E procurou trabalho com que pudesse manter a esposa e dois filhinhos [Há uma foto dos três no jornal: Ela é uma moça, muito jovem e as duas crianças têm um e três anos no máximo], que estavam vivendo, aquela e estes, sob o amparo do seu sogro. Insulou-se nos subúrbios da Linha Auxiliar e encontrou meios de ir vivendo honestamente, anulando, com o milagre da força de vontade, os insultos periódicos da moléstia que lhe minara o organismo, no cárcere. E resistiu o quanto pode até que cedeu às exigências da febre rebelde.

Desprezado e traído por Geraldo Rocha

Nesse estado resolveu, o cabo Reis, procurar Geraldo Rocha, o argentário que traíra a causa da revolução, sujeitando-se aos caprichos do reprobato, servindo-lhe os desejos, aliciando cangaceiros para combater Prestes, até que culminou na oferta de 500 contos pela cabeça do chefe da coluna invicta. [...]. Chegando ao escritório do magnata, o cabo Reis se anunciou, no empenho de exorar, à generosidade do traidor, um pequeno auxílio. Mas o Sr., Geraldo Rocha [...] recusou-se a receber o cabo Reis. [...] Sem mais poder trabalhar e sem recursos à debelação da enfermidade, foi o cabo Reis internado no hospital da Gambôa, ficando sob os cuidados do Dr. Sinval. Mas esse médico, seguindo o exemplo do diretor daquele estabelecimento, tratava o doente mal impondo-lhe o martírio do jejum. E foi além. Sabendo que se tratava de febre palustre, diagnosticou tifo, no empenho de apressar a transferência do enfermo para outro estabelecimento. As misérias que sofreu no hospital da Gambôa agravaram o estado de saúde do denodado patriota. Já próximo da morte, mesmo assim não tocou a piedade dos médicos do hospital S. Sebastião. O processo adotado neste revelava a mesma desumanidade. E o cabo Reis morreu no dia 27 de junho. O seu enterro foi feito às expensas de seu sogro, que ainda recolheu na sua casa, tratando-os com carinho, a esposa e os filhos do herói de Copacabana. [...]²⁷⁶

Tanto os revoltosos, muitos deles ainda foragidos, como Siqueira Campos, outros ainda presos em quartéis como Eduardo Gomes e suas respectivas famílias, ao saberem da morte do cabo compareceram à missa.

A missa do cabo Reis. Igreja de São Francisco De Paula às 9:00 h.

Informam que compareceram a viúva do Comandante Luís Gomes,²⁷⁷ sua filha, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Artur Cabanas, João Cabanas, Mercedes Cabanas, Capitão Carlos da Costa Leite e esposa, coronel Sotero de Menezes, tenente Felississimo Cardoso, e tenente Paulo Storino, tenente Raphael Guimarães, entre outros.²⁷⁸

Reis fora transferido para o Forte de Copacabana, poucos meses antes da revolta, no ano de 1921. Trabalhara na Fortaleza de São João, onde deixara a função de corneteiro recentemente, passando a exercer a função de cabo de compras. Foi transferido para

²⁷⁶ Jornal *A Esquerda* 11/7/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

²⁷⁷ Este é o pai de Eduardo Gomes, que foi da Marinha até certo tempo, abandonando depois a farda para seguir a carreira de jornalista.

²⁷⁸ Jornal *A Esquerda* 11/7/27. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30. Grifos meus.

Copacabana a pedido de Henrique Cunha que servira com ele e “agora” estava no Forte do Vigia, como ajudante de ordens do comandante. Pediu a Henrique Cunha o favor de interceder por ele, pois passava por problemas no Forte de São João. Henrique Cunha pediu a Siqueira Campos, que o encaminhou ao “Xirú,” apelido do Capitão Euclides Hermes da Fonseca, desde criança, filho de Hermes da Fonseca e comandante do Forte de Copacabana. Este confirmou a necessidade brevemente de um corneteiro no Forte, pois haveria baixa do que lá servia, autorizando a transferência. Foi um dos combatentes socorridos no HCE, apenas com um ferimento no braço, seguindo depois para sua peregrinação pelas prisões do sítio. Ao sair da prisão “graças à interferência da boníssima D^a. Geni Gomes,” mãe de Eduardo Gomes conseguiu um emprego no *Correio da Manhã*, que lhe permitia viver modestamente, mas, tendo adoecido voltou para Alagoas. Não conseguindo se estabelecer por lá retornou, mas a falta de condições mínimas de sobrevivência nas prisões havia deixado marcas em sua saúde, bastante abalada, e não resistiu.²⁷⁹

Nesse sentido, a “Polícia Central”, como também era designado o prédio da 4^a Delegacia de Polícia Política, pelos prisioneiros e pelos jornais, que, no Rio de Janeiro, ficava na rua da Relação, dava uma idéia exata do que era o governo, durante o sítio.

A descrição de quem esteve preso na Polícia Política é a de que a hostilidade dos agentes complementava o sofrimento causado pelas precárias instalações do prédio da Central de Polícia. Segundo Dias, tinham os investigadores um olhar cínico e inquiridor “que fere e enerva ao mesmo tempo”. Um “fitar arrogante” de quem dispõe da liberdade de outrem, de quem com um simples gesto, ou palavra, pode mudar a direção da vida de quem está em suas mãos. As respostas eram “em tom breve, desdenhoso, displicente e a “voz dominadora,” “abrupta e cortante” podia surgir diante de qualquer pergunta cotidiana, demonstrando a recusa ao atendimento das necessidades mais essenciais, mediante a alegação de “não ser ali uma casa de favores.” Esse tratamento estendia-se aos familiares desses presos, que muitas vezes ao deixarem encomendas não sabiam, até que pudessem rever seu parente, se algum dia lhe chegou às mãos. Até seu linguajar depreendia rudeza, brutalidade, grosseria e desumanidade.

Para ele [para o policial], certamente é justiça colocar-se ao lado do arbítrio, da violência e da opressão, daquele que manda e dispõe dos cofres da Nação para pagar

²⁷⁹ CUNHA, Henrique. Conferência realizada na Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, em 28/04/54, pelo General de Divisão Henrique Cunha. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. Pasta Pesquisa 18 do Forte, gaveta nº 2.

as dedicações interesseiras, que será tudo, menos justiça. Para ele é, sem dúvida, justiça negar ao encarcerado o essencial a sua existência – roupa e alimentação.²⁸⁰

O que os revoltosos vivenciaram desde o início dos levantes, revela muito de perseverança e resistência, além de explicar a necessidade que tiveram de se manter unidos, para sobreviver a tanta violência. De certo modo, pode-se afirmar que quem conseguiu ficar próximo dos demais, formando um grupo de revoltosos, morando nas mesmas cidades do exílio e até mesmo de repúblicas compartilhadas, e até aqueles que viviam distantes, mas, mantiveram contato por cartas e eventuais visitas, contaram com alguma ajuda um do outro, e, por isso, tiveram mais chances de sobreviver, enquanto os que não conseguiram manter contato constante com o grupo terminaram por sucumbir à extrema violência institucional, com mais facilidade. Revela, também, muito das instituições políticas criadas pelo Estado que inaugurava os fundamentos republicanos, e, especialmente, em se tratando das instituições jurídico-policiais, no Brasil.

1.3. Terra de ninguém: entre o direito público e o fato político, entre a ordem jurídica e a vida. ²⁸¹

O Estado brasileiro se impôs de forma implacável por sobre a ação dos militares rebeldes, que poderia ter sido encerrada com uma anistia, como tantas vezes ocorreu, quando era de seu interesse. E se utiliza sem dúvida de um contexto de luta e combates armados, para justificar a intensidade de sua ação repressiva, embora, ao fim desses eventos não diminua a veemência de seu uso com a população, mesmo que esta não dispusesse de armas. Além disso, o Estado passa a delimitar algumas fronteiras na ação política de seus adversários, ou seja, a violência empreendida, no caso das revoltas militares, revela a intencionalidade de uma mudança no *modus operandis* de fazer política, não mais aceitando o uso de revoltas como uma extensão da ação política, como era de praxe, até então, quando não havia consenso.

Aos revoltosos o governo não deixou alternativa que não fosse a prisão, o exílio, o banimento do país, ou a morte. Obviamente tais situações de grande adversidade e extrema crueldade, exigiram a união desse grupo, gerando o “desafio de ‘auto-identificação’” da criação uma identidade para sua própria defesa, da reelaboração de suas identidades militares em uma identidade militar-revoltosa. Era uma questão de sobrevivência, diante das ações protagonizadas por um Estado que apelava para uma série de “deformações institucionais.” Sem “saber o que esperar” era “melhor estar preparado,” havendo urgência em sua união e na

²⁸⁰ DIAS, 1926, op. cit., p. 20. Grifos meus.

²⁸¹ AGAMBEN, 2004, op. cit., p. 12

construção de uma identidade forte e duradoura, capaz de suportar as arbitrariedades relatadas, dentre outras ainda por contar.²⁸²

Lima Barreto expõe sua posição como testemunha das práticas políticas de repressão pouco antes do período estudado. Embora o episódio seja antecedente ao recorte temporal, ao narrar momentos da repressão à Revolta da Vacina, nos fornece um exemplo bastante ilustrativo, da forma como atuava a polícia:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente.²⁸³

Ou ao narrar, de forma irônica, seu temor em continuar um trabalho de escritor, diante da implementação do estado de sítio:

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.²⁸⁴

O estado de sítio, em vigência no governo de Arthur Bernardes trouxe consigo esse tipo de arbítrio, a supressão das garantias constitucionais, a repressão, o autoritarismo e todas essas ilegalidades em “nome da ordem” gerando a prática indiscriminada de assassinatos, especialmente nos interiores do país, onde o Estado não era capaz de chegar.

Num sistema jurídico-político que ainda trazia permanências da escravidão, além dos assassinatos, era comum a existência de histórias exemplares, quanto à violação dos direitos mais elementares à liberdade e à vida.

Dentro das prisões reproduziam-se os métodos de uma escravidão recentemente abolida, com troncos, correntes, palmatórias e gargalheiras. Como relata Lima, secretário da Coluna Prestes: “Goiás é a terra dos troncos, gargalheiras e palmatórias. Esses instrumentos

²⁸² BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora 2001, p. 58-9.

²⁸³ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. 1956, pp. 13-4, apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, notas do 3º capítulo.

²⁸⁴ *Ibid*, notas do 3º capítulo.

de torturas povoam as suas cadeias. Destruímos quantos deparamos, bem como as palmatórias existentes nas escolas públicas.”²⁸⁵

Nos anos iniciais da Primeira República, mortes também aconteceram e não somente no meio rural. No meio urbano a violência policial agia sob a ótica do extermínio como nos mostra Sevcenko:

Nunca se contaram os mortos da Revolta da Vacina. Nem seria possível, pois muitos, como veremos, foram morrer bem longe do palco dos acontecimentos. Seriam inúmeros, centenas, milhares, mas é impossível avaliar quantos. Os massacres em geral não manifestam rigor pela precisão. Sabe-se quantos morreram em Canudos, no Contestado ou na Revolução Federalista – para só ficarmos nas grandes chacinas da Primeira República? A matança coletiva dirige-se, via de regra, contra um objeto unificado por algum padrão abstrato, que retira a humanidade das vítimas: uma seita, uma comunidade peculiar, uma facção política, uma cultura, uma etnia. Personificando nesse grupo, assim circunscrito, todo o mal e toda a ameaça à ordem das coisas, os executores se representam a si mesmos como heróis redentores, cuja energia implacável esconjura a ameaça que pesa sobre o mundo.²⁸⁶

E cita o exemplo do que ocorreu após a Revolta da Vacina, em 1904, que mostra a visão que a polícia e a justiça têm das classes populares e a quem está endereçada a aplicação da lei.

Não importava definir culpas, investigar suspeitas ou conduzir os acusados aos tribunais. O objetivo parecia ser mais amplo: eliminar da cidade todo o excedente humano, potencialmente turbulento, fator permanente de desassossego para as autoridades. (...) Quem ouvisse poderia imaginar que se tratava de uma operação de extermínio de ratos, mas tratava-se de seres humanos desamparados e desesperados. As palavras finais do chefe de polícia não escondem sequer o impulso homicida e genocida que palpitava por trás daquela operação. (...) Ora, o chefe da polícia, nesse relatório que estamos citando, compara os participantes da revolta ao resíduo, à sujeira infecta que tem de ser evacuada e suprimida, ao referir-se a eles como, ‘o pessoal habituado ao crime, o rebotalho ou as fezes sociais’.²⁸⁷

Da mesma forma, é impossível saber quantos morreram na Revolta da Chibata, diga-se de passagem, uma revolta contra a aplicação de castigos físicos. Foi um movimento de militares da Marinha do Brasil que culminou com um motim, em 22 de novembro de 1910, contra os castigos a que eram submetidos, mantendo-se durante seis dias no Rio de Janeiro, sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto e mais de dois mil marinheiros. O relato de João Cândido é revelador quanto à política de extermínio daqueles que se colocassem contra o poder estabelecido.

²⁸⁵ Ibid, ibidem.

²⁸⁶ SEVCENKO, 1984, op. cit., p. 3.

²⁸⁷ Ibid, p. 53-4.

Apesar da categórica afirmação de João Cândido a Edmar Morel, ainda restam dúvidas sobre o número exato de presos e de mortos no episódio da Ilha das Cobras. (...) Ao todo, vinte e nove detidos, despidos, num espaço onde mal cabiam duas pessoas. Eram considerados “elementos perigosos”, no linguajar oficial. (...) João Cândido afirma que morreram dezoito na cela em que estava e seis ou oito na cela ao lado. (...) A pretexto de desinfetar o cubículo, jogaram água com bastante cal. Havia um declive e o líquido, no fundo da masmorra, se evaporou. A princípio ficamos quietos para não provocar poeira. Pensamos resistir os seis dias de solitária com pão e água. Mas o calor ao cair das dez horas era sufocante. Gritamos. As nossas súplicas foram abafadas pelo rufar dos tambores. Tentamos arrebentar a grade. O esforço foi gigantesco. Nuvens de cal se desprendiam do chão, invadiam nossos pulmões, sufocando-nos. A escuridão tremenda. (...) Quando abriram a porta já tinha gente podre. (...) Depois da retirada dos cadáveres comecei a ouvir gemidos dos meus companheiros mortos, quando não via os infelizes, em agonia, gritando desesperadamente, rolando pelo chão de barro úmido e envoltos em verdadeiras nuvens de cal. A cena dantesca jamais saiu dos meus olhos.²⁸⁸

Nesse sentido, Agamben afirma que o autoritarismo moderno pode ser definido como “a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física, não só dos adversários políticos, mas, também, de categorias inteiras de cidadãos, que por qualquer razão pareçam não integráveis ao sistema político.”²⁸⁹

O temor dos governantes, de um inimigo bem treinado e fortemente armado, como os revoltosos, com potencial para conseguir uma adesão significativa, como viria a ocorrer futuramente, na Revolução de 1930, para o governo, exigia providências enérgicas. E a primeira delas foi o encerramento do governo de Epitácio Pessoa sob o estado de sítio, a segunda, promover um caçada aos rebeldes a fim de encerrar as revoltas, ainda que, para isso, fosse preciso eliminá-los.

Durante a marcha da Coluna Prestes, diversos casos de assassinatos foram relatados, como, por exemplo, o caso do assassinato de prisioneiros ocorrido nos primeiros dias de julho, de 1925, na cidade de Mineiros, em Goiás, envolvendo o Coronel Philogonio de Carvalho, que fizera o levante de Barretos, em São Paulo, e, desde então, vinha participando da marcha pelo país. Ele apresentou-se aos comandantes da Coluna, vindo de um combate no qual presenciou sua tropa ser inteiramente dizimada por numerosas forças inimigas, que os surpreenderam, perseguiram e fuzilaram a todos os revoltosos aprisionados, mais de cem homens! Uma verdadeira chacina. Segundo Lima, essas ações eram características das forças escolhidas por Bernardes para combater os revoltosos, que teria procedido de modo semelhante durante a revolta em São Paulo, bombardeando a cidade e ferindo civis indiscriminadamente.²⁹⁰

²⁸⁸ MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. SP: Paz e Terra, 5ª ed., 2009, p. 195.

²⁸⁹ AGAMBEN, 2004, op. cit., p. 13.

²⁹⁰ LIMA, 1979, op. cit., p. 168.

Outro caso digno de menção aconteceu ao passarem pela cidade de Porto Nacional, no estado de Tocantins. Os membros da Coluna se depararam com um senhor baiano, que fora empregado do Ministério da Agricultura, um grande conhecedor da língua indígena. Ele estava preso numa corrente, na cadeia pública, acusado da prática de um homicídio. Mesmo tendo sido absolvido pelo júri, fora lavrada contra ele a sentença de trinta anos de prisão, por se achar, o juiz, inteiramente embriagado. E como o seu advogado não houvesse apelado da decisão judicial, “jazia encarcerado havia onze anos, tendo passado os sete primeiros num tronco e os quatro últimos naquela corrente”, até ser libertado pelos revoltosos. Seu nome era João Francisco e, desejoso de acompanhá-los não pôde devido a sua “miséria física”. Em homenagem à Prestes fez um cartão de felicitações, por haver traçado com a sua marcha ‘a hipotenusa geográfica do Brasil’. Para evitar perseguições foi acolhido por um fazendeiro que prometeu aos oficiais que iria ampará-lo.²⁹¹

Mas as mortes de prisioneiros, no governo Bernardes, não param por aí. Em Piancó, a polícia paraibana conduziu os revoltosos capturados para um cemitério, obrigando-os a cavar as próprias covas. Enquanto cavavam eram ferozmente espancados e, depois, cruelmente esfaqueados. Alguns desses mortos foram: a velha Tia Maria, vivandeira²⁹² que os acompanhava; o soldado Goiabeira, assim conhecido de todos; o Sargento Gabriel; e uns trinta rapazes cearenses que chegaram a esta vila, para se reunirem a coluna, sob a chefia de Alfredo Sobreira, único que conseguiu se salvar. O Sargento Gabriel foi levado para o cemitério, e, tendo se recusado a cavar sua própria sepultura, foi espancado com golpes nas costas, até perder os sentidos, todavia, não sem antes afrontar seus algozes que, por fim, o retalharam com uso de facas. Sobreira se reuniu à Coluna em Pernambuco, vindo do Ceará, quando esta retornava da Bahia e relatou o fato a todos.²⁹³ Alfredo Sobreira era civil e se apresentara em Pernambuco, na Fazenda Realidade, com mais cinco voluntários, todos mortos em combate mais tarde. Vinha tentando se unir à Coluna desde Piancó, juntamente com os trinta homens mencionados no parágrafo anterior, mas chegou logo após a saída da Coluna desta cidade. Esses homens foram dispensados pelos legalistas, tendo apenas sido feito prisioneiros ele e os que foram assassinados, acima mencionados. Ele também foi levado para o cemitério para ser morto, mas conseguiu escapar oferecendo dinheiro a um romeiro do Padre Cícero, que fazia parte do grupo e fora encarregado de matá-lo. Assistiu a degola da velha Tia Maria, a surra selvagem dada no Sargento Gabriel e sua morte a facadas. Ainda em

²⁹¹ LIMA, 1979, op. cit., p. 199.

²⁹² Mulheres que acompanhavam a Coluna desde o Rio Grande do Sul.

²⁹³ LIMA, 1979, op. cit., p. 259.

Pernambuco, encontrou-se com o romeiro, que reforçou a informação de que o Padre Cícero não levantaria mais forças contra eles, e que fora obrigado em uma ocasião a fazê-lo, por Floro Bartolomeu, chefe político local, tendo recebido dinheiro para pagar os jagunços, mas depois disso tinha se recusado a continuar a atacá-los. Mais tarde isso seria confirmado pelos revoltosos. Estes ficaram sabendo que Bernardes telegrafou ao padre, pedindo-lhe que organizasse tropas contra a Coluna, tendo, o mesmo, se recusado a atendê-lo, fato que se tornou público.²⁹⁴

Nos interiores, os atentados contra a vida contavam com a anuência e impunidade deste mesmo Estado. Adversários ficavam a espreita, tentando alcançar retardatários, mesmo doentes, razão pela qual Prestes passou a ordenar que todos os feridos fossem mantidos na Coluna, carregados em padiolas, mas que ninguém fosse deixado para trás.²⁹⁵ Era preciso, para a proteção de todos, que estivessem sempre unidos, já que ser revoltoso significava, para eles, uma pena de morte. Além disso, estavam à mercê da delação e de uma investida contra suas vidas, vinda de qualquer pessoa, o que os mantinha sempre em fuga, em busca de esconderijos rápidos, para não morrer, como forma de resistência.²⁹⁶ Qualquer rastro que evidenciasse sua presença, aos legalistas, podia levá-los à morte, obrigando-os a permanecerem deslocados em toda parte, com cuidado para que nenhum aspecto de sua identidade rebelde sobressaísse, qualquer vestígio, algo estranho, diferente, que possibilitasse sua identificação como um revoltoso.²⁹⁷

Ainda em Piancó, há o caso do Tenente Agenor Pereira de Souza, ferido em combate, neste município. Tendo ficado gravemente doente, seguiu levado até Minas do Rio das Contas, na Bahia, em uma padiola. Piorando dia após dia, pois ficara tuberculoso, seu estado se agravava, extenuado pelas longas marchas. A Coluna tinha que conduzi-lo, sem dispor de remédios, para aquele estado. Carregavam-no para não abandoná-lo, temendo alguma ação violenta dos inimigos, pois era um companheiro querido e respeitado, que muito servira à

²⁹⁴ Ibid, p. 375.

²⁹⁵ Cf. LIMA, 1979, op. cit..

²⁹⁶ Janina Bauman relata que qualquer confusão podia despertar guardas para sua presença, ainda que não estivessem envolvidos. Viveu com sua irmã e com sua mãe os perigos da guerra, foi ajudada por parentes, por estranhos, por judeus, por cristãos e sobreviveu. Contavam com sua mãe e com uma babá, chamada Maria Bulat, a Tia Maria, que as auxiliava, renovando constantemente seus esconderijos. Não fosse a união dos parentes e amigos dos revoltosos as mortes teriam sido em número muito maior do que foram. Dentre os que mais são mencionados estão Pedro Ernesto, o advogado Themístocles Cavalcante, a mãe e o irmão de Eduardo Gomes, jeni Gomes e Stanley Gomes, e de Prestes, Leocádia Prestes, o tio de Juarez Távora, Belisário Távora, e muitos outros, além de contarem com a ajuda entre si. Ver BAUMAN, Janina, op. cit., p, 127, 133, 154. Ver também: ARAGÃO, 2012, op. cit..

²⁹⁷ Do original: “Estar total ou parcialmente ‘deslocado’ em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa ‘se sobressaíam’ e sejam vistos por outras como estranhos).” BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 19

Coluna, desde o Rio Grande do Sul. Todavia, ao chegarem à cidade, diante do convite de várias pessoas para que ali ficasse, ele próprio decidiu aceitá-lo. Deixaram, em sua companhia, seu irmão, chamado Alibi, com 17 anos e a vivandeira Albertina, também do Rio Grande do Sul, uma linda rapariga de 22 anos, segundo Lima, a mais bonita das vivandeiras que os acompanhavam. Albertina apiedou-se do estado de Agenor e se ofereceu para ajudar a tratá-lo. Acontece que, depois da saída da Coluna, um batalhão patriótico entrou na cidade, trazendo consigo um tenente mercenário. Este homem, acompanhado pelo Batalhão, degolou Albertina e Alibi, sem nenhuma consideração ao estado do militar, sendo ignorado o destino que foi dado a Agenor.²⁹⁸

As mortes por assassinato, por agentes legalistas ligados ao governo, criam uma situação de excepcionalidade, onde o direito à vida permanece em suspenso. Ainda que os prisioneiros houvessem se insurgido contra o governo, a “garantia social” aos direitos mínimos e à vida deveriam ser respeitados, mas o estado de exceção põe por terra qualquer tentativa de “conservação desses direitos”²⁹⁹. São “vidas indignas de serem vividas,” apenas “vítimas dos projetos de construção da ordem,” que ao Estado não importam se deixarem de existir.³⁰⁰ Sobre isso, Agamben afirma que o estado de exceção possui:

(...) uma estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência e é uma resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos. (...) A exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, (...) a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o direito ao vivente. É uma terra de ninguém, entre o direito público e o fato político, e entre a ordem jurídica e a vida.³⁰¹

Uma “terra de ninguém”, onde existe uma ordem jurídica “formal” e não “efetiva” dá lugar a poderes arbitrários, deixando a vida sem proteção.³⁰²

O instituto de estado de sítio teve origem no decreto de 8 de julho de 1791, na Assembleia Constituinte Francesa, sendo, portanto, o estado de exceção moderno, “uma

²⁹⁸ LIMA, 1979, op. cit., p. 300. Ver também BAUMAN, Janina, op. cit., p. 115. Janina Bauman ressalta como qualquer delação podia representar uma pena de morte, não apenas direcionada a ela, mas a qualquer pessoa que a auxiliasse com abrigo, comida ou transporte. O ódio era extensivo a essas pessoas, da mesma forma como acontece nos relatos acima onde apenas auxiliar um ferido era motivo para um assassinato.

²⁹⁹ Segundo Norberto Bobbio, “o princípio da ‘garantia social’, enunciado no art. 23 da Constituição francesa de 1793, [é] definido como a “ação de todos para assegurar a cada um o gozo e a conservação de seus direitos”. Paradoxalmente, para concluir, até mesmo o mais perfeito sistema do ‘garantismo’ não pode encontrar em si mesmo sua própria garantia e exige a intervenção ativa por parte dos indivíduos e dos grupos na defesa dos direitos que, ainda quando se encontrem normativamente declarados, nem sempre estão definitivamente protegidos.” BOBBIO, Norberto, in FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2002, prefácio à 1ª edição italiana.

³⁰⁰ BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.53.

³⁰¹ AGAMBEN, 2004, op. cit., p. 12

³⁰² Cf. FERRAJOLI, 2002, op. cit..

criação da tradição democrática, revolucionária, e não da tradição absolutista.” A ideia de uma suspensão da Constituição é introduzida, pela primeira vez, na própria Constituição de 22 de fevereiro, terceiro mês do calendário da Primeira República Francesa, de 21 de novembro a 20 de dezembro, do ano 8. Nessa Constituição ficam distintos o *état de paix* e o *état de guerre*. E embora as ideias trazidas pelas Revoluções Gloriosa, Americana ou Francesa defendessem liberdades e ideias humanistas, como a bandeira Francesa de *Liberté, égalité e fraternité* e as Constituições garantissem direitos, elas previam tais prerrogativas em tempos de paz, como declarava claramente o artigo 92 da primeira Carta Francesa:

Dan les cas de revolté à main armée ou de troubles qui menaceraient la sécurité de l'état la loi peut suspendre, dans les lieux et pour le temps qu'elle détermine l'empire de la constitution. (...) Cette suspension peut être provisoirement déclarée dans le même cas par un arrêté du gouvernement, les corps législatif étant en vacances, pourvu que ce corps soit convoqué au plus court terme par un article du même arrêté.³⁰³

Ou seja, em face de um ataque inimigo que implicasse em prejuízo da ordem, o autoritarismo o elegia como um perigo excepcional, havendo a necessidade de que seus direitos legais fossem suspensos, para que, acima da lei, se pudesse preservar a vida do que é público, da sociedade, e a sobrevivência do próprio Estado. Sendo assim, os direitos individuais e o humanitarismo seriam uma forma de conduzir a sociedade somente em tempos de paz e o estado de exceção, uma forma de conduzir a sociedade quando ela é atacada por um “inimigo.” Isso significa a ideia de um poder que se impõe, mesmo dentro de um Estado de direito democrático, no que concerne a arbítrios e violações cometidas, sob a justificativa de que: a segurança desse Estado e da sociedade necessitam desse tipo de soberania autoritária, podendo, esse poder, ser exercido por um líder, como no Nazismo, pelo fortalecimento de um dos três poderes: executivo, legislativo ou judiciário, ou, ainda, por um grupo, como os militares que estabeleçam uma ditadura, por exemplo. No caso específico, podemos definir o estado de exceção na Primeira República brasileira, como a suspensão temporária de garantias constitucionais, justificada pela “necessidade de defesa da ordem pública” e em cuja vigência o Executivo assume poderes maiores e que normalmente seriam divididos com o Legislativo e ao Judiciário.

³⁰³ “Nos casos de revolta armada ou distúrbios que ameacem a segurança do Estado, a lei poderá suspender, nos lugares e pelo tempo que determinar o império da Constituição. (...) Esta suspensão pode ser provisoriamente declarada, no mesmo caso, por uma ordem do Governo - a legislatura está licenciada - desde que este órgão seja convocado, a curto prazo, por um artigo do mesmo decreto.” (tradução nossa)

Hanna Arendt³⁰⁴ revisita o período que antecede a Primeira Guerra até a chegada da Segunda Guerra, tempos em que os direitos mais essenciais são afetados. Isso porque o estado de exceção após ser usado em épocas que antecedem às guerras, e mesmo em toda sua duração, passa a ser usado como parte de um conjunto de medidas extraordinárias de polícia, em caso de sedições internas, deixando para trás seu uso militar e passando ao uso político. Segundo Agamben, a Primeira Guerra Mundial e os anos seguintes aparecem como um laboratório, onde se experimenta e se aperfeiçoa os mecanismos e dispositivos funcionais do estado de exceção, como paradigma de governo.³⁰⁵

Esse contemporâneo processo de transformação das constituições democráticas, entre as duas guerras mundiais, quando se estuda o nascimento dos chamados regimes ditatoriais na Itália e na Alemanha sobre a pressão do paradigma do Estado de exceção, é toda a vida político-constitucional das sociedades ocidentais que progressivamente começa a assumir uma nova forma, que talvez só hoje tenha atingido o seu pleno desenvolvimento.³⁰⁶

Embora esse tipo de medida seja uma exceção à realidade, uma exceção à regra, nem sempre tal medida é adstrita a um perigo iminente. Tingsten chama a atenção para o uso contínuo do estado de exceção nas sociedades modernas como uma regra. Ele afirma que “embora o uso provisório controlado dos plenos poderes seja teoricamente compatível com as constituições democráticas, 'um exercício sistemático e regular do instituto leva necessariamente a liquidação da democracia.'”³⁰⁷ Da mesma forma ressalta Rossiter:

Descrevendo os governos de emergência nas democracias ocidentais, este livro pode ter dado a impressão de que as técnicas de governo, como a ditadura do executivo, a delegação dos poderes legislativos e a legislação por meio de decretos administrativos, sejam, por natureza, puramente transitórias e temporárias. Tal impressão seria certamente enganosa (...). Os instrumentos de governo descritos aqui como dispositivos temporários de crise tornaram-se, em alguns países, e podem tornar-se em todos, instituições duradouras mesmo em tempos de paz.³⁰⁸

³⁰⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*, SP: Cia das Letras, 2012.

³⁰⁵ AGAMBEN, 2004, op. cit., página 19.

³⁰⁶ A Alemanha incorpora, através do artigo 48 da Constituição de Weimar, o estado de exceção à Constituição: “(...) não é possível compreender a ascensão de Hitler ao poder, sem uma análise preliminar dos usos e abusos desse artigo nos anos que vão de 1919 a 1933. Seu precedente imediato era o art. 68 da Constituição bismarckiana, o qual, caso ‘a segurança pública estivesse ameaçada no território do Reich’, atribuía ao imperador a faculdade de declarar uma parte do território em estado de guerra (Kriegszustand) e remetia para a definição de suas modalidades, à lei prussiana sobre o estado de sítio, de 4 de junho de 1851.” Ibid, pág. 27.

³⁰⁷ TINGSTEN, H. *Lês Pleins pouvoirs*. L'expansion de des pouvoirs gouvernementaux pendant et après la Grande Guerre. Paris, Stock, 1934, p. 333 apud AGAMBEN. 2004, op cit, p.19.

³⁰⁸ ROSSITER, C. L. *Constitutional Dictatorship*. Crisis Government in the modern democracies. Nova York, Harcourt Brava, 1948, página 313, apud AGAMBEN, 2004. ibid, página 22.

Segundo Josy Lima³⁰⁹, “Arthur da Silva Bernardes³¹⁰, presidente da República no período de 1922 a 1926, seguindo a tradição dos governos que o antecederam, enfrentou as contestações sociais, de seu tempo, mantendo o estado de sítio instaurado pelo antecessor Epitácio Pessoa.” Ainda segundo a autora, no governo de Bernardes foram decretados 1287 dias de estado de sítio, contra 991 dias decretados pelos antecessores, assim distribuídos: Floriano Peixoto³¹¹, 295 dias; Prudente de Moraes³¹², 104 dias; Rodrigues Alves³¹³, 121 dias; Marechal Hermes da Fonseca³¹⁴, 268 dias; Wenceslau Braz³¹⁵, 71 dias e Epitácio Pessoa³¹⁶, 132 dias.³¹⁷

Como observamos, a distorção apontada por Tingsten e Rossiter ocorrem “como estratégias do poder público para ‘manter a ordem’ em face das demandas sociais nas primeiras décadas da República”³¹⁸, havendo a recorrência da aplicação do estado de sítio, e a consequente e contínua suspensão dos direitos constitucionais, durante toda a Primeira República,³¹⁹ especialmente nesse período, no qual o país foi acometido por inúmeras insurreições.

³⁰⁹ LIMA, Josy. *Estado de Exceção na Primeira República: notas sobre o desterro dos “indesejáveis”* (Parte I). *Revista Tecituras*. 04/2010. Josy Lima é graduada em Direito e Mestre em História pela PUC/SP.

³¹⁰ Presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926.

³¹¹ Assume a Presidência da República em 23.11.1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca, permanecendo até 15 de novembro de 1894.

³¹² Presidente do Brasil entre 1894 e 1898.

³¹³ Conselheiro do Império e presidente do Brasil. Eleito duas vezes, cumpriu integralmente o primeiro mandato (1902 a 1906), mas faleceu antes de assumir o segundo mandato de 1918 a 1922, tendo tomado posse Epitácio Pessoa.

³¹⁴ Presidente militar, eleito para o período 1910 até 1914. Era sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca.

³¹⁵ Presidente do Brasil, entre 1914 e 1918, durante a Primeira Guerra Mundial. Entre 1898 e 1902 foi Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado.

³¹⁶ Presidente do Brasil entre 1919 e 1922. Foi Senador e Ministro da Justiça no Governo Campos Sales.

³¹⁷ LIMA, Josy, 2010, op. cit.

³¹⁸ Ibid, ibidem.

³¹⁹ Mesmo após a década de 20, são raros os momentos em que não se lança mão de algum artifício desse tipo para governar. No dia 4 de outubro, no governo Washington Luís obteve autorização do Congresso através da Lei nº 5.808 - para decretar estado de sítio no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, estendendo-o, no dia seguinte, 5 de outubro, a todo o território nacional, por meio do Decreto nº 19.350. Em 26 de novembro de 1935, durante a Revolta Comunista, o Congresso aprovou o projeto de Getúlio Vargas e o Decreto nº 457 instaurou novo estado de sítio em todo o país, durante 30 dias. Foi suspenso por dois dias, 17 e 18 de dezembro, pelo Decreto nº 501, para que a Câmara dos Deputados examinasse a proposta do Executivo de emenda à Constituição de 1934, que consistia na seguinte aprovação: “poderia autorizar o presidente da República ‘a declarar a comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra, em qualquer parte do território nacional’”. Então, o estado de sítio foi prorrogado por mais 90 dias, em 24 de dezembro, por meio do Decreto nº 532, com um adendo importante: “a autorização do Congresso para equipará-lo - caso fosse preciso e conforme previa a Emenda nº 1 - ao estado de guerra,” que foi instaurado pelo Decreto nº 702, de 21 de março de 1936, após o término da vigência do estado de sítio, dando ao chefe de Estado prerrogativas de legislador, só concedidos durante uma guerra. Valendo-se desse estado de guerra decretado no país em março de 1936 com a justificativa de combater o comunismo, Vargas neutralizou alguns adversários. Em seguida, após a apresentação do Plano Cohen, em setembro de 1937, redigido pelo general Mourão Filho, um documento forjado que relatava a preparação de uma nova ofensiva comunista, Vargas pede o retorno do estado de guerra. Com isso impediu a realização de eleições para presidente da República em janeiro de 1938, que a Constituição de 1934 determinava.

O estado de sítio, nas democracias corrompidas, tem sido o recurso mais poderoso a que se apegam os maus governos, para se manterem nos postos de mando. E o governo inaugurado em 1922, que começou com o estado de sítio, não fugiu à regra geral. Usando dos recursos da própria lei, ou contra ela, foi prorrogada essa medida, de período em período, durante todo o seu mandato. E foi uma fase de violências, de ódios, perseguições, de luta interminável...³²⁰

Observamos, também, ao longo da pesquisa, que o sítio não foi decretado apenas na capital federal, mas em diversos estados do país, ainda que não tivesse seguido os trâmites legais necessários à sua decretação e execução. Vejamos como isso ocorreu.

Em sessão de 31 de Julho de 1924, na Câmara dos Deputados, Azevedo Lima denuncia que foi decretado, no dia 14, do mesmo ano, o estado de sítio nos estados da Bahia e de Sergipe, sem a devida publicação em Diário Oficial da União, tendo sido feita apenas no Diário Oficial Estadual. Azevedo Lima afirma que, com isso, o governo não estava cumprindo a lei prevista no “decreto número 562 de 12 de julho de 1890, do governo provisório, com força de lei, não revogado, o qual obriga[va] publicação no órgão oficial da república de todos os atos do Governo Federal, para que possam [pudessem] ser regulares e operantes”. A lei ainda dizia que: somente após a publicação do órgão oficial do governo da República, poderia ser emitido o decreto de execução, e mesmo no Diário Oficial da Bahia, onde fora publicado o decreto de estado de sítio, não havia sido publicado o decreto de execução, tendo circulado a notícia de que o ministro da Justiça o havia expedido através de telegrama. Ocorre que, em não sendo este publicado, como poderiam ser conhecidos os seus termos? Além disso, tal modo de agir permitia ao governo omitir a expansão do estado de sítio a outros estados do país, o que já estava previsto na decretação em 5 de julho, como possibilidade: uma expansão a todo o território nacional, não havendo contudo sido votada ou

Governando sem observação dos preceitos constitucionais, por todos esses anos, em 10 de novembro de 1937 uma nova Constituição foi outorgada, cuja inclusão de “vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como as de Portugal, Espanha e Itália”, permitiu a Vargas o fechamento do Congresso Nacional, a decretação de leis de censura e incontáveis prisões. Diante do surgimento de regimes autoritários na Europa, o presidente Vargas decidiu instaurar no país um regime político autoritário, nos mesmos moldes, mas teve seu intento frustrado pela queda de suas lideranças que perderam a Segunda Guerra. No ano de 1955, nos dias 23 e 24 de novembro, foi aprovado, pela Câmara dos Deputados e Senado, o Decreto nº 2.654 que previa a instauração do estado de sítio, sob a alegação de que a ordem pública se encontrava ameaçada e eram necessárias “medidas não compatíveis com a plenitude das garantias individuais vigentes”, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, tendo sido escolhido para seu executor o general-de-divisão Antônio José de Lima Câmara, que garantira a manutenção do regime democrático. O estado de sítio foi prorrogado sucessivamente pelo Decreto nº 38.402, de 23 de dezembro de 1955, pela Lei nº 2.706, de 10 de janeiro de 1956, e pela Lei nº 2.713, de 21 de janeiro de 1956. Em 9 de fevereiro de 1956, já com Juscelino na presidência da República, foi decidida a sua suspensão que ocorreu no dia 15 do mesmo mês e ano. Em 1964 houve a destituição de João Goulart da presidência da República, através de um golpe militar-civil com duração de 20 anos, até 1985.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (verbete temático: estado de sítio). Verbetes temáticos: *Golpe Estado Novo*. CPDOC-FGV.

³²⁰ Joaquim Nunes de Carvalho foi um dos tenentes revoltosos da década 1920/1930. CARVALHO, J. Nunes de. A Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1930, p. 49.

publicada. Ainda sobre o Decreto que implantou o estado de sítio na Bahia, Azevedo conclui:³²¹

Não estou analisando o sítio. Estou pedindo que se torne o sítio legal, para que, de futuro, não tenhamos necessidade de apurar a responsabilidade criminal das autoridades e lamentar a perda do senso comum, que nos priva das liberdades políticas. (...) a própria Câmara, animada do desejo insensato de bater palmas a todas as arbitrariedades, concita o Governo a colocar-se de fora, acima da lei... e intenta fazer crer à Nação que as exigências legais não precisam de ser respeitadas, que é escusado observar os trâmites normais, que é dispensável a publicidade, que a vontade do Chefe de Estado vale mais do que o que chama filigranas jurídicas.³²²

Percebe-se a tentativa de Azevedo em que haja algum critério de legalidade na decretação e na execução do sítio, não obstante a contradição que esse pensamento encerrava em si mesmo, haja vista, a ilegalidade inerente ao próprio estado de sítio, período excepcional, que consiste em uma autorização legal para governar à exceção às leis.

É o que nos mostra Agamben, ao afirmar que “as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas, que não podem ser compreendidas no plano do Direito, e o estado de exceção apresenta-se como uma forma legal (e Constitucional) daquilo que não pode ter forma legal.”³²³

Além das incontáveis arbitrariedades denunciadas na Câmara, pela oposição, havia uma ação do governo mais contundente e assustadora, qual seja: ninguém estava livre da prisão no país. Durante os períodos de sítio, que, como visto anteriormente, não foram poucos, muitos eram feitos prisioneiros sem culpa formada e, fugindo ao padrão, independente da classe social a que pertencessem.

Um exemplo do que acabo de mencionar, está contido no discurso do mesmo deputado, Azevedo Lima, em sessão da Câmara dos Deputados de 11 de setembro de 1924. Na tribuna, ele lê uma carta, datada de 28 de agosto, deste mesmo ano, escrita pelo senhor José Eduardo de Macedo Soares³²⁴ e endereçada ao Ministro do Supremo Tribunal, senhor

³²¹ LIMA, Azevedo. *Seis Mezes de Dictadura*, São Paulo: Getúlio Costa & C., 1925, p.16-20

³²² *Ibid*, p. 29-30.

³²³ AGAMBEN, 2004, op. cit., p. 12.

³²⁴ Sobre o autor da carta: foi promovido a primeiro-tenente em 1908, mas em 1912 deixou a Marinha e passou a dedicar-se ao jornalismo, fundando, no mesmo ano o jornal *O Imparcial*. Em janeiro de 1915, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro; em maio de 1918, eleito para um período que se estendeu até dezembro de 1920. Reeleito, em 1921, cumpriu mandato até 1923. Participou em 1922 da Reação Republicana: Nilo Peçanha concorria com Artur Bernardes, então, candidato apoiado pelo presidente da República Epitácio Pessoa, sendo afinal eleito em março do mesmo ano. A reação a essa eleição e às punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa a alguns militares — como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca — provocaria a primeira revolta tenentista da década de 1920. No dia 4 de julho, junto com Vivaldi Leite Ribeiro, Sílvio Rangel, Laurindo Lemgruber Filho, Carlos Eiras e Paulo Ornelas Couto, e com o apoio de César Sampaio, então comandante da polícia estadual fluminense, José Eduardo de Macedo Soares ocupou a Companhia

Guimarães Natal, a fim de comentar um dos pedidos de *habeas corpus*, feito, recentemente, por Eduardo Gomes, que se achava preso, incomunicável, no cubículo I da 10ª Galeria da Casa de Correção, na capital federal, Estado do Rio de Janeiro. O pedido de *habeas corpus*, no caso do militar, baseava-se no artigo 80, da Constituição, número 1, § 2º, segundo o qual são proibidas as prisões de militares em lugares reservados aos réus de crimes comuns. Pois bem, a análise do *habeas corpus* de Eduardo Gomes, acaba por revelar a prisão, nesse mesmo estabelecimento penal, de uma série de outros civis, com profissão determinada e residência fixa, por força do estado de sítio. No caso dos civis, estão presos, nesse período, vários políticos, jornalistas, advogados, promotores, todos sem culpa formada. José Eduardo Macedo Soares escreve ao juiz relatando as condições em que se encontram essas pessoas dentro da prisão. Ele afirma que Eduardo Gomes está preso há várias semanas, no cubículo n. I da 10ª galeria do presídio da Casa de Correção, onde antes tinha permanecido preso José Carlos de Macedo Soares, primo do autor da carta e presidente da Associação Comercial de São Paulo, que, por sua vez, teria substituído o presidiário número 2171, condenado por crime de morte. Continua relatando que a 10ª galeria da Casa de Correção compreende 25 cubículos, dos quais quatro estavam ocupados por Oficiais do Exército e 21 por criminosos comuns. Afirma que enquanto os réus de crimes comuns, eram retirados das celas das 6:00 horas da manhã às 17:00 horas, dividindo seus afazeres entre aulas, oficinas, recreação no pátio, almoço, recepção de visitas ou de advogados, os militares ficavam confinados dia e noite em cubículos, onde dormiam, comiam, sempre presos, e, ali se utilizavam de cubas para higiene, encerrados numa “incomunicabilidade rigorosa”, abandonados ao arbítrio de quem dispunha de sua liberdade.³²⁵ José Eduardo Macedo Soares pede, então, ao Ministro uma reflexão acerca do *habeas corpus* que havia sido negado, a partir da tomada de conhecimento desses fatos que aqui estão sendo relatados. A partir daí, inicia por listar as pessoas que estão presas dentro da Casa de Correção e são eles o Primeiro Tenente Eduardo Gomes, que se encontra na 10ª galeria, cubículo I; o Doutor Humberto Perreti, médico do 10º Regimento de Cavalaria Divisionária, na 10ª galeria, cubículo 4; além de: Jorge Lobo Machado, Primeiro-tenente

Telefônica de Niterói, impedindo as comunicações com o Rio, no intuito de facilitar o levante. A revolta eclodiu no dia seguinte no Rio, envolvendo o forte de Copacabana, a Escola Militar do Realengo e efetivos da Vila Militar e do Mato Grosso. Com a derrota, no mesmo dia, e Macedo Soares refugiou-se na embaixada da Argentina. Ainda antes do final do ano, foi preso em Maricá, mas conseguiu fugir, na fazenda Santa Rita, da família em Ubatiba (visitada por mim). *O Diário Carioca*, fundado por ele circula em 17 de julho de 1928, fazendo oposição ao presidente da República Washington Luís, que fora eleito em março de 1926. Era primo de José Carlos de Macedo Soares, também preso e citado no texto e de Edmundo de Macedo Soares e Silva, tenente do Exército que participou do levante em 1922. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: *José Eduardo de Macedo Soares*. CPDOC-FGV. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>.

³²⁵ LIMA, 1925, op. cit., p. 114-5.

contador; Primeiros-Tenentes Pedro Martins da Rocha, Riograndino Kruel e César Bacchi de Araújo, todos desse mesmo Regimento, presos na 10ª Galeria, respectivamente nos cubículos 4, 11 e 14. O General reformado Ximeno de Villeroi, revoltoso em São Paulo, ficou inicialmente preso, na 8ª galeria, no mesmo cubículo de seu desafeto Oldemar Lacerda,³²⁶ e depois foi transferido para o cubículo 23, da 10ª galeria. Era obrigado a descer e subir 125 degraus de escadas, para receber a visita médica ou tomar banho. Como sofria de hérnia, protegia, com a mão, sua enfermidade, para evitar um possível estrangulamento. Na 8ª galeria estavam, em cubículos separados, Paula Lopes e o menor de 17 anos de idade, filho do Coronel João Francisco Pereira de Souza, já tendo passado pelo presídio da Ilha das Cobras,³²⁷ onde foi violentado, episódio que, segundo Azevedo Lima: “é tão formidável na sua extraordinária brutalidade, que não requer o menor comentário”.³²⁸ E a carta segue denunciando a situação de precariedade que passam, ao arbítrio da lei.

Sempre dentro do recinto das muralhas da prisão, fechados à grade, na sala da Capela, diante do altar e das imagens sagradas, estão presos políticos, publicistas e jornalistas (...) figuram atualmente na lista dos presos da Capela os senhores: Edmundo Bittencourt, Mário Rodrigues e Heitor de Melo, diretor e redatores do *Correio da Manhã*; o Doutor Pereira Teixeira, ex-deputado pela Bahia; José Oiticica, Professor progressista; Paulo de Lacerda e Silvio Rangel, advogados e publicista; Correia de Araújo e Sales Duarte, jornalistas; José de Souza Marques, professor. (...) o senhor Sales Duarte foi preso em Juiz de Fora onde não havia, nem parece que haja, estado de sítio, e somente para satisfazer os olhos da política local. O professor Souza Marques é acusado de ter escrito uma frase alusiva aos acontecimentos de São Paulo e que lhe servia de tema para dissertação gramatical em aula. Essa ridícula acusação já lhe rendeu 40 dias de prisão, incomunicável, dos quais 20 em cubículo fechado rigorosamente. (...) Ao senhor Oiticica o governo prende incomunicável e corta-lhe os recursos com que alimentava a família, suspendendo-lhe ilegalmente os vencimentos de professor no Pedro II.

Na sala chamada dos guardas, prisão comum em uma asa do próprio edifício do presídio, sempre, dentro do recinto das muralhas, em contato direto com os presidiários, a meia parede das oficinas de sapataria onde trabalham os penitenciários, estão encerrados os senhores Benjamim Motta, João Guedes Tavares, Raul Cardoso Filho, Pompeu Realde, Silvio Coelho, Rodrigo Colle, Osvaldo Sampaio, Amador da Cunha Bueno e Fausto Gaia de Azeredo, promotor público da Comarca de Jahú, em São Paulo. Todos esses presos vieram do estado vizinho e todos passaram por cubículos e solitárias, antes de se reunirem na prisão comum em que estão. Alguns deles, como o Senador Paulista Raul Cardoso de Melo, foram, de chegada, recolhidos a própria solitária da prisão, célula cimentada, reservada ao castigo dos penitenciários que cometeram faltas no presídio. Essas solitárias são conhecidas por “novo raio” e a reclusão em uma delas é motivo de horror para os próprios penitenciários, já amoldados aos sofrimentos da sua condição. Numa dessas

³²⁶ “Oldemar Maria Lacerda foi apontado, juntamente com Jacinto Guimarães, como autor da falsificação das cartas ofensivas aos militares atribuídas a Artur Bernardes e publicadas no *Correio da Manhã* de 9 a 12 de outubro de 1921. As cartas foram entregues ao jornalista Mário Rodrigues, pelo senador Irineu Machado, e visavam indispor Bernardes com os militares, impedindo sua eleição para a presidência da República no pleito de 1922.” *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete: *Oldemar Lacerda*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oldemar-maria-lacerda>

³²⁷ LIMA, 1925, op. cit., p. 115.

³²⁸ *Ibid*, p. 114-6.

solitárias está desde ontem, 27 do fluente, o senhor Nilo Costa, jornalista e advogado em Santos, que curte no “novo raio” a vingança da politicagem da sua terra. Eu mesmo, Senhor Ministro, estou atualmente na sala dos guardas. Mas, não vos asseguro que ainda aqui esteja amanhã, por que cumprio nesta casa um singular destino de judeu errante. De chegada, fui preso no cubículo da enfermaria dos correccionais; daí me transferiram para o salão da Capela e depois para o dos guardas. Adiante tornei ao cubículo n. 4, de enfermaria, e, dias depois, para o salão dos guardas, de onde passei para a Capela. Em seguida, continuei minha rota para enfermaria, onde fiquei no cubículo n. 8. Hoje estou, por certo provisoriamente, no salão dos guardas. (...) nos cubículos da enfermaria são naturalmente recolhidos os doentes da casa, e entre eles os atingidos por moléstias incuráveis e contagiosas. Eu visinhei resignadamente com um disenterico e mais de um tuberculoso. A enfermidade não é, aliás, uma sinecura nesta Casa. O Senhor Mauricio de Lacerda, filho de um dos grandes juizes desse tribunal, moço notável e destacado na sua geração, tanto pela sua formosa inteligência, por sua extraordinária bondade, pelo alto idealismo de sua inspiração na vida pública, como pelo admirável exemplo de sua honestidade, teve aqui, em um sábado, um pequeno derrame cerebral. Sofreu em um desconforto absoluto sete dias de abandono e quando na oitava seguinte viu o seu médico, que lhe fizera a piedade de o transferir preso para um hospital, ainda na Correção, à vista da ambulância, foi atingido por segundo insulto, cujas desgraçadas consequências ainda ninguém pode prever.³²⁹

Acompanha esta carta, lida pelo deputado Azevedo Lima, no plenário da Câmara, a seguinte lista de presos políticos, encarcerados na Casa de Correção em 22 de agosto de 1924, na ocasião da carta de Macedo Soares: Eduardo Gomes; Dr. Humberto Perretti, médico militar; Jorge Lobo Machado; Pedro Martins Rocha, Tenente; Riograndino kruel, tenente; César Bacchi de Araújo; Ximeno Villeroy, General; Raul Paula Lopes; Júlio Pereira (menor, 17 anos); Edmundo Bittencourt, jornalista; Mário Rodrigues, jornalista; Heitor de Melo, jornalista; Correia de Araújo, jornalista; Sales Duarte, jornalista; José Eduardo de Macedo Soares, jornalista; José Oiticica, professor; José de Souza Marques, professor; Silvio Rangel, advogado; Paulo de Lacerda, advogado; Joaquim Pereira Teixeira, advogado; Benjamin F. Silveira da Motta, advogado; Amador da Cunha Bueno, advogado; Raul Cardoso de Melo Filho, estudante; João Guedes Tavares, estudante; Osvaldo Sampaio, farmacêutico; Pompeu Realee, mecânico; Silvio Coelho, agente comercial; Rodrigo Colle, agente comercial; Fausto Gaia de Azevedo, promotor público; Nilo Costa, advogado.

Ao final da apresentação da situação e leitura da carta, enviada ao Ministro do Supremo Tribunal, por Macedo Soares, aos demais colegas de legislatura, o próprio Azevedo Lima já deixa entrever que a legalidade proposta no início do discurso, já não é algo tão possível, como ele imaginava, pois conclui, a partir de sua própria exposição, haver o que denomina de “insânia das autoridades.”

³²⁹ Carta enviada ao Ministro do Supremo, Guimarães Natal, por José Eduardo de Macedo Soares, em 28 de agosto de 1924, lida pelo deputado Azevedo Lima, lida no plenário da sessão da Câmara dos Deputados de 11 de setembro de 1924, publicada em LIMA, 1925, op. cit., p. 116-8.

Mas, Senhor Presidente, a meu ver, coisa mais grave há do que os suplícios dantescos, que a pena terça e dextra do grande publicista, na carta que dirigiu ao Ministro, expôs com tamanha habilidade. Há a insânia das autoridades, que procuram reprimir o espantinho da revolução, com medidas que excedem tudo que a imaginação possa conceber. (...) A enormidade do delito, a barbaridade do crime levou o Governo, há poucos dias, a atestar, de cambulhada, um navio do Lloyd, ex-alemão, o *Cuyabá*, com uma leva de prisioneiros destinados a uma ilha deserta, inabitável e longínqua, à penedia da Trindade.³³⁰

A ilha oceânica, para onde foram enviados os militares rebeldes ficava localizada a 1.167 quilômetros de Vitória (ES) e a 2.400 quilômetros da África, um terço do caminho entre o Brasil e a África, extremo leste do território brasileiro, no meio do Atlântico Sul.³³¹

Uma estação radiotelegráfica na Ilha das Cobras que recebeu em 21 de junho de 1926, já em período de estabilização da repressão, um apelo dos desterrados da Ilha de Trindade. [...] O pedido solicitava para os oficiais e praças, em torno de 30, nessa ocasião, desterrados em Trindade, o habeas corpus.³³² A situação era precária, pois não havia alimentos, roupas, além de dormirem em barracas no inverno.

Assinaram esta comunicação radiotelegráfica: O Coronel Waldomiro Lima, o Tenente Coronel Djalma, os Capitães Carlos Miguel de Vasconcelos Querê, Cardoso Barata, Godofredo, Benjamim Constant Magalhães de Almeida, Sólon Lopes de Oliveira, Waldomiro Pereira da Cunha, Juarez Távora e Alcino Antidoro da Costa.

Eduardo Gomes aparece em uma foto na Ilha de Trindade, com Carlos Chevalier enterrando seus companheiros que lá faleceram. A cena é impressionante, principalmente por expor o isolamento no qual se encontravam, à mercê da própria sorte. Faleceram na Ilha de Trindade o sargento F. Oliveira e Silva e a ex-praça do 15º Regimento de Cavalaria, na Vila Militar, Salvador Vicente de Mello.³³³

1.4 Perseguição, Clandestinidade e sobrevivência

Quando estavam no Brasil, em trânsito ou na clandestinidade, viviam como desterrados em sua própria terra, em situação frágil e de liberdade transitória, escondidos e ao

³³⁰ LIMA, 1925, op. cit., p. 119-120.

³³¹ O arquipélago pertence a uma cadeia de montanhas submarinas do Atlântico numa linha reta que vai do Estado do Espírito Santo em direção à África. De forma alongada e com um terreno extremamente acidentado, possui uma área de apenas 9,2 quilômetros quadrados, o que equivale a metade do arquipélago de Fernando de Noronha. Mesmo tão pequena, a ilha tem atrações naturais diversificadas: são 12 praias, em sua maioria, formadas por solo de pedra e corais, e cada enseada possui uma característica diferente, como um pico, uma vegetação rasteira, uma piscina natural, solo de terra vermelha, túnel e costões íngremes.

CEMBRANELLI, Lucas. *Ilha de Trindade*. História. Folha On Line. (Fonte: Arquivo do Navio Graça Aranha - Marinha do Brasil). Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fofha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-historia.shtml>. Acesso em: nov. 2009.

³³² SAMIS, Alexandre. Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 211.

³³³ DIAS, 1926, op. cit., p. 216.

acaso, apareciam tão depressa aqui como desapareciam ali, para semear a conspiração, ou para fugir à perseguição, pois já conheciam o modo de agir dos algozes.³³⁴

Eram espionados por todo o aparelho do estado, como presas, cobiçadas pelo governo e pelos incontáveis agentes da “bem nutrida Polícia Política, armada até os dentes e dotada de enormes punhos.”³³⁵

Não nos demorávamos muito em lugar nenhum. Entrávamos, saíamos, tornávamos a entrar, tornávamos a sair, achando sempre mais prudente ter por teto o céu azul ou a capota de um automóvel, e por paredes de esconderijo, as fileiras de casas das ruas por onde andávamos.³³⁶

Além das separações forçadas não poderia pertencer a lugar algum, vivendo totalmente deslocados em toda parte, pois o risco de vida que corriam era cotidiano. Bauman utiliza o *homo sacer*, de Agamben, para definir este sujeito excluído do mundo em contraposição aos “obedientes à lei e por ela governados”. Trata-se do “homem nu”, da pessoa que não detém direitos (ou que o direito não é aplicado a ela), ou seja, como o era na Roma antiga, o *homo sacer* poderia ser morto por qualquer um e seu assassinio não seria alvo de punição. No exílio essas preocupações constantes não consistiam num temor imaginário, ou hipotético, ao contrário, a morte sempre se revelava muito próxima, ao encalço dos revoltosos. Em carta, de Canrobert, oficial da aviação revoltoso, de *Pasos de Los Libres* a Alfredo de Simas Enéas, pode-se apreender como eram acossados por todos os meios e que a finalidade da perseguição não era a de prendê-los, mas, o intuito era matá-los. Nesse caso específico a intenção fica provada, havendo a morte de outro em seu lugar.

Fechado-me o caminho por Uruguaiana, tive de escapar-me pelo Uruguai, depois de muito perseguido pela polícia, que liquidou um cidadão supondo fosse eu. Uma patrulha me alcançou na campanha, quando me destinava a uma entrevista importante, mas consegui passar-lhe um blefe, que me resultou num raid a pé, de 8 Léguas, por dentro de sangas.³³⁷

Durante esses períodos, não havia apenas a suspensão dos direitos constitucionais, mas, sim, a perda do direito à vida. A morte perseguia os revoltosos, não apenas nos recantos

³³⁴ Bauman cita o “horror” de ter que passar por porões, passagens subterrâneas, becos, enquanto as autoridades exerciam sobre eles uma “caçada sistemática.” Assim acontecia com os revoltosos, que, como Janina, se esquivavam de todos os possíveis reconhecimentos, não encaravam ninguém nas ruas, sempre esperavam um embate armado e se viam diante da iminência da própria morte. BAUMAN, Janina, 2005, op. cit., p. 81, 126

³³⁵ WAINER, Samuel. Joaquim Távora, a alma da Revolução. Revista Diretrizes, Ano Vi, nº 189, fev/1944, Rio de Janeiro.

³³⁶ Chevalier, 1925, op. cit., p. 241.

³³⁷ Sangas são brejos. Carta de Canrobert Penn, de *Pasos de Los Libres*, para Alfredo de Simas Enéas, em 26/04/26 (não consta o local). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24.

longínquos, a despeito de que as autoridades não vislumbrassem o que era feito. Em muitos casos as ordens não partiam de chefes locais, mas de autoridades do governo.

Todos esse fatos ocorriam sob o discurso político de proteção da nação: das forças do país, seu crédito interno e externo, da obra de reorganização das Forças Armadas, das necessidades de reconstrução financeira, do progresso econômico e cultural do país, que se encontravam “à mercê de perturbadores contumazes e sem ideal, confiados na excessiva benignidade das nossas leis e no visceral sentimentalismo da nossa raça,” Vejamos um trecho da mensagem de Artur Bernardes, em discurso ao Congresso Nacional, em 1922, registrado pela Imprensa Nacional, em 3 de maio de 1923.³³⁸

Só o desconhecimento dos limites constitucionais, traçados entre nós, ao estado de sítio, poderia determinar alarmas descabidos – internos ou externos. Medida essencialmente preventiva, ela aqui produz, como já foi dito, uma situação que **pode quase ser comparada ao regime constitucional, sob o qual vivem normalmente muitos dos povos mais adiantados e livres.** Limitado à detenção ou desterro de **elementos perigosos** e à censura de imprensa no **incitamento à anarquia e ao crime**, como tem sido praticado, **o estado de sítio é medida de benéfico efeito** numa hora de ameaças de dissolução social.³³⁹

Credita aos opositores a atitude de cooptação das Forças Armadas, como que conduzidas à sedição “por falsos amigos e maus conselheiros” e afirma que “atingimos um período de civilização” e que “vivemos em uma democracia, regime de opinião, em que prevalece a vontade da maioria expressa nas urnas”, quando sua plateia, de legisladores, era a principal testemunha das fraudes eleitorais, em prol de um regime oligárquico eivado de exclusões, favorecimentos e privilégios, além de estar ciente do que acontecia na escuridão das delegacias, prisões, navios-prisões, e nos horrores das ilhas e dos campos de desterro, através das denúncias que chegavam até parlamentares de oposição como Azevedo Lima.

Na verdade, a eleição, em virtude da qual temos a honra e o encargo de presidir aos destinos do Brasil foi, como sabeis, a mais agitada de quantas têm sido pleiteadas na nossa vida republicana. Todas as armas e todos os processos foram usados sem nenhuma consideração pelos interesses do país. O aperfeiçoamento dos nossos costumes e o prestígio da nossa cultura sofreram grande retrocesso nessa luta, em que alguns opositores chegaram a pregar as doutrinas mais funestas ao regime e a atentar contra as nossas conquistas constitucionais. A rude provação serviu, entretanto, para deixar bem claro que já **atingimos um período de civilização** em que o bom senso geral do país reage espontaneamente, por intermédio de suas classes conservadoras, contra as aventuras de quaisquer caudilhos, neutralizando-as e repelindo-as. Esquecida de que **vivemos em uma democracia, regime de opinião, em que prevalece a vontade da maioria expressa nas urnas**, uma minoria facciosa e

³³⁸ MONTEIRO, Norma de Góes (Org.). Ideias Políticas de Artur Bernardes, vol. 1, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p. 230. Grifos meus.

³³⁹ Ibid, ibidem (grifos meus).

ameaçadora pretendeu governar, impondo-se pelo terror e indo ao ponto de conceber e proclamar o intuito de assenhorear-se do poder “custasse o que custasse”, isto é, mesmo sem direito, fraudulentamente, violentamente, à revelia da soberania nacional, que é quem decide em última instância da escolha do seu supremo magistrado. Transviada por extrema cegueira alimentou o propósito antinacional de seduzir e explorar o Exército, com o fim de subtraí-lo à observância dos seus deveres, embora arriscando-o a lançar-se no descrédito e despreço da Nação. Conseguida a cisão no Exército, deixou-se uma parte conduzir por **falsos amigos e maus conselheiros**, os quais, no epílogo da luta, a arrojaram no desconhecido de uma sedição, que explodiu nesta capital na noite de 4 para 5 de julho último.³⁴⁰

O momento do país nos lembra a teoria do *Estado Dual*, defendida por Ernst Fraenkel, quando analisa o nazifascismo. Fraenkel³⁴¹ afirma que são governos compostos por dois Estados: o normativo e o prerrogativo. O primeiro seria constituído pelas autoridades legais e pelo serviço público tradicional, enquanto, o segundo, formado pelas organizações paralelas do partido. Para o autor, aos poucos, o “prerrogativo” engole o “normativo” e dá absoluta condição ao governo de passar por cima do processo legal e dos direitos individuais. Ainda segundo o autor, tais governos autoritários, seja qual for o tipo de regime, precisam, para governar, de “colaboradores” diversos, dentro e fora da política e dos poderes constituídos, “o judiciário, a polícia, o exército, o serviço público e as poderosas elites conservadoras, as quais auxiliaram a chegada dos fascistas ao poder.”³⁴² A análise especifica o período do fascismo e nazismo europeus, mas tal fenômeno pode ser observado, de modo recorrente, em vários períodos da história do Brasil e de outros países.³⁴³

Um bom exemplo do que acabo de afirmar, a existência de um *Estado Dual* no Brasil, pode ser visto no caso que passo a contar agora. O Tenente Leopoldo Ribeiro Júnior era telegrafista da Coluna. Servira anteriormente na Estação Telegráfica, na Agência dos Correios de Minas do Rio das Contas, mas fora demitido por perseguição política. Certa vez, conseguiu interceptar um telegrama de um homem chamado Coronel Duarte, onde ele afirmava estar autorizado, pelo presidente da República, a pagar os chefes regionais para liquidar o movimento, conforme o registro em documento abaixo reproduzido.

³⁴⁰ MONTEIRO, 1984, op. cit., p. 222-3. (Grifos meus)

³⁴¹ Judeu, socialista, neste trabalho, publicado em 1941, após a II Guerra como *The Dual State*, ele analisa o sistema político do estado nazista. Para Fraenkel coexistiu no governo nazista um "estado normativo" (Normenstaat), que garantiu a continuação da sociedade capitalista, para os alemães não ameaçados pelo nazismo, e um "estado de prerrogativa" (Maßnahmenstaat), que usava sanções legais e também brutais. FRAENKEL, Ernst. *The Dual State*. University Oxford: New York, 1941.

³⁴² ALVES, Fillipe Gomes de Souza. Dissecando o fascismo. *Revista Eletrônica da Universidade Federal de Uberlândia* – UFU www.revistafenix.pro.br/PDF12/resenha.3-Fillipe.Gomes.de.Souza.Alves.pdf ; Acesso: 13/05/2018.

³⁴³ Paxton substitui a ideia de Fraenkel pela teoria do *Quadrilátero tenso* (parcialmente inspirada nas pesquisas de Franz Neumann). Essa teoria baseia-se na concepção de um regime quaternário, ou seja, composto e dividido entre a figura do líder, o Estado (exército, funcionários públicos e políticos), o Partido e a sociedade civil. PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. SP: Paz e Terra, 2007.

Oficial – Urgente – Coronel Duarte – Tremedal – Minas – Data 7 – 4-26:

Acabo receber de Torrinha o seguinte telegrama: Dr. Deocleciano Teixeira – Caitité – Aqui estou para auxiliar, defender nossos sertões invadidos por esta horda de bandidos, salteadores que impiedosamente depredam nossa terra. Considero uma vergonha para nós bahianos se este grupo que não excede de seiscentos homens, quase sem munição, grande parte armados de rifles, conseguir atravessar impunemente nossa terra. A zona de Açuruá tem brilhado. Zezinho da Tiririca, Horácio, Franklin, Cortes e outros têm infligido reveses e têm esperança que Horácio os destroe, mas na guerra devemos ser pessimistas e, por isso, convém que meu prestigioso amigo mobilize seus amigos em Caitité, Guanabim, Monte Alto e outros lugares, a fim de atacar os salteadores. Se se aproximarem não esperem ataques porque eles evitam qualquer resistência, mande atacá-los, destruí-los, sem piedade, se eles chegarem ao alcance de sua gente.

Estou autorizado pelo dr. presidente da República a assegurar aos chefes civis que quem liquidar esse movimento terá o prêmio de quinhentos contos de réis e autorizo a oferecer esse prêmio aos seus amigos – Geraldo Rocha.

Espero amigos dessa zona estejam prevenidos, qualquer aproximação revoltosos agindo energeticamente de modo a debelá-los, livrando o nosso sertão triste vergonha deixar revoltosos atravessar nossa querida terra impunemente. Cordiais saudações – Deocleciano.³⁴⁴

Lourenço Moreira Lima afirmaria nas páginas seguintes que: “não foi essa a primeira vez que Bernardes pôs prêmio às nossas vidas. O mesmo fez, quando estávamos no Piauí, oferecendo, por intermédio de Félix Pacheco³⁴⁵, cem contos de réis pela cabeça de cada um dos nossos chefes.”³⁴⁶ A contratação de sertanejos, cangaceiros e jagunços era comum para perseguir os revoltosos e partia do governo federal. Eram homens rudes, sem nada a perder e capazes de matar com facilidade, como mostram as situações narradas sobre as violências cometidas, todas em nome da “defesa da ordem”.

Telegrama oficial n.º 11 – 6-5-926.

De Guanabi

Francisco Fernandes - Carinhonha

Estando João Duque fora perigo ao qual faço muitas felicitações pedimos vir urgente resolvermos ação contra revoltosos. Presidente Bernardes autoriza despesas solicitando sertanejos defesa ordem responda.

MARIO TEIXEIRA.³⁴⁷

Lima afirma que os jagunços agiam em tocaias e narra da seguinte maneira seu modo de ação: conta que os que encontraram pela frente eram os “jagunços das tocaias”, magistralmente descritos por Euclides da Cunha. Como exemplo, cita o que aconteceu a um soldado chamado Zenóbio, que era voluntário paulista, servindo no Destacamento Dutra. Este soldado havia ido, certa ocasião, buscar água numa fonte próxima. Ali se encontrava escondido um jagunço que o atingiu com um tiro. Esse jagunço, provavelmente, nada tinha a

³⁴⁴ LIMA, 1979, op. cit., p. 300-1.

³⁴⁵ Foi Ministro das Relações Exteriores no governo Artur Bernardes (1922-1926).

³⁴⁶ LIMA, 1979, op. cit., p. 302.

³⁴⁷ Ibid, p. 325.

fazer ali. Estava naquele lugar à espreita, sabendo que alguém buscaria água, pela simples possibilidade de poder matá-lo. Zenóbio falece logo depois.³⁴⁸

A violenta repressão exercida pela Polícia Política aliada ao Exército, pelas Forças Públicas e Batalhões Patrióticos - estes últimos pagos pelo Estado - exercida sobre os revoltosos, os tornava cada vez mais resistentes, mantendo suas identidades revoltosas cada vez mais inabaláveis, “quadro habitual dos oprimidos que se unem senão para resistir, ao menos para suportar.”³⁴⁹

Diante de tantos episódios cujo testemunho é dado pelos próprios companheiros de luta dessas vítimas de assassinato, com a anuência do Estado, o normal seria que recuassem em seus planos e ações, mas, o que se observa é um fortalecimento em suas identidades revoltosas que não cogitam em entregar as armas e quando o fazem, sempre é em nome de uma pausa para reorganização de suas ações.

Diversos “batalhões patrióticos” chefiados por “coronéis” e seus jagunços, tinham empreendido violenta perseguição contra a Coluna pelo interior do Brasil. Esses batalhões eram também denominados de “Forças Patrióticas”. Eram grupos, alguns compostos por cangaceiros, sob o comando de chefes locais (políticos e/ou religiosos), os “coronéis”³⁵⁰, empenharam-se em perseguição aos revoltosos, partindo de várias regiões do país. Todos eram pagos pelo governo federal e armados pelo Ministério da Guerra e tinham se transformado no “principal instrumento do governo na luta contra os revoltosos”, por causa dos insucessos das forças legalistas.³⁵¹ E o objetivo era claro: não era a captura, mas a morte dos rebeldes.

Com o objetivo de destruí-los, todos os meios tornaram-se válidos e o dinheiro correu a rodo, sendo fartamente distribuído entre os “coronéis” a serviço da “legalidade”. Chegou-se a oferecer 100 contos de réis pela cabeça de cada um dos comandantes da Coluna. Os “batalhões” de jagunços, juntamente com as tropas do Exército e das polícias estaduais, formaram um contingente de cerca de 20 mil homens, que, nas palavras de Moreira Lima, “nos agrediram, quase diariamente, de

³⁴⁸ Ibid, p. 339.

³⁴⁹ LEVI, 1988, op. cit., p. 92.

³⁵⁰ São muitos os chefes locais (políticos e religiosos) envolvidos na perseguição à Coluna Miguel Costa - Prestes. Dentre eles, estão: Totó Caiado, em Goiás; Manoel Lira e Virgílio Santos, em Mato Grosso. Floro Bartolomeu; Pedro Silvino; Padre Cícero Romão Batista; Vicente Bello, de codinome tenente "Fenelon Maia"; Benedito Gomes, de codinome "capitão Antônio Souto", este último do bando de Lampeão; e Capitão Calixto, os dois do Ceará. Além destes, está o padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político do município e deputado estadual de Piancó, Paraíba, no comando de mais de cem cangaceiros; Horácio de Matos, Franklin de Albuquerque, estão transitando pela Bahia, e todo o Norte do país; Doca Medrado chefe político da cidade de Mucugê, MG, entre outros. Em capítulo posterior serão abordadas mais informações sobre eles.

³⁵¹ PRESTES, 2009, op. cit., p. 121.

dentro das caatingas, nos desfiladeiros, por detrás das penedias,³⁵² numa fúria satânica”.³⁵³

Haviam se tornado como a figura do *homo sacer*, com suas vidas sob condenação constante, em completo estado de vulnerabilidade, expostos à violência e à morte, desprovidos do direito de serem presos e julgados.³⁵⁴

O *homo sacer* é um conceito-limite do direito romano, que delimita o limiar da ordem social e da vida humana. Uma figura jurídico-política pela qual uma pessoa, ao ser proclamada *sacer*, era legalmente excluída do Direito (e consequentemente da política da cidade). A condição dos revoltosos militares os transformava numa espécie de proscritos dentro de seu próprio país, pois eram perseguidos e vigiados todo o tempo, especialmente em momentos em que se arriscavam a fazer visitas a familiares, ou de entrada no país para algum contato referente à organização de levantes. Andavam por todo o território nacional, clandestinamente, sempre escondidos, e sem qualquer direito político.

A perda dos direitos políticos implicava em outro problema: o direito à vida.

No Direito Romano, a condição de *sacer* impedia que um condenado pudesse ser legalmente morto (sacrificado), porém qualquer um poderia matá-lo sem que a lei o culpasse por isso, configurando uma excepcionalidade jurídica, uma exceção, que deixava a vida sem proteção legal. Por essa razão, o conceito suscita debates em torno da dupla exceção que encerra (vontade soberana que o torna inatingível, acima da lei e o *sacer* excluído do Direito), da dualidade, mesma, que existe em torno da oposição entre sua condição de insacrificabilidade e a impunidade por alguém vir a matá-lo, uma situação legal que apresenta similaridade com as ameaças vivenciadas pelos revoltosos dentro e fora do território nacional. Excluídos do Direito, posto que, embora o crime de homicídio fosse previsto em lei, se deparavam com ordens não oficiais, para sua captura, deixando-os sempre na iminência de serem assassinados, havendo, inclusive, a oferta de recompensa para quem atendesse a esse intento.³⁵⁵

Um episódio emblemático, que passo a relatar, revela o motivo do temor dos exilados quando era necessário realizar alguma incursão na fronteira, devido ao modo como estavam instruídos os legalistas, quanto a eles, tendo sua impunidade garantida pelo próprio governo.

³⁵² Rochas.

³⁵³ LIMA, 1979, op. cit., p. 293, apud, PRESTES, 2009, op. cit., p. 121

³⁵⁴ Ver mais em: RUIZ, Castor. *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua. *Revista do Instituto Humanitas*. Unissinos, IHU. Edição 37, de 30/10/2002.

³⁵⁵ ROMANDIN. Fabián Ludueña. Do *homo sacer* ao *iustitium*: deslocamentos na interpretação do direito romano na filosofia de Giorgio Agamben. *Revista Interthesis (PPGICH)*. v. 10 n. 2 (2013): Julho - Dezembro.

Em 1924, os marinheiros revoltosos do encouraçado São Paulo, após atracarem o navio no Uruguai, ficam hospedados em Montevideu, para se juntarem às tropas rebeldes de Prestes. Decidem aguardar instruções para se unirem às tropas, mas, alguns marinheiros foram convidados por um maragato³⁵⁶, chamado Júlio de Barros, para realizarem uma incursão contra tropas legalistas na região, pois diversos líderes gaúchos tinham histórico de lutas contra o governo. Como os marinheiros não sabiam montar e desconheciam a região, ao serem repelidos com violência pelas Forças Estaduais e Batalhões Patrióticos³⁵⁷, foram deixados para trás pelos gaúchos, exímios montadores, e se perderam na região conhecida por *Galpones*, enquanto os outros atravessaram a fronteira. O que aconteceu, em seguida, foi a invasão do território uruguaio por Batalhões Provisórios, promovendo um verdadeiro massacre, seguido de degola. Alguns foram arrancados de dentro de casas de colonos, onde haviam se escondido e executados diante de mulheres e crianças.³⁵⁸

A edição de 13 de dezembro (1924) de *El Diário* revela que os ferimentos encontrados nos corpos das vítimas mostram que elas foram executadas de forma selvagem. Os 17 mortos tinham sido baleados à queima roupa, com tiros na cabeça, e em seguida degolados. Muitos além de degolados foram esquartejados, como Amaro Assis Brasil³⁵⁹, que teve a cabeça arrancada do corpo.³⁶⁰

Como consequência, obviamente, o massacre de *Los Galpones*, como ficou conhecido o episódio, transformou-se num grave incidente diplomático, e o Tenente Hercolino Cascardo, líder do levante do encouraçado, e o restante dos marinheiros, ficam perplexos com o destino

³⁵⁶ “Adeptos do movimento federalista que, em 1893, inspirou a revolução com o mesmo nome, sob a chefia de Silveira Martins, contra o partido então dominante, que tinha à frente Júlio de Castilhos” (no governo de 1891 a 1898), o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). “Em 1923, sendo a maioria membro do Partido Libertador, novamente se opuseram ao sucessor de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros, no governo do Rio Grande do Sul, de 1913 a 1928, pois não havia prazo limite para a reeleição, nessa época. O termo tinha uma conotação de deboche, ironia, pejorativa, atribuída, pelos legalistas, aos revoltosos liderados por Gaspar Silveira Martins, que deixaram o exílio, no Uruguai, e entraram no RS à frente de um exército. Como o exílio havia ocorrido no Uruguai, numa região colonizada por pessoas originárias da Maragateria (na Espanha), os republicanos apelidaram estes homens de “maragatos”, atribuindo aos federalistas, que fizeram a Revolta de 1923, uma identidade “estrangeira”. Com o tempo, o apelido foi aceito e defendido pelos federalistas e seus companheiros. O lenço vermelho identificava o maragato. Eram inimigos dos “chimangos” (a grafia pode ser ximango), apelido dado aos seus adversários, em referência a uma ave de rapina muito comum nas campanhas riograndenses, falconídea, que pode designar pessoal rapineiro, oportunista, caçador que é da terra, uma alcunha depreciativa, dada aos liberais moderados, pelos conservadores, no início da monarquia brasileira. No RGS, nos anos de 1920, foi à codinome dado, pelos federalistas, aos governistas do PRR. Honório Lemes, era maragato, contra Flores da Cunha, que era chimango (ou pica-pau). O lenço de cor branca identificava os chimangos. <http://portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1291/chimangos-e-maragatos-origem-dos-termos.html>.”

³⁵⁷ Forças formadas por pessoas comuns, que podem ser civis, militares, força pública, jagunços e até cangaceiros, podendo estar juntos num mesmo grupo ou não. São liderados por chefes civis, normalmente “coronéis” donos de fazendas, chefes políticos ou líderes religiosos, havendo casos em que um líder reúne as três condições.

³⁵⁸ MEIRELLES, 1999, op. cit., p. 298-300.

³⁵⁹ Neto de Francisco de Assis Brasil.

³⁶⁰ MEIRELLES, 1999, op. cit., 299-300.

de alguns de seus companheiros, mas, passado o tempo, ninguém seria responsabilizado pelas mortes.³⁶¹

Alguns meses depois, numa ocasião em que houve necessidade de atravessarem a fronteira do Paraguai por alguns dias, durante a marcha da Coluna do Sul foi enviada uma carta às autoridades deste país, assinada por vários oficiais,³⁶² na qual afirmavam que: ao entrarem armados no Paraguai, não pretendiam violência alguma, mas, evitar outro “espetáculo de brutalidade” como o de *Galpones*, ocorrido num passado recente, no Uruguai.

Há poucos meses, tropas “governistas” brasileiras invadiram o território da República Oriental do Uruguai, para degolar, fria e cruelmente, vinte soldados e oficiais, que, vencidos em luta desigual e heroica, buscavam abrigo, desarmados, à sombra da soberania daquele povo!

E nada nos garante, nessa contingência, que esses singulares “defensores” da civilização da nossa pátria desistam de repetir, em vosso país, o gesto vil de barbárie, com que, já uma vez, afrontaram os sentimentos de humanidade dos nossos vizinhos do Uruguai.

Não descemos, por isso, desarmados, o Rio Paraná, ao longo do qual, em toda costa brasileira, estacionam tropas governistas, cujo escrúpulo não trepidamos em igualar à inconsciência feroz daqueles monstros que, em pleno dia do século XX e além de uma fronteira estranha, tripudiaram sobre os cadáveres mutilados de seus irmãos.³⁶³

É importante lembrar que as violências não se restringiam aos revoltosos, especialmente no estado do Piauí, porque ali foram bem recebidos e receberam adesões. As tropas de Bernardes espalharam violências de todo o tipo por onde passavam, além de roubarem e alguns até montarem negócios com a apropriação indevida de bens de civis.

Continuamos a receber queixas por toda parte por onde passamos das violências praticadas pelos bernardescos contra a população, sendo-nos relatados os saques, incêndios, surras, assassinios e estupros cometidos por esses indivíduos.

Os bernardescos, sabendo que amparávamos várias pessoas, distribuindo-lhes comida, obrigaram as mesmas a entregar-lhes o triplo, quádruplo e mais do que haviam recebido, tendo roubado os miseráveis haveres das pobres meretrizes, sob o pretexto de terem ganho dinheiro com os nossos soldados, surrando-as cruelmente e degolando quase todos os prisioneiros que fizeram, tendo se salientado pela sua ferocidade o antigo delegado de Amarante, de nome João Martins que, sendo um ébrio incorrigível, aproveitou-se da ocasião para fazer uma grande adega de bebidas alcoólicas roubadas do comércio.³⁶⁴

Um relato importante foi feito pelo soldado Joaquim boiadeiro. Havia se perdido desde janeiro e se apresenta novamente à Coluna, na mesma cidade de Amarante, no Piauí, no

³⁶¹ Ibid, 301.

³⁶² LIMA, 1979, op. cit., p. 128-9. Além de Miguel Costa assinam: Luiz Carlos Prestes, João Alberto de Lins e Barros, Oswaldo Cordeiro de Farias, João Cabanas, Coriolano de Almeida Júnior, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Virgílio R. dos Santos. Djalma Soares Dutra, Henrique Ricardo Hall, Ary Salgado Freire, Lourenço Moreira Lima Emygdio da Costa Miranda.

³⁶³ Carta de Miguel Costa entregue às autoridades paraguaias. LIMA, 1979. op. cit., p. 129.

³⁶⁴ Ibid, p. 378-9.

mês de julho. Confirmou as mortes de Vicente, do “menino Aldo” e a prisão de jaguncinho, todos soldados da Coluna que estavam em poder de um oficial de polícia de nome Bias. Ainda no Piauí, em Floriano, souberam que, numa cadeia do Maranhão, haviam sido assassinados: o enfermeiro Oswaldo, companheiro desde São Paulo, e mais um soldado cujo nome Lima não se recorda.³⁶⁵

Mas, embora todos esses assassinatos tenham sido cometidos, o campo de desterro da Clevelândia foi o ápice da crueldade, superando todos os limites de arbitrariedades e ilegalidades desfraldadas pelos governantes, nesse período. Os membros da Coluna Paulista, aprisionados em Catanduvas,³⁶⁶ foram para lá enviados, quando resistiam para proteger a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes, vinda do Sul, ao encontro do restante da Coluna Paulista que a aguardava em Foz do Iguaçu.³⁶⁷

1.5 Clevelândia

Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura de Arthur Bernardes, foi o responsável pelo projeto de transformação do Núcleo Agrícola da Clevelândia, em local de desterro político. Nos anos seguintes, à sua criação, Clevelândia passaria a funcionar como campo de desterro de presos políticos, mais precisamente a partir de 1924, quando ocorreu o primeiro transporte de prisioneiros militares participantes dos levantes deste ano.

Os desterrados podiam ser militares envolvidos em insurreições, operários,³⁶⁸ ou apenas presos civis comuns, os “indesejáveis,” a maioria também sem processo e muitos, inclusive, sem participação alguma em crimes. Além da implacável censura, das prisões ilegais, dos espancamentos, torturas e execuções, a prática de deportações sem processo, seguiu-se a esse padrão de ações.

³⁶⁵ Ibid, p. 379 e 381.

³⁶⁶ Esse combate será explicado no capítulo seguinte.

³⁶⁷ Clevelândia foi inaugurada oficialmente em maio de 1922, tendo sido assim nomeada em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, na época: Grower Cleveland. Havia sido pensada, inicialmente, como um núcleo colonial e a proposta trazia consigo a finalidade de ocupação territorial, do último local a ser povoado da fronteira brasileira, correspondente ao atual estado do Amapá, então integrado, do ponto de vista político-administrativo, ao estado do Pará, na região norte do Brasil, fronteira com a Guiana Francesa, no início dos anos 20. O senador paraense Justo Chermont, dono do jornal *O Estado do Pará*, contribuiu, de todas as formas, para a aprovação, no Congresso, da emenda que legalizava a fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oiapock. A ideia de povoamento que apoiava, camuflava seus interesses de membro da oligarquia paraense, proprietário de muitas terras nesta região, e incluía a transferência de nordestinos, de cidades onde havia seca para a fronteira, povoando, assim, a região com brasileiros. Tal medida evitaria nova contenda pelo território, já que recentemente fora objeto de acirrada disputa, entre França e Brasil, querela esta cujo árbitro internacional foi à Suíça. Cf. SAMIS, 2002, op. cit..

³⁶⁸ É inquestionável que intelectuais que partilhassem dos ideais anarquistas tivessem “padecido em cárceres e sido subjugados pelas truculentas investidas da polícia”, entretanto, foram “os operários sindicalistas, os mais ativos e pobres,” os que “consumidos pelas enfermidades no exílio ou flagelados pelas torturas nas prisões, sucumbiram” e “os que pagaram maiores dividendos às investidas da repressão.” Ibid, p. 53.

Foram embarcados, em 1924, para a Clevelândia, aproximadamente mil presos.³⁶⁹ Dentre eles estavam militares revoltosos e aqueles que protagonizavam as lutas operárias, que disputariam *agora*, os espaços das prisões e do degredo, onde o isolamento, a tortura, a fome, a doença e a morte, fariam parte de circunstâncias enfrentadas cotidianamente. Foram inicialmente levados para o campo de desterro da Clevelândia, alguns integrantes da Força Pública e do Exército, presos em Catanduvás, mas depois um contingente de mais de mil homens provaria dos horrores e crueldades cometidos nesse lugar tenebroso.

O depoimento do ex-sargento André Figueira, ao jornal *O Estado do Pará*, de propriedade do senador Chermont, quando o repórter tentava claramente induzi-lo a minimizar o escândalo, que emergia sobre mortes no campo de desterro, acaba por deixar entrever parte da situação que os presos vivenciavam nos navios:

Ah! Aquele *Cuyabá*, aquele *Cuyabá*! A seu bordo não havia higiene, não havia coisa nenhuma. Basta referir-lhe que a nossa sanita era uma velha barrica que, ficando cheia era retirada do porão com um cabo, com o mesmo cabo com que nos jogavam a comida, como se fossemos cães danados.³⁷⁰

Isso não ocorria somente nos navios. Dentre os desterrados que se encontravam em Clevelândia, por exemplo, uma epidemia de desintéria bacilar havia causado a morte de aproximadamente 306 internos, além de 130 por impaludismo, 3 por tuberculose e 52 por moléstias diversificadas.³⁷¹

Em 1925, o escândalo causado pela morte de mais de 400 dos 946 presos da Clevelândia, por contraírem as diversas doenças mencionadas, trouxe ao conhecimento público a existência e os horrores desse tipo de prática punitiva no Brasil, deixando as autoridades responsáveis em uma situação difícil diante da opinião pública.

O engenheiro Gentil Norberto, diretor do núcleo colonial, provavelmente interessado em manter seu cargo público, fazia tudo para defender o governo, dando declarações positivas sobre o local. Da mesma forma, todas as publicações do jornal de Chermont traziam reportagens dando ênfase à beleza do lugar, ou ao clima saudável, dentre outras observações

³⁶⁹ A pena de banimento era prevista em lei pelo Código Penal de 1890, e por isso utilizada, mesmo tendo sido abolida pela Constituição de 1891. BRASIL. *Código Penal* (1891). TÍTULO V; “Das penas e seus efeitos; da sua aplicação e modo de execução. Art. 43. As penas estabelecidas neste código são as seguintes: a) prisão celular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatório; e) prisão disciplinar; f) interdição; g) suspensão e perda do emprego público, com ou sem inhabilitação para exercer outro; h) multa.” BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 24 de fevereiro de 1891) SEÇÃO II; *Declaração de Direitos* - Artigo 72 § 20 – “Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial.”

³⁷⁰ SAMIS, 2002, op. cit., p. 170.

³⁷¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 104; SAMIS, ibid, notas do autor: 547, p. 173 e 176. Samis afirma que ao observar algumas fotografias contidas nos relatórios do Arquivo Arthur Bernardes, pode-se perceber, claramente, o inchaço do ventre, mesmo naqueles que estão vestidos, sendo, isto, um sintoma comum à malária. Cf. SAMIS, ibid, p. 170.

positivas, além de entrevistas que fizessem coro com o discurso oficial. Contudo, alguns documentos podem ser esclarecedores da real situação vivida pelos presos: um relatório interno do diretor da seção de Estado, Oldemar Murtinho, apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, feito por um funcionário enviado à Clevelândia para obter “dados positivos” sobre o lugar, foi feito apenas depois de passados dois anos das mortes. A razão disso é que a suspensão temporária da lei de imprensa no início do governo de Washington Luís, em 1926, permitira a ida do funcionário para lá e pretendia a confecção de um relatório com dados positivos para, assim, minimizar o que havia ocorrido. Contudo, o relato do estado dos presos descrito no relatório ao Ministro, mostrava-os: como homens “tristes e acabrunhados,” “pensativos e vagarosos,” com o andar de “condenados à morte que seguem para o patíbulo retardando o passo,” “raquíticos e tristonhos” ou mesmo, como referência às graves doenças que contraíam, “dando a impressão de que o impaludismo tornou-os imprestáveis para o resto da vida.” Quanto a seu estado psíquico, afirma que suas vidas eram “sem afetos, sem crenças, sem esperanças, exaustos de tanta desgraça e abatidos pelo prolongado sofrimento, se entregando, alguns, resignadamente, às amarguras do destino, descrentes de tudo e de todos, dizendo que a esperança para eles é tal qual a luz que vai desaparecendo ao longe numa grande e calada treva.”³⁷²

Segundo Alexandre Samis, Oldemar Murtinho chegou a criar diversos documentos com depoimentos favoráveis, em relação ao estado em que se encontravam os prisioneiros, para serem assinados por eles, sob coação, e levados a público. Mas a imprensa, oprimida pela censura, ainda na vigência do estado de sítio, a partir de 1926, não perderia a oportunidade de denunciar todos os casos que chegaram ao seu conhecimento, ofuscando qualquer tentativa de retratação do governo, mostrando o escândalo da tortura e das mortes.

De um total aproximado de 946 desterrados, somente no ano de 1924, grande parte era de militares. Além de revoltosos procedentes de Catanduvas, como já vimos, também foram enviados prisioneiros que estavam no Rio de Janeiro e alguns do Amazonas,³⁷³ participantes do levante lá ocorrido chefiado pelo tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que teria instituído a “Comuna de Manaus”, mantendo a capital por mais de um mês em poder dos rebeldes, de 23 de julho a 28 de agosto de 1924.³⁷⁴ Segundo Forjaz, “em 29 de agosto, do levante no Amazonas “estavam presos mais de 200 revoltosos e muitos civis que os haviam

³⁷² SAMIS, op. cit., 2002, p. 173.

³⁷³ PINHEIRO, 1991, op. cit., p. 95.

³⁷⁴ Cf. ARAGÃO, Isabel Lopez. 1924: A Revolução que começou em 1889. 2006. 385 f. Monografia (pós-graduação em História do Brasil). Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2006.

auxiliado.”³⁷⁵ Além do efetivo do Exército, envolvido na revolta do Amazonas, alguns revoltosos da Marinha de Guerra, que aderiram ao levante nesse estado, também serão encontrados dentre os desterrados da Clevelândia. Segundo Pinheiro “depois de o navio [Comandante Vasconcelos] partir e fundear de novo, ‘viu-se que nele entraram e foram distribuídos pelo segundo porão mais de cem sargentos, cabos e marinheiros que estavam na [Fortaleza] Santa Cruz, e que eram acusados de participação nas revoltas do *São Paulo* e do *Goyás*,”³⁷⁶ ambos encouraçados da Marinha de Guerra que se insurgiram juntamente com o encouraçado Minas Gerais.

Segundo Samis, as razões de tantas mortes estavam ligadas ao tratamento dado aos presos que ingeriam os piores alimentos, vestiam roupas arrancadas dos mortos, muitos por doenças contagiosas, para servir aos demais detentos; faziam “trabalhos forçados: construção de prédios do núcleo para seu próprio alojamento,” e outras edificações como, por exemplo, o Hospital Simão Lopes e a Escola Dulphe Machado; a Ponte Arthur Bernardes; a Capela N. S. de Nazareth e a instalação de uma estação de rádio e todos os demais serviços, necessários à manutenção do campo de desterro, sem direito à remuneração. A esse tratamento somavam-se as torturas físicas, tais como “o umbigo de boi,” tipo de chicote usado para açoite, a palmatória e a cafua, “espécie de pequeno quarto com telhas de zinco onde o preso experimentava sufocamento” por causa da temperatura.³⁷⁷

Além das doenças, da tortura física, dificuldades materiais e jurídicas, havia, ainda, o temor por sua integridade física e a ameaça constante de fuzilamento, dentro e fora das prisões, pelo governo.³⁷⁸

A pena de morte havia sido abolida, no Brasil, embora não definitivamente,³⁷⁹ pois fora recentemente retirada de nossa legislação, a partir do Código Penal de 1890 e pela Constituição Federal de 1891. No Brasil, os prisioneiros eram constantemente ameaçados

³⁷⁵ FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Política. Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 85.

³⁷⁶ PINHEIRO, 1991, op. cit. p. 101.

³⁷⁷ Cf. SAMIS, 2002, op. cit..

³⁷⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC. Carta de Leopoldo Nery da Fonseca Jr., do Rio de Janeiro, para redatores de jornal, em 01/01/27. Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 27.01.01

³⁷⁹ A pena de morte existiu no Brasil desde as ordenações Alfonsinas e Manuelinas. Foi abolida e restituída muitas vezes. Mantida até o ano de 1890, quando foi abolida do Código Penal, deste ano, e da Constituição de 1891. Retorna com a Carta Magna de 1937, no Estado Novo, em seu art. 122, n. 3. Foi retirada apenas na Constituição de 1946, retornando com a emenda Constitucional n. 01 de 17 de outubro de 69, em plena ditadura militar; da mesma forma que o decreto lei n. 898 de 29 de setembro de 1969, estabeleceu o crime contra a Segurança Nacional, também estabeleceu a pena de morte no Brasil para crimes políticos, sendo somente retirada com a Constituição de 1988. Ver Constituições de 1891, 1937, 1946, AI-13 de 1969 e decreto lei n. 898 de 29/09/69, e Constituição de 1988.

desse tipo de morte por autoridades da Polícia Política, tendo ocorrido, tal fato, inclusive, com jornalistas como Edmundo Bittencourt e Paulo Duarte.

As torturas psicológicas complementavam, então, o quadro terrível a que poucos conseguiam sobreviver, pois “os detentos eram constantemente submetidos a sobressaltos como, sendo retirados e colocados diante de guardas armados que simulavam fuzilamentos”.³⁸⁰ Uma punição dessa ordem, de angústia diante da morte, demonstrava o grau de perversidade usado como tortura psicológica, causando depois da sensação da morte, a sensação de estar vivo, demasiado forte para a capacidade nervosa de um ser humano, seguida de uma sensação de pavor, oriunda da constatação de que o outro dispõe de sua vida como lhe aprouver.³⁸¹

A partir das denúncias do jornal *A Manhã*³⁸² observa-se outro grupo preso em mais um navio do Lloyd Brasileiro, o *Campos*, podendo-se identificar em seu interior, oficiais e soldados participantes do levante de São Paulo (1924) e de Mato Grosso (1922) indo para Clevelândia.

O relato do pedreiro João Baptista de Araújo, que apenas por se apresentar como comunista teria sido preso, expõe algumas das várias torturas ocorridas nas embarcações. Segundo ele, a trajetória feita pelo navio era: uma primeira parada no Pará, permanecendo lá por três dias, até a chegada do “gaiola” que então os levaria ao campo de desterro da Clevelândia, sob a vigilância do 26º Batalhão de Caçadores, o mesmo que combatera a insurreição em Manaus e que era, “agora,” responsável pelos presos da Clevelândia. João consegue fugir em “uma noite em que ao longe grunhavam bocas humanas, cujos rugidos desvairados deixavam entrever a sorte do castigo que recebiam.”³⁸³ Outra informação importante dada por ele é a de que muitos soldados revoltosos, do 27º Batalhão de Caçadores, da revolta de Manaus, Amazonas, já mencionada neste capítulo, teriam morrido na Clevelândia.³⁸⁴

O soldado Lauro Nicácio teria passado pelo navio *Cuyabá* e pela Clevelândia, após ser preso em Catandubas. Por ocasião de entrevista realizada pelo autor e operário espanhol, Everardo Dias,³⁸⁵ anos depois, confirmaria a afirmação de João Baptista Araújo, ao dizer que, chegando à Clevelândia, teria encontrado marinheiros da revolta do Amazonas, do

³⁸⁰ SAMIS, 2002, op. cit. 182-4, 187 e 210.

³⁸¹ Dostoevsk relata esse sentimento vivenciado por ele durante as simulações de fuzilamento. DOSTOIEVSKI, F. M. Recordações da Casa dos Mortos. São Paulo: José Olympio, 1945, p. XII.

³⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS. *A Manhã* 01/01/27. Arquivo da Polícia Política Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30

³⁸³ SAMIS, 2002, op. cit., p. 180.

³⁸⁴ Ibid., p. 180.

³⁸⁵ DIAS, 1926, op. cit., p. 238-40.

encouraçado *São Paulo*, da Escola de Aviação Naval e praças do 27º Batalhão de Manaus, revelando o destino que tiveram: “O número de falecimentos foi enorme. Já antes de nós chegarmos tinham sucumbido as levas de operários do navio Campos, os marinheiros da conspiração Protógenes,³⁸⁶ os praças revoltosos do Amazonas, os marinheiros do encouraçado *São Paulo*, além de várias levas de malandros deportados do Rio e dos estados.”³⁸⁷

Quando não morriam por causa de doenças, aventuravam-se em fugas praticamente impossíveis, por paisagens íngremes que exauriam suas últimas reservas de resistência física. Alguns presos, determinados a encontrar a liberdade, acabavam por se perder. Quando conseguiam completar a travessia da floresta até os barcos, seus corpos já haviam adquirido algum tipo de doença e acabavam por falecer em *Saint George*, no território Guianês, por falta de medicamentos, ou, ainda, por outros males com consequências irreversíveis. Se sobrevivessem, teriam que vencer a próxima etapa: conseguir um barco, apesar do temor de represálias, direcionadas aos pescadores.³⁸⁸ “‘Havia vigilâncias e repressões severas, tais como revistas rigorosas de todas as embarcações, multa e prisão aos barqueiros que se prestassem à condução dos deportados, censura em toda a correspondência postal’ e todos os horrores das situações advindas de quem fosse encontrado em tentativa de fuga.”³⁸⁹

O soldado rebelde Lauro Nicácio, já mencionado, após ser solto, confirmaria as informações dos anarquistas de que muitos dos que tentaram fugir tiveram que ir até a fronteira da Guiana Francesa a pé e depois atravessarem, em barcos de pescadores o rio Oiapoque:

Uma terça parte dos presos ‘tinha fugido ou passado a fronteira que nos separa da Guiana Francesa, em barcos de pescadores, pelo rio Oiapoque de largura imensa, oceânica; outra terça parte já se achava enterrada; e a restante parte agonizava ajoujada ao trabalho e às febres malignas.’³⁹⁰

O uso do Campo de Desterro da Clevelândia foi uma espécie de “solução final” dada aos praças aprisionados em Catanduvas.³⁹¹ Ali, provaram da tortura, do esgotamento devido aos trabalhos forçados, da fome, do frio e da nudez. Vestidos com trapos e roupas de mortos

³⁸⁶ Levante do encouraçado *São Paulo*, que acaba sendo liderado pelo tenente Hercolino Cascardo, com apenas 24 anos de idade, por causa da prisão antecipada do Comandante Protógenes.

³⁸⁷ DIAS, 1926, op. cit., p. 238-240; SAMIS, 2002, op. cit., p. 202, (Grifos meus).

³⁸⁸ Ibid, Ibidem.

³⁸⁹ Ibid, Ibidem.

³⁹⁰ O depoimento de Francisco Nicolau, outro soldado de Catanduvas e prisioneiro da Clevelândia, permite-nos saber a data aproximada desses embarques. Ele chegou ao campo de desterro em 22 de maio de 1925. Foi para lá a bordo do *Cuyabá*, tendo, antes, parado no Distrito Federal, para embarque de mais 150 presos. Ibid, Ibidem.

³⁹¹ Local onde as tropas paulistas, após a saída da capital permaneceram em combate para garantir a passagem das tropas do Sul, lideradas pelo Capitão Luís Carlos Prestes, até Foz do Iguaçu, episódio que será relatado em capítulo seguinte.

por diversas doenças contagiosas, foram privados de um banho, de uma roupa limpa, do alimento e de mínimo descanso, morrendo de fome e exaustão.³⁹²

Não é difícil ao leitor perceber o porquê de terem construído uma identidade revoltosa tão firme entre eles. O nível de repressão do Estado fora tão intenso e cruel, que os tornou um grupo rígido e cada vez mais coeso e resistente. Essa resistência se estendeu ao exílio no estrangeiro durante toda a década, onde também permaneceram juntos, como será visto nos capítulos que se seguem.

Essa é uma história em que há o envolvimento de muitos homens e mulheres e cada um é dono de uma parte dela, de algo que foi percebido, da interpretação única, da história pessoal envolvida numa história coletiva e de muitos que se foram, levando parte dela. São muitos sonhos, ideais, disposições políticas. Muitas escolhas, renúncias, lutas, alegrias e dores, perdas e vitórias. Por isso, o ofício de historiadores poderá capturar apenas uma pequena parte. Essa é uma história que traz consigo, ao leitor e ao historiador, posto que o texto não pertence ao escritor, antes toma vida própria, uma História do Brasil que precisa ser contada, porque há o protagonismo de muitos brasileiros, militares e civis, que, tentando construir um país diferente do que se apresenta, comprometeram suas vidas em todos os sentidos: renunciando à família, à profissão, à juventude, vivendo em perigos, em grandes sofrimentos físicos e psíquicos, perdendo a liberdade e a vida.

Mais que isso, mostra o Estado nas mãos das elites brasileiras, oligarquias sustentadas por um aparato jurídico-policial que nada deixa a desejar aos Estados que inauguraram os regimes nazifascistas, ou ditaduras militares, criados na modernidade.

³⁹² Janina Bauman nos fala do valor atribuído às coisas, até então, consideradas simples, como ter uma roupa, que a abrigasse do frio e da nudez, sobre o valor de se ter uma roupa limpa, a sensação de poder tomar um banho e sentir a fragrância de um sabonete de verdade, ou de ter uma refeição “decente” quando muitas vezes só restava a ela e a sua mãe a possibilidade de mentalizar o cheiro e o gosto de uma refeição. BAUMAN, Janina, 2005, op. cit., p. 116-7. Os revoltosos passam por muitos momentos de fome, nudez e extrema fadiga devido às marchas extenuantes durante os enfrentamentos com as tropas legalistas, tudo isso acrescido do sofrimento por ferimentos graves, muitas vezes sem medicamentos, no interior do país, sem recurso algum.

MILITARES REVOLTOSOS CASA DE CORREÇÃO*

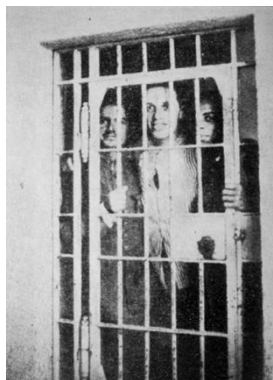


Foto 1 - Chevalier na entrada de seu cubículo de nº 21, na 10ª galeria;

Foto 2 - E./d. Tenentes Jansen de Mello, morto no levante no 3º R.I. (1926), Carlos Fraenkel e Respício;

Foto 3 - Capitão Manoel Rabello, 1ºs. Tenentes Alcides Velloso e Americano Freire;

Foto 4 - 1º Tenente Etchegoyen;

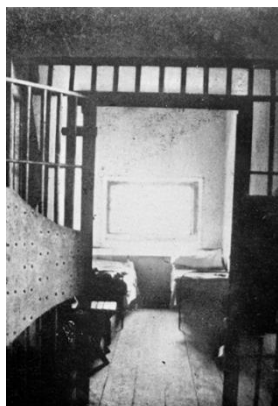


Foto 1 – Um cubículo da Casa de Correção; Foto 2 – O pátio da Casa de Correção

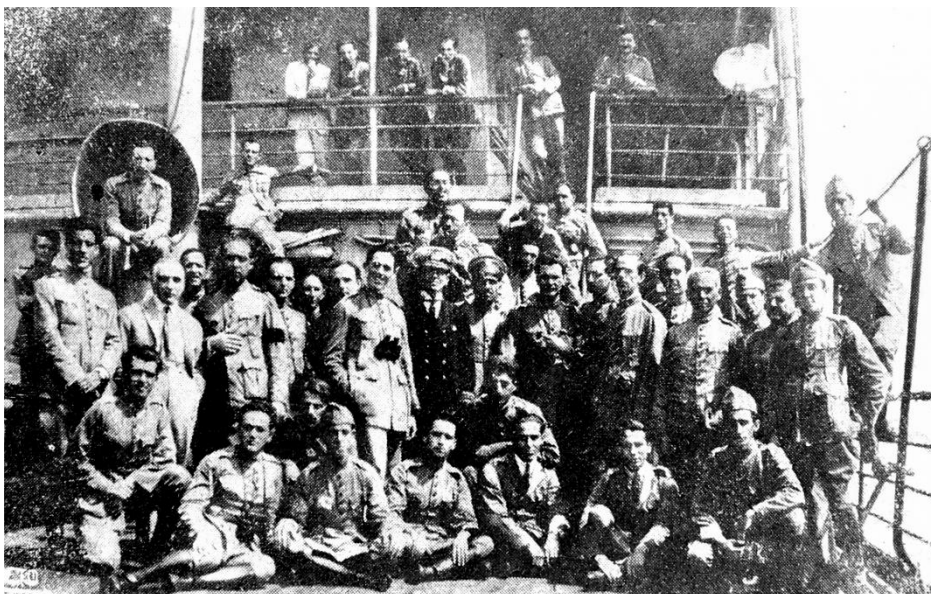
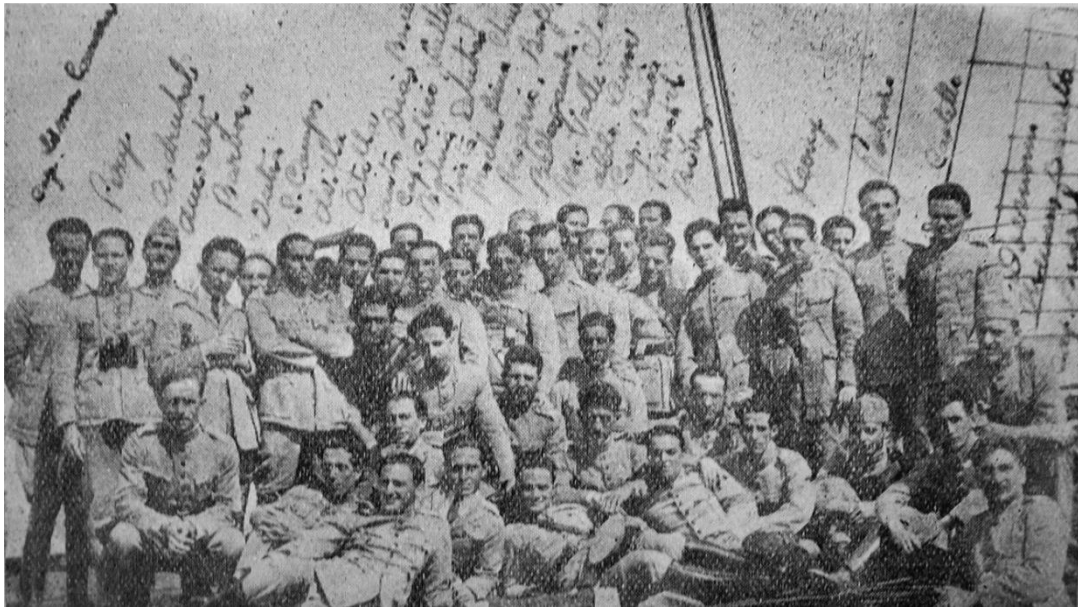


Foto 1 - Tenente Senna Campos em sua cela; Foto 2 - Distribuição de café por um preso comum, chamados de “correcionais.”

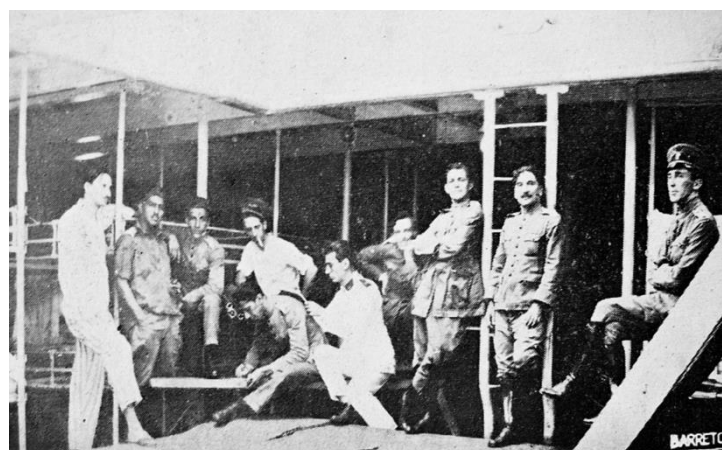
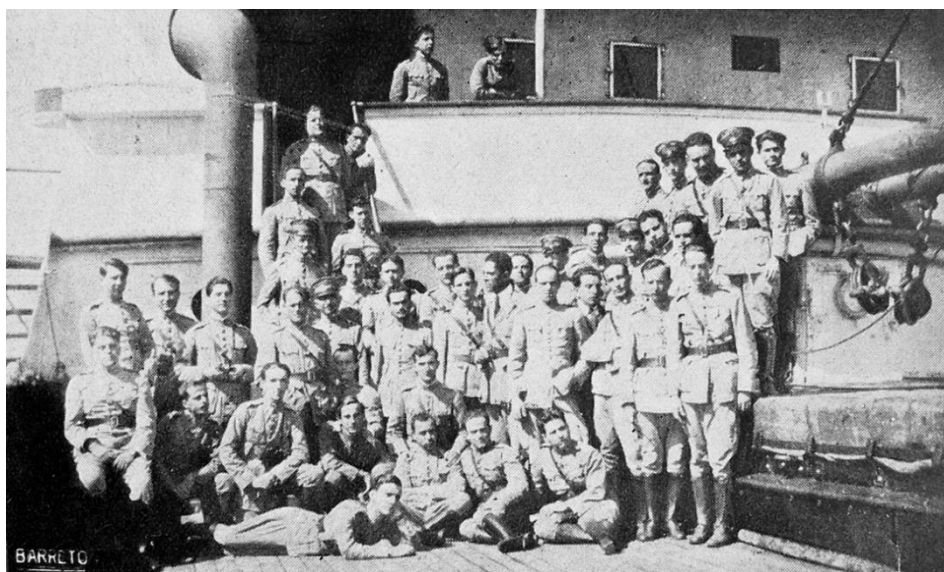
*CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista?* 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. *Os Dezoito do Forte*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. (Tenente Aviador Carlos Saldanha da Gama Chevalier)

REVOLTOSOS NOS NAVIOS –PRISÕES*

Alfenas, Cuyaba, Beneventes



* CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. *Os Dezoito do Forte*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. (Tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier)



CLEVELÂNDIA – Trabalhos forçados*



* SAMIS, Alexandre. Clevelândia: Desterro e tortura na República Velha. Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa . Ano IX . N^o 25 . Setembro de 2013.

CAPÍTULO 2. O EXÍLIO – parte I

2.1. O exílio em 1922

Imediatamente após os levantes de 1922, o estado de sítio foi decretado e os militares participantes das insurreições foram alvo de rigorosa repressão por parte das autoridades brasileiras, extensiva a toda a década. Alguns revoltosos aguardaram presos, outros percebendo que dificilmente obteriam anistia, optaram pelo exílio em países da América do Sul, próximos à fronteira com o Brasil. Ali, durante quase uma década permaneceram entre lutas, fugas e prisões, juntos, construindo uma rede de relações entre si, parentes e amigos, que os permitiu sobreviver até a vitória da Revolução de 1930. A ida para o exílio se inicia em dezembro de 1922, ocasião na qual conseguem um habeas corpus para aguardarem ao julgamento em liberdade.

Mas, a repressão aos revoltosos, através de prisões,³⁹³ transferências e reformas de oficiais das Forças Armadas, não esgotou os acertos de contas que ainda adviriam no meio político. Bernardes não se esqueceria de seus desafetos e inicia seu governo promovendo uma série de intervenções e deposições de candidatos eleitos, que de algum modo tivessem posições políticas diferentes das suas. Vejamos como Bernardes procedeu neste intento.

Nesse mesmo ano, em 1922, sobreveio uma crise política no Rio de Janeiro, por causa das disputas políticas inerentes aos processos sucessórios da Primeira República. A exemplo das eleições federais, sérias controvérsias ocorreram no processo de assunção da presidência desse estado, bem como no âmbito municipal. A eleição de Raul Fernandes, ocorrida em julho de 1922, apoiado por Nilo Peçanha e por militares, para presidente do estado do Rio de Janeiro (1923-1926), é bastante ilustrativa do tipo de situação criada por essas disputas políticas. Embora tivesse recebido 33 mil votos, contra 16.200 de Feliciano Sodré, apoiado por Artur Bernardes, as duas chapas concorrentes se declararam vencedoras e, alegaram fraude na apuração, aclamando eleitos seus respectivos candidatos.³⁹⁴ A situação se repetiu em dezembro, nas eleições legislativas estaduais, quando a assembleia se dividiu entre nilistas, e oposicionistas criando uma dualidade de assembleias. Feito isso, como o reconhecimento do presidente de estado era da competência da Assembléia Legislativa, ocorreu a confirmação da dualidade de governos. Desse modo, Raul Fernandes, partidário de Nilo Peçanha, que também tinha o apoio dos militares, foi um dos primeiros a ser atingido.

³⁹³ Ver mais em ARAGÃO, 2012, op.cit..

³⁹⁴ Essa disputa repetia-se, pois, já havia acontecido em 1914, com dualidade de assembleias e disputa entre os mesmos candidatos.

Ele assumira a presidência do estado do Rio de Janeiro nesse período, e o fez garantido por um *habeas corpus* preventivo, concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Da mesma forma, Feliciano Sodré, partidário de Arthur Bernardes, foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com o apoio do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais, sob o domínio dos partidários de Nilo Peçanha. Enquanto isso acontecia, por ordem de Bernardes, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central, o que obrigou Raul Fernandes, temendo por sua segurança, a deixar o cargo.³⁹⁵

Houve o reconhecimento de duas assembleias legislativas e de dois presidentes do estado. Um parlamento proclamou a vitória de Raul Fernandes, enquanto o outro, composto pela maioria dos deputados, declarou a vitória de Feliciano Sodré. Raul Fernandes, (...) garantiu-se em um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal e em forças militares postas à sua disposição e, em 31 de dezembro de 1922, assumiu a presidência do estado. Contudo, sua eleição não contava com o reconhecimento do governo do presidente Artur Bernardes, que, em 10 de janeiro de 1923, retirou a força do Exército que permanecia em Niterói. Sem o amparo das forças federais, Raul Fernandes abandonou o cargo. Na mesma data, o presidente Artur Bernardes nomeou Aurelino Leal interventor no Rio de Janeiro.³⁹⁶

Aurelino Leal, nomeado interventor do Rio de Janeiro por Bernardes, por sua vez, assinou o Decreto nº 1.975, de 22 de agosto de 1923, e, com base no preceito constitucional citado, dissolveu todas as prefeituras e câmaras municipais restantes.³⁹⁷ Tal estratégia, segundo o testemunho de Távora, consistia na tentativa de passar uma ideia de desordem, que legitimaria a decisão do Presidente da República, ao decretar intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, com fundamento legal no parágrafo nº 2, do artigo 6º, da Constituição Federal.³⁹⁸

No dia seguinte, Oscar Azevedo Marques foi nomeado para prefeito de Petrópolis, em substituição a Joaquim Moreira (07/03/1923 a 22/08/1923), mesmo este último tendo sido defensor da candidatura de Artur Bernardes à presidência da República (1922-1926) e crítico da Reação Republicana, provavelmente por ele ter sido partidário de Raul Fernandes no passado,³⁹⁹ em 1907, quando apoiara a campanha de oposição, dirigida por Nilo Peçanha, então vice-presidente da República, contra o presidente do estado do Rio de Janeiro, Alfredo

³⁹⁵ PECHMAN, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Raul Fernandes* CPDOC – FGV.

³⁹⁶ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete *Joaquim Moreira*. CPDOC – FGV.

³⁹⁷ PECHMAN, op. cit..

³⁹⁸ Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Art 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo: 1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; 2º) para manter a forma republicana federativa; ... 4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

³⁹⁹ PECHMAN, op. cit..

Backer.⁴⁰⁰ Em seguida, o governo de Raul Fernandes era obrigado a renunciar oficialmente.⁴⁰¹ E assim, foram sendo eliminados da esfera política todos aqueles que Bernardes considerasse indesejáveis, utilizando-se de meios legais ou de manobras políticas que o levassem a alcançar seu intento, sendo todos esses fatos alegados contra Bernardes nas declarações de Távora e dos demais revoltos.⁴⁰²

Após esse arranjo político, no qual Bernardes procurou afastar do poder público, prioritariamente, a corrente que prestigiava Nilo Peçanha, observa-se que sua atenção se voltou para o Rio Grande do Sul, onde era presidente Borges de Medeiros. Segundo Juarez Távora, ali Bernardes não poderia utilizar-se do mesmo artifício, devido ao poder já consolidado por Borges de Medeiros, herdado de Julio de Castilhos - embora contasse com muitos opositores - e por haver ali uma Força Pública que não aceitaria participar desse tipo de intervenção. Ainda segundo Távora, após sua vitória, Bernardes teria incentivado uma revolta armada contra o governo sulino, afinal o Rio Grande havia participado da composição da Reação Republicana.⁴⁰³

Távora referia-se à Revolta de 1923, iniciada em janeiro e terminada somente em 14 de dezembro, do mesmo ano, que questionava mais uma reeleição do então presidente do Rio Grande do Sul. Ele já havia governado o estado por uma década, de 1898 a 1908, tendo, posteriormente, assumido um novo mandato, em 1913, e permanecido por mais uma década no poder, até aquele ano de 1923. Nas eleições de 1922, Antônio Augusto Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), candidatou-se pela quinta vez. A Constituição Estadual, promulgada em 1891, por Júlio de Castilhos, permitia a reeleição contínua, desde que o candidato obtivesse 75% dos votos. No entanto, Borges de Medeiros, após 20 anos no governo, encontrava-se desgastado frente às significativas correntes de seu partido e à sociedade gaúcha de um modo geral. Em dezembro de 1922 iniciou-se uma disputa eleitoral, na qual Borges de Medeiros enfrentou nas urnas o candidato da oposição, Joaquim Francisco de Assis Brasil. O pleito foi conduzido por uma comissão de três deputados — Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto — e concluído em

⁴⁰⁰ Backer sempre fora um republicano tradicional, mas queria formar uma base fora da política tradicional, um grupo de jovens políticos que passou a ser conhecido como “Jardim de Infância” que excluía Pinheiro Machado, este, ligado a Nilo Peçanha e apoiador da candidatura de Hermes da Fonseca, motivo pelo qual houve um rompimento, nesse momento, entre eles. DIAS, Sonia. *Alfredo Backer*, ver Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC – FGV.

⁴⁰¹ TÁVORA, Juarez. *À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928, p. 54-7

⁴⁰² Ver *ibid*.

⁴⁰³ MOREIRA, Regina da Luz. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete temático: *Revolução gaúcha de 1923*. CPDOC – FGV.

17 de janeiro, terminando com a vitória de Borges de Medeiros por 106.360 votos contra 32.216. Após muitas denúncias de fraudes e prolongados trabalhos de apuração, a Comissão de Reconhecimento de Poderes - cujo relator era o então deputado estadual Getúlio Vargas - anunciou a eleição de Borges de Medeiros para mais um mandato, que se estenderia de 1923 a 1928, como presidente do Rio Grande do Sul. Convencida de que houvera fraude nas eleições, a oposição não se conformou e partiu para o confronto armado, rebelando-se contra o governo estadual, havendo uma série de levantes em diversos pontos do estado, que ficaram conhecidos como Revolução de 1923 ou Revolução Assisista, em alusão ao nome do candidato Assis Brasil. Os levantes iniciaram-se logo após o encerramento da apuração das eleições, ocorridas em novembro do ano anterior, havendo levantes também em 25 de janeiro de 1923, dia da posse do presidente eleito, tendo, a insurreição, duração de cerca de dez meses. O levante pretendia a deposição de Borges de Medeiros, a retirada dos republicanos de seus cargos e a anulação da Constituição castilhistas. Esses foram os pilares da Revolução de 1923, apoiada por Assis Brasil, candidato que concorrera contra Borges de Medeiros. Vale lembrar que este último era um desafeto político do presidente Artur Bernardes (1922-1926), pois, como já mencionado, não havia apoiado sua candidatura para a presidência da República, e que os partidários de Assis Brasil, em sua maioria, eram antigos federalistas.⁴⁰⁴ Por isso, ainda sob a atmosfera de mobilização da campanha da sucessão presidencial, “a oposição gaúcha mostrou-se decidida a enfrentar a candidatura de Borges de Medeiros, partindo para a escolha de um nome que se mostrasse capaz de unir suas três principais correntes: os federalistas, os antigos democratas de Assis Brasil e a dissidência republicana,”⁴⁰⁵ propriamente dita.

O fim dos confrontos no Rio Grande do Sul foi selado mediante um acordo entre os lados contrários e firmado através da Ata de Pacificação de Pedras Altas, assinada em 14 de dezembro de 1923, no Castelo de Pedras Altas, de propriedade de Assis Brasil, no município de Pinheiro Machado (RS). A Ata foi assinada pelo general Setembrino de Carvalho (Ministro da Guerra e representante do governo federal), por Borges de Medeiros (presidente do Rio Grande do Sul) e por Assis Brasil (representante das forças rebeldes). No documento, o governo de Borges de Medeiros se obrigava, ainda, a reformar a Constituição Estadual, proibindo nela a reeleição dos presidentes, o que até então era possível e por tempo indeterminado. Além disso, foram proibidas perseguições de qualquer espécie, por parte dos

⁴⁰⁴ Haviam participado da Revolução Federalista, em 1893, contra os republicanos.

⁴⁰⁵ MOREIRA, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, op. cit.

governos estadual ou federal, aos rebeldes gaúchos, que deveriam ser anistiados, o que não foi respeitado havendo perseguições e exílio inclusive de Chefes Libertadores.⁴⁰⁶

Nesse tempo, era necessário encontrar alguém que pudesse ser convidado a comandar um levante na capital paulista, levante esse que era a continuidade da revolta militar ocorrida em 1922, que mantinha vários oficiais presos e outros exilados, devido à condenação que sofreram.⁴⁰⁷ Foi um período de fugas para outros países e de luta pela sobrevivência, mas, sobretudo, de conspiração.

Juarez Távora afirma que a escolha de um chefe revolucionário teria que obedecer a critérios imprescindíveis. Havia de ser alguém cujo “passado fosse um penhor de honestidade privada e desinteresse pessoal, de valor cívico e descortino militar – aliados a um indispensável tacto político.”⁴⁰⁸ Como Hermes, em 1923, foi transferido para a reserva, no posto de Marechal, tendo falecido logo em seguida, em 9 de setembro de 1923, os revoltosos que participaram do levante no Forte Copacabana teriam recorrido ao Almanaque do Exército, em busca um de líder,⁴⁰⁹ que tivesse um histórico de lutas e que fosse respeitado no meio militar. Mas, as reformas de oficiais que se sucederam ao movimento de 1922 haviam selecionado todos aqueles que tinham alguma simpatia com as ideias revolucionárias. Passaram, então, os revoltosos, a procurar dentre os generais reformados.⁴¹⁰

Isidoro Dias Lopes, gaúcho, nascido em Dom Pedrito, em 30 de junho de 1865, foi indicado por vários conhecidos, mas especialmente pelo Tenente Alfredo Simas Enéas Júnior, que havia servido como seu comandado em duas ocasiões, ao longo de sua carreira. A primeira vez que trabalharam juntos foi quando Simas desligou-se da Escola de Guerra, em Porto Alegre, tendo sido declarado Aspirante a Oficial, por terminar o Curso de Aplicação de Infantaria e Cavalaria⁴¹¹ e, em seguida, incluído no efetivo do 1º Regimento de Cavalaria (1º

⁴⁰⁶ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 55-61. Chefes libertadores eram lideranças gaúchas de oposição reunidas em torno do Partido Libertador, entre outros.

⁴⁰⁷ Sobre os levantes e as prisões... Ver Isabel

⁴⁰⁸ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 145-6

⁴⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo V, 2ª Edição. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. 2º volume, p. 222.

⁴¹⁰ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 145-6

⁴¹¹ O Curso de Guerra tinha dois anos de duração e funcionava na Escola de Guerra, em Porto Alegre, “criada pelo Decreto nº 5698 de 2 de outubro de 1905, que aprovou os regulamentos para os institutos militares de ensino (RMG, 1905, p. A-B-10). Os alunos, considerados *praças de pret*, recebiam a instrução militar preliminar, saindo dele habilitados para o exercício das funções do primeiro posto de oficial em qualquer das armas.” Após a aprovação no Curso de Guerra, seguiam os estudos no Curso de Aplicação, da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, que fora transferida do Rio Pardo pelo Decreto nº 6876, de 12 de março de 1908. Esse curso, de dez meses, ministrava ensino prático como complemento e aperfeiçoamento da instrução adquirida na Escola de Guerra. As Escolas, de Guerra e de Aplicação, na prática, possuíam o mesmo comandante, funcionavam no mesmo prédio e terminam por se fundir numa mesma Escola. SOUZA, Fernando dos Anjos. Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do Sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais

RC - Rio de Janeiro), quartel no qual Isidoro Dias Lopes, já major, assumira o comando desde 1909.⁴¹² Simas Enéas o indicou porque conhecia-o bem, pois, além desta unidade militar, estiveram juntos no 13º Regimento de Cavalaria (13º RC – Rio de Janeiro), onde Isidoro assume o comando, em 1913, e Simas Enéas chega em 1914, ambos permanecendo juntos até pelo menos 1917, quando seguem para unidades militares diferentes.⁴¹³ Para este Regimento, Isidoro Dias Lopes havia sido transferido ao ser promovido a Tenente-Coronel, ocasião em que recebe uma medalha de ouro por estar servindo há mais de 30 anos ao Exército.⁴¹⁴

Isidoro tem uma história significativa na profissão militar e também nas lutas e revoltas rio-grandenses do período de transição da Monarquia para a República. Inicia o ofício militar no Exército Imperial, momento em que as unidades e estabelecimentos militares do Exército, distribuídos pelo território nacional, possuíam um efetivo de cerca de 15.000 homens.⁴¹⁵ Ele se apresentou como voluntário, em 1883, e, após ter verificado praça, segue para a Escola Militar, em Porto Alegre. Ali inicia sua trajetória revoltosa, ainda como Alferes-aluno, momento em que participou ativamente da Proclamação da República, realizando diligências em Porto Alegre e em Uruguaiana.⁴¹⁶ Alguns anos depois, em 1893, abandonou o Exército para atuar na Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, dessa vez contra o governo de Julio de Castilhos e de Floriano Peixoto, passando a atuar como Chefe do Estado-Maior das tropas lideradas por Gumerindo Saraiva, líder do Partido Blanco (Uruguai). Com a derrota dos federalistas, em 1895 foi para o exílio em Paris, mas foi anistiado, pela lei número 310, de 21 de outubro de 1895, retornando ao Brasil e ao seu posto no Exército, em 1896, no Rio de Janeiro, razão pela qual, seu documento de Alterações somente retoma o registro de

do século XX. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2018, p. 141-2

⁴¹² Documento de Alterações de Alfredo Simas Enéas.

⁴¹³ Documento de Alterações Alfredo Simas Enéas e Documento de Alterações de Isidoro Dias Lopes.

⁴¹⁴ Documento de Alterações Isidoro Dias Lopes.

⁴¹⁵ Nessa época, as patentes do Exército ainda obedeciam a postos e graduações hierarquizados a partir das funções de soldado, Anspeçada, Cabo, Furriel, 2º Sargento, 1º Sargento, Sargento quartel-mestre, Sargento-ajudante, Alferes, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel, Coronel, Brigadeiro, Marechal-de-campo, Tenente-general e Marechal de Exército, tendo Isidoro passado por todo tipo de experiência inerente a estas graduações, ao longo de sua carreira militar. A figura mais poderosa do Exército, ligada a seu emprego operacional, era o Ajudante-general, graduação exercida por Floriano Peixoto por ocasião da Proclamação da República, seguido do Quartel Mestre-general, responsável pela Logística e do ministro da Guerra, cuja função era mais política do que propriamente militar. O Exército contava, ainda, com o concurso de oficiais da ativa, reformados e honorários. Dezenove anos após a Guerra do Paraguai, em 1889, a tropa do Exército era constituída de: 30 batalhões de Infantaria, 10 regimentos de Cavalaria, 8 regimentos de Artilharia, 2 batalhões de Engenheiros e 1 corpo de Transportes. BENTO, Cel Cláudio Moreira O exército na época da Proclamação da República, organização, equipamento, instrução/ensino, motivação, emprego. *Revista do Clube Militar*. Edição Histórica do Centenário, nº 280. Artigo também publicado no livro: O Exército na Proclamação da Republica. Rio de Janeiro: SENAI, 1989.

⁴¹⁶ Documento de Alterações do General Isidoro Dias Lopes, Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

suas atividades e funções a partir de 1897.⁴¹⁷ Em 1921 foi publicada sua reforma no Diário Oficial de 16 de abril, com quase 40 anos de serviço militar.⁴¹⁸ Uma de suas características sempre foi a de lutar ao lado revoltoso. Lutou contra o Império, pela Proclamação da República. Depois dela estabelecida, lutou ao lado dos federalistas contra os republicanos. Novamente lutou contra Bernardes em 1924/1927, e, depois de vencerem com a Revolução de 1930 lutará, também, em 1932, contra Getúlio Vargas, na Revolução Constitucionalista.

Afredo Simas Enéas Junior, como foi dito, conviveu com Isidoro Dias Lopes em pelo menos dois Regimentos de Cavalaria, o 1º RC e o 13º RC, ambos no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal. Participou de diversas atividades, dentre elas apresentações públicas, de marchas e exercícios, às autoridades, tendo, Isidoro, Simas e os demais participantes, recebido, ao longo de sua trajetória, elogios do Presidente da República, Ministro da Guerra e Comandante da Divisão, por causa do desempenho da tropa.⁴¹⁹ Eram, portanto, conhecidos de longa data, no meio militar, havendo, ainda, a possibilidade de que Isidoro conhecesse seus pais, pois Alfredo Simas Enéas Júnior vinha de uma família de militares.

O pai de Simas Enéas Jr. faleceu distante do filho, que se encontrava no exílio, no dia de comemorações natalinas, do ano de 1924, já reformado e General de Divisão. Além do pai, possuía, na família, um irmão militar, o 1º Tenente, chamado Luiz de Simas Enéas e um tio, militar casado com a irmã de seu pai, o General José Ferreira Manoel Miranda.⁴²⁰

Simas Enéas sentou praça em doze de abril de 1904, voluntariamente, servindo por três anos na Escola Tática de Realengo, mas, em 15 de novembro foi excluído do efetivo da Escola e incurso no artigo 128 do regulamento vigente, por ter abandonado o estabelecimento sem consentimento do comando e se apresentado ao 5º Regimento de Artilharia Montada (RAM), onde declarou solidariedade aos companheiros da Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha), na “Revolta da Vacina,” no dia 14 do mesmo mês. Conseguiu a anistia, como ex-aluno, pela lei número 1273 de 02/09/1905, seguindo sua carreira normalmente, recebendo, inclusive, muitos elogios, mais do que o que se observa comumente em documentos de

⁴¹⁷ Cf. ABREU, Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930).

⁴¹⁸ Em 1898 passou a participar da Companhia da Escola Militar do Brasil, (Distrito Federal) onde prosseguiu seus estudos e onde, em 1899, foi nomeado instrutor na segunda secção do ensino prático dessa mesma Escola. É importante lembrar que A Escola Militar do Brasil é a Escola da Praia Vermelha e esse é o momento em que a Escola de Estado Maior passa a funcionar nela, embora esteja registrado oficialmente como 1905. Isidoro participou também, em 1918 da comissão de organização das provas para Auxiliares Instrutores da Escola Militar do Realengo (Missão Indígena – Regulamento de 1918). Documento de Alterações do General Isidoro Dias Lopes, Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Desenvolveu também intensa atividade jornalística, publicando artigos na Revista da Escola Militar do Rio de Janeiro e em diversos jornais, particularmente na Gazeta Pedritense, editada em sua cidade natal até 1918. Cf. *ibid.*

⁴¹⁹ Documento de Alterações Isidoro Dias Lopes e Documento de Alterações de Alfredo Simas Enéas.

⁴²⁰ *O Paiz*, 24/12/1924

Alterações. Dentre estes elogios podemos destacar: “competência e correção no exercício de manobras, dedicação e zelo no serviço, garbo, entusiasmo e luzimento dos seus uniformes, inexcedível inteligência, competência técnica, êxito na instrução, resistência, disciplina, dedicação, brilho e talento, excelente subalterno, digno de todos os elogios e consideração de seus superiores.”⁴²¹ Era, portanto, um oficial com uma carreira respeitável e com uma experiência considerável.

Isidoro Dias Lopes já seguia os passos do Ministro Setembrino de Carvalho desde o Pacto de Pedras Altas, quando fora para o Rio Grande do Sul tentando apaziguar a Revolta de 1923, a fim de neutralizar, entre os corpos da tropa, a propaganda Bernardista que propunha a necessidade de intervenção militar contra o governo de vários estados, inclusive do Rio Grande.⁴²² Essas viagens e visitas às guarnições militares ocorriam porque, ao ser convidado pelos revoltosos para assumir a liderança do movimento, Isidoro pedira um tempo, a fim de analisar as forças que estariam a favor do mesmo, e viajou para São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, para verificar, pessoalmente, a disposição das tropas federais aquarteladas naqueles estados, e, mais que isso, para procurar por um Marechal ou General que tivesse mais prestígio no seio das tropas do que ele próprio, um nome consagrado dentro do Exército, pela fama de algum feito heróico, capaz de levantar um contingente que lhes garantisse a vitória. Mas, segundo seu próprio testemunho, não encontrou quem quisesse assumir o compromisso de um levante armado:

Das interrogações feitas no início do movimento, só me resta responder á pertinente ao chefe. Era este, ao meu ver, o calcanhar de Aquilles da revolução. Eu, auxiliado por uma dezena de abnegados officiaes, fui, de facto, o preparador do movimento, balanceando, collectando e coordenando elementos materiaes e pessoas, mas o fui por instancias constantes, continuamente reiteradas, dessa dezena de officiaes do Exercito. Desde logo será o ponto fraco do movimento: a ausência absoluta de um chefe, não só de valor, como, sobretudo, de real repercussão nas classes armadas e no Brasil inteiro. Todos os meus companheiros, civis e militares, são testemunhas do ardor com que, durante mezes, verbalmente e por escripto, bati a todas as portas, falando ou mandando falar a alguns marechaes e generaes, offerecendo a chefia do movimento, ficando eu auxiliar, com qualquer denominação, de quem fosse o chefe com os requisitos alludidos.

Nome humilde e obscuro no Exército, figura apagada no mundo civil e político, previ, com grande clareza, a exploração que se faria contra a revolução chefiada por um quasi João Ninguém...

Offerecí, pedi, roguei a diversos, cujos nomes não quero agora declinar, e todos fizeram forfait. Então, os meus companheiros puzeram-me a faca ao peito: ou eu seria o chefe, ou o movimento não se faria, ficando eu o responsável por tudo. Verifiquei ahi que, ás vezes, é preciso mais coragem para não fazer uma cousa difficil e perigosa do que para tentá-la.

Não tive animo de resistir e eis, ahi, o motivo por que a revolução não teve um chefe de renome, mesmo que esse chefe fosse um medalhão. Não se vive em meio hostil,

⁴²¹ Documento de Alterações de Alfredo Simas Enéas.

⁴²² TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 64.

os costumes brasileiros requerem nomes afamados, eu não o tinha, dahi os primeiros fracassos do movimento, pois por velhacaria, uns, por medo, diversos, e de boa fé, muitos, todos se apegaram a isso para fugirem do cumprimento do dever cívico.⁴²³

Enquanto Isidoro viajava pelo país fazendo contatos, os irmãos Joaquim e Juarez Távora, já viviam clandestinamente no país, visitavam guarnições de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e percorriam os corpos do Exército de Cruz Alta, Santo Ângelo, Alegrete, Santa Maria, São Gabriel, Pelotas, Bagé e Rio Grande. Em Porto Alegre os irmãos visitaram as guarnições de margem do Taquari, Santana do Livramento e São Luís.⁴²⁴

O mano Joaquim seguiu hoje para S. Catharina afim de remetter-lhe com segurança e urgência as informações pedidas pelo general. Fallará com Valgas em Joinville, com o Cmte. do Forte, Mal. Luz, em S. Francisco, com os Caps. Colonia Moreira Lima, em Florianópolis, com a Buabuan, em Blumenau, seguindo depois para o Contestado, onde entrará em ligação com o Paes Leme. Aqui deve voltar antes de 31 do corrente.

Eu sigo amanhã para o Rio Grande, onde pretendo fallar com o Cap. Fernando e Buarque, do 3º B. E., e Cap. Agenor (carolinha), tens. Uchôa e Jaire de Lima, da artilharia, todos em S. Gabriel; com Cap. Duncan (Comte. da Esq. da Aviação), em Sta. Maria; com o Cap. Martins (artilharia) e Tens. Bibuano Chaves e Baroneza (da Infantaria), em Cruz Alta e com o Capitão Prestes, em Sto. Ângelo. Cá estarei, também, até 31. Manda-lhe-emos, modestamente um relatório.⁴²⁵

O Capitão Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, um dos revoltosos presentes na insurreição de Mato Grosso, em 1922, juntamente com o General Clodoaldo da Fonseca, era militar e engenheiro civil, tendo passado pela Escola Militar de Porto Alegre. Joaquim Távora estava licenciado do Exército, antes de se envolver na revolta de Mato Grosso. Formou-se em engenharia civil, na Bahia, em 1912, era um engenheiro especialista em topografia e exercia a profissão, o que lhe proporcionava uma vida bastante tranquila e próspera, tendo conseguido juntar uma pequena fortuna, cerca de 200 contos de réis. Era casado com Comba Távora, pai de três filhos e tinha uma vida de família como civil, nesse momento, quando tomou conhecimento da conspiração, em uma viagem, e não hesitou em procurar o quartel de Mato Grosso.⁴²⁶ Em 1922, assumiu o comando do 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá (MT), quando liderou a rebelião, em solidariedade ao levante deflagrado no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, contra o governo de Artur Bernardes, dando início ao ciclo de

⁴²³ Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, para Azevedo Lima, em 27/02/1925. Arquivo Público do estado de São Paulo. APESP.

⁴²⁴ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p.112.

⁴²⁵ Carta de Juarez Távora, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas, sem data. Arquivo Público do estado de São Paulo. APESP.

⁴²⁶ WAINER, Samuel. Joaquim Távora, a alma da Revolução. Revista Diretrizes, Ano Vi, nº 189, fev/1944, Rio de Janeiro. Entrevista com os revoltosos: Miguel Costa, João Alberto, Vitor Cesa da Cunha Cruz, França Albuquerque, Silo Furtado Meirelles, e outros.

levantes tenentistas daquela década. Já era, portanto, conhecido de todos os revoltosos de 1922 e, ainda dividiria com eles os espaços das prisões.

Logo após o levante foi para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, local onde se encontrou, na condição de prisioneiro, com diversos oficiais vindos do Forte de Copacabana, da guarnição de Mato Grosso, da Escola Militar do Realengo e da Vila Militar, logo após o 5 de Julho de 1922.

As prisões tinham o poder de reunir revoltosos de diversas guarnições e localidades distantes e o tempo que lá passavam juntos era um momento de se conhecerem, um encontro de lideranças revoltosas, era o início de uma aliança de conspiradores, que duraria quase uma década. Se pensarmos que, em 1926, na Ilha de Trindade foram reunidos, no desterro: Juarez Távora, que participara das revoltas de 1922, no Rio de Janeiro e da revolta de 1924, em São Paulo, além da Coluna Miguel Costa-Prestes, até ser preso em Teresina; o Tenente Carlos Chevalier participante do levante no III Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, Rio de Janeiro; o Tenente-Coronel Xavier de Brito, que chefiara em 1922, o levante da Escola Militar do Realengo; o Tenente Maynard Gomes, que liderara o levante de Aracaju, em Sergipe, por quase um mês, entre muitos outros de diversas partes do Brasil, teremos uma dimensão aproximada de como a permanência nas instituições prisionais, bem como as transferências, promoveram encontros de revoltosos de todo o Brasil. Este último Tenente, Maynard Gomes, do levante em Aracaju, por exemplo, dividia, na Ilha,⁴²⁷ uma barraca de camping com Eduardo Gomes, Tenente- Aviador, que aderira ao Forte de Copacabana e depois, lutara em São Paulo em 1924. E reuniões como a que acabo de exemplificar ocorreram durante os 8 anos em que permaneceram entre combates, prisões, fugas e exílio, de 1922 a 1930, como veremos ao longo deste capítulo.

A primeira prisão dos oficiais, em 1922, coincidiu com a data das comemorações do Centenário da Independência, com paradas e exposições, fogos de artifício e a visita de Alberto I, Rei da Bélgica, hóspede de honra do Presidente Epitácio Pessoa. Joaquim Távora conversava com os companheiros presos e a propósito do significado da data, dizia:

(...) companheiros, a independência do Brasil ainda é um mito. Há cem anos nos libertamos de Portugal. E que aconteceu? Ficamos, externamente, sob a dependência imperialista dos grandes financistas estrangeiros e, internamente, sob o domínio de umas poucas centenas de senhores nobres - Condes e Barões feudais que jamais fizeram coisa alguma pela felicidade de nosso povo. Ainda teremos que lutar muito para conquistar a nossa verdadeira Independência. Por isso, o que hoje celebramos, não passa, em grande parte, de uma simples e vexatória farsa.⁴²⁸

⁴²⁷ Ficaram desterrados em barracas, nesta Ilha. *Os Dezoito do Forte*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930, Fotografia.

⁴²⁸ WAINER, 1944, op. cit..

Juarez do Nascimento Fernandes Távora foi para a Ilha das Cobras, longe de seu irmão e, sendo bem mais jovem - em 1922, Joaquim tinha 41 anos, enquanto Juarez, apenas 24 – e, provavelmente por isso, ao contrário de Joaquim, romantizava o evento da Independência, especialmente o ritual militar que ocorria em torno da data. Disse que havia imaginado uma situação bem diferente da que vivenciava nessa data. Segundo ele, sonhava, desde que saíra aspirante, participar da parada do Centenário da Independência, como Segundo Tenente de Engenharia. Viu a concretização desse sonho, de aspirante, mais próximo quando se tornou Primeiro Tenente e foi nomeado Instrutor da Escola Militar do Realengo, nos primeiros meses de 1922.⁴²⁹

(...) contava, então, dela participar, como integrante da tropa de escol, que era o Corpo de Cadetes do Realengo, cuidadosamente treinado para o desfile monumental do centenário, na capital da República. Entretanto, apenas podia ouvir, agora, através das grades da prisão em que me encontrava, alguns toques de clarins e notas de marchas marciais, que anunciavam o desfilar distante das tropas em parada!⁴³⁰

Ao contrário dos trajes de gala, sonhados por ele, na ocasião tinham as cabeças descobertas, os dolmans desabotoados, os culotes sem perneiras e nenhuma só arma. Estavam dentro de uma prisão e na manhã do dia anterior haviam sido sacudidos pelas granadas do canhão 190 mm do Forte de Copacabana, pois os oficiais ignoravam que seus companheiros se encontravam naquele porão.⁴³¹

Juarez Távora nem sempre estivera ao lado do irmão. Na verdade, só se encontraram pela primeira vez quando ele tinha 13 anos e Joaquim, 30 anos. Isso se deu em maio de 1911, quando Juarez e Fernando do Nascimento Fernandes Távora, os dois irmãos mais novos, viajaram para o Sul, onde deviam iniciar seus estudos secundários. Era a primeira separação da casa dos pais e o auxílio financeiro, daí por diante, viria de seus três irmãos, mais velhos, dos 15 filhos de Dna. Clara e de Joaquim Antonio Távora, dos quais Juarez Távora era o caçula: os irmãos Ana Ajuricaba, Manoel do Nascimento Fernandes Távora e Joaquim do Nascimento Fernandes Távora. Em 1915, vieram para a capital federal para iniciar seus estudos na Escola Politécnica – onde conheceram o Tenente Paulo Kruger da Cunha Cruz, futuro revoltoso e colega de turma dos irmãos nesta Escola e, mais tarde, na Escola Militar do Realengo (EMR) - e permaneceram na casa de outro irmão chamado José do Nascimento Fernandes Távora, no Andaraí. Mas, o curso precisou ser interrompido no segundo ano, devido às dificuldades na situação financeira dos irmãos mais velhos, que vinham, até então,

⁴²⁹ Ibid.

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ Ibid.

custeando a educação dos dois. Manoel ia se casar e nascera uma primeira filha de Joaquim, alterando, assim, as possibilidades de ajuda na educação dos irmãos mais novos. A melhor solução, para todos, foi aceitar a sugestão de um primo, Antônio Alves Távora, para que os irmãos se transferissem para a Escola Militar do Realengo, de modo a que seus estudos fossem pagos pelo governo, o que ocorre em 1916.⁴³² Após a decisão da família, os irmãos Juarez e Fernando Távora cursaram a Escola Militar do Realengo juntos, nos anos de 1916 a 1919, quando foram declarados, a 30 de dezembro de 1919, Aspirantes a Oficiais, da arma de Engenharia.

2.2. Encontros e reencontros, clandestinidade e conspiração.

É preciso assinalar que, antes mesmo de estarem juntos nas prisões - e nos combates que antecedem o período prisional - grande parte dos oficiais revoltosos se conhecia desde a Escola Militar do Realengo, pois conviviam com colegas de outras turmas, durante os 3 ou 4 anos de duração do curso. Isso porque, embora funcionassem dentro de seus respectivos triênios ou quadriênios havia períodos de interseção entre o início e término de cada turma⁴³³ e a pesquisa realizada nas listas de alunos e nas bibliografias consultadas. Na mesma turma dos irmãos Távora estiveram os revoltosos Fernando Sabóia Bandeira de Melo e Sampson da Nóbrega Sampaio, presos na Vila Militar, e, no mesmo período, em suas próprias turmas, estavam na EMR: Luís Carlos Prestes (revoltas de 1922, 1924 e Coluna Prestes), e Paulo Kruger da Cunha Cruz (revoltas de 1922, 1924) - este último já estivera com Fernando e Juarez Távora na Escola Politécnica e cursara com Prestes, na EMR, a mesma turma de Engenharia de 1915-1918, turma anterior à de Juarez Távora e dos demais acima; Carlos Costa Leite e Henrique Cunha, ambos participantes do levante no 3º Regimento de Infantaria (3º RI-RJ), em 1925, e Eduardo Gomes e Siqueira Campos integrantes dos levantes de 1922/1924 (Siqueira também participa da Coluna Prestes), estudaram, os quatro, na mesma turma de Artilharia de 1916-1919, tendo convivido com os colegas citados acima, assim como os da turma seguinte. Alcides Etchegoyen, atuante na Coluna Relâmpago, no Rio Grande do Sul, em 1926, foi colega de turma de Carlos Saldanha Gama Chevalier e Heitor B. de Almeida Pedrosa, na arma de Artilharia, de 1918-1921, os dois últimos presentes no levante do 3º Regimento de Infantaria em 1925; Delso Mendes da Fonseca, integrante do levante no Forte de Copacabana e Fernando Bruce, que comandou 54 homens do Forte do Vigia (Forte

⁴³² TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas*:– Memórias. V. I – Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 57, 75, 80.

⁴³³ Há períodos em que os cursos têm 4 anos e depois passam para 3 anos. Em 1918 o Regulamento da Escola foi mudado, reduzindo os cursos de Artilharia e Engenharia a 3 anos, como os de Infantaria e de Cavalaria.

do Leme), levando-os até o Forte de Copacabana para aderir, também estiveram na turma de Artilharia de 1918-1921, juntamente com Etchegoyen, Chevalier e Pedrosa, acima citados, entre tantos outros, que desde os primeiros momentos se encontrariam nas escolas militares e nos quartéis e, ao longo da década, se reencontrariam nos combates rebeldes, nas prisões⁴³⁴ e no exílio.⁴³⁵

Um bom exemplo de encontro nas prisões ocorre logo após a primeira revolta, em 1922. Junto a Joaquim Távora, presos no 1º RCD (1º Regimento de Cavalaria), ficaram presos Euclides Hermes da Fonseca (filho de Hermes da Fonseca e comandante do Forte de Copacabana), Luís Jansen de Melo, morto no levante do 3º Regimento de Infantaria (3º RI-RJ), em 1926; Adolfo de Araújo Familiar, Otto Feio da Silveira e Orlando Leite Ribeiro, todos insurrectos de Mato Grosso, junto a Joaquim Távora e Clodoaldo da Fonseca, em 1922, e que, depois do RCD, seguem junto a ele para a Escola de Estado Maior, assim como: Respício Espírito Santo, Granville Belorophonte Lima, Helvécio Pinheiro de Albuquerque Maranhão, entre outros, dentre os quais muitos haviam sido seus alunos na Escola Militar do Realengo, onde fora instrutor.

Já no Quartel General do Corpo de Bombeiros, na Praça da República, ficaram aprisionados juntos, indo, em seguida, para o Corpo de Fuzileiros Navais, da Ilha das Cobras os seguintes militares: os Capitães Juarez Távora e Odilon Antenor de Araújo, que participara com ele do levante na Escola Militar, além dos oficiais que haviam sido presos como suspeitos, no dia 5, ao desembarcarem na Estação da Vila Militar, ou já dentro da Vila, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Eram eles: o Tenente-Coronel Mariano de Azevedo; os Capitães Renato de Veiga Abreu, Estevão de Souza Lima, Leônidas Hermes da Fonseca - também filho de Hermes da Fonseca - e João Aníbal Duarte - primo da esposa de Pedro Ernesto e ajudante de ordens de Hermes da Fonseca.⁴³⁶ Além destes também estavam, no local, os tenentes Boanerges Marchesi e Gustavo Cordeiro de Farias, irmão mais velho de Oswaldo Cordeiro de Farias, que foi auxiliar de instrução na EMR (1919-1921) e, em agosto desse ano, foi transferido para Mato Grosso no 11º Regimento de Artilharia Montada, em Campo Grande, MT, participando, em 1922, do levante de lá, juntamente com Joaquim Távora e o General Clodoaldo da Fonseca (primo de Hermes da Fonseca), além de depois lutar na Coluna Prestes; os Tenentes Ebroíno Dias Uruguai (revoltas de 1922 e 1924), Luís

⁴³⁴ Sobre o encontro dos prisioneiros, em prisões, ilhas e campos de desterro e suas experiências em cada estabelecimento prisional, bem como para visualizar a lista nominal dos prisioneiros, ver: Dissertação Isabel.

⁴³⁵ Relatórios de Ministros AHEx. Processo de 1922, STF. Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.

⁴³⁶ ABREU, 2015, op. cit..

Simas Enéas, irmão de Alfredo de Simas Enéas; Edgar Alves Maia, Edgardino Pinta, Léo Costa, Lincoln Caldas, Agenor Leite de Aguiar, Raul Luna, Sampson da Nóbrega Sampaio, Tasso de Oliveira Tinoco, Landerico de Albuquerque Lima, Manuel de Azambuja Brilhante e Canrobert Pen Lopes Costa - 1º tenente aviador, participante do levante de SP, em 1924 - só para citar alguns.⁴³⁷ Desta unidade, foram todos conduzidos para a Escola de Estado-Maior, na Rua Barão de Mesquita, onde se encontraram com centenas de outros revoltos ali aprisionados.⁴³⁸

Na Escola de Estado-Maior, segundo os oficiais lá presentes, Pinto Saidl, seu comandante, respeitava muito Joaquim Távora. Provavelmente, apesar da condição de prisioneiros, despertavam a admiração dos colegas, devido ao ato de enfrentamento protagonizado por eles, e, por isso, esse comandante permitia que Joaquim Távora saísse, às vezes, sob palavra de retornar. Os outros rapazes, por sua vez, descobriram uma brecha no muro dos fundos da Escola. Depois disso, uma sentinela foi colocada naquele lugar para vigiá-los, mas, Joaquim Távora ordenou que se retirasse, para que seus companheiros pudessem sair sempre que desejassem. E as sentinelas obedeciam ao oficial prisioneiro...⁴³⁹

Na prisão, embora os dias e as noites lhes trouxessem incertezas, tinham um ao outro. Nestas e em outras prisões ser um oficial do Exército era um privilégio e estar numa prisão militar lhes garantia alguma respeitabilidade, mesmo sendo prisioneiros, além da possibilidade de estarem sempre juntos, o que, certamente, se configurava num atenuante da pressão jurídica pela qual passavam e “suavizava a sensação desagradável de confinamento.”⁴⁴⁰ Nas ocasiões em que estiveram em prisões comuns, também, ficaram juntos, e, embora sofressem uma série de arbitrariedades, puderam se defender melhor, o que era impossível a um praça ou prisioneiro comum. Durante uma década de punições e perseguições, essa presença era um alento que somente a amizade dentro de uma cela de prisão poderia trazer, para amenizar a situação de um prisioneiro.⁴⁴¹ Além disso, era um momento de conhecer ou rever companheiros de outros estados e insurreições, assim como de reencontrar velhos colegas de escolas, de quartéis, de combates e de atualizar as notícias sobre oficiais legalistas, ações do governo, levantes em outros estados, adesões, desistências, histórias de desempenho em combate; sobre mortes, fugas; de contarem e recontarem

⁴³⁷ Relatórios de Ministros AHEX. Processo de 1922, STF. Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.

⁴³⁸ Ver lista nominal em anexos de ARAGÃO, 2012, op. cit..

⁴³⁹ TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas* - Memórias. V. I – Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974, p. 57, 75, 80. WAINER, 1944, op. cit..

⁴⁴⁰ TÁVORA, 1974, p.199.

⁴⁴¹ Sobre as prisões dos revoltosos ver ARAGÃO, 2012, op. cit..

episódios das refregas, suas experiências e testemunhos sobre si e sobre outros ali ausentes. A presença dos parceiros de lutas era, sem dúvida, um fator que, trazia conforto moral e resistência física e psíquica, bem como apoio material nas prisões, nos campos e ilhas de desterro, gerava solidariedade, e, conseqüentemente, identificação entre eles, devido às adversidades que sofriam juntos. Mas, a convivência também teria outro resultado: terminou por levá-los a lutar, aproveitando todas as oportunidades possíveis, mesmo dentro da prisão, na elaboração de novos planos para continuidade da luta, na revisão de antigos projetos ou traçando metas para o momento de liberdade, enquanto se conheciam ou se reencontravam. Como forma de resistência jurídica, redigiam suas próprias defesas e diversos *habeas corpus* enviados aos tribunais; escreviam à imprensa, publicando denúncias e manifestos; escreviam aos advogados, pedindo por companheiros: quanto às questões judiciais, denunciando ilegalidades, ou a situação precária em que se encontravam. Como forma de ajuda e solidariedade, entre si, escreviam aos seus familiares e aos de outros companheiros, dando ou pedindo ajuda material, notícias de sentenças e transferências, se informando sobre doenças ou fugas. Travavam, enfim, uma luta pela sobrevivência e pela liberdade, de dentro das prisões, onde a regra era o auxílio mútuo.⁴⁴²

Ao descrever sua prisão, em Teresina, em 31 de dezembro de 1925, quando integrava a Coluna Prestes, Juarez Távora nos fala um pouco de sua experiência em uma penitenciária em São Luís, para civis, onde permaneceu sozinho, por algum tempo.

Era, desde 1922, um indiciado na vida das prisões. Mas, sempre em prisões militares coletivas, onde o convívio com alguns companheiros de aventuras revolucionárias suavizava a sensação desagradável de confinamento. Agora estava só; e, pela primeira vez, recolhido a uma penitenciária comum. Senti mais o trasto da desconsideração que o insulamento da prisão. No fim das contas, ainda me considerava um oficial do Exército, com direito a foro especial, e era prisioneiro de outros camaradas de farda... No meio dessa angústia lembrei-me de que, em toda minha indumentária, meio civil e meio militar, apenas carregava um símbolo do oficialato - o escudo verde-amarelo, preso na copa do chapéu de abas largas, que usava, desde o início da grande marcha. Retirei-o do chapéu, e através das grades de uma das janelas, joguei-o no pátio interno da penitenciária. Exausto pela penosa jornada, e confortado pela idéia de que salvava, assim, de humilhação, a minha condição de oficial do Exército, tratei de dormir.⁴⁴³

Após alguns meses do levante de 1922, Joaquim e Juarez Távora, assim como os demais envolvidos, espalhados por prisões em unidades militares, receberam um *habeas corpus*, em janeiro de 1923, para responderem ao processo em liberdade. Até esse momento, ainda aguardavam, com esperança, uma sentença de cunho disciplinar. Mas, quando foram

⁴⁴² Sobre a convivência nas prisões, ver: ARAGÃO, 2011, op. cit., p. 267.

⁴⁴³ TÁVORA, 1974, op. cit., p.199.

condenados ao artigo 107, aplicados aos que desejassem uma mudança de regime, que previa pena de 5 a 10 anos, viram frustradas as últimas esperanças que possuíam em relação a um poder constituído, capaz de conter as ilegalidades do Executivo: o Judiciário.⁴⁴⁴ As medidas de repressão tomadas pelo governo geraram, nesse caso, um efeito contrário ao pretendido, pois a partir da condição em que ficariam os revoltosos, expulsos do Exército e desertores, presos, exilados ou vivendo em clandestinidade e foragidos da justiça, a retomada das revoltas passou a ser a única alternativa possível.

[...] grande parte dos revoltados de 1922, que se dispunha a cumprir a sentença justa que lhe fosse aplicada, para continuar, em seguida, sua atividade normal no Exército, decidiu aguardar, fora do Rio, o próximo pronunciamento da Justiça, em condições de incorporar-se à conspiração, então já existente, se o veredicto pronunciado o fosse em obediência a aquele critério de vingança.⁴⁴⁵

Sem esperança de anistia e condenados a um artigo, com pena superior a dois anos, sanção que segundo o regulamento militar resultava na perda da patente e exclusão do Exército, muitos militares atuantes em 1922, “retornaram à conspiração e lhe deram rumos mais objetivos.”⁴⁴⁶ Formara-se um núcleo de revolucionários profissionais, que agora contavam apenas com a solidariedade de tantos outros elementos e que conspiravam, abertamente, pois era a única forma de recuperar o que haviam perdido, já que lhes restava somente a condição de prisioneiros ou a deserção e o exílio, mantendo-os indefinidamente na condição de foragidos.⁴⁴⁷

Nas cartas de Juarez Távora a Alfredo Simas Enéas, observa-se como conspiraram os revoltosos, por todo o país, preparando o novo combate:

Meu caro Simas
Mil felicidades

Li com os companheiros da República suas duas últimas cartinhas. Estamos contentíssimos com o rumo que vão tomando os negócios da empresa. Afigura-se-me que si algum desfalque (coisa muito em moda nestes tempos que correm...) não for dado no activo da sociedade, por algum dos thesoureiros, e o cambio continuar a subir, alcançaremos, dentro de dois meses, uma estrondosa Victória commercial. Estive sabbado passado, demorando-me até as 11:40 de domingo, com os nossos camaradas de Castro. Fui lá especialmente para anima-los e, sobretudo, organiza-los. Da longa palestra que tive com todos, em casa de Theodoretto, conclui, razoavelmente que não nos faltam alli elementos nem officiaes, para tormnar exequível o levante, em massa, do regimento. Eis, sob esse aspecto, o verdadeiro estado do corpo:

⁴⁴⁴Ver mais em ARAGÃO, 2012, op. cit..

⁴⁴⁵ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 128.

⁴⁴⁶ Ibid, Ibidem.

⁴⁴⁷ ARAGÃO, I. L. Da caserna ao cárcere: uma identidade militar rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930). Artigo apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, temática: Militares, sociedade e política. 2011.

1º eq. Cap. Mello (Decididamente contra. É odiado pela soldadesca. -sublevando – Ten. Osmário (decididamente nosso. Parece disposto...).

2º eq. – Cmte. – Cap. Busse (conversei incidentemente com elle, q. não me conhece, nem sabe a q. lá fui. Apreciei-lhe os modos e convenci-me de q. é muito amigo do nosso bloco. Não foi fallado ainda. Garantiram-me unanimemente q., si não se decidir a favor tbém não será contra!...

Sub^{nos} Tens. Lincoln e Theodoreto (São ambos inteiramente nossos).

3º eq. - Comte. Cap. Menna Barreto (Falla mal do governo, aproximando-se do bloco... Não inspira confiança alguma)

Sub^{nos} – Ten. Ebeken – (Cretino, nada vale. É contra.) e J. Luiz de Siqueira (Conheço-o da Escola. É bom rapaz. Não foi fallado ainda. Estou convencido de que adherirá á nossa causa).

4º eq. – Comte. Cap. Octavio F. Souza (É nosso. Confirmo o conceito em que você o tem. Merece a distinção de ser o chefe alli.)

Sub^{nos} – Ten. S. Lima e Ancora (São ambos inteiramente nossos).

Outras informações: são contra o cel. Cmte., o Maj. Fiscal (perigoso porque é muito dado com a sargentada) e o ajudante.

Não é isso, entretanto, o peor da questão (pois como fiz ver a todos elles, o corpo não estando em prontidão, taes elementos são inoffensivos.) O ponto fraco é não haverem, aquelles officiaes, trabalhando a sargentada, q. é muito apegada á tropa (pois são casados e têm propriedades...); isso deixa-os na incerteza de si serão obedecidos.

Notei, com franqueza, e por isso q. apesar de termos alli officiaes em quantidade sufficiente, falta-lhes tino para o negócio...

Instruí-os o quanto pude, na maneira porque deveriam levar a cabo essa pequena emprêsa commercial. Disse-lhes que o Isidoro, ao passar por lá, já deveria achar resolvidas todas essas pequenas cousas. Parece-me que ainda não estão de todo convencidos dos lucros que darão á Empresa. Fiz-lhes ver que, de qualquer forma, essas coisas preliminares podem resolver-se antes de uma decisão final. Depois de tudo preparado (porq. actualmente não está) elles, deante do que lhes expuzer o chefe, que recusem o seu capital si julgarem fracas as possibilidades da Emprêsa. Convenci-os de que era, entretanto, indispensável que se preparassem decididamente para o caso de ser vantajoso o negócio... Prometteram-me resolutamente fazê-lo. Vim de lá animado. Julgo indispensável para dispô-los de vez, que o general converse com elles em pessoa, expondo-lhes os elementos com que conta para a Victória. Combinamos que o Severo desembarcaria na estação de Tronco (1ª depois de Castro) indo elles buscá-lo de automóvel, conduzindo-o até a Chácara de Theodoreto, distantes 3 Kms. de Castro. A essa conferência aconselhei que levassem tbém. o Cap. Busse e o ten. Siqueira. Creio que com isso se ultimarará de vez o nosso negócio naquela cidade. Hoje mesmo vou escrever ao Cap. Octávio, renovando a incistencia com que me bati para q. trabalhassem com cautela, embora o pessoal [ilegível].

Julgo que o general já encontrará o máximo recurso q. nos poderá fornecer Castro, bem como os meios porque nos serão entregues. Tenho continuado a corresponder-me com o pessoal de Coritiba. Pelas contas do Sampson, deprehendo que o moral de lá continua baixo. O Plínio e o Amorety, sobretudo, continuam muito pessimistas qto. ao lucro do negócio. Falta-lhes ainda a certeza de que o negócio é sério. Mandeilhe cópia de sua penúltima carta (A animadora!). Estou aguardando resposta (...).

Toda nossa correspondência deve vir para aqui. O Tulio dará o conveniente destino. Sem mais, aceita um abraço do Juarez.⁴⁴⁸

Apesar de longa a citação é muito ilustrativa de como Juarez escrevia e viajava para entrar em contato com diversas unidades militares, sem medir esforços, identificando os

⁴⁴⁸ Esta carta não tem data, contudo, a menção ao auxílio de Joaquim Távora na conspiração mostra que é do período que antecede as revoltas de 1924, Joaquim morre em São Paulo, em combate. Carta de Juarez Fernandes Távora, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24.

companheiros, analisando, um a um, seus problemas e potencialidades, visando a construção de um grupo capaz de um enfrentamento com o governo. Ainda no início do ano de 1924, bem próximo à data do levante, que foi em 5 de julho, na mesma data do levante de 1922, andava ele como um peregrino colhendo novos combatentes:

Meu caro Simas

Meu forte abraço

Ceguei hontem de Yzhgél (Castro), onde fiz ligeira visita aos sócios da nova filial alli. Achei-os bastante animados com as últimas transações comerciais realizadas: acabam de entrar como sócios efectivos da empresa trazendo óptimo capital – l Yzk Wqhhv (o Cap. Busse) v l Gvm Hjrjrvriz (e o Ten. Siqueira). Julgo xxxx xxxx que é muito boa actualmente a situação daquela filial. Só falta agora uma cousa para impor seu crédito definitivamente á praça: - é a vinda até cá, mesmo de passagem, apenas para trocar idéias do gerente da matriz ahi l (o) Hvevil (Severo).

O mesmo se tem dito em Hlirgrwz (Coritiba) onde os vovrmglh (elementos) agora francamente decididos reflectem parodiando o nosso Hvevil (Severo)⁴⁴⁹ que não vêem claro algumas coisas. São todos accordes, entretanto em afirmar, que este com uma simples visitinha a Hlirgrwz (Coritiba) poderia esclarecer tudo deixando na praça uma confiança illimitada aos adeptos da empresa. Concordo com todos elles! Julgo que é de capital importância essa visita do gerente da matriz ás nossas filiaes aqui, pois não há como mão de mestre e experiência de velho para ajeitar tudo *de pressa...* Estamos aguardando sua carta promettida em telegramma, *afim* de tomarmos resoluções definitivas. É possível que o mano (Joaquim Távora) vá á H. kzfol (S. Paulo) ver com os olhos o que prometeu afirmar - zl Kormrl (ao Plínio) – enquanto eu terei de repetir uma viagem Zl (ao) Irl (Rio) Sigmxv (Grande) acompanhando um filho do Yvo Uzwiryl (Cel. Fabrício) que vae fazer ortzylyh (ligações) – com os – ivelofyrlmzirlh xl hqo (revolucionários do Sul). Aproveitarei essa viagem, si a houver de fazer, para conversar com os nossos sócios de lá sobre o que já fizeram em suas respectivas filiaes. Continuo a clamar contra a protelação indefinida do ajuste de contas, que será grandemente prejudicado em todas as praças si ultrapassa este mês, devido á verdadeira limpa de capitães que nos fará z Vhyloz xv Zkviurylnvmgl (a Escola de Aperfeiçoamento). Pondere bem isso ao gerente! Fallo-lhe com toda franqueza e de cadeira porque estou lutando com o próprio cobre. Sem mais, disponha do amigo e sócio. Xfziva (Juarez).⁴⁵⁰

Embora o mérito dos irmãos Távora não possa ser esquecido, não apenas eles fizeram esses contatos. Muitos outros participaram da conspiração neste e em outros eventos, ao longo da década. Em São Paulo, por exemplo, a residência da Rua Vauthier, número 27, casa do Tenente Custódio de Oliveira, do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, de Quitaúna

⁴⁴⁹ Esse era um nome fictício dado a Isidoro Dias Lopes, General comandante das revoltas a partir de 1924, ocupando essa função até meados de 1927, quando passa o comando para Prestes. Embora desejasse tê-lo feito à Miguel Costa, Prestes já havia, com seu carisma e idéias de combate inovadoras, conquistado a tropa. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. É possível, contudo, que o fato de Prestes ser do Exército e de Miguel Costa ser da Força Pública, foi o fator de maior peso para que tomassem essa decisão, pois não poderia o comando de uma revolução promovida pelo Exército ser entregue a um oficial da Polícia Militar.

⁴⁵⁰ Esse código foi decifrado testando-se possíveis palavras, como “armas” e munição,” por exemplo, até a montagem do alfabeto completo. Cartas do Exílio: de Juarez Távora para Alfredo de Simas Enéas, em 12/02/24. Código: a-z; b- y; c- x; d- w; e-v; f-u; g-t; h-s; i-r; j-q; k-p; l-o; m-n; n-m; o-l; p-q; r-i; s- h; t-g; u-f; v-e; w-b; x-d; y-c; z-a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24. Ver mais em ARAGÃO, 2012, op. cit..

foi transformada em abrigo, esconderijo e num autêntico quartel-general revolucionário. Joaquim Távora passou a morar lá, quando não estava viajando aos quartéis e, além dele, se faziam presentes nas reuniões das lideranças revoltosas: o Major Miguel Costa, do Regimento de Cavalaria da Força Pública Paulista, o Major Cabral Velho, fiscal do 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava; o capitão Newton Estilac Leal, chefe de material bélico da 2ª Região Militar, que organizou os armamentos e munições em São Paulo; os tenentes Asdrúbal Gwyer e Luiz Cordeiro de Castro Afilhado – ambos do 4º Batalhão de Caçadores, situado no bairro de Santana; Felinto Müller, do mesmo quartel de Custódio de Oliveira e Joaquim Nunes de Carvalho, do 2º GAM (Grupo de Artilharia de Montanha), entre outros. Utilizaram para reuniões, também, a residência dos Tenentes Ricardo Holl e Vítor César da Cunha Cruz, na Travessa da Fábrica, número 6, comparecendo ali revoltosos como: Siqueira Campos, Aristides Leal, Eduardo Gomes, Arlindo de Oliveira, Thales Marcondes, Miguel Costa e os ex-alunos da EMR: Osmar Soares Dutra e Emígdio Miranda, para participarem das ponderações sobre os possíveis planos. Os dois últimos estiveram presos na Escola de Estado Maior, em 1922, e agora, já desertados, assim como Joaquim Távora, haviam se mudado para São Paulo e viviam na clandestinidade. Outros militares que também se encontravam fora da tropa, em virtude dos processos judiciais originados pelo levante de 1922, fizeram o mesmo, visando a preparação do levante. Entre eles, podemos citar o próprio Capitão Juarez Távora, os Tenentes Siqueira Campos, Otávio Guimarães, Eduardo Gomes e o ex-aluno da Escola Militar do Realengo Diogo Figueiredo Moreira Jr., entre outros.⁴⁵¹ Outra casa mencionada em pesquisa, realizada por Assunção, na qual os revoltosos se encontravam para conspirar, era a de Waldomiro Rosa, um civil, situada à Travessa Frederico Alvarenga, número 46, em São Paulo.⁴⁵² Waldomiro Rosa seguirá em contato direto com Isidoro Dias Lopes e Alfredo Simas Enéas, durante todo período de exílio, prestando serviços aos revoltosos e à Coluna Prestes.⁴⁵³

Além de conspirarem tinham que usar identidades falsas, pois eram vigiados todo o tempo por policiais. Henrique Ricardo Hall usava o nome de Dr. Ricardo Fischet Jr., enquanto Vítor César da Cunha Cruz, era o Dr. Vitor da Silveira. Juarez Távora, após mudar de nome várias vezes, vivia escondido em São Paulo, sob o nome de Otávio Fernandes, eletricista de profissão e técnico da Casa Stolze, uma das oficinas elétricas mais conceituadas da capital paulista. Já Eduardo Gomes, passara a maior parte do tempo refugiado em Mato Grosso,

⁴⁵¹ Cf. TÁVORA, 1927-1928, op. cit..

⁴⁵² ASSUNÇÃO FILHO. Francisco Moacir, 1924: Delenda em São Paulo: a cidade e a população vítima de armas de guerra e das disputas políticas. Dissertação de Mestrado, apresentada à Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) como exigência para a obtenção do título de Mestre em História. SP, 2014.

⁴⁵³ Ver Cartas da Revolução de 1924. Arquivo Público do Estado de São Paulo. APESP.

também clandestino, sob o nome de Dr. Eugênio Guimarães, advogado e professor primário e Siqueira Campos, exilado no Uruguai, desde o habeas corpus dado aos revoltosos de 1922, usava o nome de Toledo.⁴⁵⁴

Segundo Ramos, a escolha de São Paulo tinha razões de origem política e militar. Siqueira Campos, por exemplo, “apresentava argumentos de natureza estratégica, que consistiam em comprimir a capital da República e isolar Minas Gerais, onde se concentravam as unidades mais poderosas da defensiva bernardista.”⁴⁵⁵ Entretanto, embora a escolha de São Paulo, como centro do levante, tenha seguido alguns critérios voltados para o número de adesões e correlação de forças no terreno militar, determinadas questões políticas atraíram a atenção dos revoltosos.

Em relação aos movimentos sociais, a exemplo da greve de 1917, embora de menor intensidade, tem início uma greve no final de janeiro de 1924, na maior indústria têxtil da cidade: o Cotonifício Rodolfo Crespi, com duração de várias semanas. Os trabalhadores reivindicaram reajuste salarial por causa da carestia, ocorrida em função da alta artificial dos preços do café. Mas só conseguiram um aumento de 10%, que veio acompanhado de violenta repressão, perseguições, prisões, deportações e, conseqüentemente, a discussão sobre as causas e soluções para o problema da carestia não se esgotaram com o encerramento da greve.⁴⁵⁶

Na política, a ação de Washington Luís, de forçar a posse de Carlos de Campos, seu sucessor no governo do estado, forçando o PRP (Partido Republicano Paulista) a recuar da indicação da candidatura do senador Álvaro de Carvalho, primeiro para o governo e depois para o senado, provocara o surgimento do grupo dissidente denominado *Os Coligados*, do qual se aproxima Júlio de Mesquita, com seu jornal *O Estado de São Paulo*.⁴⁵⁷

Na economia, a década de 20, sob os efeitos do impacto da Primeira Guerra Mundial, “após a explosão da demanda por bens de consumo, reprimida durante quatro anos, seguir-se-ia uma retração econômica.” Os governos decidem equilibrar o orçamento e sob o discurso de

⁴⁵⁴ Todas as informações sobre a identidade dos rebelados foram retiradas do Inquérito Policial Militar, vol. 114, p. 61, in SILVA, Hélio. 1922. Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, p. 364 (Documentos da História Contemporânea); da Denúncia do Procurador Criminal da República sobre a revolta de 5 de julho de 1924 em *O Estado de São Paulo* de 01/05/25 e do próprio documento no qual foi feita a denúncia, encontrado na ATJESP, in MEIRELLES, 1999, op. cit., p. 50 e, também, em TÁVORA, 1974, op. cit..

⁴⁵⁵ RAMOS, Plínio de Abreu. Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC-FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. LEAL, ESTILLAC. Verbete. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-estillac-leal>

⁴⁵⁶ Cf. DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª edição, 1977.

⁴⁵⁷ TORRES, Sérgio Rubens de Araújo. *Jornal A Hora do Povo*. *Jornal On Line*. Revolução de 1924. Por Hora do Povo Publicado em 24 de fevereiro de 2000 <https://horadopovo.com.br/revolucao-de-1924-1-sao-paulo-cidade-aberta/>

assegurarem a estabilidade, aceitam seguir medidas duras com vistas a retornar ao padrão ouro, aumentar a receita e combater a inflação. Essa nova política refletiu de forma grave sobre os países periféricos, especialmente os da América Latina, devido ao baixo grau de integração das economias nacionais. Desse modo, embora a retomada da expansão da economia mundial ajudasse na superação da crise, não permitiu sanar as grandes dificuldades econômicas. Arthur Bernardes assumiu a presidência, herdando um cenário preocupante. O próprio relatório do Banco do Brasil, de abril de 1924, informava que 1923 havia sido “o ano cambial mais terrível da nossa história.”⁴⁵⁸

Para corrigir o déficit público decidiu-se pela contratação de uma *Missão Inglesa* para concessão de empréstimos, que permitia, com a anuência do governo, uma inspeção na economia nacional, e a elaboração de exigências e compromissos econômicos diversas, que representavam uma afronta à soberania nacional. O relatório que descrevia as negociações foi motivo de grande insatisfação contra Bernardes.⁴⁵⁹

No dia 29 de junho, ultrapassando as piores expectativas dos que, desde a sua chegada, em dezembro de 1923, denunciavam a *humilhante ingerência*, a *Missão Inglesa* publica um relatório no qual recomenda a privatização do Banco do Brasil, do Lloyd e da Estrada de Ferro Central do Brasil, ou seja, de todas as estatais dos anos 20. Para renegociar a dívida e conceder novos empréstimos, a missão cobrava também do governo um rígido arrocho fiscal e medidas que favorecessem o ingresso de capitais externos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento do país – antigo filme que viria a ser reprisado inúmeras vezes, sempre apresentado como a última palavra em matéria de *modernidade*.⁴⁶⁰

Outra razão importante para decidirem concentrar o levante em São Paulo foi recuo de uma liderança importante, a de Bertoldo Klinger, que, pôs a perder, definitivamente, os contatos feitos no Paraná e nos quartéis do Sul, de um modo geral, restando apenas São Paulo como um ponto crucial para realização de um levante de peso. Todavia, fica claro que essa conjuntura político-econômica, tanto estadual quanto nacional, tornara favorável o levante numa cidade como São Paulo, assim como as questões geográficas mencionadas.

Mas, também é importante lembrar que a situação do país, acima descrita, era conhecida dos revoltosos, e, embora autores ligados às temáticas específicas acima tenham sido utilizados para relatá-las, estas são insatisfações alegadas, reiteradamente, pelos revoltosos, encontradas em suas declarações em jornais e autobiografias diversas, assim como a forma de fazer política também o é, os arranjos políticos, as fraudes eleitorais, a eliminação

⁴⁵⁸ ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de. (org). Relatório da Missão Inglesa. Ed. Fac-Similar. Fortaleza: FWA, 2010, p. 6.

⁴⁵⁹ Ibid, ibidem..

⁴⁶⁰ Ibid, ibidem.

de opositores, o desrespeito ao resultado das urnas e as disputas intra-oligárquicas, apresentadas no início deste capítulo.

Essas insatisfações juntavam-se àquelas inerentes a condição de fugitivos, clandestinos, ou exilados, sempre espalhados aqui e ali no país, escondidos, tentando sobreviver enquanto aguardavam novas ordens. E essas ordens vieram, convocando todos os que estivessem fora da cidade a reunirem-se em São Paulo, na capital.

2.3. Uma identidade militar-revoltosa

É interessante observar, a partir da ação imediata de deserção dos vários quadros revoltosos, que este não se trata de um período de exílio no sentido mais estrito (07/1922 a 10/1930), onde o sujeito encontra-se distante de sua nação, seja por uma ação voluntária ou por meio de expatriação, e, sim, de um período de retomada intensa das conspirações, e de reorganização de novas revoltas, um momento, mais propriamente dito, de clandestinidade, de exilados dentro de sua própria nação. De todo modo, essa condição os mantém com as mesmas características de um exilado, pois, durante o exílio é possível se pensar a “relação entre espaço e subjetividade como uma flutuação do ser, que vivencia uma trama social e afetiva configurativa da própria experiência, numa espacialidade habitada por descontinuidades tanto físicas, como da memória.”⁴⁶¹ Mas, no caso deles, traz a diferença de que se é um andarilho, errante, cujo longo caminho se vive a percorrer como se houvesse uma “privación del lugar,”⁴⁶² pois, no dizer de Certeau, acerca dessa condição, “andar é não ter lugar,”⁴⁶³ podendo-se inserir, a situação dos exilados, mais precisamente, no que Bauman chamaria de um “deslocamento do ser,” de “vidas em suspenso”... uma vida em trânsito, sem a possibilidade de fixar raízes.⁴⁶⁴

Mas, apesar de terem sido colocados nessa posição, o fato é que decidiram conspirar, como uma forma de ressignificar sua situação e não se entregarem ao ostracismo que o Estado brasileiro reservara para eles. Decidiram conspirar como uma forma de prosseguir vivendo e dar continuidade à luta iniciada, desafiando a interrupção de suas ações políticas no país, passando por cima das descontinuidades causadas pela desterritorialização sofrida, devido à condição de exilados na qual se encontravam. Por essa decisão pagariam alto preço, muitos

⁴⁶¹ ARFUCH, Leonor. *Memória y autobiografía: Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económicas, 2013, p. 31

⁴⁶² Ibid, p.30

⁴⁶³ CERTEAU Michel de. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, página 155.

⁴⁶⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

com suas próprias vidas, como se observa nas histórias que envolvem quase toda a década de 1920-30.

Para Haesbaert o que se convencionou denominar de desterritorialização, em muitos casos, faz parte de um processo que envolve uma reterritorialização em novas bases, a que, o autor, propõe denominar de um processo na direção da “multiterritorialidade.”⁴⁶⁵ Isso propõe a reconstrução de significados, ou a construção de novos espaços de pertencimento, não havendo, portanto, território sem um vetor de saída, e nem, sequer, saída do território, sem que haja, simultaneamente, um esforço para se reterritorializar em outra parte.⁴⁶⁶ A compreensão do termo, a partir do conceito de “multiterritorialidade” tem fundamentação na obra de Deleuze e Guattari, para os quais a desterritorialização e reterritorialização são processos fundamentais para entendimento das práticas humanas. O conceito de desterritorialização, em sua obra, se refere à idéia de espaço “duo molar-molecular ou o rizoma,”⁴⁶⁷ pressupõe “articulação/ corte/ superposição,”⁴⁶⁸ isso porque o conceito de território para Deleuze e Guattari passa pela ideia de um território constituído por “padrões de interação, que intermediam e asseguram ao grupo, ou coletivo, certa estabilidade e localização.”⁴⁶⁹ É um agenciamento que promove o crescimento das dimensões, numa

⁴⁶⁵ A discussão em torno do conceito de desterritorialização, embora de uma forma tênue, teve o seu primeiro momento implementado por alguns geógrafos em obras recentes, tais como O’Tuathail, Mitchell, Haesbaert. O’TUATHAIL (1998), MITCHELL (2000), HAERBAERT (1995), in SANTOS, Milton e BECKER, Berta K. – Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento social. Rio de Janeiro Dp & A, Capítulo 3, 2006. Haesbart, no trabalho denominado *Concepções de território para entender a desterritorialização*, afirma que a maioria dos cientistas políticos ignoram o trabalho dos geógrafos, no que se refere ao longo percurso realizado em direção ao debate sobre o conceito de território e de desterritorialização. A discussão inicial, sobre os conceitos, dá origem à ênfase no desaparecimento do território. Parte do princípio de que a pós-modernidade causa mudanças no “mundo territorial”, inerente às sociedades tradicionais, em contraposição a um mundo desterritorializado. HAESBAERT, Rogério. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: SANTOS, 2006, op. cit..

⁴⁶⁶ A partir do conceito de “multiterritorialidade” critica a idéia de “fim dos territórios.” “Nesse sentido, a desterritorialização, faria parte de um processo constante e circular, como observam Guattari e Rolnik, ao afirmarem que “a espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem.” GUATTARI, E. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 323.

⁴⁶⁷ O rizoma é uma denominação utilizada pela morfologia botânica que designa a formação de caules horizontais ou bulbos, caules subterrâneos, ricos em reservas, que se formam a partir das raízes capazes de emitir novos ramos folíferos (de folhas), floríferos (de flores) ou novas raízes (fazendo brotar e reproduzir outras plantas: grama, bambu, cana de açúcar bananeiras, etc. em outro lugar). O autor usa o termo como figura capaz de exemplificar como uma base sólida pode servir de fundamento para legitimar ou autorizar formas de reconstrução e de novos significados, indefinidamente.

⁴⁶⁸ DELEUZE, G. e GUATTARI, E. 1992. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: 1992, Ed. 34. HAESBAERT, Rogério e BRUCE, Glauco: *A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari: Trabalho desenvolvido no âmbito das pesquisas do NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização)*, coordenado por Rogério Haesbaert. Glauco Bruce é aluno do curso de Geografia da UFF, Universidade Federal Fluminense Departamento de Geografia.

⁴⁶⁹ “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser,” mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...”. Há nesta conjunção uma correlação suficiente para desenraizar o verbo ser.

multiplicidade, que muda necessariamente a natureza inicial, havendo uma ressignificação de valores, e, a meu ver, como consequência, uma reelaboração das identidades, à medida que conexões com outros significados são ampliadas. Nesse sentido, não seria necessária a existência de pontos ou posições fixos, pois a reprodução de ramificações num rizoma é múltiplo e infinito.

E, de fato a interação, criada pelos revoltosos, nos combates, nas prisões e no exílio, assegurava, a eles, certa estabilidade, sustentada pelo pertencimento a uma identidade comum, militar-revoltosa. Estavam justificados e fortalecidos em suas ações, posto que havia um propósito comum e que dividiam as mesmas adversidades e vitórias.

Para Deleuze e Guattari: “o ambiente de uma única pessoa, ambiente social dele ou dela, espaço de vida pessoal, hábitos dele ou dela, podem ser vistos como um ‘território’, no sentido psicológico, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta”. Trata-se, na verdade, de “uma vasta mudança de escala,” passando-se ao território psicológico ou subjetivo e daí ao território sociológico e ao território geográfico - que inclui a relação sociedade-natureza, “(...) é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma, e (...) é, também, um conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos,” que surgem a partir de “novos encontros, novas funções, novos arranjos.”⁴⁷⁰ Esta visão vai ao encontro da idéia de pertencimento, pois, para que exista o sentimento de desterritorialização, a princípio, é necessário um sentimento de identificação. A identidade do sujeito teria, então, de estar vinculada ao lugar onde vive, um território entendido não somente através de seu aspecto físico, mas onde a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.” Essa leitura parte do pressuposto de que a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização num sentido mais amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização, o que determinaria, no meu ponto

(...) *Entre* as coisas, não designa uma correlação localizável, que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que roí suas duas margens e adquire velocidade no meio.” DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (2004). *Mil platôs. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34. (Coleção Trans., v. 1), p. 37.

⁴⁷⁰ A citação completa é: “A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes (...). O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.” GUATTARI, F. e ROLNIK, S., 1996, op. cit., p. 323.

de vista, uma reelaboração da identidade. Os autores propõem a existência de uma relação entre os dois agenciamentos, havendo, inclusive, interveniência entre ambos momentos, num movimento recíproco e não hierárquico. Ou seja, as relações estabelecidas entre as pessoas e o território, e os significados criados a partir destas, podem ser refeitos - como num rizoma - se estendendo e se ressignificando, num processo constante na vida das pessoas, e, conseqüentemente, dos grupos. Daí a idéia de multiplicidade e daí a compreensão, que propomos, de que a ressignificação de valores exige a reelaboração de identidades, pois, os revoltosos iniciam uma luta na posição de oficiais de uma Força Armada, em desagravo ao Exército e em prol de uma moralização das práticas republicanas e, em sua nova condição, lutam como foragidos da justiça e desertores do Exército, contra essas mesmas Forças Armadas e o Estado brasileiro.

Na condição de revoltosos, desertores e exilados não podiam fazer o mesmo que a maioria das pessoas, ou seja, manter suas práticas políticas. Deslocados e desarraigados, precisavam tomar decisões acerca do tipo de vida que seguiriam a partir do momento de exílio. Da mesma forma, como agentes políticos, deviam refletir sobre quais decisões tomar, acerca de “seus diferentes e incompatíveis direitos políticos e vínculos.”⁴⁷¹ Nesse sentido, a conceituação de Yossi Shaim nos ajuda a entender como se dá essa distinção no novo modo de fazer política. Os exilados políticos, para ele, são aqueles que “participam da atividade política contra as políticas dos governantes no país de origem, contra o próprio regime do país de origem, ou contra o sistema político em seu conjunto, a fim de criar circunstâncias favoráveis para seu regresso,”⁴⁷² o que me parece ser o caso dos militares revoltosos da década de 1920.

Vários fenômenos podem configurar-se numa desterritorialização humana. A ressignificação do espaço, para os revoltosos, passou pela perda dos vínculos afetivos, da forma de fazer política e, ao mesmo tempo, da necessidade de criar um espaço de “reprodução física,” de “subsistência material,” diante da perda de sua habitação ou da retirada do seu sustento. Além disso, tiveram que reinventar suas “referências simbólicas,”⁴⁷³ após a perda do

⁴⁷¹ SHKLAR, Judith N. *The bonds of exile*. In: SHKLAR, Judith N. Edited by Stanley Roffman. Political thought and political thinkers. Chicago: University of Chicago Press, 1998b, 57-58. Apud: RONIGER, Luís. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (org). Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 45.

⁴⁷² SHAIM, Yossi. The frontier of loyalty: political exiles in the age of the nation-states. Middletown: Wesleyan University Press, 1989, p. 15. Apud: RONIGER, Luís. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, *ibid*, 2011, p. 43.

⁴⁷³ A citação completa é: “Território, para o índio, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículo de manutenção de sua identidade cultural. Aqui, nestas “sociedades holistas,” como diria Dumont (1985) parece caber melhor a expressão do

status de oficial das Forças Armadas e do pertencimento a um *ethos*⁴⁷⁴ militar, construído na caserna, agora estranho aos revoltosos, carecendo de uma reformulação, entre outros elementos referentes à manutenção de sua identidade cultural, passíveis de reelaboração.

A desterritorialização sempre existiu, em vários momentos da humanidade, envolvendo questões como a relação simbólica entre o homem e a natureza (a exemplo das sociedades tradicionais), ou a captura de um ou mais indivíduos e sua transferência para território estrangeiro, próximo ou longínquo (a exemplo dos escravos da Antiguidade, ou da era Moderna). Nesse sentido, tanto o território social, quanto o território simbólico, materializados através do desterro, São passíveis de análise em todos os casos e períodos acima, assim como a extradição, de “criminosos” estrangeiros e o exílio de presos políticos, entre outros, podendo-se considerar, estes últimos, como a perda de territórios políticos. Afinal, embora o domínio da territorialidade seja “um componente do poder” para os políticos, “não é apenas um meio para criar e manter a ordem”, ou “uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico,” mas, representa, antes de tudo, a disputa de um espaço político, não somente físico, e que neste momento está em jogo. Daí que a ideia de afastar os que se rebelam do lócus, propriamente dito, onde ocorre essa disputa, para que haja manutenção da ordem constituída, utilizando-se do expediente do desterro, não se torna eficiente, pois não está sendo considerada a possibilidade de que esse indivíduo possa recriar circunstâncias favoráveis para seu regresso,⁴⁷⁵ mantendo-se atuante na disputa política, mesmo distante de seu país.

No caso específico dos revoltosos, a ausência física do território nacional e sua permanência no exterior, nas prisões, ou na Coluna, reverteu-se numa presença ainda mais poderosa politicamente. E uma presença grandemente insuportável aos seus adversários, pois, mesmo distantes, criaram um espaço de resistência nos momentos de combate, nas prisões e no exílio, que através do fortalecimento de sua identidade revoltosa, tornava cada vez mais distinto o conflito político existente. Isso porque, a identidade do sujeito não está somente vinculada ao lugar onde vive, no qual experimentamos o mundo e o dotamos de significado,

território como “experiência total do espaço. Na verdade, cada grupo cultural e cada período histórico funda sua própria forma de vivenciar integralmente o espaço.” HAESBAERT, in: SANTOS e BECKER, 2006.

⁴⁷⁴ *O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem.* GEERTZ, 1978, op. cit., p.144-5.

⁴⁷⁵ “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.”: HAESBAERT e BRUCE, 2002, op. cit..

mas, também, às representações simbólicas que são construídas nesse espaço, passíveis de reconstrução e ressignificação em outros espaços físicos. Em função disso, percebe-se que os indivíduos podem ser retirados de um território físico, mas nunca de um território do qual possam refazer seus significados subjetivos ou coletivos, sejam eles de ordem política, social, ou simbólica.

A noção de pertencimento dos militares revoltosos estava ligada à sua condição profissional e à atribuição de significados políticos que o grupo envolvido possuía, e, portanto, a consequência esperada pelos políticos à repressão exercida sobre eles, teve como resultado um efeito irremediavelmente contrário, resultou num fortalecimento de sua identidade militar-revoltosa.

Os militares, de fato, refizeram seus contatos políticos durante os combates, dentro das prisões, e no exílio, aumentando, inclusive, o raio de relações que possuíam, o que é normal que ocorra, pois no exílio sempre se encontra um “círculo externo composto por outras pessoas que partilham antecedentes culturais, certa solidariedade derivada de um patrimônio cultural comum ‘e, ao menos, algum latente patriotismo que os membros ativos assumem.’”⁴⁷⁶ Além disso, os rebeldes participantes de levantes, em todo o território nacional, transitavam entre os espaços prisionais, na clandestinidade dentro do próprio país, e pelo exílio em vários países da América do Sul, e isso, pelo período de uma década, o que possibilitou, durante esse tempo, a experiência de convivência com um bom número de pessoas, dentro e fora do país. Por todas essas razões, percebe-se que o que aconteceu, nas décadas que antecedem a “Revolução” de 30, sem que, contudo, os governantes esperassem, foi a construção de uma rede de solidariedade e de conspiração, a nível nacional e internacional, sem precedentes na primeira República. Uma rede que os sustenta, levando-os à retomada de seu espaço político, ainda que no futuro outras configurações possam vir a surgir.

2.4. 1924

A partir de uma nova configuração dos fatos, por causa dos problemas surgidos para a adesão do Sul e dos motivos que influenciaram a escolha de São Paulo para o início dos levantes de 1924, os revoltosos já desertores de 1922 e outros vindos de diversas regiões do país concentraram-se na capital paulista, juntando-se ao grupo de oficiais comprometidos lotados nesta cidade.

⁴⁷⁶ IWANSKA, Alicja. *Exiled governments*. Cambridge: Schenkman, 1981, p.44. Apud: RONIGER, Luís. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, 2011, op. cit., p. 43.

Em São Paulo era a alma da Conspiração o Tenente Joaquim Nunes de Carvalho, do Grupo de Artilharia de Montanha (2º GAM), aquartelado em Jundiá, que havia conseguido a adesão do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) de Santana, do 2º Grupo de Artilharia Pesada e do Regimento de Infantaria (2º GIAP) de Quitaúna,⁴⁷⁷ e do 6º Regimento de Infantaria (6º RI) de Caçapava, guarnições principais que foram priorizadas para contato. Joaquim Távora completou o seu trabalho com a convocação do 5º Batalhão de Caçadores (5º BC), em Rio Claro; do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária (2º RCD), em Pirassununga; do 4º Regimento de Artilharia Montada (4º RAM), em Itu;⁴⁷⁸ do 3º Grupo de Artilharia da Costa (3º GAC), em Santos; do 5º Regimento de Infantaria (5º RI), em Lorena e o 2º Grupo de Artilharia Montada (2º GAM), em São Paulo, cujo comandante era o Tenente-Coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos, encontrando, em todos eles, segundo Juarez Távora, apoio da oficialidade. Embora Joaquim Távora percebesse que a conspiração havia se espalhado por quase todas as guarnições do Exército de São Paulo, ainda assim, decidiu visitar o sul de Minas, em Três Corações, Pouso Alegre e Itajubá, corpos que contavam com elementos para a revolta e empenharam sua palavra e tal cooperação.⁴⁷⁹

Newton Estillac Leal,⁴⁸⁰ atuaria na primeira parte do plano para São Paulo. Era um oficial experiente, pois especializou-se nas armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, dentro da própria Escola Militar do Realengo (EMR), onde permaneceu entre 1914 e 1917, tendo convivido, no período, com Luís Carlos Prestes e Paulo Kruger da Cunha Cruz (1915-1918), que cursavam a turma de Engenharia, do mesmo período, entre outros colegas das diversas turmas pelas quais havia transitado ao realizar os cursos acima citados. Sua participação em 1922 não foi provada, o que lhe permitiu mais liberdade para estar presente nas conspirações e organização do movimento de 1924 e participar das reuniões, já mencionadas, na Rua Vauthier, número 27, casa do Tenente Custódio de Oliveira, do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, de Quitaúna (2º GIAP), unidade que contribuiu com a artilharia desde o início do levante, comandada pelo próprio Tenente Custódio de Oliveira.⁴⁸¹ O levante do 4º Batalhão de Caçadores do Exército (4º BC) e do Regimento de Cavalaria da Força Pública estavam sob a sua responsabilidade e do Capitão Joaquim Távora, auxiliados pelos Tenentes Eduardo Gomes, Asdrubal Gwyer de Azevedo, Luís Cordeiro de Castro Afilhado e o ex-aluno

⁴⁷⁷ Havia dúvida quanto à adesão desse Batalhão. Cf. ABREU, 2015, op. cit..

⁴⁷⁸ Bertoldo Klinger declina do compromisso de essa unidade fica em suspenso.

⁴⁷⁹ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 112-4.

⁴⁸⁰ Era filho e irmão de militares. Seu pai era o general Francisco Raul Estillac Leal, oficial do Exército e chegou a alcançar o posto de marechal, e seu irmão, Zeno Estillac Leal, também seguiu a carreira militar. Sobre eles, falaremos mais adiante.

⁴⁸¹ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 140; RAMOS, Plínio de Abreu. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. *Newton Estillac Leal*. Dossiê.

da Escola Militar do Realengo, Samuel Fernandes, além da principal figura, responsável pela adesão da Força Pública Paulista, o Major Miguel Costa, de quem falaremos mais adiante. Além dos militares citados contavam com o Sargento Oliveira, também do Quartel de Quitaúna e o 4º Regimento de Infantaria, cujo efetivo e armamentos seriam transportados em automóveis para a capital, sob a orientação de Custódio de Oliveira, que receberia auxílio dos Tenentes Orlando Leite Ribeiro, Alfredo Simas Enéas, Vitor César da Cunha Cruz e Juarez Távora; dos ex-alunos da Escola Militar do Realengo: Emigdio Miranda, Diogo de Figueiredo Moreira, Osmar Dutra, Paulo Vieira da Rosa, Carlos Coelho e Waldomiro de Oliveira Remião, além de 8 sargentos do próprio 4º Regimento de Infantaria, comprometidos com o movimento.⁴⁸²

A primeira parte do plano consistia no assalto a um bloco de quartéis policiais da Luz: o 1º, 2º e 4º Batalhões de Infantaria, o Corpo Escola, a Cadeia Pública e o Regimento de Cavalaria da Força Pública, este último já comprometido com a revolução anteriormente. A ação inicial seria efetuada pelo 4º Batalhão de Caçadores e pelo Regimento de Cavalaria, com o apoio da artilharia do 2º Grupo de Infantaria e Artilharia Pesada, de Quitaúna (2º GIAP). Isso feito, as estações ferroviárias, o telégrafo e a telefônica seriam tomados. A ofensiva aos demais quartéis, encontrados em vários locais da capital paulista, tais como: o 3º e o 5º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Justiça, Palácio do Estado e Quartel-General da Guarda Cívica seria realizada por patrulhas do 4º Regimento de Infantaria, transportadas de Quitaúna para São Paulo em automóveis.

A segunda parte do plano deveria iniciar antes do amanhecer do dia 5 de julho. O capitão Joaquim Távora avançaria com 500 homens, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, rumo a Barra do Piraí (RJ), reunindo ao longo da marcha os efetivos de unidades do Exército comprometidas com o levante. Outro destacamento seguiria para Santos, através da São Paulo Railway, a fim de ocupar o Porto. Se a cidade não pudesse ser ocupada, devido a algum imprevisto, seriam abertas trincheiras na Serra do Mar, para impedir a passagem de tropas vindas do litoral contra São Paulo. Uma vez ocupada a capital paulista e bloqueado um ataque legalista, pretendia-se, mediante desembarque de tropas em Santos, e aberto o Vale do Paraíba à ofensiva das tropas revolucionárias sobre o Rio, que fosse quase certa a adesão das unidades do Exército enviadas de outras guarnições para combatê-los. Se tudo corresse dentro dessa organização, a revolta dominaria a cidade sem grande alarde. Mas, o plano não ocorreu exatamente como deveria. Aliás, durante os encontros antecedentes às insurreições, os

⁴⁸² TÁVORA, 1974, op. cit., p. 140. Ver também: OLIVEIRA, 1956, op. cit..

problemas entre os revoltosos já surgiram. A conduta de Bertoldo Klinger, uma liderança que atrairia muitas adesões e que participara das diversas reuniões preparatórias do levante de 1924, foi um dos fatores que prejudicou diversas adesões e lhes causou sérios problemas. Joaquim Távora e Bertoldo Klinger tiveram divergências, mas, Klinger somente deixou clara sua posição quando enviou uma carta para Curitiba, não só negando sua participação, como afirmando aos militares, deste estado e de sua capital, nada haver de concreto em São Paulo, o que gerou um recuo definitivo das guarnições do estado do Paraná, cuja estimativa de adesão, calculada por Juarez Távora, era de oitenta por cento. Ora, a adesão do Paraná contava com cinco corpos comprometidos, dispondo de oficiais mais do que suficientes para dominar o estado, além de contar com a simpatia dos praças e a disposição de importantes civis à adesão. Em efetivo e armamentos, essa adesão representava dois mil homens, doze peças de artilharia, com mais de 5000 tiros, e cerca de um milhão de cartuchos de infantaria. Segundo Juarez Távora, o prejuízo humano e material devia ser contado em dobro, já que essas mesmas tropas vieram a combatê-los, algumas delas sob o comando do próprio Klinger. Constatado o desânimo e a desconfiança dessas tropas, em função do ocorrido, os revoltosos decidiram, então, não contar com o Paraná, com o Rio Grande do Sul e mesmo dentro de São Paulo, com os interiores, concentrando seus esforços na capital paulista. Paulo Kruger da Cunha Cruz, que viera de Santo Ângelo para ajudar a levantar o 5º Batalhão de Engenharia de Curitiba, retorna ao Sul e o movimento que já estava marcado para fins de março foi adiado.⁴⁸³ Klinger foi preso em 1924, acusado de colaborar com o levante, mas no período em que esteve preso foi acusado de traidor pelos líderes do movimento. Quando saiu da prisão assumiu definitivamente sua posição legalista, não só se declarando contra o movimento, como combatendo a Coluna Miguel Costa-Prestes⁴⁸⁴ no sul do Mato Grosso, com mais de mil homens, num enfrentamento violento, ocorrido na Cabeceira do Apa, com duração de dois dias, após o que os destacamentos de Siqueira Campos e João Alberto obrigaram o exército de Klinger a recuar. Quando seguiram pelo estado do Paraná, em direção a Goiás, muitas vezes combatem as forças comandadas por ele - forças essas que outrora teriam aderido não fosse o seu recuo - além da polícia goiana, que os perseguiu até entrarem em Minas Gerais, pela serra do Paraná.⁴⁸⁵

Segundo o Capitão Juarez Távora, somente a determinação, acima de qualquer revés, do Capitão Engenheiro Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, antes de sua morte em

⁴⁸³ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 128-135

⁴⁸⁴ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Verbete: *Bertoldo Klinger*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁴⁸⁵ Cf. LIMA, 1979, op. cit..

meio aos combates de São Paulo; do Major Miguel Alberto Crispim da Costa, chefiando, desde o início, a Força Pública de São Paulo, e, a posteriori, do Capitão Engenheiro Luiz Carlos Prestes, mantendo o moral da tropa; garantiram a continuidade do movimento e as vitórias alcançadas,⁴⁸⁶ além de muitos outros que tiveram a mesma perseverança e suportaram a todas as desventuras, lutando até 1930 incansavelmente.

Uma série de outros fatores não permitiu que o plano inicialmente traçado tivesse êxito. Dentre eles, o atraso de 12 horas do General Isidoro em sua chegada a São Paulo, que buscava adesões até o último momento, causando vários desencontros das tropas; a delação de um Tenente de nome Vila-Nova, citado por Juarez Távora em suas memórias, atraindo o General Abílio de Noronha, chefe da Região Militar que incluía a capital paulista, para o momento inicial do levante; entre outros contratemplos como um ferimento no pé de Custódio de Oliveira que estava encarregado da artilharia, razão pela qual os tenentes Henrique Ricardo Holl e Felinto Müller assumiram o comando da bateria de Artilharia, para que, depois de colocada em posição, esse oficial, mesmo ferido, pudesse atuar, entre outros fatores que impediram que se cumprisse a organização inicialmente proposta.⁴⁸⁷

O Sargento Oliveira, por sua vez, percebendo que não havia ninguém reunido em Quitaúna, devido a tantos desencontros, dirigiu-se ao Quartel General de Isidoro, montado na Estação da Luz, a fim de apresentar-se a Isidoro Dias Lopes, seguido de poucos soldados, porque todos esses imprevistos não permitiram que os planos, em Quitaúna, seguissem conforme o combinado, ao menos quanto ao efetivo.⁴⁸⁸

No dia 9 de julho de 1924 o governo abandonou a cidade de São Paulo, onde ocorreram 23 dias de combates acirrados. O governo revidou com uso de artilharia pesada pelo governo, com granadas de até 155 m de alcance e um raio de ação de 600 metros e uso da aviação que chegou a jogar bombas de até 60 quilos sobre a cidade, despejadas, preferencialmente, por sobre os bairros operários, em retaliação por sua participação.⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 125.

⁴⁸⁷ Ibid, p. 140

⁴⁸⁸ Cf. OLIVEIRA, 1956, op. cit..

⁴⁸⁹ “Foram organizados em Batalhões Patrióticos que compunham-se, entre outros, de imigrantes veteranos da 1ª Guerra Mundial. Como não falavam bem o português, foram criados três batalhões estrangeiros, organizados de acordo com os idiomas dos imigrantes: o batalhão húngaro, com 122 combatentes alistados, 13 deles oficiais com experiência em campos de batalha, responsável pelo policiamento da cidade e comandado por Maximiliano Agid; o Batalhão Patriótico da Colônia Alemã, sob o comando de João Joaquim Tuchen e o Batalhão italiano, composto basicamente de anarquistas, como Lamberti Sorrentino, redator do jornal *Il Piccolo*.⁵²¹ A criação deste Batalhão, apenas formalizava a simpatia que, desde o início, os operários italianos manifestaram em relação aos revolucionários.

Sobre isso ver mais ARAGÃO, 2011, op. cit., p. 178-9.

Um revés, inesperado por todos, aconteceu na noite do dia 14 de julho. Nesse dia, um contingente governista, partindo do Ipiranga, conseguiu alcançar os bairros de Aclimação e Vila Mariana, em caminhões e automóveis, e abrir trincheiras naquelas adjacências, logrando, assim, retomar e reocupar o 5º Batalhão de Infantaria da Força Pública, na rua Vergueiro, no bairro da Liberdade; ocuparam o edifício do instituto disciplinar, no Belenzinho, obrigando as posições de defesa a recuarem até o Cambuci, além de tomar posições nos largos do Paraíso e da Guanabara e ocupar o convento Santo Agostinho e conquistarem posições na rua Brigadeiro Luís Antônio, no convento Imaculada Conceição. Isso era um fato inusitado, pois desde o início do levante, as forças governistas não haviam conseguido qualquer penetração significativa, ou sequer passarem pelas defesas revolucionárias, sendo a primeira vez que isso acontecia. Por isso, no ímpeto de reverter esta circunstância, a fim de manter a tropa segura, Joaquim Távora reuniu um pelotão e iniciou um contra-ataque ao 5º Batalhão de Infantaria da Força Pública, sob seu comando, seguido de intensos combates com duração de dois dias, com auxílio do Tenente Anibal Brayner Nunes da Silva, na artilharia. Percebendo que a resistência era inútil, as tropas legais acenaram um lenço branco. Ato contínuo, Joaquim Távora levantou-se e aproximou-se do Batalhão com seu pelotão de comandados. Era uma cilada. Nesse momento, Joaquim Távora recebeu uma carga de metralhadora, atingindo-o em cheio no peito. Ainda assim, conduzido ao Hospital da Força Pública, morreu somente quatro dias depois, em 19 de julho de 1924.⁴⁹⁰ Dessa forma, na manhã do dia 16 de julho, os revoltosos já haviam retomado o controle da área e a bandeira revolucionária voltava a tremular no 5º Batalhão de Infantaria, mas essa conquista custou caro aos revoltosos, haja vista a importante liderança que Joaquim Távora representava. Juarez Távora chega a visitá-lo no Hospital no mesmo dia, ocasião em que afirma que, apesar do estado grave o encontrou lúcido e animado, mas, tendo que retornar ao front, foi a última vez que o viu vivo.⁴⁹¹ Segundo ele, “perdia, naquela data, mais do que um irmão – um segundo pai e um guia; e a revolução, um combatente que valia por uma legião – e de cuja perda não se recuperaria nunca mais.” De fato, a perda de Joaquim Távora, com sua personalidade carismática, de extrema inteligência e determinação, só pode ser igualada à perda de Siqueira Campos - morto em acidente de avião em maio de 1930 - e, depois, de Luís Carlos Prestes - que se afastou da luta - em termos de consequências para os rumos da revolução que pretendiam.

⁴⁹⁰ Ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Joaquim Távora*, op. cit..

TORRES, Sérgio Rubens de Araújo. *Jornal A Hora do Povo*. Revolução de 1924. *Jornal On Line*. 24 de fevereiro de 2000.

⁴⁹¹ Cf. TÁVORA 1927-1928, op. cit..

A situação em São Paulo foi se agravando. A estrada de ferro Sorocabana, Noroeste e Mogiana, estavam ameaçadas por forças do Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais e as tropas na cidade atacavam violentamente. Procurava-se evitar o sacrifício de homens e ganhar tempo para aguardar as adesões “na esperança de que a palavra de tantos companheiros empenhada, na conspiração, vingasse, na primeira oportunidade.”⁴⁹²

Atribuía-se esse desamparo a que estavam sendo deixados os revolucionários de São Paulo, pelas tropas comprometidas às notícias mentirosas que o governo da República irradiava, do Rio de Janeiro para outros estados. A Estação radio-telephônica da Praia Vermelha transmitia diariamente, á população carioca, o relato de phantásticas victorias com que as tropas governistas iam pulverizando os derradeiros soldados do general Isidoro. Tentou-se baldadamente desmentir taes notícias por uma estação de ondas contínuas montada em São Paulo.⁴⁹³

Como forma de desmontarem as falsas notícias veiculadas pelo governo, Eduardo Gomes e um piloto alemão, Carlos Hedler, decidiram sobrevoar o Rio de Janeiro com um pequeno avião Oriole para despejar milhares de “boletins revolucionários” sobre a cidade. Segundo Távora esse foi um momento de esperança e os oficiais acompanharam com os olhos até o avião desaparecer, mas logo depois, a tripulação teve que fazer um pouso forçado, próximo à Cidade de Cunha, na Serra do Mar.

Como o cerco se fechava na capital paulista e os intensos bombardeios aéreos sobre os civis não cessavam, ignorando os movimentos em outros estados como Amazonas, Pará e Sergipe e tentando evitar que os bombardeios do governo deixassem mais feridos civis, Isidoro decide sair da cidade.⁴⁹⁴

Após 23 dias de um cenário de guerra na capital paulista, no dia 28 de julho de 1924, os revoltosos realizaram uma retirada estratégica pelo eixo ferroviário São Paulo-Campinas-Bauru, utilizando-se de treze composições ferroviárias, com a média de quatorze a dezesseis vagões, cada uma delas, conduzindo todo o efetivo, o material bélico, seis baterias de artilharia, acessórios e munição, duzentos cavalos, metralhadoras pesadas, equipamento de infantaria e cavalaria e algumas viaturas. As tropas do governo se surpreenderam quando, logo pela manhã seguinte, não encontraram nenhum revoltoso na cidade, pois tudo havia sido organizado silenciosamente e embarcado de forma rápida, sem que ninguém percebesse. No dia 29 já estavam na cidade de Bauru, com 3.500 homens, entre soldados do Exército, Força

⁴⁹² Ibid, p. 271

⁴⁹³ Ibid, p. 272.

⁴⁹⁴ Ibid, 273-4.

Pública e voluntários civis, que “passaram a se organizar em três brigadas, um regimento de cavalaria e um regimento misto de artilharia.”⁴⁹⁵

Os trens dirigiram-se ao interior, através da Ferrovia Paulista, passaram por Campinas e chegaram a Bauru. Desejavam seguir para Mato Grosso, mas, em Bauru, constataram a impossibilidade de utilizar a Estrada de Ferro do Noroeste, dirigindo-se, então, ao ramal da Ferrovia Sorocabana, por São Manuel e Botucatu. Em Mato Grosso, a ocupação da cidade de Três Lagoas foi impedida pelas tropas legais e os revoltosos decidiram atravessar o rio Paraná para adentrarem o Estado do Paraná. Tomaram Guaíra, defendida pelas forças comandadas pelo Capitão Dilermando Cândido de Assis.⁴⁹⁶ A tomada desta cidade coube ao General João Francisco Pereira de Souza, que assumiu o comando da invasão. Foi conduzido numa lancha de nome *Dourado*, por um prático paraguaio, pelo Rio Paraná e com um grupo de revoltosos atacou o destacamento da Ilha de Pacu (no rio Paraná). Após dominá-lo, capturou o navio *Don Pancho*, dirigindo-se para Guaíra, onde ao Capitão Dilermando restou apenas a retirada, em um comboio ferroviário, para *Porto de Mendosa*, sendo, ainda perseguido pelos revoltosos em outra composição. O General João Francisco dominou Guaíra e estabeleceu as tropas no quadrilátero do Paraná.⁴⁹⁷ Nesse tempo, Antônio Siqueira Campos, que havia se exilado desde a condenação de 1922, pelo levante do Forte de Copacabana, primeiro no Uruguai e, depois, na Argentina, chega à Guaíra, no dia 6 de outubro.⁴⁹⁸

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, segundo o Capitão Engenheiro Luís Carlos Prestes, oficial comprometido com a conspiração desde quando Joaquim Távora visitara o Sul com seu irmão Juarez Távora, todos os oficiais aguardavam a ordem para um novo levante, mas, em 5 de julho de 1924, foram surpreendidos pela notícia do início da revolta paulista, pois, embora mantivessem contato, não havia tempo hábil para avisá-los e os revoltosos decidiram concentrar seus esforços em São Paulo.

Diante da notícia repentina do levante de 1924, os revoltosos do Rio Grande do Sul tiveram que precipitar os preparativos e intensificar a luta, o que, nesse estado, era uma tarefa demasiado difícil, porque as unidades militares eram distantes umas das outras. Por exemplo, do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, onde Prestes estava lotado, a distância era de cerca de 100 quilômetros até São Luiz Gonzaga, onde estava localizado o Regimento de Cavalaria. Desse mesmo local até São Borja a extensão era, em média, de 120 quilômetros, e assim

⁴⁹⁵ TORRES, 2000, op. cit..

⁴⁹⁶ O capitão Dilermando de Assis é o mesmo que havia duelado com Euclides da Cunha.

⁴⁹⁷ LANDUCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA., 1952, fotografia.

⁴⁹⁸ Carta de Henrique Ricardo Holl, de Foz do Iguaçu, de 30/03/25, destinada a Alfredo Simas Enéas Jr..

sucessivamente. Essa distância criava outra dificuldade: a de comunicação, que só podia ser feita através de bilhetes, devido à interceptação de correspondências pelos legalistas, nos Correios, pessoalmente, o que demandava que o mensageiro percorresse longos trajetos, nem sempre chegando a tempo da providência solicitada.⁴⁹⁹ Em documentação pesquisada no Arquivo Histórico do Itamaraty por Xavier,⁵⁰⁰ aparece um número expressivo de “despesas extraordinárias,” originadas pela Embaixada e Consulado Brasileiros em Buenos Aires, nas seguintes cidades: Posadas, Paso de los Libres, São Tomé e Alvear, cidades Argentinas, no período em que a Coluna Prestes marchou pelo país. Dentre outras despesas há uma verba destinada ao pagamento de “particulares,” por quaisquer informações acerca das atividades rebeldes, representando, estes gastos, uma das principais “despesas extraordinárias”, pois consumia vultosas somas de recursos. Em telegrama de 27 de maio de 1927, de Félix Pacheco, Ministro de Relações Exteriores Brasileiro, a Pedro Toledo, embaixador do Brasil na Argentina entre 1919-1926, há menção ao pagamento de um informante.⁵⁰¹

Uma das maneiras encontradas pelo governo federal para obter quantidade expressiva de dados a respeito dos rebeldes foi o pagamento de informantes, conforme se depreende do seguinte telegrama de 27 de maio de 1925: Apurar melhor denúncia Mendes dizendo-lhe não teremos dúvida pagar-lhe os 3.500 pesos pedidos, mas depois que ele nos forneça as provas das informações que deve possuir.⁵⁰²

O pagamento era feito, também, a infiltrados nos serviços de telégrafos estrangeiros, onde “o governo de Artur Bernardes conseguiu violar os despachos telegráficos que transitavam nas redes domésticas da Argentina e do Uruguai,” em busca de informações sobre os revoltosos. Em telegrama de Pedro Toledo a Félix Pacheco, o pagamento para esse fim fica comprovado. Toledo afirma que em telegrama das forças rebeldes, de 10 de outubro de 1924, de Posadas para La Prensa, jornal argentino, “o Comando rebelde solicitou representante imprensa intervenham autoridades telégrafos argentino, uruguaio evitem violação despachos, dizem praticadas Libres, Santo Tomé, Monte Caseros, Alvear, Artigas, Rivera, Mello e Rio Branco, mediante suborno pessoas interessadas.” O próprio jornal *La Prensa*, em reportagem de 5 de dezembro de 1924, publicou que o governo brasileiro subornou funcionários de

⁴⁹⁹ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa Memória Viva. TV Universitária do RN. (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9l8VSfwdDxA> ; Acesso: 10/01/2020.

⁵⁰⁰ XAVIER, Mateus Fernandez. A Coluna Prestes e as relações Brasil-Argentina na década de 1920. In: *Revista Carta Inter*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 188-220.

⁵⁰¹ Ibid, p. 202.

⁵⁰² AHI. Pacheco a Toledo, tel., nº 82, RJ, 27 mai. 1925, 208/02/03, apud ibid, p. 202.

prefeituras argentinas, do sistema de transporte ferroviário e dos telégrafos, com o objetivo de obter notícias sobre os passos dos revoltosos.⁵⁰³

Embora o governo brasileiro tivesse algum conhecimento de sua localização, acerca do comércio de provisões para os combatentes e, eventualmente, de seus planos e condições de combate, os revoltosos faziam propaganda de suas ações militares, através de seu jornal *O Libertador*, um jornal criado pelos membros da Coluna Prestes. Além disso, tinham acesso aos meios de comunicação argentinos, para os quais davam diversas entrevistas e declarações a jornais e revistas que desgastavam o governo federal brasileiro devido à repercussão internacional.⁵⁰⁴

Os revoltosos tinham conhecimento da violação de correspondência, tendo feito referência ao fato algumas vezes, no conteúdo das cartas trocadas entre si, ao sumiço de várias delas, razão pela qual em muitas delas utilizavam-se de códigos para manter a comunicação em sigilo.⁵⁰⁵ Xavier relata em telegrama de 15/12/1924 de Pedro Toledo a Pacheco a descoberta dos contatos que possuem.⁵⁰⁶ Sabiam que o governo de Artur Bernardes havia mandado violar despachos telegráficos, subornar particulares e pagar por informações a respeito da movimentação revolucionária. Impressiona, no entanto, o fato de que também os revolucionários tivessem informantes no sistema de telégrafos do Brasil,⁵⁰⁷ conforme o embaixador Pedro de Toledo apurou e avisou à Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro. Ciente disso, Toledo informou à Secretaria que os revoltosos tinham, no Telégrafo Nacional ou no Cabo Submarino, alguém que lhes fornecia cópia dos telegramas oficiais e pediu aos cônsules que não transmitissem notícias que pudessem comprometer a trajetória das tropas legais, em sua ação contra os rebeldes, por essa via.⁵⁰⁸

O próprio deputado Luzardo afirma ter sido uma espécie de porta-voz da Coluna Prestes, através de emissários dos revoltosos que o procuravam e, clandestinamente, entregavam notícias, mapas, comunicados, assinados por Prestes e Miguel Costa, etc., informações que eram lidas em seus discursos, segundo Luzardo o único modo possível de dizer a todos o que se passava sem ser censurado. Ainda segundo suas próprias palavras,

⁵⁰³ A verba destinada ao reabastecimento de tropas federais e com o financiamento de operações militares nas fronteiras, também, provavelmente teria custeado o subornos. Ibid, p. 203, nota 14.

⁵⁰⁴ Ibid, p. 188-220.

⁵⁰⁵ Cf. Cartas do Exílio de 1924, APESP.

⁵⁰⁶ XAVIER, 2016, op. cit., p. 188-220.

⁵⁰⁷ O próprio deputado Maurício de Lacerda tinha contatos que lhes traziam encomendas e correspondências com informações acerca da Coluna Prestes, o que lhes permitia informar na Câmara, aos seus pares, os últimos acontecimentos e alimentar uma coluna no jornal com notícias sobre os combates, notícias essas que o próprio governo fazia tudo para esconder ou deturpar.

⁵⁰⁸ XAVIER, 2016, op. cit., p. 188-220.

registradas por Carneiro ao escrever a biografia do deputado,⁵⁰⁹ Edmundo Bittencourt o apresentara ao jornalista Irineu Marinho, que, quando saiu de *A Noite*, para fundar seu próprio jornal, *O Globo*, teria se alinhado ao discurso de oposição da maioria dos jornais da capital federal, contra Arthur Bernardes. Através das colunas nos jornais, cedidas inicialmente por Irineu e, depois de sua morte, por seu filho Roberto Marinho e pelo diretor do jornal, Euricles de Mattos, Luzardo divulgaria a história da Coluna Prestes, sendo isso possível porque o material, com os discursos dos deputados, vinha carimbado pela Câmara dos Deputados, que dizia: “publique-se”.⁵¹⁰

Além dos emissários, Luzardo contava com pessoas nos Correios, a favor das revoltas, que o auxiliavam:

- Nós tínhamos nos Correios – conta Luzardo – companheiros revolucionários que recebiam na calada da noite despachos de estações longínquas, na Bahia, no Piauí, no Ceará, dando notícias da marcha da Coluna Prestes através do Brasil – combates na margem do Araguaia, combate da prisão do Juarez, combate do Piancó, etc. Diariamente eu passava pela estação central dos telégrafos, me encostava por ali, cumprimentava a rapaziada, queria saber das novidades. E sem que ninguém visse me passavam os despachos recebidos por um deles, às duas ou três da madrugada. Daí a pouco, Batista Luzardo entrava na Câmara: ‘Senhor Presidente, peço a palavra!’ Eu ia para a tribuna e descascava o que tinha sucedido na véspera e na antevéspera – os combates, as baixas -, antecipando os próprios dados oficiais. Todo mundo ficava espantado com aquilo: Como recebia as notícias? E eu escondia o jogo... Acabava de ler, apanhava as notas do meu discurso, dirigia-me a Censura, na própria Câmara, passava a limpo, tirava a cópia e pedia que o secretário da Mesa visasse com o indispensável “publique-se”. A partir dali, o governo perdia o controle e, na manhã seguinte, em *O Globo*, saía tudo direitinho.⁵¹¹

Nessa guerra de informação e contra-informação, os revoltosos também plantavam notícias falsas para os consulados, com vistas a enganar o governo, tendo conseguido confundir as forças legalistas em diversas ocasiões, além de pagarem por informações sigilosas ou pela liberação de vistos para faturas de exportação.⁵¹²

O início da ação do Itamaraty voltada para vigiar os revoltosos, começa no momento em que a capital paulista foi tomada, estendendo-se ao período no qual os revoltosos chegaram a Foz do Iguaçu e fizeram grande movimentação para o exílio, fazendo com que o governo brasileiro voltasse seu olhar para as fronteiras do país. Mas, foi com o levante da Coluna Prestes que o uso do Ministério das Relações Exteriores se tornou sistemático, tendo

⁵⁰⁹ Glauco Carneiro escreveu a biografia de Luzardo em 2 volumes. CARNEIRO, Glauco. Luzardo - O Último Caudilho, vol. 1, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

⁵¹⁰ Ibid, p. 258, 286-8.

⁵¹¹ Ibid, p. 259.

⁵¹² XAVIER, 2016, op. cit., p. 188-220.

se tornado um instrumento de informação para repressão aos rebeldes, e durou até a Revolução de 1930.⁵¹³

Segundo Xavier,⁵¹⁴ o Itamaraty se organizou em relação ao monitoramento dos rebeldes, quando, entre 1924 e 1929, o governo federal, através de relações diplomáticas com Paraguai, Uruguai e Argentina,⁵¹⁵ tentou impedir que os revoltosos obtivessem qualquer tipo de apoio, vindo dos países fronteiriços, apoio este que os permitiria persistir e, possivelmente, vencer. A fronteira, os revoltosos, os exilados e seus possíveis apoiadores, passaram, então, a ser frequentemente vigiados pelo governo federal, com emprego de todos os recursos de que dispunha. Alguns desses expedientes foram: 1) a atuação de cônsules e diplomatas brasileiros no exterior, inclusive junto às alfândegas do Brasil e dos outros países da região platina; 2) a criação de um serviço de inteligência, com informantes encarregados de levantar dados de tudo que estivesse vinculado aos revolucionários, mediante pagamento e o suborno a empregados em órgãos dentro do país e em países vizinhos, inclusive nos dos telégrafos, para apreensão de correspondências dos revoltosos, seus conhecidos e familiares; 3) a organização de um trabalho conjunto entre o Itamaraty e o Ministério da Guerra. Estas foram algumas diretrizes e ações na tentativa de cercar a atuação dos membros da Coluna.⁵¹⁶

E como não podia deixar de ser, uma das primeiras providências tomadas pelo governo brasileiro foi a determinação de que todas as missões diplomáticas da região do Prata dedicassem rigorosa atenção na concessão de licenças de exportação de mercadorias da Argentina para o Brasil, para não permitir o escoamento de armas, munições e víveres, insumos necessários para que a atividade rebelde tivesse continuidade.⁵¹⁷

2.5. O Rio Grande do Sul se levanta

Enquanto os revoltosos se esmeravam para organizar rapidamente o levante no Sul, chega ao Rio Grande o General João Francisco Pereira de Souza, nome tradicional e de grande prestígio nesse estado, por todo o histórico de lutas vivenciado por ele até então, incluindo a participação contra os federalistas em 1893, que lutava junto a Isidoro Dias Lopes desde o início do levante na capital paulista. O General João Francisco saiu de Foz do Iguaçu, veio pela Argentina, de Santo Tomé passou a São Borja, e, ao encontrar-se com Prestes, que já havia se encaminhado para a zona missioneira, o promoveu a Coronel, Comandante de uma

⁵¹³ Ibid, ibidem.

⁵¹⁴ Ibid, ibidem.

⁵¹⁵ Foram presidentes desse período: Hipólito Yrigoyen, (1916-1922) e Marcelo Torcuato de Alvear (1922-1928)

⁵¹⁶ XAVIER, 2016, op. cit., p. 203.

⁵¹⁷ Ibid, p.188-220.

Divisão no noroeste do estado, para que pudesse comandar a Brigada que iriam formar, sem futuros constrangimentos, por ser um capitão. Segundo Luís Carlos Prestes, a 29 de outubro receberam ordens para que o Rio Grande se levantasse.⁵¹⁸

Siqueira Campos voltou às atividades revolucionárias. Deixou Buenos Aires, onde as dificuldades de sua firma obrigavam-no a lavar carros e a trabalhar como motorista, e, juntamente com Aníbal Benévolo e Edgar Dutra, foi fazer o trabalho de convencimento e de confirmações (chamados por eles de “ligações”) para deflagrar o movimento revolucionário no Sul do Brasil.⁵¹⁹

Luís Carlos Prestes estava servindo em Santo Ângelo (RS), quando assumiu a liderança do movimento e Siqueira Campos foi escolhido por Prestes para acertar os últimos detalhes entre os gaúchos e a Divisão São Paulo, antes de descer para São Luís das Missões, razão pela qual Siqueira partiu na companhia de João Francisco e Anacleto Firpo (representante de Joaquim Francisco de Assis Brasil) para conferenciar com Juarez Távora na cidade de Foz do Iguaçu (PR), conquistada pelos revoltosos três dias antes.⁵²⁰ Em Artigas, no Uruguai, Siqueira Campos, Juarez Távora, Anacleto Firpo e Nemo Canabarro Lucas,⁵²¹ encontraram o General Honório Lemes, e, em Mello, o General Zeca Neto. Siqueira Campos e Juarez Távora fizeram ainda contatos com as guarnições de Itaqui, Uruguaiana e Alegrete, no Rio Grande do Sul.⁵²²

⁵¹⁸ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9l8VSfwdDxA> ; Acesso: 10/01/2020.

⁵¹⁹ LACLETTE, Jorge. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Antonio Siqueira Campos*. CPDOC, FGV. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-siqueira-campos>. Acesso em 12/2019.

⁵²⁰ Ibid.

⁵²¹ Nemo Canabarro era filho de João Antônio Lucas (e Mariana Canabarro Lucas), morto em combate em 04 de julho de 1923, lutando como voluntário ao lado dos revoltosos Federalistas (Maragatos) contra os Republicanos (Chimangos) que estavam no poder, no Rio Grande do Sul, durante a Revolução de 1923. Natural de São Francisco de Assis, RS, somente se matriculou na Escola Militar do Realengo (EMR) em 1926. Participou de todas as lutas do período Tenentista, incluindo aquelas que se opunham a Getúlio Vargas, como a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932. Preso e banido do Exército Brasileiro, por participar da ANL, decide combater como voluntário na guerra do Chaco/Paraguai e foi promovido à Capitão do Exército Paraguai, por heroísmo e condecorado como herói nacional do Paraguai pelo governo. Também como voluntário decide lutar na Espanha, combatendo na Brigada Republicana Internacional, na Guerra Civil Espanhola em 1937, contra o Governo do General Francisco Franco, assim como seu irmão Rubem Canabarro Lucas que participa na aviação pela Força Aérea Brasileira (FAB). Promovido à Major pela Brigada Republicana Internacional, retorna ao Brasil, e consegue anistia, sendo reconduzido ao posto de Coronel do Exército. Trabalhou no gabinete do Ministro da Guerra Marechal Henrique Teixeira Lott, antes de ir para a reserva. Ficha Biográfica, Rube Canabarro Lucas. Disponível em:

<http://www.sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Rube%20Canabarro%20Lucas/63/>

⁵²² LACLETTE. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Antonio Siqueira Campos*, op. cit..

Em 25 de outubro, Juarez Távora encontrou Siqueira Campos, em Paso de Los Libres, na Argentina e fixou com os elementos militares de Uruguaiana o início do movimento para a madrugada do dia 29.

Sublevaram-se, no Rio Grande do Sul, o 3º Grupo de Artilharia a Cavalo (3º GAC), de Alegrete, sob a liderança dos tenentes João Alberto Lins de Barros e Renato da Cunha Melo e do Capitão Honorato Pradel (do 2º GAC); o 5º Regimento de Cavalaria Independente (RCI) de Uruguaiana, sob a responsabilidade do capitão Juarez Távora,⁵²³ juntamente com João Alberto, seguindo sob o comando de Honório Lemes; o 3º Regimento de Cavalaria, guarnição de São Luís Gonzaga, por Pedro Gay; o 2º Regimento de Cavalaria, de São Borja, liderado pelo tenente Siqueira Campos,⁵²⁴ onde a chefia do movimento caberia ao capitão Rui Zubaran, auxiliado pelos tenentes Aníbal Benévolo e Sandoval Cavalcanti e pelo civil Dinarte Dornelles; e, o 3º Batalhão de Engenharia, de Cachoeira do Sul, tendo à frente o Capitão Fernando Távora, irmão de Joaquim e Juarez Távora.⁵²⁵ Sob o comando de Prestes e Mário Portela levantou-se: a Companhia do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, onde Prestes servia.

Além das tropas comandadas por Prestes, os revoltosos ainda contaram com o apoio das forças irregulares, comandadas por líderes gaúchos como: Honório Lemes, Zeca Neto, Leonel Rocha e Júlio Barrios.

Siqueira Campos comandou o levante em São Borja, seguindo para Itaqui com uma pequena tropa de São Paulo. Como Itaqui não aderira, ali, não conseguiram resistir e foram derrotados, tendo que passar para a Argentina. Em Uruguaiana, Juarez Távora, vindo do Paraná, ajudou a comandar as tropas, mas quando Honório Lemes chegou, Juarez e João Alberto entregaram o comando a ele. Honório Lemes era um dos apoiadores de Assis Brasil, que lutara na revolta federalista e, agora, em 1923, se fazia presente na revolta anti-borgista.

Vejamos alguns momentos desses levantes no Sul.

No dia 29 de outubro de 1924, na mesma data em que Prestes se levanta em Santo Ângelo, Juarez Távora encontrou-se com João Alberto a caminho de Alegrete, cidade sulina para onde foi transferido, vindo do Rio de Janeiro, desde o início de 1923. João Alberto servira no 1º Regimento de Infantaria, um Regimento legalista, na Vila Militar, no Rio de Janeiro, onde fora detido antes mesmo que pudesse aderir ao levante de 1922 e já se

⁵²³ ABREU, Alzira Alves de.; CARNEIRO, Alan. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Luís Carlos Prestes*. CPDOC, FGV.

⁵²⁴ Ibid.

⁵²⁵ LACLETTE, Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Antonio Siqueira Campos*, op. cit..

encontrava preso na Fortaleza de Santa Cruz, quando ainda ouviu ecoar os últimos tiros do Forte de Copacabana. Depois de cinco meses de detenção foi transferido para Alegrete, onde estava, quando o Sul se levanta. Juarez Távora assim que desembarca, vindo de Foz do Iguaçu, encontra João Alberto, e, sendo Capitão, assume o comando do contingente reunido por ele, em torno de 200 a 300 homens. Chega a Alegrete, em 30 de outubro, a fim de realizar o primeiro ataque na região, em Guassu-Boi. Contudo, se deparam com forças superiores e desconhecidas de Juarez Távora, o que lhes impôs uma imensa derrota, depois de 4 horas de combate renhido, além do fato de ficarem sem munição, justamente quando conseguiam adentrar a cidade. Tiveram que se retirar, após João Alberto garantir o recuo com sua peça de artilharia, enfrentando grande perigo,⁵²⁶ restando-lhe apenas uns 10 homens “válidos,” dentre eles seu cunhado Rubens Fortes e Manoel Aranha, irmão de Oswaldo Aranha. Tiveram que abandonar a peça rapidamente abarcada pelos adversários e se retiraram ouvindo os gritos da degola aos feridos.⁵²⁷ Após esse combate, ainda em retirada da primeira incursão em Alegrete, fizeram o reagrupamento das tropas na estrada de ferro, recebendo adesão de civis: “gaúchos dos arredores, simpatizantes do movimento revolucionário, chegaram armados ao nosso acampamento. Vinham bem montados e prontos para nos ajudar.” Ao chegarem à Uruguaiana, distante quatro horas de Alegrete, João Alberto tinha algum tempo, pois havia pessoalmente obstruído uma ponte que ligava esta cidade à fronteira com Uruguaiana, atirando uma locomotiva em alta velocidade sobre ela. Em virtude disso, tendo certa segurança, passaram alguns dias em Uruguaiana recrutando civis que se apresentavam para aderir à revolução, para a luta que se iniciava no Rio Grande do Sul. Não havia armas, nem fardamento para todos, “mas isso não desapontava os voluntários gaúchos, há muito habituados àquele gênero de luta.” Dessa forma, na semana seguinte já haviam alcançado um contingente de mais de três mil homens e em média de cinco mil cavalos, embora apenas uns mil estivessem bem armados. A importância do uso de cavalos estava no fato de ser um recurso precioso para a luta nessa região, razão pela qual sempre que podiam, os rebelados levavam consigo todos os cavalos dos pampas que encontravam. Não dispendo de armamento razoável, nem de munições em quantidade, “a única vantagem que os revoltosos levavam sobre a tropa regular era a da rapidez de ação.” Sendo assim, o cavalo era a mais importante arma de guerra para ambos os lados. Por isso, tanto governistas quanto revoltosos se apropriavam de quantos encontrassem, sem que seus donos opusessem resistência, levando

⁵²⁶ Em certo momento João Alberto teve que usar Artilharia, na direção de sua própria casa, tendo que ter todo o cuidado para não atingi-la, para defender a tropa do violento ataque que sofria.

⁵²⁷ BARROS. 1953, op. cit., p.31.

consigo todos os cavalos que pudessem para seu próprio uso e para impedir a monta de seus adversários.⁵²⁸

Em Alegrete, os legalistas igualmente concentravam elementos civis, que, segundo João Alberto, “constituíam os verdadeiros combatentes da fronteira.” Isso porque as tropas regulares não queriam combater os revoltosos. Os governistas contavam, então, com alguns elementos das guarnições federais, especialmente tropas de outros estados; com tropas de policiais estaduais e os chamados “provisórios,” batalhões constituídos por civis, que combatiam os revoltosos.⁵²⁹

Em Ibirocaí, a caminho de Uruguaiana, mais gaúchos dos arredores, simpatizantes do movimento revolucionário chegaram armados e muito bem montados ao acampamento, dispostos ajudá-los.⁵³⁰ Ao chegarem em Uruguaiana, não tardou a surgir Honório Lemes, um dos líderes gaúchos que acabara de participar da revolta de 1923, ano anterior.⁵³¹ A chegada deste e de outros personagens da história gaúcha trazem consigo a necessidade de uma análise acerca da existência de lideranças do estado do Rio Grande do Sul, capazes de agregar forças irregulares que lhes eram fiéis: os denominados caudilhos, que foram atuantes, junto aos revoltosos, durante todo o período que antecede a Revolução de 1930.

Honório Lemes, por exemplo, é um caudilho, no sentido estrito da palavra, um estancieiro, chefe militar e político, que possui uma força militar própria. Como todo bom gaúcho, participou de muitas revoltas, ocorridas desde sua juventude, no sul do país. Sobre Honório Lemes, João Alberto nos relata que ele sustentara forças imbatíveis no ano anterior, em 1923, no movimento de rebelião Assisista, contra o governo estadual de Borges de Medeiros. Como um dos apoiadores de Assis Brasil, na revolta anti-borgista, notabilizou-se pela tenacidade com que resistira a perseguição contra ele movida pelo General Flores da Cunha. Ele o descreve como “o maior conhecedor das estradas, atalhos, passagens de rios e banhados de toda aquela região,” o que era importante para o trânsito rápido que precisavam ter no sul, onde as tropas estavam em alerta desde a insurreição em São Paulo. E o Tenente revoltoso prossegue numa descrição que revela uma figura surpreendente.⁵³²

Tropeiro de profissão humilde e completamente analfabeto possuía, Honório Lemes, o sentimento da luta de correrias característica dos combates da cavalaria gaúcha sublevada. (...) Não aparentava a idade que tinha. Contando cerca de 60 anos, aparentava apenas uns quarenta e cinco. De estatura mediana, cor branca, pele

⁵²⁸ Ibid, p. 34, 36 e 37.

⁵²⁹ Ibid, p. 37.

⁵³⁰ Ibid, p. 36-7.

⁵³¹ Ibid, p. 34.

⁵³² Ibid, p. 37

queimada pelo sol, percebia-se-lhe, talvez, uma ligeira mestiçagem com índio, traída pelos cabelos desfiados corredios e sempre em desalinho. Falava pouco, mas demonstrava uma bondade extrema. Vestia-se como os outros gaúchos, bombachas de lã de cor clara, camisa de xadrez de algodão e botas pretas de sanfona que lhe subiam até a metade das pernas. De um cinto largo e vistoso de onde pendiam dois revólveres, caía uma espada larga. No chapéu novo de copa alta e abas amplas, cinzentas, havia uma fita vermelha, que lhe tombava como flâmula pelas costas, com frases sugestivas bordadas em branco. O “General Honório” (assim lhe chamavam) tinha grande popularidade entre os gaúchos e empolgou a própria tropa militar.⁵³³

Quando Honório Lemes chega Juarez Távora, vindo de Alegrete juntamente a João Alberto, entrega o comando a ele. Nesse sentido, a intenção de disciplinar militarmente a tropa, cai por terra, porque, embora cada grupo de gaúchos tivesse seu “chefe,” a maioria respeitava o General Honório, como um superior hierárquico. Somente ele era chamado de general e os outros contentavam-se com menores patentes como: as de capitães, de majores, de coronéis, distribuídas sem muito critério ou coerência, ou como diria João Alberto “tomadas por capricho”. Por isso, tanto João Alberto como Juarez Távora tiveram que se submeter à chefia de Honório. Solicitaram, entretanto, uma reunião a Honório de Lemos, na qual sugeriram a ele a criação de um Estado-Maior, mas, embora tivesse ouvido a ambos com atenção, simplesmente não respondeu e continuou agindo da forma que achava mais adequada com a tropa.

Prestes passara, desde o início, pelo mesmo problema que João Alberto e Juarez haviam enfrentado, em relação às lideranças gaúchas. Era muito jovem à época, capitão aos 26 anos, enquanto os veteranos de tantas lutas no Rio Grande eram homens de 60, 70 anos. Segundo Prestes, consideravam-se conhecedores e aptos a fazer guerrilha enquanto, para eles Prestes nada sabia, era um iniciante, e, pensando dessa forma, não cumpriam suas ordens. Para conseguir fazer com que um deles se movimentasse, Prestes tinha que conversar, tomar chimarrão, comer churrasco, perder horas, um tempo imenso, até convencê-lo. Para tanto, insinuava a necessidade de uma medida qualquer e, diante da concordância do veterano gaúcho, sugeria, de modo a não parecer uma ordem, que ele fosse tomada. Assim ia conseguindo alguma coisa com as lideranças. Apenas alguns oficiais do Exército que o conheciam o obedeciam, mas, segundo Prestes, havia onze grupos comandados por gaúchos naquela região, e, embora fossem grupos pequenos, cada um deles era muito independente.⁵³⁴ Isso era tão natural para os combatentes gaúchos, que, certa vez, João Alberto pretendendo repreender um grupo por saírem em uma debandada desordenada após um combate, de pistola

⁵³³ Ibid, p. 38.

⁵³⁴ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

em punho “ameaçava matar o primeiro que ousasse prosseguir na fuga.” Tentava restabelecer a ordem e o comando, quando recebeu a seguinte resposta, conforme relata o próprio João Alberto: “Não sei quantas barbaridades proferi na excitação em que me encontrava. Algumas dezenas de gaúchos sombrios escutavam-me sem responder. Foram rápidos momentos. Um homem meio índio avançou para mim e disse-me energicamente: ‘senhor tenente, cada qual aqui tem o seu chefe’.”⁵³⁵

Após a incursão de João Alberto e Juarez Távora em Uruguaiana, dessa vez, comandados pelo próprio Honório de Lemos e seus homens gaúchos, acostumados a obedecê-lo, sofrem novamente uma derrota. As tropas do governo haviam acompanhado em silêncio a caminhada dos revoltosos durante toda a noite e, ao amanhecer, estes últimos caem numa emboscada. Segundo João Alberto, Honório Lemes apenas ouvia as sugestões de Juarez e dele, mas somente agia conforme a sua própria vontade e a tropa gaúcha seguia suas ordens. Além disso, os coronéis gaúchos se aventuravam à frente, não esperando um comando. Como que farejando a luta, lançavam-se a frente, a fim de brigar, por conta própria, sem, nem ao menos, se darem ao trabalho de perguntar se havia algum plano traçado pelos comandantes militares.⁵³⁶

Normalmente quem estivesse na vanguarda conseguia os melhores mantimentos e animais, ficando a retaguarda sempre em desvantagem. Mas os prejuízos da retaguarda não se restringiam à alimentação. Havendo retardatários, muitos deles feridos, que não conseguiam acompanhar os seus destacamentos e não podiam ser deixados para trás, sempre atrasavam a retaguarda expondo essa parte da tropa a um possível alcance dos governistas, sem contar com as estradas repletas de lama que ficavam mais intransitáveis, para quem já as encontrava pisoteadas.⁵³⁷ Mais tarde, durante a marcha da Coluna pelo país, conforme nos descreve Lourenço Moreira Lima, os revoltosos faziam um revezamento entre os destacamentos que, ora ficavam na vanguarda, ora na retaguarda, ou nos flancos direito e esquerdo, de acordo com a necessidade. E Prestes, ao contrário de estar sempre à frente das tropas, percorria de um ao outro canto da Coluna, constantemente, falando com cada combatente.⁵³⁸

Esses coronéis gaúchos eram os chefes dos grupos que atuavam, no Rio Grande do Sul, em revoltas desde 1893, como a luta contra Júlio de Castilhos chamada de Revolução Federalista, e, depois, em 1923 no levante contra a quinta reeleição de Borges de Medeiros.

⁵³⁵ Ibid, p. 92.

⁵³⁶ Ibid, p. 37-8 e 41.

⁵³⁷ Ibid, p. 64 e 69.

⁵³⁸ Havia momentos em que os quatro destacamentos tomavam direções diferentes para depois se reencontrarem, de forma bastante organizada. Cf. LIMA, 1979, op. cit..

Além de Honório Lemos, João Alberto vai mencionar o Coronel Luiz Carreteiro,⁵³⁹ que se apresenta a ele recomendado por Prestes, e assim o descreve:

Figura imponente. Sobressaia, mesmo entre centenas de gaúchos. Era aproximadamente da minha altura (1,80), mais cheio de corpo. Bigode e barba. Cabelos abundantes e grisalhos. Tez escura, denotando mestiçagem, mas feições regulares. Trajava-se espetacularmente. Prendia as suas amplas bombachas de pano riscado em um cinto largo cheio de medalhas e enfeites de prata, que lhe caíam sobre as botas pretas novas e altas de sanfona. Esporas de prata, com corrente, e grandes rosetas tilintantes, anunciadoras dos seus movimentos. Ainda seguros ao cinto, dois revólveres calibre 38 e uma quantidade de balas. Circundava-lhe o pescoço um grande lenço vermelho, cujas pontas assentavam irregularmente sobre a sua camisa arremangada, de xadrez de algodão. Preso por uma correia de couro cru, no pulso direito, um rabo de tatu bem trançado, com enorme argola. Do chapéu de abas largas, também novo, cinza escuro, pendia-lhe uma fita vermelha (distintivo dos revolucionários) onde se podia ler a frase: “não dou nem pido ventaje”, um misto de português e espanhol com que o “Coronel” queria mostrar o seu sistema de luta. Depois de me saudar com simpatia aproximou-se da cerca a fim de amarrar o cavalo. Antes de apeiar, puxou da espada e, de um só golpe, demonstrando força e habilidade, cortou os três fios superiores do aramado bem em frente ao Mourão (...).⁵⁴⁰

Os soldados que até então acompanhavam João Alberto aproximaram-se dele. Alguns já o conheciam pessoalmente e quase todos pelo nome. Participara da Revolução Federalista (1893-1895), ainda adolescente e tivera “ação de relevo” no movimento de 1923, combatendo sempre o governo estadual da região. Para João Alberto aqueles personagens eram figuras desconhecidas, mas, mesmo assim, ele o recebe cordialmente, incluindo-o em seu Estado-Maior. Mais tarde reconheceria em Luiz Carreteiro um homem que o acompanhou com lealdade, sempre pronto para o combate a cavalo, do qual só apeava para comer e dormir. Seguiu a Coluna no 2º Destacamento, comandado por João Alberto, até Goiás, onde perdeu a vida em consequência de uma uremia.⁵⁴¹

É imprescindível perceber a importância desses chefes militares do Rio Grande do Sul, presentes nas revoltas militares e/ou civis da Primeira República; muito deles tendo participado de revoltas ainda durante o Império; outras vezes, sendo atuantes em movimentos que influenciaram a Proclamação da República, ou, a posteriori, contra ela; e que, nesse momento, vão estar presentes nas revoltas militares das décadas de 1920 a 1930, tendo participado, inclusive, da própria tomada do poder, na Revolução deste último ano.

Diante de mais uma derrota, buscaram asilo temporariamente na Argentina. Segundo João Alberto, essa era uma prática muito antiga, pois sempre que havia algum problema nas

⁵³⁹ Esse apelido “Carreteiro” era atribuído aos “chefes” de grupos que se reuniam nas horas das refeições nas fogueiras, que comiam churrasco juntos e o raspavam o arroz carreteiro da panela, junto aos seus comandados.

⁵⁴⁰ Ibid, p. 53.

⁵⁴¹ Ibid, p. 54-5.

lutas e revoltas no sul era comum a travessia de fronteira para Argentina, Uruguai ou Paraguai, para que, depois, retornassem ao Brasil, já reorganizados e fortalecidos e, principalmente sem as tropas legalistas no seu encalço, a fim de darem continuidade à luta. Era um asilo temporário. Sobre o uso constante da fronteira João Alberto vai dizer:

Estes episódios das lutas políticas do Rio Grande haviam-se já tornando familiares à nação vizinha. Os emigrados, ora revolucionários, ora governistas, eram apenas desarmados pelas autoridades argentinas, mas gozavam de toda a liberdade. A opinião dividia-se entre eles. Uns consideravam inútil qualquer esforço e recusavam-se a prosseguir na campanha; outros queriam ir até o fim. Eu chefiava esses últimos.⁵⁴²

Após a derrota em Uruguiana, João Alberto não pretendia permanecer na Argentina, como asilado. Além da pressa em dar continuidade à luta, havia o derrotismo dos emigrados que não queriam retornar e a convivência com “piadas dos agentes do governo” oferecendo, aos asilados, clemência, sob a condição de que se apresentassem arrependidos às autoridades legais, um episódio que mostra o quanto a presença de agentes do governo nas fronteiras e, mesmo, em território estrangeiro era comum e, pelo modo como procediam, até mesmo corriqueira. João Alberto retorna ao Brasil por Santo Tomé, fronteira com São Borja, ainda em poder dos revoltosos e ali se encontra com Prestes que vinha de São Luís. Prestes, então, pede a ele que vá buscar o capitão Aníbal Benévolo em Itaqui, para levá-lo até São Luís das Missões, onde todos se encontrariam posteriormente. Todavia, quando João Alberto se aproxima de Itaqui, se depara com a coluna revoltosa que está sendo comandada pelo Capitão Rui Zurbarán, entre São Borja e Itaqui, e fica sabendo da morte do capitão Aníbal Benévolo.⁵⁴³

A morte de Benévolo ocorreu na ocasião da tomada de São Borja, quando Siqueira Campos, exilado desde 1922, primeiro no Uruguai e, depois, na Argentina, chegou ao Sul e foi designado para o levante dessa cidade. Siqueira Campos participou do levante em São Borja, seguindo, para Itaqui com uma pequena tropa de São Paulo.⁵⁴⁴ Ele deveria estar em São Borja desde 27/10, sob o comando do capitão Rui Zubaran, auxiliado pelos tenentes Aníbal Benévolo e Sandoval Cavalcanti e pelo civil Dinarte Dornelles, para o levante da cidade em 29/10. Mas, Siqueira Campos se antecipou e na noite de 28/10 sublevou, nesta cidade, o 2º Regimento de Cavalaria Independente (2º RCI). Foi apresentado à tropa como o

⁵⁴² Ibid, p. 46

⁵⁴³ Cf. João Alberto.

⁵⁴⁴ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

comandante, “expôs os objetivos da revolução, que seriam a derrubada do governo Bernardes, o fim dos vícios eleitorais e a destruição das oligarquias.” Na madrugada do dia 29, São Borja foi ocupada e o tenente-coronel Eulálio Francisco Ribeiro, comandante da 1ª Brigada de Cavalaria, e o coronel Amada Rodrigues, comandante do 2º Regimento de Cavalaria Independente (2º RCI), foram presos. Segundo Costa, o jornal local *Uruguai* foi transformado em órgão de divulgação da “revolução,” havendo impressão e distribuição de boletins, onde constava o programa e intenções do movimento: “a reforma do artigo 6º da Constituição, que tratava da intervenção federal nos estados, para reforçar a autonomia estadual, a unificação da justiça, a reforma do fisco, estabelecimento da obrigatoriedade do ensino e a introdução do voto secreto e obrigatório.” Esse boletim vinha assinado pelo General Isidoro Dias Lopes, pelo General Bernardo Padilha, por Honório Lemes, Zeca Neto, pelo Capitão Olinto Mesquita de Vasconcelos, por Filipe Portinho, Leonel Rocha e Miguel Costa.⁵⁴⁵

Aqui podemos registrar a participação de mais um veterano das revoltas riograndenses, além de Leonel Rocha - do qual falaremos mais adiante - no levante militar: Filipe Portinho. Ele liderou combates entre os maragatos, durante a Revolução de 1923, nas paragens de Erechim, Passo Fundo e Lagoa Vermelha, contra Brigadas legalistas, defensora de Borges de Medeiros e lideradas por Firmino Paim Filho. Era filho de José Gomes Portinho, o Barão de Cruz Alta e de Benta Portinho. Participou, também, da Revolução Federalista de 1893, comandando tropas maragatas, na defesa de Gaspar Silveira Martins. Depois dessa insurreição, afastou-se do cenário político, voltando a se destacar na Revolução Assisista, de 1923, como comandante maragato na região Norte. Não aceitava a derrota e não se entregava em nenhuma hipótese. Certa vez, num dos combates havidos às margens do rio das Contas, em Santa Catarina, os rebelados comandados por ele, entrincheirados em muros de pedras, causaram grandes baixas aos legalistas, em uma batalha com dez horas de duração, sob chuva e cerração. Histórias como essas cercavam esses personagens criando, no imaginário popular, a ideia de heroicidade e o sentimento de admiração em torno de suas figuras, tornando-os quase que personagens lendários. Eram histórias que alimentavam o espírito de corpo da própria tropa, juntamente com as interações entre os protagonistas do drama e gerava certo

⁵⁴⁵ COSTA, Elmar Bones da. *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*. RS: Editora RBS, 1998, p. 231. Ver também: *Jornal Folha do Nordeste*, 29/05/2015; FERREIRA, Mariluci Melo (colunista). *General Felipe Neri Portinho no comando maragato*. Disponível em: http://www.folhadonordeste.com.br/site/colunas.php?id_colunista=92&id=3928. Acesso em: 11/2019. Historiadores locais como Artur Ferreira Filho e Fidélis Dalcin Barbosa são ainda os que mais mencionam o nome de Portinho em seus escritos sobre a Revolução de 1923. Filipe Portinho retorna às revoltas na Revolução de 1930 e prende pessoalmente o General Cândido Rondon. Sobre isso ver: MINISTÉRIO DA DEFESA. *Revolução de 30*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/>. Acesso: 01/2020.

consenso que os unificava, sendo aquele, inconcebível sem uma organização de signos geradora de eficácia simbólica e performativa.”⁵⁴⁶

Com o fim do confronto, Filipe Portinho permaneceu refugiado em Santa Catarina, aproveitando-se do fato do governador ser um opositor de Borges de Medeiros, até a assinatura do Pacto de Pedras Altas, quando “retornou ao Rio Grande para ganhar a vida como tropeiro.” E aqui encontramos, novamente, o velho gaúcho envolvido com as revoltas militares de 1924.⁵⁴⁷

O dia 29 de outubro de 1924 termina com os revoltosos dominando toda a fronteira gaúcha que ladeia o rio Uruguai, com exceção de Itaqui, onde as forças legalistas, supervisionadas pelo Capitão Carneiro Pinto e por Osvaldo Aranha, comandando quatrocentos civis, além da coluna com quinhentos homens os atacaram, trazendo reforço procedente de Santiago (também no Rio Grande do Sul). As tropas legalistas estavam sob o comando do Tenente Honório dos Santos e se encontram fortemente armadas. Os revoltosos atacaram Itaqui em 4 de novembro, com colunas comandadas por Juarez Távora, Siqueira Campos e Aníbal Benévolo. Siqueira Campos recebeu o apoio da 1ª Companhia do Batalhão Ferroviário e esperava ainda reforços de Uruguaiana, mas estes chegaram tarde demais. Diante da superioridade do inimigo, Siqueira Campos decidiu retirar-se para a Argentina.⁵⁴⁸ Nessa ocasião, morreu um oficial considerado pelos revoltosos de muito valor e talento, Aníbal Benévolo, pertencente ao Estado-Maior da Brigada de Cavalaria do Rio Grande do Sul. Benévolo sustentou a retirada de Siqueira Campos, a fim de permitir que ele e sua tropa emigrassem para a Argentina, mas, subitamente foi atacado pela retaguarda, por uma coluna legalista, tendo combatido em condições desfavoráveis, quando foi atingido mortalmente. Siqueira Campos o substituiu imediatamente no comando e passou a dispensar a tropa em grupos pequenos, medida estratégica para não haver mais baixas.⁵⁴⁹

Prestes já sabia dessa derrota quando se encontrou com os revoltosos e, ali, juntos, decidem reorganizar as tropas. Então, João Alberto, Siqueira Campos, Juarez Távora e Luís Carlos Prestes reúnem-se em São Luís das Missões, onde Prestes já se encontrava, uma cidade em que não tinham problemas, pois era “integralmente simpática à Revolução”.⁵⁵⁰ Em São Luís se reuniram militares da cidade, enquanto aguardavam a chegada de alguns soldados do

⁵⁴⁶ CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 12.

⁵⁴⁷ COSTA, Jornal *Folha do Nordeste*, 29/05/2015, op. cit..

⁵⁴⁸ LACLETTE, Jorge. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Antonio Siqueira Campos*, op. cit..

⁵⁴⁹ BARROS, 1953, op. cit. p. 46.

⁵⁵⁰ Ibid, p. 51.

Capitão Benévolo que estavam dispersos, após a sua morte. Nesta cidade, grupos de civis revolucionários se incorporaram às tropas. Ainda em São Borja vão recolhendo os homens que lutavam com Benévolo e vinham de Itaqui, além de receberem mais adesões.⁵⁵¹

Em 15 dias, os levantes da parte meridional do estado do Rio Grande haviam sido derrotados, e estavam terminados, restando, apenas, as tropas do noroeste do estado, da zona missioneira. Prestes, então, assumiu o comando da Coluna da qual faziam parte uma Companhia do 1º Batalhão Ferroviário (Santo Ângelo), o 3º Regimento de Cavalaria (Alegrete), o 2º Regimento de Cavalaria (São Borja).⁵⁵²

Prestes conseguira arregimentar, em São Luís das Missões, aproximadamente, 1.500 homens. O armamento era precário, pois não possuíam uma arma pesada sequer, uma metralhadora, nada, apenas fuzis Mauser 1908, ainda assim, somente cerca de 700 fuzis. O restante dos homens, quase a metade, saiu do Rio Grande do Sul armado com pistolas e revólveres. Inicialmente ficou esperando que a Coluna Paulista lhes enviasse armamento e munição do Paraná, através da Argentina.⁵⁵³ Enquanto aguardavam, ainda realizaram um raid de cavalaria a umas 30 léguas de distância, para atacar um Batalhão do Exército que estava na cidade Tupacretã, a fim de conseguir armas e munições, mas a Coluna recém-criada, e ainda, segundo Prestes, “sem unidade de pensamento”, não conseguiu um ataque organizado, tendo que recuar para a região missioneira. Prestes, enquanto esteve em São Luís das Missões, estrategicamente, havia protegido seus homens de um ataque, colocando as tropas divididas nas periferias, guardando as diversas estradas que afluíam para essa região, evitando, assim, que espiões do governo, que tentavam penetrá-la constantemente, descobrissem sua localização. Dessa forma, os legalistas pretendiam desvendar a localização do “grosso da Coluna”, mas não a encontravam porque estava distribuída pela periferia. Além disso, a própria localização geográfica da cidade permitiu a Prestes uma organização estratégica que os protegia.⁵⁵⁴

A situação geográfica de São Luís favorecia a concentração de nossas forças. A estrada de ferro mais próxima distava uns 100 quilômetros e rodovia alguma importante cortava, então, aquelas paragens fronteiriças do Rio Grande. O adversário teria mesmo de se movimentar a cavalo e de transpor do lado de São

⁵⁵¹ Ibid, p. 46-49.

⁵⁵² Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁵³ Carta de Prestes a Isidoro dias Lopes reproduzida por LIMA, 1979, p. 107, op. cit..

⁵⁵⁴ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit.. ; Acesso: 10/01/2017.

Borja ou de Santo Ângelo, rios importantes cujas passagens conservávamos bem guardadas.⁵⁵⁵

Dessa forma, conseguiram resistir algum tempo, mas, em princípio de dezembro de 1924, Prestes tomou conhecimento de que não receberia nada do Paraná porque os guardas aduaneiros da Argentina, embora subornados, não permitiam a passagem de munição e armamento.⁵⁵⁶

De fato, Isidoro afirma, em carta a Prestes que, a fronteira está extremamente vigiada e que a indiscrição de alguns resultou na apreensão da primeira remessa de armas vindas desse país. Diante dessa dificuldade, comunica a Prestes estarem em vias de adquirir um aeroplano de carga que “burlaria toda a vigilância.” E conclui pedindo que venha na direção de Foz, e, telegrafe ao amigo Dr. Brasil Vianna, em Monte Caseros, avisando-o para que ponto devia enviar a encomenda.⁵⁵⁷ E, de fato, em correspondência de Brasil Vianna a Simas Enéas, o primeiro afirma que quanto à necessidade de armas, “ajudará através do envio de um amigo ao encontro do Dr. Assis. (Assis Brasil).” E coloca-se “ao inteiro dispor do amigo e companheiro.”⁵⁵⁸

Um fato ocorrido no início de julho de 1925 revela como esse médico prestou uma ajuda importante à Coluna, intermediando armas e munições, através de sua clínica. Isso ocorreu num momento em que a Coluna Prestes sofria um ataque advindo das tropas comandadas por Bertoldo Klinger na internada Zeca Lopes, em Goiás, momento no qual a Secretaria de Estado retransmitiu um telegrama de Félix Pacheco ao embaixador Pedro Toledo, em Buenos Aires. Neste telegrama havia a informação de que caixões de armas estavam ocultos em Garruchos, cidade do Rio Grande do Sul, e que foram transportados subindo a fronteira até S. Xavier (Porto Xavier), cidade Argentina da Província de Misiones - ambas cidades da fronteira do Brasil com Argentina - em carroças, simulando uma mudança destinada a Monte Caseros, Argentina, provavelmente descendo de volta em embarcação pelo Rio Uruguai. O Chefe de serviço assumiu o compromisso de interceptá-la, mas conseguiu desviar apenas uma caixa, em Monte Caseros, com vinte e cinco armas Mauser modelo 1894, vindas de S. Xavier, pois Fidêncio de Mello, Leonel Rocha e Honório Lemes desembarcaram no dia anterior naquela cidade, o que, possivelmente, teria impedido a continuidade de sua

⁵⁵⁵ BARROS, 1953, op. cit., 51.

⁵⁵⁶ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁵⁷ Carta de Isidoro Dias Lopes a Luís Carlos Prestes, de *Apóstoles* (cidade argentina, capital do Departamento de *Apóstoles*, na província de *Misiones*), de 23/12/1924. Carta remetida a Juarez Távora, em Uruguaiana, e enviada em 27/12/24 a Isidoro dias Lopes. Cartas da Revolução de 1924.

⁵⁵⁸ Carta de Brasil Vianna, de Monte Caseros, Para Alfredo Simas Enéas, em 29-12-24.

interceptação. Informou ainda que as caixas possuíam rótulos de material cirúrgico, endereçadas ao sanatório Brazil Vianna em Monte Caseros, o que mostra que Brazil Vianna recebia armas e munições, em nome de seu sanatório, que lá chegavam como insumos para sua clínica.

O chefe de serviço informava, ainda, que em Garruchos, também estavam ocultas outras cinco caixas de armas, e que Leonel Rocha e Fidêncio de Mello providenciavam meios para transportá-las ou para Caseros ou Yapeiú, esta última uma cidade da fronteira SC-RS. Prosseguiu seu relato afirmando que Honório Lemes “partiu na noite de vinte e sete de junho de 1925 para Estação Itapevicua, em companhia de tropeiros simulados, com destino a Concordia, cidade da mesma fronteira SC-RS,” sugerindo que tenham transportando as armas para este local.⁵⁵⁹

Mas, esse arranjo só ocorreria mais tarde porque o telegrama é de julho de 1925 e Prestes pedira o envio de armas e munição a Isidoro em dezembro de 1924, recebendo como resposta, a informação de que não conseguiam ultrapassar a fronteira. Essa situação o fez pensar num plano e preparar uma estratégia para sair daquela região.⁵⁶⁰

Mas, enquanto esses acontecimentos se punham em curso, o governo decidiu sitiá-los atacando-os com sete colunas, de 14 mil homens, e qualquer uma delas era mais forte do que a dos revoltosos, que não tinham uma metralhadora pesada sequer.⁵⁶¹ Apesar de todas essas dificuldades, ao tentar sair do estado com as tropas sob seu comando, ao observá-los, Prestes, percebeu que os adotavam a tática da Missão Militar Francesa. As tropas governistas tinham uma marcha centralizada, sem guarda de flanco e nem formação para ataque, ou seja, faziam uma marcha independente, com um objetivo meramente geográfico, não perseguindo a Coluna, propriamente, apenas seguindo em frente para fazer o sítio de São Luís das Missões. Prestes decide, então, a partir desse momento, criar uma estratégia, que foi posta em prática na noite do dia 27 de dezembro de 1924, retirando todas as guardas das entradas da cidade e concentrando-as no povoado de São Miguel, onde estão as ruínas jesuíticas, a 50 km de São Luís Gonzaga. Após a concentração das tropas em São Miguel, tinham que atravessar o Rio Ijuí⁵⁶² que possuía um vale muito profundo. Prestes colocou a Coluna dos revoltosos dentro

⁵⁵⁹ XAVIER, Mateus Fernandez. A Coluna Prestes e as relações Brasil-Argentina na década de 1920. In: Revista Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 188-208-220. (AHI. Pacheco a Toledo, tel. nº 90, RJ, 1 jul., 1925, 208/03/01).

⁵⁶⁰ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁶¹ Ibid.

⁵⁶² O rio Ijuí é um curso de água do estado do Rio Grande do Sul. A bacia hidrográfica do rio Ijuí passa por 37 municípios com uma população total estimada em 342 mil habitantes. É um afluente do rio Uruguai, que vai à bacia do rio da Prata e, daí, por sequência, ao oceano Atlântico.

desse vale, num vão, às margens do rio, mantendo-a, em completo silêncio. Dessa forma, a coluna legalista, subdividida em duas, se aproximou, tendo como objetivo a cidade de São Luís, passou pelo divisor de águas, de Tupanceretã para São Luís e sequer percebeu que estava lá a tropa revoltosa, enquanto esta última assistia de dentro do vale a passagem das duas fileiras da coluna, cujo comandante era o Coronel Claudino Nunes Pereira, da Força Pública do Rio Grande do Sul.⁵⁶³ Assim, Prestes e sua tropa aproveitam para sair do cerco e no dia seguinte já estavam a sessenta quilômetros e, rapidamente, a cem quilômetros de distância. A saída desse sítio foi uma grande vitória, do ponto de vista estratégico, porque os legalistas continuaram marchando em direção a São Luís, enquanto a coluna revoltosa marchava na direção oposta, aumentando, cada vez mais, a distância entre eles. Acontece aí um fato interessante: as tropas de reforço legalistas, do Coronel Claudino e Firmino Paim, não tendo encontrado mais as tropas rebeldes, ao chegarem a São Luís Gonzaga, combateram entre si, durante toda a madrugada, na célebre batalha de Maria Preta, em Santa Catarina, enquanto a Coluna escapava, sem ser vista, pela picada que os levaria a Barracão, município do sudoeste do Paraná. Fato é que em dois dias já estavam a 189 quilômetros de distância de seus perseguidores⁵⁶⁴ e iniciaram a marcha em direção ao norte, para fazer a junção com as forças revolucionárias paulistas estacionadas em Catanduvas (PR). Prestes, já no comando geral da tropa sulista, dividiu a mesma em três destacamentos, entregues à chefia dos tenentes Mário Portela Fagundes, João Alberto e Antônio Siqueira Campos. Em Tupanceretã (RS), os revolucionários haviam recebido a adesão de cerca de cem voluntários, embora mal armados, liderados pelo coronel Nestor Veríssimo.⁵⁶⁵

Nestor Veríssimo era de família tradicional gaúcha, embora sem posses. Passara a infância na cidade de Cruz Alta, onde nasceu, tendo “grande prestígio nas cidades localizadas no oeste sul-rio-grandense.”⁵⁶⁶ Nasceu em 28 de abril de 1890, e participou, como Major, da Revolução de 1923 e foi uma das muitas lideranças gaúchas presentes nos levantes tenentistas, tendo participado, em 1925, da Coluna Prestes, como Tenente-Coronel, em sua

⁵⁶³ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁶⁴ Ibid.

⁵⁶⁵ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁶⁶ O tenente-coronel Nestor Veríssimo era homem de confiança do presidente Getúlio Vargas. Quando foi convidado a dirigir a penitenciária de Fernando de Noronha, levou com ele homens de sua confiança, quase todos oriundos do Rio Grande do Sul, assim como quando foi transferido para a Colônia Agrícola Dois Rios, na Ilha Grande, como diretor. SANTOS, M. (2016). A invisibilidade da pena: Dois Rios como imagem do paraíso. *Tempo Social*, 28(2), 261-283. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.105854>

jornada pelo interior do país. Foi preso e, bem mais tarde, voltou a pegar em armas para defender a posse de Getúlio Vargas.⁵⁶⁷

Depois de travar combate com as tropas legalistas concentradas na cidade, foram obrigados a recuar até Carazinho, onde receberam, de um emissário do General Isidoro, a orientação de rumarem para Foz do Iguaçu (PR), a fim de se encontrarem com a Coluna Paulista. Prestes deixou Nestor Veríssimo no comando do seu destacamento e junto a João Alberto seguiu para ajudar na penosa ocupação de Boqueirão da Ramada, ponto obrigatório de passagem para o norte, onde os revolucionários tiveram 50 mortos e 100 feridos.⁵⁶⁸ O combate em Ramada foi significativo. Ocorreu no dia 3 de janeiro de 1925, a aproximadamente cem quilômetros de Santo Ângelo, quando o governo, finalmente compreendeu que iam para o Paraná e que estavam orientados a juntar suas forças às de São Paulo. Todas as tropas governistas disponíveis foram reunidas e enviadas para combate contra os revoltosos, tentando impedir sua marcha para o norte. Fizeram uma barragem e às oito da manhã começou o combate, indo até quatro horas da tarde, mas os legalistas não foram vitoriosos. Segundo Prestes, os revoltosos já estavam quase tomando seus canhões, mas os governistas optaram pela retirada para salvá-los e deixaram a estrada livre para que a Coluna rebelde adentrasse na mata do Uruguai, onde havia dois rios à frente para realizarem as travessias, o Rio Pardo e, depois, o Rio Uruguai.⁵⁶⁹ No cruzamento do Rio Pardo, houve demora em atravessar toda a tropa e, como era de costume aos comandantes, Mário Portela Fagundes, à frente do 1º Destacamento da Coluna do Sul, esperava o último de seus comandados atravessar, até a outra margem deste Rio, juntamente com seu ajudante o Tenente Bins, quando, de repente, os Batalhões Provisórios, compostos por civis e legalistas, conseguiram alcançar sua retaguarda e Mario Portela foi atacado. O Destacamento dele assistiu, já do outro lado do rio, a luta feroz empreendida por ele até o final de suas forças, e, depois, seu fuzilamento e de outros poucos companheiros que tinham ficado para trás.⁵⁷⁰

A descrição de Mário Portela Fagundes feita por João Alberto é a seguinte:

Portela era um grande companheiro. Inteligência viva e lúcida bravura incontestada, entusiasmo sem medida pela causa da revolução. Tinha uma afinidade especial com Prestes, que fora seu instrutor na Escola Militar. Baixo. Mais baixo ainda do que Prestes. Cabelos negros, olhos pretos, tez clara, bem proporcionado de corpo,

⁵⁶⁷ NESTOR Veríssimo, o diretor e o barco. Narração: Gelsom Rozentino; Produção: Ecomuseu Ilha Grande, 10 de jun. de 2020; 1 DVD (2:17minutos) <https://www.youtube.com/watch?v=-LGVUDoUPhc>

⁵⁶⁸ MAYER, Jorge Miguel. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *João Alberto*. CPDOC, FGV.

⁵⁶⁹ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁷⁰ BARROS, 1953, op. cit., p. 72 e 73

robusto, ágil, ativo, empreendedor, Portela sobressaía onde estivesse. Oficial de engenharia, como Prestes, serviu no 1º Batalhão Ferroviário, sob seu comando, quando estourou a revolução. Fizera-se logo um dos mais ardentes prosélitos da causa e merecera o comando do 1º Destacamento, constituído sobre a base do Batalhão Ferroviário. Durante três anos convivi com Portela na Escola Militar e ali apreciei as suas qualidades de caráter, a sua vocação de líder e a sua aplicação aos estudos. O papel de realce que vinha conquistando na Coluna não me surpreendia. A notícia de sua morte, essa sim que me surpreendeu, - e abateu por algum tempo o ânimo de Prestes. Foi uma das perdas que ele mais sentiu.⁵⁷¹

“Foi uma das perdas que ele mais sentiu,” de tantas outras incontáveis perdas que Prestes teria, dentre os colegas de profissão, amigos e parentes.

E mais uma vez vemos três revoltosos que conviveram desde a Escola Militar do Realengo, Prestes e Portela na mesma turma, da arma de Engenharia, e João Alberto na turma de Artilharia, em turmas cujo curso foi feito no mesmo período. Depois trabalharam juntos, Prestes e Portela no mesmo Batalhão e João Alberto no mesmo estado, em Alegrete, e, no momento deste relato, estavam juntos nos combates. Esse é apenas mais um exemplo de muitos já mencionados ao longo deste trabalho, situação que tornava a perda mais difícil, pois era uma convivência de anos, muitos desde a juventude, na Escola, outros ao longo de oito anos - de 1922, início dos levante, até a Revolução de 1930 - como ocorreu no caso de Siqueira Campos, que inicia sua jornada de insurreições em 1922 e morre em maio de 1930, cinco meses antes da Revolução, sendo ele um revoltoso conhecido de todos.

A morte foi uma experiência das mais difíceis de suportar, porque dividiam já há alguns anos adversidades de todo o tipo, mas, a morte, era a situação mais recorrente de todas, pois, a cada batalha, sempre havia perdas, que eram sentidas, principalmente, porque todos se conheciam. Era preciso “travar a batalha de cada dia, cada hora contra o cansaço, a fome, o frio, e a inércia resultante disso; resistir aos inimigos e não ter pena dos adversários; aguçar o engenho, fortificar a paciência, acirrar a vontade. Sobreviver era uma questão de “golpes de sorte” uma luta extenuante de “brutos contra brutos,” usando as forças dos indivíduos que não temem a morte, para tentar não morrer.⁵⁷²

Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes e testemunha dos acontecimentos, cita um combate, quando acamparam na Invernada Zeca Lopes. Segundo ele, o enfrentamento teria sido um dos mais sangrentos que eles tiveram em toda marcha, em função da grande superioridade bélica dos legalistas. Vinham de um combate renhido, num local sem água e sem comida e o Tenente Modesto Lafayette Cruz, ainda segundo Lima um “valente gaúcho” que se incorporara à Revolução, em São Paulo, e fizera toda a campanha até

⁵⁷¹ Ibid, p. 72 e 73.

⁵⁷² LEVI, 1988, op. cit., 93-4.

Foz do Iguaçu, Paraná, resolve tomar de assalto os caminhões dos legalistas que, armados de metralhadoras, prejudicavam muito a Coluna. Ele teria reunido os seus homens e avançado contra os adversários, num repentino assalto, e foi atingido e morto na frente na frente de seus comandados. O pelotão dele, porém, não se intimidou, continuou a avançar mesmo em meio às cargas de metralhadora, conseguindo apoderar-se de dois carros, que procurou levar para as linhas de combate da Coluna. Os outros caminhões concentraram, então, o fogo das suas metralhadoras contra e os que restaram, combatendo, ferindo e matando quantos podiam, tendo, o restante, batido em retirada. Dentre os mortos, Lima cita o Tenente Manente Aldo, jovem de 18 anos, o Sargento Batista, o Capitão João Baptista, da força riograndense. Dentre os feridos estavam: o Major Erasmo Cordeiro; os Tenentes Alves e Agrícola Baptista, vindos de São Paulo. Esse assalto deixou a impressão de uma ação sobre-humana nos revoltosos, pela ousadia empreendida, deixando um total de 30 mortos.⁵⁷³ E era esse tipo de experiência que ia fortalecendo, cada vez mais, entre eles, sua identidade revoltosa.

Após atravessarem o Rio Uruguai chegaram a Santa Catarina, e, por Barracão,⁵⁷⁴ adentraram por um picadão onde não havia alimento para a tropa. Havia levado, do Rio Grande do Sul, vacas para alimentar os soldados, mas, como nos últimos dias as vacas não aguentavam mais andar, tiveram que descarná-las e levar a carne em cargueiros para a tropa, mas essa reserva acabara.⁵⁷⁵ Ainda em Santa Catarina decidiram fazer uma manobra para enfrentar o Exército de Rondon, que estava atacando o Paraná, mas, ao chegarem à zona da mata cerrada, às grandes campinas de palmas do Paraná, encontraram-se novamente com tropas do governo, comandadas pelo oficial Firmino Paim, da Força Pública. Combateram, mas tiveram que recuar, fazendo uma guerra de retirada, de emboscadas, a qual não resultou em nenhum ferido do lado revoltoso, mas muitos mortos nas tropas legalistas.⁵⁷⁶ Mais uma vez Prestes punha em prática sua visão de estrategista, tomando decisões que resultavam e vitórias surpreendentes, diante dos poucos recursos que possuíam. As baixas legalistas foram tantas, que:

(...) depois de 2, 3 dias, a tropa só avançava com os oficiais gritando, eu ouvia os oficiais gritando: ‘avança, covarde!’, porque ninguém queria vir na frente... porque os que vinham na frente morriam. Cada soldado nosso, só tinha ordem de dar dois

⁵⁷³ LIMA, 1979, op. cit., p. 166-7.

⁵⁷⁴ Barracão é um município do sudoeste do Paraná com fronteira com a cidade de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina), e Bernardo de Irigoyen (Missões, Argentina), com as quais forma uma tríplice fronteira (Missões, Santa Catarina e Paraná).

⁵⁷⁵ Em função destas dificuldades, cerca de uma centena de combatentes desertou quando a tropa chegou a Barracão, na fronteira com a Argentina e última cidade brasileira do trajeto. MAYER Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *João Alberto*.

⁵⁷⁶ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

tiros, para matar os dianteiros. De maneira que eles já estavam acovardados, os oficiais tinham que vir na frente para poder os soldados avançar. Era um terreno muito acidentado e nós fazíamos uma guerra de emboscada. Nós dávamos a ordem de fogo, matávamos os da frente e o pessoal recolhia e cobria-se, no terreno. Eles arrasavam a mata com metralhadora. Caía galho de pinheiro por todo lado. Depois que eles silenciavam e começavam a avançar, nós recuávamos para outra posição que era muito variável: às vezes era perto, outras vezes muito distante, um quilômetro, dois quilômetros para trás. Essa guerra foi uma guerra de desgaste muito grande pra eles. Levamos um mês para recuar 100 quilômetros, mais ou menos.⁵⁷⁷

Prestes era, de fato, um estrategista. Mesmo em situações adversas, sem armas e munição suficientes e em desvantagem numérica, conquistava, assim, uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias, um domínio da condição de revoltoso, no tempo e no espaço da rebelião, lançando mão de diversas “táticas”.

A tática da guerra de movimento foi levantada por nós. Porque, quem conhece a realidade brasileira, a extensão do nosso país e, particularmente, as dificuldades com que lutávamos... porque a nossa Coluna sempre foi... em situação precaríssima de armamento e de munição. Quando eu organizei a Coluna mesmo, tinha 1500 homens, mas só pude armar com arma longa, com fuzil Mauser (1908), setecentos. Os outros foram armados com pistolas e revólveres. Metade mais ou menos. Não tínhamos um fuzil metralhadora, não tínhamos uma metralhadora pesada. (...) Nós derrotamos 12 generais brasileiros, porque a tarefa deles era liquidar com a Coluna, eles não liquidaram...⁵⁷⁸

O fato é que “se as estratégias militares ou científicas sempre foram inauguradas na constituição de campos ‘próprios,’” a “tática” empregada pelos militares revoltosos, ainda que na condição de exilados e foragidos da polícia, mas possuidores do saber militar, foi a de jogar com o terreno que lhes fora imposto, com as mesmas formas de organização da instituição da qual eram originários, realizando um movimento dentro do ‘campo de visão do inimigo’⁵⁷⁹ e no espaço por ele controlado.⁵⁸⁰

(...) Ela [a tática] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha, não conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida

⁵⁷⁷ Ibid.

⁵⁷⁸ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit.. Ver também: Entrevista de Luiz Carlos Prestes ao Programa do Jô, 1989.

⁵⁷⁹ Cf. BÜLOW, Dietrich Heinrich Von, apud CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª Ed., 1998, p.100. A obra de Bülow sobre a guerra é extensa. Dentre ela podemos destacar: *O Espírito do Sistema de Guerra* (Hamburgo, 1805), *Doutrinas da Guerra* (Berlim, 1805), *História do Príncipe Heinrich von Preussen* (Berlim, 1805), *Novas Táticas do Mais Novo, Deveriam Ser* (Leipzig, 1805) e *A Campanha 1805* (Leipzig, 1806). Ele também editou, com GH de Behrenhorst (1733-1814) e outros, *Annals of War* (Berlim, 1806).

⁵⁸⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª Ed., 1998, p.100. Para Clauzewitz: a tática ensina o emprego das forças armadas no engajamento. A estratégia, a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra. CLAUZEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Forte da Casa (Portugal): Clássica Editora, 2020. Para Bülow “a estratégia é a ciência dos movimenttos bélicos, fora do campo de visão do inimigo; a tática, dentro dele.” Certeau opta por utilizar o significado dado por Bülow, para desenvolver sua teoria. Cf. BÜLOW apud CERTEAU, ibid.

mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar, no vôo, as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.⁵⁸¹

Torna-se menos importante “a relação que mantém com um sistema ou uma ordem. O que importa são as relações de forças definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias das quais podem aproveitar-se.”⁵⁸² Nesse sentido, Prestes ao ressignificar sua realidade aplicava “golpes no terreno da ordem estabelecida,”⁵⁸³ invertendo as circunstâncias antagônicas a seu favor, utilizando-se de um conhecimento apreendido quando era um militar legalista, para empregá-lo no campo revoltoso e se livrar da perseguição de militares legalistas. Prestes acrescia, a essa estratégia utilizada, a “astúcia,” - no sentido dado por Certeau.

Devemos nos lembrar de que a tática da guerra de movimento, uma novidade para alguns, já era utilizada e conhecida dos velhos gaúchos em suas lutas que atravessaram o século, embora o fosse apenas dentro do Rio Grande. Sobre essa prática, Prestes, ainda em Barracão (SC), fala a Isidoro, em carta⁵⁸⁴ enviada aos cuidados do Tenente revoltoso Thales Marcondes: “A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo, que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastantes analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras.”⁵⁸⁵ O General Álvaro Mariante, comandante das tropas legalistas que combatiam a Coluna Prestes, no Nordeste, após sofrer várias derrotas, percebeu isso. Em relatório ao Ministro Setembrino de Carvalho, em 19 de abril de 1925, ele dizia ser preciso abandonar as regras e lições ensinadas pelos manuais militares, ou seja, a estrutura tradicional e o excesso de burocracia; o emprego de grande efetivo, com armamento pesado e abundância de carga, com tropas regulares em caminhões, o que tornava impossível um deslocamento pela caatinga. Segundo Mariante, estavam lidando com um inimigo que se movia e cujo tipo de luta não havia similar no mundo moderno. Segundo Meirelles, ele afirmava ser necessário “recorrer a outro tipo de soldado, que não dependesse de apoio logístico, um soldado que se alimentasse como os rebeldes, sobrevivendo à custa de recursos naturais,” que suportasse caminhar dia e noite, que andasse em grupos pequenos, no máximo de 300 homens, com o armamento leve, e, o mais importante, que tivesse conhecimento dos

⁵⁸¹ Ibid, p. 99-101.

⁵⁸² Ibid, p. 97.

⁵⁸³ Ibid, p. 88.

⁵⁸⁴ Carta de Luís Carlos Prestes a Isidoro Dias Lopes, in LIMA, 1979, op. cit., p 107-110.

⁵⁸⁵ Ibid.

caminhos do sertão: um sertanejo. Esse relatório resultou em sua promoção para o Comando das Forças em Operações no Norte por ordem do Ministro da Guerra, o General Setembrino de Carvalho. Na verdade, o General Mariante apenas havia observado o que já faziam os chamados Batalhões Patrióticos, em Goiás e na Bahia, batalhões legalistas, compostos por civis, sertanejos, que já vinham agindo assim, comandados pelos “chefes locais.”⁵⁸⁶ Os Batalhões foram implacáveis na perseguição à Coluna, mas, ainda assim, não conseguiram vencê-la, provavelmente por não possuírem o conhecimento militar, como Prestes, que fora subvertido em prol da causa revoltosa. Ou seja, embora possuíssem a astúcia, por sua própria experiência no sertão, faltava-lhes a tática.

De Ramada os revoltosos seguiram para Porto Feliz, no extremo oeste de Santa Catarina, na fronteira, onde recentemente estava instalada uma Colônia Alemã, do outro lado do rio Uruguai.⁵⁸⁷ Era formada por um grande contingente migratório alemão, vindo para o Rio Grande do Sul após a Primeira Guerra Mundial, período em que a Alemanha se encontrava em crise, havendo fome, desemprego e falta de perspectivas.⁵⁸⁸ O grupo acaba se estabelecendo no oeste catarinense, após a definição dos limites de terras entre Santa Catarina e o estado do Paraná, que tem início em 1900 e se encerra apenas em 1916, permitindo, assim, que o extremo oeste torne-se objetivo de colonização.⁵⁸⁹ A chegada de novos moradores foi tão intensa, a partir deste período, que pode ser percebida pelo registro de venda de lotes territoriais, do ano de 1924, na Colônia de Porto Feliz, onde foi registrada a chegada de mais de 320 famílias. O relato de Koelln confirma a passagem da Coluna do Sul (Prestes) por lá.⁵⁹⁰

⁵⁸⁶ MEIRELLES, 1999, op. cit., p. 556-7.

⁵⁸⁷ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁵⁸⁸ GERTZ, René. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012. Apud VALMORBIDA, Jair Willian. *Porto Feliz no contexto de colonização do extremo oeste catarinense (1916-1930)*. Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Chapecó. Chapecó, 2017, p. 14.

⁵⁸⁹ (...) as disputas pelas terras tiveram início entre Portugal e Espanha, em 1496, e depois entre o Brasil e a Argentina. A questão foi resolvida em 1895, com a intervenção do presidente dos EUA, Grover Cleveland, com ganho de causa ao Brasil. VALMORBIDA, Jair Willian. *Porto Feliz no contexto de colonização do extremo oeste catarinense (1916-1930)*. Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Chapecó. Chapecó, 2017, p. 9 e 17.

⁵⁹⁰ A Colônia Alemã tem início com os investimentos da colonizadora Chapecó-Peperi, responsável por desenvolver a vila de Porto Feliz. Pode-se considerar como início da colonização do extremo oeste catarinense e fundação de Porto Feliz, a data de 20 de maio de 1922. Este marco de fundação deve-se ao dia da chegada de Hermann Faulhaber ao local, mesma data de definição da vila e, também, do início da colonização da empresa Chapecó-Peperi, visando se desenvolver economicamente e promover o crescimento da vila. A Chapecó-Peperi era dirigida pelo Pastor Hermann Faulhaber, que ficou com as terras localizadas entre os rios Macuco e Antas, onde implantou sua colônia, (atualmente, município de Mondai). Mais tarde, não tendo condições de pagar pelas terras adquiridas, a Chapecó-Peperi vendeu grande parte para a Volksverein (Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul), que colonizou as terras entre os rios Macuco e Pepery-Guaçú, com vistas a implantar Porto Novo, uma colônia formada exclusivamente de colonos de fala alemã e de religião católica. WERLE, André C. *O Reino Jesuítico Germânico nas Margens do rio Uruguai: Aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. 2001. 204f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de

(...) as primeiras famílias que buscaram se instalar na região encontraram grandes dificuldades na chegada. A falta de caminhos bem estruturados colaborava com a construção da ideia do colonizador em desbravar a mata no “sertão catarinense.” As viagens eram realizadas, principalmente, por meio de embarcações pelo rio Uruguai e seus afluentes, além disso, aproveitava-se a existência de pequenas passagens entre a mata para a locomoção. Estes caminhos já em aberto, segundo Arno Koelln, foram realizados por povos indígenas, que já viviam há muito tempo neste território e, também, foram usados por bandeirantes, que cruzaram o território para chegar às missões jesuíticas na Argentina. (...) poucos eram os caminhos que cruzavam as terras pertencentes ao Rio Grande do Sul que chegassem as margens do rio Uruguai, para, assim, chegar às terras do lado catarinense, entre estas, Porto Feliz. A construção de um trajeto bem estruturado por estradas entre estes dois estados ainda demorou a ser concretizado. Mesmo assim, de acordo com relatos de Koelln este trajeto foi realizado pela coluna Prestes, no ano de 1925, e, também, por grupos militares que saíram em marcha, dando início a Revolução de 1930.⁵⁹¹

Os revoltosos fazem um esforço imenso para não serem vistos, porque não sabem como serão recebidos, e, por isso, precisam do efeito surpresa na marcha até a Colônia, mas, ao contrário do esperado, são recebidos por uma comissão que lhes dá boas-vindas, afirmando que confiava nos oficiais do Exército e queria ajudar.

Por esses dias, Cordeiro de Farias foi chamado por Prestes para entregar a ele o 1º Destacamento da Coluna, em substituição a Mário Portela. João Alberto refere-se a Cordeiro de Farias como um “revolucionário tradicional,” que abandonou sua guarnição, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, para se juntar aos revoltosos que chegaram a São Luís das Missões, poucos dias antes da retirada do Rio Grande. Ficou no Estado-Maior de Prestes, aguardando um comando e recebendo instruções eventuais. Era simpático, de trato afável, estatura mediana, moreno e já com os cabelos escassos, ainda moço. Apesar de ser o mais jovem dos chefes, recebeu de Prestes o 1º Destacamento “de braços abertos” e o comandou durante toda a marcha da Coluna.⁵⁹²

João Alberto e Siqueira Campos assumiram o comando da vanguarda no deslocamento para Porto Feliz e, depois, Clevelândia,⁵⁹³ no Paraná, enquanto o tenente Osvaldo Cordeiro de Farias chefiava a retaguarda.⁵⁹⁴

Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2001, apud *ibid*, p. 23, 30 e 34.

⁵⁹¹ Cf. KOELLN, Arno. *Porto Feliz: A história de uma colonização as margens do rio Uruguai*. Mondai: Improeste, 1980. Apud: *ibid*, p. 10-11.

⁵⁹² BARROS, 1953, op. cit., p. 75

⁵⁹³ No Paraná também há uma cidade com esse nome, assim como no Oiapoque, onde fica o Campo de Desterro mencionado em capítulo anterior.

⁵⁹⁴ Cf. MAYER Jorge Miguel. *Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República*. Verbete, *João Alberto*, op. cit..

As tropas paulistas resistiam em Catanduvás, para que a Coluna do Sul pudesse passar. Enquanto o restante da Coluna avançava por uma picada feita na mata,⁵⁹⁵ Cordeiro de Farias continha os legalistas, com apenas cerca de 70 homens. Cordeiro cumpre as ordens de Prestes com exatidão, lutando até o último cartucho, fazendo, em seguida, a retirada em ordem, já com a percepção de que a tropa legalista vinha caminhando em sua direção, apesar da escuridão.⁵⁹⁶ Uma parte do contingente gaúcho já havia atravessado o Rio Iguaçu, quando chegou a notícia de que os paulistas, atacados pelas tropas legalistas do General Cândido Rondon, haviam sido derrotados, em 30 de março de 1925, em Catanduvás, no Paraná.

2.6. - Catanduvás

A presença nessa região era estratégica para os revoltosos e havia sido pensada por Isidoro como parte das frentes de defesa de Foz do Iguaçu, onde permaneceria o grosso da tropa. A organização das tropas de São Paulo, após a saída da capital desse estado, havia dividido o comando em 3 Brigadas: uma 1ª Brigada, sob o comando do General Padilha, atuando na região de Guaíra e Porto Mendes; a 2ª Brigada, comandada pelo General João Francisco, responsável por Santa Helena, Foz do Iguaçu e Catanduvás; e a 3ª Brigada comandada pelo General Miguel Costa (também promovido durante a Revolução), posicionado inicialmente, à margem esquerda do Rio Paraná, entre o Paranapanema e o Ivaí.⁵⁹⁷

Catanduvás era uma posição estratégica tanto para a Divisão São Paulo, quanto para os legalistas. Aquele ponto assegurava a paralisação das tropas governistas, o que permitiria a passagem de Prestes para a fronteira. Enquanto mantinha essas posições, Isidoro determinou que o coronel Fidêncio de Mello partisse, com um contingente, para atravessar o Rio Iguaçu, acima das cataratas, e abrisse uma picada ao longo da fronteira Argentina, por onde os revoltosos do Sul pudessem passar em direção à Foz do Iguaçu, onde se encontrava a Coluna Paulista. Os paulistas fizeram, então, um escudo para que a Coluna riograndense alcançasse o final da Serra de Santa Catarina, pela trilha aberta no meio da mata fechada.⁵⁹⁸ Se os soldados de São Paulo não tivessem se sacrificado, segurando as tropas legalistas em Catanduvás, para

⁵⁹⁵ Essa picada fora feita por Loyola, já mencionado acima, no ataque aos caminhões de metralhadoras, e seu grupo.

⁵⁹⁶ BARROS, 1953, op. cit., p 85-102; ver também em: COSTA, Yuri Abyaza, Revolução Brasileira de 1924. Linha Separação (SC). O combate que levantou e derrubou o mito. Postado em 18 de janeiro, de 2013. Disponível em: <http://revolucaobrasileirade1924.blogspot.com/2013/01/linha-separacao-sc-o-combate-que.html>; acesso em junho de 2018.

⁵⁹⁷ Carta de Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, de Artigas, em 12/10/1924.

⁵⁹⁸ Essa picada, ao final é feita por Loyola, já mencionado no episódio do ataque ao caminhão de metralhadoras dos legalistas, que ocorre depois.

assegurar o trajeto da Coluna Prestes, eles seriam atirados para a fronteira Argentina, capturados e mortos. Mas, Prestes se demora em atravessar o Rio Iguaçu e os paulistas, tiveram que manter uma guerra de posição que já durava meses, o que permitiu a reunião de um grande quantitativo de tropas legalistas que agiram de modo implacável. Os legalistas foram se aglomerando e cercando os combatentes que perderam a cidade de Catanduvas, tomada pelas forças governistas, após combate dramático travado durante mais de 4 meses.⁵⁹⁹

Eram cerca de quatrocentos homens sob o comando dos (maiores)⁶⁰⁰ capitães Olynto Tolentino, Nelson de Melo, Castro Afilhado e Virgílio Ribeiro dos Santos. Ali detiveram, por longo tempo, o avanço de uma força de oito mil homens, garantindo a passagem das tropas de Prestes rumo à Iguaçu.

Segundo Costa,⁶⁰¹ neto de Miguel Costa, este último teria dito que os defensores de Catanduvas, depois de meses de luta, “enterrados na lama das trincheiras, sem roupa, sem alimento, sem um grama, sequer, de açúcar, prostrados pela fadiga, esgotadas todas as energias e esgotado também o último cartucho, entregaram os punhos às algemas da tirania.”

⁶⁰² Cabanas refere-se aos homens de Catanduvas como a “falange paulista que, durante 10 meses, soube honrar o nome dos seus antepassados, soube resistir a todos os embates do adversário, soube, enquanto ainda tinha um cartucho, sofrer as vicissitudes da fome, das enfermidades, do calor, da chuva e do frio (...).”⁶⁰³ Os capitães Olynto Tolentino, Nelson de Melo, Castro Afilhado, Virgílio Ribeiro dos Santos, Filinto Müller e o coronel Estillac Leal conseguiram escapar, indo para Iguaçu, enquanto os demais combatentes aprisionados eram enviados para a Clevelândia, onde um verdadeiro suplício os aguardava.⁶⁰⁴

Catanduvas caíra em poder do inimigo após uma luta heroica de muitos meses, na qual, os seus defensores, cerca de quatrocentos homens, alimentados apenas com uma espiga de milho por dia, quase nus, mal municiados e esgotados pela fadiga, detiveram, durante longo tempo, o avanço das hostes contrárias, que lhes eram muito superiores em número, armas e munições. Os soldados de Catanduvas, dentro das suas trincheiras alagadas pelas grandes chuvas e varridas pelo fogo incessante da artilharia e das metralhadoras adversárias, bateram-se como leões (...). A sua bravura excedeu a tudo quanto a imaginação possa criar, para exaltar a coragem humana.

⁵⁹⁹ CABANAS, João. A Coluna da Morte, São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 231-3. Ver também: *Acontecimentos no Paraná, Catanduvas e região*. Postado em: 09 de setembro de 2011. Blog Coluna Miguel Costa-Prestes. Disponível em:

<http://colunamiguelcostaprestes.blogspot.com.br/2011/09/acomecimentos-no-parana.html>.

⁶⁰⁰ Haviam sido promovidos durante o combate na Coluna.

⁶⁰¹ Yuri Abyaza Costa é neto de Miguel Costa.

⁶⁰² COSTA, Yuri Abyaza. Catanduvas - Um homem contra cem. Disponível em:

<http://colunamiguelcostaprestes.blogspot.com.br/2011/09/catanduvas.html>; Ver também: *Acontecimentos no Paraná, Catanduvas e região*. 09/10/2011. Blog Coluna Miguel Costa-Prestes. Disponível em: <http://colunamiguelcostaprestes.blogspot.com.br/2011/09/acomecimentos-no-parana.html>.

⁶⁰³ CABANAS, op. cit., p. 232.

⁶⁰⁴ LIMA, 1979, op. cit., p. 100-3; CABANAS, op. cit., p. 232.

Cercados pela manobra envolvente de Azeredo Coitinho, de oito mil homens, esses heróis, dispondo tão somente de dez tiros por praça, foram obrigados a depor armas. E, dali, seguiram com as fronte coroadas de louros para o martírio da Clevelândia, onde deveriam morrer de fome e de misérias pelo crime de se haverem batido pela Liberdade (...).⁶⁰⁵

Depois da rendição de Catanduvas, as tropas de Miguel não chegaram a retornar à Guaíra,⁶⁰⁶ porque permaneceram na Serra do Boi Preto, próximo à Cascavél. No dia 1º de abril, com a queda de Catanduvas, o Destacamento Miguel Costa combate com os revoltosos da Força Pública de São Paulo, ainda sob seu comando, em retirada para Salto. Recua para recompor as tropas e continuar “a lucta em nova linha de resistência,”⁶⁰⁷ transferindo seu PC (Posto de Comando) para Cascavel, local que ficava numa distância intermediária, entre Foz do Iguaçu e Catanduvas, lutando até a chegada das tropas do Sul, sob o comando de Prestes.⁶⁰⁸ O PC (Posto de Comando) da Divisão estava em Benjamin. Estillac Leal segue uma picada, a picada dos telégrafos, e combate em retirada também a direção de Benjamin. Ainda esperavam a primeira tropa de reforço de Prestes, que havia sido avisado, sob o comando do Siqueira Campos, para, em 4 ou 5 dias, prestar a eles seu socorro. Prestes chega, no dia seguinte à rendição de Catanduvas, à Benjamin, onde o restante da tropa que não havia sido presa se encontrava⁶⁰⁹

Diante da notícia da derrota de Catanduvas e cientes de que as tropas legalistas viriam ao seu encalço, a travessia da Coluna do Sul foi acelerada e o Destacamento de João Alberto prosseguiu em marcha forçada para a cidade de Benjamin Constant (PR), enquanto Prestes

⁶⁰⁵ LIMA, 1979, *ibid*, p. 99.

⁶⁰⁶ A tomada de Guaíra havia ocorrido durante a retirada de São Paulo, quando tomaram trens, passando por Campinas e atingiram Bauru. Desejavam seguir para Mato Grosso, mas, em Bauru, constataram a impossibilidade de utilizar a Estrada de Ferro do Noroeste, dirigindo-se, então ao ramal da Ferrovia Sorocabana, por São Manuel e Botucatu. Em Mato Grosso, a ocupação da cidade de Três Lagoas foi impedida pelas tropas legais e os revoltosos decidiram atravessar o rio Paraná para adentrarem o Estado do Paraná. Tomaram Guaíra, defendida pelas forças comandadas pelo Capitão Dilermando Cândido de Assis.⁶⁰⁶ A tomada desta cidade coube a João Francisco Pereira de Souza que assumiu o comando da invasão. Foi conduzido numa lancha de nome *Dourado*, por um prático paraguaio, pelo Rio Paraná e com um grupo de revoltosos atacou o destacamento da ilha de Pacu (no rio Paraná). Após dominá-lo, capturou o navio *Don Pancho*, dirigindo-se para Guaíra. Ao Capitão Dilermando restou apenas a retirada em um comboio ferroviário para *Porto de Mendosa*, sendo, ainda perseguido pelos revoltosos em outra composição. João Francisco dominou Guaíra e estabeleceu as tropas no Paraná, de onde, prontamente, desceu ao Rio Grande do Sul para tratar da adesão desse estado, juntamente Juarez Távora e Antônio Siqueira Campos, que vinha do exílio, e estando na Argentina e no dia 6 de outubro chega à Guaíra. Depois de um tempo a cidade foi abandonada, mesmo contra a vontade de Isidoro que a considerava um ponto estratégico na fronteira. Ver mais em: LIMA. 1979, *op. cit.*.

⁶⁰⁷ Cartas de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu para Alfredo Simas Enéas Júnior, em 02/04/25.

⁶⁰⁸ Carta de Henrique Ricardo Holl, de Foz do Iguaçu para Alfredo Simas Enéas Júnior, em 30/03/25.

⁶⁰⁹ Carta de Henrique Ricardo Holl, de Foz do Iguaçu para Alfredo Simas Enéas Júnior, em 01/04/25.

rumava em direção a Santa Helena, às margens do rio Paraná, onde ocorreria o primeiro encontro entre gaúchos e paulistas.⁶¹⁰

João Alberto diz que, no momento em que soube da derrota, o sonho de encontrar a Coluna paulista pareceu escapar de suas mãos, mas que, de fato, Catanduvas não tinha como dar certo, com um Estado-Maior sediado em Foz do Iguaçu, a mais de cem quilômetros da linha de combate, desconhecendo as dificuldades da luta na frente de batalha, que não se apressou em abrir comunicações com Barracão e proporcionar a junção das duas colunas, ainda em tempo de reforçar os defensores da cidade. Afirmou, também, que era possível prever como teria sido o desfecho da luta se tivessem se reunido a Catanduvas, um mês antes. Para ele, possivelmente o destino da luta seria outro, pois os revoltosos poderiam provocar a debandada das tropas governistas, ocasionando um desastre irreparável para o governo federal. Mas, tudo isso permaneceu no campo das suposições, pois há que se considerar o enorme contingente das tropas governistas, nesse momento, além do fato de Isidoro ter contado com a abertura de uma picada, que serviria de ligação entre Barracão e Foz do Iguaçu, e não ter sido atendido.⁶¹¹ Em carta do tenente Henrique Ricardo Holl para Alfredo Simas Enéas, fica claro que contavam com a chegada de Prestes e lutaram até ficarem sem munição.

Acabo de receber o seguinte telegrama do Coronel Mendes Teixeira: ‘situação nossa Apa desesperadora. Estillac sem munição. Sitiado por forças muito superiores. Destacamento Miguel impotente romper o ódio. (...) Mandamos ligação Prestes pedindo auxílio urgente. (a) M. Teixeira.’⁶¹²

⁶¹⁰ MAYER Jorge Miguel. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete, *João Alberto*, op. cit..

⁶¹¹ Cf. Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior.

⁶¹² Carta de Henrique Ricardo Holl, de Foz do Iguaçu, para Alfredo Simas Enéas Júnior, em 30/03/25.



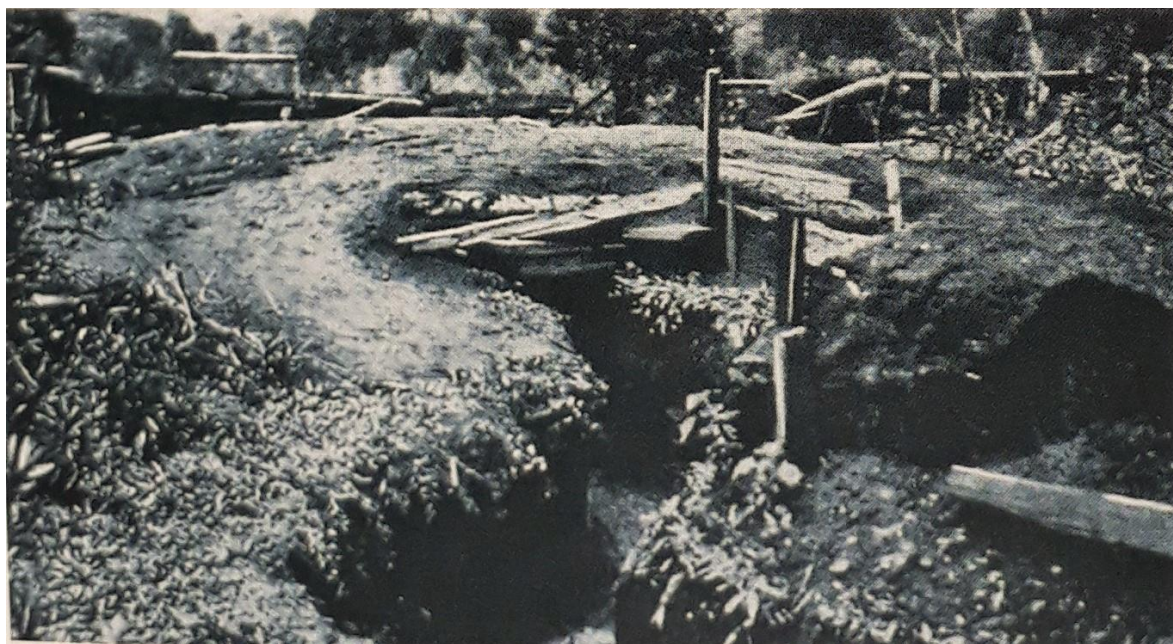
Artilharia legalista.



Artilharia revolucionária

* COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. SP: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2010,

CAMPANHA DO PARANÁ*



* COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. SP: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2010, p. 74.

CAMPANHA DO PARANÁ*



* COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa: um herói brasileiro*. SP: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2010, p. 74.

FOZ DO IGUAÇU *



Estado-Maior do General João Francisco. Sentados da esq. p/ dir. Nelson de Melo, General João Francisco, Newton Estilac Leal, Alcides Araújo. De pé, identificados: Tenente Ribas, Nelson Tabajara de Oliveira e Capitão Feijó (ao centro, com lenço branco).



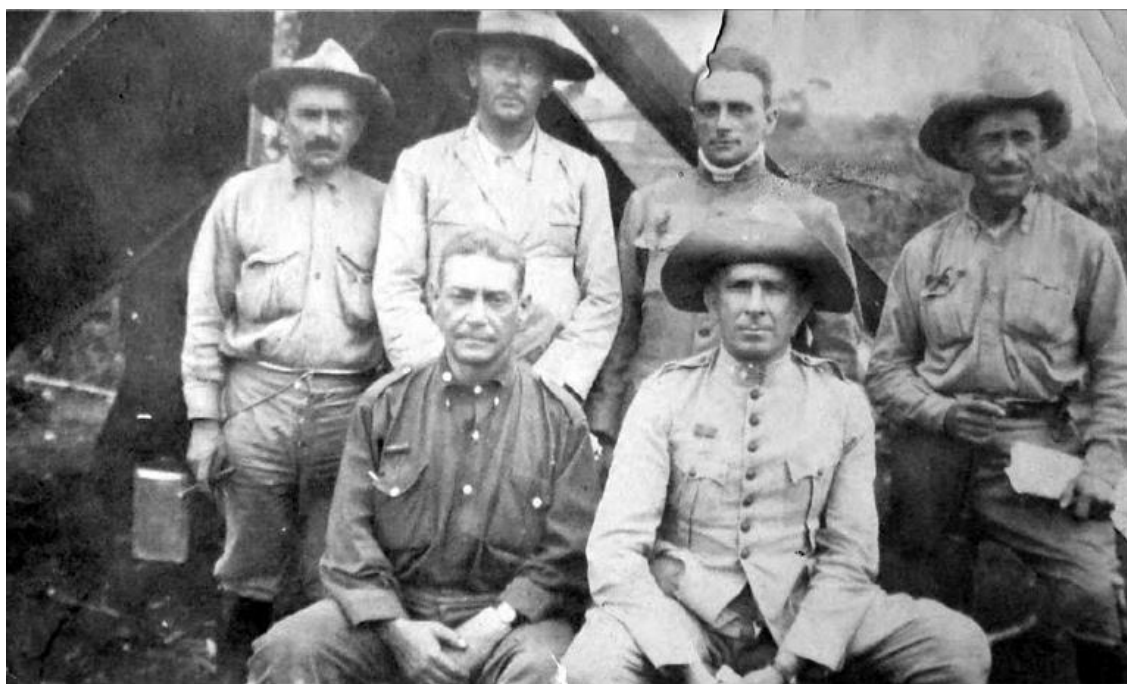
Da esq. p/ dir. – Tales Marcondes, Juarez Távora, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Cherubini Álvares Morales, Edgar Dutra, João Rodrigues de Jesus e Adolfo Bettiol Guido.

* CARVALHO, J. Nunes de. *A Revolução no Brasil*. Buenos Aires, 1925. (Tenente Nunes de Carvalho); LANDUCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA., 1952. (Landuci é operário italiano e, depois, tenente comissionado)

FOZ DO IGUAÇU*



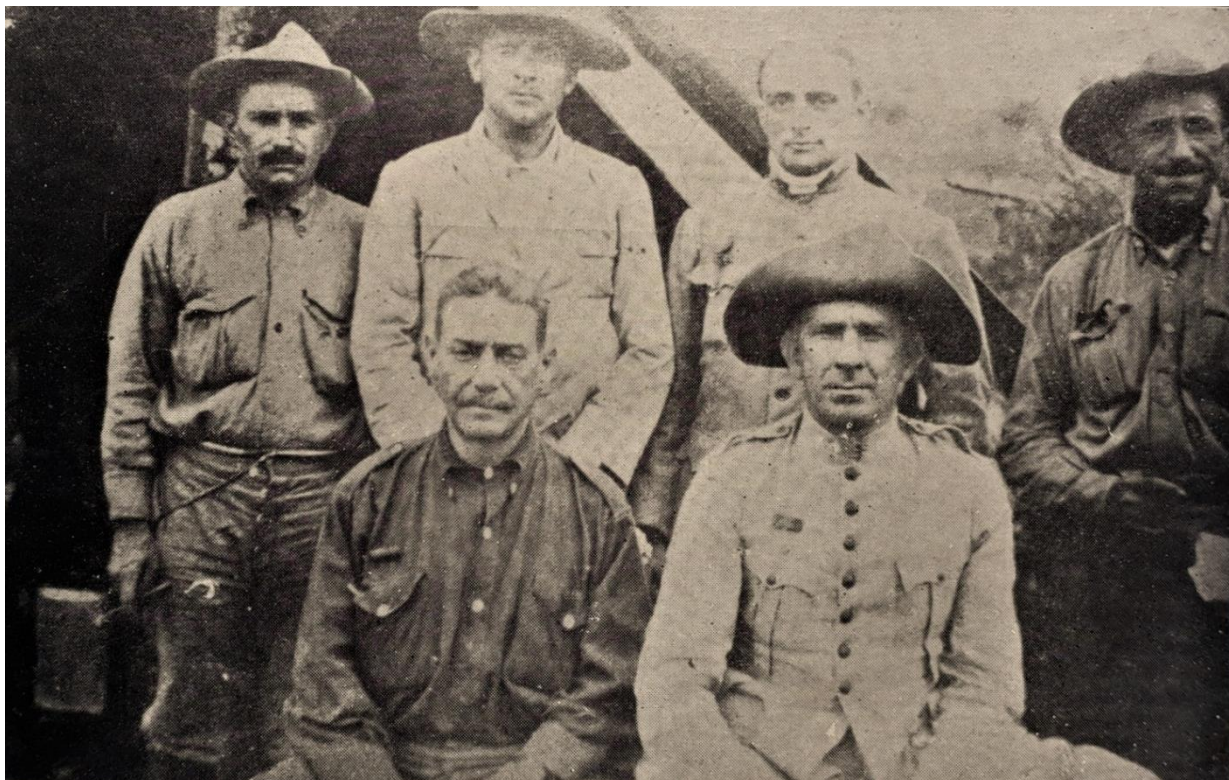
Batista Luzardo visita Isidoro em Foz do Iguaçu.



Foz do Iguaçu. Sentados: Bernardo de Araújo Padilha e Miguel Costa. Em pé: Newton Estilac Leal, Simas Enéas e os irmãos Dutra.

* LANDUCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Ed. Brasiliense LTDA., 1952, p. 28. (Landuci é operário italiano e, depois, tenente comissionado)

FOZ DO IGUAÇU *



Foz do Iguaçu. Sentados: Bernardo de Araújo Padilha e Miguel Costa. Em pé: Newton Estilac Leal, Simas Enéas e os irmãos Dutra.



Batista Luzardo visita Isidoro Dia Lopes em Foz do Iguaçu

* LANDUCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Ed. Brasiliense LTDA., 1952, p. 28. (Landuci é operário italiano e, depois, tenente comissionado)

CAPÍTULO 3. O EXÍLIO – parte II

3.1 O encontro das Colunas do Sul e Paulista

Após a travessia do Rio Iguaçu, Prestes parte de automóvel em direção à oficialidade revoltosa de São Paulo, cerca de quarenta oficiais, havendo uma reunião entre eles.

Segundo ele, para a Coluna revoltosa do Sul, toda a trajetória percorrida, até aquele momento, tinha sido de sucesso e os soldados sentiam-se vitoriosos, por realizarem uma marcha de cerca de 1.200 quilômetros, atravessando zonas nas quais sequer havia estrada, tendo que abri-las a facão e a machado, atravessando dois rios caldalosos, o Rio Uruguai e o Rio Iguaçu, e vencendo estrategicamente a todos os cercos legalistas. Sentiam-se, portanto, integrados, como tropa, e dispostos a continuar lutando.

Todavia, o caminho percorrido pela Coluna Paulista havia sido diferente para seus combatentes, que, extenuados e feridos, chegaram a Foz do Iguaçu, em abril de 1925, quando o combate em São Paulo já havia sido iniciado há cerca de nove meses, havendo - desde então e mesmo fora da capital paulista - batalhas ininterruptas. Além deste extenso e desgastante percurso enfrentado pela Coluna Paulista, a Coluna do Sul chega ao Paraná exatamente em um momento no qual os paulistas perdiam sua principal posição, Catanduvas, para as forças legalistas do Marechal Rondon, numa rendição dramática, com a prisão de 400 homens. E isso ocorria após uma luta empreendida justamente para que Prestes e suas tropas, vindas do Sul, pudessem vencer o último cerco governista e chegar até lá.⁶¹³

João Alberto diz que, no momento em que soube da derrota, o sonho de encontrar a Coluna Paulista pareceu escapar de suas mãos, mas, afirma que, de fato, Catanduvas não tinha como dar certo, com um Estado-Maior sediado em Foz do Iguaçu, a mais de cem quilômetros da linha de combate, desconhecendo as dificuldades da frente de luta, que, por sua vez, não havia se apressado em abrir comunicações com Barracão, Santa Catarina, para promover a junção das duas colunas,⁶¹⁴ ainda em tempo de reforçar os defensores da cidade. Afirmou, também, que era possível prever como teria sido o desfecho da luta se tivessem se reunido a Catanduvas, um mês antes. Para ele, possivelmente, o destino da luta seria outro, pois os revoltosos poderiam provocar a debandada das tropas governistas, ocasionando um desastre irreparável para o governo federal. Mas, tudo isso permaneceu no campo das suposições, pois

⁶¹³ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁶¹⁴ Isidoro ordenou a abertura de uma picada, que serviria de ligação entre Barracão e Foz do Iguaçu, e não ter sido atendido por Fidêncio de Melo. Mais tarde Loyola ajudou na passagem de Prestes.

havia que se considerar o enorme contingente das tropas governistas, que ali se aglomeraram.⁶¹⁵

As tropas de Prestes chegaram no dia seguinte à rendição.⁶¹⁶

Este foi um momento importante para o rumo da Revolução, porque as duas tropas estavam em situação moral diferente. Moralmente e materialmente, as tropas do Paraná experimentavam um sentimento de derrota e Isidoro Dias Lopes apresentou a Prestes um relato pessimista sobre as condições político-militares de prosseguimento da luta, sugerindo que tomassem o rumo do exílio, pois para ele a retirada se “afigurava inevitável.”⁶¹⁷ Mas, a tropa de Prestes, como vimos, chegava a Foz do Iguaçu após algumas vitórias, o que dividia os dois grupos. A maioria da Coluna paulista queria atravessar a fronteira para o exílio, passando para a Argentina, mas, Miguel Costa e Prestes tinham o intuito de prosseguir com a luta, invadindo Mato Grosso. Já Isidoro, por sua vez, ponderava que ele mesmo daria a ordem de continuidade, desde que tivessem transportes, terrestres e fluviais; armas e munições.

Surgiu a ideia abraçada por Miguel Prestes e Estillac de invadirmos o Matto Grosso. Mas como fazel-o sem munição sufficientes e, sobretudo, sem transportes fluviaes? Precisamos, aqui, de todo o dinheiro possível, já e já para o cazo possível de passarmos ao estrangeiro, isto em prejuizo das compras imprescindiveis. É preciso, pois que, a não ser com fardamento e calçado, não se comprometta inutilmente o dinheiro com cousas que não possam chegar aqui a tempo. (...) Já deixei, também, aos chefes (por escripto) que não posso e não devia exigir mais nada da divisão “São Paulo” e da Columna Sul-Rio Grandense, mas, que estava disposto a acatar a deliberação que eles tomassem. Si tivéssemos transportes por terra, transportes fluviaes e munição sufficiente (para o golpe) e, si restabelecida a situação em Guahira, a tropa recuasse, em ordem e a tempo - eu mesmo ordenaria a invasão do Matto Grosso, onde deveremos⁶¹⁸ entrar combatendo...⁶¹⁹

Após a Coluna Paulista ter perdido posições importantes, como Guaíra, por exemplo, na fronteira acima da Cachoeira das Sete Quedas, e Cantanduvras, Isidoro não queria correr riscos, sem que tivessem o mínimo de estrutura material para a continuidade da luta. Preocupado com princípios morais, não havia permitido a retirada de dinheiro dos cofres públicos ou bancos de São Paulo, razão pela qual, não tinham meios para a manutenção da luta e este era um dos principais problemas para prosseguirem. Haviam combinado, antes do movimento, fazer a requisição de duzentos mil contos de réis de repartições oficiais e casas

⁶¹⁵ Cf. Cartas de Isidoro Dias Lopes.

⁶¹⁶ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁶¹⁷ Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, para Alfredo Simas Enéas, em 02/04/1925. Ver também: MAYER Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete, *João Alberto*, op, cit..

⁶¹⁸ A própria conjugação verbal das palavras utilizadas por Isidoro Dias Lopes, ora no futuro do pretérito, ora no futuro do presente, mostra a duvida que paira sobre ele, a respeito da decisão que irá tomar. Grifos meus.

⁶¹⁹ Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, para Alfredo Simas Enéas, em 02/04/1925.

bancárias nacionais para formarem um caixa da revolução, o que não foi feito. Juarez Távora protesta ao saber disso, afirmando ter sido ele o “maior erro político-militar da revolução.”

“Dir-se-á, talvez, que a posse de tão avultado capital teria quebrado o tom de desinteresse que vem aureolando os revolucionários e atrairia sobre eles a odiosidade dos capitalistas de São Paulo. Pouco importaria isso, porque não é com a simpatia dos plutocratas paulistanos que a revolução tem vivido (...).”⁶²⁰

Juarez continua alegando que, mesmo com esse gesto escrupuloso de Isidoro, os revoltosos foram acusados de saqueadores pelo governo e que a requisição em São Paulo seria um erro bem menor do que o de sustentar milhares de soldados às custas de comerciantes e populações pobres, indefesas e miseráveis do interior, como, por fim aconteceu.

Mas Prestes e Miguel Costa decidiram pela sua continuidade, mesmo sem que as condições mínimas necessárias se fizessem presentes, optando por resolver os problemas materiais, à medida que fossem surgindo, ao longo da marcha.

João Cabanas e Felinto Müller, por exemplo, queriam passar para a Argentina, mas há insistência, por parte de Prestes, para que ambos permaneçam. No caso deste último, sabendo que era matogrossense e pensando que ele conhecesse o terreno, como pretendiam adentrar Mato Grosso, Prestes insistiu ainda mais. Depois, Prestes soube que ele era do Norte do Cuiabá e não conhecia nada no Sul. Conseguiu convencê-los a segui-lo, mas, ambos só permaneceram até pouco depois a travessia do Rio Paraná, local em que a situação ficou muito séria porque sofreram novo ataque do governo e a única alternativa era realizar sua travessia, uma manobra difícilíssima que exigia precisão e extremo esforço. O Rio tinha uma cachoeira cerca de quatro quilômetros acima, de onde se encontravam, e, abaixo, duzentos metros de largura, com uma profundidade tremenda, redemoinhos fortíssimos, com dificuldades para travessia à canoa, tornando-se necessário um barco mais pesado para fazer frente à correnteza. Dessa forma, ainda segundo Prestes, após cruzarem o rio, tanto Felinto, quanto Cabanas, que até então só haviam lutado em terreno firme, em meio urbano, decidiram adentrar para o Paraguai abandonando a Coluna.⁶²¹

Depois dos acertos entre os oficiais, a Coluna entra no Paraguai para se livrar da perseguição das tropas legais que combateram Catanduvas. Inicialmente, conseguiram tomar de assalto uma embarcação paraguaia, um navio que fazia viagem até Buenos Aires. Com uma lancha, que possuíam, abordaram o navio e entregaram uma carta, destinada ao

⁶²⁰ TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 248.

⁶²¹ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

comandante militar paraguaio da cidade de Porto Adela, uma cidade em frente a Porto Mendes. Este comandante não queria permitir que entrassem armados no Paraguai, mas os revoltosos aludiram a momentos em que a tropa gaúcha entrou no Uruguai e a tropa uruguaia não teve força suficiente para impedir os atentados contra a vida dos revoltosos, referindo-se ao massacre ocorrido em Galpones.⁶²² Como não assentissem, os revoltosos apelaram para a condição de serem colegas, militares, e afirmaram já ter ocupado também o terreno ao Norte, não desejando derramar sangue, segundo Prestes, um blefe que teria funcionado.⁶²³

É importante observar como a fronteira foi utilizada, com constância, como um elemento de escape ou mesmo de escoamento de tropas, para o exílio, não só na Coluna Prestes, mas em diversas insurreições do Rio Grande do Sul, desde as disputas luso-brasileiras com o Império espanhol.⁶²⁴

Desde os primeiros delineamentos, a linha de fronteira caracterizou-se como um elemento de vulnerabilidade natural, transformando-se num lugar de refúgio político e local de abrigo aos contrabandos de gado e mercadorias, que ainda hoje marcam o cotidiano da região. O simples ato de atravessar a linha imaginária da fronteira revelou-se, desde então, uma prática natural aos foragidos e degredados, reforçada através da literatura local. (...) A fronteira se caracterizou, desde o início da colonização, por ser local de refúgio e abrigo político aos que lutavam contra o poder centralizador do Estado Nação, que cresceria com o passar das décadas (...).⁶²⁵

Nesse caso, a fronteira assumia um significado diverso do habitual, de demarcação geográfica que isolaria as populações em seus respectivos territórios, para ser utilizada como uma fronteira integrada aos propósitos políticos, sociais e econômicos, e a existência de limites nacionais não teria verdadeira influência. Os limites da fronteira brasileira continuaram instáveis durante toda a década de 1920-30, enquanto estão em curso as lutas que compõe o processo que leva à Revolução de 1930.

Um olhar para o espaço de fronteira - sob uma perspectiva social - nos leva à percepção de como os atores envolvidos nos levantes consideravam sua travessia. De fato, a

⁶²² Esse episódio foi relatado no primeiro capítulo.

⁶²³ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit..

⁶²⁴ Além disso, “a conformação da sociedade que se construiu naquela zona de fronteira, ao longo do século XIX, foi a resultante do choque e das relações mantidas por migrantes vindos de diferentes origens – tanto guaranis missionários quanto luso-brasileiros, hispano-platinos, charruas e minuanos.” FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI Luís Augusto. *A fronteira manejada*: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX) p. 146, in HEINZ, Flavio M. (Org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos Editora, 2009, p. 147.

⁶²⁵ ASEFF, Marlon Gonsales. *Retratos do exílio*: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974). Dissertação orientada pelo Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado e apresentada a Banca Examinadora Como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Florianópolis, SC, 2008, p. 22-27.

fronteira avaliada sob um aspecto funcional, como linha divisória geográfica que separa populações, representa “uma abstração que não tem existência real fora do mapa geográfico,”⁶²⁶ mas, se compreendida como um espaço/produto da ação humana, como abrigo de relações sociais, permite a construção de significados.⁶²⁷ No caso dos revoltosos, esses espaços estavam integrados às lutas, ainda que como um último recurso, pois, à medida que atuavam como sujeitos históricos em um contexto social específico, o significado da fronteira estava diretamente ligado aos interesses e situações nos quais estavam envolvidos. E eles dispunham do espaço de fronteira, não somente como um *locus* de fuga, mas, também, de moradia, pois, se conservando ao longo da fronteira de países da América, ficavam mais próximos de qualquer chamado do General Isidoro Dias Lopes. Dessa forma, podiam atender prontamente a sua convocação, retornando às conspirações e preparativos para os combates ocorridos enquanto estavam no exílio, como veremos mais adiante. Além disso, reuniam-se com lideranças políticas, levavam ou recebiam mercadorias diversas do Brasil para o exílio: alimentos, armas e munições, cartas e encomendas às famílias. Para tanto, os revoltosos tiveram que descobrir formas de manejar a fronteira,⁶²⁸ para resolver problemas inerentes às relações que sua ação exigia através delas, lidando com políticas de Estado diferenciadas, a cada país que chegavam, especialmente tratando-se de uma situação que envolvia insurreições, com vistas à deposição de um chefe de Estado.

Percorreram aproximadamente 150 quilômetros no Paraguai e no dia 3 de maio de 1925 já entravam no sul de Mato Grosso. Fizeram isso retornando ao país por Ponta Porã, cidade mato-grossense fronteiriça com Paraguai, por onde penetraram em Goiás.⁶²⁹ Essa era a data em que o presidente brasileiro lia um relatório anual ao parlamento, por ocasião da posse dos legisladores. Na leitura de seu relatório, Bernardes transmitia informações transcritas pelo General Rondon, acerca da situação dos revoltos, e lia, ao parlamento, notícias de que as tropas rebeldes haviam sido debeladas e que o movimento estava liquidado. E é exatamente nesse momento que chega a Bernardes um telegrama cientificando-o de que os rebeldes haviam acabado de penetrar o estado de Mato Grosso, pelo sul, o que representou mais uma desmoralização sofrida por Bernardes.

⁶²⁶ ZIENTARA, Benedikt. *Fronteira*. In: *Enciclopédia Einaudi*, 1989. p. 307, apud FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI Luís Augusto. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)* p. 154, in HEINZ, Flavio M. (Org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos Editora, 2009.

⁶²⁷ FLORES; FARINATTI, p. 146, in HEINZ (org.), 2009, op. cit..

⁶²⁸ Ibid, ibidem.

⁶²⁹ BARROS, 1953, p 85-102; ver também em: COSTA, 2013, op. cit..

Acontecimentos como estes, de adentrarem o espaço brasileiro, surpreendendo as autoridades, animavam a soldadesca que, entusiasmada, a cada dia tinha mais confiança na liderança de Prestes.⁶³⁰

Os soldados que foram da Coluna, quando chegaram ao Sul de Mato Grosso já tinham um verdadeiro orgulho de participar da Coluna, embora não recebessem um salário, não tivessem soldo, nenhum tostão, ou comiam quando houvesse comida. Há dias que não havia... e roupa também... quando houvesse roupa, etc. ...e eram homens entusiasmados de que... realmente, de uma abnegação total. E foi isso... juntamos as duas Colunas, formamos uma Divisão, sob o comando do General Miguel Costa que era o mais... era 15 anos mais velho do que nós... nós éramos oficiais de 26 anos, ele já tinha uns 41 anos, 42 anos. E, com essa Coluna, entramos no Sul de Mato Grosso, e iniciamos a marcha no interior do Brasil, adotando como estratégia, o que? Atrair o maior número de força possível contra nós, na esperança de que os nossos amigos no Rio de Janeiro botassem o Bernardes abaixo.⁶³¹

Aqui vemos o fortalecimento da identidade revoltosa em contraposição aos seus companheiros legalistas, que por razões diversas não aderiam. Uma identidade que aqui, nos momentos de luta, tinha como alimento a ação propriamente dita, o combate, as vitórias sobre os legalistas, a alegria de vê-los sucumbir às estratégias de Prestes, que junto a Miguel Costa, conduzia as tropas deixando os legalistas em situação difícil e, não raro, vexatória.

3.1.1 Isidoro, o “Chefe Supremo da Revolução”: a organização de um QG no exílio.

Desde a chegada de Isidoro Dias Lopes em Foz do Iguaçu, ele circulou por algumas cidades do Paraná, como Santo Tomé, em Japurá; São José, nos arredores de Curitiba; Monte Caseros, Departamento argentino, na província de Corrientes; até retornar a Foz do Iguaçu onde permaneceu por certo tempo, ajudando os exilados a saírem do país. Enquanto aguardava Prestes chegar do Sul, coordenava duas frentes de luta que haviam restado à Coluna Paulista:⁶³² a de Catanduvás e o Destacamento de Miguel Costa, que, após a queda desta, permaneceu em seu posto de comando na Serra do Boi Preto, próximo à Cascavel.

Após o encontro da Coluna Paulista com a Coluna do Sul, em Foz do Iguaçu, parte dos revoltosos, de ambas as Colunas, decidiram continuar a luta, iniciando sua ação pela invasão de Mato Grosso. Diante dessa decisão, ali, ainda em Foz do Iguaçu, foi criada a 1ª Divisão Revolucionária, subdividida em duas Brigadas, cujo comando geral ficou a cargo de Miguel Costa, promovido a General, por Isidoro. Seu respectivo Estado-Maior tinha os seguintes

⁶³⁰ Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra, op. cit.

⁶³¹ Ibid.

⁶³² Eram três frentes, formadas inicialmente para defender a retirada até Foz e posteriormente mantidas, apenas as duas citadas, para conter as tropas legalistas e permitir a passagem das tropas de Prestes, vindas do Sul.

quadros: Coriolano de Almeida Junior; Djalma Soares Dutra;⁶³³ Alberto Costa; José Athayde, chefe do corpo de saúde; o civil, advogado, Lourenço Moreira Lima e Raff, encarregado do material bélico.

Uma das brigadas era a Brigada Rio Grande, que passou a ter a seguinte composição: Coronel-comandante: Luiz Carlos Prestes. Estado-Maior: Paulo Kruger da Cunha Cruz; Ítalo Landuci, civil, operário italiano, de SP; Tenentes Ary Salgado Freire, Henrique Ricardo Holl, Oswaldo Cordeiro de Farias, João Alberto e Siqueira Campos; Sady Vale Machado e Nicacio Costa, ajudante de ordens. A segunda brigada criada foi a Brigada São Paulo, formada pelos seguintes quadros: Tenente-Coronel Comandante Juarez Távora. Estado-Maior: Mario Geri; Mario Morgado, ajudante de ordens; Manoel Alves Lyra e Virgílio R. dos Santos; Jorge Danton. Essa força possuía entre mil e quatrocentos e mil e quinhentos homens, sendo oitocentos da Brigada Rio Grande e a outra parte, da Brigada de São Paulo. Cada força tinha duzentos e cinquenta homens, cada Esquadrão independente, cinquenta, cada bateria, oitenta - com dois canhões de campanha e um de montanha - além de uns cinquenta a sessenta homens na execução de serviços auxiliares.⁶³⁴

Ficou também acertado que o Marechal Isidoro Dias Lopes, não seguiria com os combatentes devido a sua idade, incompatível com uma longa marcha pelo país, mas, e principalmente, para que permanecesse como “chefe supremo da revolução,”⁶³⁵ usando seu prestígio, no exílio, para organizar uma rede de apoio externo às futuras operações, o que foi feito, após a saída de todos os exilados daquela cidade. Para tanto, inicialmente, Isidoro Dias Lopes permaneceu em Foz do Iguaçu e, antes de deixar a cidade, pagou dívidas, repartiu parte do dinheiro que havia com o pessoal da enfermaria e com aqueles que resolveram se retirar do país, incluindo soldados, que se encontravam nesta cidade e em regiões vizinhas; cuidou para que uma escolta acompanhasse a enfermaria, que partiu de Foz do Iguaçu, e orientou para que os doentes recebessem remédios e dinheiro para subsistência. Além dessas providências, suspendeu todas as encomendas e todos os transportes de mercadorias de qualquer espécie,

⁶³³ Filho do capitão-de-fragata João Antônio Soares Dutra. LACLETTE, Jorge. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: Djalma Soares Dutra. CPDOC- FGV.

⁶³⁴ Em Mato Grosso houve uma reunião para reorganização e unificação da Coluna que fica constituída da seguinte forma: Comandante General Miguel Costa, Chefe do Estado-Maior Coronel Prestes, Subchefe do Estado-Maior Juarez Távora, secretário Moreira Lima. Faziam parte do Estado-Maior os Majores Paulo Kruger e Geri; Capitães: Costa Leite e Ítalo Landuci e Tenentes Sady, Nicacio e Morgado. Piquete do QG: Hermínio, que dispunha da primeira sessão de MP, Chefe do corpo de saúde: Dr. Ataíde. Primeiro Destacamento: Cordeiro de Farias, tendo como fiscal Major Virgílio dos Santos. Segundo Destacamento: João Alberto; fiscal: Major Manoel Lira. Terceiro Destacamento: Siqueira Campos; fiscal: Capitão Trifino Corrêa. Quarto Destacamento: Djalma Dutra; fiscal: Major Ari Freire. Segunda Seção de MP (metralhadora): Tenente João de Souza. Cada destacamento tinha duas MP e fuzis-metralhadoras. Nesse momento, a força, com as perdas sofridas, estava reduzida a mil e duzentos homens. Ver Mais LIMA, 1979, op. cit., p. 124-125 e 150-151.

⁶³⁵ Termo utilizado pelos revoltosos.

por não terem “portos seguros de destino;” determinou que houvesse prestação de contas de tudo o que fosse necessário, por todos, inclusive de seus próprios gastos, bem como das despesas futuras daqueles que permanecessem dando suporte à Coluna de fora do país. Decidiu, ainda, que, resolvida a evacuação, o dinheiro do “caixa da revolução”⁶³⁶ ficaria com Miguel e Prestes, para que se encarregassem da imigração, da aquisição de fardamento e calçados, das passagens e subsistência dos soldados, até onde fosse possível, tendo deixado o modo pelo qual a evacuação deveria ser feita, por escrito, descrito detalhadamente. Após providenciar o apoio financeiro inicial aos que desejaram se afastar da luta definiu, junto a Miguel Costa, que o “caixa da revolução” ficaria à disposição da Divisão, para as necessidades daqueles que acompanhassem “a causa até o fim,” devendo cada exilado prover seu próprio sustento, evitando, assim, possíveis abusos.⁶³⁷

O destino de Isidoro, neste momento, era desconhecido dele próprio. Tencionava ir para Porto Aguirre ou Pedro Juan Caballero e parte, inicialmente, para *Encarnación*, no Paraguai, pelo vapor Bell, com os tenentes Álvaro Dutra Gwyer, Pantoja, e Gumercindo, e o General Bernardo Padilha. Este último, além de Gwyer e Mendes Teixeira se exoneraram nesta cidade, mas em várias correspondências percebe-se que Bernardo Padilha continua dividindo o comando com Isidoro no exílio. O Tenente-Coronel Bernardo de Araujo Padilha, promovido a General durante revolta, havia sido responsável pelo levante da cidade de Rio Claro, em São Paulo, respondendo pelo “Comando das Forças Revolucionárias,”⁶³⁸ comando este dividido entre ele e Isidoro Dias Lopes, assim como com o General João Francisco, embora com ele a parceria tenha sido, apenas, por algum tempo, pois, logo depois do seu contato com Prestes, no Rio Grande do Sul, um desentendimento o separa de Isidoro e João Francisco vai para o exílio.⁶³⁹

O Tenente Alfredo de Simas Enéas, pertencente ao 10º RCI (Regimento de Cavalaria Independente), em Bela Vista, Mato Grosso, estava licenciado para tratamento médico de 07-01 a 03-08-1924, o que facilitou sua participação, desde o início da conspiração, na Revolta Paulista. Após a retirada de São Paulo, ele continuou atuando no exílio como Chefe-do-

⁶³⁶ Termo utilizado pelos revoltosos.

⁶³⁷ Carta de Isidoro Dias Lopes à bordo do Vapor Bell, para Alfredo Simas Enéas, Dr. Mauro ou Miro, em 15/04/1925; Carta de Isidoro Dias Lopes, de local ignorado para Alfredo Simas Enéas, em 19/04/25; Carta de Miguel Costa, de Santa Helena, para Alfredo Simas Enéas, em 19/04/1925.

⁶³⁸ Carta de Djalma Soares Dutra para General B. Padilha, de Foz do Iguassú, em 06-11-1924.

⁶³⁹ Há um desentendimento entre os dois Generais e João Francisco se afasta das revoltas, indo para o exílio. Carta de Alfredo de Simas Enéas Junior e General Bernardo Padilha a João Francisco Pereira de Souza de Buenos Aires, em 06-11-1924 27 e 26-28/06/1925, e 08/07/1925; com resposta do mesmo em carta de 07-11-24, 26-29/06/1925.

Estado-Maior da 1ª Divisão Revolucionária,⁶⁴⁰ criada a partir da união e reorganização das forças paulistas e sulistas, em Foz do Iguaçu, como vimos acima, função que acumulava com a de Assistente do Comando da Brigada de São Paulo.⁶⁴¹ Ele e Isidoro Dias Lopes permanecem em locais distintos. Simas Enéas vai para a Argentina. Aparece, inicialmente, nas fontes, em Foz do Iguaçu, numa última carta, em 06/11/1924 e reaparece, em Buenos Aires, em 26/06/1925, onde permanece a maior parte do tempo, em cidades como Posadas e Libres. Em 07/04/1926, está numa cidade argentina chamada *San Javier*, para prestar suporte às revoltas que serão preparadas para o Rio Grande do Sul, como veremos mais adiante.⁶⁴²

Prestes e Miguel Costa, em Foz do Iguaçu, optaram pela continuidade da marcha, enquanto muitos optaram pelo exílio, individualmente ou em grupos. Mas, mesmo dentre os exilados, muitos permaneceram à disposição de um eventual chamado de Isidoro Dias Lopes para novos levantes, como Bachi, que deixa claro a Isidoro sua disponibilidade e até certa ansiedade ao afirmar que sempre anda “estribado e prompto para auxiliá-lo em qualquer tentativa preparada pelos nossos chefes. De modo que estou sempre ansioso por notícias e esperando ordens, pra poder cumpril-as (se me ajudar o engenho e a arte).”⁶⁴³ Além destes, outros atuaram no Quartel General formado, fora do Brasil, para dar suporte à Coluna e aos exilados, além de promover novos levantes.

Durante o exílio, Simas recebe cartas de todo o país, com as solicitações as mais diversas, tanto daqueles que ainda estão em combate, na Coluna Miguel Costa-Prestes, quanto daqueles que optaram pelo exílio. O endereço de todos os exilados é comunicado a ele, por carta, mesmo em se tratando de hotéis. É o intermediário entre os revoltosos que o procuram e Isidoro Dias Lopes, a quem encaminha suas demandas para que sejam autorizadas ou não, ou para que Isidoro decida os casos de impasse.

As funções exercidas por Simas Enéas e os demais componentes do Estado-Maior, organizado no exílio, eram correspondentes as de um Estado-Maior legalista, pois foram mantidas a organização e a hierarquia do Exército, sempre que possível. Metaforizavam a ordem dominante, fazendo com que ela funcionasse em outro registro. Ao fazê-lo, valiam-se de um tipo específico de saber que possuíam: o conhecimento adquirido na caserna, que os

⁶⁴⁰ Primeira reorganização militar da Coluna Paulista e da Coluna do Sul (Prestes), quando ambas se encontram em Foz do Iguaçu.

⁶⁴¹ Carta de Alfredo de Simas Enéas Júnior ao General Bernardo Padilha, em 06-11-1924 e resposta do mesmo em carta de 07-11-24 e carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas Júnior, da Ilha Xavier de Brito, em 21/09/1924.

⁶⁴² *San Javier* é uma cidade argentina da Província de *Misiones*, capital do departamento homônimo e pode-se ter acesso à cidade cruzando por balsa o Rio Uruguai, pelo Brasil, através da cidade de Porto Xavier.

⁶⁴³ Cartas de Bachi para Alfredo Simas Enéas, de Montevideo, em 02/02/26.

sustentava, dava suporte às revoltas e determinava o poder de conquistar, para si, um lugar próprio, mesmo no exílio.⁶⁴⁴

O trabalho realizado por Simas Enéas e por outros que decidiram permanecer a serviço das revoltas consistiam em: envio de mercadorias diversas; administração de verba destinada às operações; finanças, com prestação de contas; questões relacionadas à informações (inteligência) de segurança; apoio às operações e logística; planejamento de ações e participação nos planos; propaganda revolucionária, comunicações e formas de informação; adesões e cooperação civil-militar, ou seja, todas as atribuições inerentes a um Estado-Maior. A única prática coordenada por um Estado-Maior que inexistia, entre os exilados, era a instrução. Esta última era adquirida no momento do combate, ali, como um batismo de fogo, ou mesmo em momentos de trégua, em ocasiões nas quais em 20 minutos um civil aprendia a usar um fuzil e combatia com extrema eficiência, como afirmou Prestes certa vez:

Eu tenho uma grande confiança no nosso povo. Eu tive contato, de fato, com o povo mais miserável do interior do Brasil. Percorremos 25 mil quilômetros atravessando treze estados do Brasil. E, aí, vi o que é o povo brasileiro. O analfabeto, em poucos dias, ele assimilava nossa tática de guerrilhas e derrotava um coronel, comandando dois mil homens.⁶⁴⁵

Isidoro permanece em Foz do Iguaçu entre fevereiro de 1925 e fins do mês de abril, do mesmo ano, quando decide ir para *Assunción*, capital do Paraguai, onde tinha contatos que podiam ajudá-lo,⁶⁴⁶ ali se instalando até agosto, também do mesmo ano. Depois, muda-se para a Argentina, passando algum tempo em Monte Caseros e Libres.⁶⁴⁷

Os tenentes Mauro e Gumerindo, e o civil Miro (Valdomiro Rosa),⁶⁴⁸ dentre outros, ficam a serviço de Isidoro e Simas Enéas, dando suporte à Coluna e demais revoltosos, sob as ordens dos dois.

O grupo que é reorganizado para dar apoio e suporte material à 1ª Divisão (depois chamada de Coluna Miguel Costa-Prestes), atua a partir do envio de insumos de toda ordem, para suprir materialmente os combatentes, além do envio de pessoal para reforço da luta. Havia trocas constantes de diversos materiais, que iam desde o envio de uma canoa, posta à

⁶⁴⁴ CERTEAU, 1998, op. cit., p. 95

⁶⁴⁵ Entrevista de Luiz Carlos Prestes ao Programa do Jô, 1989.

⁶⁴⁶ Carta de Isidoro Dias Lopes, de local ignorado para Alfredo Simas Enéas, em 19/04/25.

⁶⁴⁷ LIMA, 1979, op. cit., p. 113-115.

⁶⁴⁸ Valdomiro Rosa era um dos muitos civis que aderiram à Revolta Paulista, em cuja casa, em São Paulo, à Travessa Frederico Alvarenga, nº 46, os revoltosos se encontravam para conspirar, ainda antes do levante. ASSUNÇÃO FILHO. Francisco Moacir, 1924: Delenda em São Paulo: a cidade e a população vítima de armas de guerra e das disputas políticas. Dissertação de Mestrado, apresentada à Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) como exigência para a obtenção do título de Mestre em História. SP, 2014.

disposição da 3ª Brigada; até uma caixa de cervejas ou um chapéu, presentes de Miguel Costa, de Presidente Wenceslau, para Isidoro,⁶⁴⁹; armas, peças para conserto das mesmas, munições; bússolas, binóculos, arreios, víveres, remédios; cópias de croquis demonstrativos da marcha e operações, ou encontrados em acampamento inimigo;⁶⁵⁰ e até ambulâncias. Em uma das correspondências,⁶⁵¹ é possível constatar o conserto de armamentos realizado por Miguel. Para este fim, Miguel Costa solicita o envio de peças, pois Simas Enéas requisita que lhe sejam enviados os fuzis-metralhadoras já consertados por ele. Mas Miguel responde que as peças que ele possuía já haviam acabado e pede a Simas Enéas o envio de mais peças, para continuar os consertos.

Aqui só tenho um F.M. e uma M.P.⁶⁵²; os outros que vieram para concertar já voltaram há bastantes dias. (...) Ao F.M. falta-lhe o bloco da culatra que segundo afirmam há um com o Tenente Redall; à M.P. que veio em petição de miséria, foram feitas com pedaços de ferro, as peças que faltavam, mas, ao serem experimentada verificou-se que o cano esta com a câmara dilatada em consequência do que se produz a abertura do cartucho e não se consegue a extracção, o que impede o funcionamento. Há por ahi canos sobreçallentes de M.P. e torna-se necessário pois, a vinda urgente de um. Se vierem para aqui todos os artigos sobreçallentes de armas automáticas se tornará mais fácil e mais rápido o concerto. Peça-te então, que providencias a vinda urgente do cano de M.P. e que arranjes com o Tenente Redall o bloco da culatra do F.M. (...) A 18 mandei uma cangalha escoltada por dois praças montadas, para trazer kerozene porque estou as escuras e não tenho vella. (...)vê se me consegue alguns arreios, mesmo escangalhados; Djalma Dutra parece-me que sabe onde há alguns por ahi; e assim poderei montar mais alguns paraguayos que servirão ao menos para estafeta.⁶⁵³

Ou seja, toda a sorte de mercadorias circulava pelos países fronteiriços e dentro do próprio Brasil, assim como os próprios revoltosos que, sempre que possível estavam em trânsito, funcionando como um grupo de suporte aos que estavam nas frentes de combate.

Em carta escrita, de local ignorado, a Simas Enéas, em dezembro de 1924, o Capitão Barbosa Lima⁶⁵⁴ recebeu a incumbência de providenciar, com urgência, materiais

⁶⁴⁹ Carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas, da Ilha Xavier de Brito, em 21/09/1924. Para que seja calculada aproximadamente a distância que eram percorridas, atualmente, Presidente Wenceslau fica a 494.20 km (distância em linha reta) e 637 km de automóvel (distância de condução) de Foz do Iguaçu. Carta de Miguel Costa para Isidoro Dias Lopes, de Presidente Wenceslau, em 04/09/1924.

⁶⁵⁰ Carta ao Exmo. Snr. General Bernardo de Araujo Padilha, D. D. Commandante da Divisão do General Commandante da 1ª Brigada. (Miguel Costa).

⁶⁵¹ Segundo Miguel Costa o portador da mensagem estava a 45 kilometros.

⁶⁵² Pistola-metralhadora, ou sub-metralhadora, ou, ainda, metralhadora de mão. Arma automática ou semiautomática, de acordo com o modelo.

⁶⁵³ Carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas, de Santa Cruz, em 21/01/1925.

⁶⁵⁴ Há referências nas cartas ao deputado Barbosa Lima e ao Capitão Luiz Barbosa Lima. Ele não era um militar muito conhecido, como participante das revoltas. Foi encontrado, nas fontes, no Diário Oficial, de 25 de janeiro de 1924, sendo promovido a 1º Tenente da arma de cavalaria, juntamente com Henrique Moerbeck, Felinto Muller, Cesar Bacchi de Araújo, ocasião em que Lourival Serôa da Motta está sendo promovido a 1º Tenente de Infantaria, pois as promoções não eram interrompidas enquanto os processos de deserção ainda transitassem em julgado. Além destes acima, todos revoltosos, neste mesmo documento, encontramos o Major Aurélio de Góes Monteiro, que também recebe, por merecimento, a promoção para Tenente-Coronel.

relacionados ao tratamento de feridos, que seriam levados por um sargento de nome Oswaldo, à frente de combate. São diversos medicamentos, uma ambulância, cujo preço seria pesquisado pelo sargento, camisolas, toalhas de mesa, toalhinhas, tecidos para ataduras, que serviriam aos feridos em combate. Barbosa Lima coloca-se ao inteiro dispor do “amigo” para atender com a “máxima consideração os sagrados pedidos da ‘nossa’ frente.”⁶⁵⁵

Valdomiro Rosa, chamado também de Miro, mesmo trabalhando para “garantir o *puchero*,”⁶⁵⁶ como dizia em suas cartas, estava sempre à disposição para comprar todo o tipo de mercadorias necessárias à Coluna e aos demais revoltosos. Às vezes contava com amigos que facilitavam as aquisições pretendidas, outras vezes se via às voltas com todo tipo de negociantes, apresentando-se como futuro representante comercial em especulação de possíveis negócios, para que ninguém desconfiasse de sua identidade revoltosa. Valdomiro Rosa estava sempre às ordens, dando satisfações pela demora de encomendas, mesmo doente. Ele enviou remédios ao hospital de Iguassú, máquina de escrever a Simas Enéas, entre outras encomendas, como, por exemplo, armas e munições.⁶⁵⁷

(...) as respectivas ydhpsaxc (munições) estes custaram 950 m/a cada um e dentro de apka upoc xckojoa xy iacouoc (oito dias estarão em Posadas) aproximadamente. As ydhpsaxc (munições) cavei para os mesmos só sphsaxhko ypv kpjac (só cinquenta mil tiros) a razão de 120 pesos m/a souo ypvnxpja (cada milheiro), mas só pode entregar em parcelas mensais de cxpc ypv (seis mil). É bem possível que consigamos a parte acima exposta e mais para ojkpvnjpo (artilharia) isto com intervenção de ovko ixjakozxy (alta pesagem). O joupa esta soloua (o radio está cavado) graças a um negocio arranjado por mim.⁶⁵⁸

São várias as ocasiões, encontradas nas correspondências, em que tratam da compra de armas. Há menção de Isidoro acerca da prestação de contas da compra de vinte mil tiros Mauser, modelo brasileiro, que seriam entregues em Ponta Porã, para onde seguiram Prestes e Miguel Costa, ao Dr. Fausto Pereira⁶⁵⁹ ou à Casa Agripolio. N’outra ocasião Miguel Costa e Prestes, que acabam de ocupar Mato Grosso, pedem alguma munição de infantaria, câmaras de ar para Ford, um vulcanizador, alicate corta-fios, algum calçado e camisas de lã ou flanela,

⁶⁵⁵ Cartas de Barbosa Lima para Alfredo Simas Enéas, de local ignorado, em 13/12/1924;

⁶⁵⁶ Miro usa esse termo para referir-se à sobrevivência. Puchero é um cozido de origem espanhola com costela de porco ou boi. Prato Pantaneiro de países que fazem fronteira com o Brasil, como a Bolívia, o Paraguai, etc.

⁶⁵⁷ Carta de Miro (Valdomiro Rosa), de Buenos Aires, para Alfredo de Simas Enéas, em 07/04/1925; Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo de Simas Enéas, de Concepción, em 05/05/1925 e 11/05/1925; de Asunción, 13/6/25; De Buenos Aires, em 02/12/1925, 28/11/1925 e 01/10/1925.

⁶⁵⁸ Código decifrado por mim a partir das palavras “Armas” e “Munições.” a-o; b-q; c-s; d-u; e-s; f-w; g-z; h-n; i-p; j-r; k-t; l-v; m-y; n-h; o-a; p-i; q-b; r-ç; s-c; t-k; u-d; v-l w-f; x-e; y-m; z-g. Carta de Miro para Alfredo Simas Enéas, de Buenos Aires, em 28/03/1925.

⁶⁵⁹ Advogado em Ponta Porã. Sobre Heitor Mendes ver mais em: SOUZA Fernando dos Anjos. *Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2018.

pois, nesse momento, a tropa está regularmente vestida. Isidoro afirma a Simas que, com exceção da munição, tudo o mais será obtido e pede que Simas providencie “com a máxima urgência, para a remessa,” a munição que está em Buenos Aires, “com destino a *Concepción*.”⁶⁶⁰

Inicia-se, também, um período de busca pela sobrevivência, com a procura de trabalho e abrigo, num país estranho, para uns e de continuidade de auxílio àqueles que tinham vulnerabilidades familiares ou adquiridas durante o tempo da luta. Para esses casos a determinação de Miguel Costa e Isidoro de restringir o dinheiro do “caixa da revolução” àqueles que estavam na frente de combate, é revista e a ajuda aos exilados acontece, embora Isidoro coíba os abusos. A título de exemplo, dentre muitos outros, podemos citar o caso do pedido do Capitão Ribas de condução para Iguaçu e auxílio médico, levado a Simas Enéas, para que este intercedesse junto a Isidoro Dias Lopes, por estar com um ferimento quase fechado, porém ainda com a bala e necessitando de cirurgia, com partes doloridas a incomodá-lo horivelmente.⁶⁶¹

A citação abaixo mostra um pouco da dinâmica das ações e relações entre os exilados.

Não te restituo mais os 500 pesos que me mandaste em cheque, porque terei que gastá-los com alguns, como já fiz pagando 1200 pesos paraguayos a Metello (a quem o Camara não auxiliou) e dando 50 pesos argentinos ao filho do Cor^{el} Innocencio que seguiu a reunir-se ao pai para a invasão do Rio Grande. Falconiere seguiu levando 7500 pesos argentinos para pagar contas em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, ordem de Miguel e Prestes. O que sobrar fica com Falconiere e Dr. Fausto Pereira que ficarão em P. J. Caballero como provável ligação e com alguns recursos, quer para tropa, quer para emissários, quer para qualquer despesa eventual. Esses 7500 foram recebidos do Miro. (...) Tenho recebido telegrama do Padilha sobre recursos a companheiros. Já te escrevi a respeito estuda as causas e auxilia-os imediatamente. O Aníbal Nunes é um deles. Fiz seguirem com missão importantíssima para Matto Grosso e para se ligarem á columna o Bernardino Camara, os ^{ins.} Cleto Campelo, Rocha Lima, Brayner, Serôa, Perdigão e Metello, este último para Corumbá. Para despesas de viagem, arreios, etc., adiantei-lhes 900 pesos. (...) Assim descarrega essa importância para aquelle destino, e manda-me 500 pesos mais. Descarregarás, recebidos por mim em vez de 2000 pesos, 1600 somente, que com os 900 fazem 2500 pesos. Repito ainda: a tudo que não for despesa com gente ao serviço actual da revolução, negarás o cobre dizendo que se dirijam ao Gal. Miguel. (...) Até hoje não sei quanto temos em caixa; balancete não é urgente, servirá mais tarde para ajuste de contas. (...) Dos dous mil pesos que me mandastes garanti despesas de viagem e arreios para o Camara, Cleto, Perdigão, Rocha Lima, Brayner e Metello, na importância de 900 pesos. (...) Pelo França darás 200 pesos; não é pagamento, nem reindenização e, sim, um pequeno auxílio. Ao Jesus, que nada allega e não justifica sua situação precária, pois como eu e como tu, recebeu já alguns contos de réis, darás 100 pesos.⁶⁶²

⁶⁶⁰ Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 19-05-25.

⁶⁶¹ Carta de Capitão Ribas para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Monte Caseros, em 21-01-1925.

⁶⁶² Cartas Isidoro Dias Lopes para Alfredo de Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 19-05-25; 16-05-25; 05-07-25.

Além de nos fornecer uma pequena amostra do trabalho realizado no exílio, coordenado por Isidoro Dias Lopes, os revoltosos, de toda parte do país - mesmo aqueles que participaram e não eram militares continuam ligados, em contato direto ou trocando notícias entre si. Dentre os nomes citados acima aparecem: Adriano Metello Júnior, operário, preso por ocasião da revolta em São Paulo, juntamente com Tharsis Cabral de Mello, Amando Lerro e Dullio Poli, todos menores de idade, com 16 anos cada um;⁶⁶³ Olímpio Falconiere, presente na revolta na Vila Militar, em 1922, e na revolta paulista, em 1924; Annibal e seu irmão Newton Brayner Nunes, ambos combatentes em 1924; Lourival Serôa da Mota, que entre 1919 e 1922 estava na Escola Militar do Realengo e, em fevereiro de 1926, saiu do exílio e organizou, na Paraíba, um levante, reunindo civis e militares, por ocasião da passagem da Coluna Miguel Costa-Prestes, só para citar alguns.⁶⁶⁴

Além dos usos mencionados, se atentarmos para breves trechos das prestações de contas entre Isidoro e Simas Enéas, perceberemos que o dinheiro é usado para emissários e elementos que quisessem se incorporar à Coluna.

Em junho de 1925, por exemplo, Isidoro Dias Lopes orienta Simas Enéas a se colocar o mais próximo possível da frente de combate e pondera que tanto ele, quanto aqueles que desejassem se incorporar às frentes de luta ficassem em “situação de espera – no lugar mais conveniente ou mais próximo da possível zona das operações.”⁶⁶⁵ Apesar da distância, alguns tentaram se aproximar. É o caso dos marinheiros revoltosos do encouraçado São Paulo, navio de guerra que havia aportado no Uruguai, após o levante da Marinha no Rio de Janeiro, em novembro de 1924, liderado pelo tenente Hercolino Cascardo e que agora se apresentavam, por intermédio do Tenente Annibal Brayner. Através de uma carta escrita para Simas Enéas, afirma que pretendem “reunir-se aos revolucionários.”⁶⁶⁶ O próprio Brayner também decide incorporar-se junto a um grupo e Isidoro o envia, para unirem-se à Coluna, além de fornecer dinheiro para a manutenção dos mesmos.

O Bernardino Camara, ligado ao Gomes de Matto Grosso e a outros elementos civis e militares, de lá, seguiu hoje com instrução para uma acção rigorosa em Bella Vista, Corumbá, etc., procurando junção com a Columna Miguel. Com Camara seguiram officiaes ardorosos e dispostos a tudo: Cleto Campello, Serôa, Rocha Lima e Brayner. Seguiu também Metello que é emissário indispensável porque pode viajar

⁶⁶³ Processo Criminal de São Paulo, v. 137, in ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. 1924: Delenda em São Paulo: a cidade e a população vítima de armas de guerra e das disputas políticas. Dissertação de Mestrado, apresentada à Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) como exigência para a obtenção do título de Mestre em História. SP, 2014, p. 90.

⁶⁶⁴ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: *Lourival Serôa Da Motta*. CPDOC- FGV.

⁶⁶⁵ Cartas Isidoro para Alfredo de Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 10/06/25.

⁶⁶⁶ Cartas Brayner, para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Monte Caseros, em 10/04/25.

em Matto Grosso. Para despesas de viagem, compra de quatro arreiaamentos e despesas eventuaes, dei-lhes novecentos pesos argentinos ⁶⁶⁷

As correspondências do exílio mostram algumas dezenas de revoltos em contato frequente e, mesmo aqueles que estão presos, além de receberem notícias⁶⁶⁸ de companheiros aprisionados nas diversas prisões, civis e militares, campos de desterro, navios-prisões e ilhas litorâneas e oceânicas,⁶⁶⁹ também recebem informações dos exilados e da Coluna que avança pelo país. Em manifesto assinado por 53 oficiais e enviado ao presidente Arthur Bernardes e nas incontáveis cartas trocadas nas prisões,⁶⁷⁰ fica evidente como estão bem informados sobre tudo o que se passa na política, nos pronunciamentos do presidente da República, com seus companheiros nas prisões e no exílio e com os que ainda estão na frente de combate.⁶⁷¹

As notícias da Coluna são veiculadas desde quando ela entra em Mato Grosso, trazidas por Falconieri, que vem desse estado, trazendo consigo uma carta de Prestes e um bilhete de Miguel Costa, com notícias e abraços para todos, deles e de Djalma Dutra, todos de Ponta Porã. As notícias informam que:

(...) nossas tropas tomaram Campanário, Ponta Porã, etc., e seguem em perseguição dos governistas que foram desmoralizados, próximo de Campo Grande. Já há forças nossas (J. Alberto e Siqueira Campos) que cortarão a retirada da Columna governista, que, segundo diz o Prestes, será aniquilada em poucos dias. Pericles e Coutinho fugiram, de auto, antes da marcha da tropa delles! (...) O Linha (Bandeira) ocupou Ponta Porã. A esta hora o Camara e comitiva já estarão em Bella Vista e... amanhã em Corumbá. O sul de Matto Grosso está conquistado em grande parte.⁶⁷²

Além do aspecto da troca de informações entre os revoltosos, o que confirma a ligação permanente entre eles e é motivo de ânimo, devido às pequenas vitórias que vão sendo conquistadas, após muitos revezes, existem alguns pontos importantes a destacar nas palavras de Isidoro. Um deles é a referência às tropas como “nossas,” revelando, para além do que mostram as fontes, no próprio léxico, a noção de continuidade que caiu na inobservância de alguns pesquisadores ao afirmarem não haver conexão entre os levantes de 1922, 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes, sendo que, mais que isso: na realidade se tornaram constitutivos do um processo que levou à Revolução de 1930. A outra passagem interessante

⁶⁶⁷ Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas, de Assunción, em 14/05/25.

⁶⁶⁸ Em carta de Isidoro a Azevedo Lima ele afirma: “Basta ver que há quasi mil officiaes de terra e mar nas enxovias do General Santa Cruz e Marechal Fontoura.” Carta Isidoro, para Azevedo Lima, de Foz do Iguaçu, em 27/02/25.

⁶⁶⁹ Ver mais em ARAGÃO, 2012, op. cit..

⁶⁷⁰ Arquivos do CPDOC, citados em ARAGÃO, 2012, op. cit..

⁶⁷¹ Abaixo assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, em 16/11/1924, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa -1-RCL c 1924.11.16. CPDOC-FGV.

⁶⁷² Cartas Isidoro, de Assunción para Alfredo Simas Enéas, em 19/05/25.

nos assinala o fato de Isidoro conhecer os comandantes adversários da Coluna pelo nome, ressaltando suas atitudes de abandonarem as tropas de automóvel, sendo eles comandantes.

Numa outra carta de Isidoro de 15/07/25 ao jornalista J. B. Câmara Canto, ele confirma a vitória da Coluna na Bahia, que também foi noticiada nos jornais.⁶⁷³ E Isidoro recebe outra, confirmando suas suspeitas de que a Coluna atua em duas frentes: “Nossa tropa como eu pensava está dividida em duas colunas: uma Miguel com Juarez operando no Triângulo Mineiro, onde, depois de muita adesão, tomou a cidade de Uberabinha, a outra Prestes marcha rumo a Bahia contando já achar-se em Januária à margem de São Francisco!” São notícias recebidas de pessoas de confiança de Campo Grande para amigos de Ponta Porã e passadas a Falconiere que lhe enviava e que, segundo Isidoro, teriam sido confirmadas por boiadeiros chegados a Campo Grande vindos de Barretos (São Paulo), que o informaram que muita gente de São Paulo se incorporou ao grupo da Coluna que estava com Miguel.⁶⁷⁴

As notícias vinham por carta, por emissários ou pelos próprios revoltosos. Juarez Távora, preso em Teresina, no 1º RCD (Primeiro Regimento de Cavalaria) elabora um extenso relatório, acompanhado de cartas geográficas das operações executadas até o dia em que foi aprisionado (31/12/1925), que foi entregue ao deputado Baptista Luzardo, que tanto publicava na imprensa, como levava notícias em seus discursos no plenário da Câmara de Deputados.⁶⁷⁵

E as notícias continuam. Em carta de Fernando Távora, terceiro irmão dos Távora, a Simas Enéas chegam notícias da atuação da Coluna no Nordeste;⁶⁷⁶ Amaral Peixoto informa a Simas Enéas que Câmara Canto recebeu carta do Rio, informando que a Coluna regressou de Diamantina para a Bahia e que tomaram cinco cidades mineiras “onde levantaram contribuições de guerra;”⁶⁷⁷ e, novamente, Fernando Távora recebeu notícias por telégrafos informando que Miguel Costa e Prestes, em Itabaiana, cidade de Sergipe, perto dos Montes da Bahia, tomaram toda a Artilharia do General Mariante e que as forças revoltosas “derrotaram completamente 1.400 homens do governo, apossando-se de todo o material bélico.”⁶⁷⁸ Esses são apenas alguns exemplos retirados, aleatoriamente, das cartas, de diversos períodos e locais por onde a Coluna passou, a título demonstrativo, de como a relação dos revoltosos não é interrompida durante o exílio.

⁶⁷³ Carta de J. B. Câmara Canto para Alfredo Simas Enéas, de Montevideu, em 27/07/25. Câmara Canto era jornalista e diz que recebeu suas cartas de 22 e que o motivo da demora em responder foi por estar doente e acusa recebimento, também, de carta de Isidoro do dia 15.

⁶⁷⁴ Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas, de local ignorado, em 01/08/1925.

⁶⁷⁵ Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas, de Libres, em 21/02/1926.

⁶⁷⁶ Ibid.

⁶⁷⁷ Cartas de Amaral Peixoto para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Montevideu, em 28/05/26.

⁶⁷⁸ Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Libres, em 23/07/1926.

Mas, mesmo que o contato por diversos caminhos ocorra, o suporte material dado à Coluna vai se tornando inviável, por causa da distância. Com decorrer do tempo a 1ª Divisão vai se afastando da fronteira, que, por sua vez, está ocupada por pequenas forças governistas⁶⁷⁹ e as distâncias percorridas passam a ser muito maiores, impedindo um auxílio material mais efetivo e constante àqueles que combatem na Coluna, o que obriga os revoltosos a fazerem as chamadas “requisições de guerra,” nas cidades por onde passam, conforme a menção numa das cartas acima.

Ainda assim, distâncias longas continuam a ser percorridas, como nos exemplos que relato a seguir. Há uma ocasião em que Miro envia à esposa de Simas e à esposa de Isidoro, encomenda com dinheiro, cartas e objetos. Ele recebeu confirmação de entrega por carta de seu cunhado, vinda por intermédio de um portador de São Paulo, avisando que foram entregues pelas próprias mãos de seu pai, que foi ao Rio de Janeiro.⁶⁸⁰ Há situações semelhantes de encomendas enviadas por portadores para distâncias longas, como o caso de um portador de Santa Catarina que, após outro portador levar a encomenda de Buenos Aires, buscaria a mesma no Rio de Janeiro. Em outra ocasião, França fica responsável por correspondência a ser entregue para Luzardo, através do comandante de um navio chamado Theresina, que depois de aportar em Santos, levaria pessoalmente ao Rio de Janeiro.⁶⁸¹ Para o interior usavam estafetas que faziam parte das tropas, para entrega de mercadorias e/ou correspondências a longas distâncias e, raramente o uso dos Correios, gerando grande mobilidade de mensageiros, com a finalidade de adiantar a entrega de materiais de uso urgente e de burlar os esquemas de vigilância montados pelo governo.

3.2. Exílio, Trabalho e sobrevivência

Mas nem todos os oficiais se envolveram na continuidade da conspiração, do suporte à Coluna ou em levantes. Alguns seguiram apenas em busca da sobrevivência, enquanto outros, cujos nomes aparecem nas descrições acima, com base nas cartas, viviam divididos entre conseguir o sustento e dar continuidade à luta. Mas, todos tiveram que apreender desde simples práticas cotidianas, realizadas pelo indivíduo no processo de interação social, como falar uma língua com fluência, buscar um local para morar, encontrar meios de sobrevivência, maneiras de caminhar, de falar e se fazer entender, práticas aparentemente simples que no exílio necessitam de reformulação de sentido, já que não guardam coerência com o espaço

⁶⁷⁹ Cartas Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas, de Assunción, em 10/06/25.

⁶⁸⁰ Carta de Miro (Valdomiro Rosa) para Alfredo de Simas Enéas, de Buenos Aires, em 01/10/1925.

⁶⁸¹ Carta de França para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 15/12/25.

construído durante uma vida, repleta de significados e pertencimentos.⁶⁸² Além desses obstáculos, durante a pesquisa encontramos os revoltosos vivenciando todo o tipo de dificuldades, inerentes à condição de exilados. Eram foragidos da justiça e desertores das Forças Armadas, o que gerava, para eles, perseguição e perigo de vida, além do fato da maioria só ter conhecido o serviço militar, o que tornava difícil o trabalho em atividades nunca experimentadas, mas necessárias para que lhes proporcionasse um modo de sobrevivência.

Havia algumas repúblicas onde os exilados residiam juntos. Na primeira delas viviam Filinto Muller, Newton Estilac Leal, Mario Barbosa, Vasco Varela, Clélio de Souza Carvalho, os irmãos Alcides e Nelson Gonçalves Etchegoyen, já mencionados, Tales Marcondes e Pedro Martins da Rocha. Aqui temos um grupo de participantes de revoltas em locais diferentes, que se encontram no exílio e dividem as dificuldades da sobrevivência, do cotidiano, as esperanças e angústias de um recomeço no exílio, dividem as conspirações de novas insurreições, contabilizam as derrotas e as perdas de companheiros. Newton Estilac Leal servia na Vila Militar e em 1924, teve participação ativa na articulação e na conspiração para invasão de São Paulo e também no combate. Depois, ferido, exilou-se, inicialmente, na Argentina. Filinto Müller servia no Quartel de Quitaúna, em São Paulo, tendo participado do levante nessa capital. Os irmãos Alcides⁶⁸³ e Nelson Etchegoyen⁶⁸⁴ serviam juntos no Regimento de Artilharia Montada de Cruz Alta (RS), tendo sublevado essa unidade, em 1924, sem muito sucesso. Pedro Martins da Rocha (juntamente com Riograndino Kruel) serviam no 10º RCI (Regimento de Cavalaria Independente), em Bela Vista, em Mato Grosso, e lideraram uma rebelião em 12 de julho,⁶⁸⁵ a fim de aderirem à revolta paulista, porém devido à falta de apoio, o levante acabou fracassando. O primeiro, Estilac Leal, vinha do Rio de Janeiro, o outro Filinto Müller, de São Paulo, onde combateram na mesma revolta; os dois irmãos vieram do Rio Grande do Sul, Pedro Martins e Kruel, do Mato Grosso, e, agora, todos se encontravam juntos no exílio, circunstância que revela como seus caminhos se cruzaram, formando uma rede de conspiração por todo o país.

Os integrantes desse grupo, para sobreviver, tornaram-se motoristas de táxi. Tinham conseguido a fiança de amigos brasileiros para a compra de quatro veículos, cujas prestações eram pagas com o dinheiro das corridas. De posse dos carros passaram a dividir as funções.

⁶⁸² CERTEAU, 1998, op. cit., p. 92.

⁶⁸³ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Verbete: *Alcides Etchegoyen*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁶⁸⁴ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Newton Estilac Leal*. Ed. FGV, 2001.

⁶⁸⁵ Cf. SOUZA, 2018, op. cit..

Vasco, Filinto Müller, Clélio, Alcides Gonçalves Etchegoyen e Tales Vilas-Boas faziam trabalhos nas ruas, enquanto Newton Estilac Leal, Pedro Martins da Rocha, Mário Barbosa e outros lavavam e limpavam os carros, na hora do almoço dos motoristas. Havia, na república, maior número de moradores que de leitos, por isso eram obrigados a acordar no meio da noite, para assumir a direção, trocando a cama pelo automóvel. Assim, os motoristas que chegavam de folga do trabalho noturno iam ocupá-las. Os táxis trabalhavam vinte e quatro horas, num sistema de revezamento dos motoristas, que, por sua vez trabalhavam de doze em doze horas, ou seja, enquanto a metade estava na rua, a outra podia dormir nas camas. Os revoltosos não tiveram solidariedade de órgãos nacionais ou internacionais, esse tipo de apoio ocorria entre eles próprios seus parentes e amigos, mas principalmente entre eles próprios. A saída do país é uma forma de preservar a liberdade ou salvar a vida e eles usam “seus próprios meios, de modo legal ou clandestino, porque sabiam que não contariam com a colaboração de governos estrangeiros, por intermédio de asilos diplomáticos.”⁶⁸⁶

Havia uma segunda república, ainda Buenos Aires, onde residia outro grupo de revoltosos. Dentre eles estavam Ari Pires, Reis Perdigão, Anníbal Brayner Nunes da Silva, Tales Marcondes e Joaquim Nunes de Carvalho, este último utilizava-se do mesmo recurso de Alcântara Tocci, revoltoso civil: colaborava com jornais mantendo viva a história dos revoltosos. Manuel Ari da Silva Pires,⁶⁸⁷ conhecido como Ari Pires, em fevereiro de 1924 foi transferido para o 4º Batalhão de Caçadores, em São Paulo, onde recebeu a patente de primeiro-tenente. Em maio desse ano foi novamente transferido para o 6º Regimento de Infantaria, São Paulo, que aderiu à Revolta de 5 de Julho de 1924. Tales Marcondes era da Força Pública de São Paulo e, juntamente com Newton Estilac Leal, sublevou o 2º Batalhão de Infantaria dessa cidade. Reis Perdigão, era advogado, crítico de teatro e jornalista de *A Nação*. Participou de um levante no Maranhão, em 26 de abril de 1922, e, depois, da insurreição paulista, em 5 de julho de 1924, onde se integra na retirada de São Paulo, em Campinas, e, mais tarde, da Coluna, ocasião em que fundou o jornal *O Libertador*, porta-voz dos revoltosos da Coluna Miguel Costa-Prestes, que circulou em seis edições. Não seguiu com a Coluna, indo para o exílio, onde permaneceu durante dois anos, entre o Paraguai e a Argentina, dedicando-se, também, ao jornalismo, além de, em Buenos Aires, publicar, em 1926, sob o pseudônimo de João da Talma, o livro: *Da fornalha de Nabucodonosor*, no qual

⁶⁸⁶ Caminhos Cruzados, p. 14-5.

⁶⁸⁷ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Manuel Ari da Silva Pires*. FGV- CPDOC.

narrou sua experiência na Coluna Prestes.⁶⁸⁸ Joaquim Nunes de Carvalho servia no 2º GAM – 2º Grupo de Artilharia da Montanha (SP),⁶⁸⁹ atual 12º GAC e foi um contato importante com os demais quartéis de São Paulo, antes do levante. Em inquérito, posterior ao levante de São Paulo, foi descrito como um “elo” com os revoltosos e que “o mesmo ‘vivia em constantes viagens, a pretexto de desempenhar as funções do seu cargo de intendente, mas, depois, se soube que elle fazia ligação entre a sua unidade e os demais nucleos preparadores da rebelião.⁶⁹⁰” Nessa república, com exceção de Reis Perdigão, que deixa o cargo de secretario do jornal *A Nação*, no Rio de Janeiro, e vai para o exílio, os demais citados eram de quartéis em São Paulo e haviam combatido na mesma revolta.

Um terceiro grupo de revoltosos exilados residia em moradia particular, como, por exemplo, Riograndino kruel, que, após um tempo na república, passou a morar com parentes, assim como Orlando Leite Ribeiro e Heitor Bianco de Almeida Pedroso. Heitor estava no Rio de Janeiro quando foi decidido o levante do encouraçado São Paulo. Pretendia participar, quando o Almirante Protógenes, líder inicial da revolta, mas foi preso. Depois disso tentou, junto a Carlos Costa Leite, que acabara de fugir da prisão, no 1º RC (Regimento de Cavalaria), um levante na Rua Cabuçu, Rio de Janeiro, em combinação com Pedro Ernesto, que sempre prestou ajuda pessoal e financeira os revoltosos. Heitor também concebeu um golpe no quartel do 3º Regimento de Infantaria (RI), na Praia Vermelha, em maio de 1925, no Rio de Janeiro, em companhia do Segundo Tenente de Artilharia Luiz Venâncio Jansen de Melo, uma revolta que teve um desfecho dramático.⁶⁹¹ Nesse levante, o oficial do dia percebeu a aglomeração de uma quantidade significativa de soldados e mandou que seus comandados, armados, fizessem fogo, atingindo Jansen de Melo na veia femoral. Heitor Pedroso ainda tentou contornar a situação, mas, diante de uma intensa fuzilaria e do risco de vida de seu companheiro, dirigiu-se ao chofer do automóvel, um civil que havia aderido, chamado Rafaele Boccia, levando-o às pressas para casa de saúde Pedro Ernesto. Segundo Silva, Pedro Ernesto teria dito que, num caso como este, o socorro somente seria eficaz se ele lá estivesse imediatamente após o ferimento, com duas pinças na mão, a fim de conter a hemorragia, sendo, por isso, já inútil socorrê-lo. Jansen morre ali, diante deles, com pouco

⁶⁸⁸ Cf. MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. Mashorqueiros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015. Ver também em CARVALHO J. Nunes de. *A Revolução no Brasil. 1924-1925, Apontamentos para a História* Tipografia São Benedito: RJ, 1930.

⁶⁸⁹ O comandante do 2º GAM era o Tenente-coronel Olyntho Mesquita de Vasconcellos, também revoltoso.

⁶⁹⁰ BRETERNITZ, Vivaldo José. Jundiá e a Revolução de 1924. Blog Jundiáhi Antiga, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <http://jundiahy.blogspot.com/2018/10/jundiai-e-revolucao-de-1924.html>.

⁶⁹¹ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 39,

mais de 20 anos de idade.⁶⁹² Desse levante também participaram os tenentes Carlos Saldanha da Gama Chevalier, da aviação do Exército,⁶⁹³ o Capitão Leopoldo Nery da Fonseca Júnior⁶⁹⁴ e o Primeiro Tenente Delso Mendes da Fonseca, os dois últimos combatentes do levante no Forte de Copacabana, em 1922.⁶⁹⁵ Riograndino Kruehl, por sua vez, servia no 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Bela Vista, em Mato Grosso, e liderou uma rebelião, em 12 de julho, com Pedro Martins da Rocha,⁶⁹⁶ citado mais acima como morador da primeira república. Kruehl passou por diversas prisões durante oito meses, conseguiu se evadir do HCE (Hospital Central do Exército) e agora estava no exílio, próximo a esse grupo de revoltosos. O Capitão Carlos da Costa Leite serviu em várias guarnições do Rio de Janeiro e, em 1924, foi preso como suspeito de participar da conspiração deste mesmo ano. Ao fugir participou do levante acima relatado, onde Jansen de Melo foi ferido mortalmente.⁶⁹⁷

Da mesma forma que havia proximidade ou contato permanente entre eles com informações trocadas sobre o que ocorria com cada um e com a Coluna, as autoridades brasileiras também tinham conhecimento, ainda que relativo, do paradeiro da maioria dos revoltosos. Vigiavam seus passos, a fim de impedi-los de organizar levantes, ultrapassarem as fronteiras, contrabandear armas, para dar suporte à Coluna Miguel Costa-Prestes ou utilizarem-nas em levantes via fronteira: “Nossas forças de fronteiras e autoridades uruguayas estão vigilantes para impedir qualquer passagem de armas.”⁶⁹⁸ Em telegrama de Félix Pacheco ao embaixador brasileiro Pedro Toledo, em Buenos Aires, datado de julho de 1925, o então Ministro das Relações Exteriores afirma que “à Fazenda dos Mendes, Porto de Caseros, chegam, diariamente, grupos de seis a oito indivíduos, dizendo-se praças, mas são rebeldes vindos de S. Tomé e Libres.” Essa “Fazenda dos Mendes” era uma das propriedades dos sócios da Empresa Mate-Laranjeira, que abrigou muitos revoltosos exilados em outra estância

⁶⁹² Ibid, p. 62-3; Cf. SILVA, Hélio. 1922. *Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964, (Documentos da História Contemporânea).

⁶⁹³ Cf. CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista?* 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

⁶⁹⁴ Seu pai é militar e tem o mesmo nome.

⁶⁹⁵ Também participaram desse levante: Herder de Mendonça, ex-sargento; Fuão Souza Ferreira, ex-sargento, “excluído por ocasião dos sucessos do Amazonas” e José Pinheiro Bahia, ex-sargento excluído do 2º Regimento de Infantaria (2º RI) e foragido “com a cumplicidade do Sargento Doria que o acompanhava quando era conduzido à Auditoria de Guerra.” Processos e apelações. Arquivo do STM, Disponível em: <http://www.cassilandinoticias.com.br/ultimas-noticias/historia-julgamento-da-revolta-dos-18-do-forte>

⁶⁹⁶ É irmão do militar Amauri Kruehl. Cf. SOUZA, 2018, op. cit.. Ver também: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Riograndino Kruehl*. CPDOC-FGV.

⁶⁹⁷ COUTINHO, Amélia. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Carlos da Costa Leite*. CPDOC-FGV.

⁶⁹⁸ AHI. Pacheco a Toledo, tel. nº 90, RJ, 1 jul., 1925, 208/03/01, apud XAVIER, Mateus Fernandez. A Coluna Prestes e as relações Brasil-Argentina na década de 1920. In: Revista Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 208.

chamada *Aguerrito*, no Paraguai, numa região próxima à fronteira brasileira de Mato Grosso, na direção de Ponta Porã.⁶⁹⁹

3.2.1 Aguerrito

Durante a retirada de São Paulo o Sargento Nelson Tabajara de Oliveira foi designado por Isidoro Dias Lopes para ir até Mato Grosso. Nelson Tabajara de Oliveira era sargento, alocado no 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em São Paulo, onde funcionava o 2º Grupo de infantaria e Artilharia Pesada (GIAP). A adesão dessa guarnição era de grande valia para a insurreição de São Paulo, haja vista a proximidade da capital paulista e as peças de artilharia que possuía, necessárias ao suporte do levante. Nesse Regimento, não havendo adesão de oficiais, Joaquim Távora teve a idéia de conquistar o apoio dos sargentos, sob o comando do tenente Custódio de Oliveira. No dia do levante, os oficiais dessa guarnição, de fato, não aderem, mas decidem se retirar, evitando, assim, um combate entre colegas de farda. Nelson Tabajara Oliveira foi um dos sargentos que aderiu, tendo participado de toda a insurreição, da retirada e de um levante no Sul do país. Algum tempo depois, Oliveira publica um relato⁷⁰⁰ sobre sua própria experiência e a de seus companheiros, como ator e testemunha dos acontecimentos.

Na manhã de 5 de julho, como não apareceu nenhum oficial para assumir a tropa, o sargento Oliveira, com alguns poucos soldados, dirigiu-se ao Quartel General de Isidoro, montado na Estação da Luz, a fim de apresentar-se a ele. Antes de Oliveira, de Quitaúna, só havia comparecido Cassimiro Dias Redal, mas, quando Oliveira chega à capital ele já havia sido aprisionado, juntamente com Joaquim e Juarez Távora, Luís Cordeiro de Castro Afilhado, Índio do Brasil, entre outros, pelo Tenente Antônio do 4º Batalhão da Força Pública, com o auxílio de 40 homens, numa armadilha, enquanto tentavam assaltar o quartel do 5º Batalhão na Avenida Tiradentes, assim que São Paulo foi invadida.

Isidoro pede que o sargento Oliveira, juntamente com o tenente Otávio Muniz Guimarães, vá até Mato Grosso, a fim de que entrasse em contato com as guarnições de lá. Não compreendia o porquê de não haverem aderido, pois, anteriormente, declararam-se comprometidos. Otávio permanece em Bauru e designa o sargento Oliveira para seguir com a

⁶⁹⁹ Hoje existe uma cidade em Corrientes, Buenos Aires, chamada Monte Caseros, em homenagem à Batalha de Caseros ou dos Santos-Lugares na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e parte da guerra civil uruguaia, denominada “Guerra Grande”, travada a 3 de Fevereiro de 1852, já ao final do conflito, mas não é a mesma cidade de Caseros a que se refere o telegrama, esta sim, a região na qual ocorreu a batalha citada, uma localidade próxima à sede de Buenos Aires (ver mapa). O nome refere-se ao da primeira família proprietária do local onde houve o combate, próximo à fronteira com Uruguai.

⁷⁰⁰ A Revolução de Isidoro.

missão, mas este, ao chegar a Mato Grosso, é informado, pelo Tenente Brocardo Bicudo, que o estado estava dominado por tropas governistas e, em seguida, deixa-o partir, sem prendê-lo. Entretanto, antes mesmo que o sargento Oliveira saísse de Mato Grosso, três oficiais, deste estado, vieram ao seu encontro, com a finalidade de aderirem à “causa”, mesmo sabendo que os revoltosos já tinham deixado São Paulo. São eles: Ebroíno Dias Uruguai, César Bacchi de Araújo e Brigada Jesuíno. Os três revelam a ele que fizeram uma tentativa de levante em Jupiá, no município de Mato Grosso do Sul, às margens do rio Paraná, junto com Olímpio Falconiere,⁷⁰¹ Henrique Moerbeck⁷⁰² e Brocardo Bicudo, sendo, este último, o mesmo que havia liberado o sargento Oliveira no episódio acima mencionado. Não tendo conseguido, os três decidiram se unir aos elementos da tropa paulista.⁷⁰³ É curioso observar a linha tênue que existe entre aqueles que estão na legalidade e os que participam efetivamente nas revoltas. Alguns ajudam de dentro dos quartéis, como é o caso de Bicudo Brocardo e Fernando Távora, que enquanto não aparecem como revoltosos, seja por vontade própria ou porque não são descobertos, tudo fazem por aqueles que estão sendo vigiados pelas autoridades; muitos não participam, porque não conseguem se aproximar dos locais onde ocorrem as refregas, e terminam por desertar indo para o exílio, ou, por iniciativa própria, tentam levantes nas proximidades de onde trabalham e residem, podendo, ainda viajar para outros estados, assumindo o comando de guarnições revoltadas. Alguns combatem com familiares, como João Francisco, com os genros Octaviano e Arlindo e o filho Júlio; outros, lado a lado com seus irmãos, como Joaquim e Juarez Távora e Alcides e Nelson Echegoyen, Djalma e Álvaro Dutra; e, há ainda aqueles cujos irmãos estão em lados opostos⁷⁰⁴, como o caso de Newton Estillac Leal, revoltoso e seu irmão, Zeno Estillac Leal, legalista.

⁷⁰¹ “Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em março de 1912, saindo aspirante em janeiro de 1915. Promovido a Segundo Tenente em outubro de 1916, fez o curso de aperfeiçoamento na arma de engenharia, em 1918, chegando a primeiro-tenente em junho de 1921. Nessa patente, participou da Revolta de 5 de julho de 1922. LAMARÃO, Sérgio. Dossiê: Era Vargas: dos anos 20 a 1945, Olímpio Falconiere da Cunha, CPDOC-FGV.

⁷⁰² Henrique Moerbeck aparece como aspirante a oficial em 7 de janeiro de 1922 (Gazeta de Notícias- RJ, nº 7, 8 jan. 1922, p. 3), servia no 10º Regimento de Cavalaria Independente (RCI) e foi designado, em Ponta Porã, como adido ao 11º Regimento de Cavalaria Independente (RCI), organizado na cidade em 25 de março de 1924. SOUZA, Fernando dos Anjos. Conflitos Armados: encontros e combates nas fronteiras do Sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), MTS, Dourados, 2018, p. 222.

⁷⁰³ Oliveira, 1956, op. cit., p. 49-53

⁷⁰⁴ O pai dos dois, Francisco Raul Estillac Leal, ocupou diversos cargos de confiança no Exército, tendo chegado a Marechal por comandar, no Contestado, uma coluna organizada para combater nas nascentes do rio Itajaí e, ao Sul, como Tenente Coronel. Essa foi a maior coluna, com mais de 2 mil homens e a principal coluna de ataque, a partir de Curitiba, para destruir os redutos rebeldes de Contestado. MACHADO, Paulo Pinheiro. A aventura cabocla do Contestado: o conflito e seu desfecho. Portal Estudos do Brasil Republicano. Que República é essa? Arquivo Nacional, 2018. Sobre o Estado Maior do Exército, ver em: Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940 - Ano 1895\Edição A00052.

Em 1923, Zeno Estillac Leal foi transferido para São Paulo, servindo junto ao 4º RAM de Itu (Regimento de Artilharia Montada), até fevereiro de 1924. Retornou ao Rio de Janeiro, ainda nesse mês, para iniciar o Curso de Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Vila Militar, mas, com o levante em São Paulo no mês de julho, tropas foram enviadas para a capital paulista de várias partes do país, inclusive do Rio de Janeiro. Em uma delas Zeno foi lotado, junto ao 1º GAP (Grupo de Artilharia Pesada), para combater a insurreição de São Paulo, enquanto seu irmão, Newton Estillac Leal, combatia do lado oposto.⁷⁰⁵ Além disso, o pai deles, Francisco Raul Estillac Leal, foi Chefe do Estado-Maior do Exército, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, de julho de 1921 a novembro de 1922, alcançando o período no qual ocorrem as primeiras revoltas militares, na capital federal.

O Sargento Oliveira participa de todo o combate na capital e da retirada de São Paulo,⁷⁰⁶ mas deixa os combates após a ida a Mato Grosso. Quando retorna com notícias para Isidoro, com a saúde abalada, como é o caso de muitos revoltosos, é liberado por ele para se tratar e recebe ajuda do embaixador do Brasil, José de Paula Rodrigues Alves, - filho do político e ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves - no Paraguai, para custear seu tratamento, além do auxílio de um amigo, Mario Mendes Gonçalves, que assegura a ele um emprego na Estância Margarida, também propriedade da Empresa Mate Laranjeira, além de encaminhá-lo ao seu irmão, Heitor Mendes Gonçalves, também militar e diretor da *Seção Brasil* da Empresa Mate Laranjeira, desde outubro de 1923.⁷⁰⁷

E é o Sargento Oliveira que nos apresenta a relação da família Mendes com os revoltosos. Alguns de seus membros são diretores da empresa, outros sócios, e atuam como colaboradores importantes no acolhimento dos revoltosos exilados, no exterior. Segundo ele, Heitor Mendes Gonçalves não só não era alheio ao movimento militar, como conhecia uma a uma as lideranças participantes, tendo pedido notícias detalhadas ao ex-sargento. De fato, ele era Tenente e havia passado pela Escola Militar no mesmo período que Joaquim Távora.⁷⁰⁸

⁷⁰⁵ Sobre *Zeno Estillac Leal* ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Zeno Estillac Leal*, CPDOC-FGV.

⁷⁰⁶ Oliveira, 1956, op. cit., p. 48; TÁVORA, 1927-1928, op. cit., p. 137.

⁷⁰⁷ A Empresa Mate Laranjeira alcançou dimensões de um estado dentro do Brasil, com concessão de terras de 5.000.000 de hectares para exploração de erva mate, concessão essa, obtida como recompensa do Governo Imperial a Thomas Laranjeira, por seu auxílio na Guerra do Paraguai. A Empresa atuou no Paraguai, Brasil e na Argentina. Ver mais em: SILVA, Jovam Vilela da. *A Multifase da Empresa Mate Laranjeira: Um truste encravado no sul de Mato Grosso. (1882 a 1950)*. Periódicos científicos da UFMT.

⁷⁰⁸ Heitor Mendes auxiliou inúmeras vezes os revoltosos com dinheiro, contatos, transporte, abrigo, alimento, etc., todavia alguns revoltosos tomaram conhecimento de momentos em que também auxiliava os legalistas, provavelmente dividido entre o espírito de corpo e os interesses da Empresa Mate Laranjeira, da qual era sócio e um dos diretores. “Como estudante e militar, Heitor frequentara os mesmos quartéis da juventude tenentista, onde teve amigos com os quais dividira ideais de justiça e inconformismo por causa das repetidas e caóticas situações políticas de uma república em formação; por outro lado, como empresário recente, não podia adotar

Ele acolheu o Sargento Oliveira, pois sabendo que estava convalescendo, não permitiu que trabalhasse até estar completamente restabelecido. Para poder empregá-lo, disse a ele que se reportaria pessoalmente ao General Malan, comandante da guarnição federal de Mato Grosso, para sondar se, tendo sido o ex-sargento pronunciado, corria algum risco de ser preso, trabalhando numa filial da Mate Laranjeira, recentemente aberta na fronteira desse estado. Em seguida, escreveu ao administrador de *Aguerito*, outra estância paraguaia, de propriedade, da Mate apresentando-o e autorizando a abertura de crédito no armazém que abastecia a estância, para cobertura de todas as suas necessidades, enquanto sua saúde se mostrasse comprometida, afirmando que somente quando estivesse restituída sua saúde, ainda em estado delicado, o chamaria para ocupar um cargo remunerado na Empresa Mate Laranjeira, na filial aberta por ele na Estância Margarida, como já foi dito, propriedade da mesma empresa, em Mato Grosso do Sul.

Os revoltosos receberam a ajuda de muitas pessoas que apoiavam uma revolução. Só para citar alguns exemplos, deputados, como Batista Luzardo, advogados, como Nilo Peçanha e o próprio Themístocles Cavalcante, que se desdobrava em cuidados para além da profissão; médicos, como o impagável Pedro Ernesto, entre outros. E não se tratava, apenas, de assistência financeira, mas, jurídica, de emprego, cartas de apresentação, envio de correspondências, auxílio às famílias, socorro em doenças e ferimentos dos próprios revoltosos e de suas famílias, auxílio às fugas, sempre que podiam. Isso não impediu que passassem por muitas privações, mas durante todo o período de 1922 a 1930, observamos a presença de amigos e parentes sempre por perto, entre outros que veremos a seguir.⁷⁰⁹

Aguerito era uma estância em *Concepción*, no Paraguai, localizada num ponto centralizado e, portanto, estratégico em caso de necessidade de reunir os exilados que estivessem nas proximidades das cidades paraguaias ou da fronteira brasileira e argentina. Aos poucos, a casa da estância foi servindo de abrigo a um número cada vez maior de revoltosos que não paravam de chegar. Depois do Sargento Oliveira, o primeiro a surgir foi Hercolino Cascardo, acompanhado do engenheiro militar Rafael Bandeira Teixeira. Cascardo tinha 23 anos (oficialmente, 24) quando protagonizou o levante do Encouraçado *São Paulo*,

posições antigovernistas, que pudessem por em risco o tênue equilíbrio existente entre a empresa que representava e o poder constitucional. (MAGALHÃES, 2014, p. 121, grifo nosso).” Sobre isso ver mais em: SOUZA Fernando dos Anjos. *Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2018, p. 288 e 387-394. Isidoro Dias Lopes certamente já tinha conhecimento, disso pois em carta a Simas Enéas afirma: “A Matte está funcionando, em Campanário, com todas as garantias e continuará assim enquanto for nossa amiga, como se tem mostrado.” Cartas Isidoro para Alfredo Simas Enéas, de Assunción, em 19/05/25.

⁷⁰⁹ Sobre isso ver mais em ARAGÃO, 2012, op. cit..

em novembro de 1924, levando-o até o Uruguai.⁷¹⁰ Com Cascardo chegou a *Aguerito*, além do engenheiro militar Rafael Bandeira Teixeira, o Cabo Sebastião Dantas,⁷¹¹ um companheiro que, desde o levante do encouraçado *São Paulo* o acompanhava.

Rafael Bandeira Teixeira tem uma história interessante: era possuidor de propriedades no Rio Grande do Sul e de uma boa fortuna, mas, segundo Oliveira, restara pouco desse patrimônio, já que financiava e participava de todas as insurreições que surgiam, tendo gasto grandes somas em armamentos, munições e auxílio aos seus companheiros revoltosos. Ele e Cascardo haviam se conhecido na fronteira do Uruguai, onde planejaram chefiar um levante no Mato Grosso do Sul, quando tivessem recursos. O plano consistia no seguinte: enquanto Rafael entrasse por terra, Cascardo se encaminharia à base fluvial de Ladário⁷¹², município na região pantaneira, também do estado de Mato Grosso do Sul - à margem direita do Rio Paraguai, localizada num enclave territorial, ou seja, circundada por Corumbá - local onde, Hercolino Cascardo, sendo revoltoso da Marinha, completaria o levante utilizando as embarcações dessa base fluvial.⁷¹³

Pouco após a chegada dos militares acima mencionados, uniram-se aos moradores da estância Aguerito, Luiz de Braga Mury, que, não tendo como se engajar na luta de São Paulo, procurava um meio de ação, da mesma forma que Adalberto Araripe da Rocha Lima,⁷¹⁴ da aviação do Exército e João Teixeira Marques,⁷¹⁵ da arma de Cavalaria. Também chega a *Aguerrito* o Tenente Agenor Brayner Nunes da Silva, que havia lutado com o Sargento Oliveira, em Caçapava, e, depois, o Tenente Cleto Campêlo. Cleto da Costa Campelo Filho servia, em 1926, na 7ª Região, em Recife. Desertou, nesse ano, juntamente com o Tenente Annibal Brayner Nunes da Silva, vindos de uma força legalista que fora enviada para combater a Coluna e partiram ao encontro dos exilados para saber quais eram seus planos.

⁷¹⁰ Sobre o levante no Encouraçado *São Paulo* ver mais em CASCARDO. Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha*. Os Primeiros anos -1922-1924. São Paulo: paz e Terra, 2005.

⁷¹¹ Relatórios do Ministério da Marinha, 1924. Relação dos inferiores e praças que ficaram em Montevidéu, da guarnição do encouraçado *São Paulo*.

⁷¹² Em 1954, quando Ladário se torna um município independente, o 6º Distrito Naval se instala na cidade.

⁷¹³ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 47.

⁷¹⁴ Jornal *O Paiz*, 24/01/1920. Nesse jornal Araripe aparece, como tendo se apresentado ao QG do Ministério da Guerra, como aspirante a oficial e no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de Abril de 1930, Página 28, da Seção 1, há a publicação de uma ata do Ministério da Guerra comunicando que o Primeiro Tenente Aviador Adalberto Araripê da Rocha Lima, foi absolvido pela justiça civil dos delitos que lhe foram imputados, em 29 de março do mesmo ano. No mesmo documento Comissão de Promoções, do Ministério da Guerra submete à consideração do senhor ministro da Guerra a seguinte: o preenchimento de uma vaga de capitão existente na arma de Aviação, pelo Primeiro Tenente Adalberto Araripe da Rocha Lima. No Diário Oficial da União (DOU) de 26 de Agosto de 1943, Página 9, da Seção 1, aparece como Major da reserva da Aeronáutica, questionando a razão de ter sido enviado para a reserva. Nesse caso ele seria oficial da Aviação do Exército.

⁷¹⁵ Diário Oficial da União (DOU) de 8 de Fevereiro de 1917, Página 1, da Seção 1 está registrada a transferência para a arma do cavalaria, os 2º tenentes da arma do infantaria Pedro Martins da Rocha, Djalma Soares Dutra, Adilar Hescket Hall, João Teixeira Marques e Octavio Mariath Costa. Nesse caso ele seria oficial de Cavalaria.

Newton Brayner Nunes da Silva⁷¹⁶ também esteve em *Aguerrito*. Cleto Campêlo voltou clandestinamente a Pernambuco, trabalhando em diversas funções, pelo caminho, para preparar um levante em apoio à Coluna, quando Prestes, já avisado por ele,⁷¹⁷ cruzasse o sertão pernambucano. Mas, foi morto, aos 28 anos, no dia 17 de fevereiro de 1926, sem conseguir seu intento, numa emboscada.⁷¹⁸ O último a chegar em *Aguerrito* foi Cesar Bacchi de Araújo, onde se encontrou novamente com o Sargento Oliveira.⁷¹⁹

Oliveira, depois de trabalhar na Estância Margarida, encontra um parente, o Coronel David Carneiro, rico industrial de erva-mate, com produção destinada ao Paraguai, que chegara da Europa. Este, ao tomar conhecimento de sua situação, o empregou na filial de Montevidéu. Antes de chegar a Montevidéu, passa por Buenos Aires para “rever velhos amigos”.⁷²⁰ Seu testemunho nos revela que, em Buenos Aires, residiam no mesmo local: Luiz de França Albuquerque, João Cabanas, Henrique Ricardo Holl, Epaminondas Gomes dos Santos, oficial de Marinha que não tendo conseguido chegar a tempo no levante do Encouraçado São Paulo, deserta e vai viver junto aos exilados. Epaminondas, trabalhando como gerente no “Café Paulista”, pertencente à firma Alves Lima, empresa de propriedade de Alberto Alves Lima, oriundo de uma família tradicional paulista, ajuda os exilados, não cobrando seu consumo.⁷²¹

Apesar de todas as perseguições sofridas, ao contrário do que pudéssemos imaginar, esse não foi um período de exílio comum, onde, aqueles que se afastam do seu país, iniciam uma fase de recomeço de suas vidas. As relações entre *Aguerrito* e a fronteira brasileira eram fáceis e, segundo Oliveira, permitiam a manutenção de um estreito contato entre os exilados, que trabalhavam e viviam de modo econômico e modesto, aguardando recursos que possibilitassem retomar alguma revolta. Para além do esforço empreendido na adaptação em um novo país, em tornar o espaço habitável, ainda que numa improvisação da sobrevivência, acalmando expectativas e temores de perseguições e morte e na produção de significados que

⁷¹⁶ Provavelmente Agenor, Annibal e Newton, citados nesse parágrafo, são irmãos ou primos, pela equivalência de idade e semelhança no nome, que não chega a ser um nome comum.

Newton foi aspirante da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, na turma de 1921. Participou da Revolução de 1924, sendo, depois, exilado na Argentina e na Europa. Voltou ao Brasil após cinco anos. Provavelmente os três são irmãos ou primos, pela equivalência de idade e semelhança no nome, que não chega a ser um nome comum.

⁷¹⁷ Cleto Campêlo foi ao seu encontro quando Prestes ainda estava em Mato Grosso,

⁷¹⁸ OLIVEIRA, 1956, op. cit., 47

⁷¹⁹ César Bacchi de Araújo, conhecido como Bacchi, era jogador de futebol brasileiro, integrante da seleção, ponta-esquerda, um dos heróis do Fla-Flu de 1919. Era irmão do goleiro Ayrton Bacchi de Araújo, que chegou a ser convocado para a Seleção Carioca e para a Seleção Brasileira (foi o goleiro reserva na Copa América de 1920). No Exército chegou ao cargo de General de Divisão. Cf. OLIVEIRA, 1956, op. cit.. Ver mais em:

<http://jornalheiros.blogspot.com/2017/01/parentes-que-fizeram-historia-no-fluminense.html>

⁷²⁰ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 62.

⁷²¹ Ibid, ibidem.

dessem sentido as suas próprias existências, não se consideravam derrotados e, mais que isso, não davam por encerradas as revoltas. Ao contrário disso, mesmo aqueles que optaram pelo exílio, mantiveram uma surpreendente insistência em continuar lutando. Isso teria ocorrido, segundo o Sargento Oliveira, porque os exilados arrependiam-se de não seguir a Coluna. Oliveira afirma de modo incisivo que “não havia um veterano da Coluna Paulista que não deplorasse intimamente não ter seguido a atitude de Miguel Costa, Juarez, Djalma, Virgílio e Emídio, que perseveraram na campanha, incorporando-se à força de Prestes.”⁷²²

Desejavam, portanto, promover outros levantes a partir da fronteira e, para tanto, era necessário rever os modos de ação, para futuras operações revoltosas, organizadas no exílio.

3.3 Conspiração: exilados e gaúchos na fronteira, 1925-1926.

Como já foi dito, desde o início haviam mantido as revoltas organizadas dentro dos parâmetros militares legais, utilizando-se de todos os elementos possíveis à composição de uma tropa em guerra. Agindo dessa forma, ao se utilizarem dos mesmos expedientes da caserna, optaram por uma apropriação de elementos preexistentes, a fim de torná-los comuns a sua vida no exílio, organizando-os, criando trilhas, oportunidades, que os permitissem a partir desse sistema previamente conhecido, esboçar uma adaptação destes as suas necessidades.⁷²³

Uma dessas oportunidades ocorreu, ainda no ano de 1924, quando um caudilho de Mato Grosso, conhecido por coronel Gomes, sendo pago pelo governo, juntamente com seus comandados aprisionou dois batalhões revoltosos, num momento em que a Coluna Paulista, deixando São Paulo, descia pelo Rio Paraná. Gomes apropriou-se do armamento escondendo-o e fixou um alto valor pelos “serviços prestados,” a ser pago pelo governo. Como não foi atendido pelas autoridades federais, devido à vultosa quantia exigida, decidiu vender o material bélico, em seu poder, aos próprios emigrados. Diante dessa proposta, o General Isidoro Dias Lopes, exilado em *Assunción*, viu ali uma oportunidade de armar os revoltosos e decidiu recrutar todos os combatentes emigrados, das proximidades, para invadir Mato Grosso, e, dali, marchar ao encontro da Coluna Prestes. Era a chance daqueles que haviam se arrependido de não seguir com a Coluna Prestes, teriam a chance de retornarem às armas. Esse episódio é demonstrativo de como estavam ligados um ao outro, no mesmo propósito, em comunicação constante, e sempre que necessário, pois um grande número de exilados atendeu ao recrutamento feito por Isidoro Dias Lopes, se reunindo na fronteira. Enquanto o

⁷²² OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 11.

⁷²³ CERTEAU, 1998. op. cit., p. 97.

Coronel Gomes resolvia se fazia ou não negócio com as armas, decidiram permanecer o mais próximo possível de Isidoro, divididos em pequenos grupos, para não criar suspeitas.

Pensando dessa forma, boa parte dos exilados vieram para Assunción: os Capitães Simas Enéas e Fernando Távora; os Tenentes Metelo, Orlando Leite Ribeiro, recém-chegado do Brasil; Oswaldo Pereira Carvalho, Reis Perdigão, Rui Zubarán, Rigrandino Kruel e outros. Em Bela Vista ficou o Coronel Paulo de Oliveira, um dos idealizadores do movimento em São Paulo, que se afastara durante a retirada da cidade, porque pretendia invadir o estado do Paraná, por Salto Grande, mas não foi atendido, sempre acompanhado por seu filho, o bacharel Carlos Oliveira. Em Pedro Juan Caballero reuniram-se os tenentes: Lourival Serôa da Motta, Públio Ribeiro, Coriolano de Almeida e o civil Philogônio Teodoro de Carvalho, este último famoso boiadeiro de Barretos, que, estando em São Paulo, havia conhecido o oficial de Marinha Garcia Vidal e se unido à causa por seu intermédio. Segundo o Sargento Oliveira, Philogônio era um homem muito claro, com barba grande e nariz fino, franzino e baixo, de sorriso suave, descrição que contrastava com um passado de lutas e, também, de brigas. Tinha o corpo todo cortado de cicatrizes e cada uma trazia sua história. Destemido, ligeiro e de temperamento explosivo, sua participação nos combates foi descrita como de coragem e destemor.⁷²⁴ Garcia Vidal, por sua vez, não tendo conseguido alcançar os revoltosos, havia desertado para não ter que combatê-los e depois de se esconder um tempo, no interior de São Paulo, conheceram-se e foram juntos para o exílio. Também uniram-se aos demais: Carlos Rodrigues Coelho, ex-aluno da Escola Militar de Realengo, participante do levante e que continuara a combater em 1924, tendo, na retirada de São Paulo, exercido funções no Estado-Maior e, em Presidente Prudente, lutado contra legalistas a caminho do Paraná - nos portos de São José e de São João. Carlos Coelho também lutou no Alto Paraná, comandando tropas em Porto Santa Helena, onde o Tenente Azauri de Sá Brito e Souza morreu, tendo impedido, depois, a proximidade das tropas de Rondon, até que a Coluna Prestes passasse para Foz do Iguaçu. Além deles, apresentaram-se Ebroíno Dias Uruguai e Olimpio Falconiere da Cunha – o último, também ex-aluno da Escola Militar do Realengo, expulso em 1922.⁷²⁵

Interessante observar como estão próximos e à disposição da Revolução, a ponto de Isidoro conseguir estabelecer contato imediatamente, reunindo-os rapidamente em torno da ação pretendida.

⁷²⁴ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 60, Ver mais em LIMA, 1979, op. cit..

⁷²⁵ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 59.

Todos esses revoltosos aguardavam o desfecho da venda das armas oferecidas a Isidoro, todavia, o Coronel Mendes desistiu na última hora. Diante do fracasso do plano, o Sargento Oliveira foi para a Estância Margarida, para trabalhar, enquanto alguns retornaram a seu local original de exílio e outros seguiram novos rumos.

Em Pedro Juan Caballero, cidade Paraguaia fronteira a Ponta Porã, permaneceram Philogônio Coriolano, o boiadeiro de Barreto já mencionado, e Ralpho Fontes, este último um tenente combatente desde São Paulo, que pertencia à guarnição de Olímpio Mesquita, em Jundiá. Segundo o Sargento Oliveira, as relações na fronteira de Pedro Juan Caballero eram tensas com o Brasil, porque, em Ponta Porã, o caudilho Mario Gonçalves fora derrotado por João Alberto, quando da passagem da Coluna pelo Mato Grosso do Sul, numa feroz batalha, conhecida como o combate de “Cabeceira do Apa” e, por essa razão, a população não ignorava essa batalha, e, tampouco o ódio do caudilho, que mantinha severa vigilância sobre os exilados, e não raro os ameaçava de violências. Apesar disso, era comum que brasileiros atravessassem a Rua Internacional para visitar revoltosos, presenteá-los, ou trazer-lhes recursos, haja vista o fato de os considerarem como ídolos. Mas, qualquer confusão que ocorria na fronteira colocava em risco a segurança dos exilados. Certa vez um soldado do caudilho Mario Gonçalves foi assassinado por paraguaios embriagados. As reações suscitadas acerca dessa morte já eram suficientes para deixá-los sob tensão, ainda que não tivessem participação.⁷²⁶

É importante lembrar que as revoltas militares da década de 20, do século XX, uniram federalistas e republicanos, inimigos históricos desde a Revolta Federalista de 1893. Assis Brasil, por exemplo, era do Partido Republicano Riograndense (PRR) e em 1923 torna-se maragato, unindo-se aos federalistas por discordar do fechamento do Congresso, no governo de Deodoro, e, mais tarde, inaugura o Partido Libertador. João Francisco Pereira de Souza lutou ao lado dos republicanos até a morte de Julio de Castilhos, pois eram amigos e, mais tarde luta contra Bernardes, ao lado dos revoltosos da década de 20. Leonel Rocha e Zeca Neto eram federalistas (maragatos) e Honório Lemes era republicano (chimangos ou pica-paus). O fato é que maioria daqueles que eram ligados à política no Rio Grande do Sul estavam divididos nesses dois grupos: ou se era federalista (maragato) ou republicano (chimango/pica-pau), e esses grupos lutavam entre si desde 1893. Mas, as revoltas tenentistas conseguiram reuni-los num só grupo que lutou em diversos combates, desde a formação da

⁷²⁶ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 60-1.

Coluna do Sul, comandada por Prestes, tendo, estes veteranos das peleias sulistas, lutado lado a lado, e junto aos revoltosos militares.

Essa adesão de elementos do Sul traz consigo a tradição de luta desse estado fronteiriço, a peleia do gaúcho como prática cotidiana, além do fato do Rio Grande do Sul ser uma dissidência política, que reivindica sua inclusão no poder federal, ocupado predominantemente pelas oligarquias dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

É interessante que conheçamos essas lutas e parcerias ocorridas enquanto os revolucionários da Coluna volteavam o Brasil, pois são várias tentativas revolucionárias pouco trabalhadas na literatura produzida pelos os levantes que antecederam a Revolução de 1930. Há, contudo, uma primeira participação conjunta entre militares e gaúchos, antes mesmo da Coluna sair do Rio Grande, contando com a figura de Honório Lemes (1864-1930). Honório era um homem simples, tropeiro, esteve presente em muitas batalhas no estado do Rio Grande. Participou da Revolução Federalista (1893)⁷²⁷ e entra para o Partido Republicano Riograndense (PRR). Em 1923, em janeiro, adere à guerra civil entre os republicanos, liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros, e os federalistas, chefiados por Assis Brasil, em consequência da reeleição de Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do estado.⁷²⁸

No início de outubro, de 1924, após a chegada da Coluna Paulista à Foz do Iguaçu, onde permaneceu alojada, diversos contatos de militares com indivíduos do Rio Grande do Sul, foram feitos. Dentre os presentes, também chamados pelos revoltosos de agentes de ligação, estava o tenente Oswaldo Pereira de Carvalho, do 6º Regimento de Cavalaria; Alfredo Canabarro, antigo oficial da Coluna Honório Lemes⁷²⁹ na revolução maragata de 1923, e, agora, seu emissário político; Anacleto Firpo,⁷³⁰ amigo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, representando ele próprio e Zeca Neto; e, Antonio Siqueira Campos, revoltoso sobrevivente do episódio conhecido por “18 do Forte,” em 1922. Em outubro de 1924, João Francisco Pereira de Souza, republicano riograndense, lutara ao lado contrário dos maragatos - e, agora estava unido a gaúchos de ambos os lados em prol das revoltas de 1924 - reuniu-se com Juarez Távora e Olinto Mesquita de Vasconcelos. Neste encontro trocaram informações

⁷²⁷ Guerra civil que conflou o Rio Grande do Sul e se estendeu a Santa Catarina e Paraná, com início em fevereiro de 1893, combatendo ao lado dos federalistas, conhecidos popularmente como pica-paus ou chimangos.

⁷²⁸ Honório Lemes participou do levante estabelecendo seu quartel-general na Serra do Caverá, à frente de cerca de trezentos homens. Formou em seguida o 2º Corpo do Exército Libertador, também conhecido como Divisão do Norte, integrado por trabalhadores rurais. Iniciados os combates em vários pontos do estado, Honório Lemes, operando na zona oeste, ocupou Rosário do Sul, Vacaiquá, Alegrete e Uruguaiana.

⁷²⁹ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Honório Lemes*. CPDOC-FGV.

⁷³⁰ Nascido em Dom Pedrito, era caixeiro viajante e inicia sua vida política como colaborador de Assis Brasil.

sobre a posição das forças revoltosas, concentradas no sudoeste paranaense, bem como acerca da situação político-militar existente no Rio Grande do Sul, propícia a um levante de envergadura, em apoio às forças vindas de São Paulo e estacionadas em Foz do Iguaçu. Como Juarez Távora, antes do início das revoltas de 1924, havia sido o principal “elemento de ligação” com as guarnições do Rio Grande do Sul, em 8 de outubro embarcou em Porto Aguirre, Argentina, juntamente com Siqueira Campos, Anacleto Firpo e Alfredo Canabarro, para fronteira gaúcha para iniciar os entendimentos com civis e militares em território argentino e uruguaio. Ele fora designado pelos “chefes revolucionários”, presentes nas reuniões para que, em seu nome, procurasse elementos amigos, dispostos a se revoltarem naquele estado.⁷³¹ Honório Lemes, ao unir-se aos revoltosos, com Juarez Távora e João Alberto, em episódios detalhado em capítulo anterior, voltou a defrontar-se com José Antônio Flores da Cunha, advogado, filiado ao Partido Republicano Riograndense (PRR), que conseguiu impor as posições legalistas sobre Lemes, em 1923, e, agora, em 1924, fez o mesmo. Diante dessa situação, Lemes retirou-se para a região missioneira, onde uniu-se a outras forças revoltosas, que terminaram por dominar toda a zona norte do estado. Mesmo assim, algum tempo depois sua Coluna, foi derrotada e Lemes se viu obrigado a ir para a Argentina. Desse país retorna tentando invadir Santana do Livramento. Não obtendo êxito, vencido em Passo das Carretas (RS) pelo tenente-coronel Júlio Bozzano, exila-se no Uruguai.⁷³² Essa foi a primeira vez que uma liderança gaúcha aderiu ao movimento militar de 1924, antes ainda da Coluna do Sul sair do Rio Grande. Este episódio, já mencionado anteriormente neste trabalho, com detalhes e foi revisitado aqui apenas a título de exemplo, para mostrar a continuidade das ações conjuntas entre eles, pois, em setembro de 1925, novamente, Honório Lemes tentou sublevar o estado do Rio Grande do Sul. Reagrupou suas forças e invadiu, pela segunda vez, Santana do Livramento, que, por sua localização, como cidade fronteira do Brasil com o Uruguai, em várias situações de conflito armado facilitou a travessia de revoltosos, tanto para fuga, quanto para invasão e ataque. Anacleto Firpo é quem relata os fatos que levaram à derrota de Honório Lemes, um desentendimento havido entre a liderança gaúcha, responsável pelo contingente civil e as tropas militares:

O movimento revolucionário mais uma vez fracassou e de modo desastrosíssimo. Tudo esperávamos, menos o final que tivemos. Estavam as coisas combinadas entre elementos civis e militares; aqueles só se moveriam depois desses se terem revoltado. Foi marcado o dia, o Honório não aguarda a notícia do levante militar, invade, e estes, até hoje não sabemos o porquê, não se moveram. O Honório, na

⁷³¹ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 157-8.

⁷³² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. VerbetE; *Flores da Cunha*, CPDOC-FGV.

impossibilidade de lutar, por falta de elementos, e como protesto a traição de que foi vítima, resolveu entregar-se. Lamentamos muitíssimo que ele tenha sido tão mal inspirado. Foi para nós, os revolucionários do sul, o maior golpe que levamos até hoje. Isso impressionou fundamente os nossos companheiros.⁷³³

Um contingente legalista chefiado por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha o alcançou em Passos da Conceição (RS). Honório Lemes conhecido pelo apelido de Leão do Caverá,⁷³⁴ caiu o prisioneiro juntamente com seu Estado-Maior. Foi enviado para Porto Alegre, mas conseguiu evadir-se do 2º Corpo da Brigada Militar e exilou-se na Argentina.⁷³⁵

Torna-se necessária uma breve apreciação do desempenho de Firpo nas revoltas da Primeira República. Firpo trabalhou desde muito jovem e ao longo de sua vida em diversas funções, tais como: empregado de loja, caixeiro viajante, comerciante e industrial. Nasceu e residiu até os 19 anos em Dom Pedrito (RS), e, em 1905, passou a residir em Pelotas, onde iniciou atividades na política, ao lado de Assis Brasil. Participou ativamente como seu colaborador, durante a eleição de novembro de 1922, para a presidência do estado, disputada pelo próprio Assis Brasil, em oposição a Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Após a revolta de 1923, Firpo, assim como os demais civis que participaram da mesma, passaram a ser perseguidos pelas forças de Borges de Medeiros, razão pela qual decidiram buscar proteção ingressando no Exército, como fizeram muitos outros participantes dessa revolta. Pois bem, quando a revolta paulista termina (05/07 a 28/07/1924), Firpo está presente nas articulações com os civis do Rio Grande do Sul, bem como nas revoltas que se seguiram neste estado. E lá estava Firpo, novamente, participando das revoltas junto aos exilados e Honório Lemes.

Apesar do fracasso na tentativa de levante com seus comandados e Honório Lemes, Isidoro Dias Lopes ainda pensava na possibilidade de invadir o Rio Grande do Sul, unindo exilados e elementos do Sul, objetivando dividir as forças governamentais. Uma oportunidade surge numa ocasião em que o Tenente Octávio Muniz Guimarães, chegou à capital Argentina trazendo uma vultosa soma em dinheiro, entregando-a intacta a Isidoro. Não foi mencionado pelo autor quem teria enviado o dinheiro, mas, segundo o testemunho do Sargento Nelson Oliveira, Isidoro decidira que a melhor forma de utilizá-lo seria empregando-

⁷³³ Carta de Anacleto Firpo para Alfredo de Simas Enéas, de Melo, em 17/10/25.

⁷³⁴ Lemes dedicou-se à chácara herdada de seu pai em Caverá, no município de Rosário do Sul (RS). Em 1923, retornou à serra do Caverá, empreendendo a chamada Marcha da Serra, que o consagrou como grande estrategista. Em virtude das condições adversas em que foi realizada, a marcha tornou-se tema de estudo por círculos militares nacionais e estrangeiros. Daí o apelido, Leão, em referência à bravura, por sempre estar em combate. ABREU, Alzira Alves de. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. 1889-1930*. Fundação Getúlio Vargas Editora, p. 179. Verbete: *Honório Lemes*, CPDOC-FGV.

⁷³⁵ Cf. OLIVEIRA, 1956, op cit.. Ver também, *ibid*.

a em novas tentativas de secundar os esforços da Coluna Prestes.⁷³⁶ Oliveira afirma que a oportunidade trazida pela quantia entregue por Otávio Guimarães fez com que Isidoro Dias Lopes pudesse iniciar a coordenação dessas invasões, juntamente com o Capitão Engenheiro Fernando Nascimento Fernandes Távora, o terceiro irmão Távora, e com o Tenente Alfredo Simas Enéas, invasões essas que só param de acontecer quando a Coluna Prestes, finalmente, atravessa a fronteira se internando na Bolívia.⁷³⁷

A primeira providência tomada por Isidoro, após receber a quantia de Octávio Guimarães, foi estabelecer pontos de conspiração em cada estado, para arregimentar futuros combatentes. Em Porto Alegre, o encarregado de reunir pessoas e instruí-las era Pedro de Alencastro Guimarães; em Santa Maria, Walter Jobim recebeu a incumbência de estabelecer contato com os oficiais que serviam na cidade. Em Uruguaiana, quem ficou com esse encargo foi o Dr. Orsi;⁷³⁸ e, em Quaraí, Luiz Pacheco Prates, advogado em Quaraí, e Gaudêncio Conceição, estancieiro, pecuarista, homem de negócios dessa região; em Rivera, o agente de ligação foi Argemiro Simões Moreira. Assim, havia um agente de ligação civil em cada cidade do Sul. Para agir ao lado de militares, em todo o estado, foram enviados os tenentes Augusto do Amaral Peixoto, Canrobert Penn Lopes da Costa e Helen Salvaterra. As conspirações tiveram andamento em diversas guarnições militares:

Estive em Santo Ângelo, Cruz Alta, Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo, Margem e Porto Alegre. Passei em São Gabriel, Libres e Dom Pedrito. Estive igualmente em Encruzilhada. Fiz mais de cem léguas a cavalo, pela campanha. Na volta, estive em Montevideu com Peixoto e companheiros da Marinha e Carmen Couto, Barbosa Lima, Zeca Neto, Rubens Maciel e Alberto Correia. Não temos, por hora, maiores novidades. Salva (Hellen Salvaterra) seguiu quarta-feira para Melo. Valério Lacerda esteve, hoje, aqui, e já se foi para Alvear. Li alguns relatórios teus da situação aí. Abraços aos Dutra, Távora, Marechal, etc...⁷³⁹

O trabalho de conspiração foi muito dinâmico e contribuiu para conseguir diversas adesões, num momento em que o Sul estava paralisado em relação a qualquer iniciativa de insurreição.

Em Santa Maria, estavam os irmãos tenentes Alcides e Nelson Gonçalves Etchegoyen, além de Heitor Lobato do Vale, Vicente Mário de Castro e Iguatemy Ferreira. Por fim, como tropa, combateriam os marinheiros do encouraçado São Paulo, pois, grande número residia em Montevideu desde novembro de 1924, quando houve o levante deste navio, sob o

⁷³⁶ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 64.

⁷³⁷ Ibid, p. 68.

⁷³⁸ Possivelmente Olympio Branco Orsi, chefe federalista no Rio Grande do Sul. Jornal “O Brasil : Orgam do Partido Republicano (RS),” 05/03/1910.

⁷³⁹ Carta de Canrobert, para Alfredo Simas Enéas, de Libres, em 26/04/26.

comando de Hercolino Cascardo.⁷⁴⁰ Aos marinheiros foi possível sobreviverem no exílio, desde 1924, e estarem presentes nos novos levantes graças ao auxílio financeiro de Alfredo Lemes, sobrinho de Honório, conforme nos relata o Tenente Canrobert, ao afirmar que : “devemos muito na parte pecuniária ao patriota Alfredo Lemes que, além de facilitar, nesse sentido, o serviço de ligação, tem a seu cargo e a sua custa, os marinheiros, e não é dos mais endinheirados dos gaúchos da revolução.”⁷⁴¹

Os revoltosos exilados, associados novamente aos chefes civis gaúchos, tais como: João Antonio Matos Neto, conhecido por Zeca Neto; Julio de Barrios, João Francisco Pereira de Souza, Leonel Rocha, Honório Lemes, Adalberto Correia, Fidêncio de Melo, Palmiro Pinto e outros,⁷⁴² finalmente conseguiram produzir ações concretas: uma série de invasões de grupos civis armados, em coordenação com levantes militares.

As primeiras tentativas ocorreram entre fins de novembro e início de dezembro de 1926,⁷⁴³ em Santa Maria, quando os oficiais do Exército e irmãos Nelson e Alcides Etchegoyen comandaram a rebelião de um dos diversos quartéis da cidade e formaram uma coluna armada que, isolada, buscou contato com os rebeldes invasores, no entanto não teve sucesso. Abriram fogo sobre o quartel da Brigada comandados por Aníbal Brayner, enquanto na mesma cidade, no Batalhão de Caçadores, Heitor Lobato do Vale tentou uma insurreição, não havendo adesão. As cidades de Iguatemi e Vicente de Castro provocaram levantes em suas companhias, mas o movimento com muitas desistências não sobreviveu.⁷⁴⁴ Após acirrado combate com a brigada, optaram pelo abandono de Santa Maria, indo para zona rural. Osvaldo Aranha seguiu os revoltosos à frente de uma força de provisórios havendo um combate violento no Seival, onde Osvaldo Aranha foi ferido. Apareceram combatentes novos, que aderiram em Iguatemi, utilizando-se de metralhadoras, ação que juntamente com a notícia do ferimento de Osvaldo Aranha deixou os batalhões provisórios inseguros, retirando-se do lugar.

Constatado por Isidoro que o levante foi prematuro, porque nem todos os demais emigrados estavam comprometidos e, por isso, não se achavam a postos, Isidoro enviou urgente convocação para que os mesmos ocupassem imediatamente os pontos de invasão. Não se podia mais perder um só instante.

⁷⁴⁰ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 69.

⁷⁴¹ Carta de Canrobert Lopes Pen para Alfredo Simas Enéas, de Paso de los Libres, em 18/09/25.

⁷⁴² OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 68.

⁷⁴³ O autor Carlos Zatti, em *História do Sul*, p. 319, apresenta como data inicial o dia 17/11/1926, Já Nelson Tabajara Oliveira, na página 69, coloca o levante dos irmãos Etchegoyen com data em 14 de novembro de 1926. ZATTI, Carlos. *A História do Rio Grande do Sul na linha do tempo*. Curitiba: IHGPR, 2017. OLIVEIRA, 1956, op. cit.

⁷⁴⁴ OLIVEIRA, 1956, op. cit. página 69-70.

O quartel-general, estabelecido em *Passo de Los Libres*, tinha como chefe militar e membro do Estado-Maior revolucionário o terceiro irmão Távora, Fernando Nascimento Fernandes Távora, nascido em 1898. Era considerado um militar de grande “inteligência e meticulosidade.” Desfrutava, no Exército, de certo prestígio, evidenciado nos diversos elogios registrados em seu Documento de Alterações, tais como: lealdade, abnegação, dedicação, cultura geral e profissional de invulgar amplitude,” entre outros.⁷⁴⁵ Pelos revoltosos era considerado um homem culto e capaz, assim quanto seus irmãos.⁷⁴⁶ Quando foi declarado aspirante a oficial, em 30 de dezembro de 1919, escolheu, em acordo com seu irmão Juarez Távora, o 5º Batalhão de Engenharia, na Companhia de Pontoneiros.⁷⁴⁷ Sediado em Curitiba, era uma unidade recentemente organizada, que tinha como comandante o Coronel José Beviláqua, um velho amigo de seu tio e futuro sogro Belisário Távora, fator que facilitaria a condição de iniciantes dos irmãos.⁷⁴⁸ Entretanto, após as revoltas de 1922, Fernando Távora foi transferido para o Rio grande do Sul, para o 3º Batalhão de Engenharia de São Gabriel, onde foi promovido a capitão. Em 10 de novembro de 1926, foi considerado um “chefe do investimento de insubordinação e rebeldia das praças do batalhão.” Deserta em dezembro, tendo sido publicada, em Boletim Regional, nesse mesmo mês, sua deserção, e, em 15 de outubro de 1927, uma denuncia com base no artigo 107 do Código Penal.⁷⁴⁹ Tinha ao seu lado o Tenente Mário Barbosa de Oliveira, e ambos agrupavam diversos chefes da região fronteira, entre os quais uma figura de incontestável valor para os revoltosos, sempre disposto a ajudá-los, Alfredo de Lemes, sobrinho de Honório Lemes.

Na região missioneira se achavam Simas Enéias e Deusdit Augusto de Loyola, ambos veteranos das lutas da Coluna Paulista. Iam invadir esta região, sob o comando dos caudilhos Leonel Rocha e Fidêncio de Melo, que desfrutava de algum prestígio no Contestado, facilitando suas ações. As tropas do coronel Leonel Rocha, vindas da Argentina invadiram Santa Catarina pelo Rio Peperi-Guaçu, chegando a Mondaí, de onde rumaram para Palmas (via Chapecó), depois Canoinhas, Curitiba, Campos Novos, Lages e São Joaquim.⁷⁵⁰ No mesmo grupo ainda atuavam Falconieri da Cunha, Agenor Braynner, e César Bachí sendo que ali já se encontrava o revolucionário Capitão Magalhães Barata. Leonel Rocha antecipou a

⁷⁴⁵ Documento de Alterações de Fernando Nascimento Fernandes Távora.

⁷⁴⁶ Cf., OLIVEIRA, 1956, op. cit..

⁷⁴⁷ Soldado da arma de engenharia, que trabalha na construção de pontes. TÁVORA, 1974, op. cit., p. 99- 100

⁷⁴⁸ Ibid, p. 97.

⁷⁴⁹ Documento de Alterações de Fernando Nascimento Fernandes Távora. Em abril de 1929 foi pronunciado no artigo 111, pelo juiz Federal do Rio Grande do Sul, local para onde havia sido transferido.

⁷⁵⁰ Há controvérsia quanto às datas, alguns citam novembro, outros, dezembro. Zatti, em *A História do Sul*, apresenta a data como tendo sido em 07/11/1926, já o Sargento Oliveira afirma ter ocorrido em dezembro de 1926. ZATTI, 2017, op. cit., p. 318; OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 70.

data previamente marcada e, em dezembro de 1926, com ele, só partiram Simas Enéias e Deusdit Augusto de Loyola, que foi morto em combate. Quando os outros chegaram já não era possível alcançar sua força. Leonel Rocha retirou-se do teatro de combate e regressou para a Argentina. Agenor, Falconiere, Bachi e o Capitão Barata chegaram quando a revolta já havia sido dispersada. Segundo Tabajara, Loyola era civil. Esteve em São Paulo e quando a Coluna Paulista desceu o Rio Paraná rumo a Foz do Iguaçu prestou importantes serviços em tudo o que foi necessário ao sucesso da retirada.⁷⁵¹

Apesar do revés sofrido por Leonel Rocha, Zeca Neto já com 75 anos, vindo do Uruguai, dirigiu-se para Pelotas decidiu promover nova invasão pelo sul do estado, contando com Hellen Campos Salvaterra, oficial do Exército revoltoso. Sabendo que as tropas de Alcides Etchegoyen estavam em situação crítica, nas cercanias de Caçapava, apressaram a entrada em Pelotas onde se preparava um golpe de grande estilo. Depois de muitos combates foi vencido pelo Coronel Hipólito Ribeiro Filho, que o obrigou a regressar àquele país.⁷⁵²

Segundo o Sargento Oliveira, uma das características de Zeca Neto era sua resistência à organização militar, pois acreditava que em revoluções não cabiam preceitos teóricos, ensinados nas academias de guerra. Foi aluno da Escola Politécnica e fez longas viagens para o exterior. Oliveira o descreve como um homem letrado, de posses, estancieiro do Rio Grande, presente nas guerrilhas de 1923, e, posteriormente, nas invasões de 1924. Provavelmente lutava por opção, pois, sendo rico, poderia usufruir de sua riqueza. Ainda segundo Oliveira, apesar dos seus mais de 70 anos, externava aparência saudável e jovial.⁷⁵³ A coluna que organizou teve destino idêntico a de Leonel Rocha. Além da derrota, batidos pelos legalistas nas imediações de Pelotas, perderam, na batalha, o Tenente Hellen Salvaterra. Voltaram para o exílio abatidos com o infortúnio de Hellen, mais um jovem cujo nome viria a se somar à lista considerável de mortos, dentre os revoltosos.⁷⁵⁴

Isidoro continuava tentando enviar gente em auxílio de Alcides Etchegoyen para dar capacidade de combate a ele. Faria isso para que ele conseguisse romper as linhas inimigas e sair de Santa Catarina, para, seguindo o mesmo itinerário de Prestes através do Paraná e Sul do Mato Grosso, juntarem-se à Coluna Miguel Costa-Prestes.⁷⁵⁵

Júlio de Barrios ia comandar marinheiros, veteranos do levante do encouraçado São Paulo, que compunham um contingente em número superior a cem homens, que até esse

⁷⁵¹ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 70.

⁷⁵² RIBEIRO, Léo. *Quem Foi Zeca Netto?* Portal das Missões. RS. Publicado em: 10/07/2018. Ver também ibid.

⁷⁵³ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 72

⁷⁵⁴ Ibid, ibidem.

⁷⁵⁵ Ibid, p. 72-3.

momento viviam em Montevidéu. E além deles, a coluna de Júlio de Barros seria composta do restante dos oficiais do Exército, da Marinha e da Força Pública Paulista, exilados em Buenos Aires e Montevidéu, Salto, Artigas e Rivera. A ação legalista os recebera com extrema violência e, depois de tantas derrotas, Amaral Peixoto e Canrobert Lopes Costa preveniram a todos, pessoalmente, acerca dos melhores trajetos e pontos de invasão a serem usados. Dentre os antigos combatentes que se haviam fixado em Buenos Aires cinco empreenderam viagem rumo à fronteira: Estilac Leal, Alcides Araújo, Tales Marcondes, Aníbal Brayner e Riograndino Kruel.

Isidoro, de Libres, onde já se encontrava, havia sido claro: “a ordem é a furar”...⁷⁵⁶ Fernando Távora esboçou o plano geral, do qual foi o portador Mário Barbosa de Oliveira.⁷⁵⁷ Pensou e sistematizou todos os preparativos, angariou recursos para as revoltas, organizou pessoal; assim como compras gerais, de armamentos e munições, foram organizados por ele. Em relação à informação fez relatórios sobre o efetivo legalista, das Forças Armadas e da polícia; um resumo dos maiores grupos civis do Centro, grupos menores e concentrações mobilizadas perto das fronteiras, incluindo seu armamento, além de um levantamento de estações telegráficas, produção de mapas, enfim, todas essas providências passaram pela organização e planejamento de Távora, assim como todos os revoltosos que participaram estiveram com ele para tratar dos planos e participações, fossem civis ou militares.⁷⁵⁸

3.4 Revoltas no Sul: “a ordem é furar”!

O território gaúcho seria atacado em três pontos: Santa Rosa, Quaraim e Rivera e três revoltosos foram escalados para estudar nos detalhes: Estilac Leal, Stênio Caio de Albuquerque Lima e Hercolino Cascardo.

O primeiro grupo, o que entraria por Santa Rosa foi subdividido em outros três, organizados da seguinte maneira: Virgílio Viana, respeitado chefe político local, e seu sobrinho Gonçalves Viana, destemido combatente no Sul,⁷⁵⁹ ambos no comando. Depois viriam na chefia de outro grupo: Estilac Leal, Thales Marcondes, Alcides Araújo e Amaral Peixoto encabeçando alguns marinheiros do levante do encouraçado São Paulo em 1924, que lá se encontravam. E, por último, um pelotão independente arregimentado e custeado pelos irmãos Pedro, Floriano e Setembrino Palma, figuras de bons recursos financeiros, que

⁷⁵⁶ Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas de Foz do Iguaçu, em 02/04/1926.

⁷⁵⁷ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 73

⁷⁵⁸ Cartas de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas, de Paso de los Libres, em 09/06/1926, 02/08/1926, 03/09/1926.

⁷⁵⁹ Mais tarde desapareceu e nunca mais foi encontrado.

investiram tudo que possuíam em “aventuras revolucionárias” e que se tornaram figuras salientes nos combates posteriores. Este era o primeiro grupo.⁷⁶⁰

O segundo grupo, que entraria por Quaraim, tinha a tarefa de conduzir o chefe Júlio de Barros até um ponto de reunião, para que ele assumisse o comando geral da tropa.⁷⁶¹ Seu chefe do Estado-Maior era o estreante Stênio Caio de Albuquerque Lima, que ainda não havia combatido em 1924. Invadiriam, além destes, os civis Palmiro Pinto, que levou consigo um filho menor, o Major Malaquias, veterano de 1893, também acompanhado de seu filho Osório, os irmãos João e Mateus de Deus, ambos mortos em combate, e alguns poucos voluntários.⁷⁶²

O terceiro grupo iria por Rivera, e a ofensiva ia caber a Adalberto Correia, irmão de Octavio Correia, civil morto na marcha dos 18 do Forte,⁷⁶³ com o contingente mais forte e melhor armado, o único a dispor de metralhadoras. Adalberto Correia fez questão de que a ele coubesse a parte mais arriscada e se apossou de todas as armas automáticas. Estavam nesse grupo: Herculino Cascardo, mesmo ainda se recuperando de uma cirurgia feita dias antes, Renato Tavares da Cunha Melo, sobrevivente do combate de Alegrete, o caudilho Panta Trindade, além de um adolescente conhecido por Cabello.⁷⁶⁴

Havia ainda um quarto grupo, em Santana do Livramento que agiria somente após a união dos três primeiros grupos de invasores, pois, embora saíssem de locais diferentes e fizessem trajetos diferentes, estes se encontrariam em data e local previamente determinados. O quarto grupo sublevaria a própria cidade de Santana do Livramento. Ali Jairo Jair de Albuquerque Lima já desenvolvia grande atividade conspiratória, junto aos colegas de armas. Era formado por: Riograndino Kruehl, Canrobert, Rui Zubaran, Bráulio Gouveia e os oficiais de Marinha que haviam chegado de Montevidéu.

No primeiro dia, em 24 de dezembro de 1926, saiu Estilac Leal (Virgílio Viana não participou devido à idade avançada e aos rigores que imaginavam passar). Na vanguarda iam Pedro Palma e Amaral Peixoto e seus marinheiros, vinham na retaguarda. No dia seguinte o destacamento Quaraim atravessava o Rio que dividia o Uruguai e o Brasil. Mas, quando os legalistas, em Alegrete, souberam da entrada de Estilac Leal, partiram imediatamente ao seu encalço, com uma numerosa força, comandada por Luiz Aranha. Ora, o grupo de Quaraim, que saiu em seguida para se encontrar com Estilac, marchando aceleradamente, toda a noite,

⁷⁶⁰ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 73-74

⁷⁶¹ Ibid, p. 74.

⁷⁶² Ibid, ibidem.

⁷⁶³ Ver mais em ARAGÃO, 2012, op. cit..

⁷⁶⁴ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 74

com o clarear do dia se viu frente aos provisórios de Luiz Aranha, ocasião em que Stênio comandou em pessoa a resistência, optando por uma ação defensiva, já que tinha o propósito de reunir-se a Estilac, que não devia estar muito distante daquele ponto. Ainda assim, dos 44 homens comandados por ele, apenas 22 seguiram, pois, parte foi presa, e parte não resistiu ao combate. Luiz Aranha tinha o intuito de vingança e revidava, com extrema violência o ferimento de seu irmão Osvaldo Aranha, adquirido em batalha anterior com a Coluna, em Seival. As perdas não foram maiores porque o maragato Chino Silveira, vaqueano,⁷⁶⁵ conhecedor de toda região “arrancou a força de Stênio, já reduzida à metade, da situação mais dramática possível,” levando-a até fazer de junção com Estilac.

Ao retornar, a aparição de Stênio e seus comandados foi festejada, pois os homens de Estilac não esperavam que ainda viessem depois de saberem do ocorrido. O bacharel Viana, que lutava junto com eles fez um discurso exultando a conclusão da primeira etapa e a ruptura da resistência governista, facilitando a marcha ao encontro de Adalberto e, posteriormente, Alcides Etchegoyen, que ainda estavam por vir.⁷⁶⁶

Stênio não estava tão otimista. Júlio de Barrios sobreviveu por pouco. Havia, algumas horas antes, pedido a Stênio que assumisse o comando das operações, no que foi atendido. Stênio colocou os irmãos Palma na vanguarda, ele próprio guardando o flanco, por onde surgiram os inimigos, e deixou Amaral Peixoto e os marinheiros na retaguarda, combatendo a pé, e não do modo gaúcho de lutar a cavalo, pois não sabiam montar. Na manhã seguinte, após marcharem toda a noite, na hora do almoço, em Três Cerros, na Serra do Caverá, pararam para o preparo de um pouco de carne, que comeriam no caminho ao encontro de Adalberto e, novamente foram surpreendidos por uma tropa legalista, em número muito superior, e enquanto os marinheiros enfrentavam-na, Thales Marcondes, um excelente montador, galopou e passou por Stênio, avisando-o indo até Estilac. De repente, apareceu, em forma de leque, uma tropa da Brigada Provisória.⁷⁶⁷ Stênio, num lance rápido, pôs uma carga de cavalaria para detê-la. Vendo pânico em seus soldados, devido à surpresa, ele próprio, aos gritos, lançou-se sobre os legalistas e, de modo automático, todos os soldados acompanharam. Há nesse momento uma cena digna de ser relatada:⁷⁶⁸ Palmiro Pinto, naqueles dias, de luto pela morte de sua mulher, parecia buscar a morte. Andava vestido de preto, combatendo loucamente, com chapéu preto de abas largas camisa preta, lenço preto, ao pescoço, uma bem cuidada barba nazarena, ainda toda preta, bombacha e botas pretas, assim como o cavalo que

⁷⁶⁵ Nome dado aos conhecedores de terras que guiam pessoas. OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 75.

⁷⁶⁶ Ibid, ibidem.

⁷⁶⁷ Tropa da Brigada Militar, polícia estadual do Rio Grande do Sul, unida civilis.

⁷⁶⁸ OLIVEIRA, 1956, op. cit., p. 76.

montava. No momento da carga empinou seu cavalo, retirou a espada e cortou o ar. Essa foi uma cena registrada na memória dos revoltosos, pela sua singularidade. O próprio Stênio, que teria lido o romance *Eurico o Presbítero*, de Alexandre Herculano, teria dito que ele “era o cavaleiro negro.”⁷⁶⁹

O Sargento Oliveira, estava com a coluna de Stênio e dá seu testemunho, afirmando que a carga de Cavalaria foi tão forte que os legalistas ficaram inseguros. Estilac Leal chega e também opta por uma carga, colocando sua tropa na linha de batalha com ele mesmo à frente junto a Alcides Etchegoyen e Thales Marcondes, além de Amaral Peixoto. Alcides levou um tiro na altura do intestino, pois estava com o posto de comando na primeira linha, Otacílio de Vasconcelos tombou morto, os dois irmãos João e Mateus, ambos civis, caíram mortos ao mesmo tempo, e o cavalo do Sargento Oliveira foi atingido. Ao tentar salvá-lo o Major Malaquias foi atingido mortalmente. Estilac e Stênio ajudaram os feridos e contabilizaram as perdas. Osório perdera o seu pai; Palmiro Pinto lamentava a perda dos irmãos de Deus, os quais ele mesmo havia convidado para luta. Otacílio Vasconcelos, Alcides e Gonçalves Viana diziam que não se preocupassem com seus ferimentos; os três irmãos Palmas constatavam o fato de não haver perdas na família; enquanto Chino Silveira foi elogiado por acomodar os cavalos na mata, para que não fossem atingidos.⁷⁷⁰

Se tivessem sabido que Alcides Etchegoyen estava sendo perseguido, os choques teriam sido evitados, mas, ao contrário disso, a coluna de Stênio se viu em meio a muitas unidades, que perseguiram Estilac, sendo inevitável o choque com as mesmas.

Montaram e seguiram. Na vanguarda Amaral Peixoto, nos flancos Palmiro e Thales e na retaguarda os irmãos Palma.⁷⁷¹ Logo que reiniciada a marcha receberam uma carga de metralhadora a esmo. Continuaram. E não o fizeram porque estivessem determinados por algum plano, e, sim, levados de acordo com o aparecimento de chimangos à esquerda ou à direita. A partir daí seguiram-se perseguições implacáveis, vindas de todas as direções, tornando qualquer ofensiva inútil, uma situação que durou todo o dia e a noite seguintes. Segundo Oliveira, foram atacados de todos os lados, vivendo horas de “pavor e sacrifício.”

Atravessaram, então, o rio Ibicuí e, a essa altura, a tropa estava esgotada, fatigada, sonolenta, e os soldados dormiam montados, deixando o cavalo tomar qualquer rumo e, ao despertar dos momentâneos sons, gritavam desesperados que os esperassem, que lhes dessem, através de gritos, a direção da marcha, para que pudessem retomá-la. Já estando

⁷⁶⁹ Ibid, p. 77.

⁷⁷⁰ Ibid, p. 79-80.

⁷⁷¹ Ibid, p. 80.

próximos da fronteira do Uruguai houve novo combate e muitos se perderam.⁷⁷² Adentraram três quilômetros e encontraram a residência de um cidadão suíço que fabricava linguiças e salsichas, que os apoiou e alimentou, além de informá-los sobre estradas e caminhos, para que pudessem retornar a Rivera, sem chegar perto da fronteira. Quando estavam retornando, se depararam, surpresos, com a linha divisória da fronteira. Buscando se afastar dali, novamente se encontraram com Adalberto Correia, Renato Panta e Cabello, que sequer conseguiram adentrar a fronteira, pois estavam em luta com os legalistas ali mesmo. Panta e Cabello ainda tentaram uma investida, mas voltaram completamente derrotados. Hercolino Cascardo, segundo Oliveira, recém-operado, diante desse quadro, foi para Rivera. Por precaução, Adalberto, havia enterrado todo o armamento que levava, em metralhadoras pesadas, e que tanta falta fizera aos combatentes! Depois disso, mesmo sentindo-se impossibilitado de entrar no país, permanecera naquele local para oferecer ajuda material e militar aos companheiros, que sabia estavam em combate. De fato, não apenas ele, mas Riograndino kruel, Aníbal Brayner, Ruy Zubaran, Canrobert Lopes Costa e outros desvelaram-se, em Rivera, para socorrer os feridos, tendo sido Alcides Etchegoyen e Gonçalves Viana objeto de extremo cuidado de todos, devido à gravidade dos ferimentos.⁷⁷³

Tinham partido todos dali juntos, para Rivera, cidade Uruguia que faz fronteira com Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, de onde sequer conseguiram seguir em combate pelo país. Ali, nesta cidade, todos se encontraram e, segundo Oliveira, puderam abraçar os amigos que haviam se perdido e que julgavam mortos. Era o fim do ano de 1926 e o destino dos revoltosos seria o mesmo de antes, o exílio, onde enfrentariam novamente a hostilidade de alguns e o apoio de outros.⁷⁷⁴

Como havíamos invadido o Brasil em fins de dezembro de 1926, já se vivia o ano de 1927, coisa de que não tivemos tempo nem calma para nos dar conta. Natal e Ano-Novo não existiram para quantos se envolveram naquela campanha. Ora, desde 1º de janeiro estava em vigor novo Tratado entre Brasil e Uruguai, a respeito de internação de revolucionários, segundo qual, nos casos como nosso, os chefes e cabeças seriam mandados para longe da fronteira, ao passo que as praças ficariam em campos de concentração nas cidades próximas.⁷⁷⁵

Os praças foram levados para uma cidade em Taquarembó, mas Oliveira foi poupado, pois, mesmo sendo sargento, os oficiais disseram às autoridades que ele era um dos cabeças do grupo.

⁷⁷² Ibid, p. 82-83

⁷⁷³ Ibid, p. 85.

⁷⁷⁴ Ibid, p. 84-5.

⁷⁷⁵ Ibid, 85.

O nome de Coluna relâmpago deve-se aos trens relâmpago que faziam campanha eleitoral. Decidiram adotar esse nome a essa invasão, porque estavam em preparativos, ainda dentro do Uruguai, para invasão Rio Grande do Sul, na mesma ocasião em que um chefe Blanco, chamado Herrera, disputava a suprema magistratura do seu partido.⁷⁷⁶

Além das investidas acima descritas as revoltas do Sul tiveram adesões das unidades: na noite de 13 de novembro - parte do 9º RCI (São Gabriel); na manhã de 17 de novembro: - 5º RAM (Santa Maria); 7º RI (idem); na noite de 18 de novembro - parte do 6º GA Cav. (São Gabriel); e, posteriormente, em outros corpos, confirmaram-se algumas adesões e motins sem alcance militar.

Ainda segundo Távora “as invasões se escalonaram também”: Zeca Neto entrou a 25 de novembro de 1926; Julio de Barrios a 26 de novembro de 1926; Bernardo Padilha não conseguiu; e o destacamento de Santo Tomé, muito reduzido conseguiu infiltrar-se a 25 de Novembro operando alguns dias.⁷⁷⁷

Outros levantes ocorreram entre o ano de 1925 e 1926, além dos já mencionados acima. São eles:

Em 18 de janeiro de 1926, ocorre o 2º levante do Batalhão de Caçadores de Aracaju, Sergipe, liderado pelo Capitão Eurípedes Esteves e pelos Tenentes Augusto Maynard Gomes, João Soarino de Melo e Manuel de Mendonça, os mesmos que haviam levantado este mesmo Batalhão em julho 1924. Maynard Gomes fugiu da prisão e deu início a um novo movimento, liderando-o ao lado dos companheiros de 1924. Em 1924, assumiram o governo do estado, mas dessa vez, ao contrário da primeira insurreição, em 13 de julho de 1924, que durou 21 dias, permaneceram no controle do Batalhão apenas por algumas horas. Assim como em 1924, Eurípedes Esteves de Lima assumiu o controle do 28º BC e João Soarino de Melo, ao lado de Maynard Gomes, assumiram a liderança das tropas em combate, mas foram combatidos pelas tropas governistas, lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria.⁷⁷⁸

Em 2 de maio de 1925 os Tenentes Carlos Costa Leite, Jansen de Melo, Carlos Chevalier e Leopoldo Neri da Fonseca tentaram tomar o quartel do 3º Regimento de Infantaria (3º RI) na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, levante já mencionado anteriormente neste trabalho. O ataque pretendia conquistar o apoio dos duzentos soldados da unidade, para

⁷⁷⁶ Ibid, ibidem.

⁷⁷⁷ Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéias Júnior, de local ignorado, em 17/02/27.

⁷⁷⁸ DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1996, p. 160-1. Ver também: LOPES, Raimundo Helio. Dicionário Histórico Biográfico da Recública. Verbete: *Eurípedes Esteves de Lima*. CPDOC-FGV.

tomarem o palácio do Catete, mas foram surpreendidos por um ataque repentino que resultou na morte do tenente Luís Venâncio Jansen de Melo.⁷⁷⁹

Em 31 de maio 1925 houve a tentativa de ocupação do 1º Regimento de Cavalaria (1º RCI) da Força Pública do estado de São Paulo. Esse levante é dominado, havendo a morte de duas sentinelas, após um tiroteio.⁷⁸⁰

Em 14 de novembro de 1926, em São Gabriel, Rio Grande do Sul há um levante de sargentos, que motivaram seus comandados, nesta cidade e em Bagé. Em São Gabriel foram perseguidos por civis e policiais e se retiraram para Caçapava. Em Bagé foram rapidamente dominados e o tenente Álvaro Cruz Marques foi morto no combate.⁷⁸¹

Ainda no ano de 1926, entre 07 de novembro e 17 de dezembro, Leonel Rocha invade Santa Catarina pela fronteira Argentina, via Mondaí, rumando para Palmas (via Chapecó), depois, Canoinhas, Curitibanos até alcançar o objetivo de ocupar Campos Novos, mas foi combatido pelo Coronel Eliziário Paim e seu destacamento, dirigindo-se, então, para São Joaquim, onde são combatidos pelas policias de Santa Catarina e do Paraná, além do 2º Batalhão de Polícia de São Paulo. Tendo sofrido perdas materiais, baixas e prisões, aqueles que conseguem se livrar dos ataques retornam à Argentina.⁷⁸²

3.5 La Gaíba: do exílio à terceira jornada militar.

Corria o mês de outubro, de 1926, e completavam-se dois anos de luta dos militares e civis revoltosos, desde o levante de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. O contato com a profunda miséria das populações do interior trazia a Prestes a compreensão de que havia chegado o momento de repensar a forma de luta. Segundo Lima, Prestes acreditava estarem diante de um problema social profundo, no país, mas não conhecia as causas dessa miséria. Nesse momento, apenas constatava que as condições da tropa eram as piores possíveis, não havendo munição, armas, roupas, calçados, alimentação e recursos de toda ordem, faltando-lhes, também, a própria resistência física e psíquica, já abalada após anos de luta por todo o país, numa marcha com aproximadamente 25.000 a 30.000 quilômetros, na qual haviam passado por incontáveis revezes.⁷⁸³

⁷⁷⁹ COUTINHO, Amélia. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Carlos da Costa Leite*. CPDOC-FGV.

⁷⁸⁰ DONATO, 1996, op. cit., p. 526.

⁷⁸¹ Ibid, ibidem..

⁷⁸² Ibid, ibidem; ZATTI, 2017, op. cit., p. 318.

⁷⁸³ LIMA, 1979, op. cit.; PRESTES, Anita. Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 128. Lima afirma serem 25 mil quilômetros, Miguel Costa, 25.500, já Anita Prestes afirma serem 36 mil quilômetros.

Partindo desse ponto de vista, após reunião com os comandantes dos quatro destacamentos da Coluna Miguel Costa-Prestes: Cordeiro de Farias, 1º Destacamento; João Alberto, 2º Destacamento; Siqueira Campos, 3º Destacamento e Djalma Dutra, 4º Destacamento; e demais oficiais, no dia 24 de outubro de 1926, Siqueira Campos, Lourenço Moreira Lima,⁷⁸⁴ advogado que aderira às revoltas, desde São Paulo, e Djalma Dutra, tenente do Exército vindo do Rio Grande do Sul, são enviados, por Prestes, como emissários, ao General Isidoro Dias Lopes, nesse momento, em *Paso de los Libres*, na Argentina, para levar uma mensagem, endereçada a ele, que trazia a proposta do encerramento da luta e emigração da Coluna.⁷⁸⁵

Para acompanhá-los, foi designado um pequeno pelotão, com nove homens, escolhidos entre os mais bravos, comandado por Emygdio Miranda, e, um destacamento de 80 homens, sob a direção do oficial Siqueira Campos, encarregado de abrir-lhes passagem através das forças governamentais, e cuja tarefa era a de acompanhá-los até a Estrada de Ferro Noroeste, em Ponta Porã, MT, na fronteira com o Paraguai. Cumprida essa missão, Siqueira Campos, que acompanhara a Coluna desde o início, voltaria a se reunir ao grosso da tropa.⁷⁸⁶ Caso obstáculos o impedissem nesse propósito, deveria seguir para qualquer ponto da fronteira boliviana ou paraguaia e emigrar.

Ao receber os emissários e ser comunicado da intenção de emigração para Bolívia, o General Isidoro afirmou que a Coluna excedeu a sua expectativa e que ele não poderia exigir nada mais dela. Entretanto, ele revela, a Lima, estar arregimentando um movimento revolucionário, no Rio Grande do Sul, a ser dividido em cinco colunas principais, comandadas, cada uma delas, respectivamente, pelo General Bernardo Padilha e por Zeca Neto, Felipe Portinho, Leonel Rocha e Júlio Barrios, estes últimos estancieiros e antigos participantes de lutas no sul do país.⁷⁸⁷

Isidoro entendia que a assunção de Washington Luiz à presidência da República representava um governo de continuidade das oligarquias, como o de Bernardes, e via nisso um motivo para que a luta não terminasse, embora soubesse, também, que, nas condições em que a Coluna se encontrava, era inútil o sacrifício de continuarem sozinhos a guerrear. Diante disso, a recomendação de Isidoro Dias Lopes a Prestes, acerca do destino da Coluna era de

⁷⁸⁴ Lourenço Moreira Lima, advogado é nomeado secretário da Coluna Prestes. Acompanha-a desde São Paulo até a Bolívia e recebe de Prestes a incumbência de escrever a história da Coluna, uma espécie de diário de campanha. Escreve o livro denominado: *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*, *ibid*.

⁷⁸⁵ Cf. *ibid*.

⁷⁸⁶ João Alberto é um dos líderes das revoltas tenentistas, tendo iniciado sua atuação revoltosa no Rio Grande do Sul, participado da Coluna Prestes, até o exílio na Bolívia e da Revolução de 1930. BARROS, 1953, 175; LIMA, 1979, op. cit., p. 444-5.

⁷⁸⁷ Esses nomes serão mencionados mais adiante. LIMA, 1979, op. cit., p. 470.

que, não sendo possível continuar, deveria emigrar, seguindo, depois, para o Sul, a fim de que os combatentes pudessem se recuperar e que a Coluna se reequipasse, para prosseguirem com a luta num futuro próximo.⁷⁸⁸

Enquanto isso, a Coluna avançava para o Noroeste de Mato Grosso, onde devia aguardar o retorno dos emissários e reencontrar Siqueira Campos, que, embora tivesse tentado reencontrar a Coluna, em alguns momentos via-se impedido por tropas governistas, interpostas aos dois grupos, outras vezes perdia-se dela ao longo da marcha. Siqueira realizou uma marcha de 9 mil km, em busca da Coluna, percorrendo os Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, de onde rumou para a vila de Bela Vista, no Paraguai, onde chegou com apenas 65 combatentes, em 24 de março de 1927.⁷⁸⁹

Enquanto Siqueira realizava a missão de que fora incumbido por Prestes, no mesmo mês em que partiu, outubro de 1926, a Coluna Prestes atravessava o Rio Araguaia, atingindo, finalmente, o estado do Mato Grosso, numa região de garimpos de diamante. Nessa região, os revoltosos têm contato com garimpeiros que vivem ali, no meio da mata, em busca de diamantes. O contato entre eles foi pacífico, pois, segundo João Alberto,⁷⁹⁰ os garimpeiros experimentavam perigos semelhantes a eles, vivendo em conflito constante com a polícia, por questões de fisco, tendo, inclusive, por hábito, reagir à bala diante de qualquer violência. Diante disso, reconheceram nos membros da Coluna pessoas inofensivas, chegando a convidá-los para que permanecessem no garimpo com eles, mas nenhum oficial ou soldado se mostrou desejoso em abandonar a Coluna. Quando deixaram a zona dos garimpos adentraram em Mato Grosso, passando pelas Missões Salesianas, nas quais padres se entregavam ao serviço de catequese de índios, ainda no estado de Mato Grosso, dando, também, assistência aos que habitavam nas proximidades dessas Missões. Já haviam conhecido, em Goiás, os dominicanos, ordem maior que a dos salesianos, uma ordem pequena, onde os índios pescavam, caçavam e realizavam trabalhos na lavoura, junto a esses padres. Lá, haviam adquirido o desenho de um mapa detalhado, com acidentes topográficos, a serem transpostos, com dados sobre as etapas das viagens, feito pelo padre Colbachini, que ainda mandou alguns emissários irem à frente deles, tranquilizando os estabelecimentos dos padres Salesianos que encontrariam mais à frente.⁷⁹¹

⁷⁸⁸ LIMA, 1979, op. cit., p. 471.

⁷⁸⁹ Carta de Siqueira Campos para Luís Carlos Prestes, Buenos Aires, 30 de abril de 1927, in LIMA, 1979, op. cit., p. 459-65.

⁷⁹⁰ BARROS, 1953, op. cit, p. 164 e 170.

⁷⁹¹ Ibid, p. 172-4.

Nesse ponto, entraram por uma picada telegráfica no sertão bruto, rumo à fronteira da Bolívia e, durante o trajeto, ainda tiveram um choque com policiais mato-grossenses e homens por eles armados. Desdobrava-se à frente dos revoltosos a selva amazônica, havendo, ainda, cerca de 500 quilômetros a serem percorridos, através de chapadas que se estendiam ao longo do Rio das Mortes, em direção a oeste, e, depois do Rio Cuiabá, o caminho se transformaria em mata virgem até o rio Jauru, último afluente do Rio Paraguai, já no limite com a Bolívia, para onde a Coluna pretendia emigrar.⁷⁹²

No limite da Bolívia, nas proximidades da capital de Mato Grosso, descem uma serra para atravessar o Rio Cuiabá. O terreno vai se apresentar de difícil acesso. Não era ainda floresta do Rio Paraguai, mas havia uma extensa mata, muito densa. Além disso, era um local extremamente inóspito, no qual não se encontrava absolutamente nada para alimentação, o que fez com que, antes de enfrentarem a floresta, tivessem recolhido todo sal e açúcar que podiam das fazendas e o maior número possível de bois de carga, que serviriam para carga e alimento à tropa.⁷⁹³

A floresta vai ficando cada vez mais íngreme e as estradas cada vez piores, até chegarem a locais nos quais não havia mais caminho. Atravessavam uma floresta jamais percorrida pelo homem e bastante agressiva. Encontraram zonas de mata alta, completamente abertas embaixo, como túneis, por onde a Coluna passava, por dias consecutivos, sem a necessidade de cortar um galho de árvore sequer; outras vezes, encontravam amontoados de árvores, troncos, galhos e mata, emaranhados, que geravam trechos imensos de floresta intransponíveis. Esses emaranhados eram chamados, pelos índios, de caíçaras. Quando não havia mais caminho ou encontravam alguma caíçara, picadas eram abertas pela vanguarda e alargadas por outros grupos, com facas e facões, enquanto o comandante do destacamento ia à frente com a bússola, dirigindo a tropa, na direção do Oeste. Aberta a picada, soldados e oficiais se esforçavam para amparar os companheiros doentes, feridos ou enfraquecidos pelo esforço do trajeto percorrido.⁷⁹⁴

Esses foram momentos críticos, porque eram quase mil homens, sem abastecimento. Tinham carne apenas para três semanas, matando 5 bois por dia, para alimentar a tropa de modo insuficiente. Não havia como se alimentarem da caça, porque, além dos animais fugirem ao som da tropa, os soldados estavam muito cansados e, a menos que eles tivessem cães, o que não era o caso, isso se tornara impraticável. Até aqui, os mapas do padre

⁷⁹² Cf. Lima 1979, op., cit.; *ibid.*

⁷⁹³ BARROS, 1953, p. 175-176.

⁷⁹⁴ *Ibid.*, p. 178; LIMA, 1979, op. cit., p. 493.

Colbachini haviam ajudado, mas, diante da floresta, seguem em frente num total desconhecimento de quantos quilômetros de extensão marchariam até a fronteira da Bolívia e a real distância a ser percorrida no Pantanal, não havendo alternativa a não ser a de embrenharam-se na mata e continuarem a caminhada.⁷⁹⁵

A travessia para Bolívia, segundo Lourenço Moreira Lima,⁷⁹⁶ é uma das mais complicadas que a Coluna fez durante toda a campanha. Chegando ao Pantanal iniciou-se uma parte do caminho de extrema dificuldade de acesso. João Alberto nos conta que havia notícias de gado por ali e, por isso, afrouxaram o racionamento. A situação era tão precária, que somente a ideia de sair daquela floresta, onde durante semanas seguidas não viam a luz do sol, trazia alguma satisfação, ajudando-os a suportar quaisquer atribulações encontradas no pantanal, dando-lhes ânimo para o final da travessia, embora novas e intensas dificuldades estivessem por vir. Segundo ele, no início da caminhada, ainda na floresta, as chuvas aumentaram, mas eram suportáveis, porque não havia vento, nem aguaceiros e as grandes árvores serviam de anteparo para elas, mas, no Pantanal os efeitos da chuva eram bem diferentes. Como era uma região de campo aberto, durante as chuvas, transformava-se num imenso alagado. Isso porque, chuvas torrenciais ocorriam durante três meses e a profundidade dos atoleiros, logo no segundo mês de chuvas, época em que eles atravessaram, variava muito, havendo situações em que a água vinha pela canela, outras pela barriga, ou, em certas ocasiões, pelo peito, nesse último caso, obrigando-os a realizar a travessia a nado, para evitar um afogamento. O transporte de pertences da Coluna, documentos, armas, alimentos, entre outros objetos, foi realizado em canoas especiais, enormes, as ubás, feitas de um só pau e reforçadas por tábuas, puxadas por bois, tendo, esses animais, sido utilizados: ora como animais de sela, ora como fonte de alimento, e, no transporte das canoas, como “motor de ubás”, além de empregados como cargueiros na condução das cargas e padiolas, amarradas ao próprio corpo. Os animais desapareciam dia a dia, e, em pouco tempo, a Coluna estava a pé e sem nenhum recurso, se alimentando apenas de palmitos e dos poucos bois que lhes restavam para as montadas, sem sequer um pouco de sal para temperar a carne.⁷⁹⁷

Com a tropa marchando sob fortes chuvas, já não havia nenhuma roupa enxuta. Os acampamentos ficavam em alguns pontos em que não havia alagamento, mas, ainda assim, era difícil que conseguissem acender uma fogueira, porque os locais onde a água descia eram de extrema umidade. Desejavam um terreno firme, onde pudessem fazer fogo para almoçar ou

⁷⁹⁵ BARROS, 1953, *ibid*, p. 177.

⁷⁹⁶ LIMA, 1979, *op. cit.*, p. 493

⁷⁹⁷ MEIRELLES, Domingos. 1930: os órfãos da revolução, 2ª ed. RJ: Record, 2006, p. 54; BARROS, 1953, *op. cit.*, p. 180-3; LIMA *op. cit.*, 493;

para pousar, mas, não encontravam. Vencidos pela fome e pelo cansaço, alguns caminhavam amarrados aos animais e, à noite, dormiam amarrados às árvores, pois, num lugar onde a temperatura noturna caía bruscamente, se estivessem molhados sofreriam ainda mais com o frio, podendo, ainda, devido à profunda fadiga, se afogarem. Não bastasse o grau intenso dessas adversidades, durante a noite, milhões e milhões de pernilongos perseguiram os homens, alguns seminus, envoltos apenas em cobertores, assim como os bois, não permitindo que nenhum deles dormisse. Tudo isso, somado a escassez de provisões, formava um quadro de miséria e sofrimento, de homens exaustos, famintos, alguns gravemente doentes e feridos. E marcharam assim, adentrando o Pantanal, por quase um mês, até finalmente chegarem às barrancas do Rio Jauru,⁷⁹⁸ o último curso de água, antes de entrarem em território boliviano.⁷⁹⁹

Nesse local, ainda encontraram o adversário, uma tropa que subia o rio em barcos de exploração, com metralhadoras, à espera dos revoltosos. Estes, também continuam a subir, mas por terra. Foram pela margem esquerda, sempre procurando um ponto não navegável, para poderem passar. Percebendo que as águas, sempre crescentes, o tornavam navegável até muito longe, que a fronteira com a Bolívia estava ali, a poucos quilômetros, e que alguns homens da Coluna, por iniciativa própria, já a haviam alcançado, resolveram fazer a travessia de qualquer maneira, pois já tinham feito isso diversas vezes, em outros cursos d'água, à vista do inimigo.⁸⁰⁰ Eram nesse momento, 800 homens e construíram balsas e portos para passar os bois que lhes restavam. Quando parte da tropa de João Alberto já tinha atravessado o rio, com 40 metros de largura nesse trecho, mas com grande profundidade, adversários armados se aproximaram. Prestes ordenou que, aqueles que ainda não tinham saído do país, permanecessem na margem brasileira para ajudar Cordeiro de Farias, que vinha sendo atacado na retaguarda. Segundo João Alberto, Prestes, Cordeiro de Farias, Odilon e ele próprio lutaram junto aos soldados, nesse último combate, mas, mesmo assim, já se encontrando na fronteira, prontos para partirem para o país vizinho, ainda foram atacados violentamente. Após esse combate, há poucos metros do exílio, “alguns não voltariam a abraçar suas famílias”, sendo necessário que os sobreviventes enterrassem seus mortos.⁸⁰¹

⁷⁹⁸ O rio nasce na Chapada dos Parecis, próximo ao nascente do rio Guaporé e de vários rios do curso alto do rio Juruena. O rio Jauru corre em direção sul, passando pelo município de Porto Esperidião, então gira para direção sudeste para desembocar na margem direita do rio Paraguai, cerca de 61 km abaixo da cidade de Cáceres, no que compreende o 497 km do Rio Paraguai, já na área do Pantanal. BARROS, 1953, op. cit., p. 182-3 e LIMA, 1979, op. cit., p. 493.

⁷⁹⁹ BARROS, 1953, op. cit., 180-3

⁸⁰⁰ Ibid, p. 183.

⁸⁰¹ PRESTES, 2009, op. cit., p. 128; BARROS, 1953, ibid, p.185.

Esse é um momento em que podemos comparar a tropa gaúcha, recém-saída do Rio Grande do Sul, com a que finalizava a marcha, chegada ao território boliviano. Outrora cheios de fitas e adornos e prontos para as correrias, nos primeiros dias de jornada revolucionária, eram, agora, cavalarianos que se apresentavam andrajosos, feridos, magros, enfraquecidos, doentes, contentando-se em montar um boi manso, com passo vagaroso, o que deixaria qualquer um aborrecido, mesmo sem ser gaúcho de fronteira. Lima afirma que, ao chegar na Bolívia, percebeu que “quase todos estavam descalços e mais ou menos nus,” companheiros estavam “embrulhados em trapos de cobertores que mal lhes encobriam as vergonhas,” e, inúmeros deles, “vestidos com vagos farrapos que tinham sido calças ou ceroulas”.⁸⁰²

Prestes formou a Coluna e fez um apelo, para que fossem recolhidos todo o dinheiro e possíveis objetos de valor da tropa e dos oficiais, o que lhe permitiu comprovar que, os cerca de 800 homens que ali se encontravam, não haviam cometido nenhum roubo, posto que cada qual trazia consigo uma pequena quantia em dinheiro, depois de dois anos e meio de luta. João Alberto afirma que não houve sequer menção de protesto, diante do apelo de Prestes, pois todos entenderam que esse ato ficaria registrado e resguardaria os revoltosos. Prestes, então, distribuiu todo o dinheiro que arrecadou aos doentes mais graves e liberou quem desejasse se movimentar individualmente, não sem antes avisar que poderiam conseguir trabalho em *La Gaiba*. Depois disso, decidem que Cordeiro de Farias, Miguel Costa e João Alberto devem rumar para *Santa Cruz de La Sierra*, cidade boliviana a mais de 400 km de distância e dali para a fronteira Argentina, onde poderiam obter auxílio para a tropa que se instalara na Bolívia. Prestes vai seguir para o sul, ao longo da fronteira do Brasil, sempre em território boliviano, para chegar a *La Gaiba*, na região dos lagos, cidade próxima a Corumbá, onde pede aos seus comandados que o aguardem, enquanto conversava com alguma autoridade boliviana.⁸⁰³

Foram bem recebidos e até com certa admiração, pois histórias de combates envolvendo a Coluna eram conhecidas nos países da América, especialmente pela população e autoridades das proximidades fronteiriças.

Quando o major Heliodoro Carmona Rodó, chefe da guarnição local de *La Gaiba* recolheu as armas dos exilados, informou-os de que as autoridades bolivianas haviam decidido pelo recolhimento apenas das armas automáticas, deixando em seu poder revólveres e fuzis, para defesa pessoal, por causa das graves ameaças que sofriam.⁸⁰⁴ Todos tinham bem

⁸⁰² LIMA, 1979, op. cit., p. 493; BARROS, 1953, p. 176.

⁸⁰³ BARROS, 1953, ibid, p. 186-7.

⁸⁰⁴ LIMA, op. cit., p. 499.

vivas as lembranças do morticínio feito pela tropa legalista gaúcha em território uruguaio, a chacina ocorrida em *Los Galpones*, já mencionado no primeiro capítulo, quando os revolucionários rio-grandenses, acreditando na inviolabilidade do território estrangeiro, haviam entregado todas as suas armas as autoridades do país.

Ali mesmo, próximo ao acampamento, dias depois, uma patrulha teria encontrado um numeroso grupo de pistoleiros baianos, acampados em território boliviano. O bando aos quais Lima identificou como “assassinos ignóbeis, evadidos da cadeia e nomeados capitães da reserva do Exército,” era composto por Franklin Albuquerque, J. Theophilo Ramos, Miguel Umbuzeiro, Valeiro Porto, José Celso e P. Ludovico. Este último, também conhecido por Dr. Aldo Borges, era conhecido por relatos diversos de estupros, mutilações, dentre outras violências cometidas por ele. Chegaram a pedir autorização para pernoite numa fazenda local a dez quilômetros da fronteira com o Brasil, mas teria sido instado a deixar a Bolívia, pelas autoridades bolivianas, que organizaram um piquete de cavalaria com 300 homens armados, ordenando sua saída, sob pena de “serem expulsos a tiros”.⁸⁰⁵ Lima narra um episódio bastante ilustrativo da personalidade desses homens, pagos pelo governo brasileiro para perseguir a Coluna. Conta-nos que, certa vez, o juiz paroquial Celso Perregon e o advogado José Monteiro, ambos de *San Mathias*, foram a São Luís de Cáceres, quando ali estava acampada a força de Franklin Albuquerque. Dentre eles havia um homem, de nome Teixeira, que exibia um rosário composto de orelhas cortadas, dos membros da Coluna aprisionados por ele. Além de exhibir o cordão, com aproximadamente 30 orelhas, “contava a história de cada uma de suas ‘contas,’ dizendo o nome de seus donos: majores Lyra e Barros, capitão Philó (Philogônio) e muitos outros.”⁸⁰⁶

Os perseguidores da Coluna externavam um ódio sem medida, que ultrapassava até mesmo os limites da morte. Há um episódio que revela que até mesmo os mortos, enterrados em território boliviano, incomodavam o governo brasileiro. Isso fica demonstrado quando os revoltosos decidem construir um monumento aos mortos, num cemitério improvisado para aqueles que haviam contraído impaludismo na travessia do Pantanal. Segundo Lima, o nível de contágio foi assustador, causando muitas mortes e Prestes decidiu construir um monumento em homenagem aos mortos. Mas, segundo Lima, o governo boliviano tentaria destruí-lo a pedido de Washington Luís, o que não teria sido feito, ainda segundo o autor, devido a uma “atitude enérgica de Prestes.”⁸⁰⁷

⁸⁰⁵ Ibid, p. 187. MEIRELLES, 2006, op. cit., p. 55. LIMA, 1979, op. cit., p. 503.

⁸⁰⁶ LIMA, ibid, p. 504.

⁸⁰⁷ Ibid, p. 513.

Ali Lima deixa sua oração, invocando os mortos e afirmando que “quando começava a luzir nos seus corações a esperança de, em breve, poderem abraçar aqueles que lhes eram caros e rever as terras que lhes foram berços, (...) empreenderam essa misteriosa viagem de que ninguém regressa.” Nessa oração Lima relembra “os canhões de Copacabana” e a “artilharia da Escola Militar de Realengo.” Rememora o “crepitar da fuzilaria de São Paulo” e o “hino guerreiro cantado pelos legionários gaúchos,” na arrancada para a marcha que ali terminavam.⁸⁰⁸ Essa “aura de heroicidade” que cobria seus mortos “explicava o imediato aparecimento de projetos tendentes a garantir a eternização monumental da sua memória.”⁸⁰⁹ Nesse caso, “o sentido do rito” assentava-se justamente nessas “ocasiões em que se aprende a amar e venerar a pátria,” através do tributo aos seus filhos “que a glória cobre de uma auréola verdadeira.” São práticas de veneração geradoras de formas de perpetuação, que nutrem práticas identitárias que, através da imortalização do herói, convidam indivíduos e grupos a sua eternização e perpetuação, num determinado tempo histórico.⁸¹⁰

Aos que permaneceram vivos restava a luta pela sobrevivência. E isso ocorreu de várias formas. Assim que cruzaram a fronteira, alguns foram empregados na *Bolivian's Company Limited*, para a construção de uma estrada, trabalho conseguido por Prestes para a maioria da tropa, outros como Virgílio Santos, no plantio de café; Danton e o tenente Mário dirigiam uma oficina de ferreiro; Mendes de Moraes, uma oficina de alfaiate; Ferreirinha, que na Coluna era o chefe de fogão do Destacamento de Dutra, encarregado das horas, batendo num grande arco de ferro; Souza encarregado do desbravamento das matas, junto ao Capitão Estevão, que fiscalizava derrubadas; o tenente Daniel geria um armazém montado por Prestes, para abastecer os homens; Ítalo Landuci era guarda-livros da *Bolivian's Company Limited*; o sargento Jorge, apontador dos trabalhadores; o tenente Alfredo administrava a plantação de cana; o tenente Romão era o chefe das cavalaria da Companhia; o major Torres construiu um armazém; o cozinheiro do Destacamento João Alberto conseguiu um boi para comercializar rapaduras, queijos, fumos e outros produtos, entre cidades bolivianas, e assim sucessivamente. A vivandeira Hermínia optou pela plantação, enquanto Chininha e Joana se tornaram cozinheiras.⁸¹¹

⁸⁰⁸ Ibid, p. 514.

⁸⁰⁹ CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p.174.

⁸¹⁰ Para Catroga os ritos são entendidos como: “condutas corporais, mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um tempo, um espaço cênico e um certo tipo de atores.”, Cf. THOMAS, Lois-Vicent. *Rites de mort*. Pour La paix des vivants, Paris, Fayard, 1985, p. 32 apud ibid, p. 11, 12 e 23.

⁸¹¹ LIMA, 1979, op. cit., p. 508-9.

Miguel Costa foi para a Argentina, sua terra natal⁸¹² viver com os companheiros da Força Pública de São Paulo: Arlindo Otaviano, Virgílio Toledo e Thales Marcondes do Prado, entre outros, na pequena Granja Santa Faustina⁸¹³ com seus companheiros de exílio criavam vacas e galinhas e cultivavam hortaliças. Vendiam leite, ovos e verduras para localidades vizinhas e compravam laranjas, por via férrea, para Buenos Aires, colocando-as à venda no mercado. Miguel Costa dedicava-se inteiramente os negócios da granja. Viviam modestamente, com alimentação controlada, haja vista a situação financeira que enfrentavam, própria de um recomeço em terras estrangeiras.

Quando terminou a construção da estrada na Bolívia, Prestes foi para Argentina, onde trabalhava como engenheiro, em Santa Fé. Inicialmente foi contratado por uma firma, a Neuchatel, por indicação de Otávio de Abreu Botelho, um amigo que também trabalhava neste local. Mas, Prestes não fica muito tempo porque o tenente revoltoso Vitor César da Cunha Cruz ex-oficial de Infantaria e instrutor na Escola Militar do Realengo, que era, também, engenheiro civil, precisava de emprego, pois tinha família e dois filhos menores, razão pela qual Prestes cede sua vaga a ele. A partir daí, passou a realizar outros trabalhos de engenharia civil, na mesma cidade, só indo a Buenos Aires para rever seus companheiros quando alguma situação especial e exigia.⁸¹⁴

Parte dos oficiais revoltosos, ligados à Coluna Prestes reuniram-se numa república na *Calle Gallo*, esquina da *Calle Mancilla*, no bairro de Palermo. A república ficava num velho edifício e ocupava o pavimento térreo e o porão do prédio. Ali dormiam, “ao rés do chão”⁸¹⁵ entre os sacos de mercadorias que compravam para negociar, como café, vassouras e outras. Juarez Távora era um desses revoltosos; Orlando Leite Ribeiro vendia o café que recebia de seu irmão Oswaldo; Siqueira Campos também pediu, algumas vezes, em cartas ao seu irmão, Raymundo Pessôa Siqueira Campos, o envio de café, batatas, e dinamite, para uso na construção civil.⁸¹⁶ Djalma Dutra negociava cabos de vassouras com os turcos da região. Eram negócios que, segundo Távora, exigiam “paciência e humildade,” pra que nenhum cliente se perdesse.⁸¹⁷

⁸¹² Miguel Costa veio ainda criança para o Brasil, para São Paulo, com seus pais e seus irmãos, em 1892.

⁸¹³ Há contradição sobre qual seria o local da granja, pois Juarez Távora arrendada na Província de Corrientes, enquanto seu neto Yuri Abyaza, ao escrever a biografia do avô, diz que ele adquiriu do governo uma área em Pasos de Los Libres a aproximadamente 400 Km de distância. TÁVORA, 1974, op. cit., p. 235-6.; COSTA, Yuri Abyaza. Miguel Costa: um herói brasileiro. SP: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2010, p. 20 e 73.

⁸¹⁴ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 235-6.

⁸¹⁵ Ibid, ibidem.

⁸¹⁶ Cf. cartas de Antônio Siqueira Campos ao seu irmão, Raymundo Pessôa Siqueira Campos, cedidas pela família.

⁸¹⁷ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 235-6.

O capitão Fernando do Nascimento Fernandes Távora, irmão de Joaquim Távora, falecido em combate, em São Paulo, e de Juarez Távora, como já foi dito, era oficial da arma de Engenharia, assim como seu irmão Juarez.⁸¹⁸ Estava exilado por ter participado de um levante do seu Batalhão, em Cachoeira, no Rio Grande do Sul, de onde foi para Libres, após o encontro das Colunas em Foz do Iguaçu. Sempre fora extremamente reservado, razão pela qual seu nome permaneceu quase desconhecido durante as revoltas, embora tivesse participado ativamente de todas elas, bem como no auxílio à evacuação dos exilados paulistas. Posteriormente, fez parte do Estado-Maior de Isidoro dando suporte à 1ª Divisão, e, principalmente, à organização dos levantes no Sul, no ano de 1926. Como um de seus irmãos, Joaquim Távora, havia sido morto na revolta paulista e o outro, Juarez Távora, se debatia entre fugas, exílio e prisões - inclusive no desterro na Ilha de Trindade - entre 1925 e 1926, foi o braço direito de Isidoro no auxílio ao trabalho desempenhado por ele e Alfredo de Simas Enéas, no exílio. Depois dos levantes no Rio Grande do Sul, decidiu que não podia mais ficar à disposição da Revolução, o que o fazia depender financeiramente dos familiares.⁸¹⁹ Mudou-se, então, de Pasos de Los Libres, na Argentina, para o Paraguai, no intuito de conseguir trabalho. Desde então, trabalhava numa oficina mecânica da Fiat, em *Assunción*, o que o impedia de participar das reuniões entre os revoltosos em Buenos Aires, e, por isso, eventualmente, o irmão, Juarez Távora, ia visitá-lo.⁸²⁰

Em carta de fevereiro de 1927, a Simas Enéas, Fernando Távora analisa o movimento realizado no Sul, afirmando que, ao fim daquele mês, considerava encerrado todo e qualquer “esforço militar revolucionário. E perdida a perspectiva de reação armada no Rio Grande do Sul. E por muito tempo.”⁸²¹ Observa-se um tom de decepção às palavras de Fernando Távora que atribui as derrotas sofridas pelos revoltosos à “impaciência de uns, inconstância de outros, e a indiferença displicente do maior número,” que, segundo ele, “precipitaram e perderam a campanha da fronteira.” Apesar dessa constatação, e mesmo após todos os episódios lutas intensas, onde tudo se punha em jogo, carreira, família, liberdade e a própria vida, os revoltosos continuavam persistindo na preparação da “terceira jornada militar.”

Fernando expressava claramente o propósito de dar andamento às lutas, permanecia defendendo a ideia de que a Revolução não havia terminado. Sequer tal hipótese era cogitada nas cartas e, provavelmente, para ele, aquele era apenas um momento de pausa, face ao

⁸¹⁸ Joaquim era engenheiro civil. Coursou Engenharia na Escola Politécnica, paralelamente ao curso na Escola Militar de Porto Alegre, de onde saiu como oficial de Infantaria.

⁸¹⁹ Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de local ignorado, em 17/02/27.

⁸²⁰ TÁVORA, 1974, op. cit., p. 237-8.

⁸²¹ Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de local ignorado, em 17/02/27.

término das insurreições no Sul e, principalmente, à saída de Prestes do país, que “pôs termo ao ato militar da segunda jornada revolucionária.” Segundo sua visão era hora de reorganização e reagrupamento de forças e, para um recomeço, “restava a força política,” que possibilitaria que conseguissem “habilmente algumas coisas,” como, por exemplo, a difusão de “ideias novas e a preparação eventual de uma terceira jornada militar.”⁸²² Fernando tinha clareza em relação à duas questões, que enfatizava como fundamentais, para prosseguir e obter a vitória: tinha clareza quanto ao desgaste causado pela revoltas, ao longo dos anos, desde 1922, e sabia que não podiam prescindir de apoio político para iniciar uma “3ª jornada militar.” Mas, o que mais surpreende é a sua visão, como revolucionário, de, mesmo depois de tantos anos de uma campanha extenuante, não considerar as revoltas terminadas. Afinal, o exílio, para quem parte, sempre é um desafio, pois não se têm certeza do sucesso dos planos, não se cogita da duração nessa condição, não se sabe o que se encontrará, não há perspectiva de futuro. E persistência dos revoltosos, diante de tantos combates e dificuldades pelos quais passaram, nos permite pensar no exílio como um espaço de luta, com vistas a um retorno ao seu local de pertencimento, pois organizavam o próprio espaço do exílio para este fim. A decisão dos revoltosos, de um modo geral, nos parece, era a de saírem do país e permanecer na clandestinidade, não abandonando, contudo, o projeto político coletivo iniciado e sem nunca reconhecer os revezes como uma derrota. Nesse sentido podemos concordar com Montañes, quando afirma que “mesmo que o exílio se prolongue, o desterrado sempre tentará encontrar uma forma de voltar a sua pátria.”⁸²³ Shain também nos apresenta uma caracterização psicológica, ao assegurar que “o que distingue o exilado dos refugiados é antes de tudo um estado de ânimo,” pois [...] o exilado não busca uma nova vida e um novo lar numa terra estrangeira. Ele considera que sua residência no estrangeiro é estritamente temporal e não pode ser assimilada pela nova sociedade.”⁸²⁴ Talvez, por essa razão, Fernando tenha terminado sua carta deixando em aberto a organização de uma terceira jornada militar.

A 31 desse mês estava literalmente vencido o esforço militar revolucionário. E perdida a perspectiva de reação armada no Rio Grande do Sul. E por muito tempo. A imigração de Prestes, já esperada, conforme seus dizeres, em parte de 25 de outubro,

⁸²² Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéias Júnior, de local ignorado, em 17/02/27.

⁸²³ MONTAÑÉS, Amanda Pérez. Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2006, p. 43.

⁸²⁴ SHAIM, Yossi. *The frontier of loyalty: political exiles in the age of the nation-states*. Middletown: Wesleyan University Press, 1989, p. 15. Apud: RONIGER, Luís. *Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios*. In: QUADRAT, Samantha Viz (org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 43-4.

aqui chegada (Djalma e Ferreira Lima) em princípio de novembro, pôs termo ao ato militar da segunda jornada revolucionária. Resta a força política, onde seria possível conseguimos habilmente algumas coisas. Ao menos a segurança indispensável ao controle das ideias novas e a preparação eventual de uma terceira jornada militar.⁸²⁵

Da mesma forma Luís Carlos Prestes afirma em carta, ao sair de La Gaiba e se transferir para Buenos Aires, que daria continuidade ao “trabalho” enquanto permitissem suas forças. Afirma que será um elo em favor da causa revolucionária, procurando “aproveitar e coordenar todas as forças esparsas” que possuíam orientando-as, além de “fazer com que ajam sempre no mesmo sentido, de maneira a evitar choques e dispersões prejudiciais.”⁸²⁶

Ainda que não tivessem contato, pois Prestes está em Buenos Aires e Fernando no Paraguai, Prestes está alinhado ao pensamento de Fernando Távora, no sentido de entrar em acordo com membros da política nacional. Diz a Simas Enéas que o portador de sua carta o informará, minuciosamente, do que foi combinado por intermédio de Assis Brasil, com os representantes de membros importantes do Partido Democrático de São Paulo. Prestes afirma que, tanto este último quanto o Partido Libertador, organizado no Rio Grande do Sul, naquele momento, concordavam em que “somente a revolução – levada ao extremo da guerra civil” seria o “remédio idôneo para resolver a situação nacional.” Prestes continua afirmando que os dois partidos estavam dispostos a auxiliá-los, “no sentido de se organizarem as forças indispensáveis à execução de um levante capaz de vencer os elementos de que dispunha o governo.” E mais que isso, segundo Prestes, pediram aos que participaram da última “Coluna Revolucionária,” que aceitassem a chefia militar dessa organização. Diante disso, Prestes foi conversar com o General Isidoro, que o incentivou para que aceitasse a chefia militar, um lugar no qual, afirmou Prestes, ele foi colocado, pois haviam feito de seu nome uma bandeira, e, que, por isso, tentaria corresponder às obrigações a ele confiadas.⁸²⁷

A partir daí se iniciaria a coordenação da 3ª jornada militar e Prestes se incumbiu de pensar em seus preparativos pormenorizadamente, sem preocupações quanto ao tempo, um movimento que deveria ser organizado e posto em prática “simultaneamente, em todos os pontos.” Aos chefes civis do Rio Grande do Sul e de São Paulo foi dito que não seria iniciada organização de espécie alguma, sem que dispusessem de verbas necessárias para a criação de “centros de observação, movimentação de agentes de informação,” além das condições materiais indispensáveis para a “subsistência de todos os que se dedicassem inteiramente à actividade revolucionária.” Havia aprendido a dura lição de combaterem sem munição, sem

⁸²⁵ Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de local ignorado, em 17/02/27.

⁸²⁶ Carta de Luiz Carlos Prestes para Juarez Távora, de Paso de los Libres, em 18/04/1928.

⁸²⁷ Carta de Luiz Carlos Prestes para Juarez Távora, de Paso de los Libres, em 18/04/1928.

viveres, sem fardamento, o enfrentando todo o tipo de necessidade, inclusive a fome e a nudez. Prestes queria, ainda, cobertura financeira para fazer a “propaganda da causa revolucionaria e alliciação de elementos,” além de suporte financeiro para “a aquisição de armas e outros recursos bellicos indispensáveis para o inicio de um movimento capaz de sobrepujar, logo nos primeiros choques, a reacção do governo.”⁸²⁸

Segundo Prestes os elementos de S. Paulo prometeram atendê-lo com a máxima eficiência possível. Quanto aos contatos do Rio Grande, Prestes obteria informações precisas depois de ter ido a Melo, onde pretendia encontrar-me novamente com Assis Brasil.⁸²⁹

Prestes desejava que os recursos não se restringissem a essas duas organizações partidárias, cabendo a eles, os revoltosos, a procura de contribuintes em todo o país, entre pessoas ou partidos, “dizendo-se-lhes claramente, os fins a que se destinariam os recursos angariados. Para pôr em prática a coleta de recursos pretendia “assignar autorizações especiaes a civis ou militares de absoluta confiança, incumbindo-os de procederem a taes collectas,” formando um caixa revolucionário, cuja verba seria complementada através da produção e “publicação de livros, folhetos, cartões e mappas, que fazendo a propaganda de nossas idéas, sejam expostos á venda em todas as livrarias do Brasil.”⁸³⁰

Para organização de um caixa revolucionário seria criada uma Contadoria Central, em Buenos Aires, sob sua vigilância e a ele subordinada, onde deveriam ser recolhidos todos os recursos que fossem sendo coletados e redistribuídos aos chefes locais, devendo, os mesmos, prestarem contas, sempre que tivessem oportunidade, à Contadoria Central, dos valores empregados.⁸³¹

A organização seria militar, com comandos individuais e formação de grupos ou “conselhos directores, em cada logar e para cada fim,” para que todos fossem ouvidos, embora devesse haver apenas um comandante geral, que seria obedecido por todos, seguindo “uma disciplina voluntaria e consciente.” Todos deveriam obedecer aos companheiros que as circunstancias colocassem em postos mais elevados, pois a hierarquia seria determinada de acordo com as necessidades da organização. Prestes segue com seu planejamento, afirmando que deveriam criar um órgão central, em Buenos Aires, pelo qual seria feita “a coordenação de elementos militares, políticos ou civis, bem como das organizações proletárias e outras que estivessem em condições de concorrer para o mesmo fim.”⁸³²

⁸²⁸ Ibid.

⁸²⁹ Ibid.

⁸³⁰ Ibid.

⁸³¹ Ibid.

⁸³² Ibid.

A esse órgão caberia:

(...) dirigir a organização militar do Rio Grande do Sul (...); dirigir a propaganda dos ideais revolucionários dentro e fora do país; a) Estudar e preparar, com os dados que lhe forem fornecidos, os planos de ação do conjunto e de cada uma de suas partes; b) Dirigir a contabilidade geral dos fundos que forem sendo arrecadados; c) Estudar e effectuar a compra de armamento e demais recursos bellicos indispensáveis á ação. Poderá, além disso, o referido órgão, preparar as proclamações, manifestos, etc., a serem distribuídos no momento do levante, bem como cogitar da futura organização que terá o país, depois da victoria da revolução.⁸³³

Também seria criado um organismo militar, no Rio de Janeiro, incumbido de “aliciação de elementos” no Exercito, na Marinha e nas Polícias; de estudar, organizar e preparar um plano que permitisse anular a ação do executivo federal, depondo-o, e destruindo as forças que o defendiam, no Rio de Janeiro. A Capital seria dividida em zonas de ação e a mais importante seria direcionada à Marinha, dirigida por um oficial da armada, em total acordo com a chefia militar do Rio de Janeiro. Organizações idênticas seriam criadas no Norte do país; em Recife, na Bahia, Alagoas e Sergipe; em Minas Gerais, Juiz de Fora; no Espírito Santo, em São Paulo, no Paraná e em Santa Catharina. Em São Paulo, haveria um organismo idêntico, ramificado pelo noroeste paulista, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso; no Espírito Santo, uma pequena organização, diretamente subordinada ao Rio de Janeiro; no Paraná, um organismo idêntico ao de São Paulo, tendo a sua sede em Curitiba e ramificações por Santa Catarina e sertão dos dois estados.⁸³⁴

O papel de cada uma dessas organizações seria o de desenvolvimento da preparação, através: a) do levantamento de informações detalhadas sobre os elementos que poderiam contar nos corpos do Exército, unidades de Marinha ou corporações policiais; b) de um recenseamento do armamento e munição e outros recursos bélicos que cada um possuía, bem como o levantamento dos locais dos respectivos depósitos; c) um balanço geral dos elementos civis capazes de prestarem auxílio imediato, e dos recursos que possuíam; d) um levantamento da organização de grupos adequados nas estradas de ferro, no telégrafo, etc., e que facilitassem medidas antecipadas e sérias, para evitar reações perigosas.⁸³⁵

Estas e outras formas de planejamento apenas nos dão uma idéia de como os revoltosos estavam empenhados em se organizar para uma nova ação militar, “agora” contando com o apoio de grupos políticos descontentes, que haviam rompido com as oligarquias que detinham maior poder junto ao Estado brasileiro.

⁸³³ Ibid.

⁸³⁴ Carta de Luiz Carlos Prestes para Juarez Távora, de Paso de los Libres, em 18/04/1928.

⁸³⁵ Ibid.

O portador desta poderá transmitir, de viva voz e melhor, a todos os valentes e dedicados companheiros que se acham no Brasil, a minha maneira de pensar a respeito da situação actual que afflige o paiz, e do muito que podemos e devemos fazer pela redempção nacional, apoiados como estamos pela verdadeira opinião publica brasileira. Tudo depende da nossa união, que precisa ser cada vez maior e da dedicação e desinteresse com que nos entregarmos inteiramente á grande causa. Tenhamos fé, esperança e trabalhemos. Sobretudo, trabalhemos muito.

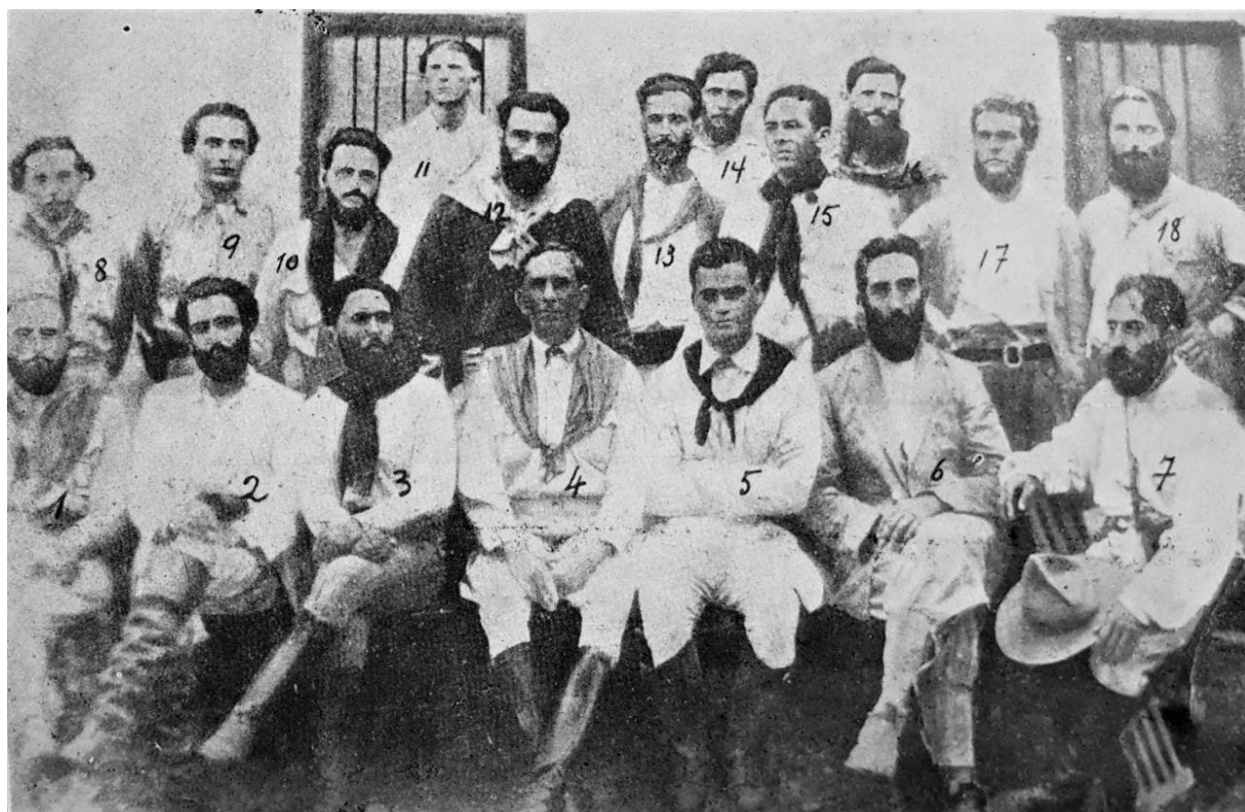
(a) Luiz Carlos Prestes.

Paso de los Libres, 18/04/928.

Ao contrário do que pensavam, quando estavam sendo perseguidos impiedosamente, no exílio tomaram ciência de que eram considerados heróis por muitos, e de que suas ações revoltosas tinham alcançado algum tipo de apoio político, popular e da imprensa, de que não estavam mais sozinhos.⁸³⁶ Estavam lançadas as bases para a Revolução de 1930, depois de oito anos de lutas. Agora, era só uma questão de tempo...

⁸³⁶ Ibid.

ALGUNS MEMBROS DA COLUNA MIGUEL COSTA PRESTES.*



1- Djalma Dutra; 2- Siqueira Campos; 3- Prestes; 4- Miguel Costa; 5- Juarez Távara; 6- João Alberto; 7- Oswaldo Cordeiro de Farias; 8- Dr. José Pinheiro Machado; 9- Athanagildo França; 10- Emigdio Miranda; 11- João Pedro; 12- Paulo Kruger da Cunha Cruz; 13- Ari Salgado Freire; 14- Nelson Machado; 15-Manoel Lira; 16- Sady Machado; 17- Trifino Correia; 18- Ítalo Landuci.

* CARVALHO, J. Nunes de. *A Revolução no Brasil*. Buenos Aires, 1925, 48-9.

ILHA DE TRINDADE*



Identificados na foto: Juarez Távora (da esq. para dir., o 1º de pé), Eduardo Gomes (o 3º de pé, de chapéu), Augusto Maynard Gomes (o 5º de pé, acenando), o Tenente-Coronel Djalma Ulrich (ao centro o 2º, sentado, de branco, segurando o chapéu preto) o Gal. Xavier de Brito (ao centro, o 4º, sentado, de chapéu e braços cruzados) e Carlos Chevalier (sentado, segurando o mastro).

* CHEVALIER, Carlos. Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. Os Dezoito do Forte. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930, p. 258.

ILHA DE TRINDADE*



Capitão Tolentino Marques, 1º Tenente Jonathas Corrêa; 1º Tenente Fernando Biosc; Major Diogo Feijó; Tenente Jorge Ramos; Capitão Gentil Tavares de Araujo; Tenente Augusto Ribeiro Júnior; Tenente Frederico Buys; Tenente Plinio Cardoso; Capitão Pereira da Silva; Tenente Silo Furtado Meirelles; Tenente Souza Carvalho; Tenente Landeric Lima; Tenente Helvécio Maranhão, de pé atrás de todos, na extrema direita.

* CARVALHO, J. Nunes de. *A Revolução no Brasil*. Buenos Aires, 1925. (Tenente Nunes de Carvalho)

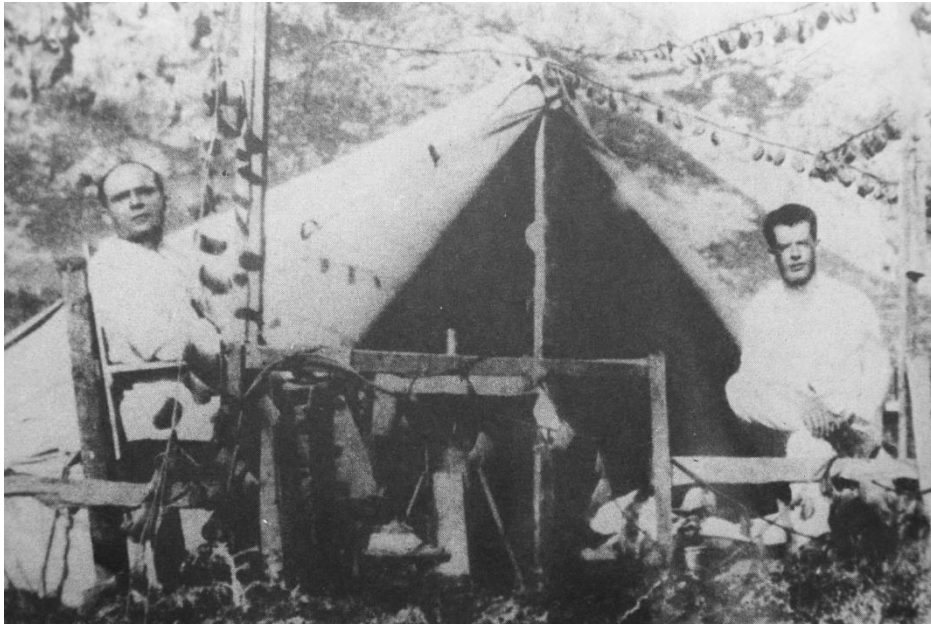
ILHA DE TRINDADE*



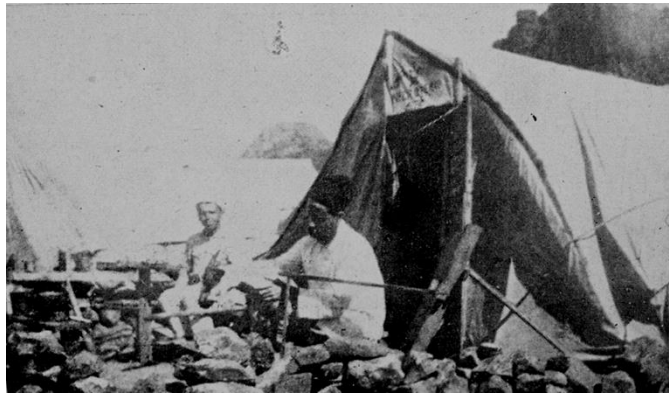
Sentados da dir. p/ esq. Tenente-Coronel Djalma Ulrich, Coronel João Maria Xavier de Brito Júnior e General reformado Silvestre Rocha. De pé, (1ª fila): Capitão Sólon de Oliveira, 1º Tenente Médico Castro Carvalho, 1º Tenente Castro Afilhado, 1º Tenente Eduardo Gomes, 1º Tenente Jonathas Corrêa, 1º Tenente Aristóteles Dantas. De pé (2ª fila): 1º Tenente Carlos Chevalier, 1º Tenente Langleberto Soares, Capitão Guimarães, Capitão Juarez Távora, 1º Tenente Aurélio Py, 1º Tenente Olindo Denys, 1º Tenente Carneiro de Mendonça, 1º Tenente Augusto Maynard Gomes e 1º Tenente Silo Furtado Meirelles.

* CARVALHO, J. Nunes de. *A Revolução no Brasil*. Buenos Aires, 1925. (Tenente Nunes de Carvalho)

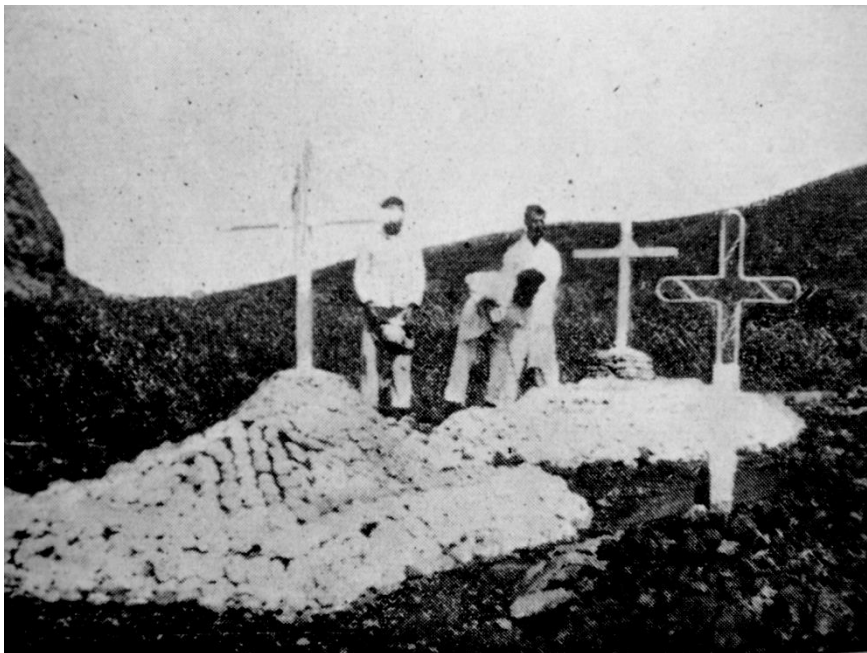
ILHA DE TRINDADE*



Augusto Maynard Gomes e Eduardo Gomes.



Carlos Chevalier e o cabo Alcebíades.



Os Tenentes Eduardo Gomes (à direita) e Chevalier enterram dois companheiros: o Sgo. F. Oliveira e Silva e o ex-praça Salvador Vicente Melo, do 15º RC, Vila Militar, Rio de Janeiro.

* CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista?* 1922-1926. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925 e _____. *Os Dezoito do Forte*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. (Tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier)

4. CONCLUSÃO

A pesquisa mostra a união dos militares revoltosos da década de 1920-30 durante o período de exílio. O acompanhamento de suas trajetórias permitiu observar como conservaram relações de amizade, de companheirismo e relações profissionais, além de sustentarem, por toda a década, a conspiração iniciada em 1922. Mantiveram a conspiração participando de várias atividades que fortaleceram a Coluna Miguel Costa-Prestes, bem como de iniciativas próprias de insurreições, invadindo estados brasileiros do Sul, através da fronteira com países onde se encontravam exilados, como: o Paraguai, o Uruguai e a Argentina.

O Estado brasileiro nesse tempo, das primeiras décadas republicanas, caminhava na direção de um redimensionamento das relações entre Estado Nacional e interesses econômicos privados. Dessa forma, promovia a construção de uma autonomia relativa para si, sem desprezar os anseios das oligarquias nacionais, sustentáculos que eram de uma economia agroexportadora.⁸³⁷ Dentre outras ações e providências políticas inicia-se, na Primeira República, a criação e adaptação de instituições jurídico-policiais que fortalecessem seu controle sobre seus opositores. Uma delas foi a criação da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, com origem no Corpo de Investigações e Segurança Pública,⁸³⁸ criado em 1907. Este último foi substituído, em 1920, pela Inspetoria de Investigação e Segurança Pública,⁸³⁹ por sua vez transformada, em 20 de novembro de 1922,⁸⁴⁰ na 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, pelo presidente Arthur Bernardes, cinco dias após sua posse, em 15 de novembro. Foi o primeiro órgão responsável pela repressão aos movimentos sociais, atividade de incumbência da Seção de Ordem Política e Social. Esta Seção deveria zelar pela “segurança interna da República, empregar os meios preventivos à manutenção da ordem, assegurar o livre exercício dos direitos individuais, desenvolver a máxima vigilância contra as manifestações ou modalidades anárquicas e agir prontamente com relação à expulsão de estrangeiros perigosos.”⁸⁴¹

Outro instrumento jurídico-constitucional utilizado em toda a Primeira República foi a decretação do estado de sítio em quase todo esse período, uma distorção em um regime democrático, devido ao seu uso contínuo, como uma regra, um exercício sistemático e regular do instituto, que leva necessariamente a liquidação da democracia. Temos o exemplo dessa

⁸³⁷ Ver Viscardi, 2012, op. cit..

⁸³⁸ Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. Relatórios do Ministro da Justiça.

⁸³⁹ Decreto Legislativo n.º 4.003, de 7 de janeiro de 1920, regulamentado pelo Decreto n.º 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Relatórios do Ministro da Justiça.

⁸⁴⁰ Decreto 15.848. Relatórios do Ministro da Justiça.

⁸⁴¹ Lei 4.743, de 31/10/1923. SANTOS, 2006, op. cit., p. 445-7.

distorção quando observamos que Arthur Bernardes, presidente da República ((1922-1926), manteve o estado de sítio instaurado pelo antecessor Epitácio Pessoa, desde julho, tendo estendido esse recurso por 1287 dias, ou seja, por quase todo o seu mandato. Percebe-se que o tempo de manutenção do estado de sítio, excede ao somatório de todos os seus antecessores, que também não é pequeno, totalizando 991 dias, assim distribuídos: Floriano Peixoto, 295 dias; Prudente de Moraes (1894-1898), 104 dias; Rodrigues Alves (1902-1906), 121 dias; Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), 268 dias; Wenceslau Braz (1914-1918), 71 dias e Epitácio Pessoa (1918-1922), 132 dias.⁸⁴² Durante sua vigência, operários, políticos, jornalistas, advogados, promotores e militares foram aprisionados, muitos deles sem culpa formada. Assim foi a ação do governo, no trato com seus adversários políticos.

Nesse sentido, como contribuição possível, a abordagem do estado de sítio neste trabalho foi direcionada para a luta pela sobrevivência dos revoltosos no exílio, para as lutas por direitos e sua garantia, em contraposição ao punitivismo arbitrário, ao autoritarismo, à exceção. Procurou-se tornar visível a fragilidade das instituições democráticas e a existência de “Estados Duplos,” que de um lado sustentam o seu funcionamento, enquanto utilizam-se das leis, ou da ausência delas, para provocar um esvaziamento dos poderes constitucionais garantindo a permanência de um grupo no poder, o que, segundo nos mostra a pesquisa, tem raízes na inauguração das primeiras instituições republicanas do Brasil.

Foi um período, portanto, no qual o país permaneceu governado por cerca de oito anos sob a decretação de um estado de sítio, em alguns casos somente suspenso por ocasião das eleições, no qual, aqueles que exerceram qualquer tipo de oposição ao governo dividiram situações dramáticas e de extrema violência direcionada, especialmente, aos revoltosos militares, por se tratarem de um grupo armado e treinado para a guerra.

Para que pudessem sobreviver aos cárceres lotados, ao desterro e ao exílio, e a toda a sorte de perseguição e perigos que estas situações envolviam, se mantiveram unidos, fortalecendo e prestando auxílio um ao outro, em questões materiais, jurídicas e até mesmo dando prosseguimento à conspiração, para que seu propósito revolucionário não se extinguisse.

É preciso destacar que já se conheciam de outros locais, como as escolas militares e os quartéis para onde foram lotados, tendo se reencontrado, novamente, em função dos combates e, depois deles, nas prisões e no exílio. Esses encontros e reencontros ocorreram em quatro circunstâncias importantes ao longo da década de 1920. Na Escola Militar e quartéis; nos

⁸⁴² LIMA, Josy. Estado de Exceção na Primeira República: notas sobre o desterro dos “indesejáveis” (Parte I). *Revista Tecituras*. 04/2010. Josy Lima é graduada em Direito e Mestre em História pela PUC/SP.

combates e marchas, durante as revoltas militares; nas prisões, onde permaneciam juntos por serem militares e no exílio, tendo viajado para países próximos, na fronteira brasileira.

No caso de algumas principais lideranças, a união entre os revoltosos já havia se iniciado desde quando eram alunos da Escola Militar de Realengo, conforme foi demonstrado no decorrer do trabalho. Depois, passaram ao convívio em quartéis, onde perderam o contato, o que ocorre por pouco tempo, pois se reencontram, inicialmente, nos levantes de 1922, recém formados e recentemente encaminhados aos seus respectivos quartéis. A experiência vivida conjuntamente pelos revoltosos na Escola, relatada por eles próprios, lhes permitiu que se conhecessem; que observassem as habilidades, a inteligência, a agilidade na instrução, a capacidade de liderança, um do outro; que participassem de brincadeiras e dificuldades; e que compartilhassem de atividades intelectuais e físicas, bem como do entusiasmo de jovens prestes a iniciarem uma carreira militar, além dos debates acerca da política nacional que adentravam a caserna, inundando o meio militar de expectativas e exigindo tomadas de posição.

Só para citar alguns exemplos dos quartéis do Rio de Janeiro, além dos que foram citados no trabalho, encontraram-se na Vila Militar de Realengo, onde permaneceram lotados, e na Escola Militar do Realengo, já formados, onde trabalharam como instrutores na Missão Indígena. No Forte de Copacabana reuniu-se outro grupo conhecido, da mesma forma aconteceu no Forte Duque de Caxias (Forte do Leme) e até mesmo na Aviação do Exército de onde veio Eduardo Gomes se encontrar com Siqueira Campos, pois se conheciam desde alunos na Escola Militar, além de terem, depois, prestado o curso de aviador na mesma época, após deixarem a Escola, já lotados no Forte. É preciso, também, lembrar os laços familiares que os uniam, pois, observamos durante a pesquisa nas autobiografias, biografias e em seus Documentos de Alterações, revoltosos com filiação e outros graus de parentesco militar, como no caso de Juarez Távora que, em 1922 lidera o levante na Vila Militar do Realengo e seu irmão, Joaquim Távora, participa do levante da 1ª Circunscrição Militar, em Mato Grosso, ambos tendo se insurgido em seus respectivos quartéis. Além dos dois, há um terceiro irmão, Fernando Távora, que se insurge no levante do Rio Grande do Sul e, embora não siga com a Coluna, faz parte do Estado-Maior de Isidoro Dias Lopes no exílio, dando suporte a ela, além de promover e organizar novos levantes nesta mesma região. Da mesma forma, o comandante do Forte de Copacabana, na ocasião do levante de 1922, era o Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes, assim como o General Clodoaldo da Fonseca era seu primo e genro e, junto a Joaquim Távora, irmão de Juarez e Fernando Távora, lidera o levante da 1ª Circunscrição Militar do Mato Grosso, em 1922, da qual era comandante. Há ainda o

capitão Leônidas Hermes da Fonseca, outro filho do Marechal Hermes, que é preso ao desembarcar na estação ferroviária de Realengo, no momento em que se dirigia para o levante na Vila Militar, em 1922. Da mesma forma encontramos irmãos, pais, filhos e outros parentes participando das insurreições - militares e civis – ou auxiliando-os nas prisões, fugas e exílio, formando um grupo que sustentava uma rede de auxílio material e de solidariedade, ao longo de toda a década.

Durante os combates contra o governo foram perseguidos por forças do Exército e Marinha; por Batalhões Patrióticos ou Provisórios, compostos por civis e militares, quase todos comandados por fazendeiros; por Batalhões da Força Pública e até por grupos da polícia civil. Foram episódios em que lutaram pela sobrevivência, se embrenhando em matas e florestas, sofrendo as intempéries da natureza, com fome, frio, sede, exaustão e doenças, muitos deles feridos e todos sempre na iminência da perda de suas vidas. Enfrentaram forças numericamente superiores, bem armadas e municiadas; em fugas a cercos, sob a varredura de metralhadoras, sobressaltados e em perigo, sempre, como vimos nos relatos no decorrer do trabalho.

Estiveram juntos nas prisões, também em situação de precariedade quanto à sobrevivência, ou colocados em campos de desterro para morrerem, como o Campo da Clevelândia, no Oiapoque, onde foram submetidos à fome, à nudez, a trabalhos forçados, à torturas e onde sucumbiram aos martírios mencionados e, também, pela ação de doenças contagiosas, como a malária e o impaludismo. Estiveram em navios-prisões, dentre eles o *Campos*, onde sofreram as piores torturas, com uso, inclusive, de chicote; na Casa de Correção, ameaçados constantemente pela Polícia Política, ou por guardas penitenciários; no Lazareto e na Casa Correccional Dois Rios, entre outras ilhas e prisões. Ali, se uniram um auxiliando um ao outro através de amigos, parentes e advogados, atuando por meio do envio de petições e *habeas corpus* e petições, redigidos por eles próprios, cuidando de transferências, remuneração, processos de deserção. Utilizaram-se de cartas intercedendo em assuntos relacionados aos familiares, tratamento médico, empregos, envio de encomendas. Além destas ações recorreram a manifestos e cartas com denúncias aos jornais, onde se pronunciavam em protesto à repressão e arbitrariedades jurídico-policiais e aproveitavam para reforçar o ideal revolucionário diante dos leitores e das autoridades constituídas.

Ficavam juntos na prisão porque por lei tinham direito à permanência em prisões militares, por isso, em pesquisa anterior para dissertação em Mestrado observamos que mais de mil oficiais foram aprisionados. Na capital, serviam a este fim a Polícia Central – as instalações da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, criada em 1922, na Rua da Relação,

Centro do Rio de Janeiro; as Casas de Correção e Detenção, na Rua Frei Caneca e a Hospedaria dos Imigrantes, em São Gonçalo. Em São Paulo, a Hospedaria dos Imigrantes, também fora transformada em Presídio, além da Delegacia de Santos (Rua 7 de abril) e a Cadeia Pública de SP. Nos portos, os navios-prisões *Alfenas*, *Benevente*, *Belmonte*, *Cuyabá*, *Jaceguay*, *Campos*, *Jahu*, *Manaus*, *Baependi* - todos requisitados do Loyd brasileiro - cederam seus porões a presos políticos, promovendo o encontro de militares, operários e indivíduos sem culpa formada, que possuíam em comum o fato de serem “indesejáveis” ao convívio social, nos quais permaneceriam por tempo incerto, ou de onde não mais sairiam devido às condições de insalubridade que os fazia sucumbir. Alguns deles levaram contingentes de infelizes para prisões em ilhas oceânicas: a Ilha Grande (Lazareto e Colônia Correcional Dois Rios) ou à fronteira com a Guiana Francesa, para o campo de desterro da Clevelândia, no Oiapoque. Para as Ilhas mais próximas, como a Ilha de Bom Jesus, a Ilha das Flores e a Ilha Rasa,⁸⁴³ no Rio de Janeiro, serviram como transporte os rebocadores *Audaz*, o *Mario Alves*, o *Toneleiro*, o *Laurindo Pita*, o *Tenente Cláudio*. Além desses estabelecimentos prisionais, campos de degredo, e navios-prisões, para onde foram levados, serviriam como prisão somente aos militares, dentre outras, no Rio de Janeiro: os quartéis do Corpo de Bombeiros; a Escola de Estado Maior; o Batalhão Naval, na Ilha das Cobras; o 1º e 2º Regimento de Infantaria; o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (1º RCD); o Hospital Central da Marinha (HCM) e o Hospital Central do Exército (HCE) e outros corpos da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, como a Fortaleza de Santa Cruz e Fortaleza de Lage. Em São Paulo, ficaram presos na Delegacia de Polícia Política de lá e no 4º Batalhão de Caçadores de Santana. No litoral do Espírito Santo ficaram desterrados na Ilha de Trindade, ilha oceânica, para onde foram enviados os militares rebeldes, localizada a 1.167 quilômetros de Vitória (ES) e a 2.400 quilômetros da África, um terço do caminho entre o Brasil e a África, extremo leste do território brasileiro, no meio do Atlântico Sul.⁸⁴⁴

Permaneceram em grupo, juntos, nestes cárceres diversos, fortalezas, ilhas e campos de desterro, detidos em grupos de oficiais e praças, como vimos em 1922, quando integrantes de vários quartéis foram reunidos presos no Estado-Maior, à Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Além disso, se conheciam ou se reencontravam nas transferências para outras prisões,

⁸⁴³ A Ilha das Cobras também pertence ao conjunto de ilhas utilizadas como prisão, todavia, não necessita de transporte por navio.

⁸⁴⁴ O arquipélago pertence a uma cadeia de montanhas submarinas do Atlântico numa linha reta que vai do Estado do Espírito Santo em direção à África. De forma alongada e com um terreno extremamente acidentado, possui uma área de apenas 9,2 quilômetros quadrados, o que equivale a metade do arquipélago de Fernando de Noronha. Mesmo tão pequena, a ilha tem atrações naturais diversificadas: são 12 praias, a maioria formadas por solo de pedra e corais, e cada enseada possui uma característica diferente, como um pico, uma vegetação rasteira, uma piscina natural, solo de terra vermelha, túnel e costões íngremes. ARAGÃO, 2012, op. cit..

pois, de acordo com a região onde respondiam ao processo, podiam ser transferidos para sumário de culpa de outra denúncia. Este foi o caso de Eduardo Gomes, que respondia na justiça do Rio de Janeiro pela revolta de 1922 e foi conduzido para outra prisão em São Paulo, para depor sobre o levante de 1924, reencontrando-se com outro grupo de revoltosos. Em outras ocasiões se encontravam por haverem transferências coletivas, como quando o governo reuniu na Ilha de Trindade grupos de vários levantes e de prisões de diversos estados do país. Isso permitiu que muitos revoltosos convivessem mutuamente e que fortalecessem seus laços de solidariedade e companheirismo. Durante a estadia em Trindade, por exemplo, se reuniram o Tenente Maynard Gomes, do levante de Aracaju; o Capitão Juarez Távora, participante das revoltas de 1922, 1924 e da Coluna Miguel Costa-Prestes; o Tenente Coronel Xavier de Brito, do levante em 1922, na Escola Militar; o Tenente Aviador Carlos Saldanha da Gama Chevalier, do levante do 3º Regimento de Infantaria; o Tenente Aviador Eduardo Gomes, do levante de 1922, no Forte de Copacabana, e de 1924, em São Paulo, entre muitos outros, numa mesma situação de desterro em uma ilha oceânica a mais de mil quilômetros da costa brasileira. Nesse sentido, podemos afirmar que ao pretender promover a desterritorialização dos revoltosos, o governo, ao contrário disso, provocou a reunião de lideranças revoltosas de todo o Brasil. Para isso, não foi necessário que estivessem livres ou dentro do país, porque mesmo presos ou exilados a reprodução de suas relações se deu com ramificações por todo o país, como num rizoma de forma múltipla e infinita.

Os revoltosos foram expulsos do Exército, perseguidos, mortos, aprisionados, desterrados e tiveram que se exilar, entretanto, nesse caso específico, as forças criadas para combatê-los, coordenadas pelo Exército, Marinha e pela 4ª Delegacia de Polícia Política, obtiveram um efeito contrário ao esperado, pois, as arbitrariedades jurídico-políticas e a intensa repressão política elevou a capacidade de resistência dos revoltosos, especialmente ao promoverem seu encontro em prisões de todo o país.

Não podemos nos esquecer de que eram oficiais do Exército e que embora muito jovens, haviam sido socializados dentro de parâmetros militares e de obediência à hierarquia e à disciplina, tendo compartilhado da construção de um *ethos* militar, que não deveria permitir que cogitassem protagonizar rebeliões. Mas, em todos os seus discursos se propõem justamente à defesa desse *ethos* militar e à moralização da República, o que revela que não se submeteram a uma uniformização de seus pensamentos apenas por terem sido socializados em uma instituição militar. Ao contrário disso, eram atores com projetos políticos próprios e também coletivos, em construção, em aberto, que se apropriaram deste *ethos* de modo diferenciado. Sentindo-se responsáveis pela implantação do regime republicano e

acostumados a participar das disputas políticas, através de candidaturas próprias, como a de Hermes da Fonseca, ou apoiando candidatos, como Nilo Peçanha, e foram surpreendidos pelo tratamento dado ao Marechal Hermes da Fonseca.

A exposição sofrida pelo Marechal Hermes da Fonseca e sua prisão, inicialmente por 24 horas, foi um agravo imperdoável para aqueles que tinham em sua figura a imagem de uma liderança da família Fonseca e que havia sido Ministro de Guerra e Presidente da República. Dias depois esse fato se repetiria, pois após o levante de 1922, Hermes da Fonseca foi mantido por seis meses detido em navios, até 1923, falecendo logo em seguida a sua libertação, em 09 de setembro de 1923. Esta foi uma afronta jamais esquecida por um grupo do Exército, que decidiu se rebelar em desagravo à instituição. Depois disso, a recusa do governo em anistiar os rebeldes e a insistência em enquadrá-los no artigo 107, como autores de um crime de “tentativa de mudança de regime,” com pena entre cinco e dez anos, sabendo-se que qualquer condenação acima de dois anos pelo Regulamento Militar resultaria na expulsão de todos os envolvidos, foi outro empecilho para uma possível pacificação. Ao agir dessa forma, o governo não deixou qualquer alternativa aos revoltosos que não fosse a de lutar. Lutar para recuperar o direito de viver em seu país, para reaver sua família, para recuperar a posição de oficial do Exército e, principalmente, para sair da condição de foragidos da polícia e da justiça, e de desertores das Forças Armadas.

O exílio se divide em três momentos distintos. O primeiro acontece logo após os levantes de 1922, quando saem da prisão beneficiados por um *habeas corpus*, em dezembro. Muitos revoltosos percebendo que há intenção de condená-los desertam e reiniciam a conspiração para novos levantes, em todo o Brasil, tendo percorrido quartéis de Norte a Sul, no ano de 1923, obtendo várias adesões de unidades militares em 1924.

O segundo momento no qual outro grupo vai para o exílio, se inicia com o encontro da Coluna Paulista e da Coluna do Sul em Foz do Iguaçu. Ali os revoltosos se dividem em dois grupos: os que decidem continuar a luta e aqueles que optam pelo exílio. Foram unidos elementos das duas Colunas, dentre aqueles que decidiram lutar, formaram uma Divisão, mais tarde chamada por Coluna Miguel Costa-Prestes, sob o comando do General Miguel Costa, o mais velho, e iniciaram a marcha pelo Sul de Mato Grosso, seguindo, depois, pelo interior do Brasil. Segundo Prestes, durante o trajeto do Rio Grande do Sul até Foz do Iguaçu a tropa que comandava já havia começado a construir um espírito de corpo alimentado pela confiança na liderança de Prestes, que já acumulava algumas vitórias. Não tinham dinheiro, mas, segundo ele, demonstravam orgulho em participar da Coluna. Não recebiam salário, comiam quando houvesse comida, vestiam-se quando houvesse roupa, e, mesmo assim, não perdiam o

entusiasmo. Aqui vemos o fortalecimento da identidade revoltosa forjado nos momentos de luta, tendo como alimento a ação propriamente dita, o combate, as vitórias sobre os legalistas, a alegria de vê-los sucumbir às estratégias de Prestes.

No exílio, a identidade revoltosa adquire intensidade devido à luta pela sobrevivência, associada à constante perseguição, aos perigos e dificuldades de toda ordem. É certo que alguns poucos se isolaram, mas a maioria permaneceu unida, ao menos até 1930. Tiveram que reinventar seus cotidianos e, ainda que estivessem em outros países, mantiveram-se juntos. Os que optaram pelo exílio, dividiram-se em grupos menores, que moravam em repúblicas próximas umas das outras, sempre mantendo notícias acerca do paradeiro dos demais, fosse pessoalmente ou por carta.

Aqueles que estiveram no exílio, em qualquer dos três períodos, no pós 1922, depois dos levantes de 1924 e após a saída da Coluna Miguel Costa-Prestes do país, tiveram que recriar condições materiais de subsistência, conseguir trabalho em quaisquer funções possíveis, tendo, a maioria, trabalhado também em grupo. Trabalharam em representações comerciais, como no galpão da *Calle Galo*; conduzindo carros de aluguel sob regime de revezamento; como comerciantes de gêneros alimentícios, dedicando-se à plantações e criação de animais, como ocorria na granja organizada por Miguel Costa; ou quando foram empregados na *Bolivian's Company Limited*, para a construção de uma estrada, trabalho conseguido por Prestes, para a maioria da tropa, após a saída da Coluna do país.

Mas, embora o exílio exigisse um recomeço envolvendo a sobrevivência implicava paralelamente em outro tipo de adaptação. Estar exilado pode levar a abrir mão de uma multiplicidade de memórias do corpo, do toque dos entes queridos, dos cheiros, das vozes, da celebração e risadas em torno da mesa, dos afetos. Exige a adaptação a uma nova língua e modos de expressão diferenciados, a ruptura de interações, das rotinas, dos trânsitos cotidianos, do ritmo em que se vivia, do pertencimento ao lugar. No exílio restam apenas as imagens das coisas, podendo permanecer guardadas no íntimo do sujeito como uma imagem do passado, uma sombra que alimenta o desejo de retorno a uma realidade impossível de recuperar por completo.⁸⁴⁵

Isidoro Dias Lopes não seguiu com os combatentes e foi combinado que permanecesse como “chefe supremo da revolução,”⁸⁴⁶ formando um Quartel General fora do Brasil, que desse continuidade e apoio à Revolução. Tinha, em seu Estado-Maior Alfredo Simas Enéas e Fernando Távora, realizando um trabalho voltado para toda a logística necessária à

⁸⁴⁵ ARFUCH, 2013, op. cit., p. 28-9.

⁸⁴⁶ Termo utilizado pelos revoltosos.

continuidade da luta: à administração de verba destinada às operações; ao envio de mercadorias diversas que circulavam pelos países fronteiriços e dentro do próprio Brasil; às comunicações e informações (inteligência) de segurança; às operações e logística operacional; ao planejamento de ações e participação nos planos; à propaganda revolucionária; e às adesões e cooperação civil-militar, ou seja, era um Estado-Maior revolucionário, que exercia todas as atribuições inerentes a um Estado-Maior das Forças Armadas, embora fosse coordenado por revoltosos, que se encontravam no exílio.

Depois do Quartel General Revolucionário montado, com seu Estado-Maior e caixa revolucionário, primeiramente foi oferecido algum suporte material à Coluna enquanto ainda estava próxima da fronteira. Com seu afastamento, mantiveram contato por cartas e iniciaram preparativos para a realização de levantes no Rio Grande do Sul, organizando-se nas fronteiras dos estados.

Os revoltosos, juntamente com lideranças civis do Rio Grande do Sul, tais como: João Antonio Matos Neto (Zeca Neto), Julio de Barrios, Leonel Rocha, Honório Lemes, Adalberto Correia, Fidêncio de Melo, Palmiro Pinto e outros, realizaram uma série de invasões em coordenação com levantes militares, entre 1925 e 1926, nas cidades do Rio Grande do Sul: Santa Maria, Pelotas, Santa Rosa, Quaramirim e Rivera, Santana do Livramento, São Gabriel, Santo Tomé, Bagé, entre outras. Invadiram também em Santa Catarina: Mondaí, Palmas, Canoinhas, Curitiba, Campos Novos, Lages e São Joaquim.

Fora do Rio Grande do Sul se levantaram, ainda em 1926: o 2º B.C. em Aracaju, Sergipe; o 3º Regimento de Infantaria (3º RI) na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e o 1º Regimento de Cavalaria (1º RCI) da Força Pública do estado de São Paulo.

É importante destacar que os mesmos militares exilados, que já residiam e trabalhavam juntos, depois de convocados, se reuniam, atuando conjuntamente nos combates e no auxílio aos feridos. O ataque relatado em capítulo anterior, no qual três grupos invadem o Rio Grande do Sul, mostra isso. Mesmo Adalberto Correia não conseguindo ultrapassar a fronteira para combater, enterra as armas, aguarda os demais atravessarem a fronteira de Santana do Livramento e todos se reúnem prestando auxílio aos feridos em Rivera (fronteira Brasil-Uruguai).

A pesquisa realizada mostra que, por mais que a história envolvendo as insurreições militares da segunda década da Primeira República tenha sido extremamente dramática, especialmente para os que foram perseguidos, presos, exilados e mortos - bem como para os familiares destes - enquanto lutavam foram construindo uma identidade revoltosa que cumpriu um papel de integração entre eles. Nesse sentido, tudo que vivenciaram até aqui, não

teria sido suficiente para desconstruir a identidade que os manteve ligados, fortalecendo-os nas mais sérias adversidades, ao dividirem momentos de extrema gravidade nos quais só podiam contar uns com os outros. Ao contrário disso, uniram-se cada vez mais, transformando cada derrota em determinação para a continuidade de sua luta, como vimos ao longo deste trabalho.

Mostra ainda que ao longo de oito anos os revoltosos estiveram num processo de construção da Revolução de 1930, ainda que não soubessem o desfecho que as revoltas teriam. Todas essas revoltas, somadas à atuação da Coluna em vários estados, por todo o país, mostram que não houve interrupção das ações revoltosas desde o seu início, em 1922, até o ano de 1927, quando a Coluna emigra para a Bolívia. Em seguida, e ainda neste ano, empenhados em se organizar para uma nova ação militar, já tendo alcançado certa aura de heroicidade devido às histórias que envolviam a Coluna, contando com o apoio de grupos políticos descontentes e da imprensa iniciaram os preparativos para uma terceira jornada militar, a jornada final, em 1930.

5. REFERÊNCIAS:

ABREU, Alzira Alves de.; CARNEIRO, Alan. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Luís Carlos Prestes*. CPDOC, FGV. 2001.

_____. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. FGV Editora. 2001.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBERTINI, Lauriani Porto. *O Exército e os outros*, in Celso; LEIRNER. Piero, (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de. (org). *Relatório da Missão Inglesa*. Ed. Fac-Similar. Fortaleza: FWA, 2010.

ALVES, Fillipe Gomes de Souza. *Dissecando o fascismo*. Revista Eletrônica da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Disponível em: www.revistafenix.pro.br/PDF12/resenha.3-Fillipe.Gomes.de.Souza.Alves.pdf; Acesso: 13/05/2018.

ARAGÃO, I. L. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

_____. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930)*. Artigo apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, temática: Militares, sociedade e política. 2011.

_____. *1924: A revolução que começou em 1889*. Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção de título de pós-graduação em História do Brasil pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, São Gonçalo, 2006.

_____. *Revoltas militares no norte do Brasil no ano de 1924: o levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas*. Monografia (graduação em Licenciatura plena em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 60 f. 2009.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. SP: Cia das Letras, 2012.

ARFUCH, Leonor. *Memória y autobiografía: Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económicas, 2013.

_____. *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ASEFF, Marlon Gonsales. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974)*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Florianópolis, SC, 2008.

ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. *1924: Delenda em São Paulo: a cidade e a população vítima de armas de guerra e das disputas políticas*. Dissertação de Mestrado,

apresentada à Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) como exigência para a obtenção do título de Mestre em História. SP, 2014.

AZEVEDO, Asdrubal Gwyer de. *Os militares e a política*. Barcelos, Portugal: Companhia Editora do Minho, 1926.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Diário íntimo. 1956, apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, notas do 3º capítulo.

BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. 1ª parte – A marcha da coluna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BAUMAN, Janina. *Inverno na manhã*. Uma jovem no gueto de Varsóvia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora 2001.

_____. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BENTO, Cel Cláudio Moreira. *O exército na época da Proclamação da República: organização, equipamento, instrução/ensino, motivação, emprego*. *Revista do Clube Militar*. Edição Histórica do Centenário, nº 280. Artigo também publicado no livro: *O Exército na Proclamação da República*. Rio de Janeiro: SENAI, 1989.

BOBBIO, Norberto (Prefácio), in FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal*, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. *Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20*. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, nº 3, outubro de 1997.

BRETERNITZ, Vivaldo José. *Jundiá e a Revolução de 1924*. Blog Jundiáhi Antiga, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <http://jundiahy.blogspot.com/2018/10/jundiai-e-revolucao-de-1924.html>.

CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CAMPOS, Maria Stella Barros de Siqueira. Flores, Campos, Barros e Carvalho. *Olhando para o passado até onde a vista alcança*. Recife: Comunicarte, 1999.

CARNEIRO, Glauco. Luzardo - *O Último Caudilho*, vol. 1, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

_____. *O Revolucionário Siqueira Campos*. Rio de Janeiro: Record, 1966.

CARVALHO, J. Nunes de. *A Revolução no Brasil*. Buenos Aires, 1925.

_____. *A Revolução no Brasil. 1924-1925, Apontamentos para a História* Tipografia São Benedito: RJ, 1930.

CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. Rio; São Paulo: Difel, 1980 apud CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Tomo III, Capítulo V, 2ª Edição. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. 2º volume

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha*. Os Primeiros anos -1922-1924. São Paulo: paz e Terra, 2005.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar*. Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição, 2004 [1990].

_____. *Os Militares e a República*. Um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995;

_____. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____; LEIRNER, Piero, (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____; LEIRNER, Piero, Por uma antropologia dos militares, in CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero, (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. *Goffman e os militares: Sobre o conceito de instituição total*. Revista *Educação & Sociedade*, vol. 34, nº 123, Campinas, abril/junho/2013.

Também disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em: fev. 2009.

CASTRO, Maria Clara Spada. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Paulista*. Monografia de conclusão de curso apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História. Universidade Federal de São Paulo. 91 f. Guarulhos, 2013. 91 f.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

_____. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CEMBRANELLI, Lucas. *Ilha de Trindade*. História. Folha On Line. (Fonte: Arquivo do Navio Graça Aranha - Marinha do Brasil).

Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-historia.shtml>. Acesso em: nov. 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª Ed., 1998.

CESTARI, Larissa Raele; CHAGAS, Paula; LEUENROTH, Edgard. Rebeldes Brasileiros. *Revista Caros Amigos*. São Paulo, fascículo n. 7, [19-?].

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *O Brigadeiro da Libertação*: Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular*: revisitando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.

_____. *Histoire Intellectuelle et histoire des mentalités*. Trajetctiores et questions, in CHARTIER, Roger et al., *La sensibilité dans l'histoire*. Ed. Clamency, 1987, apud GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício, SP: Cia das Letras, 2007.

CHEVALIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista? 1922-1926*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Nictheroy, 1925.

_____. *Os Dezoito do Forte*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade*: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CHINELLI, Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares, in CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero, (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Elmar Bones da. *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*. RS: Editora RBS, 1998.

COSTA, Yuri Abyaza. *Miguel Costa*: um herói brasileiro. SP: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2010.

_____. *Revolução Brasileira de 1924*. Linha Separação (SC). O combate que levantou e derrubou o mito. Postado em 18 de janeiro, de 2013. Blog Coluna Miguel Costa-Prestes. Disponível em: <http://revolucaobrasileirade1924.blogspot.com/2013/01/linha-separacao-sc-o-combate-que.html>; acesso em junho de 2018.

_____. *Acontecimentos no Paraná, Catanduvas e região*. Postado em: 09 de setembro de 2011. Blog Coluna Miguel Costa-Prestes. Disponível em: <http://colunamiguelcostaprestes.blogspot.com.br/2011/09/acontecimentos-no-parana.html>.

_____. *Catanduvas* - Um homem contra cem. Postado em: 19 de setembro de 2011. Blog Coluna Miguel Costa-Prestes. Disponível em: <http://colunamiguelcostaprestes.blogspot.com/2011/09/catanduvas.html>

COUTINHO, Amélia. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. *Carlos da Costa Leite*. Primeira República. Verbetes: CPDOC – FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Carlos%20da%20Costa.pdf>.

_____. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Etchegoyen, Alcides*. Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alcides-goncalves-etchegoyen>. Acesso em: 09/2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Mil platôs*. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34. 2004. (Coleção Trans.,v. 1).

DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas: 1924-1926*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926.

_____. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª edição, 1977;

_____. *Memórias de um exilado*. s/ editora, São Paulo, 1920;

DIAS, Sonia. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Alfredo Backer*. CPDOC – FGV, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-augusto-guimaraes-backer>.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Verbetes Temáticos. *Anos de Incerteza (1930 - 1937)*. *Golpe do Estado Novo*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo> e <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>. Acesso em: 10/10/2019.

Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República, 1889-1930, Verbetes: *Honório Lemes*. CPDOC- FGV. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT4&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=snippet&q=Hon%C3%B3rio%20Lemos%201925%20em%20Passo%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o&f=false

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Honório Lemes*. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEMES,%20Honório.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Verbetes: *Bertoldo Klinger*. Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/bertoldo_klinger, Acesso em: 02/01/2019.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Newton Estillac Leal*. Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Estillac_Leal. Acesso em: 10/05/2019.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. *Flores da Cunha*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/flores_da_cunha. Acesso em: 01/10/2017.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Manuel Ari da Silva Pires*. FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pires-manuel-ari-da-silva>. Acesso em: 07/03/2018.

Dicionário Histórico Biográfico. Verbetes: *Alfredo Augusto Ribeiro Júnior*. CPDOC-FGV. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIBEIRO%20J%C3%9ANIOR,%20Alfredo%20Augusto.pdf>. Acesso em: 04/04/2018.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Hermes Ernesto da Fonseca*. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Hermes%20Ernesto%20da.pdf>. Acesso: 02/10/2006.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Riograndino Kruehl*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kruehl-riograndino>. Acesso em: 13/02/2016.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Verbetes: *Olímpio Falconiere da Cunha*. CPDOC- FGV. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olimpio_falconiere_da_cunha. Acesso em: 10/05/2018.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. 2ª ed.. Rio de Janeiro: *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil*. Verbetes: *Joaquim Távora*. Ed. FGV. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/joaquim_tavora, e em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joaquim_tavora. Acesso em: 03/07/2016.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Lourival Serôa Da Motta*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mota-lourival-seroa-da>. Acesso em: 08/06/2013.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Zeno Estillac Leal*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/leal-zeno-estillac>. Acesso em: 10/10/2019.

DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1996.

DOSTOIEVSKI, F. M. Recordações da Casa dos Mortos. São Paulo: José Olympio, 1945, p. XII.

DULCI, Otávio Soares. (Prefácio), in VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite.” Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

FAUSTO, Bóris. *Revolução de 1930*. 14ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *A Revolução de 1930*. Caderno Cebrap 10 - Pequenos Ensaios de História da República. (1889-1945), Rio de Janeiro, 1972.

_____. *A Revolução de 30*. Historiografia e História. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *A Revolução de 1930*, RJ: Cia das Letras, 1997.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal*, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FILHO, P. C.; HILDEBRANDT, Afonso; MORANO Romulo; MELLO Fernando. *Parentes que fizeram história no Fluminense* (Cesar Bachi). Postado em 17 de janeiro de 2017. Blog do PC Filho. Disponível em:

<http://jornalheiros.blogspot.com/2017/01/parentes-que-fizeram-historia-no-fluminense.html>

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI Luís Augusto. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)* p. 146, in HEINZ, Flavio M. (Org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos Editora, 2009.

FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRAENKEL, Ernst. *The Dual State*. University Oxford: New York, 1941.

FREITAS, Marco Túlio Delgobbo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. 2004. 80 f. Monografia. (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2004.

GABRIEL, Luis. Ficha Biográfica, *Rube Canabarro Lucas*. Site: Sentando a Pua! História da Aviação Militar Brasileira na Segunda Guerra Mundial – 1943/1945. Disponível em: <http://www.sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Rube%20Canabarro%20Lucas/63/>

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2006.

GASTALDO, Édison. Tradição, transformação e o espírito militar: uma entrevista com Celso Castro. *Revista Silva: Humanidade em Ciências Militares* (Revista Científica do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias), vol. 1, nº 1 Março de 2017.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERTZ, René. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012. Apud VALMORBIDA, Jair Willian. Porto Feliz no contexto de colonização do extremo oeste catarinense (1916-1930). Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Chapecó. Chapecó, 2017.

GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, SP: Cia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, 1989, n.4.

GONTIJO, Rebeca. *Paulo amigo*. Amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco: A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização), coordenado por Rogério Haesbaert. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*. Universidade Federal Fluminense, UFF, v.4, n.7, 2002.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Berta K. – *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento social*. Rio de Janeiro Dp & A, Capítulo 3, 2006.

HEINZ, Flavio M. (Org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos Editora, 2009.

IWANSKA, Alicja. *Exiled governments*. Cambridge: Schenkman, 1981. Apud: RONIGER, Luís. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

JAY, M. *The Extraterritorial Life of Siegfried Kracauer*, 1976 [1975], apud GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, SP: Cia das Letras, 2007.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz: A história de uma colonização as margens do Rio Uruguai*. Mondai: Improeste, 1980.

KRAKAUER, Siegfried.; KRISTELLER, Paul Oskar. History: the last things, before the last, 1969, p.8, cap. 4 e cap. 12, apud GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício, SP: Cia das Letras, 2007.

KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais, *Revista Educação e Realidade*, 29(2): jul/dez, 2004.

LACLETTE, Jorge. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Siqueira Campos*. CPDOC, FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-siqueira-campos>. Acesso em 12/2019.

_____. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbete: *Djalma Soares Dutra*. CPDOC, FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/djalma-soares-dutra>

LAMARÃO, Sérgio. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Dossiê: Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Verbete: *Olímpio Falconiere da Cunha*. CPDOC-FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-olimpio-falconiere-da>. Acesso em 12/02/2020

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um Pensamento autoritário na Primeira República*. Uma interpretação. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III, Capítulo X, 2ª Edição. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. 2º volume.

LANDUCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA.,1952.

LEIRNER, Piero. *Meia volta volver*: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Madrid: Megazul-Edymion, s/d..

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história, in REVEL, J. (org.) *Jogos de Escalas*. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: ROCCO, 1988.

LIMA, Azevedo. *Seis Mezes de Dictadura*. São Paulo: Getúlio Costa & C., 1925.

LIMA, Josy. Estado de Exceção na Primeira República: notas sobre o desterro dos “indesejáveis.” (Parte I). *Revista Tecituras*. 04/2010. Disponível em: <https://tecituras.wordpress.com/2010/04/10/estado-de-sitio-na-primeira-republica-notas-sobre-o-desterro-dos-indesejaveis/>; Acesso em 10/04/2018.

LIMA, Moreira Lourenço. *A Coluna Prestes*: marchas e combates. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.

LISBOA, Rosalina Coelho. *A Seara de Caim*. Romance da Revolução no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª edição, 1952.

LOPES, Raimundo Helio. Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC – FGV, LEITE, Primeira República. Verbetes: *Eurípedes Esteves de Lima*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Eur%C3%ADpedes%20Esteves%20de.pdf>. Acesso em: 19/11/2018.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República Liberal-Oligárquica*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha: Poder, Mercado e trabalho, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em história. Juiz de Fora, 2015.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A aventura cabocla do Contestado: o conflito e seu desfecho*. Portal Estudos do Brasil Republicano. Que República é essa? Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <http://brasilrepublicano.an.gov.br/temas/97-tema-contestado.html>; acesso em 09/2019.

MAYER, Jorge Miguel. Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República. Verbetes, *João Alberto*, CPDOC, FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ALBERTO,%20Jo%C3%A3o.pdf>.

MEIRELLES, Domingos. *1930: os órfãos da revolução*, 2ª ed. RJ: Record.

_____. *As Noites das Grandes Fogueiras*. Uma História da Coluna Prestes. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Mashorqueros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Revolução de 30*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/>. Acesso: 01/2020.

MONTAÑÉS, Amanda Pérez. *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2006.

MONTEIRO, Norma de Góes (Org.). *Ideias Políticas de Artur Bernardes*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

MOORE, Jamie. Que tal se hospedar na prisão mais ‘linha-dura’ da Sibéria? *BBC New*. Jornal on line de 2 fevereiro 2016.

Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160130_vert_tra_prisao_siberia_ml

MOREIRA, Regina da Luz. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes Temáticos: *Revolução gaúcha de 1923. Revolução gaúcha de 1923* CPDOC – FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. SP: Paz e Terra, 5ª ed., 2009, p. 195.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

NADER, Max de. *Chimangos e Maragatos* Origem dos Termos. s/d, Site Portal das Missões. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1291/chimangos-e-maragatos-origem-dos-termos.html>. Acesso em: 17/03/2020

NESTOR Veríssimo, o diretor e o barco. Coordenação/Narração: Gelsom Rozentino; Produção: Ecomuseu Ilha Grande, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. 10 de jun. de 2020; 1 DVD (02:17 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LGVUDoUPhc>

NETO, Manuel Domingos. *Influência estrangeira e luta interna no Exército*. (1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [198_].

NUM, José. Amérique Latine: la crise hégémonique et le coup d'État militaire, in *Sociologie du travail* (número especial: "Classes sociales et pouvoir politique em Amérique Latine") nQ 3/67, 1967, apud FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, RJ: Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *1924 – A Revolução de Isidoro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. SP: Paz e Terra, 2007.

PECHMAN, Robert. FERNANDES, Raul. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: *Raul Fernandes* CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-raul>

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. SP: Edusp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

PRESTES, Anita. *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz (org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. RJ, Zahar Editores, 1961.

RAMOS, Plínio de Abreu. Dicionário Histórico-Biográfico. Verbetes: *Newton Estillac Leal*. CPDOC-FGV. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-estillac-leal>

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese de doutorado apresentada na UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

REVEL, Jaques. (org.). *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *História e Historiografia*. Exercícios críticos. Curitiba: editora UFPR, 2010. p. 231.

RIBEIRO, Léo. *Quem Foi Zeca Netto?* Portal das Missões. RS. Publicado em: 10/07/2018. <http://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/1600/quem-foi-zeca-netto?.html>.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

_____. La métaphore vive, Le Seuil, [1975] 1977, apud ARFUCK, Leonor. *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

_____. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991, p. 225-6.

_____. *Reflexions faite*, Paris: Esprit, 1995, in GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2006.

_____. *Temps et récit*. Tome I: L'intrigue et le récit historique, Le Seuil, 1983, apud ARFUCH, Leonor. *Memória y autobiografía: Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económicas, 2013.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Renovação e Revoltas: a Escola Militar do Realengo de 1918 A 1922*. Disponível em <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/.../FernandoRodrigues.pdf>>. Acesso em 01/10/2010.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco, 2010.

ROESLER, Rafael. *O impulso renovador: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)*. 2015. 170 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

ROMANDIN, Fabián Ludueña. Do homo sacer ao iustitium: deslocamentos na interpretação do direito romano na filosofia de Giorgio Agamben. *Revista Interthesis*. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, v. 10, n. 2, 2013. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n2p238>. Acesso em: janeiro de 2017.

ROSSITER, C. L. *Contitutional Dictatorship*. Crisis Government in the modern democracies. Nova York, Harcourt Brava, 1948, apud AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

RUIZ, Castor. *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua. *Revista do Instituto Humanitas*. Unissinos, IHU. Edição 37, de 30/10/2002. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371 ; Acesso: fev/2018.

SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*. Rio de Janeiro: Editora Jaguaririca, 2016.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia*. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 211.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*. vol. 26, nº 1. Brasília, Jan./Abr. 2011.

SANTA ROSA, Virgínio. *O que foi o Tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Cadernos do Povo Brasileiro), 1963.

SANTOS, Milton e BECKER, Berta K. – *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento social*. Rio de Janeiro Dp & A, Capítulo 3, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da república: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. *Revista Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006.

_____. A invisibilidade da pena: Dois Rios como imagem do paraíso. *Revista Tempo Social*, 28 (2), 261-283. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.105854>

SANTOS, Vanessa Silva dos. *De Malinowski aos pós-modernos: uma breve reflexão acerca da pesquisa etnográfica na antropologia*. *Revista a Cor das Letras*, v. 14, n. 1, 2013.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. SP: Brasiliense, 1984.

SHAIM, Yossi. *The frontier of loyalty: political exiles in the age of the nation-states*. Middletown: Wesleyan University Press, 1989, apud: RONIGER, Luís. *Reflexões sobre o*

exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios, in: QUADRAT, Samantha Viz (org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SHKLAR, Judith N. *The bonds of exile*. In: SHKLAR, Judith N. Edited by Stanley Roffman. Political thought and political thinkers. Chicago: University of Chicago Press, 1998b, Apud: RONIGER, Luís. *Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios*. In: QUADRAT, Samantha Viz (org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SILVA, Hélio. 1922. *Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 1964. (Documentos da História Contemporânea).

_____; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Deodoro da Fonseca*. 1º presidente do Brasil. 1889-1894. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Os presidentes).

SILVA, Jovam Vilela da. *A Multiface da Empresa Mate Laranjeira: Um truste encravado no sul de Mato Grosso*. (1882 a 1950). Periódicos científicos da UFMT. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/131-122-1-PB.pdf>. Acesso em 07/2019.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. *Caminhada com Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989. Biblioteca Técnica do Forte de Copacabana.

SIRINELLI, Jean François. *A Geração*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOCHACZEVSKI, Monique. De Atatürk a Erdogan: A República da Turquia em três tempos. *Revista Malala*. Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçumano da Universidade de São Paulo (USP) v. 6, n. 9, jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/malala/article/view/148426>

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Expressão Popular, SP: 2010.

_____. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOUZA Fernando dos Anjos. *Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2018.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República, in MOTA, Carlos Guilherme, in *Revista Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1972.

TÁVORA, Juarez. *À Guiza de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/1928.

TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas:– Memórias*. V. I – Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974.

TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas:– Memórias*. V. II – A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1974;

TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas*:– Memórias. V. III – Voltando à planície. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1977.

THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dès vivants, Paris, Fayard, 1985, apud CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

TINGSTEN, H. Lês Pleins pouvoirs. L'expansionde dès pouvoirs gouvernementaux pendant et après lá Grande Guerre. Paris: Stock, 1934, AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

TORRES, Sérgio Rubens de Araújo. Jornal *A Hora do Povo*. Revolução de 1924. Jornal *On Line*. 24 de fevereiro de 2000. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/revolucao-de-1924-1-sao-paulo-cidade-aberta/>

VALMORBIDA, Jair Willian. *Porto Feliz no contexto de colonização do extremo oeste catarinense* (1916-1930). Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Chapecó. Chapecó, 2017.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *Joaquim Moreira*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete *Joaquim Moreira*. CPDOC – FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOREIRA,%20Joaquim.pdf>

VISCARDI. Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das Oligarquias*: uma revisão da “política do café com leite.” Belo Horizonte: Fino Traço, Editora, 2012.

WERLE, André C. *O Reino Jesuítico Germânico nas Margens do Rio Uruguai*: Aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). Dissertação (Mestrado em história). 204f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2001.

XAVIER, Mateus Fernandez. A Coluna Prestes e as relações Brasil-Argentina na década de 1920. In: *Revista Carta Inter*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016.

ZATTI, Carlos. *A História do Rio Grande do Sul na linha do tempo*. Curitiba: IHGPR, 2017.

ZIENTARA, Benedikt. *Fronteira*. In: Enciclopédia Einaudi, 1989. apud FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI Luís Augusto. *A fronteira manejada*: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX), in HEINZ, Flavio M. (Org.) *Experiências nacionais, temas transversais*: subsídios para uma história comparada da América Latina. Oikos Editora, 2009.

FONTES:

APESP – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. CARTAS DA REVOLUÇÃO DE 1924.

Carta de Alfredo de Simas Enéas Júnior ao General Bernardo Araújo Padilha, em 06/11/1924.

Carta de Alfredo de Simas Enéas Júnior e General Bernardo de Araújo Padilha a João Francisco Pereira de Souza de Buaenos Aires, em 06/11/1924.

Carta de Alfredo de Simas Enéas Júnior e General Bernardo de Araújo Padilha a João Francisco Pereira de Souza em 26/06/1925.

Carta de Alfredo de Simas Enéas Júnior e General Bernardo de Araújo Padilha a João Francisco Pereira de Souza em 28/06/1925.

Carta de Alfredo de Simas Enéas Júnior e General Bernardo de Araújo Padilha a João Francisco Pereira de Souza em 08/07/1925.

Carta de Brasil Vianna, De Monte Caseros, Para Alfredo Simas Enéas Júnior, de 29-12-24.

Carta de Canrobert Lopes Pen para Afredo Simas Enéas Júnior, de Paso de los Libres, em 18/09/25.

Carta de Canrobert, para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Pasos de los Libres, em 26/04/1926.

Carta de Djalma Soares Dutra para General Bernardo de Araujo Padilha, de Foz do Iguassú, em 06-11-1924.

Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Libres, em 21/02/1926.

Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Libres, em 23/07/1926.

Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, local ignorado, em 17/02/1927.

Carta de França para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, sem data

Carta de França para Alfredo Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, de 15/12/1925.

Carta de Henrique Ricardo Holl para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Foz do Iguaçu, em 01/04/1925.

Carta de Henrique Ricardo Holl para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Foz do Iguaçu, em 30/03/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas, de Foz do Iguaçu, em 02/04/1926.

Carta de Isidoro Dias Lopes, à bordo do Vapor Bell, para Alfredo Simas Enéas Júnior, Dr. Mauro ou Miro, em 15/04/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Luís Carlos Prestes, de Apóstoles (cidade argentina, capital do Departamento de Apóstoles, na província de Misiones), em 23/12/1924.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Juarez Távara, de Uruguaiana, em 27 de dezembro ao Mal. Isidoro.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 19/05/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 14/05/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de local ignorado, em 01/08/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes, de Foz do Iguaçu, para Azevedo Lima, em 27/02/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes, de local ignorado para Alfredo Simas Enéas Júnior, em 19/04/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Foz do Iguaçu, em 22/01/1925.

Carta de J. B. Câmara Canto para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Montevideu, em 27/07/1925.

Carta de J. F. Assis Brasil para Batista Luzardo, de Berachi (Estância no Departamento do Cerro Largo, Uruguai), em 15/12/1924.

Carta de João Francisco Pereira de Souza para Alfredo Simas Enéas Júnior e General Bernardo Padilha em 07/11/1924.

Carta de João Francisco Pereira de Souza para Alfredo Simas Enéas Júnior e General Bernardo Padilha em 26/06/1925.

Carta de João Francisco Pereira de Souza para Alfredo Simas Enéas Júnior e General Bernardo Padilha em 29/06/1925.

Carta de Juarez Fernandes Távara, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas Júnior.

Carta de Juarez Távara para Luís Carlos Prestes, de Artigas, em 12/10/1924.

Carta de Juarez Távara para Alfredo Simas Enéas Júnior, de local ignorado, sem data.

Carta de Luiz Carlos Prestes para Isidoro Dias Lopes, de Paso de los Libres, em 18/04/1928.

Carta de Luiz Carlos Prestes para Juarez Távara, de Paso de los Libres, em 18/04/1928.

Carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas Júnior, da Ilha Xavier de Brito, em 21/09/1924.

Carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas Júnior, da Ilha Xavier de Brito, em 21/09/1924.

Carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Santa Cruz, em 21/01/1925.

Carta de Miguel Costa para Isidoro Dias Lopes, de Presidente Wenceslau, em 04/09/1924.

Carta de Miguel Costa para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Santa Helena, em 19/04/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 07/04/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 01/10/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Asuncion, 13/06/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 02/12/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Concepción, em 05/05/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Concepción, em 11/05/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 28/11/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 01/10/1925.

Carta de Miro (Valdomiro Rosa), para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Buenos Aires, em 28/03/1925.

Carta do General Bernardo Padilha para Alfredo Simas Enéas Junior, em 07/11/1924.

Carta de Isidoro Dias Lopes, para Azevedo Lima, de Foz do Iguaçu, em 27/02/1925.

Carta de Brayner, para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Monte Caseros, em 10/04/1925.

Carta de Amaral Peixoto para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Montevideú, em 28/05/1926.

Carta de Cesar Bachi para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Montevideó, em 02/02/1926.

Carta de Barbosa Lima para Alfredo Simas Enéas Júnior, de local ignorado, em 13/12/1924.

Carta de Capitão Ribas para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Monte Caseros, em 21/01/1925.

Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Paso de los Libres, em 09/06/1926.

Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Paso de los Libres, em 02/08/1926.

Carta de Fernando Távora para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Paso de los Libres, em 03/09/1926.

Carta de Isidoro Dias Lopes, para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Foz do Iguaçu, em 02/04/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 19/05/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 16/05/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 10/06/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 05/07/1925.

Carta de Isidoro Dias Lopes para Alfredo Simas Enéas Júnior, de Assunción, em 19/05/1925.

Carta ao General Bernardo de Araujo Padilha, D. D. Commandante da Divisão do General Commandante da 1ª Brigada. (Miguel Costa).

Carta de Miguel Costa entregue às autoridades paraguaias. LIMA, 1979. op. cit., p. 129.

CARTAS PRIVADAS

Cartas de Antônio Siqueira Campos ao seu irmão, Raymundo Pessoa Siqueira Campos, cedidas pela família.

DPHDM – Departamento do Patrimônio Histórico da Marinha.

Relatórios do Ministério da Marinha, 1924.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. AHEx. – Divisão de História Militar – Coleção Estado maior do Exército. Série: Estado Maior. Sub-série: Inquéritos. Período: anos 1920-1930. Estante: I-24 – Prateleira: 04, Número: 7.552.

Relatório do Ministro da Guerra 05/12/25.

Relatório do Ministro da Guerra 1922/23.

LOURENÇO MOREIRA LIMA (Cartas publicadas)

Carta de Siqueira Campos para Luís Carlos Prestes, Buenos Aires, 30 de abril de 1927, in LIMA, 1979, op. cit., p. 459-65.

Carta de Miguel Costa entregue às autoridades paraguaias. LIMA, 1979. op. cit., p. 129.

Carta de Luis Carlos Prestes para Isidoro Dias Lopes, do Contestado em 12/25.

LEIS

BRASIL. **Código Penal** (1890). “Art. 303. *Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue,*” o que corresponderia hoje ao artigo 129, que prevê a lesão corporal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em jan. 2009.

BRASIL. **Código Penal** (1890). “Art. 330. *Subtrahir para si, ou para outrem, coisa alheia movel, contra a vontade do seu dono,*” ou seja, o roubo, atual artigo 157. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em jan. 2009.

BRASIL. **Código Penal** (1890). “Art. 331. *Crime de furto,*” atual artigo 155. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em jan. 2009.

BRASIL. **Código Penal** (1890). “Art. 338. *Julgar-se-ha crime de estellionato,*” atual artigo 171. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em jan. 2009.

BRASIL. **Código Penal** (1890). “Art. 399. *Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes,*” ou seja, a vadiagem ou mendicância.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em jan. 2009.

BRASIL. **Código Penal** (1891). TITULO V, pena de banimento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em ago. 2010.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) SEÇÃO II, Abolição da pena de banimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

RELATÓRIOS DO MINISTRO DA JUSTIÇA.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (Consórcio internacional de pesquisa independente de cooperação entre universidades, livrarias e arquivos dos EUA - universidades fundadoras - e outros países).

BRASIL. Decreto 15.84, de 20 de Novembro de 1922. (Modificação dos regulamentos da Policia Civil do Districto Federal). Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/11/1923, Página 22263. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Brasília - DF.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 4.003, de 7 de janeiro de 1920. (Autoriza o Governo a reorganizar os serviços do Corpo de Investigação e Segurança Publica e da Inspectoria de Vehiculos, da Policia do Districto Federal), Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/1/1920, Página 594. regulamentado pelo Decreto n.º 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/2/1920, Página 3989. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Brasília - DF.

BRASIL. Decreto n.º 3.640, DE 13 ABRIL DE 1900. (Reorganisa o serviço policial do Distrito Federal). Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/4/1900, Página 1743; Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Brasília - DF.

BRASIL. Decreto n.º 6.440, de 30 de março de 1907. (Dá novo regulamento ao serviço policial do Distrito Federal). Diário Oficial - 31/3/1907, Página 2167. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Brasília - DF.

BRASIL. Decreto n.º 14.529 (Dá novo regulamento às casas de diversões e espetáculos públicos.) Diário Oficial da União. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/12/1920, Página 20700, Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Brasília - DF.

BRASIL. Lei 4.743, de 31/10/1923. (Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências). Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/11/1923, Página 28509. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Brasília - DF – Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 898, DE 29 de setembro de 1969. Capítulo II. Dos crimes, das penas. Art. 8º. Presidência da República Casa Civil. (Prisão Perpétua e pena de morte). Junta Governativa: Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza e Mello, Luís Antônio da Gama e Silva.

Constituição Federal de (24 de Fevereiro de 1891). Art 6º. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10599827/artigo-6-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>.

Lei n.º 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares.

Constituições Federais de 1891, 1937, 1946, AI-13 de 1969 e decreto lei n. 898 de 29/09/69, e Constituição de 1988. (Pena de morte no Brasil).

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Presidência da República. Casa Civil. SEÇÃO II. Declaração de Direitos. Art. 72. § 20 (Abolição da pena de galés e banimento judicial). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em ago. 2010.

Relatório do Ministro da Justiça (1922-1923) - Documento de Ordem do Dia da Polícia Militar do Distrito Federal escrito no Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura e transcrito pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, em seu Relatório anual ao Presidente da República.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. CPDOC.

Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, RCL c 1924. 11. 16. Rio de Janeiro, 2009.

Abaixo assinado contendo 53 nomes de oficiais e tenentes presos na Casa de Correção do Rio de Janeiro, em 16/11/1924, expondo à nação os ideais de 5 de julho de 1922 e 1924 e com comentários a um discurso e ao manifesto do Presidente da República.

Arquivo Pedro Ernesto Baptista. PEB c 27.01.01

Carta de Leopoldo Nery da Fonseca Jr., do Rio de Janeiro, para redatores de jornal, em 01/01/27.

DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial da União (DOU) de 11 de Abril de 1930, Página 28, da Seção 1, publicação de uma ata do Ministério da Guerra e de Documento Comissão de Promoções, do Ministério da Guerra.

Diário Oficial da União (DOU) de 26 de Agosto de 1943, Página 9, da Seção 1.

Diário Oficial da União (DOU) de 8 de Fevereiro de 1917, Página 1, da Seção 1.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx).

Documento de Alterações do General Isidoro Dias Lopes.

Documento de Alterações do Tenente Alfredo Simas Enéas Júnior.

Documento de Alterações do Tenente Alfredo Simas Enéas (pai).

Documento de Alterações do Tenente Fernando do Nascimento Fernandes Távora.

Documento de Alterações de Paulo Kruger da Cunha Cruz.

ENTREVISTAS:

SIQUEIRA CAMPOS, Maria Lucila. Entrevista a mim concedida pela filha de Raymundo Pessoa Siqueira Campos, irmão de Antonio Siqueira Campos. Rio de Janeiro, 15/09/2008.

Entrevista com Luís Carlos Prestes ao Programa Memória Viva. TV Universitária do RN. (1987) exibido em 04/09/2003. Apresentadores: Tarcísio Gurgel e Carlos Lyra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9l8VSfwdDxA>; Acesso: 10/01/2017.

CUNHA, Henrique. Discurso proferido na Conferência realizada na Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, em 28/04/54, pelo General de Divisão Henrique Cunha. MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE COPACABANA. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana. Pasta Pesquisa 18 do Forte, gaveta nº 2.

WAINER, Samuel. Joaquim Távora, a alma da Revolução. *Revista Diretrizes*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 189, fev/1944. Entrevista com os revoltosos: Miguel Costa, João Alberto, Vitor Cesar da Cunha Cruz, França Albuquerque, Silo Furtado Meirelles, e outros.

PROCESSOS

STF – Supremo Tribunal Federal. Processo de 1922. Fragmento.

Disponível em: <http://www.cassilandianoticias.com.br/ultimas-noticias/historia-julgamento-da-revolta-dos-18-do-forte>;

STF – Supremo Tribunal Federal. Processos e apelações. 1922-1924.

Disponível em: <http://www.cassilandianoticias.com.br/ultimas-noticias/historia-julgamento-da-revolta-dos-18-do-forte>

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APERJ. DESPS.

Arquivo da Polícia Política, Augusto Ximeno de Villeroy, notação 251, 1924-42.
Prontuário 15.398 da Polícia Política do Distrito Federal. Documento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para Polícia Civil do Distrito Federal.

Arquivo da Polícia Política, Emígdio Miranda. Notação 507.

O Globo, 29/11/28;

A Vanguarda, 3/12/28;

O Jornal. 30/11/28;

Diário Carioca, 30/11/28.

Arquivo da Polícia Política, Antonio Siqueira Campos, notação 219, 1924-30.

Jornal A Esquerda, 11/7/27;

Jornal A Manhã, 01/01/27;

Jornal Correio da Manhã, 20/11/28;

Jornal Diário Nacional, São Paulo, 10/01/30;

Correio da Manhã, 11/01/30.

Arquivo Polícia Política, Djalma Dutra, notação 487, 1928-30.

Jornal Diário da Noite, 15/01/30.

JORNAIS E REVISTAS DIVERSOS

Jornal “O Brazil : Orgam do Partido Republicano (RS),” 05/03/1910.

Jornal Folha do Nordeste, 29/05/2015, (versão digital). FERREIRA, Mariluci Melo (colunista). *General Felipe Neri Portinho no comando maragato*.

Disponível

em:

http://www.folhadonordeste.com.br/site/colunas.php?id_colunista=92&id=3928. Acesso em: 11/2019.

Jornal O Paiz, 24/01/1920.

Jornal O Paiz, 24/12/1924.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940 - Ano 1895\Edição A00052.

Revista do Forte de Copacabana. Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico e Forte Copacabana.

Diário da noite,

28/03/45.

Disponível

em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961_02&pagfis=27240&url=http://memoria.bn.br/docreader#.